

ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ
HELOISA PAULO
COORD.



A CULTURA DO PODER

A PROPAGANDA NOS ESTADOS AUTORITÁRIOS

ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ é Professor Titular de História da Propaganda na Universidade de Vigo, onde dirige o Grupo de Pesquisa em Propaganda. É autor, entre outras obras, de *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda na Espanha Democrática* (Lisboa, 2009) e *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha* (Coimbra, 2007).

HELOISA PAULO é investigadora e umas das fundadoras do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX . Possui estudos na área da emigração, cinema, propaganda e do exílio antissalazarista. É autora de diversos trabalhos como *Aqui também é Portugal, A colónia portuguesa e o salazarismo, Estado Novo e Propaganda e Memórias da Oposição*.

Há muito o debate em torno da propaganda e da sua estreita ligação com os regimes ditatoriais ganha fóruns específicos no mundo académico. Em 2013, unindo países e experiências históricas diferenciadas, uma rede de investigação internacional especializada no estudo dos Estados fascistas e autoritários, dedicou a sua última reunião a esta temática. Especialistas do Brasil, de Portugal, de Itália e de Espanha, associados a esta rede, são os autores dos resultados do debate realizado e que agora são publicados. Esta obra reúne estudos diferenciados acerca da propaganda e dos aparelhos de propaganda de Estado, no contexto do fascismo ou de autoritarismos, mas também análises daquilo que seria a sua “contrapropaganda”, partindo da acção empreendida pelos opositores e exilados destes regimes.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



Direção da Coleção História Contemporânea

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação Editorial da Coleção

Maria João Padez Ferreira de Castro

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Concepção Gráfica

António Barros

Tema Capa

Composição elaborada com base em cartaz a apelar ao voto na Constituição (de 1933) e desenho de Almada Negreiros.

Infografia da Capa

Carlos Costa

Infografia

Bookpaper

Execução Gráfica

Simões & Linhares, Lda

ISBN

978-989-26-1063-4

ISBN Digital

978-989-26-1064-1

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1064-1>

Depósito Legal

407961/16

ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ
HELOISA PAULO
COORD.

A CULTURA DO PODER
A PROPAGANDA NOS ESTADOS AUTORITÁRIOS



2 0 1 6 • C O I M B R A

(Página deixada propositadamente em branco).

SUMÁRIO

Introdução.....	9
La propaganda fascista in Europa. Alcune riflessioni <i>Alberto De Benardi</i>	15
O conceito de “Estado Social” na propaganda do Estado Novo <i>Luís Reis Torgal</i>	39
A propaganda nas ditaduras de Sidónio Pais e de Salazar. Afonso Costa como inimigo político, contrapropaganda e perseguição política <i>Jorge Pais de Sousa</i>	69
Colecionando heróis e inimigos: álbuns, panfletos e manuais de propaganda durante o Governo Vargas (1930-1945) <i>Maria Luiza Tucci Carneiro</i>	115
A Propaganda do Nacional-Socialismo nos impressos da editora <i>Deutscher Morgen</i> em São Paulo <i>Priscila F. Perazzo / Mariana Lins Prado</i>	145
Construção da verdade autoritária: palavras, imagens e propaganda da Era Vargas em Pernambuco (1930-1945) <i>Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida</i>	163

<p>“Falta alguém em Nuremberg”: charges comunistas sobre a violência no Estado Novo (1937-1945)</p> <p><i>Rodrigues Tavares</i></p>	177
<p>Contornos da nação em cinejornais democráticos e antidemocráticos</p> <p><i>Rodrigo Archangelo</i>.....</p>	195
<p>Un’operazione di “marketing”: la propaganda all’estero del corporativismo fascista</p> <p><i>Matteo Pasetti</i>.....</p>	215
<p>Il fascismo italiano e la propaganda culturale all’estero: la “Dante Alighieri” e gli istituti di cultura</p> <p><i>Francesca Caravocchi</i></p>	239
<p>La stampa lusitana di regime e il Concordato tra Italia fascista e Vaticano</p> <p><i>Daniele Serapiglia</i>.....</p>	261
<p>La donna nella propaganda fascista (1919-1943)</p> <p><i>Elena Bignami</i></p>	283
<p>Il Welt-Dienst di Erfurt: prime note su un centro transnazionale dell’antisemitismo degli anni ‘30</p> <p><i>Valeria Galimi</i></p>	313
<p>Propaganda Artística no Estado Novo. Arte portuguesa na Campanha Nacional de Educação de Adultos</p> <p><i>Nuno Rosmaninho</i>.....</p>	331

A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a Propaganda no Estado Novo (1932-1974)	
<i>José Luís Lima Garcia</i>	345
Nacionalismo, oposição e propaganda política em Angola (1945-1961)	
<i>Fernando Tavares Pimenta</i>	367
A propaganda oposicionista contra o Estado Novo durante os períodos eleitorais (1945-1973)	
<i>Mário Matos e Lemos</i>	387
El exilio político portugués en Estados Unidos: prensa y propaganda (1930-1945)	
<i>Alberto Pena-Rodríguez</i>	413
A identificação do inimigo: a propaganda oposicionista e os ataques ao salazarismo (1930-1974)	
<i>Heloisa Paulo</i>	437
Las redes sociales en la organización de movimientos ciudadanos en regímenes totalitarios. El caso de la “Primavera árabe”	
<i>Xosé Baamonde Silva</i>	455

(Página deixada propositadamente em branco).

INTRODUÇÃO

Esta obra reúne estudos diferenciados acerca da propaganda e dos aparelhos de propaganda de Estado, no contexto do fascismo ou de autoritarismos, mas também análises daquilo que seria a sua “contrapropaganda”, partindo da acção empreendida pelos opositores e exilados destes regimes.

No século XX, a partir da década de 1920, a propaganda, como discurso retórico persuasivo ao serviço do poder político ou partidário, converteu-se num instrumento essencial para a criação e consolidação de regimes fascistas que se impuseram na Itália, na Alemanha, em Portugal, na Espanha, no Brasil, ou em outros muitos países que experimentaram regimes de cariz autoritário ou fascista. A análise da propaganda como um modelo de comunicação é fundamental para a compreensão dos fundamentos da cultura do poder autoritário e totalitário.

Portanto, os aparelhos de Propaganda fornecem aos regimes ditatoriais a possibilidade de dominar o público e forjar opiniões. Esta “construção” de uma opinião pública torna-se fundamental para a manutenção do poder estatal. Como afirmava Salazar, numa das entrevistas concedidas em 1932 a quem viria a ser o director do seu Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), o jornalista António Ferro, “nunca se deve perder, a bem da sua própria saúde, o controlo da sua formação”. Neste contexto, o emprego da censura é vista como “a legítima defesa dos Estados” contra a desorientação do pensamento moderno e a desordem social.

Há muito o debate em torno da propaganda e da sua estreita ligação com os regimes ditatoriais ganha fóruns específicos no mundo académico. Em 2013, unindo países e experiências históricas diferenciadas, uma rede de investigação internacional especializada no estudo dos Estados fascistas e autoritários, dedicou a sua última reunião a esta temática. Especialistas do Brasil, de Portugal, de Itália e de Espanha, associados a esta rede, são os autores dos resultados do debate realizado e que agora são publicados. É mais uma contribuição para um diálogo sobre a temática geral dos fascismos e dos autoritarismos que se vêm desenvolvendo há quase uma década e que celebrou o último seminário na Universidade de Siena (Itália), sob o título de “Sport, tempo libero e culture di massa nell’epoca dei fascismi”.

O cenário para a reunião e debate entre os especialistas, realizado de 20 a 23 de Março de 2013, foi a Ilha de San Simón, também chamada “Illa do Pensamento” (na baía de Vigo, Galiza, Espanha). O cenário do congresso não foi escolhido por acaso, mas sim porque a Ilha de San Simón, além da sua longa história ligada à literatura trovadoresca e às viagens à América, foi transformada durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) em campo de concentração pelo governo do general Franco. Neste simbólico lugar, estiveram presos vários milhares de republicanos que combateram pela República democrática espanhola contra o fascismo. Esta atividade científica foi coorganizada pelo Grupo de Investigação em Propaganda (CA1), da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Vigo e pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20). Os que subscrevem esta breve introdução tiveram a honra de contar com a colaboração dos professores Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra), Alberto De Bernardi (Universidade de Bolonha) e Maria Luiza Tucci Carneiro (Universidade de São Paulo), sendo os dois primeiros os actuais responsáveis pela implementação da citada rede.

Tendo como pano de fundos realidades similares no que respeita aos aparelhos de propaganda, os textos abordam, sob os mais diferentes ângulos de análise, a propaganda e os seus conteúdos e públicos-alvo. Há reflexões mais abrangentes, como é o caso da análise mais ampla da propaganda fascista e dos seus pressupostos como instrumento de coerção e controlo por parte do Estado, no texto de Alberto De Bernardi. Mas, também há análises de contextos específicos, voltadas para públicos determinados, como as mulheres, como o estudo de Elena Bignami; ou a propaganda fascista destinada ao exterior, tema abordado por Matteo Paseti, que oferece uma visão do corporativismo na propaganda fascista; por Francesca Caravocchi, ao tratar do Instituto de Cultura Dante Alighiere, ou por Valeria Galimi, ao abordar a questão do antissemitismo. No âmbito da propaganda desenvolvida pelas colónias de emigração, temos o trabalho de Priscila F. Perazzo e Mariana Lins Prado. Um olhar sobre duas realidades, a italiana e a portuguesa, é traçado pela análise de Daniele Serapiglia, ao trabalhar com jornais portugueses a respeito das relações Vaticano-Estado Fascista.

A função da propaganda na formação da cidadania ganha destaque no texto de Maria Luiza Tucci Carneiro, ao trabalhar o material produzido na era Vargas, no Brasil. O texto de Nuno Rosmaninho Rolo também trata do mesmo problema ao analisar o uso da arte portuguesa na Campanha Nacional de Educação de Adultos do regime salazarista. Conteúdos específicos são abordados por Maria das Graças Ataíde de Almeida, ao estudar o caso da representação da ditadura Vargas num estado do Brasil ou, ainda, o texto de Jorge Pais e Sousa, que trata da forma pela qual o político republicano Afonso Costa é representado no período do sidonismo e do salazarismo em Portugal. Alguns temas merecem atenção especial, como a propaganda colonial, tratada nos textos de José Luís Lima Garcia, que apresenta um estudo sobre a Agência Geral das Colónias, e Fernando Pimenta, que analisa a propaganda nacionalista em

Angola entre 1945 e 1961. Temos ainda, análises relacionadas com a propaganda da oposição antifascista, alvo do interesse de Alberto Pena Rodríguez, na abordagem do exílio português na América do Norte; Mário Matos e Lemos, na análise da propaganda eleitoral em Portugal; Heloisa Paulo, num trabalho sobre os exilados no Brasil, e Rodrigo Tavares e Rodrigo Archangelo, no traçarem as respostas democráticas à propaganda autoritária em território brasileiro.

Na verdade, a abordagem da propaganda estatal remete ao público leitor a sua própria contemporaneidade, quer pela vivência que possui do século passado, ou pelas relações que ainda são evocadas no presente. É o caso do texto de Luís Reis Torgal que constrói um paralelo com a realidade portuguesa actual e o debate em torno da sustentabilidade do Estado Social, ao analisar o conceito dentro da lógica do Marcelismo. Também é o caso da análise da importância das redes sociais nos dias de hoje, apresentada por Xosé Baamonde Silva, ao trabalhar a muito recente “Primavera Árabe”.

São estudos sobre uma realidade histórica, mas que os dias de hoje, plenos de palavras de ordem e apelos constantes da propaganda estatal, tornam cada vez mais úteis ao nosso quotidiano.

Finalizando, em nome do comité científico e organizador, queremos deixar um testemunho de gratidão a todos os que apoiaram a organização do congresso e a edição desta obra. Agradecemos às pessoas e instituições da Galiza que colaboraram e patrocinaram a celebração local do evento que deu origem ao debate e à presente publicação. Particularmente destacamos a ajuda do Prof. Anxo M. Lorenzo Suárez, director da Secretaría Xeral de Cultura da Xunta de Galicia; de D. Ernesto Pedrosa Silva, presidente do Consello Social da Universidade de Vigo; e de D. Rafael Louzán Abal, presidente da Diputación Provincial de Pontevedra. Por outro lado, apresentamos a nossa gratidão ao CEIS 20, coordenado pelo Doutor António Pedro Pita, e ao Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX”, na figura de um dos seus coordenadores

João Paulo Avelãs Nunes, assim como à Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro e à Imprensa da Universidade de Coimbra, pelo auxílio prestado na presente edição.

A todos, o nosso mais cordial obrigado.

Pontevedra - Coimbra, Setembro de 2014

Alberto Pena Rodríguez
Heloísa Paulo

(Página deixada propositadamente em branco).

**LA PROPAGANDA FASCISTA IN EUROPA.
ALCUNE RIFLESSIONI**

Alberto De Bernardi

Propaganda e democratizzazione della società

La storiografia è da tempo concorde sul fatto che la propaganda rappresenti un aspetto centrale delle dittature totalitarie del XX secolo, nella misura in cui le differenzia dai regimi autoritari che nell'età contemporanea si sono presentati sulla scena mondiale. Questa centralità vale in un duplice senso; da un lato lo studio della propaganda, sia sul versante delle forme e dei contenuti attraverso cui viene realizzata nei diversi regimi, sia su quello delle istituzioni e delle strutture che presidiano alla sua diffusione che consente di valutare quanto un regime possa essere collocato o meno nello spazio storico del totalitarismo; dall'altro permette di cogliere sia le omogeneità sia le specificità dei diversi totalitarismi facendo emergere con nettezza i miti ideologici sui quali si fonda non solo il consenso che li circonda, ma anche la loro autorappresentazione.

Per entrare compiutamente nel tema mi sembra che anche a distanza di più di cinquant'anni le riflessioni del sociologo statunitense Barrington Moore jr. sui fascismi rappresentino ancora una bussola utilissima. "Il fascismo – scrive nelle pagine conclusive della sua opera più famosa dedicata alle 'origini della dittatura e della democrazia' – è inconcepibile senza la democrazia, o meglio

senza, come a volte viene retoricamente chiamato, l'ingresso delle masse sulla scena della storia. Il fascismo infatti è stato un tentativo di rendere popolari e plebei la reazione e il conservatorismo, il quale ultimo perse ovviamente attraverso il fascismo quel sostanziale rapporto che aveva con la libertà..."¹.

Moore si riferisce a quel processo di democratizzazione della società europea che ha cominciato il suo itinerario alla fine dell'Ottocento e che si è sviluppato nel quindicennio precedente la prima guerra mondiale, nella quale le classi lavoratrici entrano prepotentemente nello spazio pubblico sospinte non solo dalla progressiva affermazione del suffragio universale, ma anche dalla crescita dei consumi che le trasforma in consumatrici di beni industriali: oggetto quindi di una duplice propaganda, quella dei partiti e quella della pubblicità. In queste società si è verificata una trasformazione dei sistemi politici ottocenteschi, fondati su partiti elitari che organizzavano l'azione parlamentare di notabili rappresentanti più di interessi che di ideologie e per questo disponibili al trasformismo e al clientelismo. L'irrompere sulla scena di partiti di massa fortemente ideologizzati, come quello socialista, nazionalista o cattolico, cambia radicalmente il funzionamento del sistema rappresentativo e il ruolo dei parlamenti, come proprio in quegli anni aveva messo in luce Max Weber, ridimensionando i vecchi partiti notabilari, che non sono in grado nel nuovo contesto proprio perchè non dispongono delle risorse politiche indispensabili per operare nella società di massa: il professionismo politico e la militanza che struttura i nuovi partiti intorno a una rete capillare di circoli e sezioni, al tesseramento, a giornali e fogli di propaganda; le organizzazioni di secondo livello, come i sindacati e le altre molteplici forme di associazionismo di carattere ricreativo, sportivo,

¹ MOORE JR, B. *Le origini sociali della dittatura e della democrazia. Proprietari e contadini nella formazione del mondo*, Einaudi, Torino, 1969.

femminili, che strutturano il tempo libero dei lavoratori, ma anche della piccola borghesia urbana e rurale, prima, ovviamente, che il cinema e la radio modificassero radicalmente la fruizione del tempo libero delle società industrializzate; l'ideologia che si propone come una nuova religione civile a cui è affidato il compito di definire i fini dell'agire politico collettivo e che costituisce, più che i programmi, il fulcro della propaganda.

La propaganda è la forma che assume la comunicazione politica nelle società di massa e che presuppone il partito politico che la organizza e la promuove per realizzare il suo obiettivo fondamentale, rappresentato dalla mobilitazione politica dei gruppi sociali dei quali si tenta più che di esprimerne gli interessi, di plasmarne le aspirazioni e di riorientarne la tavola dei valori su cui si era basata l'integrazione tra popolo e stato nel XIX secolo. Come è ovvio, nel ventennio precedente la Grande guerra questi fenomeni non solo sono incipienti nell'intero continente, e si dispiegheranno compiutamente solo nel cinquantennio successivo, ma sono anche diversificati a seconda del grado di sviluppo economico degli stati europei, nella misura in cui la massificazione sociale è diretta conseguenza dell'industrializzazione.

In questo quadro i paesi mediterranei rappresentano il fanalino di coda dell'Europa – perché, salvo in parte l'Italia, sono ancora dominati da una economia prevalentemente agraria, ma non per questo non vengono permeati dai fenomeni di modernizzazione che il ciclo espansivo prebellico diffonde anche nelle periferie dell'Occidente. Anche qui, dunque, la partecipazione e la mobilitazione politica costituiscono il nuovo elemento centrale dei sistemi politici e contribuiscono a creare lo spazio pubblico nel quale si confrontano grandi forze politiche collettive animate da visioni del mondo, da ideologie, differenti. Cioè, detto in altri termini, gli individui, le persone sono in qualche modo proiettate nella politica in maniera stabile e “irreversibile”.

Il processo di democratizzazione della società comporta dunque un complesso fenomeno di politicizzazione di massa, che accentua la conflittualità sociale, perchè in gioco vi sono la difesa di antichi privilegi, tra cui quello che assegnava solo alle élites il diritto di “fare politica”, cioè di contendersi la guida dello stato, insieme a quelli che garantivano una distribuzione del reddito radicalmente squilibrata a favore dei ceti proprietari, cui corrisponde un nuovo protagonismo delle classi subalterne, rafforzate strutturalmente dall’industrializzazione e dalla penetrazione del capitalismo nelle campagne.

Se in tutt’Europa il passaggio dal liberalismo alla democrazia, proprio per il processo di politicizzazione di massa che caratterizza questo itinerario, comportò una radicalizzazione dello scontro politico, in quella del Sud, anche per il carico di arretratezze che caratterizzava queste società quel passaggio raggiunse gradi di violenza e radicalità sconosciuti altrove: vengono assassinati due re, quello d’Italia nel 1900 e quello del Portogallo nel 1908, mentre quello di Spagna subisce nel ‘13 un attentato, mentre “Settimana tragica” di Barcellona del 1909 o la “settimana rossa” in Italia nella primavera del ‘14 con i loro elementi di carattere insurrezionale, ma anche con la scia di sangue che la repressione militare lasciò dietro di é confermano quanto la debolezza delle istituzioni liberali in questa parte dell’Europa impedisse di governare i conflitti sociali e politici dentro l’alveo di legittimità sancito dalle carte costituzionali particolarmente conservatrici, spingendoli ai margini dello spazio politico ancora in formazione, nei quali la lotta politica coincide con l’eversione e diventa problema di ordine pubblico¹.

Per queste ragioni in tutta l’Europa mediterranea il periodo che in Francia venne chiamato *belle époque* o negli Stati Uniti *gilded*

¹ Sulla crisi di fine secolo in Portogallo cfr. TORRALBA, L.R. *Estados novos, Estado novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, t. II, pp. 15 e ssg.

age, a segnalare un intreccio virtuoso di sviluppo economico, benessere, felicità pubblica e modernità, nei paesi che conosceranno poi l'avventura totalitaria, è stato invece un'epoca di crisi acuta, sia dei sistemi politici, sia delle relazioni tra gli individui e lo stato, determinata dalle contraddizioni che caratterizzano il processo di democratizzazione. Queste difficoltà però non devono offuscare il dato di fondo incontrovertibile che quel passaggio tra società elitari e società di massa avviene, anche nei paesi dell'Europa meridionale. E noi assistiamo alla formazione di sistemi politici, con la presenza organizzata di partiti e con una lotta ideologica tra democratici, conservatori, repubblicani, socialisti, radicali, liberali, nazionalisti; insomma, una articolata presenza di ideologie e di organizzazioni politiche.

In questo lo strumento di cui si servono queste organizzazioni politiche per veicolare la loro tavola di valori e la loro visione del mondo è la propaganda, che in quell'Europa di fine Ottocento inizio Novecento, sono essenzialmente i giornali, qui intesi in tutte le loro declinazioni – giornali politici, d'opinione, satirici, di intrattenimento, femminili, sportivi –: un complesso mosaico di fogli spesso artigianali, che escono con periodicità difformi e disomogenee, che nascono e muoiono continuamente, ma che in ogni caso garantisce una capillare diffusione dei programmi e dei progetti delle forze politiche direttamente proporzionale alla crescita della scolarizzazione anche tra i ceti popolari, volto al duplice scopo di creare opinione pubblica e mobilitazione politica. I giornali si affiancano alla “piazza”, che costituisce la dimensione fisica dello spazio politico, luogo nel quale confluisce la protesta e nel quale i leaders incontrano le masse; un luogo dotato in se di una forza comunicativa per i suoi caratteri simbolici nel quale viene enfatizzata sia la creazione dell'opinione pubblica sia la mobilitazione politica. La piazza, associata alla barricata, era stata una invenzione della Rivoluzione francese, ma un secolo dopo assume un significato nuovo di campo di scontro dei

partiti di massa e di luogo nel quale si struttura la comunicazione politica attorno ai capi dei movimenti politici organizzati. Mussolini o Hitler sono leader che si formano nella piazza e dalla capacità di controllarne le dinamiche derivano una quota considerevole della loro legittimazione politica; ma anche Lenin o Rosa Luxemburg sarebbero impensabili al di fuori di quello spazio nel quale si forma e si esercita la leadership nelle società di massa e le idee politiche vengono trasformate in strumenti di consenso e di manipolazione delle folle. E questa dimensione spaziale della politica sarebbe stata centrale sino alla fine della società fordista negli anni '80 del secolo scorso.

La nuova cultura della destra

Ai fini del ragionamento che sto seguendo, e dunque di ricostruire il rapporto tra fascismo e propaganda, quel che qui mi preme sottolineare riguarda il fatto che nel nuovo contesto della società di massa nei due decenni che precedono la Grande guerra la novità più evidente è rappresentata dalla formazione di un pensiero e di un campo di forze di estrema destra progressivamente sempre più autonomo dal conservatorismo ottocentesco. Le idee forza intorno a cui si struttura questa nuova rete di partiti e movimenti in Europa sono rappresentate da una nuova idea di nazione e una nuova idea di popolo rispetto a quelli che avevano dominato la scena politica nell'Ottocento.

Per seguire l'evoluzione della prima idea mi servo di una riflessione attribuita a Vilfredo Pareto, l'economista e sociologo italo-francese divenuto in quegli anni uno dei più famosi e significativi intellettuali della nuova destra europea e autore nel 1916 del celebre *Trattato di sociologia generale*. "A me pare – scriveva all'economista, suo amico e maestro Maffeo Pantaleoni - che i fatti dimostrano che il massimo errore del XIX secolo fu di credere che si potesse governare senza

la forza; al quale errore capitale altri fanno corona: il suffragio universale, l'istruzione obbligatoria, il concetto di eguaglianza dei cittadini, ecc". Ciò che Pareto metteva in discussione era la connessione strettissima, che aveva accompagnato la creazione degli stati liberali, tra nazione e stato di diritto, tra nazione e libertà, tra nazione e umanità, che neanche i sussulti autoritari di fine secolo e di inizio Novecento avevano sostanzialmente messo in discussione. Il processo che emergeva nelle parole di Pareto consisteva nel fatto che in tutta Europa, l'idea mazziniana di nazione – cioè "l'universalità de' cittadini parlanti la stessa favella, associati, con eguaglianza di diritti politici, all'intento comune di sviluppare e perfezionare progressivamente le forze sociali e l'attività di quelle forze." – stava perdendo fascino e attrattiva per vaste aree dell'opinione pubblica.

In quell'epoca infatti lo spazio politico era ormai dal un decennio occupato da un flusso di opinioni e di teorizzazioni politiche, che metteva in discussione alla radice il "nazionalismo integrativo"², che stette alla base dei risorgimenti nazionali europei. Questa fase si era conclusa con il 1870 quando, con la guerra franco-prussiana era emerso un nuovo tipo di nazionalismo, incarnato nel Reich tedesco, nel quale l'esaltazione della nazione si trasforma in una politica aggressiva rivolta a difenderne gli interessi a discapito delle altre nazioni e la patria comincia a coincidere con la razza, la forza, la potenza. Nei campi di battaglia intorno a Sedan, dove l'esercito francese venne sbaragliato da quello tedesco, la nazione cominciò a entrare in rotta di collisione con "l'umanità", vale a dire con quell'universalismo cosmopolita che aveva caratterizzato il patriottismo liberale e democratico fin dalla Rivoluzione francese.

In questa nuova ottica culturale che aumentava i suoi proseliti nelle classi dirigenti europee, la nazione, come scrisse proprio nel 1870 il grande antichista Fustel de Coulange non era più "ciò che si

² L'espressione è dello storico Louis Snyder *The meaning of nationalism*, 1954.

ama”, cioè un ideale liberamente scelto, ma una terra e una razza, una identità collettiva che si è venuta plasmando attorno a delle tradizioni storiche, a un ambiente naturale, a una lingua e nel quale ciascuno si trova naturalmente collocato. Nel passaggio dal patriottismo umanitario ottocentesco a questo nuovo nazionalismo la nazione diventava un'ideologia che insieme ad altri elementi, contribuiva alla definizione della nuova tavola dei valori degli stati impegnati nella corsa imperialista e nella costruzione dell'economia-mondo protezionista.

Alla convinzione che nel futuro del mondo ci fosse la pace e che l'umanità, pur divisa in tante comunità nazionali, fosse destinata a convivere nel rispetto reciproco fondato sul comune riconoscimento dell'uguaglianza tra gli uomini, si andava progressivamente sostituendo una visione del mondo nella quale gli stati nazionali erano coinvolti in una lotta spietata per la supremazia, nella quale solo pochi erano destinati a emergere e tutti gli altri a soccombere. In questo contesto conflittuale la guerra veniva esaltata come lo strumento per eccellenza per risolvere i conflitti. Ma già a Sedan era emerso con forza che l'esperienza bellica poteva diventare lo strumento attraverso il quale cementare l'identità nazionale, e con il quale il “corpo mistico” della nazione poteva essere forgiato e introiettato nella mentalità collettiva. Un cambiamento di scenario geopolitico e di equilibri economici si era dunque tradotto in un mutamento di prospettive culturali e di visioni del mondo, che avrebbero dominato lo spazio pubblico continentale fino alla conclusione della Seconda guerra mondiale, e di cui in Italia l'intera esperienza crisipina era stata fortemente impregnata.

Il percorso che andò separando l'idea di nazione dalla “religione della libertà” del liberalismo, fu l'esito di una serie di processi strutturali e politici, che riguardò sul piano culturale l'azione di una nuova generazione di intellettuali, nata grosso modo intorno agli anni '70 dell'Ottocento, attiva in molti paesi europei. Già alle

soglie del nuovo secolo essa aveva rifiutato quella comune matrice di stampo positivista, sulla quale si era fondato il dialogo tra liberalismo progressista e socialismo, non solo in Italia ma in tutta Europa, nella seconda metà del XIX secolo. Per questa generazione, affascinata più da Bergson e da Nietzsche che da Marx e da Hegel, l'irrazionalismo vitalista e soggettivista che la viene plasmando culturalmente si tradusse in una frattura con la democrazia, cui faticosamente l'Europa liberale stava approdando: democrazia non tanto mazziniana, quanto piuttosto nella sua nuova accezione di democrazia di massa, inclusiva e antielitaria, aperta all'azione dei partiti, plasmata dall'accesso ai consumi, quale si stava delineando in tutto l'Occidente. Il rifiuto degli esiti democratici, cui il liberalismo, sotto la spinta della mobilitazione sociale delle classi lavoratrici soprattutto, operaie, stava approdando, si tradusse in un presa di distanza radicale da tutto ciò che sul piano delle istituzioni politiche e della tavola di valori aveva rappresentato questo complesso itinerario storico: il parlamentarismo, il liberismo economico, la pace, l'associazionismo sociale, lo stato di diritto³.

La trasformazione dei valori e delle rappresentazioni collettive per quel che concerneva l'idea di nazione fu sollecitata in modo determinante dall'imperialismo e dal protezionismo. Alla visione ideale di un pianeta integrato in un mercato aperto (presupposto di una dialettica pacifica tra le nazioni) si sostituiva la realtà di un mondo frammentato e diviso tra imperi mondiali, protetti da dazi e gabelle, in lotta fra di loro per il controllo delle materie prime e per i mercati di smercio delle produzioni industriali. Ne fu colpito a morte il cosmopolitismo progressista che era stato quasi un articolo di fede tanto per il pensiero democratico, quanto per quello liberale, e in larga misura anche per quello socialista⁴.

³ Sull'eredità di questo pensiero nella ideologia politica di Mussolini cfr. GENTILE, E. *Le origini dell'ideologia fascista*. Bologna: Il Mulino, 1996, pp. 61-110.

⁴ Sul tema cfr. anche STREHNELL, Z. *Né destra, né sinistra*, Milano, Baldini e Castoldi, 1997.

Cominciava così a prendere forma nella coscienza di gruppi di giovani intellettuali l'ideologia dello "Stato forte", all'interno contro il socialismo e contro le spinte emancipazioniste del lavoro, all'esterno contro le altre nazioni e le altre razze. "La vita – scrisse Nietzsche in *Al di là del bene e del male* (1885) – è essenzialmente appropriazione, offesa, espropriazione di tutto quanto è più debole, oppressione, durezza ... ; stabilire un'uguaglianza tra la propria volontà e quella dell'altro ... può diventare una buona costumanza tra individui ... Ma appena questo principio volesse guadagnare terreno...come *principio basilare della società*, si mostrerebbe immediatamente per quello che è: una volontà di negazione della vita, un principio di dissoluzione e di decadenza"⁵.

Nel caso italiano alle spalle di questa nuova cultura politica che si stava facendo strada tra le élites intellettuali italiane si può rintracciare anche la teoria delle élites elaborata dal filosofo della politica Gaetano Mosca. Nel 1896 erano infatti usciti gli *Elementi di scienza politica*, dove il giurista palermitano espose in maniera compiuta la sua teoria delle élites, che rappresentava la critica più radicale della democrazia, intesa come espressione massima della sovranità popolare. Mosca riteneva impossibile nei fatti il metodo democratico, perché rintracciava nella storia una legge universale secondo la quale il governo reale era sempre stato saldamente nelle mani di una minoranza organizzata, la cosiddetta "classe politica", che era riuscita, al di là dei sistemi elettorali vigenti, a controllare e a guidare la maggioranza del popolo.

Per ottenere questo risultato erano indispensabili due condizioni: la prima riguardava la necessità di giustificare il potere politico alla luce di un progetto, di una missione, di una ideologia, potremmo dire oggi, senza la quale la massa disarticolata dei governati non

⁵ Su queste tematiche mi permetto di rimandare a DE BERNARDI, A. GANAPINI, L. *Storia dell'Italia unita*. Milano: Garzanti, 2010, pp. 965-970.

poteva essere mobilitata; la seconda consisteva nella capacità della classe politica di aggregare attorno a se il consenso di un ceto medio abbastanza diffuso, dotato di un certo benessere economico e di un livello culturale adeguato. Interprete più coerente di questo esito rivoluzionario e antiliberalista del pensiero di Mosca fu proprio Vilfredo Pareto, che in quel *Trattato di sociologia generale* che abbiamo già citato elevò una sorta di panegirico all'azione politica delle aristocrazie, che assumono la direzione politica di un paese e la mantengono fino a quando non verranno scalzate da altre élites: la storia in quest'ottica si riduceva a questa lotta incessante di aristocrazie forti e aggressive, che non ha nessun fine "progressivo", al di là delle giustificazioni che esse di volta in volta elaborano, perché la vicenda umana è dominata da azioni irrazionali e da istinti collettivi. Quando Pareto scrisse il suo libro il parlamentarismo italiano era ormai entrato in una crisi che di lì a pochi anni si sarebbe rivelata irreversibile e "l'appello al popolo" di stampo bonapartista, che di fatto ne rappresentava l'alternativa, si era già imposto nei fatti come pratica politica reale, spingendo l'Italia in guerra e sancendo il trionfo "extraparlamentare" dell'interventismo.

Ma, come accennato in precedenza, questa nuova ideologia politica della destra nazionalista e poi fascista è accompagnata da una altra trasformazione culturale profonda che riguarda l'idea di popolo. Questo termine non indica più l'insieme di cittadini consapevoli e liberi, il cui allargamento all'intera universalità degli abitanti di una nazione era il compito principale dei governi, ma una folla indistinta e mobile, passionale e disgregata, tenuta insieme dall'ordine della produzione, dagli stimoli standardizzati dei consumi e dalla forza del potere politico. L'indagine sulla folla divenne il terreno scientifico e culturale su cui si vennero ridefinendo le scienze sociali, a partire dal lavoro fondamentale del sociologo francese Gustave Le Bon, la *Psychologie des foules* del 1895, che inaugurava una delle più complesse concettualizzazioni che furono alla base

di tutti i fenomeni totalitari: la folla è una nuova potenza sociale, instabile e irrazionale, priva di senso di responsabilità e di freni inibitori, del tutto inadatta a essere governata dalle strumentazioni istituzionali inventate dal liberalismo. L'Italia già qualche anno prima della pubblicazione dell'opera di Le Bon era diventata il laboratorio della teoria delle folle con i lavori pionieristici di Enrico Ferri, Scipio Sighele e Guglielmo Ferrero dedicati alle folla "delinquente" e alla psicologia collettiva. Soprattutto questi ultimi due elaborano immediatamente le implicazioni politiche di questa nuova teoria. In due pamphlet dal titolo inequivocabile, *Contro il parlamentarismo* e *La reazione*, uscite entrambe nel 1895, il cui asse concettuale era l'estraneità della folla alla libertà e l'attrazione per un "genio" cesarista, capace di guidarle perché era in grado di coglierne gli istinti e i sentimenti. La folla era dunque una "femmina" cieca che andava plasmata dall'altro dall'azione di minoranze e di capi risoluti che possedevano i nuovi strumenti culturali per pensare alla politica nell'età della massificazione sociale: forza, miti, autorità⁶.

Questi strumenti dovevano però fare capo ad una nuova forma di Stato, che fosse portatrice di quei valori unificanti e di quei fini collettivi che la società della folla non era più in grado di esprimere autonomamente: uno stato "organico", per dirla con il filosofo Giovanni Gentile, il più "organico" al fascismo tra gli intellettuali italiani, capace di unificare la nazione attorno a uno destino comune di cui era l'unico depositario e di cui gli individui diventavano artefici" riconoscendosi nel suo primato.

La prova che queste teorizzazioni coglievano lo spirito dei tempi più di ogni altra cultura politica emerge dalla fortuna che ebbe tra le fila del socialismo italiano ed europeo il pensiero di George

⁶ Sulla critica al parlamentarismo in Europa nei due decenni a cavallo della Prima guerra mondiale cfr. MAZOWER, M. *Le ombre in Europa. Democrazie e totalitarismi nel XX secolo*. Milano: Garzanti, pp. 30 e ssg.

Sorel, figura di spicco del “revisionismo” marxista inaugurato in Germania da Eduard Bernstein. Alla fine del secolo sotto la spinta di una progressiva adesione alla svolta antipositivistica della cultura europea, elaborò una teoria della rivoluzione proletaria interamente incentrata sull'azione volontaristica, sullo “slancio vitale” delle masse e sulla violenza proletaria, come strumento fondamentale per la distruzione della società borghese: la rivoluzione non percorreva la storia come una “talpa”, secondo una definizione di Marx, pronta a emergere, quando condizioni storiche oggettive l'avrebbero resa possibile, ma esplodeva quando la classe operaia era in grado di trasformare la sua forza creatrice in un possente atto rivoluzionario. Ed erano i miti, propagandati con efficacia tra le masse, il vero vettore della rivoluzione, più che le contraddizioni dello sviluppo economico. Intorno a Sorel e al suo progetto anarcosindacalista si strinsero componenti crescenti del movimento operaio italiano, antiriformiste e antimarxiste, tra le cui fila si affermò la personalità politica di Benito Mussolini, prima capo dell'ala rivoluzionaria del partito e poi leader dell'interventismo nazionalista.

La guerra mondiale come mobilitazione di massa

Ovviamente la guerra mondiale è un grande acceleratore di democratizzazione e di mobilitazione politica, sia perché mette in movimento oltre 60 milioni di giovani tra europei e abitanti delle colonie, sia perché per la prima volta la guerra, per i suoi caratteri del tutto nuovi, richiede una legittimazione di massa: bisogna infatti convincere i soldati che è giusto combattere, che sono giusti i valori per i quali si muore, promuovendo tra i soldati un complesso processo di identificazione con la ragioni della guerra. La guerra cioè deve apparire come “giusta” cioè rimandare alla difesa o all'affermazione di una tavola di valori che ruota intorno a quella nuova idea di nazione di cui

abbiamo parlato poc'anzi. Per i tedeschi, come ha insegnato Thomas Mann nelle pagine memorabili di *Considerazioni di un impolitico*, la guerra era giusta perché prosegue uno scontro secolare tra *Kultur e Civilisation*, iniziato nel 1798 e che ha per oggetto l'estraneità dello spirito germanico alla democrazia; per la Francia era l'esatto opposto: *l'union sacrée* del popolo stretto intorno proprio ai valori della repubblica democratica e progressista.

Per l'Italia il conflitto era la “quarta guerra del Risorgimento” per portare a compimento l'unificazione nazionale, ma anche l'occasione di ribadire la propria missione di grande potenza europea e mediterranea iniziata con la guerra coloniale di Libia del 1911, cantata dal poeta Giovanni Pascoli in una poesia che veniva imparata a memoria in tutte le scuole del Regno dal titolo inequivocabile *La grande proletaria si è mossa*. Come è noto l'interventismo italiano era diviso in due fronti: quello democratico che voleva la guerra per lottare contro le grandi potenze assolutistiche e riaffermare il rapporto tra il Risorgimento e la democrazia; quello nazionalista che mitizzava la guerra come “lavacro” nel quale rigenerare la nazione liberandola dalle scorie del liberalismo imbecille e borghese e renderla disponibile a riconoscersi nel nuovo destino di potenza europea. Rapidamente si impose questo secondo orientamento e l'ideologia della “grande guerra” divenne il filo della propaganda che centinaia di giornali diffusero tra i soldati nelle trincee⁷.

I “giornali di trincea”, di cui si è occupato Mario Isnenghi molti anni fa con un libro destinato a cambiare l'approccio storiografico al primo conflitto mondiale⁸, costituiscono l'osservatorio privilegiato del ruolo della propaganda nel processo di formazione del soldato

⁷ Sul rapporto tra guerra e nascita della destra portoghese cfr. PAIS DE SOUSA, J., *O fascismo catedrático de Salazar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 124-160. Sul caso Italiano vedi VENTRONE, A. *La seduzione totalitaria*. Roma: Donzelli, 2003.

⁸ ISNENGGHI, M. *Giornali di trincea. 1915-1918*, Torino, Einaudi, 1977.

non solo come combattente, ma come cittadino delle nuove nazioni plasmate dal conflitto. Un enorme sforzo di manipolazione della coscienza collettiva nella quale l'evento-guerra viene rielaborato non solo per rendere accettabile il massacro di massa che stava falciando un'intera generazione di giovani europei⁹, ma soprattutto trasformare la guerra in un mito politico su cui plasmare la nazionalizzazione delle masse. Non si trattava dunque soltanto di "normalizzare l'abnorme e il mostruoso" di questa spaventosa strage, per motivare i soldati al combattimento ripescando nelle pieghe della mentalità collettiva tutti gli stereotipi militareschi o patriottici per valorizzare la guerra e distruggere l'immagine del nemico, ma di "culturalizzare grandi masse di uomini strappandoli alla loro cultura precedente" proiettandoli in una nuova cultura di massa fatta di "nichilismo e di misticismo, di risolutezza e di sradicamento, di credulità e cinismo che sarà la comune essenza del tipo del fascista, del bolscevico, del nazionalsocialista", che disintegrerà la vecchia cultura liberale e socialriformista¹⁰.

È oramai opinione comune tra gli storici che la grande guerra abbia rappresentato l'evento nel quale si concentra al più alto livello la modernità novecentesca, per l'intreccio di massificazione, industrializzazione e stato nazionale, e che la propaganda di guerra cerca di rendere senso comune. Le due ideologie che la guerra spigona, il fascismo e il bolscevismo, sono dunque figlie di questa modernità. Per molti aspetti esprimono dunque i cambiamenti che sul piano sia socio-economico, che simbolico quel evento traumatico aveva prodotto nella coscienza europea apparendo più "attuali" delle altre culture politiche precedenti, che erano invece eredità dell'Ottocento. Bolscevismo e fascismo sono dunque prodotti della

⁹ Sul tema cfr il fondamentale, LEED, E. J., *Terra di nessuno. Esperienza di guerra e identità personale nella prima guerra mondiale*. Bologna: il Mulino, 1985.

¹⁰ GALLI DELLA LOGGIA, E. *Introduzione all'edizione italiana*, in: Fussell, *La grande guerra e la memoria collettiva*. Bologna: il Mulino, 1984, p. XVII.

guerra mondiale anche perché in quella modernità essa ha inserito alcune componenti fondamentali che avranno un ruolo decisivo nel plasmare le ideologie di quei due movimenti: la violenza come strumento di lotta politica, demonizzazione del nemico come leva per costruire l'identità del corpo dei militanti e la propaganda come manipolazione della folla al fine di cementarne l'adesione fideistica alla religione civile professata dai movimenti.

Come è noto, è Mussolini a inventare del termine totalitario, che per molti aspetti deriva dai caratteri "totali" assunti dalla Grande guerra, che ne avevano fatto un evento bellico assolutamente incomparabile con quelli precedenti, nella misura in cui quel termine evocava l'identificazione assoluta tra stato e il popolo che si era realizzata nelle trincee e che ora il fascismo voleva riprodurre come valore politico fondamentale del rapporto tra nazione e fascismo.

Il tema dell'identificazione tra regimi totalitari e masse non riguarda ovviamente solo il fascismo; lo troviamo fin dalle origini di ogni esperienza politica che si rifà a questo modello idealtipico, sia comunista che fascista, e caratterizza molte esperienze politiche che di quei regimi furono gli embrioni: dall'Action Française, a Primo de Rivera, dal nazionalismo radicale italiano ai gruppi di estrema destra tedeschi da cui uscì il nazionalsocialismo hitleriano.

La religione civile dei fascismi

Ma anche la religione civile dei fascismi è una visione del mondo totalizzante, nella misura in cui si incarica di descrivere, interpretare, riassumere tutti i fenomeni della vita individuale e collettiva e di iscriverli in una interpretazione della storia che ponga quei regimi come esito del lungo cammino delle nazioni e come depositari dei

fini ultimi che sono assegnati ai singoli popoli-razza, siano essi lusitani o italici, ariani o iberici¹¹.

Questo contesto ideologico del tutto nuovo enfatizza ulteriormente il ruolo della propaganda politica perché è il veicolo attraverso cui ogni regime si propone di attivare quella identificazione tra il popolo e il destino comune di cui i fascismi sono interpreti, che costituisce il cuore del suo progetto politico. E questa enfattizzazione è notevolmente incrementata dalle nuove tecnologie che la modernità mette a disposizione del potere politico: un ventaglio di strumenti nuovi, dal cinema alla radio e successivamente la televisione, combinati ad un uso altrettanto nuovo di quelli più tradizionali, come la fotografia, le arti visive e gli stessi giornali, tutti trasformati in fogli del partito-stato. Questa vasta gamma di strumenti propagandistici chiama in causa direttamente il ruolo di una nuova leva di intellettuali di regime che diventano esperti di comunicazione di massa assai diversi da quelli del passato: registi, sceneggiatori, attori, giornalisti, ideatori e conduttori di trasmissioni radiofoniche, pubblicitari, che si affiancano a pittori, architetti e scrittori in uno sforzo di comunicazione politica totalizzante¹².

La propaganda è uno dei due “occhi” con cui il regime esercita il suo controllo sociale: l'altro è la polizia politica e segreta, che controlla i comportamenti collettivi; la propaganda cerca piuttosto di crearli, di costruire l'“uomo nuovo” fascista. Propaganda e repressione sono dunque due facce della stessa medaglia: la prima crea e diffonde la religione civile, la seconda colpisce il dissenso e crea quel clima di paura e di assenza di alternative nel quale quella religione si può rapidamente diffondere.

¹¹ Su questo mi permetto di rimandare al mio, *Una rivoluzione moderna. Il fascismo come problema storico*. Milano: Bruno Mondadori, 2006.

¹² Sul rapporto tra intellettuali e fascismo, cfr. ISNEGHI, M. *Intellettuale militanti e intellettuali funzionari. Appunti sulla cultura fascista*. Torino: Einaudi, 1979 e TORGAL, *Op. cit.*, t. II, pp. 71-116.

È bene però a questo punto interrogarsi su quali siano i punti salienti di questa religione civile fascista nella convinzione che essa abbia una tavola di valori comune che sia possibile rintracciare in tutte le diverse esperienze storiche nella quale essa si è concretizzata.

Innanzitutto al centro vi è il tentativo di sostituire alla classe la nazione, come baricentro della vita collettiva in diretta competizione con il comunismo, al quale si intende inoltre togliere il monopolio della rivoluzione. I fascismi si presentano dunque come movimenti rivoluzionari, portatori di una trasformazione altrettanto radicale della società che mette in campo la stessa carica distruttiva nei confronti del passato borghese e liberaldemocratico, in nome però di una riscoperta della tradizione.

A questo proposito basti pensare alla idealizzazione della ruralità e del mondo contadino, depositari di valori di frugalità, familismo, tradizionalismo, obbedienza, che Mussolini, quanto Salazar o Franco mettono al centro del loro messaggio ideologico, contrapponendoli a quelli urbani e industriali, mentre fanno delle campagne il luogo nel quale si sperimentano nuovi progetti di modernizzazione agricola. Se per Lenin lo slogan che compendia il bolscevismo era “i soviet più l’elettrificazione”, cioè il rapporto tra il nuovo potere proletario e lo slancio modernizzatore dell’industria, per i fascismi se ne potrebbe creare un altro incentrato sul nesso tra famiglia contadina e corporativismo; corporativismo qui inteso più che come modello economico, come alveo ideologico nel quale sussumere e annullare il conflitto sociale che costituiva l’elemento costitutivo del paradigma classista¹³.

Certamente dietro il mito della ruralità vi è quello della razza, nella misura in cui il contadino-produttore rappresenta il modello dell’“uomo nuovo” fascista: un homo faber che è anche il prototipo del

¹³ U corporativismo nell’ideologia fascista cfr oltre al testo già citato di L. R. TORGAL, ZUNINO, P. G. *Ideologia del fascismo. Miti, credenze e lavori, della stabilizzazione del regime*, Bologna: Il Mulino, 1985.

soldato ereditato dalla guerra mondiale, combattuta essenzialmente da giovani contadini, sintetizzato nella mistica fascista italiana dallo slogan scritto su tutti i muri delle case rurali, “è l’aratro che traccia il solco, ma è la spada che lo difende”. Il contadino-soldato è il soggetto rivoluzionario della rivoluzione fascista come l’operaio di fabbrica lo è per quella bolscevica, perché incarna il mito della terra e del sangue che sta alla base del razzismo fascista e potremmo dire antropologicamente estraneo al mito internazionalista del proletariato senza nazione proprio del marxismo. Quello comunista è l’ultimo erede della cultura della rivoluzione francese, cosmopolita, umanitaristica, progressista quella fascista è figlia della cultura del “1914”, totalitaria, organicista, reazionaria.

Il contadino-soldato rimanda a un altro mito fondamentale del fascismo: l’impero inteso nel duplice senso di politica di potenza e di mito fondativo dell’identità nazionale. Questo mito, che è al centro della propaganda fascista, si muove di diversi livelli. Nel caso portoghese è idea-forza nella quale si riassume soprattutto nel secondo dopoguerra la difesa di una sorta di “stato di eccezione” del Portogallo rispetto al resto del continente e a cui è affidato il compito di giustificare il salazarsimo come dittatura “sopravvissuta” in una Europa che si integra e nella quale non c’è più spazio per il fascismo. In Spagna è una nostalgia ideologica di un “passato che non vuole passare” e che il regime alimenta per proporsi come erede di una tradizione di grande potenza mondiale, irrecuperabile e irriproponibile. Nel caso italiano è l’obiettivo centrale della politica estera fascista che guida la ripresa del colonialismo con la conquista dell’Etiopia nel 1936 e soprattutto l’intervento nella seconda guerra mondiale, che aveva per obiettivo la trasformazione del Mediterraneo in un’area di influenza italiana. Sia il fascismo italiano che il salazarismo crolleranno per difendere il mito imperiale, ma questo non può fare velo sul fatto che esso abbia rappresentato uno

snodo centrale della retorica politica di questi regimi e un punto di forza del consenso che si sviluppa intorno ad essi.

Infatti l'impero era una costruzione politico-culturale complessa, che non solo evocava lo "spazio vitale" che ogni nazione fascista riteneva di dover conquistare o difendere per garantirsi il futuro di grande potenza. Al di là dei miti del passato evocati dalla propaganda, l'impero era in realtà un'idea politica moderna perchè presupponeva l'esistenza di una nazione e di una ideologia, cioè di due concettualizzazioni proprie della modernità, capaci di imporre una propria visione del mondo e una propria egemonia politico-militare ad altri stati più deboli e privi di forze propulsive interne, ad essa circostanti. Al centro del *Grossraumordnung* (grande spazio), per dirla con Carl Schmitt, stava lo Stato-Nazione totalitario, in grado di imporre ad una area territoriale, la cui vastità dipendeva solo dalla capacità, tecnica, economica e organizzativa di quest'ultimo di dilatare la propria potenza espansiva, il proprio controllo e il proprio dominio. Si creava così una gerarchia tra le nazioni, dove poche appartenevano al rango di stati imperiali e dove molte erano ridotte a "vassalli", privi nei fatti di sovranità: ma una nazione senza sovranità di fatto perde questo status, per ridursi a un mero contenitore territoriale, privata com'è di definire la propria politica estera, di riconoscersi in una autonoma tavola di valori, di definire un proprio modello di sviluppo e una propria organizzazione sociale. Gli imperi si configuravano come gigantesche sfere di influenza di poche grandi nazioni, unici effettivi soggetti del diritto internazionale e della sovranità, e al contempo come spazio in cui un popolo "spazialmente" e politicamente consapevole poteva esercitare la sua egemonia

Era questi il mito politico perseguito da Salazar, da Mussolini o da Hitler, declinato dentro le diverse storie nazionali e nei diversi contesti internazionali.

Basti pensare alla esaltazione dell'impero romano nella mitologia politica del fascismo, proposta come eredità e al contempo come

esito del fascismo: un ritorno al passato che era anche un progetto di ricostruzione su cui misurare la grandezza del regime. Inserire il culto di Roma, come mito politico del fascismo e perno della sua “religione” politica in quel *continuum* tra la storia italiana e la romanità, che aveva rappresentato un altro “filo rosso” della storia insegnata. Il “ritorno all’Africa” di Mussolini “con la stessa anima di Roma antica”, divenne un *leitmotiv* dell’ultimo nuovo capitolo aggiunto in tutti manuali scolastici dopo il 1936, che diventavano così uno dei più potenti strumenti di propaganda politica. In esso emergevano sia l’esaltazione della politica di potenza del fascismo erede dei fasti imperiali di Roma, sia il richiamo alla guerra perenne tra le nazioni nella quale si era finalmente impegnata anche l’Italia, sia, infine, la retorica della missione civilizzatrice, secondo la quale – come scriveva Pietro Silva, uno degli storici di regime più accreditati, nel suo *Corso di storia* per i licei - “le popolazioni delle regioni occupate accoglievano gli italiani come liberatori”.

Con questo bagaglio di certezze e di aspettative i manuali di storia accompagnarono le giovani generazioni all’appuntamento con la guerra mondiale, nel corso della quale gran parte di loro avrebbe dovuto tragicamente constatare non solo e non tanto il servilismo e la pochezza morale, prima ancora che scientifica, di questa generazione di storici fascisti, quanto la debolezza del consenso di cui il fascismo ancora godeva. Ancora nel ’41 la conclusione del manuale del Manaresi, quando già erano evidenti i segni dell’imminente crollo del regime sotto le macerie di una guerra perduta, testimonia quanto ancora quel mito fosse nella propaganda del regime.

Nell’Europa odierna, travagliata dagli odi politici e dalle contese sociali, l’Italia stretta al suo duce, appare oggi come un oasi di ordine e grandezza. Essa è oggi il simbolo dell’avvenire politico del mondo intero, poiché il fascismo ha creato una nuova forma di stato autoritario e corporativo, che si sostituirà allo stato

liberale e democratico, portato della rivoluzione francese, ma ormai superato dalle nuove esigenze della moderna vita politica e sociale.

L'impero è dunque un potente strumento ideologico per fascistizzare la società, sia come sforzo per indottrinare i cittadini sia come tentativo di far credere che quei miti fossero non mere costruzioni ideologiche, ossessivamente messe in scena in quel palcoscenico di cartapesta rappresentato dallo spazio pubblico totalitario, ma propositi effettivamente raggiungibili e coerenti per uno stato-nazione presentato come una grande potenza inespresa.

Il fascismo italiano si avvale per quell'opera innanzitutto del partito, a cui venne affidato un compito di incessante pedagogia collettiva, attraverso la rete capillare dei grandi organismi di partecipazione passiva creati dal regime, volti a mitizzare i fasti imperiali del regime: una macchina colossale costituita da un pletera di organismi di massa che irregimentavano i cittadini "dalla culla alla bara". A fianco del partito e spesso in competizione con esso opera il Minculpop, il Ministero della cultura popolare, istituito nel 1937, che controllava le notizie e il modo di comunicarle attraverso tutti i giornali, nazionali e locali, potendo contare su un esercito di giornalisti "militanti" o succubi, disposti quotidianamente a trascrivere le veline (direttive diffuse in più copie su carta velina) che provenivano dal centro. Lo stesso valse per i programmi radiofonici e per i film che venivano immessi del circuito delle sale cinematografiche. Con la creazione, nel 1937, di Cinecittà, la città del cinema alle porte di Roma, le istanze propagandistiche si combinarono con la creazione di una moderna industria cinematografica, in grado di realizzare film di ottima qualità, nei quali emerse una nuova generazione di artisti, che avrebbe animato la produzione cinematografica del dopoguerra. A Cinecittà il regime si impegnò a promuovere il cinema nazionale,

dedicandosi soprattutto alla ricerca di capitali, indispensabili per sostenere le grandi operazioni propagandistiche del regime sfociate in *Scipione l'Africano*, un colossal incaricato di proiettare l'impero fascista nell'immaginario collettivo. Nel 1937 a Cinecittà furono prodotti diciannove film; nel 1940 divennero quarantotto e ancora nel 1942 dagli studi romani uscirono ben cinquantanove film, a dimostrazione di quanto elevato fosse l'investimento sulla propaganda cinematografica anche quando ormai il regime era agli sgoccioli.

La propaganda tra partito e stato

Ovviamente tutti questi elementi della religione civile si declinano in maniera diversa nelle concrete esperienze storiche dei fascismi, le cui specificità sono legate sia al diverso grado di sviluppo raggiunto, cioè al diverso grado di modernità che connotava i singoli regimi, sia alle forme storiche con cui essi si sono affermati nei singoli contesti nazionali, da cui discesero i diversi quadri istituzionali che li caratterizzarono, sia infine dai diversi profili ideologici che essi assunsero. Ovviamente queste puntualizzazioni rimandano al fatto che anche i regimi fascisti, come quelli democratici o comunisti, sono imperfetti, nel senso che non realizzano i fini che sono costitutivi delle religioni civili che li incarnano e quindi sono sempre inadeguati rispetto ai modelli politologici elaborati dalle scienze sociali per interpretarli.

A proposito della propaganda, emerge subito una differenza tra i regimi fascisti italiano e tedesco, e i regimi fascisti iberici, che riguarda il ruolo del partito come organizzatore della comunicazione politica, forte nel caso fascismo italiano, più debole nei fascismi iberici definiti appunto regimi totalitari senza partito. Ma questa differenza non deve però ingenerare dei fraintendimenti perchè, in tutti questi regimi, è lo stato il vero soggetto che si assume

l'onere della propaganda politica utilizzando una complessa gamma di strumenti, tra cui, dove c'è, il partito unico. La storia della radio e della televisione mette bene in evidenza questa centralità dello stato totalitario come erogatore diretto di propaganda perché in questi casi vengono costituiti enti appositi che forniscono i servizi radiofonici e televisivi, nei quali finalità politiche, intrattenimento e formazione culturale si intrecciano portando a livelli prima sconosciuti la manipolazione della coscienza collettiva, che rimarrà un elemento costitutivo delle comunicazioni di massa anche quando il totalitarismo sarà scomparso dalla scena politica.

O CONCEITO DE “ESTADO SOCIAL” NA PROPAGANDA DO ESTADO NOVO

Luís Reis Torgal

À memória de Tony Judt e de todos aqueles que, fazendo da História uma Ciência, intervêm no mundo com as suas análises críticas.

Acerca do debate actual sobre o “Estado Social” e sobre a sua sustentabilidade

Numa longa entrevista dada ao jornal *Público*, sobretudo a propósito de o Tribunal Constitucional português se ir debruçar sobre o orçamento de Estado para 2013, o constitucionalista Joaquim Gomes Canotilho¹ iniciou as suas respostas tendo como base um *Manual de Direito de Estado* alemão.

Para Canotilho, a gestão financeira ocupa um lugar central nas tarefas do Estado, pelo que o Direito Financeiro e Fiscal ocupa um papel fundamental na Constituição², sendo, pois, uma função do Tribunal Constitucional velar pelo seu cumprimento, opondo-se assim ao raciocínio simplista dos economistas, que parece entenderem

¹ Cfr. *Público*, 3 de Fevereiro de 2013, pp. 14-17.

² Ver Constituição de 1976, revista pela última vez em 2005, título IV, “Sistema financeiro e fiscal”.

que a resolução da questão financeira supera a questão constitucional. Por outro lado, debruçando-se sobre o conceito de “Estado Social”, distingue o que chama o “Estado democrático” do “Estado das Taxas” ou o “Estado da prestação de serviços”: “O primeiro é o Estado que trabalha com o cidadão que paga impostos”, o segundo “é uma dissolução da cidadania em actos isolados da sua existência, pagando taxas”, “um Estado tributário de impostos” e que propõe “taxas acumuladas”, provocando a “dissolução da cidadania” e transformando o cidadão no “consumidor utente e cliente”. Desta forma, opôs duas fórmulas do direito romano: a simplesmente financista afirmação de que *“pecunia nervus rerum”* à afirmação de uma lei que tem sobretudo em conta a “salvação pública”, *“Salus publicae suprema lex est”*.

Daqui passou para a falada “reforma do Estado” (ou “refundação”, no dizer polémico do Governo), considerando Canotilho que deve subsistir o “Estado Social”, entendendo, porém, que se possa e deva discutir a forma de financiar esse tipo de Estado, dentro das regras constitucionais (com possíveis correcções à actual Constituição, sem a desfazer) e através de uma discussão prolongada sobre a verdadeira “reforma do Estado”.

A ordem política, económica e social na concepção do Estado Corporativo

Iniciámos este texto com a reflexão de um especialista acerca de um dos problemas fundamentais que preocupa a sociedade portuguesa, para entendermos melhor — ressalvadas as devidas diferenças de situação e de crise — as questões colocadas outrora por Salazar, um especialista em economia e finanças antes de se tornar o que se chamou o “Chefe” do “Estado Novo” (“novo” porque diferente do Estado liberal), ou mesmo, para empregar uma expressão mais comum nas visões críticas do seu tempo e de agora, o “ditador”,

das finanças primeiro e depois de toda a actividade política. Mas, também para entendermos a posição de Marcello Caetano, igualmente jurista, especialista em Direito Administrativo e em Direito Constitucional.

Como jurista que era e noutra situação de crise, os anos 30 — crise que vinha do tempo da República e que se agravou (não tanto talvez como noutros países, devido ao pouco desenvolvimento económico e social de Portugal) após a “grande depressão” de 1929 —, Salazar, no ministério das Finanças da Ditadura Militar desde 1928 (baptizada pelo regime de “Nacional”), e presidente do Conselho de Ministros desde 1932, embora começasse por dar, na Ditadura, a primazia às finanças, exigindo a aposição da sua assinatura aos gastos dos ministérios³, tentou precaver-se juridicamente através da sua legislação de “reforma do Estado” ou da “República” (que se manteve formalmente como regime) logo que passou a chefiar o governo e ainda muito antes. Assim, todo o seu aparelho jurídico, construído de cima para baixo, e todo o discurso que o justificou são verdadeiros textos e palavras de propaganda ao serviço de uma nova causa, escritos e ditos com “rigor jurídico e político”, divulgados pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), desde 1933, depois rebaptizado de Secretariado Nacional de Informação (SNI), a ponto de muitas das suas afirmações poderem ser invocadas agora como frases e princípios atraentes, como é próprio dos efeitos de uma propaganda bem montada.

Antes de se tornar o “Chefe” chamou assim a atenção para o problema político, numa lógica, por assim dizer, de *“politique d’abord”*, ou seja, entendeu que a Ditadura deveria resolver primeiro o problema político, através de reformas fundamentais, na

³ Ver “Condições da reforma financeira”, discurso proferido na sala do Conselho de Estado, em 27 de Abril de 1928, no acto de posse de ministro das Finanças, segundo as notas do jornal *Novidades*, in SALAZAR, Oliveira. *Discursos*, vol. I. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. p. 1 ss..

base não do significado dos partidos e sim da Nação. Surgia então o seu *slogan* mais significativo “*Nada pela Nação, tudo pela Nação*”, que se tornou a máxima fundamental do Estado Novo. Era então que considerava que a Nação, como um todo orgânico, dividido, por sua vez, em outros corpos, teria de fazer parte do conjunto político constitucional. Assim, num discurso proferido em 21 de Outubro de 1929, em que agradeceu a manifestação que lhe foi feita pelas Câmaras Municipais, falou da futura Constituição nestes termos:

Tem a Ditadura de dotar o País com novo Estatuto Constitucional, criador de nova ordem política. É o pensamento e a necessidade de quantos povos recorreram à ditadura como remédio supremo para grandes males.

Diante das ruínas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionário; diante das tendências de interesse colectivo que aquelas provocaram por toda a parte no espírito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Pátria portuguesa — a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade. Entre eles devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município. As garantias políticas destes factores primários parece-me a mim que devem ter a sua consagração na Constituição Portuguesa, de modo que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim este será a expressão jurídica da Nação na realidade da sua vida colectiva.

Mas, enquanto não chega a oportunidade da reforma constitucional, não devem esquecer-se os detentores do Poder de que

a Ditadura não é regime de arbítrio ou prepotência, mas regime de forte, de honesta legalidade.⁴

Pouco tempo depois, em dois discursos fundamentais, por vezes confundidos⁵, desenvolve estes temas, procurando revelar a força do Estado no sentido da organização de uma nova ordem, resolvendo os problemas políticos, os problemas financeiros e económicos e os problemas sociais. Nessa base, a Nação teria de estar integrada no Estado, e deveria surgir uma associação de cidadãos que a representava, ou seja, a União Nacional (Marcello Caetano chamar-lhe-ia em 1938 “corporação nacional da política”⁶), cujo manifesto, com a presença de Salazar, foi lançado no dia 30 de Julho de 1930⁷. Tentava assim, com esta “nova ordem” opor-se a uma “Europa doente”, marcada pelo que chamou, entre aspas, a “crise do Estado Moderno”, o Estado individualista e de desordem partidária, liberal e capitalista, sem espírito público e sem preocupações sociais.

Já na chefia do governo, é fundamental, para além do discurso de 23 de Novembro de 1932, em que apela ao desfazer de todos os partidos políticos⁸, o discurso sobre os conceitos económicos da

⁴ “Política de verdade, política de sacrifício, política nacional”, discurso proferido na Sala do Conselho de Estado, em 21 de Outubro de 1929, in *Discursos*, vol. I, pp. 36-37. O slogan “*Nada contra a Nação, tudo pela Nação*” encontra-se neste discurso (pp. 21-42), em itálico, na p. 34.

⁵ Trata-se dos dois discursos intitulados “Ditadura administrativa e revolução política”, conhecido pelo “discurso da Sala do Risco”, proferido nessa sala do Arsenal da Marinha, perante os oficiais do Exército e da Armada, no dia 28 de Maio de 1930, 4.º aniversário da chamada “Revolução Nacional”, e “Princípios fundamentais da Revolução Política”, discurso por vezes confundido com o anterior, proferido em 30 de Julho de 1930, perante o governo e os representantes de todos os distritos e concelhos do país. Ver, respectivamente, *Discursos*, vol. I, p. 45 ss. e p. 69 ss.

⁶ *O Sistema Corporativo*, Lisboa, s. ed., 1938, pp. 51-52.

⁷ *União Nacional. Manifesto do Governo e discursos dos Ex.^{mos} Senhores Presidente do Conselho de Ministros e Ministros das Finanças e do Interior, na reunião de 30 de Julho de 1930*, s.l., s.ed., s.d. Contém as fotos dos três governantes citados. Salazar era então ainda ministro das Finanças.

⁸ “As diferentes forças políticas em face da revolução nacional”. Discurso proferido na Sala do Conselho de Estado em 23 de Novembro de 1932, no acto de posse dos

Constituição, proferido em 16 de Março de 1933, na sede da União Nacional (UN), mas destinado a ser radiodifundido para o Porto. Como se vê, a rádio podia substituir já a presença física. Salazar não pudera estar na “cidade do trabalho”, como se dizia e como ele próprio evoca, por altura do lançamento da primeira pedra das obras do porto de Leixões (obra emblemática do Estado Novo, a que o cinema daria a necessária divulgação, através do realizador António Lopes Ribeiro), mas pouco depois podia falar aos portuenses a partir de Lisboa, usando as novas armas da propaganda.

Nesse discurso, coloca no centro o trabalho e o trabalhador. No “dia imediato ao da catástrofe do dólar, a pouco mais de um ano da catástrofe da libra, e provavelmente nas vésperas de ruir quase tudo o que aparenta estar de pé”, Salazar fala da “crise do pensamento económico”⁹ e critica a condição para que foram lançados o trabalho e trabalhador:

Nós adulterámos a noção do trabalho e a pessoa do trabalhador. Esquecemos a sua dignidade de ser humano, pusemos diante de nós o seu valor de máquina produtora, medimos-lhe ou pesámos-lhe a energia, e não nos lembrámos sequer de que ele é elemento da família e que nele só não está a vida, mas na mulher, nos filhos e no lar.

A sua visão rústica e cristã, harmoniosa e idilicamente imaginada, levava, pois, o Chefe do Estado Novo em formação, nas vésperas do plebiscito constitucional (19 de Março de 1933), a fazer

corpos directivos da União Nacional, in SALAZAR, Oliveira. *Discursos*, 1935, vol. I, pp. 159-183.

⁹ “Conceitos económicos da nova Constituição”, discurso proferido na sede da União Nacional, em 16 de Março de 1933, destinado à cidade do Porto, para onde foi radiodifundido, in *Discursos*, vol. I, p. 183-210. Note-se que, oficialmente, a Emissora Nacional só seria inaugurada em 1935. Cfr. p. 187 ss.

uma crítica atraente ao consumismo e ao liberalismo económico, tal como fizeram os economistas “clássicos”, que inspiraram as leis (anti-)sumptuárias ou “pragmáticas”. Depois de falar da tendência natural do homem para o supérfluo e de notar a “grande falta de correspondência entre o aparato externo e a parte verdadeira do nosso viver”, continuava:

Abandonado o problema às tendências viciosas da humanidade, foi-lhe dada solução que é em parte absurda: a produção desenvolveu, explorou este desequilíbrio em seu proveito, exagerou os consumos artificiais, criou em avalanche necessidades puramente fictícias, e resultou daí que ainda não há o estritamente indispensável para a vida e já há sobreprodução do que poderia escusar-se.

Foi-se ainda mais longe e por pior caminho: despreendida a riqueza do interesse da vida humana, a produção caminhou ousadamente para onde havia de desconhecê-la, de negá-la, de atraioá-la, de fazê-la morrer, sem que os Estados, guardas e dirigentes das nações, descruzassem os braços perante essa economia suicida. Vede se há maior absurdo do que trabalhar para morrer e ser fim da vida económica aniquilar o ser humano.¹⁰

Desta forma, como dizíamos, a propaganda salazarista assentava teoricamente, toda ela, na importância do trabalho e do trabalhador — “A riqueza é filha do trabalho e quem fornece o trabalho é o trabalhador” — considerando o trabalho um “dever social” e considerando que “todo o trabalho tem a mesma nobreza e a mesma dignidade, quando é a contribuição proporcionada às faculdades de cada um para a colectividade a que pertence”¹¹. E, neste contexto, abre-se,

¹⁰ *Discurso in ob. e vol. cit.*, p. 194.

¹¹ *Idem*, p. 196 ss.

corporativamente, à família, célula fundamental da sociedade¹², e à associação profissional, o sindicato¹³. Assim se vai constituindo a Nação, “unidade económica”, sobre a qual se move o Estado. Mas — contrário ao socialismo e numa lógica de “terceira via” — não aceita um Estado “senhor da riqueza nacional”, produtor e distribuidor, num processo de socialização. Surge, assim, nesta utópica concepção corporativa, apenas a defesa de um Estado protector e director, intervencionista. São estas as suas palavras:

Normalmente o Estado deve tomar sobre si a protecção e direcção superior da economia nacional pela defesa externa, pela paz pública, pela administração da justiça, pela criação de condições económicas e sociais da produção, pela assistência técnica e o desenvolvimento da instrução, pela manutenção de todos os serviços que são auxiliares da actividade económica, pela correcção dos defeitos que por vezes resultam do livre jogo das actividades privadas, como é o da desigual distribuição da população e duma inconveniente estrutura da propriedade rural, pela especial protecção das classes menos favorecidas, pela assistência, quando não pode conseguir-se, mediante a acção das instituições privadas, a conveniente satisfação das necessidades humanas. Infelizmente do livre jogo das actividades particulares nem sempre resulta a justiça, nem a administrada é sempre satisfatória perante a inferioridade económica de muitos indivíduos. Eis porque essa mesma aspiração do justo nas relações sociais nos deve levar a proteger os fracos dos possíveis abusos dos fortes e os pobres do excesso da sua pobreza. Na função educativa que deve ser dada a este moderado intervencionismo, o progresso, porém, não está em o Estado alargar as suas funções, despojando os particulares, mas

¹² *Idem*, p. 200 ss.

¹³ *Idem*, p. 203 ss.

em o Estado poder abandonar qualquer campo de actividade por nele ser suficiente a iniciativa privada.¹⁴

Portanto, a concepção do Estado de Salazar, sem negar a actividade privada nem a o “Estado forte”, procurava ficar a meio termo entre o individualismo e o socialismo, opondo-se quer a um quer a outro.

O que vinha, porém, ao de cima neste discurso, quase diríamos dedicado aos “trabalhadores”, era a importância dada ao trabalho: “Nós queremos que o trabalho seja dignificado e a propriedade harmonizada com a sociedade. Nós queremos caminhar para uma economia nova, trabalhando em unísono com a natureza humana sob a autoridade de um Estado forte que defenda os interesses superiores da Nação, a sua riqueza e o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como do bolchevismo destruidor”.¹⁵

O Estado Social Corporativo. A Constituição e a integração da ordem económica e social na ordem política

A Constituição de 11 de Abril de 1933 (que Salazar analisara poucos dias antes do plebiscito ocorrido em 19 de Março, numa quase “campanha eleitoral”) seguia, pois, esta concepção teórica ou aparentemente “trabalhista”, numa lógica corporativa.

Com efeito, no artigo 5.º afirmava-se:

O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência

¹⁴ *Idem*, pp. 207-208.

¹⁵ *Idem*, pp. 209-210.

de todos os elementos estruturais na vida administrativa e na feitura das leis.

Ao Estado incumbia, entre outras funções, “coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais, fazendo prevalecer uma justa harmonia de interesses, dentro da legítima subordinação dos particulares ao geral”, e “zelar pela melhoria de condições das classes sociais mais desfavorecidas, obstando a que aquelas desçam abaixo do mínimo da existência humanamente suficiente” (artigo 6.º, 2.º e 3.º). Por sua vez, toda a lógica política assentava numa concepção corporativa, que tinha por base a família, seguindo-se depois as corporações e as autarquias como elementos políticos (título V). E saliente-se, em especial, o conteúdo do título VIII, sobre a “ordem económica e social”. Ali aparece o conceito de “riqueza socialmente útil”, sendo o Estado o regulador e o coordenador da actividade económica no contexto da concepção de uma “economia nacional corporativa”, que proíbe a greve e o *lock-out*, já que as diversas forças deveriam agir em regime de cooperação:

A propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade, podendo a lei determinar as condições do seu emprego conformes com a finalidade colectiva. (artigo 35.º)

Desta forma, tal como na Itália fascista, com a *Carta del Lavoro* (27 de Abril de 1927), o Estado Novo apressou-se a elaborar um Estatuto do Trabalho Nacional, publicado em 23 de Setembro de 1933, que, numa síntese fundamental, afirmava no artigo 2.º: “A organização económica da Nação deverá realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil e estabelecer uma vida colectiva de que resultem poderio para o Estado e justiça entre todos os cidadãos”.

Nesta perspectiva, pode dizer-se que, numa lógica corporativa, o Estado Novo afirmava-se desde o início como um “Estado social”, opondo-se a um Estado liberal capitalista e que ao mesmo tempo se assumia como uma democracia pluripartidária, e a um Estado socialista ou bolchevista (no dizer comum da época). De resto, todos os ideólogos do Estado Novo o afirmam, quer nos seus livros teóricos, quer nos seus discursos e conferências. É assim que Salazar se define já no ano difícil de 1945, em que soavam os ventos da democracia. Falando da guerra e da paz, num discurso proferido na Assembleia Nacional, amplamente divulgado, afirmava:

Eu não quero forçar conclusões, mas, se a democracia pode ter, além do seu significado político, significado e alcance social, então os verdadeiros democratas somos nós. Afirmo-o sem acrimónia, mas convicto; nem tal conclusão poderia ter o ar de desafio em boca de quem sempre proclamou não sermos todos demais para servir Portugal.¹⁶

De resto, todos os fascismos têm um sentido de “Estado social”, opondo-se ao que se considerava um “Estado político” dominado pelos partidos. Daí que Salazar, mesmo antes deste processo construtivo de tipo constitucional, já ajudara (como se disse) a criar, em 1930, a União Nacional, apelando depois, em 1932, como se disse, para a dissolução de todas as organizações partidárias. Relativamente ao Partido Socialista, que considera um partido só aparentemente de operários chefiado por “intelectuais”, dizia:

O partido socialista tem a feição, a forma de actuar de todos os partidos republicanos. Na projectada organização do Estado

¹⁶ “Portugal, a guerra e a paz”, discurso proferido em sessão da Assembleia Nacional de 18 de Maio de 1945, in *Discursos e notas políticas*, vol. IV. Coimbra: Coimbra Editora, 1951.

não tem, como eles, lugar; perante a nova mentalidade operária parece não ter condições de vida. Salvo transformação profunda nas suas ideias e métodos, suponho que é força condenada à dissolução.¹⁷

Quanto aos operários “dominados pela ideologia bolchevista”, que tendem para a “luta de classes, para a revolução social”, a sua luta levaria necessariamente à “realização de uma nova sociedade — sem pátria, sem família, sem propriedade e sem moral”. Havia, pois, que combater essa ideologia, que concedia ao operariado a categoria de “classe privilegiada”. Por isso o “trabalhismo” do Estado Novo em construção só teria de integrar o operariado, assim como outros grupos sociais:

Num regime de autoridade forte nós só queremos que o seu trabalho seja ordeiro, probo e consciente da utilidade comum: o Estado o coordenará com outras actividades e o integrará no conjunto da economia nacional.¹⁸

Mais explícitos eram ainda os discursos dos simples apoiantes do Estado Novo, como José Maria Gaspar, professor primário que se tornaria influente, sobretudo em Coimbra, em matéria de ensino. Numa conferência realizada em Penacova em Maio de 1936, afirmava:

Chegou-se até aqui pela Revolução cujo maior benefício foi o seu triunfo sobre as revoluções. A Revolução continua! Salazar, o Revolucionário, a todos domou com a sua criteriosa honestidade, com o seu talento irrefutável e a alma imensa de Portugal

¹⁷ “As diferentes forças políticas em face da revolução nacional”, já citado, in *Discursos*, vol. I, pp. 177-178.

¹⁸ *Idem*, pp. 178-179.

imorredoiro ajoelhou-se-lhe aos pés estuante de aplausos, primeiro ansiosos e ora agradecidos, porque o viu responder aos gritos ancestrais da Raça Lusíada, porque o vê correr direito às aspirações enérgicas do Infinito Nacional Português.

Senhores, a Revolução continua! A trincheira será a corporação e a senha revolucionária deve ser:

COM SALAZAR, FILHO DO POVO,
UNIDOS, IRMÃOS PROLETÁRIOS!¹⁹

Os “católicos”, o apoio à Revolução social salazarista e a sua denúncia

Os católicos também foram convidados a desfazer o seu partido, o Centro Católico Português, a que Salazar pertencera e de que fora deputado efemeramente, devido às vicissitudes da República, em 1922. Alguns tiveram dificuldade em o fazer, mas outros acabaram por entrar, embalados pela propaganda de um sindicalismo pensado — segundo julgavam — à maneira cristã. Não nos esqueçamos, de resto, que a sociologia analítica e terapêutica, de carácter conservador, teve grande significado em Portugal pela via católica, tendo sido o professor de Medicina João Serras e Silva (1868-1956), uma das personalidades que integrou em Coimbra o jovem Salazar, que esteve ligado aos inícios dos estudos sociológicos, acompanhando Léon Poinard²⁰.

¹⁹ GASPAR, Professor José Maria. *Com Salazar, filho do Povo, unidos irmãos proletários!* Conferência realizada nos Paços do Concelho de Penacova, no dia 31 de Maio de 1936, a convite da Comissão Política da União Nacional. Lorvão: Tipografia Lorvanense, 1936, p. 18.

²⁰ O sociólogo Léon Poinard percorreu o país, tendo publicado em 1912 o livro, traduzido para português, *Le Portugal inconnu: Portugal ignorado. Estado social, economico e político. Seguido de um appendice relativo aos ultimos acontecimentos*. Porto: Magalhães & Moniz Ld^a. Editores, 1912. Veja-se o pequeno mas elucidativo

É o caso do Padre Abel Varzim, que foi deputado à Assembleia Nacional do Estado Novo de 1938 a 1942. Formado em Lovaina, esteve ligado à fundação da Acção Católica Operária em Portugal, tendo criado em 1 de Maio de 1938 o jornal *O Trabalhador*, que se tornou uma voz incómoda em defesa dos direitos dos trabalhadores. Em 1948, tempo de repressão salazarista (foi encerrado o Movimento de Unidade Democrática, MUD, e um ano antes haviam sido demitidos cerca de vinte professores e assistentes universitários), o jornal foi fechado e Varzim destituído de todos os cargos importantes que tinha na acção social da Igreja, exilando-se para a sua terra natal. Daqui se conclui, que, apesar da força da propaganda, o Estado Novo e o seu conceito de “Estado Social” não resistiram às críticas da oposição, mesmo da oposição católica, que, por essa altura, e nas décadas seguintes, iria subir de tom. O “partido único” (mesmo que Salazar assim se recusasse a chamá-lo) e a polícia política tornaram impossível a vida democrática de um Estado que, na prática, não o queria ser, embora também não quisesse ser, nem agora nem no início, apelidado de “fascista”. Ou seja, de um Estado que tudo sacrificava a uma concepção corporativa estatista²¹, que impedia a afirmação, aliás desde o início, das liberdades fundamentais, consagradas, todavia, no artigo 8.º da Constituição, que foram logo regulamentadas no sentido de as inviabilizar. Mesmo as eleições, que tiveram algum significado a partir de 1945, não poderiam nunca aceitar a vitória das forças apelidadas de democráticas, que tendiam necessariamente para a

estudo de Fernando Falcão Machado, *Sociologia em Portugal*, separata da revista *Expansão*, de 1962.

²¹ Ver da nossa autoria o capítulo I, da Parte II, “República Corporativa e suas contradições”, do livro *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009 (2.ª edição), e o artigo “Os corporativismos e as «terceiras vias»”, in: ROSAS, Fernando e GARRIDO, Álvaro. *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 49-79.

afirmação não só de uma democracia social, mas também de uma democracia política²².

No que diz respeito ao “Estado social” corporativo, é particularmente significativo ler as palavras de Abel Varzim no citado jornal que dirigiu, já em tempo de falta de fé e de esperança na acção do Estado Novo:

Durante um certo tempo estivemos convencidos de que o Estatuto do Trabalho Nacional era um “sistema” bom. Fomos naturalmente levados a concluir que faltaram os homens capazes de o saber aplicar.

Mas treze anos de experiência levaram-nos a reconsiderar os nossos juízos, a rever a nossa opinião. Maior conhecimento dos homens, mais vasta cultura social, maior número de desilusões fizeram-nos concluir que os homens não eram tão maus como se dizia e que, portanto, a culpa era de uma mentalidade, de um ambiente, de um conceito de vida humana que se reflectiram no sistema que se adoptou.

O Estatuto do Trabalho Nacional parte de um grande erro psicológico e social de que não existe uma classe operária bem determinada na sua cultura e civilização, e que os membros da classe operária não são capazes de se governarem e elevarem a si mesmos. O Estatuto do Trabalho Nacional desconhece a classe operária, o seu valor, as suas capacidades, a sua imensa riqueza moral e nacional. Para ele há apenas trabalhadores, entidades patronais, profissões e Nação.

A raiz e o fundamento da sua ineficácia está nisto precisamente. Uma classe não deixa de existir pelo facto de a lei não ter tido conta da sua realidade. E como não deixa de existir, de se mover,

²² Ver LEMOS, Mário Matos e. *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República, 2012. Coordenação, Introdução e Conclusão de Luís Reis Torgal.

de ter aspirações e “elites” que influem na evolução, a lei não a pode atingir, ela escapa-se-lhe, e começa então o divórcio entre uma e outra. E mais do que divórcio, a luta. A realidade acaba, porém, sempre vencedora.

O Estatuto do Trabalho Nacional não poderá portanto, resolver o problema social, nem aplicado por homens bons, nem aplicado por homens medíocres.²³

O “Estado Social” corporativo renovado e o marcelismo

Esta concepção corporativa de Estado Social manteve-se como emblema principal, no tempo de Marcello Caetano e como grande instrumento da sua propaganda. Recorde-se, de resto, que ele estava ideologicamente mais próximo do que Salazar do corporativismo fascista de Mussolini que, quando foi apeado do Governo pelo Grande Conselho, em 1943, veio a criar a fantasmagórica República de Salò, junto do lago de Garda, com o nome de “República Social”.

Poucos dias depois da tomada de posse como presidente do Conselho, o que se verificou em 27 de Setembro de 1968, rotulava claramente o “Estado Corporativo” — já não falava de Estado Novo — de “Estado Social”. Dizia estas palavras no palácio de São Bento, sede da Assembleia Nacional, em 10 de Outubro de 1968:

O Estado Corporativo que a nossa Constituição consagra é necessariamente um Estado Social, isto é, um poder político que insere nos seus fins essenciais o progresso moral, cultural e material da colectividade, numa ascensão equilibrada e harmoniosa que, pela valorização dos indivíduos e pela repartição justa das riquezas, encurte distâncias e dignifique o trabalho. Tarefa bem

²³ “O sistema e os homens”, in: *O Trabalhador*, 5.10.1946.

árdua como todas as que assentam na formação, no esforço, na contribuição das pessoas, nela têm largo e importante papel as associações de base e, em especial, as associações profissionais ou de empresas. O Governo por si só não pode tudo. Só o esforço conjugado dos governantes e dos interessados pode conduzir com mais rapidez aos fins almejados.²⁴

Neste sentido, explicita o que já era normal no ideário do Estado Novo, ou seja, que “Estado Social” não significava “Estado Socialista²⁵, assim como volta a referir os defeitos do individualismo: “quem conheceu o ambiente individualista que reinava antes, a concorrência desregrada entre as empresas, a insegurança e desprotecção dos trabalhadores mau grado o direito à greve, não pode deixar de verificar que se operou uma mudança radical”. E apresentava então — explicitação recorrente — as vantagens da organização corporativa:

Hoje existe a consciência de que nenhum interesse pode esquecer a sua dependência de outros interesses e da subordinação dos interesses particulares aos gerais — da profissão, da produção ou da Nação. A organização corporativa disciplina a concorrência e procura manter a harmonia e o equilíbrio no seio de cada sector. E o trabalho vê reconhecida a sua dignidade, protegido por leis gerais, exercido à sombra de convenções colectivas, amparado por sindicatos vigilantes e dispondo de uma extensa e apertada

²⁴ In pequena colectânea intitulada exactamente *Estado Social*. Lisboa: Secretaria de Estado de Informação e Turismo, p. 5.

²⁵ Discurso proferido na Câmara Municipal do Porto, em 21 de Maio de 1969, in *ob. cit.*, p. 11

rede de instituições de previdência que importa estender e apertar ainda mais.²⁶

A primeira “Conversa em Família” foi, curiosamente, dedicada aos problemas económicos e financeiros, tema complexo, o qual, todavia, Marcello explicou através palavras simples, para todos compreenderem. Ela surgiu a propósito do orçamento geral do Estado de 1969. Marcello falou do grande investimento na Educação e da sua relação como o desenvolvimento económico, procurando mostrar a necessidade de estabilizar os preços e evitar a inflação, pois só produzindo mais e vendendo mais se conseguia manter os preços e subir os salários que produziam um aumento natural do consumo²⁷.

Como se vê, o uso da RTP foi uma das vantagens de Marcello Caetano em relação a Salazar, que apenas usou a Rádio²⁸ e raramente a televisão, nunca de modo personalizado. O processo de propaganda ou de formação da “opinião pública”, tema que Marcello analisou numa conferência realizada em 1965, altura em que, depois de ter sido reitor da Universidade de Lisboa (1959-1962), fez a sua “travessia do deserto” no que respeita a cargos do governo²⁹, pas-

²⁶ Discurso proferido no Ministério das Corporações, em 6 de Novembro de 1968, *idem*, p. 7.

²⁷ Cfr. “Vamos conversar em família...”. Primeira palestra pela Rádio e Televisão, em 8 de Janeiro de 1969, in: *Pelo futuro de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1969, pp. 69-79.

²⁸ Ver “A Radiofonia ao serviço do Estado». Os inícios da Emissora Nacional e o Salazarismo”, in: *A comunicación social transfronteiriza*. Segundo seminario europeo de comunicaci3n social. Pontevedra, 25 a 27 de febreiro de 1999. Universidade de Vigo-Faculdade de Ciencias Sociais, Universidade de Coimbra-Faculdade de Letras, 2000, pp. 93-116. Este artigo foi depois em parte integrado no livros *Estados Novos, Estado Novo*, vol. II. Sobre a televis3o, ver C3DIMA, Rui *Salazar, Caetano e a Televis3o Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1996.

²⁹ “A Opini3o P3blica no Estado Moderno”, in: *Ensaios pouco pol3ticos*, Lisboa, Verbo, 1971, p. 75 ss. Esta confer3ncia foi pronunciada a 10 de Maio de 1965, a convite da Associa3o dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e na sua sede. Foi repetida no dia 20 do mesmo m3s de Maio no Instituto de Estudos Pol3ticos de Madrid, sob o t3tulo “Pol3tica e Opini3o P3blica”. A reedi3o deste texto (a primeira edi3o havia-se esgotado) foi completada por dois outros que Marcello Caetano havia escrito e que serviram de base a dois discursos (era ainda ministro da Presid3ncia): um, proferido em

sou pelo pequeno ecrã. Tentava, através do meio mais moderno de comunicação e informação, justificar a sua política de “Renovação na continuidade”³⁰, atribuindo mesmo a si próprio uma feição simultaneamente de “esquerda” e de “direita”: “esquerda”, no sentido do movimento em relação à “reforma social” (a sua abertura ia ao ponto de falar das muitas cartas que recebia, a que não podia dar resposta pessoal, mas que eram encaminhadas para secretários); “direita” no que dizia respeito à “manutenção da autoridade do Poder para permitir a normalidade da vida dos indivíduos”. E, ainda nesta lógica, mantinha o “esforço em África”, onde morriam e sofriam em combate portugueses, “pretos e brancos, irmanados na mesma causa”, o que dizia merecer o “respeito aos estrangeiros”.³¹

Portanto, o “Estado Social” de Marcello Caetano, como o de Salazar, podia verificar-se na área da educação, da saúde, da assistência e através de múltiplas formas que não se podem pôr em causa. Mas seria sempre um “Estado Social” que tinha por limites o corporativismo — cujos órgãos eram considerados como associações públicas, integradas na Constituição — e que tinha como sustentáculo um “Estado forte”, expressão muito do agrado do salazarismo, como do marcelismo. Assim, não poderia nunca avançar no sentido da Democracia política, que supunha liberdades e a própria formação de tendências políticas, concretizadas ou não em partidos. Daí que falar na possibilidade de “eleições livres”, no sentido democrático, era entrar num mundo que não era o do Estado Novo, como não era do Estado Social marcelista. A reforma da Constituição de

Abril de 1956 na Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira em Lisboa, e outro em Maio de 1957, na abertura do Congresso da Federação Internacional dos Chefes de Redacção. Seja como for, mesmo estes textos, como os outros publicados no referido livro, eram considerados como fazendo parte de um elenco de discursos não oficial. Daí provavelmente o título do livro *Ensaio pouco políticos*.

³⁰ Ver *Renovação na continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971.

³¹ Ver “É preciso que a Nação seja mais rica”. Segunda palestra pela Rádio e Televisão, em 10 de Fevereiro de 1969, in: *Pelo futuro de Portugal*, p. 88 ss.

1971 poderia fazer pequenas alterações, mas nunca supor modificações essenciais. Qualquer tentativa no sentido de avançar para a Democracia correspondia afinal (também no dizer do marcelismo) ao que há muito se dizia e continuava a dizer no seio da “situação”, ou seja, à tentativa de operar um “golpe constitucional”.

Por esse motivo, os defensores do “Estado Novo” corporativo ou do “Estado Social” igualmente corporativo podiam dissecar as propriedades do sentido social do Estado — como o fez, por exemplo, o ministro salazarista-marcelista Gonçalves Rapazote³², que inclusivamente, por altura das eleições de 1973, distinguia o que chamava “democracia orgânica” e “democracia da revolução”³³, o advogado Ângelo dos Santos³⁴, que publicara em 1970 o livro intitulado *O Estado Social*, ou os membros da Acção Nacional Popular (ANP), em que se converteu a União Nacional, no seu congresso de Tomar de 1973³⁵ (realizado no mesmo ano em que as oposições efectuavam em Aveiro o Congresso da Oposição Democrática³⁶) —, mas não podiam jamais defender medidas de tendência demoliberal. Nem mesmo o puderam fazer alguns deputados mais “liberais” integrados na referida União Nacional (depois apelidada de Acção Nacional Popular no V e último congresso, do Estoril, em Fevereiro de 1970), depois de eleitos em 1969 e que constituíram a chamada “Ala Liberal”. Em breve pediam a demissão.

Ao nível da propaganda, como fizera primeiro o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e, depois do fim da guerra, o Secretariado

³² *Ao compasso da renovação*, vol. I: 1968-1969, e vol. II: 1969-1971, Lisboa, Ministério do Interior, 1969 e 1971.

³³ *A Propósito das Eleições. Democracia Orgânica ou Democracia da Revolução*, discurso pronunciado por Sua Excelência o Ministro do Interior, em Faro, em 14 de Outubro de 1973, Faro, s. ed., 14/out./1973.

³⁴ *O Estado Social*. Lisboa: Minerva, 1970.

³⁵ 1.º Congresso da Acção Nacional Popular. *Construindo o Estado Social*, ANP 1.º Congresso, Tomar 1973, 6 vols..

³⁶ 3.º Congresso da Oposição Democrática, *Teses*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

Nacional de Informação (SNI), e a Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT) do marcelismo, logo criada em 10 de Outubro de 1968³⁷, podia publicar, em várias línguas, os discursos de Marcello Caetano (ou alguns mais significativos) ou, numa colecção intitulada “Portugal de hoje” (“*Portugal de hoy*”, “*Portugal d’aujourd’hui*”, “*Portugal today*”), textos de temática diversa como *Perspectiva actual da economia portuguesa*³⁸, para mostrar o progresso que o país experimentava, ou, com grande ênfase, *A situação jurídica da mulher portuguesa*³⁹, onde procurava provar a igualdade dos sexos, desempenhando as mulheres funções de médicas e enfermeiras (até enfermeiras-paraquedistas), de investigadoras científicas, de operárias, ou até de governantes, ou mostrar com “orgulho” as *Tendências actuais da política social portuguesa*⁴⁰... Mas não se ultrapassavam certos limites consagrados como princípios basilares da política do país. Afinal os princípios que Salazar apresentara em 1936, no ano X da Revolução Nacional:

Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever. E sobre estas afirmações, ou, melhor, sobre estas certezas da consciência nacional, se pôde erguer, com lógica e quase sem esforço, todo um edifício político, uma concepção de vida e uma ordem moral.⁴¹

³⁷ Decreto-lei n.º 48.619, de 10 de Outubro de 1968.

³⁸ *Perspectiva actual da economia portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado de Informação e Turismo - Direcção-Geral de Informação, 1971.

³⁹ *A situação jurídica da mulher portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado de Informação e Turismo - Direcção-Geral de Informação, 1971.

⁴⁰ *Tendências actuais da política social portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado de Informação e Turismo - Direcção-Geral de Informação, 1971.

⁴¹ “As grandes certezas da Revolução Nacional”, discurso proferido em Braga, em 26 de Maio de 1936, por altura do décimo aniversário do movimento de 28 de Maio, in *Discursos e notas políticas*, vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1945, p. 130.

É, por isso que defendemos que — como dizia Mário Soares — Marcello era, na altura, “um melhor intérprete do salazarismo do que o próprio Salazar”. Em suma, o seu papel seria o de “continuar o *salazarismo sem Salazar*”. As suas palavras são eloquentes:

“[...] Marcello Caetano não veio ao poder para fazer evoluir o regime no sentido da democracia (em que nunca acreditou!) mas sim para assegurar a continuidade do salazarismo, de que foi um dos teorizadores e, durante longos anos, um servidor dos mais eminentes. Simplesmente, a continuidade do salazarismo implica adaptação aos tempos de agora, alargamento da sua base de apoio (perigosamente restrita) e, portanto, uma certa evolução ou rejuvenescimento, nos métodos de acção e no estilo. Essa é a «operação» em que Marcello Caetano está empenhado, tendo-a até agora executado (importa reconhecê-lo) com um virtuosismo e um «brio» que cumpre destacar!⁴²

O “Estado Social” era, assim, para Marcello apenas um conceito renovado, mas que se encontrava no espírito dos textos de Salazar. Basta, para melhor frisarmos esse aspecto, já, no entanto, claramente provado, recordar ainda um passo do fundador do Estado Novo, de 1930. Num importante discurso, a que veio a chamar “Princípios fundamentais da Revolução Política”, Salazar concluía:

Em suma: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos, com suas liberdades jurídicas fundamentais, são os organismos componentes da Nação, e devem ter, como tais, intervenção directa na constituição dos

⁴² *Escritos Políticos*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1969 (consultámos a 4.ª edição), pp. 166-167.

corpos supremos do Estado: eis uma expressão, mais fiel que qualquer outra, do sistema representativo.⁴³

É, todavia, de realçar que, se as palavras de Salazar tiveram influência no estrangeiro, onde se considerou que o Estado Novo era um “autoritarismo” ou uma “ditadura original”, diferente do fascismo, o “Estado Social” de Marcello Caetano foi para muitos, no interior do país, e ainda hoje é, um “liberalismo bloqueado” ou uma “transição falhada” para a democracia. A força da propaganda, com as suas imagens, supera em muito a leitura atenta e paciente dos textos e das realidades. O certo é que em 1973-1974 o Estado de Marcello Caetano exercia uma acção repressiva tão violenta como no salazarismo, conforme se pode ver através da forma como decorreram as últimas eleições para a Assembleia Nacional⁴⁴, nas quais se proibia o direito sempre afirmado de as listas da oposição desistirem e afirmava peremptoriamente a defesa do Ultramar, sem qualquer concessão, com críticas às Nações Unidas e aos imperialismos que estavam por detrás dos “heróis românticos das independências”⁴⁵.

A ambiguidade do conceito “Estado Social”

Começámos este texto com a reflexão de um constitucionalista sobre a realidade actual, tendo em conta a primazia, consoante a

⁴³ Salazar, *Discursos e notas políticas*, vol. I. P. 87.

⁴⁴ Ver LEMOS, Mário Matos e. *Ob. cit.*, p. 291 ss.. Uma das medidas tomadas consistia em retirar os direitos políticos aos candidatos que tivessem retirado a sua candidatura ou fizessem “declaração pública de incitamento dos eleitores à abstenção do acto eleitoral” (ver decreto-lei n.º 471/73, de 21 de Setembro, que reforça o decreto-lei n.º 37.570, de 3 de Outubro de 1949, o qual foi publicado em pequena brochura pela Imprensa Nacional, nesse mesmo ano).

⁴⁵ Cfr. CAETANO, Marcello. *Reflexão sobre o Ultramar*. Discurso na Assembleia Nacional em 5 de Março de 1974. Lisboa: SEIT, 1974. (por exemplo, p. 25).

ideologia expressa, dada aos fenómenos económico e financeiro ou aos fenómenos político e social, na sua vertente constitucional. Na verdade, também Salazar, e depois Marcello Caetano, quiseram dar maior significado à nação, entendida corporativamente, procurando afastar o Estado de uma concepção apenas arbitral. Para eles, a Nação, considerada de modo unitário, mas também parcelada organicamente em corporações, constituiria o motor da economia, contribuindo assim para a formação de uma Estado Social, para que o Estado teria de contribuir com a sua intervenção activa. Daí a defesa do intervencionismo por parte de Salazar e de Caetano. O primeiro, em 1940, considerando ainda que o conceito de “democracia” era um conceito a abater (reutilizou-o no fim da guerra, como o usara na juventude, quando era um democrata cristão, se bem que conservador, ideologia essa que começava, apesar de tudo, a vir ao de cima), pois ainda o via pelo lado da república liberal, afirmava, curiosamente num discurso em que analisou problemas político-religiosos, após a aprovação pela Assembleia Nacional da Concordata e do Acordo Missionário, o seguinte:

Quanto a nós que nos afirmamos por um lado anticomunistas e por outro antidemocratas e antiliberais, autoritários e intervencionistas, tão rasgadamente sociais quanto de nós exige o princípio de igualdade de todos perante os benefícios da civilização [...]⁴⁶

Por seu lado, Marcello Caetano continuará a integrar todos os corpos no Estado, pelo que seria difícil que a sua concepção de Estado Social não continuasse na senda salazarista, tomando uma

⁴⁶ “Problemas político-religiosos da Nação Portuguesa e do seu Império”. Discurso proferido na Assembleia Nacional, em 25 de Maio de 1940, durante a sessão em que a Câmara aprovou a Concordata e o Acordo missionário, assinados non Vaticano em 7 de Maio daquele ano, In *Discursos e notas Políticas*, vol. III, pp. 236-237.

forma e tendo uma prática não somente autoritária mas também totalitária. Em Junho de 1970 afirmava, sempre numa concepção corporativa, de que era (por assim dizer) militante, ainda mais do que o seu antecessor:

Já noutras ocasiões tive ensejo de afirmar que o corporativismo continua a ser válido (eu tentava-me dizer: cada vez mais válido) como organização e como doutrina.

Não me cansarei de repeti-lo.

É válido como organização, porque os sindicatos e os grêmios não devem ser instrumentos de combate ao serviço de movimentos ou de partidos e sim associações que tenham por único fito os interesses profissionais considerados no conjunto dos interesses de toda a comunidade nacional.

Os sindicatos e os grêmios não podem por outro lado ser tratados como associações privadas. O Estado dos nossos dias tem de constituir um Estado-social, em cuja estrutura encontrem o seu lugar as organizações de trabalhadores e de empresários. O trabalho, como a empresa, são elementos essenciais da moderna sociedade política. Por isso os sindicatos e os grêmios recebem da própria Constituição poderes consideráveis, não só de representação, mas também para celebrar essas verdadeiras leis de trabalho que são as convenções colectivas.

Mas o corporativismo também é válido como doutrina. Nesta o que há de essencial são dois pontos: primeiro, o de que trabalhadores e patrões estão ligados por interesses comuns, porque aos trabalhadores interessa que as empresas subsistam e prosperem e aos patrões convém ter empregados estáveis, dedicados à empresa e com boas condições de produtividade. Sendo assim haverá sempre campo de entendimento entre uns e outros. Logo

os problemas do trabalho devem ser pacificamente resolvidos entre grêmios e sindicatos.⁴⁷

«Estado Social» é, como se vê, um conceito-chave em Marcello Caetano que, com ele, quis re-identificar o corporativismo renovado e modernizado do Estado Novo de Salazar. Do mesmo modo pode falar-se em “Estado Social” no fascismo ou na “República social” de Mussolini.

Outra versão será o “Estado Social” socialista de sistema ou comunista, no qual o proletariado assume teoricamente uma função política, procurando terminar, numa linha historicista, com a «exploração do homem pelo homem», para sempre e em todo o mundo, numa visão internacionalista.

Em ambos os casos há, pois, uma tendência totalitária, com a afirmação de um Estado poderoso, mesmo carismático, e com a afirmação de ídolos ou salvadores nacionais ou internacionais, bem como a existência de “partido único”, e com a proibição da greve, embora no primeiro não se pretende um processo de socialização dos bens de produção, mas de harmonização do capital e do trabalho. A queda de ambos os sistemas tornou-se inevitável, com raras exceções.

Resultante de origens diversas surgiu e ressurgiu outra concepção de “Estado Social” a que se chamou também “Estado Providência”. Ou seja, sem negar a democracia ou as liberdades, pretendeu-se também que o Estado tivesse uma função essencialmente social. Daí falar-se em social-democracia ou em socialismo democrático, como se chegou a falar em Portugal depois do 25 de Abril de 1974, um pouco ingenuamente, em “socialismo original”. A sua concretização

⁴⁷ *O Estado dos nossos dias tem de constituir um Estado Social*. Discurso pronunciado no Palácio de São Bento ao receber os agradecimentos dos dirigentes corporativos em 15 de Junho de 1970. Lisboa, SEIT, 1970, pp. 4-5.

nos países nórdicos, considerado como tipo mais acabado, mercê da sua capacidade de organização, não pode, no entanto, esquecer a sua origem diversificada em experiências, ideologias e utopias. O conceito radica-se em visões tão diversas e tão antigas como as do «socialismo utópico», do marxismo e do chamado «socialismo científico» e das suas divergências, dos diversos sindicalismos, do cristianismo social, e mesmo do *new deal*, como resposta à grande crise de 1929-1930, das práticas de solidariedade do pós-guerra e das doutrinas capitalistas keynesianas, antiliberais, de intervencionismo estatal e de planificação macro-económica, de grande influência até à actualidade, inclusivamente nos Estados Unidos.

Portanto, são várias as expressões de “Estado Social”, o que é demonstrativo da sua ambiguidade, pois querem dizer coisas muito diferentes. Em todo o caso, nas várias versões, o Estado tem um grande significado interventivo e controlador, ao invés do liberalismo, como doutrina económica (não confundir com o liberalismo político, responsável pela defesa das liberdades ou da Liberdade e mesmo da Igualdade, sem excluir a Fraternidade). Este foi assumindo formas diferentes também, com recurso a argumentos novos, mas também a conceitos velhos para baralhar as consciências. Com efeito, se se viu apelar para um liberalismo sem fronteiras⁴⁸, para uma globalização ou um “mundo plano”⁴⁹, não se fez sem que se falasse também em “Estado Social”, assumido por partidos que se apelidavam de “democracia social” ou “democracia cristã”, de sociais-democratas ou mesmo de socialistas. Surgiu mesmo a ideia de que

⁴⁸ Ver FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. *Free to choose: a personal statement*. New York: Avon Books, 1981; FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose D.. *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1982. Está traduzido para português o livro: FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. *Liberdade para escolher*. Mem Martins: Europa-América, 1982. Ver ainda FRIEDMAN, David. *The machinery of freedom: guide to a radical capitalism*. New York: Harper & Row, 1973.

⁴⁹ Ver FRIEDMAN, Thomas L.. *The world is flat* (1.ª edição: 2005). Tradução portuguesa: *O mundo é plano: uma história breve do século XXI*. Lisboa: Actual, 2005.

a social-democracia poderia assumir uma forma nova de “terceira via” ou de “socialismo moderno”⁵⁰, menos baseado na cooperação do que na competição, na hiperprodução e no consumo, que em breve se transformaria numa espécie de capitalismo anárquico ou, como já se disse, de “cleptocapitalismo”. Daí que hoje haja uma grande faixa de ideologias contrárias a este capitalismo que vão da extrema esquerda às extrema direita, fazendo reaparecer o perigo de revoluções e até de guerras de efeitos incontrolláveis.

O que é mais estranho e grave neste quadro é que surgem democracias musculadas, orientadas por organizações internacionais, no quadro de uma Europa, antes liberal e agora controladora, que pretendem já não caminhar para um liberalismo radical, mas que impõem taxas e impostos, de que falava Gomes Canotilho (como vimos, no início deste ensaio), em tudo contrário ao Estado dos cidadãos e até às próprias Constituições, mas em nome da salvação nacional e até do “Estado Social”.

Todos estes equívocos têm levado a afirmações apressadas que careciam de maior cuidado explicativo, sobretudo quando publicadas em artigos de jornais, como a de Rui Ramos que afirmou que o «Estado social» em Portugal «foi salazarista antes de ser democrático»⁵¹. Obviamente que foi, embora com outro sentido bem diferente.

Portanto, ao falarmos de “Estado Social” em Marcello Catano e, antes, em Salazar, teremos de ter consciência que se trata de uma concepção diferente daquela para que se apela, em Portugal, como em outros países europeus, com um sentimento de perda. A Democracia tem uma componente política e social, indissociáveis. Por isso a perda de uma pode acarretar a perda da outra. Esta é

⁵⁰ Ver GIDDENS, Anthony. *The third way: the renewal of Social Democracy*, Cambridge, Polity Press, 1998, traduzido para português no ano seguinte: *Para uma terceira via: a renovação da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1999.

⁵¹ «Salazar na História», in *Expresso*, 24 de Julho de 2010, *Actual*, pp. 8-13.

uma das prevenções que teremos de ter em conta num tempo de crise ou, melhor, já num tempo da crise da crise, com um fim que nós desconhecemos, porque não somos “historiadores do futuro”, mas que, apesar de tudo, deveremos encarar com realismo mas com esperança

Ill fares de land era o nome da última obra de Tony Judt, título baseado num poema do século XVIII de Oliver Goldsmith⁵². “Algo vai mal no mundo” (em versão livre), mas não importa querer voltar para trás.

⁵² Ver JUDT, Tony, sobretudo *A grand illusion? An essay on Europe*, Douglas & McIntyre, 1996 (tradução portuguesa: *Uma Grande ilusão? Um ensaio sobre a Europa*. Lisboa: Edições 70, 2011-2012); e *Ill Fares the land*. New York: Penguin Press, 2010 (tradução portuguesa com o título *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70, 2011).

(Página deixada propositadamente em branco).

**A PROPAGANDA NAS DITADURAS
DE SIDÓNIO PAIS E DE SALAZAR.
AFONSO COSTA COMO INIMIGO POLÍTICO,
CONTRAPROPAGANDA
E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA**

Jorge Pais de Sousa

[O] Secretariado não é um instrumento do Governo mas um instrumento de governo.

...Politicamente só existe o que o público sabe que existe

Salazar, Discursos

O objeto deste ensaio é analisar a emergência do fenómeno da propaganda de guerra em Portugal e o processo histórico da sua apropriação para fins exclusivamente políticos pelas ditaduras de Sidónio Pais e de Salazar.

Com efeito, a participação de Portugal na I Grande Guerra Mundial implicou a necessidade de organizar e constituir um aparelho de propaganda intervencionista, pelo ministro da Guerra Norton de Matos (julho de 1915 a dezembro de 1917). A “guerra de Gabinetes”, como também ficou conhecida, é travada em todos os países beligerantes. E é a importância da consciência política em travar, na frente interna, a guerra da propaganda que faz da Grande Guerra

o primeiro conflito “total” do século XX, no sentido em que existe uma consciência, política e militar, de se travar, em paralelo, a guerra em duas frentes distintas: na frente “interna” uma guerra psicológica junto da opinião pública e publicada; e na frente externa uma guerra de trincheiras que obedece a uma tática desenvolvida pelo exército alemão.

É também no contexto da guerra interna, travada também pelos intelectuais, que o modernismo futurista se manifesta em Portugal. Primeiro, com a publicação dos dois números da revista “Orpheu” que vêm a público ao longo do primeiro semestre de 1915 e quase que coincido com a ditadura do general Pimenta de Castro. E, num segundo momento, com a publicação de “Sphinx: Revista de Novos”, cujos dois números são publicados durante o primeiro trimestre de 1917. E, no mês de novembro, é publicado o número único da revista “Portugal Futurista” que suscita a imediata apreensão pelas autoridades policiais.

Entretanto, o agravamento da crise económica e social e a mobilização que se segue, após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a 9 de março de 1916, e o consequente desembarque de tropas portuguesas para combater na Flandres francesa a partir de janeiro de 1917, precipitam o golpe de Estado comandado, a 5 de dezembro de 1917, pelo militar e catedrático Sidónio Pais. É em ditadura que Sidónio Pais se apropria do aparelho militar de propaganda intervencionista e direciona-o para a construção do seu carisma político, ao mesmo tempo que nomeia Diretor-Geral Homem Cristo Filho para dirigir, em Paris, a DSIPRPPAA, a primeira estrutura governamental criada em Portugal vocacionada, especificamente, para a propaganda.

Sustentamos que, sem um estudo sistemático da participação portuguesa na I Guerra Mundial em matéria de propaganda, quer na frente externa quer na frente interna, bem como do comportamento político de Homem Cristo Filho e de António Ferro, não é

possível perceber porque é que Salazar vai dar posse a este último, a 26 de outubro de 1933, como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN).

A terminar analisamos, como exemplo, o processo de propaganda que conduz Salazar a escrever a Nota Oficiosa “I Duas Escolas Políticas”, em que declara Afonso Costa como seu inimigo político a 17 de julho de 1934, e como, a partir de então, o SPN o trata como objeto de contrapropaganda e o Estado Novo o persegue politicamente até ao fim da sua vida.

A intervenção de Portugal na I Guerra Mundial implicou a criação de um gabinete e de estruturas de propaganda no Ministério da Guerra. A afirmação do modernismo futurista na frente interna

Portugal mobiliza e envia para combater em África, desde o verão de 1914 até 1919, ou seja, desde o início da eclosão até ao fim do primeiro conflito à escala mundial, cerca de 55 mil homens no teatro de guerra africano (34 600 das Forças Armadas metropolitanas e 19 500 soldados indígenas). Este dispositivo militar é instalado no teatro de guerra africano nas colónias de Angola e Moçambique, uma vez que estes territórios faziam fronteira, respetivamente, a sul e a norte, com duas colónias alemãs, a Damaralândia e a África Oriental Alemã. Os graves confrontos militares fronteiriços começaram primeiro em Angola e, posteriormente, estenderam-se a Moçambique, tendo-se registado incidentes militares fronteiriços graves que levaram os sucessivos governos portugueses a procederem ao reforço da defesa militar das duas maiores e mais importantes colónias.

É no quadro militar da guerra em África que ocorre o Golpe das Espadas em Lisboa e tem início, a 25 de janeiro de 1915, a Ditadura do general Pimenta de Castro. Esta termina com a eclosão da violenta

e sangrenta revolução constitucionalista de 14 de maio de 1915, que leva os democráticos a regressarem ao poder após a realização de eleições. Na sequência, o major Norton de Matos torna-se ministro da Guerra, durante o governo presidido por José de Castro. E detém esta pasta, ininterruptamente, entre 22 de julho de 1915 até ao 2.º governo da União Sagrada presidido por Afonso Costa, quando ocorre, a 5 de dezembro de 1917, o golpe de Estado de Sidónio Pais. Entretanto, a 9 de março de 1916 tem lugar a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em resultado da requisição dos navios alemães surtos em portos portugueses. Durante estes 17 meses de política intervencionista, coerente e sólida, foi possível preparar o Exército, designadamente através da organização das primeiras manobras militares no Polígono Militar de Tancos, para combater no exigente teatro de guerra europeu. Por isso, em fevereiro de 1917, o Corpo Expedicionário Português (CEP) é constituído por duas divisões que totalizam 55 000 homens. E estas, por sua vez, formam um Corpo de Exército integrado no dispositivo militar britânico estacionado para combate na Flandres francesa.¹

Na frente interna, e no quadro do que Emilio Gentile designou de “guerra dos intelectuais”, em janeiro de 1915, é publicado o primeiro número da revista Orpheu. E entre janeiro e março de 1917 são publicados dois números de “Sphinx: Revista de Novos”, onde colaboram entre outros os estudantes de Belas Artes, Carlos Ramos, Leitão de Barros e Cotinelli Telmo. Em novembro de 1917 - mas logo apreendida pela polícia - sai a público a revista Portugal Futurista. Nesta se percebe a clara influência da estética da vanguarda futurista de Marinetti e também da filosofia do Super-homem de Nietzsche (1844-1900), para a chamada Geração de Orpheu, designadamente,

¹ Sobre o número total dos efetivos portugueses combatentes em África e na Europa, cf. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano - *Nova História Militar de Portugal*. vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. ISBN 972-42-3209-3, pp. 25 e 27.

no Ultimato do engenheiro Álvaro de Campos, o heterónimo futurista de Fernando Pessoa, e sobretudo no Ultimato Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX de Almada Negreiros. Sublinhe-se, pois, que a publicação destas três revistas abre ou antecede, respetivamente, as ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais.² Todavia, e comparando com os sequazes de Marinetti em Itália, em dois aspetos o comportamento político dos intelectuais futuristas portugueses se diferenciou historicamente. Primeiro, não são conseqüentes com a apologia guerrista e a sua esteticização e, por isso, não se mobilizaram como voluntários para combater na guerra de trincheiras. Segundo, e no pós-guerra, também não constituíram um Partido Futurista (PFI) para terem intervenção política no campo partidário como aconteceu em Itália. Porque muito cedo, como é sabido, os futuristas de Marinetti vão associar-se aos “Fascios di Combattimento” de Mussolini. Aliás, os “Fascios” futuristas constituíam as células estruturantes da organização do Partido Futurista Italiano dirigido por Marinetti. E não é por acaso que está em aberto o debate na historiografia italiana para saber em que medida é que a linguagem estética do fascismo não resultou da apropriação das propostas, estéticas e políticas, preconizadas por Filippo Marinetti nos seus escritos teóricos e na sua intervenção política.³

O que não significa que os membros da denominada Geração de Orpheu, individualmente considerados, não venham a ter intervenção política. Fernando Pessoa, por exemplo, vai militar no Núcleo de Acção Nacional e, nessa qualidade, escreve e publica o jornal “Acção” órgão de imprensa desta organização sidonista e nacionalis-

² Procedendo a uma análise comparada, dedicámos à relação entre os futuristas e a república o seguinte ensaio: SOUSA, Jorge Pais de. “Os Futuristas e a República”, in: MARNOTO, Rita (Coord.) - *Leonardo: Causa Pública*. Coimbra: Imprensa da Universidade; Instituto de Estudos Italianos, 6, 2011. ISBN 978-989-26-0130-4, pp. 187-240.

³ Cf. SOUSA, Jorge Pais de. “Os Futuristas e a República”, in: MARNOTO, Rita (Coord.). *Leonardo: Causa Pública*. pp. 188-192.

ta. É nele que publica pela primeira vez, a 27 de fevereiro de 1920, a célebre ode sidonista À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais. Recorde-se que o poeta órfico escrevera antes, entre os dias 5 e 8 de dezembro de 1917, ou seja os dias do golpe de Estado comandado pelo militar e catedrático Sidónio Pais, vários poemas contra Afonso Costa e a concepção democrática de República que este, em termos políticos, defendeu e protagonizou. Foi neste sentido que analisámos, por exemplo, o conteúdo ideológico e paradigmático dos seguintes poemas pessoais: Marcha Fúnebre [RPRIP - República Portuguesa Requiescet in Pace] e Afonso Costa.⁴ Todavia, e antes, entre os meses de fevereiro e março de 1917, são publicados, também em Lisboa, dois números da revista *Sphinx: Revista de Novos*. Uma revista estudantil que, quanto a nós, é muito pobre ao nível da cultura literária e gráfica, e neste sentido tem muito pouco de “novo”. Na verdade, em nada cumpre os preceitos do Manifesto tecnico della literatura futurista, publicado por Marinetti em 1912.⁵ O texto que abre o primeiro número da revista é da autoria de Celestino Soares, então aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, e pretende situar a publicação no panorama intelectual português, mas o que é sintomático em termos intelectuais é que se refere a Nietzsche sem nunca identificar o filósofo de Rocken:

A nossa revista é, pois, mais uma das muitas tentativas para a Emancipação do Espírito que a Civilização e as Escolas transformaram, por forma a fazer do homem de hoje - uma “criatura anti-humana, sem beleza, sem força, sem liberdade, sem riso, sem

⁴ Sobre a militância sidonista de Fernando Pessoa e a sidonofilia de Salazar patente na trasladação da urna do “Presidente-Rei” para o Panteão Nacional no dia 5 de Dezembro de 1996, em plenas comemorações pelo Estado Novo do 40.º Aniversário da Revolução Nacional, cf. Id., o. c., pp. 207-234.

⁵ Cf. MARINETTI, Filippo. *Teoria e Invenzione Futurista*. 6.ª ed. Milão: Arnaldo Mondadori, 2005. ISBN 88-04-22037—6, pp.46-54.

sentimento, e trazendo em si um espírito que é passivo como um escravo ou impudente como um histrião’, de tal modo que ‘todos, intelectualmente, são carneiros trilhando o mesmo trilho, balando o mesmo balido, com o focinho pendido para a poeira onde pisam em fila as pegadas já pisadas.’⁶

É só no segundo e derradeiro número de “Sphinx: Revista de Novos” que é publicada a ficha técnica da publicação. Esta informa que o seu secretário e editor é Luís de Almeida Nogueira, então estudante de Medicina. Esta revista de estudantes do ensino superior de Lisboa surge dividida em Literária e Artística. Laura de Almeida Nogueira e Celestino Soares, este é aluno da Faculdade de Letras, são os diretores literários. José Leitão de Barros e Cottinelli Telmo, ambos alunos da Escola de Belas Artes, asseguram a direção artística. No grupo de fundadores surgem primeiramente nomeadas Teresa Leitão de Barros e Laura de Almeida Nogueira. Os nomes das duas mulheres são os únicos que não surgem associados à frequência de uma escola de ensino lisboeta, pelo que devemos deduzir que não faziam estudos superiores. Carlos Chambers Ramos, Cottinelli Telmo e José Leitão de Barros estudam arquitetura na Escola de Belas Artes. Luís de Almeida Nogueira, Luís Reis Santos e Luís Simões Raposo são alunos na Faculdade de Medicina. José Mercier Santos é aluno do Instituto Superior Técnico.⁷

É durante a ditadura de Sidónio Pais que vários destes estudantes participam na fundação da Sociedade Lusitânia Films, no ano de 1918, com vista a controlar os setores da produção, distribuição e exibição de filmes em Portugal. A sociedade é gerida por Celestino Soares, o diretor artístico é Luís Reis Santos, sendo os restantes

⁶ SOARES, Celestino. “É muito difícil traçar um plano...”, in: *Sphinx: Revista de Novos*. Lisboa, [fev. 1917], n.º 1, p. 1.

⁷ Cf. *Sphinx: Revista de Novos*. Lisboa, março de 1917, n.º 2, p. 23.

sócios Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, António Mexia Salema, João Contreiras Queriol, e Luís Roquete. O sócio que financia a Sociedade Lusitânia é Júlio Fernandes Potes, estudante liceal finalista e filho de abastados lavradores.⁸ E nem por acaso, a Sociedade Lusitânia Films vai começar por produzir cinco documentários de “atualidades”, onde Sidónio Pais é o protagonista principal, a saber: Tourada de Gala no Campo Pequeno; O Dr. Sidónio Pais no sul do país; Manobras no campo entricheirado de Lisboa; Parada Militar; e 5 de Outubro.⁹

Ao mesmo tempo, e no campo universitário, a “guerra dos intelectuais” nacionalistas tem o seu auge na publicação, entre 1916 e 1918, dos principais trabalhos académicos de Salazar e que lhe permitem ascender à cátedra de Economia Política e Finanças. Em *Questão Cerealífera: O Trigo e O Ágio de Ouro: Sua Natureza e suas Causas*, dois estudos publicados em 1916, sob o título conjunto de *Estudos de Economia Nacional*. E no artigo *Alguns Aspectos da Crise de Subsistências* (1918), Salazar propõe a criação de um “ditador de víveres.”¹⁰ para a resolução deste problema. Ou seja, percebemos que existe um objeto de estudo comum na preparação dos trabalhos universitários de Salazar e que é a análise e as consequências da I Guerra Mundial na economia e nas finanças portuguesas. Em suma, Salazar especializou-se em economia de guerra.

Ainda na frente interna, mas na perspetiva governamental da “Guerra de Gabinetes” e no esforço de promoção de uma política intervencionista existe, sobretudo no major Norton de Matos, a consciência militar de se estar perante a primeira guerra “total”. E para a estruturação dessa consciência política muito contribuiu a recepção,

⁸ Cf. COUTINHO, Bárbara dos Santos. *Carlos Ramos (1897-1969): Obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição*, vol. I, p.. 28.

⁹ Cf. *Id.*, *Ibidem*.

¹⁰ Cf. SOUSA, Jorge Pais de. *O Fascismo Catedrático de Salazar: Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011. ISBN 978-989-26-0020-8, pp. 276-282.

em Portugal, da obra de Gustave Le Bon (1841-1931). Médico de formação, Le Bon fundara a chamada psicologia social no final do século XIX ao publicar livros como *Lois Psychologiques de L'Évolution des Peuples* (1894) e, sobretudo, o famoso *Psychologie des Foules* (1895). À medida que o conflito se desenrola este torna-se para este médico uma espécie de laboratório vivo e, neste sentido, objecto de estudo privilegiado no quadro mais geral das suas investigações. As traduções dos livros que escreveu, em pleno conflito, são publicadas em Portugal com uma enorme rapidez. Assim, e publicados no ano de 1916, temos os dois livros: *Ensinamentos Psicológicos da Guerra Europeia*; e *As Primeiras Consequências da Guerra: Transformação Mental dos Povos*.

A consciência política em conhecer o esforço de guerra levado a cabo pelos países Aliados levava a que *O Espelbo: Jornal Ilustrado* (1914-1918), de origem brasileira, e com publicação em Londres, ou seja, um jornal de tipo magazine muito cuidado, em matéria de qualidade gráfica dos textos, fotografia e ilustração, circulasse e fosse lido em Portugal.

Em Paris, porém, desde a primeira hora em que o conflito estalou que João Chagas desenvolveu um esforço diplomático de índole intervencionista, como o provou um estudo recente efetuado com base na análise da correspondência diplomática que estabeleceu com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Assim, e logo que este objectivo político-diplomático foi concretizado, e para apoiar em termos de propaganda o esforço de guerra realizado pelo Corpo Expedicionário Português (CEP), com o primeiro desembarque na Flandres acontecido em Janeiro de 1917, passou a ser publicada na capital francesa *Portugal na Guerra: Revista Quinzenal Ilustrada*,¹¹ entre Junho e Novembro de 1917, com direção de Augusto Pina.

¹¹ Ver: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/Periodicos/PortugalnaGuerra/PortugalnaGuerra.htm>

Os sete números desta revista são vendidos e divulgados em países como a França, Portugal e Brasil. A ficha técnica da publicação informa que ela dispunha de um “serviço fotográfico especial junto das tropas portuguesas em França a cargo de Arnaldo Garcez”. Trata-se de um revista com uma boa qualidade gráfica e o conteúdo das suas reportagens denota o carácter oficial da publicação. É neste sentido que, por exemplo, se compreende que os dois últimos números publicados, em Outubro e Novembro de 1917, apresentem uma cobertura, jornalística e fotográfica, da visita do presidente da República Bernardino Machado e do presidente do Ministério Afonso Costa, às tropas portuguesas estacionadas no “front” francês. Significativo também, mas agora em termos de política de contramobilização sidonista, é o facto desta revista *Portugal na Guerra* ter sido suspensa e deixado de ser publicada após o golpe de Estado de 5 de dezembro de 1917.¹²

No que respeita à estrutura de apoio militar e de propaganda que o major Norton de Matos organiza no Ministério da Guerra, este gabinete tinha a chefia-lo o capitão Almeida Santos e contava: no domínio técnico-militar, com a colaboração dos capitães António de Almeida, Florentino Martins e Salvador José da Costa, e do tenente José Fernandes; enquanto, no campo da propaganda, tinha como colaboradores o pintor Sousa Lopes e o fotógrafo Arnaldo Garcez. O livro de Norton de Matos *Memórias ao Longo de Uma Vida*, constitui uma fonte decisiva para se perceber e reconstituir toda a sua ação política à frente do Ministério da Guerra entre julho de 1915 e dezembro de 1917.

Inseriu-se também no campo da propaganda do esforço de guerra, o convite formulado por Norton de Matos a Jaime Cortesão

¹² Cf. SOUSA, Jorge Pais de. *O Fascismo Catedrático de Salazar: Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*, pp. 32-34.

para escrever uma nova *Cartilha do Povo*. Esta é publicada para esclarecer os soldados e a população em geral, como escreveu o seu autor, Jaime Cortesão, um destacado intelectual do movimento da Renascença Portuguesa, então capitão médico voluntário no “Front” francês e também deputado pelo PRP/Partido Democrático. Trata-se de um texto escrito, num estilo de perguntas e respostas, para apelar ao sentimento pátrio do soldado combatente. A pensar por certo que, à boa maneira republicana, esta cartilha devia ser lida também em voz alta e suscitar a discussão e o debate entre os soldados mobilizados para a frente de combate, uma vez que na sua maioria tratavam-se de combatentes analfabetos ou com enormes défices de instrução. É neste quadro da condução da guerra entre gabinetes que a nova *Cartilha do Povo* foi editada no Porto, pela Renascença Portuguesa, e atingiu o número inusitado, para a época, de 100 mil exemplares impressos. E a verdade é que, não obstante esta tiragem elevadíssima, não se encontra hoje esta publicação nas principais bibliotecas públicas.

Por outro lado, a moderna condução política da guerra de Gabinetes levou a que o ministro da Guerra Norton de Matos criasse dois organismos oficiais dentro do Exército para divulgarem, amplamente, o esforço de guerra português, pelo recurso à imagem fixa e à imagem em movimento, referimo-nos ao Serviço Fotográfico do CEP e à Secção Cinematográfica do Exército.

No campo da fotografia, António Pedro Vicente teve a oportunidade de estudar que a I Guerra Mundial foi o primeiro conflito “fotografado a partir de dentro”, na medida em que os fotógrafos, na maior parte dos casos figuras anónimas, registavam imagens oficiais sobre o duro quotidiano dos soldados nas trincheiras, as casas destruídas, as crateras abertas pelas bombas, sendo certo que a morte e o ferimento brutal que originam a mutilação dos corpos dos combatentes – tendo em linha de conta os ensinamentos da

guerra psicológica de Gustave Le Bon – não eram mostrados para evitar a desmoralização dos soldados e da opinião pública.

Apesar destas limitações na cobertura fotográfica, a câmara oficial de Arnaldo Garcez realizou, num primeiro momento, a reportagem da preparação militar a que foi sujeita a Divisão de Instrução em Tancos, desde a sua concentração, instrução, até ao embarque para a Flandres. Num segundo momento, foi-lhe conferido o posto de alferes equiparado para seguir para França e produzir na frente de combate imagens relativas a diferentes aspectos da campanha militar realizada pelos combatentes portugueses em solo francês. Em França, fotografou os exercícios militares, os batalhões a caminho da frente de combate, o quotidiano dos “serranos” nas trincheiras, os encontros entre estados-maiores, as visitas ministeriais e presidenciais, até aos desfiles do exército português nos Campos Elísios, durante o 14 de Julho, etc. Em todas as situações, Arnaldo Garcez desenvolveu o seu trabalho de recolha de imagens sempre na qualidade de fotógrafo, oficial e exclusivo, do CEP, servindo-se da objectiva da sua câmara para transmitir, sobretudo, imagens sobre a realidade e a sofisticação técnica atingida por este fenómeno marcial.

O cinema foi também um sector da propaganda onde a temática da participação portuguesa na I Guerra Mundial ficou amplamente registada. A análise da obra *Prontuário do Cinema Português*, de José de Mattos Cruz, comprova esta afirmação. Por exemplo em 1914, ou seja, no primeiro ano do conflito, foram produzidos em Portugal um total de 35 filmes, sendo que 14 de entre estes tratam temáticas relativas à guerra. O que é bastante significativo, sobretudo, se tivermos presente que o conflito se iniciara no mês de Agosto. Assim, nos 14 filmes considerados, surgem imagens relativas à organização de paradas e de exercícios militares, embarques de tropas expedicionárias para combater em África, manifestações de apoio às nações aliadas, etc. Não podemos esquecer, ainda, que os 3 filmes rodados sobre o 5 de Outubro incluem também imagens

com desfiles militares. O que significa também que, em apenas 4 meses de conflito, a temática da guerra alastrara e passa a ser objecto de actualidade noticiosa e de cobertura cinematográfica. Enquanto no ano de 1915 se regista uma quebra comparativa, quer em termos de número total de filmes produzidos, apenas 27, quer quanto aos filmes que abordam a temática da guerra, apenas 7. É possível aventar que o facto da ditadura pimentista ter vigorado durante cinco meses ajude a explicar esta quebra geral na produção cinematográfica, tal como o acentuar das dificuldades sentidas com o alongar e o agravamento do conflito. No entanto, e já coincidindo com o desenvolvimento da política intervencionista que Norton de Matos desenvolve no Ministério da Guerra, constata-se que no ano de 1916 a produção geral de filmes cresceu para 74 películas e, de entre elas, 19 abordam a temática da guerra. A explicar o aumento desta produção cinematográfica está, sem dúvida, o facto de Norton de Matos ter criado neste ano de 1917 a Secção Cinematográfica do Exército. Um organismo que produziu oito (8) dos filmes que tratam esta matéria, ou seja, metade dos filmes que se produziram em 1917 sobre a guerra. Atentemos nos títulos das películas produzidas e na preocupação em divulgar os aspectos mais amplos e diferenciados da política de esforço de guerra, a saber: “Entrega da Bandeira de Lisboa ao Cruzador Vasco da Gama”; “Escola de Aviação em Vila Nova da Rainha”; “Escola de Oficiais Milicianos em Queluz”; “Lançamento da Canhoneira Bengo”; “Participação de Portugal na Guerra; Provas Finais dos Alunos da Escola de Guerra”; “Transporte de Tropas para França; e “Tropas Portuguesa no Front”.¹³

¹³ Cf. SOUSA, Jorge Pais de. *O Fascismo Catedrático de Salazar: Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*, pp. 94-98.

A ditadura de Sidónio Pais apropria-se das estruturas militares e cria a primeira Direção-Geral de propaganda

Há um aspecto importante a destacar em resultado da instauração da ditadura de Sidónio Pais, é que esta última assinala uma ruptura com a anterior dimensão estritamente civilista de sete anos de exercício da magistratura da presidência da República. Até então o país conhecera três presidentes da República civis, Teófilo de Braga, Manuel de Arriaga e Bernardino Machado. Em tempo de guerra, a condição dupla de Sidónio Pais, como professor catedrático de Cálculo Diferencial e Integral da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra e, simultaneamente, de Major de Artilharia, leva a que este opte por aparecer em público envergando o uniforme de militar. A opção pela sua condição castrense associada ao estatuto de Presidente da República, que por inerência do cargo comanda as Forças Armadas, permite-lhe também tirar partido dos instrumentos de propaganda de guerra e colocá-los ao serviço da construção do seu carisma pessoal e da sua imagem política, externa e internamente. Sidónio Pais abriu, portanto, um precedente castrense na história da mais alta magistratura republicana durante a chamada “República Nova”, o qual será depois retomado e assumido, mais tarde, durante todo o Estado Novo. Ao suspender a Constituição de 1911 e dissolver o Congresso, exilar o presidente da República Bernardino Machado e mandar prender o presidente do Ministério Afonso Costa, Sidónio Pais envereda por uma via de ditadura presidencialista de governo, segunda a qual o presidente da República concentra e acumula com as funções de presidente do Governo. Porventura, a rotura completa com a República parlamentar fundada a 5 de Outubro de 1910 ficou bem visível na forma como Sidónio Pais mandou prender e manteve detido Afonso Costa. É no seu regresso da conferência dos governos aliados, realizada em Paris, que é “preso no Porto, transportado para o forte da Trafaria, depois para Elvas onde, durante três meses,

ficou encerrado.”¹⁴ Acontece que o presidente do Governo esteve preso durante este tempo sem nunca ter sido ouvido, acusado e julgado. É o arbítrio completo. E quando Afonso Costa é libertado no dia 30 de março de 1918, curiosamente, nesse dia é publicado o decreto eleitoral sidonista que legisla sobre matéria constitucional. Entre outras medidas, decreta-se a representação profissional para parte do Senado, mas veja-se a rotura com a tradição parlamentar - inscrita no preâmbulo do diploma - e que remonta à instauração do liberalismo em Portugal:

Em verdade, a experiência demonstra que um dos maiores vícios do parlamentarismo, entre nós, é a confusão vulgaríssima entre os dois poderes Legislativo e Executivo. Fazer que o primeiro gere o segundo é envolver este na dependência da paternidade política. Para haver independência mútua é preciso que ambos os poderes tenham origem igual e sejam, assim, igualmente fortes, que ambos desempenhem a sua missão e vão a seu fim sem se dominarem ou confundirem.

Por isso o governo não só preferiu adoptar a eleição presidencial directa, mas arroga ao Executivo algumas atribuições imprescindíveis ao exercício de tal poder, que não se encontravam claramente expressas na Constituição de 1911, do que muito desprestígio adveio ao nosso sistema político.¹⁵

Sabemos que a redação da lei eleitoral sidonista é feita e supervisionada pelo ministro da Justiça Martinho Nobre de Melo (1891-1985). Na verdade, é este professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde era colega de Afonso Costa e seu antigo aluno em Coimbra, que convida os integralistas Hipólito

¹⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Afonso Costa*. 2.^a ed. Lisboa: Arcádia, 1975, p. 41.

¹⁵ *Diário de Governo*, I Série, Decreto 3 997, n.º 64, pp. 292-293.

Raposo e António Sardinha para elaborarem o diploma que seria, no seu entendimento e segundo as suas palavras: “uma lei, espécie de Constituição provisória no quadro da qual as instituições se movimentassem...”¹⁶ Oito anos mais tarde, após o golpe de Estado do 28 de maio de 1926 que instaura a Ditadura Militar, é o mesmo Martinho Nobre de Melo que, agora na condição de ministro dos Negócios Estrangeiros, exonera Afonso Costa das funções de representante de Portugal na Sociedade das Nações (SN). E porque é que Sidónio convidara Martinho Nobre de Melo para ser seu ministro da Justiça? Porque procurava “um moço, com ideias novas, que pudesse harmonizar-se com os tempos novos.”¹⁷ Não é, pois, por acaso que o adjetivo “novo” qualifica a República e a “situação” política ditatorial imposta por Sidónio Pais ao país e assume um significado político, jurídico e estético, que também lhe advém da emergência do contexto belicoso subjacente à linguagem da vanguarda futurista. Este plasmara-se, em Itália, nos trabalhos e no pensamento jurídico-político sobre o *Stato Nuovo* do catedrático de Direito Alfredo Rocco (1875-1935), ou seja, um dos mais importantes intelectuais do fascismo corporativista e que, entre 1925 e 1932, se torna ministro da Justiça de Mussolini.

Para reforçar, no entanto, a construção do seu carisma e da sua imagem política, o “novo” ditador Sidónio Pais faz da cidade de Lisboa um palco de eleição, onde as paradas e os desfiles militares se tornam numa constante durante a sua presidência. Por exemplo, no dia 10 de dezembro de 1917, assinalou e comemorou o êxito do seu golpe de Estado, com uma parada militar que desfilou pela Rua Joaquim António de Aguiar, Avenida da Liberdade, até ao obelisco dos Restauradores. Parada em que Sidónio surge em público

¹⁶ Entrevista com um Ministro de Sidónio: Nobre de Melo, em ANTUNES, José Freire. *A Cadeira de Sidónio: Ou a Memória do Presidencialismo*. Mem-Martins: Europa-América, 1981, p. 173.

¹⁷ Id., *o. c.*, p. 170.

montando a cavalo e envergando o uniforme militar - o mesmo que era utilizado pelas tropas expedicionárias - ostentando logo a graduação de general de cinco estrelas, própria do comandante em chefe das Forças Armadas. Este cuidado com a encenação militar foi ao ponto de ser, por diversas vezes, fotografado e filmado em pose equestre a montar um elegante cavalo Alter Real que lhe fora oferecido.

Em termos de psicologia das multidões, a utilização do uniforme pelo presidente da República permite a Sidónio Pais estabelecer uma identificação e um contacto de proximidade e, neste sentido, apresentar-se como mais um soldado/cidadão que comunga com o “povo” a conjuntura crítica de guerra, de fome e de doença - tifo e pneumónica -, agravadas pelo contexto de uma crise económica e social impiedosa que acompanhou o final do conflito e a governação sidonista durante o ano de 1918.

No que respeita à instrumentalização dos organismos oficiais de propaganda ao serviço da projecção da imagem política interna do “Presidente-Rei” é de sublinhar que Sidónio Pais procedeu à fusão das duas estruturas criadas pelo ministro da Guerra Norton de Matos. E, deste modo, a 8 de Maio de 1918, o *Diário do Governo* publica o decreto que cria e regulamenta a “nova” Secção Fotográfica e Cinematográfica do Exército. Repare-se, no entanto, na amplitude do objecto que é atribuído a este organismo militar vocacionado, supostamente, para fazer a propaganda de Portugal:

Registrar para serem utilizados na projecção fixa e animada, todos os assuntos relativos à educação e preparação do exército, na paz e na guerra, e tudo quanto possa aproveitar à instrução pública, à educação física e à propaganda de Portugal no estrangeiro, quer pela cinematografia de assuntos panorâmicos e regionais dos mais interessantes do nosso país, quer pela reprodução de monumentos, obras de arte e documentos oficiais ou históricos

que possam interessar às repartições do Estado, estabelecimentos de ensino, arquivos, bibliotecas e museus.¹⁸

Citamos, em seguida, cinco títulos de filmes produzidos pela Secção de Fotografia e Cinema do Exército (SFCE) e que não constituem mais do que viagens de propaganda de Sidónio Pais e de promoção do seu partido, o Partido Nacional Republicano (PNR): “Colégio Militar (exercícios militares com a assistência do presidente da República)”; “Proclamação do Senhor Dr. Sidónio Pais”; “A Última Parada a que Assistiu o Presidente Sidónio Pais”; “Viagem ao Norte do Presidente Sidónio Pais”; e “Viagem Presidencial a Elvas”. Ainda no plano da cinematografia, a estes filmes oficiais que promovem o “Presidente-Rei”, acrescem os que a nova Sociedade Lusitânia Films vai produzir, ou seja, cinco documentários de “atualidades”, onde Sidónio Pais é o protagonista principal, a saber: “Tourada de Gala no Campo Pequeno”; “O Dr. Sidónio Pais no sul do país”; “Manobras no campo entricheirado de Lisboa”; “Parada Militar”; e “5 de Outubro”.

Homem Christo Filho e António Ferro nascem para a propaganda política durante a ditadura sidonista

E que o carisma e a imagem cesarista de Sidónio Pais funcionaram em pleno para o seu tempo e que arrastavam multidões não restam dúvidas, como se pode ver pelo testemunho do primeiro editor da revista “Orpheu”, António Ferro (1895-1956), o primeiro editor da revista “Orpheu”. É bom ter presente que foi durante o mês de Novembro de 1917 que a revista “Portugal Futurista” veio a público entre nós, ou seja, a estética da vanguarda futurista é

¹⁸ SOUSA, Jorge Pais de. *O Fascismo Catedrático de Salazar: Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*, p. 134.

divulgada em vésperas da emergência da Ditadura Sidonista, bem expressa no *Ultimato Futurista: Às Gerações Portuguesas do Século XX* de Almada Negreiros, onde este afirma – citando Marinetti - que “a guerra é a grande experiência”.

Por outro lado sabemos que António Ferro nasce para a política, em plena guerra e também na sequência da experiência ditatorial *Dezembrista*. Na verdade, o então estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi mobilizado para Angola como oficial miliciano no início de 1918. Antes da mobilização de António Ferro ter lugar, Sidónio Pais nomeara o capitão de fragata Filomeno da Câmara (1873-1934) governador geral de Angola. Filomeno da Câmara, por sua vez, consegue a nomeação de António Ferro para seu oficial às ordens, de modo que este se torna seu colaborador pessoal e admirador político. Uma vez que, em pouco tempo, Filomeno da Câmara nomeia-o secretário geral da província de Angola e, tudo isto, numa altura em que o jovem oficial miliciano António Ferro tem vinte e três anos.

Vejamos, no entanto, o que António Ferro escreveu mais tarde sobre o “magnetismo” do presidente da República Sidónio Pais:

Foi Sidónio Pais, a figura esbelta de Sidónio, o nosso primeiro republicano sem barrete frígio, quem me arrancou a este adormecimento, a esta modorra. A primeira vez em que o vi – lembro-me bem! - encontrava-me precisamente no Martinho, no quartel general da minha indolência. Sidónio regressava do Porto. Grande multidão o aguardava diante da Estação do Rossio e suas imediações (...) Mas quando Sidónio Pais assomou à porta da estação, com o seu perfil já lendário, com aquela máscara, de traços fins mas nítidos onde se espelhava a nossa própria vontade, rodeado pelos seus ajudantes, impecáveis e juvenis nas suas fardas novas, algo de magnético se passou, algo de misterioso aconteceu – asa de anjo que me sacudiu, de anjo viril... - que me obrigou a subir

para uma cadeira e a dar palmas, a dar vivas, freneticamente, como todos os outros (...)

E foi então que senti, pela primeira vez, a beleza, o sentido poético da palavra chefe, quando este não é um tirano; foi então que percebi o erro, a doença da minha poesia ao compreender definitivamente que as nações só se prestigiam através da grandeza da suas figuras e nunca, através da pequenez dos seus figurantes. A imagem de Sidónio Pais, “viva estátua equestre”, como alguém lhe chamou, ainda me deslumbrou, me fascinou em diversas paradas e desfiles onde o seu perfil magnetizava sempre as multidões. E a ele devo esta certeza que nunca mais abandonou: A poesia das nações, a sua poesia heróica, não está nas alforjas, nas associações secretas, ou até nos parlamentos, mas nos seus chefes ou nos seus reis, naqueles que podem ser derrubados, mortos, mas deixam as suas pátrias bem erguidas, mais altas, nos próprios pedestais donde foram apeados, violentamente, pelas paixões dos homens.¹⁹

Enquanto o jovem António Ferro se impressiona com a presença e o carisma de Sidónio Pais e a “entourage” castrense que o rodeia, e reconhece nele a figuração plena do “chefe” em política, por essa altura, Francisco Homem Christo Filho (1892-1928), um jovem e famoso jornalista radicado em Paris, viaja para Portugal. É na capital francesa que Homem Christo Filho se radicara e trabalhava como jornalista. Ali se tornara famoso no plano do jornalismo internacional. Em relação com a profissão de jornalista resolve criar a sua editora, uma livraria e a agência noticiosa FAST. Portanto, é no decurso do mês de Janeiro de 1918, e durante a viagem presidencial que o presidente da República efectua ao Norte do país, que Homem Cristo Filho aborda Sidónio Pais na cidade de Braga. O objectivo é

¹⁹ FERRO, António. *D. Manuel II: O Desventurado*. Lisboa: Bertrand, 1954, pp. 24-27.

apresentar a Sidónio Pais a realização de um plano de propaganda do seu governo no estrangeiro e que consistia em criar: “uma obra de propaganda nacional, feita por todos os meios ao nosso alcance, do esforço de Portugal na guerra”, a qual devia depender directamente “do Ministério a que V. Ex.^a preside” e teria como principais destinatários todos os países aliados.²⁰

Sidónio Pais aceita o projeto e cria de imediato, no mês de janeiro de 1918, a Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados (DSIPRPPAA), e dá imediatamente posse ao seu diretor Homem Christo Filho. Quatro meses foram suficientes para Homem Cristo Filho, responsável pela informação e a propaganda sidonista no estrangeiro, se desvincular do partido monárquico e passar a identificar-se com a “admirável coragem moral e física do sr. dr. Sidónio Pais, a sua alta capacidade política e o seu magnífico patriotismo”.²¹

A verdade, porém, é que a Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda (DSIPRPPAA) não promovia em França só a imagem de Portugal no estrangeiro durante a guerra. Basta ter presente, por exemplo, que o presidente da República deposto, Bernardino Machado, que se encontrava à época exilado em Paris e ali desenvolvia uma acção política relevante no sentido de retomar a ordem constitucional de 1911, foi objecto da contra-propaganda exercida por Homem Christo Filho à frente daquele organismo governamental. Foi neste contexto de exílio político de Bernardino Machado que o director dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa abordou, pessoalmente, os directores dos jornais de Paris para lhes enviar depois um relatório ‘o mais detalhado e documentado possível, sobre o movimento de 5 de Dezembro, as suas causas

²⁰ Citado em SOUSA, Jorge Pais de. *O Fascismo Catedrático de Salazar: Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*, pp. 140-141.

²¹ Citado por Id., *o. c.*, p. 141.

remotas e as suas imediatas, as suas consequências prováveis'.²² Em conclusão, é criado, em plena I Guerra Mundial e por Sidónio Pais, o primeiro organismo governamental português vocacionado para fazer a propaganda de um governo ditatorial.

Com o assassinato de Sidónio Pais, a 14 de Dezembro de 1918, termina a missão de Homem Cristo Filho como responsável máximo pela propaganda governamental sidonista no estrangeiro. Em 1920, e a título de homenagem póstuma ao malgrado presidente da República, Homem Cristo Filho escreve e publica, com a chancela da sua editora FAST, o livro *Les Porte Flambeaux*. Repare-se, contudo, que o título sugere e refere-se a todos aqueles que transportam consigo uma chama em sentido figurado, um archote, ou um facho. E, na verdade, a ilustração da capa é um desenho que representa um cavaleiro a transportar no seu braço um facho.²³ Nele são biografadas diversas figuras estrangeiras que se destacaram durante a guerra, como é o caso de, entre outros, Clémenceau, Anatole France, o marechal Foch. O livro encerra com um capítulo dedicado ao único português retratado, o militar e catedrático Sidónio Pais, que abre com a seguinte citação: “La plus grande figure que la nation portugaise ait connue depuis le marquis de Pombal.”²⁴ Escrito em tom hagiográfico, prepara com ele o caminho para a construção do mito e do culto sidonista:

La multitude ne pleurait pas seulement en lui le premier magistrat de la République, mais encore, mais surtout son bienfaiteur. L'homme universel qui avait été loyal soldat, professeur exact, mathématicien savant, à qui le Portugal devait le sens

²² Citado em SOUSA, Jorge Pais de. *O Fascismo Catedrático de Salazar: Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*, p. 141.

²³ Ver capa e título de CHRISTO, Francisco de Homem. *Les Porte Flambeaux*. Paris: Éditions FAST, [1920?].

²⁴ Id., *o. c.*, p. 231.

de l'organisation, l'ébauche d'une expansion panlusitanienne, d'heureuses réformes dans le domaine de l'enseignement, cet homme était l'ami des malheureux, le 'Père des pauvres...²⁵

O jornalista Francisco Homem Christo Filho viaja, em 1923, para Itália, com a missão de entrevistar Mussolini e de escrever sobre o novo fenómeno político em afirmação que é o fascismo. Em Roma conquista a simpatia do “Duce” e resulta, ainda naquele ano, a publicação do livro apologético do fascismo *Mussolini: Bâtisseur d'Avenir: Harangue aux Foules Latines*. Livro que é traduzido para outras línguas e conhece enormes tiragens, tornando-se o título mais conhecido escrito e publicado por Homem Christo Filho. A edição deste livro assinala também uma nova e definitiva adesão política do seu autor ao fascismo. Em termos de história da bibliografia fascista, importa registar que uma análise da entrada “Mussolini” na *Enciclopedia Italiana* revela que este livro escrito por um português é pioneiro em dar a conhecer o fascismo de Mussolini em França e no mundo francófono. Na secção designada de “Principalissime opere straniere” verifica-se que é neste ano de 1923 que surgem na Europa os primeiros livros publicados sobre Mussolini. Nesse ano publica-se em língua alemã, embora no Mónaco, o livro de F. Guterbock “Mussolini und der Faschismus”. E em inglês é publicado em Londres o livro de G. M. Godden “Mussolini: The Birth of the New Democracy”. Por lapso, menciona-se apenas a tradução espanhola do livro de Homem Christo, “Mussolini: Arenga a la Raza Latina”, que é publicada no ano de 1924 em Madrid.²⁶ Ora, a edição original desta obra é publicada pelo autor em língua francesa, como já foi mencionado,

²⁵ Id., o. c., p. 257.

²⁶ Cf. “Mussolini” em *Enciclopedia Italiana: Di Scienze Lettere ed Arti*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1934, p. 162.

no ano anterior. Trata-se de um volume de cerca de 330 páginas e muito bem informado sobre a emergência do fenómeno fascista e a afirmação política de Mussolini.

Francisco Homem Christo vai trabalhar com Mussolini em duas iniciativas importantes e que implicavam uma grande confiança pessoal e política. Primeiro, na condição de alto comissário do Congresso das Nações do Ocidente previsto e marcado para a cidade de Roma em abril de 1929, onde Mussolini estaria presente a representar a Itália fascista. Disponha-se também a escrever uma obra, em seis volumes, intitulada *L'État Fasciste*. Homem Christo vem a morrer vítima de um acidente de automóvel quando conduzia em viagem de Lisboa para Roma, onde se iria encontrar com Mussolini para lhe mostrar o primeiro volume do livro que tinha em mãos. A sua morte, ocorrida com apenas 36 anos de idade, valeu-lhe a realização em Roma de um funeral com honras fúnebres de um hierarca fascista. Mais tarde, em fevereiro de 1933, Mussolini manda erigir um túmulo monumental no cemitério de Orte, para onde os seus restos mortais são trasladados em cerimónia oficial.²⁷

A constitucionalização da ditadura do Estado Novo de Salazar e a tomada de posse de António Ferro como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) em 1933. Afonso Costa como inimigo político, alvo de contrapropaganda e de perseguição política

No mês de abril de 1933 entra em vigor a Constituição que define o Estado português como unitário e corporativo. Ao fim de meio ano,

²⁷ Cf. SOUSA, Jorge Pais de. *O Fascismo Catedrático de Salazar: Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*, pp. 141-142.

e porque a propaganda é uma prioridade política, a 26 de outubro, Salazar dá posse a António Ferro como Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). No discurso de tomada de posse, Salazar expõe os grandes princípios da sua concepção totalitária de propaganda. Neste sentido, estabelece um corte com a lógica da chamada “guerra de Gabinetes” – que vigorara nos países que participaram na I Guerra Mundial – que elegera a propaganda como instrumento para sustentar a política intervencionista, e a guerra psicológica para a mobilização civil e militar dos portugueses na frente interna, face à declaração de guerra da Alemanha a Portugal de 9 de março de 1916.

É verdade, contudo, que a ditadura de Sidónio Pais representara um primeiro ensaio de governamentalização da propaganda, e comprova-o também a experiência de Homem Cristo Filho à frente da Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados (DSIPRPPAA). Vejamos, porém, quais são os dois grandes pilares em que assenta a propaganda salazarista:

[O] Secretariado não é um instrumento do Governo mas um instrumento de governo (...)

Politicamente só existe o que o público sabe que existe.²⁸

Conclui-se, primeiro, que Salazar não concebe a ação governativa sem esta componente fundamental que é a propaganda. Segundo, num regime de censura prévia e de existência de um partido de governo que é a União Nacional, tem uma concepção totalitária da propaganda, pois só esta ocupa o espaço público da comunicação.

²⁸ SALAZAR, Oliveira. *Discursos 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935, pp. 258-259.

No entanto, e mais do que saber em que consistiu a “política do espírito” que António Ferro vai desenvolver, importa-nos aprofundar as razões políticas que levaram Salazar a convidá-lo para assumir a direção da propaganda do Estado Novo. É que este era um cargo de enorme confiança política e pessoal, até porque o diretor do SPN estava sob a alçada do presidente do Conselho e com ele despachava, diretamente, todas as matérias que à propaganda governamental respeitavam, tal como as que respeitavam à União Nacional como decorria dos seus estatutos. Por outro lado, a sua nomeação ocorre numa altura em que o Estado Novo precisa da propaganda para se afirmar na ordem política interna e externa.

E será que Salazar ignorava qual fora o percurso político de António Ferro? Não. A nosso ver, as entrevistas que lhe concedeu e que foram publicadas no final de 1932, no *Diário de Notícias*, funcionaram como um verdadeiro exame à fidelidade política e intelectual de António Ferro. A desconfiança de Salazar está patente no processo de revisão de provas. Na verdade, e quando da publicação das entrevistas, o presidente do Conselho não abdica de rever com todo o cuidado as provas tipográficas. Ferro dá conta disto na primeira edição em livro nas “Notas de Reportagem duma Reportagem”, onde reproduz em facsímile da revisão de provas feita por Salazar no texto das entrevistas com recurso ao formulário da Censura.²⁹ Como já foi referido António Ferro iniciara a sua trajetória política, em pleno sidonismo e no quadro da sua mobilização militar para combater em Angola, onde acaba por ser escolhido para exercer o cargo de secretário do Governador, o capitão de fragata Filomeno da Câmara. E como ele escreve no livro *D. Manuel II*, publicado em 1954, toda a sua ação política é marcada pela ideia de “Chefe”. Ideia esta que lhe é transmitida

²⁹ Cf. FERRO, António. *Salazar: O Homem e a sua Obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, [1933], p. 177.

sob a forma de “lição” política - para usar o seu vocabulário -, e segundo esta ordem cronológica dos “chefes” com quem aprendeu ou trabalhou diretamente: Sidónio Pais, Filomeno da Câmara e Salazar.³⁰ A verdade é que lendo com atenção o prefácio deste livro e estudando as diferentes tentativas de golpe de estado que vão ser infligidas à República, quer durante a I Guerra Mundial, quer no período do pós-guerra, vemos que António Ferro, tal como outros sidonistas, como é o caso do alferes Jorge Botelho Moniz, se vão comprometer politicamente em vingar a morte de Sidónio Pais e, para esse efeito, derrubar a República democrática. António Ferro confirma este seu compromisso político golpista na fase em que, após a desmobilização, se torna jornalista e não regressa mais aos bancos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

No meu regresso de Angola, indignado com a demissão de Filomeno da Câmara, com a interrupção violenta, simplesmente política ou politiqueria, da sua acção benéfica, prometedora, alinhei francamente ao lado dos últimos defensores da memória de Sidónio Pais, chegando até a lançar-me numa perigosa actividade que tinha como objectivo principal avalorização, junto de certos intelectuais que não o conheciam suficientemente, do meu ‘comandante’, do antigo Governador de Angola e Timor.

Não é esta a ocasião de escrever a história desse período, entre o meu regresso de África e o meu encontro com Salazar; mas quando essa oportunidade chegar, talvez algumas pessoas, que me julgavam então um simples jornalista, um alegre amador de paradoxos, e talvez me julguem, ainda hoje, um arrivista, fiquem surpreendidas ao conhecerem a minha contribuição efectiva, real, para a criação do ambiente que nos conduziu ao 18 de Abril, re-

³⁰ FERRO, António. *D. Manuel II: o Desventurado*. Lisboa: Bertrand. 1954, p. 45.

volução precursora do 28 de Maio e que teve Filomeno da Câmara como um dos principais chefes.³¹

Após a desmobilização como alferes miliciano, António Ferro torna-se jornalista de uma formação partidária sidonista, ao começar por se tornar chefe de redacção de *O Jornal*, o órgão de imprensa do Partido Republicano Conservador, no verão de 1919. No ano seguinte trabalha também para *O Século*. Em 1922 faz crítica no *Diário de Lisboa* e passa também a dirigir a revista *Ilustração Portuguesa*. Neste ano publica um livro de identificação política e pessoal, que intitula *Gabriele D'Annunzio e Eu*.³² Este livro de entrevistas assinala a sua estreia no jornalismo internacional e vale-lhe o convite para se tornar, no ano de 1923, redator de *O Diário de Notícias*.

Enquanto adquire uma posição destacada e sólida no jornalismo português, António Ferro liga-se às tentativas de golpe de Estado que o Comandante Filomeno da Câmara vai liderar durante a República e a seguir na Ditadura Militar. Com efeito, e como ele escreve, “cria o ambiente” para o golpe de Estado de 18 de Abril de 1925. Note-se que existe uma descrição pormenorizada da conspiração, preparativos e manobra militar dos revoltosos sidonistas, escrita por um dos protagonistas do golpe o tenente Jorge Botelho Moniz.³³ Contribui para o movimento do 28 de Maio de 1926 que derruba a I República e, posteriormente, uma vez instaurada a Ditadura Militar conspira dentro de uma das facções militares para que, uma vez mais, Filomeno da Câmara aceda ao poder. Neste sentido, envolve-se no chamado golpe dos “Fifis”. Mais uma

³¹ FERRO, António. *D. Manuel II*, pp. 33-34.

³² FERRO, António. *Gabriele D'Annunzio e Eu*. Lisboa: Portugalia, 1922.

³³ MONIZ, Jorge Botelho. *O 18 de Abril: Elementos para a História d'uma Revolução Vencida*. Lisboa: Ed. de Autor, 1925.

tentativa de golpe que ocorre a 12 de Agosto de 1927, comandada pelo capitão de fragata Filomeno da Câmara com o apoio político de Fidelino de Figueiredo.

É claro que quando António Ferro procura Salazar para o entrevistar, no final de 1932, o presidente do Governo conhece a trajetória jornalística e a militância política sidonista de António Ferro. Cauteloso, em termos políticos, no que respeita a qualquer conspirador, Salazar desconfia do jornalista. Conhece, no entanto, os livros de entrevistas a golpistas e a ditadores que tornaram António Ferro famoso no mundo da reportagem jornalística internacional em Portugal, como é o caso de *Gabriele D'Annunzio e Eu e Viagem à Volta das Ditaduras*. Este último livro data de 1927 e nele António Ferro, nas entrevistas que faz a Mussolini, declara-se fascista e seu admirador pessoal. Julgamos que nestes seus livros e depois na preparação do livro de entrevistas *Salazar. O Homem e a sua Obra*, Ferro tem bem presente e subjacente o modelo de livro de propaganda de reportagem que o seu mentor Homem Cristo Filho – nos campos jornalístico, da propaganda e político, ambos passam pela experiência de ditadura do sidonismo em direção ao fascismo – publicara em Paris, logo no ano de 1923, com o título de *Mussolini: Batisseur d'Avenir*. A realização, revisão e publicação das entrevistas no *Diário de Notícias*, em dezembro de 1932, representa um exame decisivo à fidelidade política de António Ferro.

Em resultado, Salazar decide publicar em livro as entrevistas que concedera, e para esse efeito escreve o prefácio, com data de 16 de janeiro de 1933, de *Salazar: O Homem e a sua Obra*.³⁴ Este deve ser o livro de propaganda que em Portugal é mais conhecido. A primeira edição, por exemplo, teve também uma tiragem especial de 125 exemplares. Lançada esta fabulosa operação de propaganda no início do ano de 1933, em abril entra em vigor a Constituição

³⁴ Cf. FERRO, António. *Salazar: O Homem e a sua Obra*, p. XLI.

corporativista de 1933 e em outubro Salazar está a dar posse, como já foi dito, a António Ferro, como diretor do SPN. E quem é que Ferro vai convidar, por exemplo, para trabalhar na máquina de propaganda do Estado Novo no campo do cinema? Alguns dos antigos estudantes de Belas Artes, e que nessa qualidade haviam publicado, em 1917, a revista “Sphinx: Revista de Novos”, ou seja, os agora arquitectos e realizadores de cinema Cottinelli Telmo (1897-1948) e Leitão de Barros (1896-1967). Vimos que estes estiveram ligados, durante a ditadura sidonista, à criação da Sociedade Lusitânia Films. Esta começou por produzir os já elencados filmes de propaganda sidonista. Sociedade Lusitânia que proporcionou, em 1918, a Leitão de Barros realizar o seu primeiro filme de ficção “Mal de Espanha” e o documentário de propaganda “Sidónio Pais: Proclamação do Presidente da República”. Estes dois arquitectos e realizadores de cinema retomam no final da Ditadura Militar esta experiência no campo da produção e distribuição de filmes com a criação, em junho de 1932, da Tobis Portuguesa, onde António Ferro também é um dos accionistas fundadores. Como é sabido todo o catálogo de filmes que integra a denominada “comédia portuguesa” é produzido e realizado, em grande medida, nos estúdios da Tobis.³⁵ Inaugura este género a produção, em 1933, de “A Canção de Lisboa”, realizado por Cottinelli Telmo. Enquanto Leitão de Barros realiza “As Pupilas do Senhor Reitor” no ano de 1935. O mesmo Leitão de Barros realiza, enquanto decorre a Guerra Civil de Espanha e em consequência o processo de fascização do Estado Novo tende a aprofundar-se na ordem interna, os filmes de propaganda sobre as milícias: “Legião Portuguesa” e “Mocidade Portuguesa”, ambos de 1937. O mesmo Leitão de Barros concebe, ao serviço do SPN e a partir de 1934,

³⁵ Cf. sobre os chamados “filmes cómicos” TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa. Círculo de Leitores, 2000, pp. 24-26.

a coreografia e as letras das músicas das “marchas populares” das Festas da Cidade de Lisboa.

Afonso Costa como inimigo político, alvo de contrapropaganda e de perseguição política

Abordemos, agora, o problema da contrapropaganda. Na medida em que, nem sempre temos presente as consequências que dela resultam para os visados, em termos de longo prazo, por exemplo, ao nível da própria elaboração da história. A verdade é que tendemos a ver apenas os efeitos imediatos da contrapropaganda, ou seja, como a propaganda que visa a anulação dos efeitos daquela que se lhe opõe. A nosso ver, porém, a “eficácia” da máquina de propaganda salazarista influiu, e muito, naquele que pode ser considerado o segundo “recalcamento” infligido na representação histórica e política de Afonso Costa (1871-1937) em relação ao lugar que ocupa na história do século XX português.

A publicação, em Lisboa, no início do ano de 1933 de *Salazar: O Homem e a sua Obra* é uma forma de apresentar à opinião pública portuguesa, através da forma de entrevista, Salazar e o seu pensamento político. Este surge em oposição à Constituição de 1911 e ao sistema demoliberal republicano e, em particular, à governação e ao socialismo reformista de Afonso Costa. Tudo numa altura em que Salazar é já presidente do Ministério, em acumulação com a pasta das Finanças, e prepara a Constituição de 1933 para construir a saída política para a Ditadura Militar instaurada a 28 de maio de 1926, e tornar este movimento militar, o ano I da Revolução Nacional, precursor do Estado Novo corporativo. Vejamos, porém, como Afonso Costa e as ideias que defende do socialismo integral são particularmente visadas por Salazar, sem que este último refira o seu nome. Na verdade, é na segunda entrevista feita por António Ferro, e que é designada de

“Na Fronteira das Ideias”, que Salazar se demarca ideologicamente do comunismo, e, em seguida, expressamente, do socialismo de Afonso Costa.³⁶ Na nossa interpretação, é aqui que se percebe que o pensamento e a ação política de Afonso Costa funcionam, historicamente, como o contraponto democrático do fascismo catedrático de Salazar. Este é delineado por Salazar na entrevista seguinte “III - A Ditadura e o seu contacto com a Nação”, procurando situá-lo na família política fascista, mas identificando as suas diferenças em relação ao fascismo de Mussolini.³⁷ Enquanto na primeira entrevista o Ditador das Finanças é apresentado e posicionado no quadro ditatorial das diferentes forças políticas em conflito no que resta da cena partidária portuguesa. Vejamos, todavia, a pergunta que o jornalista sidonista António Ferro faz e que qualifica de um “dos capítulos mais empolgantes deste inquérito”, e que neste livro de entrevistas o “capítulo” vem claramente identificado de “Socialismo integral”:

Não concorda, pois, com a aplicação do “socialismo integral” no nosso País?

O dr. Salazar, que não gosta tanto de jogar ao sisudo, como se diz, tem um sorriso largo que já é riso e responde-me sem azedume, sem combatividade, como quem faz esgrima para se entreter:

Fórmula cediça que não nos traz nada de novo. É talvez possível encontrá-la numa tese interessante, velha de quarenta anos, assinada por um ilustre jurisconsulto português, e em que o seu autor pretendia responder, na audácia legítima da sua mocidade, a uma célebre encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII. Sei que esse talentoso advogado, que foi um vulto da política portuguesa do passado, continua a defender e a aplicar as ideias da

³⁶ Cf. FERRO, António. *Salazar: O Homem e a sua Obra*, pp. 59-66.

³⁷ Cf. Id., *o. c.*, pp. 73-96.

sua tese como se elas tivessem acabado de nascer no seu espírito. Admirável constância... Mas o mundo tem andado...³⁸

Não restam quaisquer dúvidas, com esta pergunta de Ferro e a resposta de Salazar, sobre quem e que doutrinas são visadas nela: Afonso Costa e as suas ideias socialistas integrais expostas na sua tese de doutoramento e defendidas ao longo de toda sua ação política. Repare-se, todavia, como Salazar não identifica e tão pouco se refere ao nome do autor e professor catedrático da tese *A Igreja e a Questão Social* que fora defendida, em 1895, na mesma Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde ele também é professor.³⁹ Importa ter presente que Afonso Costa fora demitido, pelo Decreto de 12 de março de 1927, do cargo de professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Lisboa (FDUL). Demissão que foi imposta sem a instauração prévia de qualquer processo disciplinar.⁴⁰ Esta terá sido, talvez, a consequência direta, moral e financeira, mais visível para Afonso Costa, que vivia e exercia advocacia em Paris, em resultado do fracasso e da repressão que se seguiu à revolta republicana, de 3 a 9 de fevereiro de 1927, que eclodiu no Porto e que alastrou a Lisboa. Originou, todavia, um conjunto de revoltas constitucionais, militares e civis, também conhecidas como o fenómeno republicano do “Reviralhismo”. Os exilados políticos que dela resultaram, e que se vão acolher na Galiza, fundam a Liga de Defesa da República, mais conhecida por Liga de Paris, onde Afonso Costa passa a ter um papel primordial. Não é portanto por acaso que, neste final de ano de 1932, Salazar se refere apenas a

³⁸ FERRO, António. *Salazar: O Homem e a sua Obra*, pp. 56-60.

³⁹ Cf. COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão: Analyse Critica da Encyclica Pontificia De Conditione Opifium, de 15 de Maio de 1891*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1895.

⁴⁰ Cf. CAETANO, Marcello. *Apontamentos para a História da Faculdade de Direito de Lisboa*. Lisboa: Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. XIII, 1961, p. 86.

Afonso Costa como sendo “um ilustre jurisconsulto português”, ou um “talentoso advogado” e, por último, como alguém que “foi um vulto da política portuguesa do passado”. É que estava injustamente impedido, pela Ditadura Militar, de ser professor universitário na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelo que tem de viver no exílio, em Paris, do seu trabalho como advogado.

Conclui-se, porém, que Salazar é conhecedor do pensamento político e jurídico de Afonso Costa. E, em concreto, da sua tese de doutoramento, pois relaciona-a de imediato com a defesa e a aplicação, em Portugal, das ideias do socialismo integral de Benoît Malon (1841-1893). A título de exemplo, e a propósito de o autor de *A Igreja e a Questão Social* se mostrar nela favorável à socialização de determinados serviços e meios de produção, e dos transportes coletivos em concreto, veja-se como Salazar se demarca, ideologicamente, nesta matéria:

Continuando no capítulo do socialismo, concorda o sr. Presidente com a socialização de certos serviços e de certos meios de produção, como a socialização dos transportes por exemplo?

...Sou absolutamente hostil a todo o desenvolvimento de actividade económica do Estado em todos os domínios em que não esteja demonstrada a insuficiência dos particulares.⁴¹

Portanto, Afonso Costa e o seu pensamento político socialista, bem como a sua governação, são diretamente visados por Salazar nas entrevistas que concede, no final de 1932, ao jornalista sidonista António Ferro. É por isso que, em Paris, Afonso Costa, que vinha recusando dar entrevistas sobre Portugal, no caso do jornalista José Jobim pelo menos há três anos, resolve responder no exílio a

⁴¹ FERRO, António. *Salazar: O Homem e a sua Obra*, pp. 64 e 65-66.

Salazar.⁴² O antigo presidente da Assembleia Geral da Sociedade das Nações começa por expor as reservas que tem, assentes em razões patrióticas, em conceder entrevistas a jornalistas estrangeiros sobre a situação política portuguesa:

Uma entrevista? Diz-me. Pois, seja! Mas quero que note em que condições especiais e excepcionais lha vou dar. Tenho sempre hesitações e melindre em contar a estrangeiros o que se passa de desagradável e de injusto no meu país: o meu orgulho pessoal e de português não me permite solicitar apoio ou solidariedade a estranhos e muito menos fazer-lhe queixas. Conto demais comigo e com a força dos princípios democráticos que sempre tenho servido, para me julgar precisado de socorro alheio.⁴³

Não obstante estas reservas iniciais colocadas por Afonso Costa, José Jobim é muito claro e considera que este lhe concedera “a sua entrevista mais sensacional”, o mesmo jornalista que inicia este texto introdutório demarcando-se do seu entrevistado, com a seguinte primeira frase: “Não sou amigo nem partidário do Sr. Afonso Costa.”⁴⁴ E percebemos a esta distância temporal, em termos de debate histórico e político, melhor a razão de ser desta afirmação do jornalista brasileiro. Não é por acaso que ele escreve que este seu livro de entrevistas, que é publicado no Rio de Janeiro em maio de 1934, “é uma resposta ao ‘Salazar’ do Sr. António Ferro.”⁴⁵ Para todos os efeitos são também dois professores universitários que

⁴² JOBIM, José. *A Verdade sobre Salazar: Entrevistas concedidas em Paris pelo Sr. Affonso Costa, ex-presidente da Liga das Nações e antigo primeiro-ministro de Portugal*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1934, p. 7.

⁴³ Id., *o. c.*, p. 20.

⁴⁴ Id., *o. c.*, p. 7.

⁴⁵ Id., *Ibidem*.

debatem a tese de doutoramento de Afonso Costa e, precisamente, o desempenho de Salazar como ministro das Finanças.

Existe, no entanto, uma motivação urgente que fazia o antigo presidente do Governo e ministro das Finanças Afonso Costa aceitar a entrevista de José Jobim e que se prende com o fato de, na sua análise económica e financeira, o “orçamento do Doutor Salazar para 1933-1934” estar “manifestamente em deficit apesar das afirmações em contrário do ditador.”⁴⁶ Não vamos entrar nesta discussão técnica, todavia, ao consultar a obra coordenada pelo especialista em história da economia Nuno Valério *Os Orçamentos no Parlamento Português*, verifica-se que o orçamento de 1933-1934 foi efetivamente deficitário. E, portanto, quem tinha razão, nesta matéria concreta, foi Afonso Costa e não Salazar.⁴⁷ Na verdade, importa recordar que Afonso Costa torna-se cedo um especialista em matéria de Finanças Públicas. Recorde-se que os dois primeiros anos de docência na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1896-97 e 1897-98) são dedicados a lecionar e a publicar estudos de Economia Política. E logo que, pela primeira vez, preside ao Governo em acumulação com a pasta das Finanças, obtém, em 1913-14, os dois superávites de 1912-13 e 1913-14. Os primeiros que um ministro das Finanças obtém ao fim de mais de 50 anos de exercícios orçamentais. E, para este efeito, promulgou, entre outros diplomas, na área das finanças públicas, a famosa Lei “Travão” de março de 1913. E fruto da sua experiência política como ministro das Finanças e dos seus conhecimentos como professor universitário de Economia Política, Afonso Costa cria e é titular da cadeira de “Direito Financeal – Orçamentologia” , no

⁴⁶ JOBIM, José. *A Verdade sobre Salazar: Entrevistas concedidas em Paris pelo Sr. Affonso Costa, ex-presidente da Liga das Nações e antigo primeiro-ministro de Portugal*, p. 22.

⁴⁷ Cf. VALÉRIO, Nuno (coord.) et al. *Os Orçamentos no Parlamento Português*. Lisboa: Assembleia da República; Dom Quixote, 2006. ISBN 972-20-2911-8, p. 258.

Instituto Superior de Comércio de Lisboa, esta é regida interinamente por José Eugénio Dias Ferreira.⁴⁸

Em relação ao debate político e à concepção de organização do Estado e da sociedade, Afonso Costa vai responder à crítica de Salazar às suas ideias socialistas. Na verdade, e quando é questionado sobre a questão social, afirma:

Foi uma questão que sempre me interessou. Estudante, dediquei-lhe a minha tese de doutoramento.

E num contexto de política internacional em que em 1935 se iriam constituir, em Espanha e França, os governos de Frente Popular, e no combate que trava no exílio de Paris no sentido de voltar ao regime constitucional de 1911, considera que é fundamental acautelar os direitos dos trabalhadores. É que a questão social, não é apenas um problema que o ocupou na sua juventude e na sua tese de doutoramento, mas trata-se de uma preocupação presente em toda a sua vida política. E que na sua perspectiva de socialista reformista ela só pode ser resolvida, através da realização de reformas no mundo do trabalho. Recorde-se que se deve ao primeiro governo da União Sagrada que Afonso Costa integrou como ministro das Finanças, em pleno decurso da I Guerra Mundial, a criação, em março de 1916, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Aliás, fora também no primeiro governo que Afonso Costa presidiu, em 1913 e 1914, que é criado o Ministério da Instrução Pública. A criação dos ministérios da Instrução, e do Trabalho, está prevista no programa do PRP/Partido Democrático, de 1912, que liderou, e não no programa do Partido Evolucionista de António José de Almeida.⁴⁹

⁴⁸ Cf. da 23.^a cadeira em INSTITUTO SUPERIOR DE COMÉRCIO. *Anuário 1913-14 a 1916-17*. Lisboa: Tipgrafia A Editora L.da, 1917, pp. 249-250.

⁴⁹ Cf. LEAL, Ernesto Castro. *Partidos e Programas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, pp. 151 e 155.

A República tem de procurar garantir o direito ao trabalho que tenha origem num contrato livremente estabelecido. Não podemos alheiar-nos das condições em que vive a nossa classe trabalhadora. São deploráveis. A República, para ser fiel à sua origem popular e à função que necessariamente lhe compete, tem de cuidar – mas a sério, resolutamente – de melhorar progressivamente o nível de vida, quer material, quer espiritual da nossa classe operária. Para isso teremos de estabelecer de uma maneira eficaz e insofismável melhores condições de execução do trabalho, assegurando e garantindo os trabalhadores e suas famílias contra a doença, a invalidez, a velhice e o desemprego e em certos casos de morte, além dos causados por acidentes de trabalho.⁵⁰

Afonso Costa vai mais longe e preconiza a “inscrição de um artigo novo” na Constituição da República de 1911, no sentido de consagrar o direito ao trabalho e à sua proteção pelo Estado. Por outro lado, esta reforma constitucional deve também consagrar o princípio da cogestão nas empresas, ou seja, os trabalhadores devem não só participar na administração das empresas, mas também beneficiarem dos seus lucros. A redação deste novo artigo deve começar assim:

O trabalho é uma obrigação social e goza de proteção do Estado e das leis nos termos seguintes: (enumeração daqueles preceitos e da participação dos trabalhadores na administração das respectivas empresas e nos seus benefícios líquidos).⁵¹

⁵⁰ JOBIM, José. *A Verdade sobre Salazar: Entrevistas concedidas em Paris pelo Sr. Affonso Costa, ex-presidente da Liga das Nações e antigo primeiro-ministro de Portugal*, p. 117.

⁵¹ JOBIM, José. *A Verdade sobre Salazar: Entrevistas concedidas em Paris pelo Sr. Affonso Costa, ex-presidente da Liga das Nações e antigo primeiro-ministro de Portugal*, p. 118.

As entrevistas que Afonso Costa concede, no exílio de França, ao jornalista brasileiro José Jobim e que este publica com o título *A Verdade sobre Salazar*, constituem, por sua vez, uma resposta política à crítica que Salazar lhe fizera no livro de propaganda *Salazar: O Homem e a sua Obra* (1933), e têm, apesar da censura, um impacto político em Portugal. Na verdade, o livro circula em Portugal numa altura em que no final do mês de maio, de 26 a 28, decorreu, na Sociedade de Geografia, o I Congresso da União Nacional. Na sequência do I Congresso da UN, as entrevistas do antigo presidente do Governo e ministro das Finanças Afonso Costa colocam em causa e questionam a autoridade da política financeira de Salazar. E levam este a convocar e reunir, expressamente, a 11 de julho de 1934, o conselho de Ministros. Na sequência, Salazar resolve escrever uma Nota Oficiosa “ad hominem” e que é publicada, a 17 de julho de 1934, em todos os jornais diários portugueses.⁵² O título que Salazar escolheu para esta sua Nota Oficiosa é o seguinte: “I - Duas Escolas Políticas”. Na verdade, sabendo nós a sequência cronológica das entrevistas concedidas por Salazar e depois a resposta de Afonso Costa, enquanto professores universitários, chefes de governo e ministros das Finanças, percebe-se bem a razão da escolha por Salazar deste título para iniciar o texto desta sua Nota Oficiosa “ad hominem”. A intolerância de Salazar, em relação às críticas de Afonso Costa no que respeita ao orçamento geral do Estado para 1933-1934 - e que se veio a verificar, posteriormente, que foi efetivamente deficitário como Afonso Costa anteviu -, tal como a reafirmação das suas ideias políticas como socialista reformista no exílio de França, enquanto chefe da oposição ao Estado Novo de Salazar, as quais deviam ser consagradas na Constituição da República de 1911, levam Salazar a declará-lo nela, expressamente, como seu “inimigo político”. Esta

⁵² Cf. NOGUEIRA, Franco. *Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936)*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, vol. II, p. 277.

Nota Oficiosa, por sua vez, desencadeia uma poderosa operação de contrapropaganda pelo SPN de António Ferro e, paralelamente, inicia um processo de perseguição política contra Afonso Costa, cujos efeitos vão influenciar, em grande medida, a historiografia sobre a I República. Vejamos, então, em que termos Salazar radicaliza e põe fim ao confronto político ao considerar-se irredutível nas suas posições:

Tem-me acontecido a mim ter de me referir à obra do sr. dr. Afonso Costa e ao equilíbrio das contas em 12-13 e em 13-14, que se lhe não deve só a ele mas ao engenheiro Vicente Ferreira. Nas minhas lições de Coimbra, no relatório do meu primeiro orçamento para 28-29, na entrevista publicada em *O Século* em 13 de Dezembro de 1928 sobre a situação cambial, na Exposição- documental do Parque Eduardo VII, para a qual os números relativos de finanças públicas foram preparados desde 1910, reconheci sempre os factos favoráveis daquelas administrações, e não só reconheci como me regozizei com eles – portuguesmente. Estou dentro dos meus princípios, como o inimigo, negando cegamente a obra da Ditadura, está dentro dos seus. Duas escolas políticas irredutíveis: discussões para quê?⁵³

Em relação à operação de contrapropaganda que a Nota Oficiosa “I - Duas Escolas Políticas” de Salazar desencadeia citamos dois exemplos, enquanto em matéria de perseguição política analisaremos um caso concreto.

Quanto à contrapropaganda são publicados, em 1935, dois livros contra Afonso Costa. Um primeiro que resulta de vários artigos publicados na imprensa, os quais são depois reunidos em livro com o

⁵³ SALAZAR, António de Oliveira. “I - Duas Escolas Políticas”, em GUIMARÃES, Alberto. *A Verdade sobre Afonso Costa*. Lisboa: Edição de Autor, 1935, p. 222.

título “*Esta é a verdade sobre Afonso Costa*”. O seu autor é Henrique Cabrita, que é membro da Comissão Executiva da União Nacional. Para este efeito, e como nos informa o biógrafo de Salazar, Henrique Cabrita foi várias vezes recebido por Salazar para este lhe dar as indicações necessárias para escrever os artigos na imprensa.⁵⁴ Este último facto confirma que Salazar conhecia muito bem a trajetória de Afonso Costa, no plano universitário, do exercício da advocacia e, claro está, no domínio da ação política. O outro livro que vem a público, neste mesmo ano, já foi citado e é da autoria do monárquico Alberto Guimarães. Intitula-se *A Verdade sobre Afonso Costa* e reproduz na íntegra a Nota Oficiosa de Salazar, lança nele fortes ataques políticos e coloca também em causa a honorabilidade pessoal de Afonso Costa como advogado. Este deixou de ser, nas palavras de Salazar a António Ferro do final de 1932, o “ilustre jurisconsulto português” e um “talentoso advogado”, para passar a ser um torpe advogado. Nas palavras iniciais do autor, Afonso Costa é anatematizado e há-se ser julgado pelo “tribunal” da história que o verá como o “homem sinistro sobre quem a História há-de debruçar-se, serena e justa, para lhe analisar os actos e apurar as tremendas responsabilidades que lhe cabem na desmoralização e ruína a que chegou, sob a sua influência esta pobre nacionalidade.”⁵⁵ O ano de 1935 é também o ano em que as associações secretas, como o Grande Oriente Lusitano, são extintas.⁵⁶

⁵⁴ Cf. NOGUEIRA, Franco. *Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936)*, vol. II, p. 278.

⁵⁵ GUIMARÃES, Alberto. *A Verdade sobre Afonso Costa*, p. 9. A propósito da construção das representações historiográficas sobre Afonso Costa, registre-se que, após o 25 de abril de 1974, esta Nota Oficiosa “I – Duas Escolas Políticas” de Salazar vem a ser publicada de novo e na íntegra por CAMPOSA, Carlos. *Respondendo a Afonso Costa: com um preâmbulo e comentário sobre o 25 de Abril*. Barcelos: Ed. de Autor, 1976, pp. 15-31.

⁵⁶ Cf. Lei n.º 1 901, em MARQUES, A. H. Oliveira. *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. 3.ª ed. Publicações Dom Quixote, 1995, pp. 345-347.

Em maio de 1935, Afonso Costa (Filho) requer, nos termos da lei, juntamente com o licenciado Francisco Maia de Loureiro, a prestação de provas para doutoramento em Ciências Político-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). No mês de novembro, o Conselho Escolar admitiu a concurso a sua dissertação *Parlamentarismo, Dissolução, Referendum*.⁵⁷ Acontece que este filho de Afonso Costa doutorara-se em Direito em 1928, pela Universidade de Paris (Sorbonne), onde apresentara e defendera a tese *Des Indemnités dues par l'Allemagne en vertu du traité de Versailles, pour dommages causés antérieurement à l'ouverture des hostilités*.⁵⁸ Registe-se que quando Afonso Costa (Filho) apresenta o requerimento para prestar provas de doutoramento na Faculdade de Direito de Lisboa está em marcha a operação de contrapropaganda contra o seu pai, desencadeada, no verão de 1934, com a publicação da Nota Oficiosa “I - Duas Escolas Políticas” de Salazar. No dia 8 de janeiro de 1936, Afonso Costa Filho “concluiu as provas, tendo sido excluído por unanimidade”, segundo escreve Marcello Caetano.⁵⁹ Como se explica que alguém que é doutorado pela Sorbonne seja “excluído por unanimidade”, pelo júri de professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa? Uma vez que a tese está publicada só razões de conjuntura política e as convicções democráticas expressas nela pelo seu autor podem explicar um resultado negativo unânime. Vamos só referir três argumentos. Primeiro, a tese começa por ser dedicada ao “meu querido Pai: professor, parlamen-

⁵⁷ Esta tese acabara de ser impressa no dia 7 de maio, cf. COSTA (FILHO), Afonso - *Parlamentarismo, Dissolução, Referendum*. Lisboa: Tipografia Couto Martins, 1935.

⁵⁸ Cf. COSTA (FILHO), Afonso. *Des Indemnités dues par l'Allemagne en vertu du traité de Versailles, pour dommages causés antérieurement à l'ouverture des hostilités*. Paris: PUF, 1928.

⁵⁹ CAETANO, Marcello. *Apontamentos para a História da Faculdade de Direito de Lisboa*. Lisboa: Separata da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIII, p. 127.

tar e grande democrata.”⁶⁰ É possível que esta dedicatória tenha funcionado, nesta conjuntura histórica, política e jurídica concreta, como uma espécie de provocação para o júri. Segundo, e a concluir a Introdução da tese, o autor afirma que procurará sempre que possível colocar-se “num campo objectivo. Apesar disso, não podemos nem queremos negar que as nossas simpatias intelectuais e morais vão para o regime parlamentar verdadeiramente democrático, que nos parece ser a melhor de todas as formas de Governo.”⁶¹ Terceiro, nas conclusões da tese, Afonso Costa (Filho) escreve: “Democracia e Parlamentarismo, eis as fórmulas de salvação política, tais quais as indica e defende a ciência e as sanciona e enaltece a prática seguida, desde há muito, nos países que podem dar lições de conduta política a toda a Europa: a Inglaterra e a França.”⁶² Esta é uma crítica objetiva à Constituição corporativista de 1933 que então estava em fase de afirmação política e jurídica. A concluir esta “exclusão por unanimidade” do candidato Afonso Costa (Filho), já Doutor pela Universidade de Paris, impossibilitou que as suas habilitações fossem reconhecidas e, por conseguinte, nunca conseguiu, por exemplo, exercer advocacia em Portugal e muito menos ser professor universitário. Por isso, teve de ser sempre, ao longo da sua vida, um comerciante.

É claro que este foi um rude golpe desferido no exilado Afonso Costa. Tudo num ano em que este lidera a Frente Popular Portuguesa em Paris, quando eclode a 18 de julho, a Guerra Civil de Espanha. e até falecer subitamente em 1937. Afonso Costa estava indigitado para ser Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano quando vem a falecer, subitamente, em Paris, a 11 de maio de 1937.

⁶⁰ Cf. COSTA (FILHO), Afonso. *Parlamentarismo, Dissolução, Referendum*, p. (V).

⁶¹ Id., *o. c.*, p. XI.

⁶² Id., *o. c.*, p. 421.

Conclusão

A Grande Guerra foi a primeira guerra total, no sentido em que a propaganda do esforço de guerra foi desde o início mais uma das armas “modernas” para manter a população e os combatentes motivados para a manutenção do esforço de guerra ao longo de mais de quatro anos de duração do conflito mundial. Portugal não constituiu excepção a esta realidade, atente-se à constituição do gabinete que o ministro da Guerra Norton de Matos organizou, o qual incluía dois colaboradores civis responsáveis, oficialmente: pela pintura e pelo desenho, Sousa Lopes; e pela fotografia, António Garcez. Também criou duas estruturas militares vocacionadas para a propaganda pela imagem dentro do Exército, a saber: a Secção de Fotografia do CEP; e a Secção Cinematográfica do Exército (1917).

É na sequência do golpe de Estado sidonista que derrubou o segundo governo da União Sagrada, presidido por Afonso Costa, que Sidónio procedeu à suspensão da Constituição de 1911, dissolve o parlamento, exila o presidente da República Bernardino Machado e manda prender o presidente do Governo sem lhe instaurar qualquer processo. Procede à fusão daquelas duas secções do Exército para concentrar num só organismo, a Secção Fotográfica e Cinematográfica do Exército, a propaganda pela imagem fixa e em movimento, mas agora para a colocar ao serviço da construção da sua imagem política. Por outro lado, cabe também a Sidónio Pais criar, em Janeiro de 1918, o primeiro organismo governamental vocacionado para a propaganda, a Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados (DSIPRPPAA), nomeando para seu director Francisco Homem Cristo Filho, dentro em breve um dos mais destacados fascistas, no plano internacional, do início da década de 1920. Portanto, a ditadura de Sidónio Pais, instaurada em pleno decurso da I Guerra Mundial, foi pioneira e soube apropriar-se deste instrumento da máquina de guerra, mo-

derna e total, que foi a propaganda, para a colocar ao serviço do seu projecto político pessoal e ditatorial.

Abordámos, ainda, a cumplicidade política, sidonista e golpista, em que surgem para a propaganda em Portugal os pioneiros Homem Cristo Filho e António Ferro. Ambos são autores de dois livros que constituem marcos na promoção do jornalismo ditatorial, respetivamente: *Mussolini: Batisseur d'Avenir* (1923) e *Salazar: O Homem e a sua Obra* (1933). A análise destes dois livros revela, a nosso ver, a identidade e as diferentes tendências dentro da lógica política do pensamento fascista.

Vimos, por último, como Afonso Costa se torna o “inimigo” político de Salazar, em julho de 1934, depois de ter sido afastado do poder pela ditadura de Sidónio Pais a 5 de Dezembro de 1917 e, em resultado, ter conhecido o seu primeiro exílio em Paris. Em consequência, e na lógica política de contrapropaganda desencadeada pelo SPN dirigido por António Ferro, surge a perseguição política enquanto antigo professor universitário, político e estadista destacado.

É que Afonso Costa lidera no exílio e até falecer em Paris, entre 1936 e 1937, a Frente Popular Portuguesa de oposição ao Estado Novo de Salazar, em coerência com o seu ideário socialista reformista de toda uma vida política.

(Página deixada propositadamente em branco).

**COLECIONANDO HERÓIS E INIMIGOS:
ÁLBUNS, PANFLETOS E MANUAIS DE PROPAGANDA
DURANTE O GOVERNO VARGAS (1930-1945)¹**

Maria Luiza Tucci Carneiro

Entre 1930 e 1945 circularam no Brasil, então governado por Getúlio Vargas (1882-1954), as mais diferentes formas de propaganda política que, liderada pelo poder instituído, tinha como objetivo promover heróis e incriminar os inimigos do regime. Álbuns de figurinhas e de fotografias exaltavam as lideranças brasileiras, assim como os feitos do Terceiro Reich, admirado por suas conquistas. A narrativa oficial - ao contrário daquela que persistiu durante a Primeira República (1889-1930) fundada na ideia de ausência - pautava-se pela presença de Vargas em todos os círculos das esferas públicas, destacado inicialmente como revolucionário de 1930, depois como “trabalhador n.º 1 do Brasil”, e finalmente, como presidente eleito pelo povo, apesar do golpe ditatorial de 1937.²

Exposições iconográficas, panfletos e cartões postais produzidos por órgãos governamentais e policiais, se prestavam para legitimar as ações de repressão aos “inimigos da pátria”, assim como para

¹ A versão completa desta pesquisa será publicada no livro *Panfletos Subversivos*, da autoria desta mesma autora, pelo Ateliê Editorial (no prelo),

² HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de Representação Política. O Experimento da Primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

fortalecer a imagem de nação forte para um Brasil moderno. Ao endossar os paradigmas de comunicação adotados pelos regimes totalitários alemão e italiano, o governo brasileiro contribuiu para fomentar uma cultura que, durante décadas, serviu para sustentar mitos políticos. Após o levante comunista de 1935, o governo procurou dar visibilidade aos atos de prisões aos comunistas, obcecados que estavam pela ideia de “perigo vermelho”.

Fragmentos desta cultura política brasileira podem ser consultados nos arquivos do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, fundado em 1938 e do DEOPS/SP- Departamento Estadual de Ordem Política e Social, a Polícia Política do Estado de São Paulo, criado em 1924. Enquanto censor, o DIP cuidava de calar as vozes destoantes dos diversos segmentos sociais que tentavam se posicionar contra o regime e os líderes da *entourage* de Vargas. Roubando a fala do povo, o DIP procurava manter a propaganda sistemática de legitimação do regime. Expressivos desta postura autoritária e populista são os estudos desenvolvidos pelos historiadores Silvana Goulart, Adalberto Paranhos e Maria Helena Capelato.³

A Polícia Política, enquanto aparato repressor, dedicou-se a vasculhar os porões da sociedade em busca dos inimigos do regime. Durante décadas, os comunistas foram eleitos “inimigos n.º 1” do Estado brasileiro, seguidos dos socialistas, anarquistas, judeus, maçons, negros, japoneses e ciganos, dentre outros grupos políticos e/ou étnicos avaliados como indesejáveis. Movido por lógica própria – a da desconfiança – e com a função específica de purificar a sociedade das ideologias e das “raças” ditas “malditas” ou “perni-

³ GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial. Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1990; PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala. Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999; CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus; Fapesp, 1998.

ciosas” à ordem social, a Polícia Política aprimorou sua técnica de arquivar documentos confiscados diretamente dos seus produtores. Ao mesmo tempo, guardou em pastas próprias, inúmeros registros produzidos pela Secretaria de Segurança Pública idealizados com o propósito de orientar seus funcionários a identificarem e combaterem os subversivos da ordem, no caso, os comunistas.

Ações semelhantes foram também promovidas pelo órgãos de propaganda do Estado dedicados a interferir na mentalidade da população que, diariamente, era seduzida pela visão de futuro oferecida por um discurso salvacionista. Nas narrativas oficiais, Getúlio Vargas emerge como o herói que, sem derramar sangue, chegou para salvar o país do caos gerado pela “velha” República brasileira, cuja imagem se fazia construída com base em um passado forjado. A culpa era atribuída ao liberalismo que, incapaz de organizar a vida pública, havia instalado a instabilidade e a desordem social.

A propaganda oficial norteava o senso comum procurando conquistar certos segmentos sociais a colaborar com o processo de “higienização política” transformando-os em cidadãos coniventes com o Poder, a violência física e simbólica. Assim como na Alemanha nazista – guardadas as proporções entre os regimes totalitário e autoritário - o governo brasileiro procurou doutrinar os jovens através da educação e de organizações à exemplo da *Juventude Brasileira*, cujo projeto inicial foi apresentado em 1938 com o aval de Francisco Campos, então Ministro da Justiça.⁴ A proposta previa a criação da *Organização Nacional da Juventude*, instituição de âmbito nacional e caráter paramilitar, nos moldes das organizações fascistas existentes na Alemanha e Itália. O projeto foi reformulado mediante sugestões de Gustavo Capanema, Ministro da Educação durante o Estado Novo

⁴ CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981, p. 168.

que, somente fez concessões para a sua instalação, no momento em que se cogitava o nome de Plínio Salgado para substituí-lo no Ministério. Criada efetivamente em março de 1940, a *Juventude Brasileira* deixou de ter um caráter de milícia para surgir como um movimento cívico, dedicada ao culto dos símbolos nacionais. Esvaziou-se com a entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados e, em agosto de 1945, foi extinta por um decreto-lei.⁵

A propaganda sustentada pelo Poder procurava induzir os mais jovens a hostilizar a República, os ideais democráticos e as liberdades individuais, apresentadas como “armas” dos inimigos interessados em desestruturar a sociedade. Situações semelhantes podem ser identificadas nos discursos oficiais que circularam durante os governos de Benito Mussolini (1895-1974), António de Oliveira Salazar (1889-1945), Francisco Franco (1892-1975) e Juan Domingues Perón (1883-1945). Resultados imediatos desta doutrinação, podem ser constatados através das fotografias que registraram cenas públicas de exaltação à Getúlio Vargas cuja imagem de ditador foi acobertada pela figura do “velhinho sorridente”. Além de Vargas, as fotografias mostravam também uma juventude feliz, foco irradiante de beleza e alegria. Cumpre aqui citar a produção, em grande parte inédita, do fotógrafo alemão Peter Lange, favorito de Gustavo Capanema que, em 1942, encarregou-o de ilustrar a *Obra Getuliana*, livro-monumento idealizado para divulgar as realizações do governo Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). Com fins pedagógicos de doutrinação e publicidade, esta obra foi, durante anos, “lapidada” por Capanema que, não chegou a publicá-la tendo em vista o final do governo Vargas em 1945.⁶

⁵ NUNES, José Luiz Martins. *Juventude Brasileira: O Lado Fascista do Estado Novo*. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

⁶ SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. 1.ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Editora Paz e Terra, 1984 – 2.ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Ver também: LISSOVSKY, Mauricio; JAGUARIBE,

Textos e imagens fixas e em movimento, procuravam forjar uma identidade nacional para o Brasil enquanto uma “comunidade política imaginada”, valendo-me aqui do conceito de Benedict Anderson, ratificado por Stuart Hall.⁷ Ou seja, o material de propaganda produzido pelo governo durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945), colaborou para fortalecer o vínculo identitário necessário para a construção da imagem de Nação moderna. Uma série de símbolos e formas de representações foram colocados em evidência com o objetivo de *construir sentidos*, dentre os quais os sentimentos de *pertencimento* e de *brasilidade*. A “construção” destes sentidos dependia, segundo versão oficial, da aplicação de um projeto nacional de educação que enfatizaria o catolicismo em detrimento de outras formas legítimas de religiosidade. Inclusive, a presença de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Cultura, teria atenuado a influência de ideologias autoritárias na área da educação.⁸

Beatriz, “A Invenção do Olhar Moderno na Era Vargas: Imagem Fotográfica e Imaginário social”, In: *ECO-PÓS*, v. 9, n.2, agosto-dezembro, 2006; LISSOVSKY, Mauricio; BLANK, Thaís. “Catástrofe do sentido e urgência da montagem: o Brasil em três fotogramas alemães dos anos 1930”, In: *Devires* (UFMG), v. 7, p.151-165, 2010; LISSOVSKY, Mauricio; MELLO, Márcia, *Refúgio do Olhar: a fotografia de Kurt Kalglsbrunn no Brasil dos anos 1940*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010; LISSOVSKY, Maurício, “Brasil, Refúgio do Olhar: Trajetória de um fotógrafo exilado no Rio de Janeiro dos anos 1940”, pp. 90-91, in: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/03.pdf>.

⁷ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz da Silva e Guaciane Lopes Lauro. 6 ed., Rio de Janeiro: DP e A, 2006.

⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma Geração, 1930-1945*, 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.



Fotógrafo não identificado. Getúlio Vargas é homenageado pelo povo gaúcho. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, s. d. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_18089_410

A construção da imagem do inimigo

Graças a propaganda governamental, a perseguição sistemática e as prisões de centenas de comunistas entre 1935-1945, foram encaradas por parte da população como positiva. As narrativas e as imagens anticomunistas, contribuíam para inibir qualquer manifestação de dissenso, sendo interpretadas como necessárias para garantir a ordem e a felicidade do povo brasileiro. Assim, durante quinze anos consecutivos, as ações de repressão cultural e política, serviram para corroer deliberadamente o espírito democrático, cada vez mais fragilizado pelos atos autoritários de Vargas e seus correligionários.

O discurso do Estado ordenador assumiu, através da propaganda e da repressão policial, um tom acusatório (maniqueísta) ao apontar o inimigo cuja imagem foi sendo construída a partir de provas recolhidas junto aos *espaços da sedição* (daí os autos de busca e apreensão e os relatórios de investigação policiais). Nestes casos, quem redigia a

versão “oficial” do crime de subversão era a autoridade policial que, com base na observação e na materialização do crime (provas impressas, por exemplo), construía realidades. E estas, ao serem julgadas pelas instâncias superiores e propagadas junto a grande imprensa, tornavam-se consenso, legitimando a imagem de Vargas como herói.

Cruzando a versão policial com as mensagens veiculadas junto a grande imprensa temos possibilidade de recuperar elementos que direcionavam o raciocínio “lógico” do Estado repressor. Em ambas as narrativas (do Estado e da grande imprensa), o subversivo de desponta como um ser desumano, imoral e violento, imagem que se faz reforçada pela fotografia que “*torna visível*” o perigo político. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, valia-se de imagens fotográficas – muitas das quais fornecidas pela própria Polícia Política – para reafirmar o conceito de malignidade do comunismo⁹. Daí a importância de levarmos em consideração os artigos de jornais que recortados pelos investigadores eram colados junto aos prontuários -- ainda que sem identificação de datas e páginas – contribuindo para redimensionar o crime praticado pelo indiciado, agora de domínio público.¹⁰ Grande parte dos documentos impressos ou manuscritos confiscados do “suspeito de subversão” eram anexados aos prontuários e dossiês policiais¹¹ com o objetivo de comprovar o delito de

⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo Vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2001; NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e Incendiários. A Imagem dos Comunistas no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2005.

¹⁰ Ver KOSSOY, Boris. *Os Tempos da Fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007; *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

¹¹ A *Série Dossiês* conta com cerca de 1.100.000 fichas que nos remetem a aproximadamente 2 milhões de documentos distribuídos em 9.625 pastas. Este segmento do Fundo Deops de São Paulo foi inventariado pelo projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo Deops/SP”, coordenado pela Prof^a Maria Aparecida de Aquino, do Departamento de História da USP. A *Série Prontuários* abrange mais de 150.000 prontuários e fichas remissivas, documentação que foi parcialmente digitalizada pelo Projeto Integrado Arquivo/Universidade, coordenado pelos professo-

ideias. Identificado segundo o nome do cidadão ou da instituição investigada, cada processo pode ser interpretado como um “espaço recriado da memória” individual e coletiva, espaço este construído ao sabor dos preconceitos e no calor dos mitos políticos. Ao desempenhar sua função de aparato preventivo e repressivo, o Departamento de Ordem Política e Social¹² transformou-se em um tipo especial de modalidade de polícia. Criado, segundo definição de Marília Xavier, com “fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e a segurança pública”¹³, este órgão se fez presente nos cantões escuros da sociedade. Os homens do Serviço Secreto (SS) – vigilantes incansáveis do Estado – infiltraram-se por todos os poros da sociedade em busca de provas materiais para comprovação do delito político. Desceram aos porões dos sobrados instalados nos bairros periféricos das cidades, vasculharam livrarias, tipografias e editoras que acobertavam células comunistas, reconhecidas como “antros da sedução e da sedição”. Atentos a qualquer atitude suspeita, os homens do Serviço Secreto sentavam praça ou campanha em frente de uma ou outra residência em busca de indícios que lhes garantissem o ato de busca e apreensão.

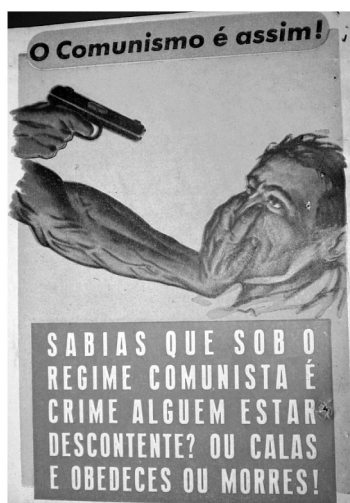
A cada investida policial, abriam-se novos universos que, inventariados de acordo com critérios policiais, ofereciam uma multiplicidade de provas da prática subversiva. Tanto a seleção como o confisco das provas se faziam guiadas pela lógica da desconfiança. Se confiscadas, estas eram relacionadas e, muitas vezes, fotografadas pela equipe técnica do Laboratório de Fotografia do Gabinete de Investigação. Deslocados do seu “habitat”, os documentos eram

res Boris Kossoy (Iconografia) e Maria Luiza Tucci Carneiro (Inventário), ambos da Universidade de São Paulo.

¹² Optamos por empregar a sigla DOPS para nos referirmos a Polícia Política em nível federal; e DEOPS, em nível estadual.

¹³ XAVIER, Marília. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”, In: *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996, p. 2.

anexados aos autos de forma a compor com a narrativa do discurso policial ao serviço do autoritarismo explícito e implícito. É neste momento que os impressos, em seus diferentes suportes e múltiplas variáveis, ganham estatuto de prova *documental*. O olhar viciado do investigador sabia, de antemão, o que deveria procurar: *jornais, panfletos, livros, partituras musicais, cartões postais, boletins, circulares, manifestos e filipetas*, em qualquer idioma e grafia. Dos álbuns de família “arrancavam-se” fotografias que, inseridas nas folhas dos prontuários e dossiês, se prestavam para ilustrar a versão pretendida pela autoridade investida do poder de decisão. A partir do momento em que o Estado criou um órgão dedicado a reprimir idéias sediciosas, caçar a palavra impressa e penalizar seus mentores, anulava-se a noção de sociedade civil. Para as autoridades da repressão, o “produtor de um jornal” era apenas o outro, elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado. Como consequência temos o retorno da razão do Estado que, em nome da segurança pública e bem-estar da nação, pode colocar fim no Estado de direito.



Livretos de propaganda anticomunista produzida pela Secretaria Pública de Segurança Nacional. Coleção “O comunismo é assim”, como produção do programa *Lei e Polícia*. Fundo DEOPS/SP. APESP.

A linguagem sedutora dos impressos políticos

Seguindo a trilha do impresso no Brasil chegaremos até os grupos políticos e movimentos sociais que, através de múltiplos subterfúgios, conseguiram formular suas propostas de ordem ou desordem, leia-se aqui de “revolução social”. Empregando a *metáfora da rede*, desvendamos aqui uma trama de cidadãos mobilizados por autênticas estratégias de organização social¹⁴. A somatória dos impressos, além de definir certas identidades individuais e de grupo, expressa a formação de redes solidárias ao Estado, aos intelectuais, aos imigrantes e os nacionais, assim como aos cidadãos de todas as classes, raças e religiões. As mensagens multiplicadas são exemplos de representatividade dos vínculos comunitários, distintos por seus apelos e imagens utópicas.

Percebemos – ao analisar a linguagem adotada pelos grupos de resistência ao Estado republicano ou a ditadura varguista – que os seus produtores pretendiam dilatar sua esfera pessoal ou coletivo (espaço vital) conquistando *objetos* e *status* que pertenciam a esfera do Outro. Alguém era sempre culpado pela miséria e pelo atraso vivenciado pelo homem negro, pela mulher ou pelo trabalhador nacional que, asfixiados pelos patrões ou pelo Estado interventor, não conseguiam alcançar a felicidade plena¹⁵. Segundo o poder instituído, a felicidade deveria ser “conquistada” através do esforço coletivo, ideia alimentada por um *sistema de motivações* a ser elaborado (e colocado em prática) pelo Estado. No caso da contra-propaganda, esta ação era de responsabilidade dos líderes comu-

¹⁴ Empregamos aqui o conceito de “rede” proposto por Franco Ramella para os estudos migratórios e que adaptamos, nesse caso, para os estudos das ideias políticas. Sobre o tema consultar: BJERG, Maria; OTERO, Hernán. *Inmigración y Redes Sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires: CEMLA; IEHS, 1995.

¹⁵ Para os casos dos regimes totalitários e autoritários pode-se aplicar o conceito de inimigo-objetivo desenvolvido por ARENDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Trad. Roberto Raposo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

nitários ou dos partidos que tentavam sobreviver nos subterrâneos da sociedade¹⁶.

Consideramos que a propaganda política, em qualquer esfera de circulação, alimentava a imagem de um mundo fictício capaz de competir com o mundo real. O caos, a desordem, a miséria, a fome, a exclusão e a injustiça social seriam – segundo as mensagens sedutoras propagadas pelos grupos de oposição ao poder instituído – superadas por uma revolução social que prometia paz, felicidade, igualdade social etc. O mundo fictício – proposto pelos revolucionários de esquerda, por exemplo – distinguia-se daquele idealizado pelos nazistas ao criticar o uso da força, o abuso do poder e da violência.

O papel dos panfletos

Panfletos são feitos de papel; panfletos são fáceis de manusear, guardar, esconder ou eliminar. São de baixo custo e podem transmitir rapidamente uma mensagem para um grande público. Podem ser mimeografados ou impressos, com ou sem imagem, instigando o leitor a pensar, discutir e agir na vida prática, diária. Têm o poder de alterar a realidade ou reforçar o *status quo* colaborando para a mobilização ou a persistência da inércia, entendendo-se aqui apatia ou conformismo. Folhetos não têm capa (cobertura dura) e nem encadernação. Na sua maioria são confeccionados em uma única folha de papel cortada ou dobrada pela metade, em terços ou em quartos. Pelo seu formato “portátil”, o folheto tornou-se um importante instrumento de propaganda política favorecendo a circulação da crítica e do protesto

¹⁶ Conceito é amplamente desenvolvido por Abraham Moles. Ver deste autor: *O Cartaz*. Trad. de Miriam Garcia Mendes. São Paulo: Editora Perspectiva; Edusp, 1974 (Coleção Debates, 74).

proibido. Diferente do livro, o panfleto não para em pé: deve ser lido rapidamente e, se guardado, deve ser “enrolado”, “dobrado” ou “mantido na horizontal”. Por esta característica particular favorece as ações políticas oficiais ou clandestinas.

Folheto de uma única página, o panfleto é chamado “*voador*” ou “*relâmpago*”: anuncia, convoca e promete felicidade em troca da adesão. Um panfleto político *voador* é, quase sempre, portador de uma mensagem relâmpago que, por sua natureza instintiva, deve causar impacto e mobilizar as massas. Confeccionado em uma única folha de papel, tem o poder de convocação, de chamada, de denúncia ou de alerta. Ao mesmo tempo é coletivo e introspectivo favorecendo a inserção social de certas individualidades, pois os textos e as imagens traduzem particularidades das visões de mundo do autor do panfleto, além de refletir perspectivas coletivas e político-partidárias. Enquanto impressos volantes têm vida cíclica pressupondo distintas fases que vão da sua criação à morte para depois renascer graças à revitalização das ideias. Retomo aqui a epígrafe do livro de Domingos Braz: *Morrem os Homens...mas a idéia fica!*¹⁷

Multiplicado aos milhares, passa de mão em mão, sendo distribuído nas praças, nas ruas ou em ambientes fechados. Colados nos postes, nos muros, nas portas ou nas paredes chamam a atenção do público-alvo que, movido por algum interesse, pára para ler ou arrancá-lo, num ato de repúdio ou conivência. Uns carecem de criatividade; outros brilham por serem irreverentes e por estarem “fora da ordem”. Enquanto instrumento de propaganda política são seculares e universais; e enquanto registro ideológico são temporais, expressão de um momento específico da história do país.

¹⁷ BRAZ, Domingos. *Dos Meus Momentos de Lazer: Morrem os Homens... Mas a Idéia Fica!*, s.d. Anexado ao *Pront. n° 493, de Domingos Braz*, Vol. 2. DEOPS/SP. APESP. Sobre livros confiscados ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*, 2.ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

O panfleto – assim como o jornal, o livro e as filipetas – sempre se apresentou como alternativa eficaz de propaganda política. Adotado no Brasil desde o início do século XIX, o panfleto deve ser avaliado como um dos mais importantes registros da memória política do país. Alguns deles inscrevem-se numa tradição dos impressos liberais e revolucionários; outros emergiram como tipicamente anti-monarquista, anti-lusitanos, nacionalistas ao extremo e, até mesmo, anticlericais. Estudos desenvolvidos por Lúcia Maria Bastos Neves têm demonstrado que os panfletos começaram a circular no Brasil a em decorrência da Revolução do Porto de 1820 e do movimento de 26 de fevereiro de 1921, promotores de ideias liberais e constitucionais. Publicados em Lisboa, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão e Pernambuco, esses impressos levaram o debate político para as ruas favorecendo a construção de uma cultura política.¹⁸

A partir das últimas décadas do século XIX começaram a ser produzidos panfletos expressivos do movimento republicano, negro, anarquista, operário, sindicalista, comunista e antifascista. Aqueles produzidos pelos grupos “exóticos” – ou seja, da esquerda revolucionária - sempre encontraram barreiras para circular rompendo com o mundo da clandestinidade; o que não era tão comum com relação aos impressos expressivos da ação da extrema-direita que raramente teve suas publicações censuradas pelas autoridades do Poder. Quando isto aconteceu, a repressão não se fez tão radical¹⁹.

Os impressos revolucionários que circularam no Brasil desde o final do século XIX – e principalmente aqueles que circularam na clandestinidade por força da censura institucional – ainda estão por serem conhecidos. Sua trajetória, cujos meandros nem sempre são

¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P., “Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil”, In: *Caderno CEDES*, v.22, n° 58, Campinas, dez., 2002.

¹⁹ Como exemplo temos os casos dos jornais *Offensiva*, criado e dirigido por Plínio Salgado (maio de 1934 a março de 1938) e *O Integralista*, Órgão da Acção Integralista em São Paulo. Cf. *Pront. n.º 1583, Acção Integralista*. DEOPS/SP. AESP.

fáceis de descobrir, pode ser comparada ao traçado de um labirinto cujas entradas e saídas se encontram ora interrompidas, ora abertas para o mundo múltiplo da resistência. Esses impressos, e em especial os panfletos, desempenharam importante papel na organização do operariado brasileiro conscientizando-o das suas possibilidades de ação enquanto agente social e como classe. Eles são, assim como os jornais e os livros, “investidos de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção”.²⁰ Instigaram a rebeldia minando a apatia almejada pelas elites dominantes.

Valendo-se de um pequeno texto construído em tom convocatório, os panfletos raramente usam a imagem. Favorecendo a leitura dinâmica, convocam o indivíduo à rebelião procurando quebrar a apatia, cristalizada pelo discurso oficial. Com frases curtas compostas com palavras emprestadas do linguajar popular, denunciavam as injustiças da justiça brasileira dedicada, em vários momentos, a calar a voz dos rebeldes. Abriram espaço para a ação dos grupos de resistência ao autoritarismo rompendo com os preconceitos de cor, gênero, classe e religião. Mobilizaram -- numa frente única em prol dos direitos humanos -- estudantes, operários, intelectuais, artistas plásticos, músicos, caricaturistas e editores, homens e mulheres. Denunciaram a podridão das prisões brasileiras, a inadimplência das autoridades policiais, a desobediência as leis trabalhistas, a expulsão de estrangeiros e a censura oficial.

Identificando os caminhos trilhados por estes panfletos – do porto para a cidade, da capital para o interior ou da cidade para o campo – estaremos pontuando os espaços e as comunidades de leitores distintas por sua identidade étnica, nacional ou ideológica.

²⁰ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora UnB, 1999, pp. 8-9.

Enquanto impressos convocatórios, os panfletos invadiram [clandestinamente] as residências onde foram lidos por todas as classes, sem exceção: leitores curiosos, leitores pervertidos, leitores malditos. Aliás, é raro quem não tenha experimentado, um dia, o sabor de uma leitura proibida! Seguindo os trilhos de ferro, a “panfletagem subversiva” foi levada, às escondidas, até as cidadezinhas do interior incomodando o sossego das elites regionais, adeptas do coronelismo. Incomodaram, certamente, empresários, políticos, coronéis e fazendeiros acostumados ao mando, por tradição.

Editados em português, na sua maioria, os panfletos expressam as plataformas políticas dos mais distintos grupos sociais. Serviam como provas comprometedoras do crime político, de acordo com a lógica da desconfiança adotada pelas autoridades policiais cientes do poder das palavras de ordem. Um *slogan* ou uma imagem eram suficientes para transformar aquelas páginas de papel em manuais de revolução. Sobre os produtores – interpretados como mentores intelectuais do crime político – recaia a culpa pela infração: eles haviam ultrapassado os limites do permitido. Se reincidentes transformavam-se em “reféns do seu próprio passado”, distinção formal decorrente do *estigma da criminalização*, do *labelling approach* ou teoria do etiquetamento.²¹

A apreensão dos panfletos ditos perigosos e a sistemática prisão de seus produtores, impressores e distribuidores deve ser avaliada como a formulação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade das elites políticas. Daí considerarmos esta “literatura” como efêmera, dada a sua curta trajetória enquanto meio genuíno de comunicação de massas. A partir do momento em que o Estado criou um órgão de-

²¹ Sobre esta questão ver BRISSOLI FILHO, Francisco. *Estigmas da Criminalização: dos antecedentes à reincidência criminal*. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 1998.

dicado a reprimir idéias sediciosas, caçar a palavra e penalizar seus mentores, anulava-se a noção de sociedade civil. Os descontentes não eram reconhecidos pelo discurso oficial, de tal forma que durante os conflitos sociais eram considerados ilegítimos e, como tais, presos e julgados por seus desvios. Para as autoridades dominantes, um “produtor de panfleto” era apenas o “outro”, elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado ²².

Uma nova linguagem tomou dos discursos políticos nas décadas de 1930-1940 – do ordenador e do revolucionário -- sendo que este último levava a pecha de “desordenador da ordem pública”. Os panfletos, geralmente desafiavam os estatutos da ordem funcionando como uma espécie de prolongamento da ação subversiva. E como sempre, desordem requer controle; controle atrai a censura que, por sua vez, culmina com a repressão física e simbólica. O círculo é vicioso e, como todo vício, atrofia o exercício da cidadania.

Uma questão de estilo

Levando em consideração o produtor, a mensagem, a iconografia e o público-alvo, os panfletos políticos podem ser agrupados em “categorias literárias”, seguindo critérios sugeridos por Antoine de Baecque: *reflexões sobre o governo e as instituições*, *o ensaio político*; *o cotidiano político* e *a polêmica*. Considerando-se as circunstâncias em que tais impressos foram produzidos no Brasil (1924-1954)²³

²² MATOS, Olgária Chain Feres, “Espaço público e tolerância política”, In: MIRANDA, Wander Melo. *Narrativas da Modernidade* (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 343.

²³ Apenas a título de informação: estas datas foram adotadas com um objetivo didático, tendo em vista a dimensão documental do Fundo DEOPS/SP. Estes marcos são adotados por todos os projetos de pesquisa desenvolvidos junto ao PROIN Arquivo/ Universidade sob a orientação desta Autora [1924: criação do DEOPS/SP; e 1954: fim do segundo governo de Getúlio Vargas].

podemos defini-los como pobres em imagens visuais e fortes em imagens mentais. Diferenciando-se o cartaz e do *poster* – geralmente ilustrados com reproduções fotográficas de alta resolução – o panfleto político não traz, necessariamente, uma dimensão estética. Tem como prioridade, levar a mensagem de uma coletividade ao indivíduo procurando estimular a produção de novos comportamentos. Daí propormos que a análise da mensagem siga sempre em duas direções, conforme sugestão de Abraham Moles para o estudo do cartaz: a mensagem semântica ou *denotativa*; e a *mensagem estética ou conotativa*.²⁴ As mensagens propagadas pelos panfletos devem ser avaliadas como ingredientes de um processo em curso e, não apenas, como registro do passado. Basicamente, esses impressos cumprem o papel didático de informar, seduzir, educar e evocar imagens memorizadas. É quando a linguagem semântica sobrepõe-se [ou superpõe-se] a estética oferecendo conteúdo para a elaboração de um vocabulário de conceitos e mitos políticos.²⁵

De uma forma geral, as narrativas permitem reconstituir as imagens mentais de Nação e Povo, de inimigo-objetivo e, simultaneamente, o auto-retrato “construído” pelo grupo produtor. A imagem do *inimigo-objetivo* se faz, na maioria das vezes, a partir de um processo de desumanização/animalização do sujeito. Para as comunidades políticas identificadas com o ideário das esquerdas, por exemplo, o inimigo/alvo era Vargas, Hitler, Franco, as elites agrárias, a burguesia industrial, dentre outros personagens identificados como “exploradores do povo”, “destruidores da democracia”, “assassinos dos operários”, “ditadores”, “exploradores” etc. Dentre as instituições constantemente criticadas estavam o Estado republicano, a Igreja Católica e a Polícia Política, identificados enquanto agentes da repressão, da corrupção e da intolerância.

²⁴ Abraham Moles, *op. cit.*, p. 27.

²⁵ *Idem*, pp. 4757 e 63-78.

Na contramão do discurso antivarguista e antifascista, o discurso oficial -- valendo-se de políticas públicas de poder -- investiu contra os negros, os judeus, negros, os japoneses, os ciganos, os comunistas, os anarquistas e socialistas. Qualquer indivíduo, independente da sua classe social, gênero, profissão, nível cultural ou idade poderia ser um suspeito em potencial: homens ou mulheres, jovens ou velhos, intelectuais ou analfabetos, operários ou lavradores, negro ou branco, para enumerar alguns.

Tanto o *discurso antifascista* como o *discurso oficial* em circulação no período de 1930-1954, têm elementos comuns, conforme constatado pelos pesquisadores do PROIN- Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo ²⁶:

- Valiam-se da panfletagem para colocar em circulação uma retórica maniqueísta investida de dois elementos de primeira grandeza: a *difamação* e a *exaltação*;
- Através desta retórica argumentativa interferiam na construção de uma “verdade” histórica;
- Na ideologia dos autores/produtores do panfleto, o seu líder político era o Salvador de todos os males que afligiam a Nação e o povo brasileiros, alimentando mitos políticos.

A pretensão era sempre educativa ou convocatória do público-alvo que, nem sempre se mostrava sensível às reivindicações pois estavam anestesiados pelas forças do poder. Sem pretender reduzir nossa análise à velha dualidade e polaridade do Bem contra o Mal,

²⁶ Cumpre aqui citar duas importantes pesquisas desenvolvidas com bolsa de Iniciação Científica Fapesp junto ao PROIN, entre 2000 e 2004: SANTANA, Márcio M. *Avante, Jovens Rebeldes! A Juventude Brasileira e o Aparato Repressivo do Governo Vargas (1935-45)*; SANTOS, Edney dos. *Homens Trabalhando, Polícia Vigilando*, sob a minha orientação.

podemos agrupar o discurso panfletário em dois grupos distintos em seus objetivos:

- 1) De resistência ao autoritarismo, com ênfase na produção dos grupos identificados com as esquerdas que investiam na formação de uma consciência política da massa trabalhadora;
- 2) Dos governistas que procuravam anestesiá-lo espírito crítico e investir na domesticação da classe trabalhadora. Os grupos identificados como “revolucionários” ou “subversivos” tinham as suas ações limitadas pela censura institucionalizada pelo Estado republicano e pelas barreiras físicas impostas pela clandestinidade em que eram obrigados a viver. Interpretados pelas elites políticas republicanas como “defensores de um projeto de destruição da ordem capitalista”, foram caçados como homens fora-da-lei, portadores de “outras vontades”, indesejáveis. Enfim, o mapeamento e análises sistemáticas dos panfletos permitem a identificação destas fraturas ideológicas expressivas das tensões e das negociações sociais. Enquanto promotores de uma cultura política, os panfletos podem ser classificados de acordo com o seu estilo, técnica e formato.²⁷

²⁷ Lúcia Neves analisando os panfletos produzidos nos anos de 1820, exemplifica alguns dos estilos possíveis: a) os constitucionais: que procuravam explicar o vocabulário político liberal. Exemplo: a *Constituição Explicada*, que examinava o pensamento de Benjamin Constant; o *Constitucional Justificado*; b) de perguntas e respostas: o *Catecismo Constitucional*; c) de diálogo: como o *Diálogo entre o Corcunda Abatido e o Constitucional Exaltado*, uma conversa entre um alfaiate e seus fregueses, seguindo o modelo clássico do famoso *Spectator* de Addison e Steele, (Inglaterra, princípios do século XVIII”; d) de cartas escritas a amigos e compadres: a exemplo daquela escrita pelo compadre de Belém ao redator do jornal português *Astro da Lusitânia*; e) de farsas em verso e a dicionários: como o *Dicionário Corcundativo* ou *Explicações das Phrazes dos Corcundas* (Rio de Janeiro, 1921), parodiando orações religiosas: como o folheto *A regeneração constitucional ou a guerra e a disputas entre os Corcundas* [sic] e *Constitucionais* (1821). NEVES, Lúcia Maria Bastos, “Cidadania e participação política...”, *op. cit.*, p. 9.

No caso dos panfletos políticos confiscados pela Polícia Política do Estado de São Paulo entre 1924-1954, conseguimos identificar alguns estilos:

- **De alerta, com caráter preventivo:** como o panfleto “Alerta, Povo de Taquaritinga!”; “Alerta, 2 de setembro”; “Brasileiros de todos os quartéis”.²⁸
- **De denúncia e repúdio [ao governo, as instituições e aos patrões]:** como o “23 de maio e 9 de julho de 1932. Ao Povo Paulista”; “Aos trabalhadores e ao povo em geral. Arbitrariedades e violências policiais”; “Contra as provocações de Getulio, Rão, Muller e seus comparsas!”; “Contra o assassinato dos inocentes acusados pelo incêndio do Reichstag!”; “Contra o `vale´ e o `barracão´”; “Os plutocratas



Panfleto “Contra o “Vale” o o “Barracão”, Associação Agropecuária de São José do Rio Pardo, 30/10/1946. Confiscado e anexado ao *Pront.* 6585. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Material solicitado (referência, código, descrição): **Acevo DEOPS/SP**

Prontuário nº. 1018. Livretos de propaganda anticomunista produzida pela Secretaria Pública de Segurança Nacional. Coleção “O comunismo é assim”, como produção do programa Lei e Polícia.

Panfleto “Festa da Mão Preta”. São Paulo, 31 de dezembro de 1949.

Prontuário nº 6.585. Panfleto Contra o “Vale” e o “Barracão”. - Associação Agropecuária de São José do Rio Pardo, 30 de outubro de 1946.

Prontuário nº 4821. “Breviário”, Panfleto produzido pelo Núcleo Municipal da da Ail- Acção Integralista Brasileira de Jundiáhy, com texto de Gustavo Barroso.

Prontuário nº 555 - vol. II. - Panfleto Paz entre Nós, Guerra aos Senhores. Terra e Liberdade. Delegacia de Polícia de Cruzeiro.

Prontuário nº 108.021 -Vol.I. - Panfleto “Mulher”. Propaganda política em nome de Elisa Kauffmann.

²⁸ “Alerta, Povo de Taquaritinga”. *Pront.* n.º 7554; “Alerta, 2 de setembro”. *Pront.* n.º 101.018; “Brasileiros de todos os quartéis”, *Pront.* n.º 4663, DEOPS/SP/AESP.

nacionais e estrangeiros tramam uma nova chacina do povo trabalhador”.²⁹

- **De chamamento para a ação:** com mensagens curtas, telegráficas, instigando o leitor a tomar uma atitude revolucionária: “Desperta Brasil! Por um Governo Nacional Revolucionário”; “Libertemos Genny Gleyzer”; “Operários! Guerra aos acidentes do trabalho”; “À população da Alta Mogyana- Luis Carlos Prestes chama”.³⁰⁻
- **Convidativos:** convidando para um churrasco, piquenique, teatro, a exemplo do panfleto “Grandioso Festival Artístico”, produzido pelo Grêmio Dramático hispânico-Americano em favor da República espanhola. ³¹
- **Educativos:** estilo “volante” convidando para convenções, palestras e conferências proferidas por “ilustres intelectuais, artistas e jornalistas”, como “Conferencias Publicas. Ao Povo”; “Congressos Eucarísticos”; “Convenção pela Emancipação Nacional”. ³² O “Convite às Mulheres de São Paulo e ao Povo

²⁹ “23 de maio e 9 de julho de 1932. Ao Povo Paulista”, *Pront. n.º 1467*; “Aos trabalhadores e ao povo em geral. Arbitrariedades e violências policiais”, *Pront. n.º 1020*; “Contra as provocações de Getúlio, Rão, Muller e seus comparsas!”. Panfleto produzido pelo Diretório Nacional da A.N.L., *Pront. 4262*; “Contra o assassinato dos inocentes acusados pelo incendio do Reichstag !”. panfleto produzido pelo P.C.B., *Pront. n.º 1110*, v. 1; “Contra o ´vale` e o ´barracão`. São Paulo: Liga Camponesa, s. d.; *Pront. n.º 6585*; “Os plutocratas nacionais e estrangeiros tramam uma nova chacina do povo trabalhador”. Panfleto do Comitê Regional do P.C.B., São Paulo, 28 de junho de 1935, *Pront. n.º 209*, v.1. DEOPS/SP. APESP.

³⁰ “Desperta Brasil !. Por um Governo Nacional Revolucionário com Luiz Carlos Prestes à frente !”, São Paulo, s.d. *Pront. n.º 1110*, v. 7; “Libertemos Genney”, *Pront. n.º 40473*; “Operários! Guerra aos Acidentes do Trabalho”, *Pront. n.º 5031*; “À população da Alta Mogyana- Luis Carlos Prestes chama”. Panfleto da Aliança Nacional Libertadora do Brasil, transcrito do *Diário da Noite*, São Paulo, 28 de fevereiro de 1935. *Pront. n.º 3355* DEOPS/SP. APESP.

³¹ “Grandioso Festival Artístico”, Panfleto produzido pelo Grêmio Dramático hispânico-Americano em favor da República espanhola. *Pront. n.º 2.152*. DEOPS/SP. APESP.

³² “Conferências Publicas”. Panfleto produzido pela Aliança Nacional Libertadora, São Paulo, julho de 1935, *Pront. n.º 209*; “Congressos Eucarísticos”, Panfleto produzido por Carlos Teixeira, *Pront. n.º 3742*; “Convenção pela Emancipação Nacional.

em Geral”, por exemplo, anunciava como “fato único na vida feminina de São Paulo”, a conferência da Mme. Marie Claude Vaillante Coutourier, secretária geral da Federação Mundial de Mulheres, deputada e heroína da resistência francesa.³³ Com a data de 18 março de 1933, a FOSP- Federação Operária de São Paulo distribuiu o panfleto “Conferência Educativa” convidando os trabalhadores para assistirem à conferência do Professor José Oiticica que iria “dissertar sobre um thema de actualidade social”.³⁴

- **De breviário:** em tom de cartilha política, enumera sob a forma de pequenos verbetes os erros e as mazelas cometidas pelos “inimigos” ou define conceitos políticos, como “individualismo”, “liberalismo”, “integralismo” etc. Exemplo: o panfleto “Breviário”, produzido pela Acção Integralista Brasileira [Núcleo Municipal de Jundiahy]³⁵.
- **De poéticas da subversão:** composto com versos doutrinários, como o panfleto “Companheira. Profissão de Fé Proletária”, assinado por Cid Franco; “A Escandalosa”.³⁶
- **Cartas:** assinadas por reconhecidos líderes políticos, como o panfleto “Carta de Luiz Carlos Prestes dirigida a Aliança Nacional Libertadora”.³⁷

Convite ao Povo”, assinado por Ary Normanton. Jundiaí, fevereiro de 1954, *Pront. n.º 581*; DEOPS/SP. APESP.

³³ “Convite às mulheres de São Paulo e ao povo em geral”. Panfleto da União das Mulheres Democráticas de São Paulo, São Paulo, s. d. *Pront. n.º 72712*. DEOPS/SP. APESP.

³⁴ “Conferência Educativa”. São Paulo, 18 de março de 1933. *Pront. n.º 716*, *Federação Operária de São Paulo*, v.3. DEOPS/SP. APESP.

³⁵ “Breviário”,. Panfleto produzido pelo Núcleo Municipal da da AIB-Acção Integralista Brasileira de Jundiahy, com texto de Gustavo Barroso, *Pront. n.º 4821*, DEOPS/SP. APESP.

³⁶ “Companheira. Profissão de Fé Proletária”, de Cide Franco; “A Escandalosa”, Transcrito da *A Manhã*, 4 setembro de 1947, *Pront. n.º 856*, DEOPS/SP. APESP.

³⁷ “Carta de Luiz Carlos Prestes dirigida Aliança Nacional Libertadora”, Barcelona, 23 de abril de 1935. Panfleto anexo ao *Pront. n.º 4295*, v.1, DEOPS/SP. APESP

- **De rememoração de fatos históricos:** em tom de ato público por ocasião da passagem de uma data histórica com “funestas conseqüências para a humanidade”, como o panfleto “Centro de Cultura Social. Ato Público”. Este impresso tinha como objetivo ilustrar aos trabalhadores sobre o significado do dia 11 de fevereiro, aniversário da assinatura do Tratado de Latrão em 1929. A explicação para este “vergonhoso tratado” era a de que Benito Mussolini – identificado como “o tirano que oprimia a Itália” – havia cedido ao papa “a jurisdição e domínio da cidade do Vaticano...”.³⁸ Outras datas serviam como referência para protestos políticos dos grupos de esquerda: a morte de Sacco e Vanzetti, o fuzilamento do poeta espanhol Garcia Lorca, e o fuzilamento do catalão Francisco Ferrer, além do tradicional Primeiro de Maio (Dia do Trabalho) e Dezoito de Maio (Abolição da Escravatura).
- **De pergunta e resposta:** no formato de um questionário político que, além de informar, apresenta solução imediata para o problema; “É admissível Prestes encarcerado?”; “Como lutar?” “Como deves tomar a terra?”.³⁹

³⁸ Panfleto “Centro de Cultura Social. Ato Público”, assinado pela Comissão Executiva. São Paulo, s.d., *Pront. n.º 1914*, DEOPS, APESP. O Tratado de Latrão citado neste impresso foi assinado pelo Cardeal Gasparri, que era, em 1929, o Cardeal Secretário de Estado da Santa Sé. Por esse tratado, o governo italiano reconhecia o Vaticano como Estado soberano. Por seu lado, a Santa Sé cedia à Itália todas as terras dos antigos Estados Pontifícios, que o Papa havia governado desde o século V até 1870, quando o Piemonte tomou à força os territórios pontifícios. Desde 1870 até 1929, os Papas se consideraram “prisioneiros no Vaticano, rompendo relações com o Estado italiano que conquistara Roma à força.

³⁹ “É admissível Prestes encarcerado?”. Panfleto do Diretório Estadual da A.N.L. apreendido em 25 de julho de 1936, São Paulo, s.d, *Pront. n.º 1467*; “Como lutar? Como deves tomar a terra?”, *Pront. n.º 555*; DEOPS/SP. APESP.

Panfletagem salvacionista

A ideia de consenso social foi constantemente empregada pelo Estado nacional brasileiro que desde o início da era republicana, investiu contra as discordâncias, agindo com violência e arbítrio. Com o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891 e a suspensão da liberdade de imprensa, fortalecia a ideia de consenso nacional que, ao longo de décadas, assumiria a força de mito. Sem conseguir se desvencilhar das mazelas do passado colonial, a República apresentou-se em nome da modernidade e dos ideais civilizatórios. Cabe lembrar que as elites políticas se reestruturaram sem se desprender das suas tradicionais bases agrárias, fontes para seus recursos políticos e sociais. Assumiram o papel de “elites modernas” aproveitando-se da não-interferência das massas urbanas que, neste primeiro momento, estavam afastadas das propostas revolucionárias do liberalismo.

Ao longo do século XX é possível perceber como o Estado foi forjando um sentimento de identidade nacional brasileira ao apelar para a imagem de um Brasil multi-racial, aberto a todas as etnias “independente da religião, raça e nacionalidade”. Os impressos oficiais – pensando aqui nos álbuns comemorativos, nas revistas ilustradas, nos jornais da grande imprensa, nos panfletos políticos e nas obras de renomados intelectuais dedicados a pensar soluções para os “males da nação” – cumpriram um importante papel ao reafirmarem o sistema de dominação amordaçando aqueles que “eram do contra”. Adotaram *procedimentos de exclusão*, sendo a *interdição* o mais evidente e comum. Apesar das leis de censura e de expulsão, os discursos “subversivos conseguiram circular na clandestinidade, registrando a “aparição de novas formas na vontade de verdade”, retomando aqui Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*.⁴⁰

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970, Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São

Portanto, o consenso não era assim tão uniforme ainda que este tenha sido o tom do discurso oficial ao longo de décadas. A análise destes registros permite, se avaliados em um tempo de longa duração, uma reflexão sobre as rupturas e as permanências. Nas décadas de 1930-1940 não podemos negligenciar a figura de Vargas que, além de articulador político hábil em “construir” consensos e harmonizar interesses, era também um líder autoritário, assim como o definiu Eli Diniz:

“...maquiavélico, especialista na arte de dissimular, de esconder suas reais intenções e manipular as situações a seu favor, enfim, um mestre no emprego da astúcia e da força ao sabor de suas conveniências políticas”.⁴¹


Tornou-se comum nos panfletos oficiais o apelo ao simbolismo católico com o objetivo de cooptar as massas para a nova ordem instituída pelo golpe de 1930. Analisando uma amostragem dos impressos produzidos pelos partidos da situação, colaboracionistas do Estado varguista, é possível constatar as apropriações do discurso católico e de ícones populares presentes no imaginário coletivo. Proliferava-se o apelo à figura da Virgem Maria-mãe, assim como ao bandeirante desbravador das selvas brasileiras e do pai de família, incansável trabalhador.

Paulo: Edições Loyola, 1996, pp.17-18.


⁴¹ DINIZ, Eli, “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais”, In: Dulce Pandorfi (Org.), *op. cit.*, p.21.

Brasileiros, alerta
Festa da Mãe Preta

Diã 31-12-49 — Vespera do dia 1.º, Ano Novo



DR. ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
Governador do Estado de São Paulo



NESTOR MACEDO
Representante da "Ala Negra Progressista"

Mãe Preta

Mãe Preta, essa divina mulher que possui algo de Maria Santíssima, generaliza intensidade de seu grande amor e muito de sua ternura inconfundível primeiramente aos cidadãos; essa ternura de mulher que, sendo jovem, há nela a sublimidade reflexiva de uma anfitriã, e na velhice, labuta com rigor na juventude, essa mulher que, quando ignorante, desdenha os mistérios da vida, com mais acerto, dá celebridade aos sábios, e, quando instruída, se a faz à simplicidade daqueles que ama e sendo opulenta, dá-lhe suas opulências com grande prazer, para não diminuir a alma e ferir a ingratidão; essa mulher que sendo forte, se despoja de todo o orgulho de uma criança, e na debilidade singela a bravura de um leão; essa mulher que enquanto vive, não sabe esquecer-lhe os erros, sendo que se que tudo seja ao dono se esquecer; mas que quando essa mulher depois do morto, essa divina mãe preta a que deixamos tudo o que somos e tudo o que temos para poder vê-lo de novo, para receber dela um novo abraço e da câmbria de seus lábios uma só palavra.

Não vos esqueça deste amor de mãe se não quiserdes magoar a sensibilidade de vossos corações e humilde-dever com lágrimas vossas almas, porque ela gerenciará os vossos câmbios.

E quando ao mundo vossas filhas crescerem e vós idosas tiverdes todo-lhe esta senara página, e ela vos cobrindo a fronte de beijos, dir-vos-á que um humilde viajor, em retaliação de paga de magnifica hospitalidade deste mundo recebido, deixou aqui para vos e para dos um grande vespelo reflexivo: salutar de Mãe Preta.

Esta mãe preta, e o dia da Mãe Preta, a Festa da Mãe Preta, que comemora os nobres destinos de nosso país que são Bandeira, Dr. Adhemar Pereira de Barros, a Presidência da República pelo bem de São Paulo e do Brasil.

As festas da Mãe Preta, que se realizam a partir de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1950, todos os sábados e todos os domingos no Salão da Abolição (antigo Olimpia) na Estrada de Vergueiro, 2010 - 5.º andar, ponto final da linha 72 - alto do Ipiranga, serão em homenagem ao Ilustre Governador do Estado de S. Paulo, Dr. Adhemar Pereira de Barros, homenagem aos seus grandes empreendimentos: sempre à indústria — Campanha contra a Tuberculose — Hospitais — Estradas de Rodagem — Escolas — Parque Ipiranga — Beneficência do Tietê inclusive as portadoras de Hérta, cujas obras estão à vista de todos, graças ao dinamismo e à alta inteligência do novo Bandeira, que é o Dr. Adhemar Pereira de Barros — obra essa que só a própria lenda do Progressismo.

Festa organizada por Nestor Macedo e o Partido Progressista

Coordenador da Ala Negra Progressista Ernesto Paladino

TIPOGRAFIA CENTRAL — Rua, 20084, 603 — Tel. 8-3099 — S. Paulo

Panfleto “Festa da Mãe Preta”. São Paulo, 31 de dezembro de 1949. Confiscado e anexado ao *Pront. n.º 1018*. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Exemplo é o panfleto “Festa da Mãe Preta”, datado de 31 de dezembro de 1949, ilustrado com as fotografias do Dr. Adhemar Pereira de Barros, governador do Estado de São Paulo, e de Nestor Macedo, Representante da “Ala Negra Progressista”, dois ícones da coligação entre o Partido Social Progressista e o Partido Trabalhista Brasileiro, nos anos de 1951. Nestor Macedo atuava como o organizador destas “festas-comícios” direcionadas para a comunidade afro-brasileira e para a propaganda política de alguns candidatos seletos⁴². Este

⁴² “Mãe Preta”. Panfleto do Partido Social Progressista, São Paulo, dezembro de 1949. *Pront. 101.018*; “Alerta 2 de setembro”, Panfleto produzido pela Ala Negra progressista. São Paulo, setembro de 1951. *Pront. n.º 101.018*. DEOPS/SP. APESP.

impresso reifica o papel dos políticos em ação entre 1930-1954 perpassando pela glorificação de feitos heróicos. Convidava o povo em geral para homenagear o Dr. Adhemar de Barros, o Professor Lino de Mattos, o Coronel Ribamar e os gloriosos paraquedistas da Força Pública de São Paulo, “que tão bem houveram na arrancada humanitária contra as selvas bravias!”. Entre fogos-de-artifício, danças caipira e churrasco de vitela, Lino de Mattos seria aclamado o HERÓI DAS SELVAS, configurando a construção da imagem do salvador. Os documentários cinematográficos e as fotografias de Adhemar, apresentado como a “esperança do povo do Brasil” e de Nestor Macedo, “soldado adhemarista” e representante da Sociedade Ala Negra Adhemarista, funcionam como elo de ligação entre o poder e a comunidade negra, carente de representatividade política. Este processo de heroização completa-se com a nomeação de Nestor Macedo como “rei popular das organizações” da GRANDIOSAS FESTAS DA CHITA” animadas graças a CARAVANA DE SOLIDARIEDADE HUMANA”.⁴³

Segundo alguns panfletos distribuídos em nome do governo do Estado de São Paulo com o apoio da Ala Negra Progressista, as “festas da Mãe Preta” seriam organizadas para homenagear o ilustre governador Adhemar de Barros [e não Mãe Preta] elogiado por seu dinamismo e por sua ação “intrépida de novo Bandeirante”. Antecede esta nomeação um falso discurso composto para sensibilizar a população negra, público-alvo das propostas populistas. Enquanto uma “divina mulher, a Mãe Preta “possue algo de Maia Santíssima” e tem muito de “anjo ternura” e da “bravura de uma leão”.⁴⁴

⁴³ “Grandiosas Festas da Chita”. Panfleto produzido pelo Grupo Progressista Adhemarista, São Paulo, Junho, 1952. *Pront. n.º 101.018*. DEOPS/SP. APESP. Ver o importante trabalho desenvolvido por Rodrigo Archangelo, sob o título *Um Bandeirante nas Telas de São Paulo: o Discurso Adhemarista em Cinejornais (1946-1956)*, Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007.

⁴⁴ “Brasileiros, alerta. Festa da Mãe Preta”, Panfleto produzido pela Ala Negra Progressista, São Paulo, janeiro de 1949, *Pront. n.º 101018*. DEOPS/SP. APESP.

Na categoria dos panfletos oficiais, ainda que raros nos arquivos da Polícia Política, identificamos os seguintes estilos⁴⁵:

- **Os constitucionais:** dedicados a informar a população sobre os atos do Estado cuja intervenção vem sempre mascarada pelo *slogan* “a bem do serviço público”. Era comum a transcrição na íntegra de decretos-lei como, por exemplo, o Decreto Federal nº 6.455 que reconhecia a Associação Paulista de Imprensa como sendo de utilidade pública.⁴⁶
- **Os comemorativos:** editados com o objetivo de cooptar e/ou aliciar determinados segmentos da população, como por exemplo, os jovens e as camadas pobres e negras excluídas por sua identidade étnica e/ou política.
- **Os combativos:** de luta contra o comunismo, apresentado como *inimigo n.º 1* da Nação brasileira, ou contra outros “perigos” reais ou imaginários. Preocupado com a penetração que a ANL vinha alcançando junto ao operariado, o Estado varguista aliado aos grupos de direita resolveu adotar medidas profiláticas de combate ao comunismo. Valendo-se das mesmas táticas de propaganda que seus “inimigos negros e vermelhos”, articulou uma contra-propaganda com o objetivo de alertar “os menos avisados” do perigo que os rondava. Nada mais eficiente do que produzir panfletos assinados ou anônimos com mensagens anticomunistas que, agilmente, circulassem nos meios operários e estudantis. Neste “padrão”

⁴⁵ Importante lembrar que a maioria dos panfletos selecionados pelos pesquisadores do PROIN, são impressos que circulavam na clandestinidade e que haviam sido confiscados por representarem um perigo à ordem instituída. No caso de encontrarmos panfletos oficiais anexados aos prontuários temos que avaliar em que condições ele foi parar naquele processo. Geralmente foram encaminhados pelos próprios produtores às autoridades policiais com o propósito de obter autorização para a realização de uma festa ou homenagem públicas.

⁴⁶ “Associação Paulista de Imprensa”. Comunicado da A.P.I., São Paulo, 20 de maio de 1934, *Pront. n.º 35603*. DEOPS/SP. APESP.

de discurso classificamos o panfleto produzido pela Liga Anticomunista.

Considerações finais

Em síntese: cabe aqui reavaliar os mitos políticos como um legado histórico. Herdamos a imagem heróica de Vargas descrito como político extraordinário, figura divina investida de potência transformadora, cujo perfil de ditador foi, ainda nos de 1980, evitado pela historiografia brasileira. Até então reforçou-se o perfil salvacionista de Vargas apresentado como o homem providencial, instaurador de um clima de paz e trabalho no Brasil. Com sabedoria e perspicácia, Vargas (re) elaborou os conteúdos de protestos dos trabalhadores e, através da ideologia do trabalhismo e do populismo, uso-os em benefício próprio garantindo sua permanência no poder até 1945. Ao tentar subordinar os trabalhadores e evitar suas filiações às ideologias ditas “exóticas”, o Estado procurou impor suas versões auxiliado por estratégias de dominação, dentre as quais a propaganda política. É neste contexto que a construção da imagem do *Estado-Providência* e entendemos o fortalecimento do *mito da outorga da legislação social*, elemento sempre presente nos discursos direcionados para o trabalhador nacional.

O trabalho “sujo” de varredura dos inimigos do regime, ficava em segundo plano, protegido pelo secretismo dos arquivos policiais e diplomáticos vedados à consulta pública até 1995. A propaganda política cumpriu com o seu papel de camuflar o mundo fabricando versões para uma realidade que não convinha vir à superfície: a da realidade das prisões, da violência das deportações, da perda das liberdades individuais, da negação de solidariedade aos judeus perseguidos pelo nazismo e do direito à liberdade de expressão.

(Página deixada propositadamente em branco).

**A PROPAGANDA DO NACIONAL-SOCIALISMO
NOS IMPRESSOS DA EDITORA
DEUTSCHER MORGEN EM SÃO PAULO**

*Priscila F. Perazzo
Marina Lins Prado*

Esse texto discute as formas de propaganda que possibilitaram a disseminação do nazismo junto à comunidade de origem cultural germânica na primeira metade do século XX, em São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940. As ideias do nacional-socialismo de Hitler foram difundidas na comunidade alemã paulista a partir dos impressos que circularam no interior dessa comunidade, no cotidiano das famílias, nas páginas dos jornais.

No interior de uma comunidade cultural – cuja língua alemã representou o vetor de aproximação, identidade e pertencimento – ocorreu uma intensa propaganda política e cultural do nazismo de Hitler, e o alvo foram os alemães radicados no exterior, ou seja, para além da Alemanha. A comunidade de cultura germânica conviveu com a propaganda impressa no seu cotidiano. A circulação de jornais, a publicação de almanaques, os convites para festas e panfletos impressos circulavam no seio da comunidade alemã da capital. E tinham como meio dessa comunicação os próprios jornais alemães, distribuídos no Brasil. Segundo Maria Helena

Capelato¹, os meios de comunicação são um dos responsáveis por intensificar as emoções e aquecer as sensibilidades de uma população.

É consenso entre os historiadores que os anos 1930 representaram a consolidação da imprensa burguesa no Brasil – reflexo de um movimento iniciado na Primeira Guerra Mundial. À época, os jornais ofereciam à população uma maneira de compreender melhor o que acontecia no mundo conturbado pela guerra. Já a imprensa, por sua vez, “se via desafiada a consolidar um público fixo e de fazê-los comprar e ler mais”². Pensando assim, que os representantes da ideologia nazista no Brasil viram na imprensa jornalística uma importante via difusora dos discursos do Partido, para inflamar corações e mentes para essa ideologia política.

Com as inovações tecnológicas no século XX, os meios de comunicação ganharam cada vez mais expressão e inserção nas sociedades urbanas, tornando-se veículos de massa, ou seja, estavam acessíveis, cada vez mais, a um grande número de pessoas. Passou-se a associar a palavra com a imagem, que fora “muito utilizada como peça de propaganda para as massas [...] com novos processos de reprodução de gravuras, juntamente com a imprensa.”³. Os jornais se popularizaram e se tornaram veículos formadores de opinião, além de veículos de informação e de propaganda política e ideológica, sobretudo em regimes como o nazista na Alemanha.

¹ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. Ver também CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas*. 2. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

² ARAÚJO, Nilton S. “Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica”. In: *Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia*. Niterói: 2008.

³ QUEIROZ, Adolpho; CARRILHO, Kleber. “Propaganda política e totalitarismo”. Revista *Comunicação & Informação*, v. 15, n. 2, p. 97-115, jul./dez. 2012, pp. 106-107

Dessa forma, o que se viu foi a difusão de um conjunto de discursos e imagens que representavam o pensamento nazifascista em páginas de jornais, como o *Deutscher Morgen*, publicado na capital, mas ao alcance das comunidades da região metropolitana paulista, disponível ao público às quartas-feiras. Apresentava-se como porta-voz das ideias nacional-socialistas por meio da redação de Hans Henning von Cossel, chefe nacional do Partido Nazista no Brasil. Notícia e publicidade pareciam se fundir. O que fosse notícia deveria ser veiculado como publicidade. As determinações vinham do Ministério da Propaganda da Alemanha e de seu chefe Goebbels. Este propunha que a propaganda fosse simples e orquestrada, adaptada aos diversos públicos e visar um objeto de cada vez, e, sobretudo, “assumir as mais variadas formas possíveis”⁴.

O jornal *Deutscher Morgen* imprimia em suas páginas os dois tipos de propaganda: persuasiva, aquela que se utiliza do próprio meio de comunicação como jornal e rádio, em que o político procura persuadir o outro a se inscrever no partido ou votar em determinada legenda; e a propaganda política sugestiva, que aciona os sentidos e as emoções por meio de signos e símbolos⁵.

Tomando por base as reflexões de Domenach⁶o jornal impresso é apontado como um dos principais instrumentos da propaganda política dos regimes totalitários no século XX. Diante de tais instruções, compreende-se o papel do jornal *Deutscher Morgen* como veículo publicitário da ideologia nazista e um dos responsáveis pela propaganda política em São Paulo.

Nesse sentido, essa pesquisa parte de uma análise de algumas páginas desse jornal, publicado em São Paulo, pela primeira vez em

⁴ RAHMEIER, Andrea H. Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento*. (2009). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RS. p. 44

⁵ QUEIROZ; CARRILHO, *Op. Cit.* p. 107

⁶ *Apud* QUEIROZ; CARRILHO, *Op. Cit.*, p. 111.

16 de março de 1932. Um de seus proprietários era Herbert Sack⁷, brasileiro descendente de alemães. Jornalista, químico e representante comercial, foi diretor e secretário do Partido Nazista em 1934. De início, situava-se no bairro da Móoca em São Paulo e a redação do jornal dividia sua sede com a Editora Aurora Alemã. O jornal era impresso pela gráfica *Wenig & Cia*, uma vez por semana. Em 1939, Sack, Ernst e Ernestina Sommer tornaram-se sócios e compraram uma gráfica na Rua Vitória, também na capital. Dali para frente, passaram ali a imprimir os jornais, folhetos e outros impressos panfletários publicados pela empresa⁸.

Por conta do inquérito policial, foram apreendidos nas dependências da editora, em 23 de dezembro de 1940, um grande volume de impressos que divulgavam a “grandiosidade” da Alemanha, exaltavam o nazismo e criticavam os ingleses. Entre eles havia panfletos e folhetos como *My Lord!* e *Livro Branco Alemão*; além de livros como *Poemas Germânicos*, de Lacerda Ortiz, e uma publicação oficial do governo alemão de 1940, intitulada *Novos Documentos sobre a Política de Alastramento da Guerra e das Potências Ocidentais*⁹. A editora Aurora Alemã também era responsável pela publicação do almanaque-anuário *Volk und Heimat*, igualmente difundido na comunidade germânica e disseminador de ideias antisemitas, antibolchevistas e pró-hitleristas.

A última publicação do jornal foi em 7 de novembro de 1941. Em 29 de janeiro de 1942 (mesmo dia da declaração de rompimento de relações do Brasil com o Eixo, ao fim da Conferência dos Chanceleres

⁷ Herbert Sack também aparece nos arquivos policiais como um dos proprietários da empresa Estrada de Ferro Alemãs, do Rio de Janeiro, que também publicava impressos de caráter nazista (PERAZZO, 1999).

⁸DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas. Om Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial/FAPESP, 2007, p. 317

⁹ PERAZZO, Priscila F. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1999.

Americanos no Rio de Janeiro) foi proibido pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas) de circular. Depois disso, acusados de propagandear a ideologia nazista, seus proprietários foram presos.

Nesse sentido, pretende-se aqui analisar algumas das publicações do jornal *Deutscher Morgen*, quanto do anuário *Volk und Heimat*, identificando elementos das suas composições pelos quais se possa identificar os discursos do nacional-socialismo de Hitler. A propaganda nazista de Goebbels se sustentava pela palavra e pela imagem¹⁰. Desde a diagramação, até o conteúdo de matérias, fotos, desenhos e publicidade de empresas anunciantes, o propósito desse trabalho é perceber como o jornal *Deutscher Morgen* veiculou, disseminou, propagandeou a ideologia nazista para seus leitores alemães no Brasil.

O *Führer*, o povo e a pátria

O *Deutscher Morgen* foi lançado como um jornal a serviço do Partido Nazista. Produzido no Brasil, em São Paulo, teve estampada na capa da primeira publicação a fotografia de Adolf Hitler e os símbolos da suástica e da águia (animal que representa força e valentia para os alemães e os remete à tradição militar prussiana), além da fonte em estilo gótico, que também se associa a ideia de germanidade. Esses elementos são de especial importância para a compreensão da mensagem que o veículo desejava transmitir ao seu público; trata-se da formação do *Deutscher Morgen* enquanto marca e o estabelecimento de ideologias que compõem sua identidade enquanto jornal.

A escolha da fonte, da cor, a localização na página, isto é, a forma como a marca é oferecida, se é envolta por espaço em branco

¹⁰ RAHMEIER, *Op. cit.*

ou se divide a área do topo com outros elementos, são itens que conformam a apresentação do jornal e são princípios formadores de sua identidade¹¹.

O jornal reproduzia os discursos de Adolf Hitler. Assim, a “voz” do *Führer* ressoava em São Paulo não apenas pelas ondas do rádio, mas pelas letras impressas do “amanhecer” alemão. Essa publicação ocorreu um ano antes da tomada de poder da Alemanha por Hitler, o que pode levar à interpretação de que não se tratava aqui de alinhamento com o governo da Pátria Mãe, mas uma simpatia deliberada pela ideologia nazista. Para não deixar dúvidas, no expediente, se apresentava como a “Folha Semanal do Partido Nacional Socialista para o Brasil”¹².



Primeira página da primeira edição do jornal *Deutscher Morgen*. São Paulo, 16/03/1932. Coleção *Deutscher Morgen*, Acervo Instituto Martius Staden, SP.

¹¹ DAMASCENO, Patricia Lopes. *Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Covilha, 2013., p. 16

¹² DIETRICH, *Op. cit.*, p. 289

Nas edições seguintes, manteve a mesma linha editorial e Hitler fora novamente manchete do jornal, pois “aparece como o homem com o poder de libertar e levantar a Alemanha”¹³. E Hitler parecia ter presença assídua no jornal. Era sempre notícia ou ilustrava as notícias. Sua imagem aparece diversas vezes.

Em 6 de julho de 1934, já com dois anos de veiculação do jornal, o *Führer* apareceu cumprimentando uma menina loira, em trajes de camponesa, cuja paisagem atrás indicava mesmo estar a garota numa região agrícola. Em 1934, o chanceler já havia tomado o poder na Alemanha e o nazismo já era uma realidade política e partidária, diferente de 1932, ano de lançamento do jornal.

A imagem de Hitler com a menina camponesa compõe a matéria que anuncia a publicação do Anuário de 1934, editado pela empresa *Deutscher Morgen*, chamado *Volk um Heimat*. Além do jornal, semanal, a Editora do *Deutscher Morgen* (Aurora Alemã) também publicou, ao longo da década de 1930, esse anuário (*Jahrbuch*) chamado *Volk und Heimat* (Povo e Pátria). Essa publicação anual trazia no nome duas importantes palavras da ideologia nazista: *Volk*, que quer dizer povo, e *Heimat*, que quer dizer pátria. Assim, a figura da menina cumprimentada por Hitler faz remissão ao povo jovem alemão, de origem trabalhadora nos campos, alusão à importância do solo e da terra para a pátria.

Analisados três exemplares desse almanaque – 1936, 1937 e 1939 – vê-se tratar de um impresso em formato de livro, que continha um calendário anual e páginas para anotações como se fosse uma agenda. Entremeados estavam diversos textos longos sobre cultura alemã, ideário nacional-socialista e pangermanismo. Poemas e letras de canções também compunham os anuários. E vários textos e fotos sobre as diversas colônias alemãs pelo Brasil. Voltados para os alemães no exterior, tratavam de história e cultura brasileira, expunham fotos

¹³ DIETRICH, *Op. cit.*, p. 293

de localidades brasileiras, como por exemplo na edição de 1939, em que apareciam Porto Alegre e a Praia de Torres, no Rio Grande do Sul e personagens da História do Brasil Imperial, como D. Pedro I, o Marquês de Barbacena e o Barão de Capanema¹⁴, num texto escrito por Friedrich Sommer, da família de proprietários da editora.



Capa do anuário de 1939 *Volk und Heimat*. Jahrbuch des Deutschtums in Brasilien.

São Paulo: Editora *Deutscher Morgen*. Acervo Instituto Martius Staden (SP).

“A Guerra das Falsidades”

Os proprietários do jornal, juntamente com Hans Henning von Cossel, chefe do Partido Nazista no Brasil, desde 1934, acreditavam que era necessário que houvesse um órgão no exterior que publicasse notícias, consideradas por eles, mais verídicas sobre a Alemanha¹⁵.

¹⁴ *Volk und Heimat*. Jahrbuch des Deutschtums in Brasilien. São Paulo: Editora *Deutscher Morgen*, 1939. Acervo Instituto Martius Staden (SP).

¹⁵ DIETRICH, *Op. cit.*

E foi o *Deustcher Morgen* um desses veículos que se prestou, também, a essa tarefa: da contrapropaganda. No período da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, em que as notícias sobre o inimigo também eram como “armas de guerra”, o jornal manteve uma coluna na primeira página (que a partir de 1940 também era escrita em português), sobre as mentiras que os Aliados divulgavam sobre a Alemanha no conflito mundial.

O Brasil e toda a América Latina eram um campo de batalha em que Estados Unidos e Alemanha, principalmente, buscavam domínio ideológico. Bertonha¹⁶ (2000) aponta uma série de relatórios enviados pelo Consulado Italiano de São Paulo à Embaixada em 1941, com informações acerca das atividades de propaganda do Eixo veiculados no Brasil. O esforço alemão, bem como de outros países pode ser observado no relatório de 14/10/1941, que traz uma interessante tabela na qual consta o número de telegramas publicados por cada agência de notícias nos jornais de São Paulo, Santos e Campinas em agosto/1941:

AGÊNCIA	N. TELEGRAMAS	CM DE COLUNAS
Agência Nacional (Brasil)	1.961	16.536
Associated Press (EUA)	1.847	8.734
DOMEI	232	1.901
HAVAS (França)	3.877	22.695
RDV	111	1.592
Reuter (Reino Unido)	9.928	68.275
United Press (EUA)	10.689	48.378
Transocean (Alemanha)	5.279	38.097
Stefani (Itália)	3.071	17.933

(Fonte: BERTONHA, *Op. cit.*, p. 104)

¹⁶ BERTONHA, João Fábio. “Divulgando o Duce e o fascismo em terra Brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943”. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: v. 5, n. 2, p. 83-112, 2000.

A agência alemã Transocean está em terceiro lugar no número de telegramas publicados nos jornais no Brasil, atrás apenas das agências norte-americana e inglesa. Por esses dados, pode-se perceber como a guerra também se tratava nas páginas dos jornais e quanto era importante o papel dos meios de comunicação à época.

Como a contrapropaganda utiliza-se de técnicas que visam amenizar possíveis impactos de mensagens opostas e procura demonstrar que as ideias contrárias às suas estão em contradição com a realidade tentando fazer com que os leitores não reconheçam nelas nenhuma verdade¹⁷, a coluna “Guerra das Falsidades” tinha um espaço privilegiado no jornal, logo à primeira página. Escrita em português e em alemão, procurava desmentir ou esclarecer as notícias que a Alemanha alegava como falsamente produzidas pela Grã-Bretanha ou pelos Estados Unidos (os Aliados). Trechos das matérias, em português, tratavam do “quadro negro” da situação. Começava o texto por acusar que:

“O excesso em materia de mentiras é um característico seguro da liberdade ingleza sem o qual não se poderia imaginar esta. Pela democratização progressiva, o povo na Inglaterra chegará a ponto de adquirir um direito á mendacidade”. Estas palavras dão que pensar hoje em dia. Foram escriptas, há mais de 200 annos, por um homem que muito contribuiu para diffundir em todo o mundo a glória da Inglaterra (sic).¹⁸

E segue a matéria referindo-se à autoria desse trecho à Jonathan Swift, autor das *Viagens de Gulliver*, que como Bernard Shaw, outro

¹⁷ QUEIROZ; CARRILHO, *Op. cit.*, p. 114.

¹⁸ Início da coluna “Guerra das Falsidades”, do Jornal *Deustcher Morgen*. São Paulo, 05/01/1940. Coleção *Deustcher Morgen*, Acervo Instituto Martius Staden, SP.

escritor da literatura inglesa, já demonstrava o caráter dos ingleses, considerado pelos jornalistas aqui como mentirosos.

Interessante notar que, nesse momento, o jornal publicou suas matérias tanto em português quanto em alemão. E, a partir de novembro de 1941 publicou o jornal inteiramente em português (nº 45 de 07/11/1941).

É interessante discutir o fato de o *Deustcher Morgen* ter publicado matérias e depois todo o jornal em português. Uma primeira interpretação nos leva a pensar que o jornal passou a cumprir, mesmo que três anos depois, as determinações da legislação brasileira de 1938. O decreto-lei n.º 383, de 18/04/1938 proibia a atividade política de qualquer estrangeiro no Brasil, impedindo a organização, criação ou manutenção de associações, fundações, empresas ou clubes estrangeiros de caráter político para fins de propaganda e difusão “entre os seus compatriotas, de ideais, programas ou normas de ação de partidos políticos do País de origem”¹⁹.

O governo brasileiro havia dado o prazo até o final de julho de 1941 para que todos os veículos de língua estrangeira passassem a publicar no idioma nacional (em português). Segundo Rahmeier²⁰, “a produção jornalística alemã tinha seus objetivos, mas o governo brasileiro tentou proibir a divulgação das ideias e dos ideais nazistas com leis restritivas”.

Por sua vez, sabe-se da importância que governo e cidadãos alemães atribuíam à língua e sua manutenção entre os alemães do exterior era um dos objetivos das ações de diversos governos alemães, mesmo antes do Terceiro Reich. *Deustcher Morgen* não fora cumpridor da legislação brasileira de imediato, pois só publicou uma edição inteiramente em alemão em novembro, quatro meses após a

¹⁹ PERAZZO, *Op. cit.*, p. 45

²⁰ RAHMEIER, *Op. cit.*, p. 219

determinação do Governo Brasileiro. Diante desses fatos, percebe-se a resistência do jornal em manter sua publicação em alemão:

As resistências verificavam-se também no funcionamento de instituições sob o controle de grupos que conservavam autonomia em relação ao Estado, na tentativa de fazer funcionar uma imprensa em língua alemã, bem como manter a edição frequente de periódicos²¹.

Preocupou-se com a proibição da língua pouco tempo antes de ser fechado e ter seus proprietários presos e não se furtou de publicar, mesmo em português, matérias de cunho político e de propaganda de ideais nacionais socialistas, o que também estava sob a mira da legislação nacionalista de Vargas. Assim, pode-se pensar na hipótese de que publicar em português foi, na última hora, uma tentativa de “sobrevivência” do jornal, não para apenas para poder continuar funcionando, mas, principalmente, para poder continuar comunicando sua ideologia aos alemães do exterior. Um último sopro de vida.

Mas já não havia mais tempo para esse veículo, pois seu último número circulou em 19 de dezembro de 1941²². Alguns meses depois seus proprietários foram presos ²³.

Nesse momento já se podia sentir os efeitos dessa legislação na comunidade alemã. Escolas já haviam sido fechadas ou nacionalizadas, já não podiam mais falar em alemão nas ruas, nos bares, nos clubes, nas rodas com amigos. As crianças já não ouviam a língua a não ser de seus pais e, na escola, essa geração não aprendeu o

²¹ CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2006, p.18

²² DIETRICH, *Op. cit.*, p. 304.

²³ PERAZZO, *Op. cit.*

alemão formalmente (leitura e escrita). Nesse sentido, para continuar a doutrinar (e mesmo, a funcionar com a empresa) talvez os editores do jornal tenham-se dado conta que precisavam fazer diferente, transformar o que era tradicional, inovar. E assim publicaram o *Deustcher Morgen* em português. Era a hora da Aurora Alemã. Mas para a aurora já era tarde e o crepúsculo se abateu sobre o jornal e seus proprietários. O *Deustcher Morgen* não resistiu aos fatos que se sucederam a partir de 1942.

Os anunciantes

A publicação impressa também contava com uma série de anunciantes e publicidades de empresas que foram investigadas como difusoras, patrocinadoras ou simpatizantes do nazismo no Brasil. As empresas que anunciavam suas publicidades eram: Sindicato Condor (aviação), Casas Pernambucanas (da família de suíços alemães no Nordeste brasileiro), Estrada de Ferro Alemãs, Banco Germânico, Banco Alemão Transatlântico, AEG Cia Sulamericana de Eletricidade, Theodor Wille & Co., entre outras.

Além desses anunciantes, havia inúmeros outros que publicavam também no *Deustcher Morgen* e no anuário *Volk und Heimat*. O que se pode supor a esse respeito é que, em primeiro lugar, a Editora Aurora Alemã contava com uma carteira de parceiros e, possivelmente, desses anúncios conseguia o sustento da publicação.

O que se percebe é que algumas dessas empresas anunciantes foram acusadas, processadas ou fechadas por ligações com a ideologia e o Partido Nazista no Brasil.

É o caso dos bancos como o Alemão Transatlântico e o Germânico, que foram acusados de financiar propaganda nazista em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em setembro de 1942, a Polícia Política enviou um relatório aos interventores federais nos estados acusando

o Banco Germânico da América do Sul de “exercer catequese sobre cidadãos brasileiros, distribuindo distintivos e escudos nazistas e exercendo visível pressão sobre os elementos não simpatizantes do Eixo”. Enquanto isso, o Banco Germânico de São Paulo foi acusado de intermediar transações econômicas da Alemanha para supostos espões na cidade, como pagamento de despesas relacionadas a essa atividade²⁴.



Publicidade do Banco Germânico da América do Sul nas diversas edições do Jornal *Deustcher Morgen*. São Paulo, 1940. Coleção *Deustcher Morgen*, Acervo Instituto Martius Staden, SP.

Do Banco Alemão Transatlântico sabe-se que seus diretores eram filiados ao Partido Nazista em São Paulo e no Rio de Janeiro e foram presos por isso, após 1942. Otto Braun, um de seus funcionários, foi tesoureiro do Partido Nazista em São Paulo, exercia uma fiscalização sobre a diretoria do banco e relatava ao consulado alemão as irregulares ali identificadas. Os diretores da filial paulista do banco também foram acusados de nazistas e presos. A Polícia Política,

²⁴ PERAZZO, *Op. cit.*, pp. 75-76.

ao investigar suas atividades, descobriu que os diretores do banco arrecadavam dinheiro para o Partido:

Uma das atividades em prol do Partido Nazista, praticada na sede do Banco Alemão Transatlântico, era a arrecadação de dinheiro. [...], anualmente, corria uma lista entre os empregados alemães para que fizessem, por determinação da agência do banco, contribuições obrigatórias para associações alemãs²⁵.



Publicidade do Banco Alemão Transatlântico nas diversas edições do Jornal *Deutscher Morgen*. São Paulo, 1940. Coleção Deutscher Morgen, Acervo Instituto Martius Staden, SP.

A empresa Theodor Wille & Co. era uma empresa comercial de exportação de café, cuja sede ficava em Santos. A Theodor Wille teve diferentes participações na vida dos alemães no Brasil, além das suas atividades comerciais. Por ela, os salários dos ex-tripulantes do navio alemão Windhuk, aportado em Santos em 1939 e depois vendido ao Lloyd Brasileiro em 1942, foram pagos até que os marinheiros fossem recolhidos ao campo de concentração para “súditos

²⁵ PERAZZO, *Op. cit.*, p. 79.

do Eixo” de Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Mas, o que mais comprometeu a empresa foi seu envolvimento e suposto financiamento das ações de espionagem de alemães no Brasil²⁶).

THEODOR WILLE & CIA. LTDA.
IMPORT - EXPORT - VERTRETUNGEN
LARGO DO OUVIDOR 2
SÃO PAULO

Basmaterial
Salz — „BRILHANTE“ und „THEWICO“
Glätter Dicht und Stachelleht — „THEWICO“
Ständige Düngemittel — besonders „KHEMANIA-PHOSPHAT“
Maschinen für sämtliche Metall
Hydraulische Zylinder — „JORDAO“
Waagen aller Art — „THEWICO“
Eisenbahnmaterialien — „RUHRSTAHL“
Lokomotiv-Dieselmotoren usw. — „VOEGELE“
Lokomotiven, Stromanwalzen usw. „HENSCHEL“
Turbinen und Maschinen für Papierfabrikation — „VOITH“
Feuertisch-Geräte — „FLADER“, „METZ“ „WINTRICH“ usw.
Landwirtschaftliche Maschinen und Traktoren „CASE“
Schmieröle und Fette — „GARGOYLE-MOBIL“
Drahtlose Stationen — „LORENZ“
Grüneranlagen — „FREUNDLICH“
Nähmaschinen „PPAFF“
Flugzeuge aller Typen
Kranz — „ARDELT“
Schiffe jeder Art — „HOWALDT“
Schiffsmotoren — „DIESEL“ — „D'WK“
Autoreifen und Schläuche „CONTINENTAL“
Mühlen für Reis und Mandioca — „STRECKEL & SCHRADER“

Generalagenten der
**Hamburg - Südamerikanischen
Dampfschiffahrts - Gesellschaft**
und der
Cia. Internacional de Seguros

Publicidade da Empresa Theodor Wille nas diversas edições do Jornal *Deustcher Morgen*. São Paulo, 1940. Coleção *Deustcher Morgen*,
Acervo Instituto Martius Staden, SP.

Assim, o que se vê nas páginas do jornal, além da ostensiva propaganda política, é uma rede de contatos articulada na cidade de São Paulo.

²⁶ PERAZZO, *Op. cit.*

A Aurora Alemã, como empresa, atuou como um dos principais personagens da disseminação do nazismo em São Paulo. Seus proprietários se relacionavam com professores e diretores de escola, com banqueiros e empresários alemães, com oficiais consulares e com o chefe do Partido Nazista na capital. Eram também responsáveis pela empresa de comunicação que publicava panfletos, livros, almanaques e um jornal semanal. Pelo que nos apresenta Domenach²⁷, a alvorada nazista se cercou de “poderosos” instrumentos da comunicação nas décadas de 1930 e 1940, pois conjugou o impresso (em diversos formatos), com a palavra e a imagem, possibilitando, com isso, o espetáculo da ofensiva nazista em terras brasileiras.

Considerações Finais

Enquanto veículo de livre circulação por quase dez anos, o *Deutscher Morgen* representou um importante espaço de infiltração do nazismo na comunidade alemã paulista. Publicado em alemão, destinava-se à leitura de quem entendesse a língua. Publicado em português, destinava-se aos alemães no exterior. Serviu como veículo de informação, reportagem, mas, sobretudo, de propaganda, pois a notícia era veiculada como publicidade. Parecia ser esse o propósito do jornal. Mais que noticiar ou informar, propagandear.

Com relação ao seu caráter doutrinário, é difícil dimensionar o alcance de sua propaganda política, ainda que, nas décadas de 1930 e 1940, a comunidade alemã radicada em São Paulo dominasse o idioma da pátria-mãe. Por não se tratar aqui de um estudo de recepção, não se sabe como essa publicidade jornalística, de ideologia nacional-socialista, conviveu entre os alemães de São Paulo, de forma

²⁷ Apud QUEIROZ; CARRILHO, *Op. cit.*, p. 111.

geral. Além do *Deutscher Morgen*, outros jornais como *Deutscher Zeitung* circulavam em São Paulo.

No entanto, o que é possível apreender da análise desse jornal refere-se às engrenagens de propaganda empreendidas em São Paulo para a propaganda ideológica do nazismo para os alemães do exterior. Compreender um discurso composto por texto e imagem, que propagava as utopias nazistas. Dessa forma, esse veículo de comunicação cumpria sua função mediadora entre a comunidade e a ideologia do regime.

Vários indícios demonstraram o caráter nazista do jornal. De antemão, não se furtou em alinhar-se explicitamente como veículo do Partido em São Paulo, logo na sua primeira edição. As imagens de Hitler tinham sempre lugar de destaque. Os textos não disfarçavam suas tendências e os anunciantes concluía o endosso à rede nazista que se articulou em São Paulo. A prisão de seus proprietários após o alinhamento brasileiro com os Aliados, acusados de propaganda nazista no Brasil e filiação ao partido estrangeiro, é uma reação do Governo Brasileiro à constatação de todos esses indícios apontados.

O que permanece como reflexão dessa breve análise, é que o veículo de comunicação fora meio de divulgação e difusão da ideologia nazista na comunidade alemã paulista. E por isso, são inegáveis as tentativas de disseminação do nazismo fora da Alemanha, atravassando o oceano e chegando à América do Sul. Os nazistas tinham diversos meios de comunicar seus valores, ideias e ideologia. E souberam, sem dúvida, transformar os meios de comunicação em veículos importantes de difusão de ideias. Editaram jornais e propagandearam ideias.

**CONSTRUÇÃO DA VERDADE AUTORITÁRIA:
PALAVRAS, IMAGENS E PROPAGANDA
DA ERA VARGAS EM PERNAMBUCO (1930-1945)**

Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

A Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco – 1937 a 1945 – foi apontada como modelo a ser seguido em todo o Brasil. A argumentação era construída num discurso que afirmava a sintonia da interventoria com o ideário estadonovista: a transformação do espaço público seguindo parâmetros autoritários e excludentes, apontando para uma eleição dos marginalizados e indesejáveis, construindo a imagem do outro indesejável, tanto por sua raça como pela ideologia; a reificação da imprensa como veículo de doutrinação político; o uso da educação como veículo ideológico¹ e por fim o pacto com a Igreja como sustentáculo e corolário da nova ordem vigente.

A Igreja Católica por sua vez teve a percepção do momento de crise que o Estado atravessava, e investiu neste flanco aberto, numa produção de um discurso maniqueísta apontando a impossibilidade de qualquer Poder civil ter legitimidade e se manter sem uma relação direta com o apoio da Igreja. Pierre Bourdieu²

¹ APLE, M. *Currículo e poder*. Porto Alegre: 2008

² BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. SP: Perspectiva, 1989.

em seu trabalho *A Economia das Trocas Simbólicas*, aponta a relevância do discurso profético em períodos de crise da sociedade, uma vez que este momento de crise dá subsídios à Instituição de oferecer a instrumentalidade que possui nos seus sistemas simbólicos. O fio condutor do discurso construído pela Igreja naquele momento se voltava para apontar a degeneração moral e ética que havia-se instaurado no Brasil com a República. As marcas do discurso profético apontava para um país que deveria retroceder a uma era de ouro,³ perdida, e fazer uma nova trajetória, onde a tradição, a moral, a fé e a ordem trariam segurança e paz à nação. Este discurso profético da Igreja em Pernambuco, no Estado Novo, trabalhava com o interdiscurso – uma memória discursiva⁴ do medo do comunismo, prometendo construir uma elite fiel, envolvida nos cargos políticos, voltada para a erradicação do comunismo e ao crescimento da fé católica, antídoto contra o credo de Moscou.

A imprensa, tendo como porta voz da interventoria o jornal *Folha da Manhã* – criado para tal fim- se constitui como o “quarto poder” na propagação e disseminação do ideário autoritário estanovista, assim como também os jornais e revistas católicas⁵.

Entender a construção deste paradigma que se instaura no Brasil em 1937, é possível através da desconstrução da produção de discurso do Poder político, da instrumentalidade da propaganda, e do entendimento das imbricações entre este discurso e o discurso da Igreja, onde as marcas do discurso do sagrado e do político se

³ GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. SP: Cia. Das Letras, 1987

⁴ ORLANDI, E. *Análise de discurso*. Campinas/SP: Pontes, 1995

⁵ Os jornais *A Tribuna* (porta voz da Cúria metropolitana de Recife e Olinda; *A Gazeta*, porta voz da importante paróquia da Boa Vista. A revista *Maria*, porta-voz da Congregação Mariana em Pernambuco, representa um excelente acervo do uso da imprensa na construção de uma ideologia autoritária e conservadora da congregação entre os jovens intelectuais do estado. Destacamos o número de novembro de 1935.

imbricam. Esta produção de discurso aponta para a sacralização das instituições e da instrumentalidade do laicato católico, onde estes intelectuais estão ao serviço da construção de visões de mundo no Estado autoritário.

A imprensa, eleita pela Interventoria como veículo qualificado para o doutrinamento da sociedade, reificou o papel do jornalista que, naquele contexto, extrapolou a função profissional, metamorfoseado na trilogia político/intelectual/jornalista. Nesta ótica, o grupo de colaboradores do jornal, a Fôlha da Manhã, porta-voz da Interventoria, representou em sua maioria, o laicato católico, os intelectuais de Pernambuco e o staff político do Estado. O que ressaltamos aqui é o fato desses jornalistas/católicos, intelectuais egressos da Faculdade de Direito de Recife, ao serem cooptados para os cargos políticos do Estado, terem assumido com lealdade e fidelidade as atividades de veiculadores das "visões de mundo" de um governo que elegeu, como via para garantir seu "exemplo de interventoria", o autoritarismo, a excludência e o racismo: cânones presentes nos modelos nazi-fasci europeus.

Foi possível entender como a Igreja conseguiu tal preeminência em Pernambuco somente a partir da compreensão do processo de reificação da instrumentalidade do papel da elite católica que, cooptada pela Interventoria, pôde ser utilizada para equacionar os medos e os perigos eleitos pelo Estado autoritário como nocivos à sociedade. Neste sentido, este grupo de intelectuais assimilou o ideário autoritário daquela conjuntura, elegendo a cidade do Recife como espaço a ser higienizado e transformado, em que o autoritarismo impunha um controle sobre a população em seus aspectos mais inusitados. Modernidade e progresso foram categorias apontadas como imprescindíveis para a transformação do espaço e do cotidiano urbano de seus moradores.

Buscava-se, através das reportagens e fotografias veiculadas pela imprensa oficial, dar uma identidade cultural à cidade. A fotografia

presta-se a isso, pois favorece a manipulação da realidade⁶: omite-se, elimina-se o que não se quer mostrar; daí a imagem oficial. Neste sentido, a verdade autoritária foi construída onde os conceitos de bem e mal se polarizavam, elegendo os sãos e perseguindo os inoculados pelas idéias exóticas importadas.

Uma produção de discurso veiculada pela imprensa, trazia as marcas do discurso dos regimes fascistas europeus, em que o nacionalismo e o anti-semitismo emergem como cânones do paradigma autoritário. As idéias importadas dos "modernos" países europeus desempenharam um importante papel na construção de um discurso autoritário, que marca um interdiscurso presente no Brasil e que, nos momentos de crise econômica e instabilidade política, aponta caminhos para a implantação de modelos onde o autoritarismo torna-se a solução para o equacionamento dos problemas nacionais.

A imprensa brasileira da Era Vargas transformou-se em instrumento da reprodução da infâmia sustentada pelo ideário racista, vigente em alguns países europeus. É difícil equacionar ao certo o poder de alcance das matérias que circularam pela imprensa de Pernambuco. O jornal *Folha da Manhã* era lido por, no mínimo quinze mil leitores diários, disseminando a crença de que a exclusão do imigrante judeu livraria o país dos "maus elementos". Este discurso construiu uma verdade autoritária onde as palavras, imagens e propaganda permitiram que um anti-semitismo virulento apontasse o judeu como o "outro maléfico", diabolizado, alimentando e permeando o imaginário social em Pernambuco.⁷

A América do Norte representava a influência da ideologia liberal que desencadeava a desordem, a velha Europa católica apontava para a reintegração da ordem, através da ideologia nacionalista e autoritária dos regimes nazi-fasci. Um discurso diário veiculado

⁶ KOSOY, B. *Fotografia e História*. SP: Ática, 1989

⁷ BAZCKO, B. *Los Imaginarios sociales*. Buenos Aires: Paidós, 2007

pela imprensa fazia apologia à Itália, a Portugal, à Espanha, e à Alemanha, como países que haviam conseguido vencer o caos através de governos fortes e autoritários.

O uso da propaganda fascista como solução para os problemas do Brasil, era associado ao catolicismo. A produção do discurso dos intelectuais, como Lacerda de Almeida⁸ entre outros, em livros e artigos apontava que seria o fascismo o expurgador e reformador da Itália com base num trabalho do verdadeiro “*genio latino, que é católico, e na instituição maxima italiana o catholicismo.*” O discurso da Igreja apontava o fascismo como o paradigma que poderia restaurar o poder católico e conseqüentemente imprimir a ordem social:

”o fascismo que não recebeu de ser chamado reaccionario [...] ILLIBERAL e ANTI-LIBERAL.O fascismo não conhece ídolos, não adora fetiches; passou elle já e, se fôr necessário, tornará a passar ainda, com serenidade sobre o corpo mais ou menos putrefacto da deusa Liberdade”⁹.

Elias Canetti¹⁰, trabalhando as relações do uso da massa pelo poder, aponta a preocupação da Igreja em usar o que ele conceitua de massa aberta (onde não há controle) e criar condições do uso da massa fechada, onde os limites garantem a hierarquia e o controle, a exemplo das procissões, em que esta hierarquia é bem delimitada, ou nos recintos fechados dos cultos. Para Canetti, em raros momentos a Igreja deixa de agir assim e utiliza a massa

⁸ ALMEIDA, L. de. *A Igreja e o Estado*. RJ: Typografia Revista dos Tribunais, 1924.

⁹ ALMEIDA, L. de. *A Igreja e o Estado*. RJ: Typografia Revista dos Tribunais, 1924, pp. VIII e VII.

¹⁰ CANETTI, E. *Massa e poder. Massa e Poder*. Brasília:UNB;SP:Melhoramentos, 1983.

aberta, a exemplo do movimento das cruzadas: “o exemplo mais grandioso de uma deliberação de massas realizada pela Igreja são as cruzadas”¹¹. No Brasil e em especial em Pernambuco, através do Interventor Agamenom Magalhães, este ideário cruzadista, nos anos 30, se utilizou de três frentes de ação: a *Cruzada de Educadoras Católicas*, a *Ação Católica* e a *Liga Eleitoral Católica*. Todos três utilizando o espaço da imprensa como instrumento de propaganda e disseminação do ideário autoritário.

Em 1935, em Pernambuco, o levante comunista levou a Igreja a empreender uma acirrada campanha anti-comunista, com um discurso em que os comunistas estariam dominando os cargos públicos e especialmente, os da área da educação, transformando o estado em uma nova Rússia. Seis meses após, as notícias veiculadas pela imprensa nacional sobre a Guerra Civil Espanhola (1936/1939), corroboravam este discurso, alimentando o imaginário político dos anos trinta.¹² A imprensa católica veiculava textos virulentos sobre os revolucionários, reproduzindo fotos de igrejas espanholas invadidas, com seus utensílios sagrados, “*profanados pelos ateus comunistas*”¹³.

Este contexto inspirou a Igreja, no ano seguinte, a empreender uma campanha fundamentada na imposição de um dos mais marcantes símbolos do catolicismo: a exposição pública do crucifixo em todas as escola do Estado, salvaguardando o imaginário das tradições do catolicismo. A Igreja apregoava sob esta ótica, em manchetes bombásticas, que as normalistas de Pernambuco exigiam a recristianização da escola¹⁴.

¹¹ CANETTI, E. *Massa e Poder*. Brasília:UNB;SP:Melhoramentos, 1983, pp. 173-174.

¹² Ver os artigos da *Revista Maria*; ver também CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. La Guerra Civil Española através de las revistas ilustradas brasileñas:imágenes y simbolismo. In *Estudios Interdisciplinarios de America Latina e Caribe*, (2),v.2,Julio/diciembre de 1991, pp. 50-59.

¹³ *A Tribuna*, Recife, 27/01/1934, p. 1.

¹⁴ *A Tribuna*, Recife, 21/05/1936, pp. 1 e 3

Nas formas de produção do discurso¹⁵ em que as normalistas exigem a recristianização das escolas, percebe-se o discurso dos componentes da *Cruzada de Educadoras Católicas* contra o comunismo. Repetindo o discurso veiculado pela imprensa religiosa acerca dos supostos estupros infringidos às mulheres, leigas e religiosas, pelos comunistas no México, as normalistas se posicionavam como defensoras da honra da mulher brasileira, apontada como o *"penhor sagrado da inviolabilidade dos nossos lares"*¹⁶. Concluem a petição referindo-se ao movimento de novembro de 1935, como uma grande ameaça, similar àquela representada pela invasão holandesa de 1580. Recuperando a epopéia desempenhada pelas mulheres pernambucanas em Tejucupapo, frente ao invasor infiel, o holandês, comparam-no aos comunistas, que também colocavam em perigo a pátria e a família:

"[...] considerando que os inimigos da pátria e da família, infiltrando-se pelas camadas sociaes, derramaram o sangue dos nossos irmãos e ameaçam ainda os fundamentos da soberania nacional, os corações das jovens pernambucanas palpitam sob o mesmo rytmo que activou as heroínas deTejucupapo contra o invasor sanguinário".¹⁷

O Estado endossava o pedido das futuras mestras. Em ofício datado de 20 de maio de 1936, a Igreja justificava ao Secretário do Interior, a importância de afixar o crucifixo nas escolas, ressaltando numa linguagem carregada de simbolismos, que o crucifixo representava a fé e a redenção do Brasil. Louvava também a atitude de

¹⁵ ORLANDI, E. *Análise de discurso*. Campinas/SP: Pontes, 1995.

¹⁶ *Revista Maria*, Recife, 1936, pp. 146-147.

¹⁷ *Revista Maria*, Recife, 1936, pp. 146-147..

manifestação de civismo das estudantes, apontada como um contraste na conjuntura por que passava Pernambuco:

”[...] quando a horda nefasta de mercenários vis se levanta cheia de ódios propagando idéas que corrompem os costumes, extinguem os dogmas christãos[...] destrõem a família e aviltam a pátria”¹⁸.

Dois meses antes uma lei salazarista obrigava o uso do crucifixo em todas as escolas portuguesas. O jornal *A Gazeta*, chegou a elogiar a atitude da *Camara Corporativa Portuguesa*, que estava cuidando de proporcionar um plano de educação, em que não houvesse uma brecha favorável á infiltração das teorias ”anárquicas”, que estivesse expurgado da obra tida como infernal e criminosa dos agentes da Terceira Internacional e, finalmente que contasse com uma propaganda nacionalista e ordeira, oposta à preparada pelo ”*bureau da propaganda comunista, montado em repartições especiaes da Russia*”¹⁹.

José Murilo de Carvalho, ao analisar a construção do imaginário social na primeira República comparando-o com o da Revolução Francesa, observa a relevância da proposta de se edificar uma imagem do novo regime, construindo-o nos moldes do regime emergente.²⁰

O pacto entre Igreja e Estado concretizou-se sob a forma de uma nova ”ordem simbólica”, cristã, que tinha como o objetivo legitimar o novo regime junto às massas.²¹ Esta teoria fica clara na relevância

¹⁸ *Revista Maria*, Recife, 1936, p. 146.

¹⁹ *Revista Maria*, Recife, 1936, p. 146.

²⁰ CARVALHO, J. Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. SP: Cia das Letras, 1990.

²¹ O uso da liturgia católica na formação da ordem simbólica é muito relevante para se apreender a força simbólica que a Igreja manuseava muito bem para cooptar

que é dada ao papel da liturgia na Igreja Católica no período em questão. Sua importância na vida do laicado católico, ligado à elite política dominante do Estado, instituiu-se não só na obrigatoriedade da frequência à missa e à eucaristia, como também na pregação constante e persuasiva de que o centro das associações católicas girava em torno da mesa da comunhão. Para aquela instituição, todas as questões fossem elas políticas ou sindicais, seriam resolvidas na mesa eucarística, em que não havia divisão de classes. Esta mesa reunia e dissolvia os conflitos que pudessem existir entre o milionário e o miserável; o cientista e o ignorante. À eucaristia imputava-se o sacramento do trabalho, da igualdade, do amor. Através dela o mundo seria perfeito e a justiça realizada. As revoltas se extinguiriam e ninguém mais morreria de fome. A Igreja trabalhava de forma maniqueísta o oposto dessa relação, apontando para o "plano" comunista, que consistia em acirrar o ódio entre patrões e empregados, incentivando a luta de classes, para "*o aniquilamento da Pátria, vendendo-a ao capitalismo judaico da Rússia*". Assim, ela acenava com o consenso social via ordem simbólica²².

Em 1939, ao ser instituído o Ano Litúrgico, as Pastorais passaram a ressaltar o papel da liturgia como elo de união entre os católicos. O *III Congresso Eucarístico Nacional*, realizado em Recife em setembro de 1939, tinha como um dos seus lemas que o catolicismo militante dependeria do praticante. E afirmava que seria inútil qualquer trabalho, superficiais todas as organizações, se tudo isto

os segmentos sociais para as suas fileiras. Ver também: SOUZA, JOSE FERREIRA. "A Eucaristia e a Questão Social". In: *A Ordem*, julho, 1938, p 24-26; acerca do ANO LITÚRGICO (1939), vide artigo de Fábio A. Ribeiro, "*O Ano Litúrgico*", In: *Ação Católica*, janeiro, 1939, p 16-17; vide também – BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987

²² Ver: PIO XII, ENCÍCLICA "DIVINI REDEMPTORIS", 1937. Rio de Janeiro, Editora A.B.C. Limitada. Esta Encíclica, conhecida como "Sobre o Comunismo Ateu", evidencia a preocupação de Roma com o catolicismo nas Américas; ver também Revista Maria; Sobre o Papa Pio XI ver: KIRBY, Edvard. *Pio XI o Apóstolo da Paz*. S. Paulo: Ed. Panamericana, 1945.

não estivesse relacionado com o sacramento diário da missa e da eucaristia.²³

A *Carta do Episcopado Brasileiro*, de 9 de junho de 1935, instituiu oficialmente a Ação Católica, espalhada em grupos por todo o país. O texto do documento é sucinto: dois parágrafos acerca dos objetivos do novo veículo catequético da Igreja, ressaltando os desejos paternais e os elevados propósitos de Pio XI em organizar a *Ação Católica* em todo o mundo, para a salvação das almas e da Pátria.²⁴

Entender o papel do laicato católico no contexto em questão, não só a nível regional, nacional como a nível internacional, é apreender a instrumentalidade do mesmo, como único veículo percebido pela Igreja para resgatar o seu poder político junto ao Estado. Recatolizar as mentes, e poder interferir no palco político decisório das nações fazia com que o laicato se tornasse a *menina dos olhos* do Papa Pio XI, não só na Encíclica *Ubi Arcano Dei*, em 1922, criando a Ação Católica, mas em todas as outras Encíclicas subsequentes. A base do discurso do Pontífice sustentava-se na importância dada ao trabalho desses leigos junto aos vários segmentos sociais, fiéis à doutrina de Roma.

Assim a *Ação Católica* passou a ser revitalizada no mundo inteiro pela Encíclica *Ubi Arcano Dei*, com o objetivo de recristianizar o mundo em crise através do laicato fiel. A *Ação Católica*, trabalhando em conjunto com o clero, desempenhou um papel importantíssimo para a recuperação do espaço junto ao poder político. A percepção

²³ LEME, Sebastião de Cintra. Discurso proferido quando do encerramento dos trabalhos do III Congresso Eucarístico Nacional em Recife, 3 a 7 de setembro de 1939. In: *Annaes do III Congresso Eucharístico Nacional*. Recife: Officinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1940, p 351-353

²⁴ A literatura produzida na época acerca da importância do laicato no soergimento e irradiação da fé católica é exaustiva. As ENCÍCLICAS de Pio XI, especialmente a *UBI ARCANO DEI* (1922) e a *QUADRAGÉSIMO ANNO*, (1931) trazem como tema prioritário a cooptação de uma elite laica em todos os países católicos, com a função de infiltrar esta elite junto ao Poder político.

do Papa Pio XI ao usar uma elite doutrinando-a na obediência fiel aos canônes da Igreja Romana e inferindo-a nos postos chaves da política nacional, garantiria à Igreja não somente resgatar o poder político, mas também a sua própria linha de continuidade. Por esta razão a Instituição justificava a necessidade de ter intelectuais ligados ao clero, esclarecendo a impenetrabilidade de certos ambientes ao ministério do sacerdote.

A Revista Para o Alto, porta-voz das lideranças católicas, - Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Estudantil Católica (JEC) - expressava em seu discurso esta elitização da *Ação Católica*. Seus artigos sobre a Juventude Operária Católica construíam sempre a imagem do trabalhador sob a égide da *Ação Católica*: religioso, conformado, ordeiro, pacífico. Essa elitização da liderança na Ação Católica, proposta por Pio XI é sempre justificada pelo clero e por intelectuais católicos. Alceu Amoroso Lima foi neste contexto, um dos defensores da idéia de se efetivar a relação cultural das elites eliminando os incapazes:

”dia a dia se mostram as massas mais incapazes de trazer ao mundo a paz e a prosperidade. O século XIX foi o século da alfabetização das massas. o século XX será o da seleção cultural das elites”.²⁵

O alcance da propaganda atingia a leitura a ser utilizada A revista *Ação Católica*, porta-voz da *Ação Católica Brasileira*, assumiu a divulgação do movimento fazendo intercâmbio a nível nacional e internacional. Utilizando-se de múltiplos subterfúgios, como por exemplo: trazer uma secção de análise de livros e filmes que poderiam ou não ser lidos ou vistos pelos fiéis; apontava também a clientela que deveria ser cooptada para servir naquele apostolado,

²⁵ LIMA, Alceu Amoroso. *Revista A Ordem*, 1934, p. 69.

justificando que nem todos os fiéis poderiam prestar esta colaboração. Afirmava que só uma elite, a qual estaria sempre em minoria, poderia fazer oposição ao mal.

O tratamento do discurso acerca do estado e o mal do comunismo. Interessante observar que o Estado era tratado, simbolicamente, como um corpo doente, infectado. O comunismo e o liberalismo eram apresentados como um mal a ser extirpado, tese já defendida por alguns historiadores brasileiros. A nação estava doente, assim como a escola primária estava poluída de docentes infectados pelas idéias bolchevistas:

”o expurgo deve abranger o ensino primário e certamente com maior severidade que nas escolas secundárias e superiores. A escola primária está polluída por muitos professores e professoras infectados pela demagogia comunista”.²⁶

A Igreja apontava, convicta, as manifestações da doença: “*membros gangrenados*”. A educação era portanto a única possibilidade de profilaxia. Daí a solução apresentada ser expressa numa linguagem violenta e excludente:

“a ablação desses membros granguenados, deveria ser feito com cirurgia urgente e sem a contemporização dos anestésicos”.²⁷

O Estado aceitou o pacto. As vozes dos poderes temporal e espiritual eram uníssonas contra os bolchevistas. Erradicar esses “*infectados, gangrenados*”, do corpo sadio da sociedade civil, era portanto alvo da Interventoria Agamenon Magalhães, enquanto que monopolizar a educação era explicitado pela Igreja como possibi-

²⁶ “*Medida Incompleta*”, In: *A Gazeta*, Recife, 18.10.1937, p. 1.

²⁷ “*Medida Incompleta*”, In: *A Gazeta*, Recife, 18.10.1937, p. 1.

lidade dela dominar o mundo de amanhã. Seu discurso apoiava-se sempre no ideal de formar gerações fiéis ao catolicismo que garantissem a preeminência da filosofia Católica Romana na futura elite dominante, geração esta que não permitiria dominassem o país tipos como o “*judeu Calles*” apontado como trucidador de cristãos no México. A imprensa religiosa e laica, afirmava que a escola mexicana era “*visceralmente atbêa e bolchevista*”²⁸.

²⁸ *Revista Maria*, Recife, agosto/setembro 1936, pp. 213-214.

(Página deixada propositadamente em branco).

**“FALTA ALGUÉM EM NUREMBERG”:
CHARGES COMUNISTAS SOBRE A VIOLÊNCIA
DO ESTADO NOVO (1937–1945)**

Rodrigo R. Tavares

“[...] li num livro de Pierre Vidal-Naquet a frase sobre a tortura que me parece justíssima ‘tortura começa como um método de interrogatório, desenvolve-se como um método de opressão e finalmente se transforma num Estado clandestino, que corrói as próprias raízes da vida de uma nação’”

Memórias. Gregório de Bezerra

A propaganda do Estado Novo utilizou o rádio, o cinema, as artes plásticas e variados impressos para defender a visão do regime como representante dos anseios nacionais, de maneira una e indivisível. Getúlio Vargas aparece como o líder incontestado da pátria, sua expressão mais elevada e acabada. Embora longe da eficácia e da abrangência utilizada pelos regimes nazifascistas, a propaganda varguista, aliada à censura e à repressão, foi importante para configurar uma visão sobre o período e seu chefe. O brasileiro *lia, ouvia e via* um líder popular que supostamente representava seus interesses¹.

¹ Para uma análise sobre a propaganda e a ideologia varguista: LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*, Campinas: Papyrus, 1986 e CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no Peronismo*, São Paulo: Papyrus, 1998

Esse discurso oficial, ainda que filtrado pelo olhar da população, encobria a resistência ao mesmo, a ação que ocorria nas sobras, e a própria violência do regime. Nesse contexto, o conjunto de desenhos² “Falta alguém em Nuremberg”, sobre a tortura ocorrida entre 1937-1945, publicado nos jornais comunistas entre 1945-1947, realçava um tema incômodo e se contrapunha à memória oficial do Estado Novo. Todavia, a série de imagens denunciadoras constrói sentidos ligados aos interesses e contradições dos próprios comunistas no período.

O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, conhece sua maior expansão no período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a ilegalidade da legenda em 1947. Após o fim da era ditatorial do Estado Novo (1937-1945) e com a vitória contra os regimes autoritários do nazifascismo ao lado da URSS, o clima político era favorável a uma simpatia pelo PCB. Para um partido acostumado às agruras da repressão, à pequena influência sindical e política, esse período de legalidade e crescimento é atípico. O aumento do número de militantes é vertiginoso, também é formada pela primeira vez uma bancada de políticos eleitos³ e o crescimento da sua imprensa acontece nos principais estados do país. A legenda passa a ter uma visibilidade impar e a influir de maneira importante no contexto político nacional.

O militante comunista e historiador Moisés Vinha comenta o clima da época:

É compreensível a expectativa que então cerca o PCB, e não apenas por parte de seus amigos e simpatizantes. No ambiente

² Para uma análise sobre a iconografia comunista. TAVARES; Rodrigo. *Desenhando a Revolução: a luta de imagens na imprensa comunista (1922 -1964)*, Tese de Doutorado, USP, 2010.

³ Uma primeira tentativa, longe de ter a mesma influência, foi a do Bloco Operário e Camponês na década de 1920. KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924 -1930)*, São Paulo: Alameda, 2006.

de euforia e esperanças do pós-guerra, de oxigenação da atmosfera política do país pela vigência das liberdades democráticas, o PCB aparecia aos olhos de muitos como a única coisa realmente nova, desconhecida, preñhe de promessas e não comprometida com o *status quo* anterior. Seu principal líder é um jovem de grande prestígio entre a massa, cercado pela auréola de heroísmo; beneficia-se da simpatia que então cerca a União Soviética, a grande vitoriosa na guerra contra o nazismo. Além disso, sua política não é sectária nem exclusivista e seus métodos são inovadores em relação aos hábitos brasileiros. O Partido abre suas portas para quem aceitar seu programa e acatar a sua disciplina.⁴

Uma aspecto interessante a ser levado em consideração nesse novo contexto é, justamente, como lidar com o passado recente, com o Estado Novo. A história sempre é objeto de disputa entre diversos grupos que pretendem definir sua visão sobre ela de acordo com seus interesses. Sindicatos, estados, religiões e partidos vigiam o passado, a história⁵. Com o regime posto abaixo, não faltavam candidatos a coveiros do Estado Novo, elencando sua atuação contra o regime. Nesse sentido, é importante destacar quem “começou” a luta: parte da elite oligárquica usou como prova da sua oposição a Getúlio Vargas o manifesto dos mineiros de 1943⁶, mas também

⁴ VINHAS, M. *O partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 87

⁵ A relação da história com o poder e a dos comunistas com o seu passado foi analisada, respectivamente, por: FERRO, Marc. *A história vigiada.*, São Paulo, Martins Fontes, 1987 e PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: Memória e História do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

⁶ Segundo Edgard Carone, “Podemos afirmar que quem inicia [a luta] são os comunistas, em fins de 1941; no ano seguinte, temos a presença de facções socialistas, que aparecem com objetivos programáticos próprios, mas sem terem ligação com o passado; ou é a vez de corrente do Exército, ligada ao tenentismo e ao positivismo. Em 1943, facção da oligarquia oposicionista anuncia sua posição através do Manifesto dos Mineiros, episódio que é posterior à ação individual de vários membros de sua classe, que a partir de 1942 agem no meio estudantil: dessa maneira, as facções mais

socialistas, militares e estudantes marcavam suas ações de resistência ao regime. O PCB, o principal alvo da repressão acirrada a partir da insurreição comunista de 1935, mas praticamente ininterrupta durante sua existência, também tinha questões delicadas a tratar na sua reconstrução do passado.

Por um lado, os militantes viveram um período ininterrupto de clandestinidade, repressão e, quando presos, a tortura física e psicológica era largamente utilizada. Essa resistência cotidiana durante o Estado Novo tem uma importância fundamental no que se refere à visão que os militantes da base do partido tinham do período. O militante Deoclécio Santana, durante a vigência do regime de exceção, mas já no seu ocaso, afirma:

...o dever nos indica que devemos continuar unidos e mobilizados...lutando por uma saída pacífica dos tenebrosos anos durante os quais ficamos submetidos contra vontade...Compreendemos que não é este o momento para ódios e ressentimentos porque nos achamos acima desses baixos sentimentos e porque a causa assim exige. Mas na nossa memória dificilmente poderão apagar-se os vexames e as perseguições que nos fizeram, somente por desejarmos a nossa sindicalização, visto que todos somos descontados em nosso pequeno salário, para o sindicato, sem entanto podermos pertencer a ele, tanto que muitos companheiros foram fichados na polícia só por denunciar os erros, e procurar os seus direitos....⁷

dinâmicas da classe entram tarde na batalha do Estado Novo, *apesar de quererem nos fazer crer que o Estado Novo ruíu por sua causa* (grifo nosso)” CARONE, Edgard. *Brasil anos de crise 1930-1945*, São Paulo: Ática, 1991, pp. 311-312.

⁷ Manifesto. Comitê Democrático dos Operários Ensacadores de Café de Santos. *Jornal A Tribuna*, Santos, 6 abr., 1945.

Para esse grupo, a identidade de comunista⁸ foi formada por essa resistência cotidiana, nas sombras, por essas agruras, pelas sevícias nos porões da polícia⁹, o que alçava o partido ao grande personagem da resistência ao Estado Novo¹⁰.

Por outro lado, duas políticas adotadas pela legenda colocavam os comunistas numa situação ambígua em relação ao Estado Novo e Getúlio Vargas: o partido apoiou¹¹ o ditador após a entrada do Brasil na Segunda Guerra do lado dos aliados e teve influência no chamado *queremismo*, o movimento pela elaboração de uma constituinte sob a presidência varguista.

Nesse contexto ambíguo, os jornais *Hoje*, de São Paulo, e o *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro, publicaram uma série de desenhos sobre a tortura no Estado Novo, que passa a ser intitulada “Falta alguém em Nuremberg”. O título da série de desenhos fazia

⁸ “A geração de esquerda que emergirá entre 1943 e 19467 irá reconhecer seu passado não nas precaríssimas batalhas dos anos 20, mas no episódio de 35, na Guerra da Espanha, na residência de Stalingrado e no combate ao Estado Novo”. BRANDÃO, Gildo. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*, São Paulo: Hucitec, p. 154

⁹ A própria prisão é um local importante da ação e identidade comunista. São famosos os coletivos comunistas que organizavam as prisões e contribuíam com a elevação cultural dos presos. Ainda que com uma visão um pouco idílica, Carone parece tocar num ponto importante quando afirma que “a razão de estar na prisão, para o militante, é contingência do seu ideal. A prisão é continuidade de seu ideal, ao mesmo tempo, afirmação de seu ideal. A prisão é continuidade de sua militância, onde ele continua a afirmar os seus princípios, a ter maior certeza de seu objetivo”. CARONE, Edgard. *Brasil anos de crise 1930-1945*, São Paulo: Ática, 1991, p. 269.

¹⁰ O ápice da glorificação da ação dos militantes contra o Estado Novo ocorre com a publicação da trilogia *Subterrâneos da Liberdade*, que busca justamente mostrar a ação da oposição a ditadura varguista. Sob os ditames do realismo socialista, Jorge Amado constrói uma história francamente exagerada da ação dos comunistas. O sinal mais evidente é a mudança de data de um boicote ao embarque de mercadorias no porto de Santos/SP para a Espanha franquista. A greve ocorreu em 1946, mas Amado a situa no Estado Novo para provar a ação comunista.

¹¹ Destroçado pela repressão posterior insurreição comunista de 1935, o PCB conviveu com grupos desarticulados de comunistas que possuíam visões diferentes sobre o processo político. Todavia o ponto de vista vitorioso optou pelo apoio ao ditador.

referência à série de reportagens publicadas pelo influente jornalista David Nasser na popular revista *O Cruzeiro*.

Nasser publica a primeira matéria em 26 de outubro de 1946 e depois volta a publicar mais cinco reportagens entre janeiro e fevereiro de 1947¹². O conjunto, acrescido de material inédito, foi transformado em livro pela Edições Cruzeiro em 1947, ganhando várias reedições. No livro, Nasser detalha as torturas:

Os policiais brasileiros esmagavam testículos com uma espécie de alicates, a que chamavam pelo diminutivo de ‘anjinho’ corruptela de Higino, nome do escrevente da Polícia que os inventou (...). Os policiais brasileiros do Sr. Getúlio Vargas enfiavam arames nos ouvidos dos presos (...) enfiavam arames na uretra dos presos e, com um maçarico, aqueciam esses arames até ficarem em brasa (...) apertavam o crânio dos presos até que eles morressem ou enlouquecessem ¹³

O detalhamento dos requintes de crueldade, evidentemente, buscava desmoralizar o regime passado. Contrapunha o horror das masmorras à ufanista propaganda de Vargas. O jornalista comenta ainda a atitude de resistência dos presos:

Os primeiros detidos sofrem torturas espantosas. Uns resistem heroicamente aos apertos dos testículos, aos maçaricos nas nádegas e na sola dos pés e às duras pancadas nas costas e nos rins (...). Se o preso surrado, martirizado, ensangüentado, sem unhas, ainda resistia, eles mandavam buscar a esposa ou a filha e, na presença do homem resistente ela era espancada. Se ele ainda

¹² CARVALHO, Luiz. *Cobras Criadas: David Nasser e o Cruzeiro*, São Paulo: Senac, 2001, p. 179.

¹³ NASSER, David (4.^a ed.). *Falta alguém em Nuremberg*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966, p. 5.

se mantivesse firme, a mulher era posta nua, e em sua vagina os miseráveis introduziam buchas de mostarda. ¹⁴

O eixo da série de reportagens e do livro posterior é a comparação entre o tratamento dado aos criminosos de guerra nazistas, julgados na cidade de Nuremberg, e os agentes brasileiros. Segundo Nasser, no prefácio da primeira edição da obra “As atrocidades praticadas no Brasil pela polícia política do Capitão Filinto Strubling Müller excederam, em alguns pontos, as torturas infligidas pela Gestapo aos judeus, antinazistas e prisioneiros aliados.” E a conclusão é precisa: “Observarão os senhores, apenas, que, enquanto os nazistas alemães pagaram ou estão em vias de pagar seus crimes espantosos, os policiais brasileiros, autores de crimes contra a humanidade, mantem-se em seus postos, impunes e felizes, quase todos bem instalados na vida” ¹⁵.

Embora denuncie os policiais e o chefe de polícia Filinto Muller, a tônica da obra é buscar julgar o principal autor desses bárbaros crimes como havia sido feito com os nazistas em Nuremberg. E para Nasser:

(...) o primeiro grande culpado, a seu ver, é o Sr. Getúlio Vargas, que poderá fugir a todos os julgamentos atuais, mas não escapará ao implacável, justo e sereno veredito da História. Logo que os fatos se coloquem dentro da perspectiva de análise, ele será apontado no Brasil como o maior assassino dentre os assassinos que viveram no tempo de sua vida.¹⁶

¹⁴ *Ibidem*, p. 53.

¹⁵ *Ibidem*, p. 5.

¹⁶ *Ibidem*, p. 6.

Ou seja, para Nasser, Getúlio Vargas era o responsável pelas sevícias abomináveis descritas em detalhes no livro e na série de reportagens e merecia ser julgado por esses crimes, da mesma maneira que os nazistas foram julgados pelos seus. Enquanto a propaganda varguista realçava o papel do Brasil na derrota dos regimes nazi-fascistas, seja pela mobilização popular na “front interno” ou pela ação da Frente Expedicionária Brasileira no “front externo”, Nasser equiparava os crimes de Vargas àqueles do Eixo.

Getúlio Vargas esperava um julgamento diferente. Em outubro de 1945, afirmou que “A História e o tempo falarão por mim, discriminando responsabilidades”¹⁷ Todavia o jornalista queria um outro desfecho. Nasser afirma ser “impossível a Getúlio Vargas negar sua culpabilidade no assassinio e tortura dos presos políticos durante o longo período que durou a noite fascista”¹⁸ Evidentemente, o peiodista estava ciente de que os defensores do presidente poderiam argumentar que ele desconhecia o que ocorria nas delegacias e não poderia ser responsabilizado por eventuais ações individuais e exageros. Nesse sentido, é importante aproximar ao máximo Vargas de casos concretos.

Ao citar o substituto de Felinto Muller na policia, afirma que:

[O Coronel Alcides] Etchegoyen fez vários relatórios ao Sr. Getúlio Vargas. Contou as espantosas atrocidades praticadas por um grupo de homens do ex-chefe de polícia. As tremendas desonestidades, os desvio das verbas secretas. Jamais o Sr, Getúlio Vargas tomou qualquer atitude no sentido de definir responsabilidades, porque, entre os responsáveis maiores, estava

¹⁷ *Apud* TUCCI CARNEIRO, Maria. (2.^a ed.) *Anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 -1945)*, São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 1.

¹⁸ *Ibidem*, p. 102.

ele próprio, que dera seu beneplácito a esse método científico de morte lenta.¹⁹

Portanto, não poderia “negar” conhecimento sobre as atrocidades de Felinto. Ademais, afirma que Getúlio Vargas contratou para sua guarda pessoal policial processado e demitido que usava “maçarico” para torturar os presos²⁰

Amilcar Dutra Menezes, ex-diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), atribuía as críticas de Nasser a uma suposta negativa de Getúlio Vargas em conceder uma entrevista exclusiva. Seja qual for o estopim, o fato é que Nasser descreve as torturas em detalhes e aponta o presidente como o principal responsável. Ademais, também reconstrói sua biografia durante o Estado Novo: surpreendentemente, “revela” que “ele e [o fotógrafo Jean] Mazon estiveram sob a cerrada marcação do DIP” ou, nas palavras de Nasser, “do tremendo círculo de ferro que esmagava nossas produções jornalísticas”.²¹

David Nasser e Jean Mazon formaram uma dupla importante na revista *Cruzeiro*, modernizando, em diversas fotorreportagens, o jornalismo impresso no país. Essas publicações muitas vezes serviram de vitrine para realizações modernizantes do Estado varguista. Embora Assis Chateaubriand, o proprietário da revista, fosse adepto do liberalismo e do americanismo, o seu anticomunismo o aproximava dos conservadores e do ditador em muitas posições.²²

¹⁹ *Ibidem*, p.29.

²⁰ *Ibidem*, p.63. Lira Neto retoma a informação que Getúlio Vargas impediu o fuzilamento dos líderes da insurreição comunista, mas “não impediu a instituição da tortura como método investigativo... nenhuma denúncia de violência (...) foi devidamente apurada”. NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930 -1945)*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2013, p. 259.

²¹ CARVALHO, Luiz. *Cobras Criadas: David Nasser e o Cruzeiro*, São Paulo: Senac, 2001, p. 181.

²² COSTA, Helouise. “Entre o local e o global: a invenção da revista *O Cruzeiro* in. COSTA, Helouise & BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro 1940/1960*, São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012, p. 25.

Tendo em vista que o PCB utiliza do mesmo título do jornalista do *O Cruzeiro*, é interessante analisar a visão comunista sobre o Estado Novo nesse período de legalidade. A publicação da série de desenhos “Falta alguém em Nuremberg” tinha o caráter de denúncia, uma vez que, sob forte censura, o grosso da população não teve conhecimento sobre as arbitrariedades praticadas pelo regime. Interessante notar *como* o partido mostra a face violenta do Estado Novo, e *quais* são os personagens envolvidos nessa representação iconográfica.

O primeiro desenho localizado sobre a tortura foi publicado no *Tribuna Popular* de 16 de setembro de 1945 na matéria “Agentes da gestapo no Brasil”. O texto denuncia acordo secreto da polícia do Rio com o regime nazista. A data é importante pois ocorre ainda na vigência do Estado Novo e antes da publicação da série de Nasser.

O desenho de Paulo Werneck mostra um preso nu, deitado no chão e com as mãos para trás enquanto dois torturadores estão em pé e com o chicote na mão. As braçadeiras com o símbolo do sigma e da suástica mostram a aliança entre os nazistas e os integralistas. Caracterizado dessa maneira, o leitor vê agentes da gestapo e integralistas comandando a tortura no Estado Novo sob a liderança, segundo o texto, do chefe de polícia Filinto Muller. A aproximação entre as duas ideologias ocorre também pela representação muito similar dos personagens, claramente inspirados em Hitler, com seu cabelo de lado e bigode característicos.

Os integralistas tinham grande penetração no governo Vargas, mas, após o *punch* de 1938, muitos terminaram na cadeia ou no exílio. Ainda assim, colocar ambos os personagens como torturadores aproximava o máximo possível as barbaridades nazifascistas na Segunda Guerra Mundial com as praticadas nas prisões brasileiras. O aspecto interessante nesse desenho não é só a aproximação entre membros do aparato estatal brasileiro e os regimes nazistas combatidos na Segunda Guerra Mundial, mas a ausência de Getúlio

Vargas. Poderíamos levantar como hipótese que essa ausência estava relacionada à censura pois foi publicado na vigência do Estado Novo, ainda que em seu ocaso. Todavia, a continuação das denúncias das sevícias mostra que não.

O jornal *Hoje* de 21 de novembro de 1946 publica desenho sobre a tortura no Estado Novo e passa a utilizar o título específico para a série: “Falta alguém em Nuremberg”. A adoção do cabeçalho é posterior a primeira publicação de Nasser e, evidentemente, com a ampla divulgação da revista, remete a ela. De certa maneira o partido absorve a manchete para contar sua versão sobre a tortura, mostrando seus heróis e seus vilões, de acordo com seus interesses do momento.

A manchete afirma “As torturas, sevícias, atrocidades e assassínios da polícia do Estado Novo”. A covardia dos policiais desenhados está expressa em seu maior número, suas armas e no próprio uniforme, todos elementos que criam uma oposição e desproporção com o casal nu que sofre as sevícias, o que aumenta a covardia. A expressão de dor dos torturados se contrapõe aos policiais que são desenhados com sombras sobre os seus olhos, talvez até com óculos, para que não sejam identificados, além de lhes dar um ar sombrio²³.

Ao incluir uma figura feminina entre as vítimas, a dramaticidade da cena aumenta, reforçada pelo texto acima da figura: “como eram torturadas as mulheres e crianças, esposas e filhos dos comunistas e democratas”. Textualmente é citado o sofrimento enfrentado pelos comunistas no período, embora nenhuma referência iconográfica mencione o partido, e a oposição, novamente, ocorre contra a “po-

²³ Comentando o vidro espelhado na arquitetura, Fredric Jamenson faz um paralelo interessante: “é possível querer ressaltar o modo pelo qual a pele de vidro repele a cidade lá fora, uma repulsa para a qual temos analogias nos óculos de sol espelhados, que tornam impossível ao seu interlocutor ver os seus olhos e que, portanto, acabam denotando, não só uma agressividade em relação ao outro, como um poder sobre ele.” JAMENSON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 34.

lícia de Filinto Muller”, e não contra o chefe Vargas. Um dos personagens policiais, ao fundo e à sombra, se diferencia do grupo pelo sobretudo e arma na mão, talvez comandando a ação. Nesse sentido, o desenhista poderia induzir o leitor a vê-lo como Filinto Muller.

O mesmo jornal, em 28 de novembro de 1946, mostra um homem amarrado a uma cadeira, seminu e com fogo nos pés. Ele está sem os algozes, mas preso (vemos a porta fechada ao fundo), enquanto a legenda sublinha a queima dos órgãos sexuais: o rosto denota a dor. A queima dos presos era destacada por Nasser como mais um indicativo do sadismo do aparato repressivo:

Os torturadores foram escolhidos a dedo. Havia gente dentro da própria Polícia que não aceitava o encargo. Eram chamados “facativos”. Somente aos que praticavam a sangue frio o arrancamento de unhas ou a queima da sola do pé com o maçarico era dada a confiança ilimitada dos chefes ²⁴

Ainda no *Hoje*, um desenho de 30 de novembro de 1946 acompanha a manchete sobre a menina Marly, de 4 anos, torturada por Filinto Muller. O fato de ser uma menina aumenta o horror da situação. Ademais, um personagem preso à cadeira mostra a chamada “máscara americana”, instrumento sufocante que lembra a “folha de flandres” utilizada nos escravos. A legenda afirma que os “antifascistas” presos ficavam nessa posição por horas, o que retomava o contexto da luta na Segunda Guerra Mundial.

O suplício da operária Amália Marques “na sala de torturas de Filinto Muller” foi destaque do *Hoje* de 11 de dezembro de 1946. Objetos eram enfiados debaixo da mão de uma “antifascista”, cujo braço amarrado e o sangue escorrendo aparecem em *close*. A legenda diz “Um torturador em cada mão introduzia as adelfis nas

²⁴ *Ibidem*, p. 25.

mãos dos antifascistas que Felinto Muller prendia”. A caracterização, novamente, remete à Segunda Guerra Mundial e coloca de um lado uma antifascista e de outro Filinto Muller. Nasser também dá nome a essa tortura e cita os “adelfis” no caso do operário Matias dos Santos e de sua companheira Aída:

[...] Ela, Aída, sofreu o martírio dos “adelfis”, uns pedacinhos de madeira que era (sic) enfiados por baixo das unhas. Devagarinho, os torturadores iam batendo, aprofundando cada vez mais, até o preso confessar o que fizera e o que não fizera²⁵.

Nesse conjunto de desenhos, a ênfase na violência das torturas e incapacidade dos presos se defenderem desloca a ojeriza para o inimigo Filinto Muller. Embora ele não esteja claramente visível, mesmo porque seu rosto não era popular, o texto trata de colocá-lo como autor dessas sevícias, agindo nas sombras. Muller surge como o inimigo ideal: uma vez que teria desertado da Coluna Prestes e se apropriado de recursos da mesma²⁶ e, ao focar a autoria das torturas nesse “vilão”, o partido poupava Getúlio. Com esse “currículo”, a imprensa comunista clama pelo encaminhamento do policial ao Tribunal de Nuremberg, onde eram julgados os criminosos nazistas, aproximando o nazifascismo de lá com os setores de cá.

O grande ausente em todos esses desenhos é Getúlio Vargas, o responsável, em última instância, por essas torturas. Essa construção de sentido visava poupar Vargas, que não é mostrado nos desenhos ou citado no texto, tendo em vista que o partido apoiou o ditador a partir da Conferência da Mantiqueira em 1943, em prol do esforço

²⁵ *Ibidem*, p.62

²⁶ “Filinto, além de ter fugido covardemente, pendeu para a reação”. MORAES, Denis de & VIANA, Chico. *Prestes: lutas e autocríticas*, Petrópolis: Vozes, 1982, p. 125. NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930 -1945)*, São Paulo: Cia. das Letras, 2013, p. 136.

de guerra, mas, ao mesmo tempo, mostrar a crueldade praticada pelos setores fascistas do governo. A iconografia sobre a polícia de Filinto Muller e as suas barbáries alcança esses objetivos, cria uma outra versão para o Estado Novo, dá satisfação e reconhecimento aos militantes comunistas torturados (mas também aos antifascistas e democratas) sem que o chefe de Filinto, Vargas, surgisse como responsável.

No discurso no estádio de São Januário (Rio de Janeiro), em 1945, Prestes falou sobre a liquidação do fascismo:

Não se trata de ódios nem ressentimentos pessoais. Todos nós que sofremos na nossa própria carne e na de nossos seres mais queridos esses anos de perseguições e de cárceres, já provamos, suficientemente, que colocamos os interesses da Pátria, de nosso povo e da Humanidade muito acima de nossas paixões pessoais.²⁷

Sem dúvida Prestes aludia também ao exemplo pessoal, pois sua esposa, a judia alemã Olga Benário²⁸ foi deportada para a Alemanha nazista onde morreu em um campo de concentração, e ele ainda assim apoiou a continuidade de Vargas; mas o exemplo servia para os demais comunistas torturados no Estado Novo. O que o partido defendia, por meio dos desenhos, era a punição aos fascistas no governo, da mesma maneira que os criminosos nazistas eram punidos em Nuremberg e não a vingança pessoal. Esses desenhos remetem à situação peculiar do partido em relação a Vargas de defender a

²⁷ VINHAS, M. *O partido: a luta por um partido de massas, 1922-1974*, São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 108.

²⁸ Evidentemente, Nasser também citou o caso de Olga Benário: “quem forneceu essa vítima às câmaras de morte da Alemanha não respondeu, depois, por seus crime, aos juízes de Nuremberg” e dedica um capítulo de seu livro a ela, além de afirmar que Vargas havia mandado matar Prestes. NASSER, David (4.^a ed.). *Falta alguém em Nuremberg*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966, p. 79.

continuidade dele em busca da constituinte, ao mesmo tempo em que, ao denunciar a tortura, reconhece e transforma em heróis os militantes comunistas, os democratas, os antifascistas, os operários e suas famílias do período.

A ambiguidade do PCB em relação a Vargas e os constrangimentos oriundos da postura do partido não passaram despercebidos por David Nasser. No livro, o jornalista narra a prisão do importante líder comunista Gregório Bezerra após a insurreição comunista de 1935: “Na sala de carceragem, Gregório encontra seu irmão, e assiste, impotente, os policiais o levarem para a morte. O irmão de Bezerra foi morto a pauladas, depois de cruéis torturas...”²⁹

Em suas memórias, Bezerra reconstrói a morte do irmão, ocorrida em 4 de agosto de 1936 e responsabiliza “Ranulfo Cunha, delegado de Polícia, o bandido Wandenkock Vanderlei, os investigadores João Belarmino e um tal Manuel da Farinha, além de outros”. Esses policiais “liquidaram meu irmão abrindo-lhe uma grande brecha no frontal, onde cabia o dorso da mão de um homem”³⁰. Depois, “Ranulfo Cunha, junto à turma de bandidos (...) telefonou para o chefe de polícia, Frederico Mendelo [que] deu-se por satisfeito e congratulou-se com seu comparsa”³¹

Um nome importante nesse contexto é Etelvino Lins, delegado de polícia e posteriormente político. Gregório Bezerra, comentando sua prisão por conta da insurreição comunista de 1935 cita Lins que apareceu “para ouvir-me, mas portou-se com muita prepotência. Respondi-lhe que ele não era meu senhor, nem eu seu escravo; e que não tinha declarações a fazer-lhe”³².

²⁹ *Ibidem*, pp. 19-20.

³⁰ BEZERRA, Gregório (3.^a ed.). *Memórias. 1.^a parte*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980, pp. 265-266.

³¹ *Ibidem*, pp. 265-266.

³² *Ibidem*, pp. 249-250.

Todavia, ao relatar a morte de José Lourenço Bezerra, como vimos, Gregório não cita o envolvimento de Lins nesta morte. Difícil imaginar que se esqueceria de alguém que ele desafiou abertamente. Já Nasser coloca Lins como responsável e dramatiza um reencontro entre Bezerra e o algoz de seu irmão: “Tempos depois, na Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Gregório Bezerra encontrou-se, frente a frente, com o Senador Etelvino, o mesmo que mandara executar seu irmão. *Nada aconteceu, porque a ordem era silenciar [grifo nosso]*”³³

Talvez Nasser efetivamente tenha errado ao incluir Etelvino Lins como responsável pela morte de Jose Loureço Bezzera, mas o polêmico jornalista atacou um ponto central ao ressaltar que “a ordem era silenciar” nessa fase de legalidade do PCB em que o passado precisava ser lido de acordo com os interesses do partido. A partir da ilegalidade em 1947, a iconografia do partido sobre Vargas e o Estado Novo muda completamente.

Um desenho de Quintino Campofiorito publicado no *Voz Operária* de 2 de setembro de 1950 mostra um Vargas caminhando com a escolta de três monstros: o Tribunal de Segurança Nacional, o Departamento de Imprensa e Propaganda e a Polícia Especial. A legenda da imagem afirma: “Assim foi a tirania do sanguinário Getúlio Vargas: polícia contra a classe operária e o povo e a mais feroz justiça de classe contra os que lutavam pela libertação nacional e amordaçamento da imprensa livre”. Vargas agora aparece, acompanhado pelo séquito de monstros, o seu passado o condena.

O jornal *Hoje* de 4 de agosto de 1950 publica um quadrinho em que um Vargas minúsculo e fisicamente decadente fala a um microfone. Em cima de uma cadeira para chegar a um microfone, que se afasta por repulsa ao ex-presidente (seu discurso/hálito está

³³ NASSER, David (4.^a ed.). *Falta alguém em Nuremberg*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, pp. 19-20.

podre, mostra o passado e a decadência), o líder diz que “Durante anos o povo formou comigo”. No quadrinho seguinte, sob a legenda “os que realmente formaram com ele”, Vargas aparece novamente com o TSN, DIP e Polícia especial. O passado voltava para denegrir Vargas, o que o PCB evitou no período da legalidade na série “Falta alguém em Nuremberg”. Novos objetivos políticos, novos olhares sobre o passado.

(Página deixada propositadamente em branco).

CONTORNOS DA NAÇÃO EM CINEJORNALIS DEMOCRÁTICOS E ANTIDEMOCRÁTICOS

Rodrigo Archangelo

Constituídos por imagens e sons que propagandearam os “donos” do poder político e econômico durante o século XX, muitos cinejornais ultrapassam este propósito quando submetidos ao olhar histórico. A variedade e a circularidade de temas semanalmente noticiados, somados aos aspectos formais de inúmeros títulos que compõem uma tradição de jornais cinematográficos no Brasil, são dados significativos à compreensão das transformações políticas, econômicas e socioculturais da sociedade brasileira. A partir da análise de três cinejornais produzidos em diferentes momentos, levantaremos alguns contornos do que foi transmitido por eles como ideal de nação num curto espaço de 32 anos na história do Brasil, situados entre 1938 e 1970. Com as séries *Cine Jornal Brasileiro*, entre 1938 e 1945; *Notícias da Semana* e *Atualidades Atlântida*, entre os anos 1956 e 1960; e *Canal 100 Jornal* em 1970, observaremos os rituais¹ numa cultura do poder que embasou o discurso

¹ Na literatura sobre o cinema brasileiro, o termo “ritual do poder” significa, resumidamente, o autoelogio das elites políticas e econômicas em seus atos públicos e privados. Trata-se de um conceito já estabelecido nas discussões sobre o cinema no Brasil, e que foi proposto pelo crítico e professor de cinema Paulo Emílio Salles Gomes – juntamente com a contrapartida “berço esplêndido”, a exaltação das belezas naturais e culturais do Brasil. Cf. GOMES, Paulo E. S. “A expressão social dos filmes

de progresso e modernização do país em distintos contextos da República brasileira: a ditadura do Estado Novo (1937-1945); os “anos dourados”, redivivos na memória coletiva brasileira pela presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1960); e o Regime Militar (1964-1985) em seu ápice econômico e repressivo.

Convém lembrar que a trajetória dos cinejornais no Brasil foi bastante longa², o que se faz notar em algumas coleções ainda existentes em arquivos brasileiros, mas que tristemente representam uma pequena parte do que foi produzido. Neste quadro estão séries que se mantiveram mais coesas ao longo do tempo, sobretudo aquelas realizadas pelo governo federal e que, desta forma, carregaram o rótulo de propagandas oficiais, como o *Cine Jornal Brasileiro* (CJB)³; e cinejornais provenientes de companhias produtoras mais conhecidas, cuja importância econômica propiciou a exploração comercial aos seus realizadores ou detentores. Neste caso são exemplos os

documentais no cinema mudo brasileiro (1898 – 1930)”, In: CALIL, Carlos Augusto (ed.) *Paulo Emilio: Um Intelectual na Linha de Frente*. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: Embrafilme. 1986, pp. 323-328.

² Presentes desde as primeiras décadas do século passado até meados dos anos 1980, os cinejornais compõem, em números absolutos, um terço da produção de filmes brasileiros, cf. Cinemateca Brasileira. “Filmografia Brasileira”. Acessado em 01 de fevereiro de 2013. <http://www.cinemateca.gov.br/>. Para um breve panorama da produção de cinejornais no Brasil, cf. Archangelo, Rodrigo. “O papel dos cinejornais: os documentos da Atlântida Cinematográfica e do Canal 100”. *Revista da Cinemateca Brasileira*. São Paulo: Cinemateca Brasileira. 2012, pp. 106-119.

³ Produzido entre 1938 e 1946 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão oficial da propaganda varguista no Estado Novo. As edições aqui mencionadas pertencem ao acervo da Cinemateca Brasileira.

jornais cinematográficos *Notícias da Semana* (NDS) e *Atualidades Atlântida* (ATA)⁴, e as séries conhecidas pela marca *Canal 100*⁵.

Cine Jornal Brasileiro

Na primeira experiência ditatorial da República brasileira, a obrigatoriedade de exibição dos complementos nacionais (curtas metragens ou cinejornais) nas sessões de cinema já vigorava, por decreto assinado pelo próprio Getúlio Vargas no início dos anos 1930⁶. Assim, os planos do Estado Novo no cinema⁷ já contavam com um caminho pavimentado, no qual o CJB se consolidou como a primeira experiência oficial de propaganda cinematográfica estatal⁸. Com grande presença no circuito exibidor brasileiro, este cinejornal deu a ver uma ampla agenda de realizações em torno da figura do

⁴ As séries *Notícias da Semana* (1945-1986) e *Atualidades Atlântida* (1942-1986) se destacaram por sua longevidade dentre os vários cinejornais produzidos pelo Grupo Severiano Ribeiro (GSR), importante cadeia de empreendimentos de cinema, com sede na cidade do Rio de Janeiro. O GSR marcou o campo cinematográfico nacional por sua reconhecida atuação nas atividades de produção, distribuição e exibição, e por estar à frente das “chanchadas”, gênero de comédia musical brasileira produzida pela Atlântida Empresa Cinematográfica do Brasil S.A. (1941-1983), produtora que em 1947 fora incorporada ao GSR. As edições aqui mencionadas pertencem ao acervo da Cinemateca Brasileira.

⁵ Produzidas pela Produções Carlos Niemeyer Filmes Ltda., as séries *Canal 100 Jornal*, *Canal 100 Revista* e *Canal 100 Atualidades* surgiram em 1959 e foram unificadas em 1966 sob o nome de *Canal 100 Jornal*. Cf. Cinemateca Brasileira. *Guia Cinemateca – Arquivos e Coleções*. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 2012, p. 38. As edições aqui mencionadas pertencem ao acervo da Cinemateca Brasileira.

⁶ A primeira lei foi promulgada em 1932 (decreto 21.240/32), entrando em vigor apenas em 1934.

⁷ Como o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), oficializado em 1937 (seguindo ativo até 1966), cuja proposta foi produzir filmes como elemento de aprendizado e integração nacional, cf. SCHWARTZMAN, Simon (et.al.). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000, pp. 104-107.

⁸ A respeito do CJB, a nossa referência é o trabalho pioneiro de SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablumme: Fapesp, 2003.

então ditador Vargas. Nas suas coberturas “cinejornalísticas”, o DIP se inspirou nos cenários de regimes totalitários e empreendeu, por afinidade ideológica, um formato próximo ao das propagandas nazifascistas⁹, numa estética de culto ao líder¹⁰ que perdurou mesmo após o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, no início de 1942.

Em seus oito anos de existência, o CJB possuiu uma sequência de abertura contendo várias atividades de um Brasil em marcha¹¹, com imagens em movimento que compunham um caleidoscópio similar ao formato da bandeira nacional brasileira. Esta representação da uma nação *una*, semanalmente exibida em sua pujança, era a própria obra de Getúlio Vargas, e o uso do cinema para o recorrente elogio ao “chefe supremo” compôs com a estratégia – capitaneada pelo rádio e a imprensa escrita – de harmonizar os diferentes papéis dentro de uma ditadura. Em repetidas edições, a falta de democracia foi compensada com demonstrações de idolatria ao atencioso e onipresente líder carismático¹² por parte do “trabalhador brasileiro”, que era representado na chave de uma massa comportada em grandiloquentes comemorações cívicas¹³.

⁹ Para Lourival Fontes, idealizador e diretor do DIP até 1942, o objetivo de divulgar um projeto de nação em torno da liderança de Getúlio Vargas seria alcançado com a ajuda da propaganda particularmente inspirada no fascismo, do qual era abertamente simpático. Cf. ABREU, Alzira Alves de Abreu (et.al.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2001, pp. 2260-2264.

¹⁰ A esse respeito cf. CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

¹¹ “(...) com sucessivas aparições de navios de guerra em construção nos estaleiros, colheitas agrícolas abundantes, escolares em marcha, aviação”, cf. SOUZA, José Inácio de Melo. “Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência”, In: *História: Questões e Debates n. 38*, ano 20. Paraná: Associação Paranaense de História / UFPR, jan-jun 2003, pp. 43-62, p. 50.

¹² Que “[...] visita, recebe, preside, assiste, discursa, excursiona, veraneia, embarca, retoma, parte, passeia, inicia, encerra, exorta, soluciona”, cf. TAVARES, Zulmira apud Souza, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação*, op. cit., p.211.

¹³ A respeito do papel da *massa* na mitologia varguista, cf. SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. Marco Zero, São Paulo, 1991;

As festividades do Primeiro de Maio e do Sete de Setembro foram exemplos claros do ritualismo característico no governo estadonovista. Nesses eventos desfilaram o chefe da nação e as Forças Armadas (representadas também, por exemplo, pelas auxiliares Forças Públicas Estaduais, Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros) como forças ativas na condução do Brasil. E em todos os quadrantes da nação brasileira mostrados no CJB, estes dois polos exprimiam uma unidade nacional onde o povo – ou o trabalhador brasileiro – era o elemento passivo dessa equação. Enquanto Vargas faria de si um signo para os brasileiros, os militares encarnariam a segurança e a tranquilidade da manutenção territorial¹⁴. Nesse sentido, o objetivo foi fortalecer nacionalmente a personalidade de Vargas entrelaçando-a a temas como, por exemplo, economia, agricultura, indústria, progresso, etc., que sempre foram abordados de forma eloquente no CJB. Porém, vale lembrar que o tema “trabalho” teve uma frequência menor em relação aos demais, pois esta questão, noticiada de forma indireta, tomava o trabalhador como receptor do assistencialismo governamental, ou organizado em massa para adornar os festejos oficiais, incluindo também o aniversário do próprio presidente¹⁵.

Por outro lado, o tema “segurança nacional” foi o elo mais forte na aliança entre o ditador e os militares. Se a vigilância sobre a ameaça interna foi o mote para o combate ao comunismo, recorrentemente noticiado no CJB¹⁶; a ameaça externa ganhava impulso no contexto pós 1942, com a propaganda cinematográfica de um

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Elume Dumará, 1994; e Capelato, Maria Helena R., *op. cit.*

¹⁴ SOUZA, José Inácio de Melo, *idem*, p. 211.

¹⁵ Que foi noticiado como parte do calendário oficial das comemorações cívicas. *Idem*, pp. 215-16.

¹⁶ Entre as edições sobre este tema, destacamos o CJB Vol.1 N.015 (1939), com a notícia “Luta contra o extremismo”; CJB Vol.1 N.075 (1939), “(...) Homenagem aos que tomaram na defesa das instituições brasileiras [no levante de 27 de Novembro de 1935, também conhecido por Intentona Comunista]”; CJB Vol.1 N.101 (1940), “(...) Escortado pelos policiais paraenses, chega o carrasco do Partido Comunista.”; CJB

Brasil que não media esforços para cumprir seu papel de *aliado*, fosse com as participações da Força Expedicionária Brasileira e da Força Aérea Brasileira, ou nas imagens das ações de vigilâncias implementadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁷. Nesse sentido, a propaganda feita em várias edições dos cinejornais do DIP¹⁸ estimulou a criação de um “inimigo nacional” e ajudou a disseminar o medo no imaginário coletivo, galvanizando, assim, uma *nação imaginada* enquanto atenta às ações inimigas¹⁹. Ao mesmo tempo imersa numa atmosfera de incerteza propícia às ações da ditadura em curso²⁰.

O Brasil representado semanalmente na propaganda oficial do CJB marcou a experiência “cinejornalística” brasileira não apenas por ter legado uma narrativa do culto ao líder, mas por propalar posicionamentos políticos e sociais conservadores nas telas de cinema.

Vol.1 N.178 (1940), “Heróis do Brasil - Rio: a inauguração do Mausoléu dos militares mortos na Defesa da Pátria, em novembro de 1935”.

¹⁷ Criado em 1924, o DOPS (nome que sofreu mudanças, mantendo a sigla como denominação genérica), foi um órgão policial brasileiro que serviu à repressão e censura das ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985). Com instância federal e estadual, quase todas as unidades foram desativadas nos anos 1980. Seus respectivos arquivos, muitos sumariamente destruídos, ainda são foco de polêmica na revisão dos períodos de exceção democrática da história do Brasil.

¹⁸ Por exemplo, o CJB Vol.2 N.117 (1942), exposição com materiais de propaganda dos súditos do eixo; o CJB Vol.2 N.131 (1942), vítimas do bombardeamento de navios alemães; o CJB Vol.2 N.136 (1942), manifestação estudantil contra as forças do Eixo; o CJB Vol.1 N.169 (1942), missa em memória das vítimas de Pearl Harbor; o CJB Vol.3 N.092 (1944), edição especial com o “esforço de guerra” brasileiro; e o CJB Vol.4 N.023 (1945), festejo da vitória do Brasil no fim da guerra.

¹⁹ Afinidades como língua, religião, leis, ancestralidade e demais aspectos culturais são constitutivos da *nação imaginada*, aferida num determinado grupo a partir da comunhão desses valores (cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008). Contudo, diante da ameaça à vida cotidiana, essa mesma *nação* pode subverter a comunhão de afinidades se apoderar do imaginário coletivo, assumindo a fatalidade da luta com principal elo do *nacionalismo*, cf. “A imaginação nacional”, In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp.209-225, p. 221.

²⁰ Vale lembrar que o clima de incerteza e medo é um dos elementos “rentáveis” às construções mitológicas de regimes autoritários, cf. Giradet, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, pp. 53-34.

Nesta *nação cinematográfica*, o elogio à autoridade bebeu na estética fascista e estabeleceu refinados contornos à falta de protagonismo do povo que, massificado e sob um clima de vigilância, foi o maior ornamento simbólico à legitimidade da ditadura varguista.

Notícias da Semana / Atualidades Atlântida

Na fragmentada narrativa desses dois jornais cinematográficos, as notícias sobre diferentes esferas do todo social expõem as tensões contidas na representação dos grupos mostrados nas telas, sejam eles governos e governantes, cúpula política ou econômica, ou as diferentes classes sociais. Ações e intensões cinematograficamente construídas demonstram o quanto eles foram tributários de um imaginário social²¹, que também foi trabalhado para compor uma propaganda oficiosa do governo de Juscelino Kubitschek²².

Entre 1956 e 1960 o NDS e o ATA noticiaram uma agenda política com relevância ao desenvolvimento econômico. Exemplos desta postura foram as viagens internacionais do presidente Kubitschek pela Europa, Estados Unidos e América-Latina e a busca do país por sua independência econômica²³; a realização de importantes obras de infraestrutura e a construção da nova capital Brasília²⁴; a

²¹ Sobre a presença do imaginário social em imagens políticas, cf. BAECQUE, Antoine de. “Panfletos – Libelo e Mitologia Política” In DARNTON, Robert e Roche, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa – A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 225-238.

²² Observada pela grande quantidade de notícias de seu governo, bem como o tom elogioso sobre as realizações federais. Cabe mencionar que o GSR contou com as produções do fotógrafo e cineasta Jean Manzon (1915-1990), reconhecido por suas coberturas ufanistas sobre o Brasil, e elogiosas sobre a construção de Brasília. Sobre Manzon, cf. CARDENUTO, Reinaldo. “O Golpe no Cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês”, In: MORETTIN, Eduardo et.al. (org.). *História e Documentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, pp. 119-149.

²³ NDS. N.56X03, N.56X04, N.56X09, N.56X10 e N.56X32.

²⁴ NDS. N.57X42, N.58X27 e N.58X43; ATA. N.60X18.

notoriedade internacional pela conquista do campeonato mundial do futebol em 1958²⁵; e uma nação com claros posicionamentos pró-bloco capitalista nas participações da ONU e em fóruns internacionais²⁶. Ainda sobre o presidente, traziam o retrato de um líder com sua “doutrina Kubitschek” à frente da Operação Pan-americana em prol dos países latino-americanos²⁷.

Os jornais cinematográficos do GSR destacaram as ações de instituições civis, militares e eclesiásticas, sobretudo pela atuação de seus líderes e representantes mais notórios – muitas vezes políticos, intelectuais e artistas, em eventos públicos ou privados. Assim como as produções estatais posteriores ao CJB²⁸, os rituais do poder não ficaram de fora do que corriqueiramente o NDS e o ATA apresentaram solenidades com federações, organizações de classe e de segmentos da atividade econômica, clubes e associações, se articulando às organizações militares, hierarquias religiosas, partidos políticos e esferas de governo municipal, estadual e federal. Nestas situações, e nas notícias sobre as resoluções nos grandes centros – quase sempre com particular exaltação a deputados, vereadores, senadores, líderes de partidos e militares –, o tom da representação das classes sociais indica tensões entre a democracia e o *status quo* constituído. Nas demonstrações de poder levadas às salas de cinema, distintos papéis ostentaram uma hierarquia de valores²⁹ enraizada no imaginário social. Diferentes camadas sociais da população foram representadas em seus comportamentos, aspirações e dramas na modernização da

²⁵ NDS. N.58X28.

²⁶ NDS. N.60X41 e N.60X43.

²⁷ NDS. N.58X26 e N.58X32.

²⁸ Como o *Cine Jornal Informativo* (1946-1969) produzido pela Agência Nacional.

²⁹ Próprio da dimensão simbólica dos embates sociais. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 163 e 184.

nação cinematográfica, retroalimentada também por uma *cultura visual* presente em outros meios como jornais e revistas³⁰.

Nesses cinco anos, as notícias levaram ao público uma nação social e economicamente segregada em atos cotidianos. As ações da *high society* (sobretudo no Rio de Janeiro), por exemplo, foram mostradas não somente nos casamentos, bailes de debutantes e voos da aviação comercial brasileira que “ligavam” o Brasil, mas também na solidariedade com os pobres, expressa em chás beneficentes, bailes filantrópicos e desfiles de modas em locais luxuosos³¹. Nesse sentido, as primeiras-damas e as “distintas senhoras” representavam o status e as ações políticas de seus respectivos esposos e familiares, protagonistas nos círculos decisórios da época³². Para além do colunismo social de jornais e revistas, as imagens reiteravam as cercanias sociais internas de uma nação.

Neste mesmo cenário, assistia-se ao desenvolvimento econômico brasileiro por meio de notícias sobre a expansão do parque industrial³³, a implantação de extenso plano viário³⁴, as remodelações urbanas nos grandes centros³⁵, os planos habitacionais³⁶ e os novos

³⁰ A *cultura visual* na chave de um “olhar de época”, como o pintor quatorcentista que se apoiava nos códigos visuais compartilhados pelo seu público/clientela. Cf. BAXANDALL, Michael. *O Olhar Renascente: Pintura e Experiência Social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.48. Nesse sentido, os cinejornais apresentaram imagens colhidas da experiência e hábitos visuais do público, no que contribuíram para engendrar uma cultura audiovisual do período.

³¹ NDS. N.56X21, N.56X25, N.57X21, N.57X24, N.57X26, N.57X44, N.57X31, N.57X39, N.57X49, N.57X53, N.58X02, N.58X22, N.58X23, N.58X36, N.58X38, N.58X44, N.59X20, N.59X28, N.59X30, N.59X49, N.60X07, N.60X12, N.60X34 e N.60X41.

³² Cf. SÁNCHEZ-BIOSCA, Vicente. *Cine de Historia Cine de Memória – la representación y sus límites*. Madrid: Cátedra. 2006, p. 49.

³³ NDS. N.56X20, N.57X07, N.59X28, N.58X04, N.58X06, N.59X10, N.59X39, N.59X43, N.59X47, N.59X48 e N.60X24.

³⁴ NDS. N.56X41, N.57X16, N.58X06, N.59X02, N.59X05, N.59X39 e N.60X39.

³⁵ NDS. N.56X12, N.57X45, N.58X02, N.58X30, N.58X40, N.59X02, N.59X42, N.60X22, N.60X38, N.60X39, N.60X47 e N.60X51.

³⁶ NDS. N.56X46, N.56X47, N.57X23, N.57X43, N.57X48, N.57X52, N.57X53, N.58X04, N.59X42, N.59X48, N.60X12 e N.60X50.

padrões capitalistas de consumo, potencializados com a introdução de novidades no mercado e no vocabulário brasileiro³⁷. Ou seja, imagens de um país imerso numa atmosfera de incremento e estímulo ao *american way life*, algo reforçado pelas elogiosas notícias sobre o comportamento da sociedade norte-americana, trazidas pelo “nosso correspondente” internacional³⁸. Nesse sentido, o NDS e o ATA também repercutiam o poder político e econômico norte-americano, algo condizente às importantes atividades do GSR – como distribuição e exibição – que cresceram no domínio hollywoodiano sobre o mercado cinematográfico brasileiro. Convenientemente, tais interesses contribuíram para a aproximação do GSR com o campo político no acirrado contexto da guerra-fria, na medida em que exibia para o público de suas salas um país pró Estados Unidos, com críticas aos seus opositores e manifestações cotidianas contra o comunismo³⁹.

Inseridas no circuito de exibição em massa, tais representações no cinema contribuíram para divulgar posicionamentos conservadores em defesa da família e da propriedade, e situar os setores médios numa rotina distante da parcela pobre da população. Desta forma, o avanço da modernidade precisava ser protegido de qualquer retrocesso, que poderia vir ideologicamente travestido na ameaça socialista/comunista e, por isso, legitimava o apelo à manutenção da ordem

³⁷ NDS. N.56X41, exposição da indústria mecânica; N.56X25, N.57X49, N.58X44 e N.59X40: fábrica de brinquedos; N.59X30, inauguração de concessionárias automobilísticas; N.60X14, exposição de utilidades domésticas; N.60X37, carro de luxo produzido no Brasil; N.60X49, *Salão Brasileiro do Automóvel*; N.60X33, exposição de produtos têxteis nacionais; N.58X07, inauguração de reator atômico brasileiro; N.60X39 e N.60X43: o primeiro “cérebro eletrônico” no Brasil.

³⁸ Em NDS. N.60X23, o próprio cinejornal noticiou a decisão do Serviço de Diversões Públicas, em permitir a veiculação de material estrangeiro nos cinejornais. Para o GSR tratava-se de um “novo passo” para a indústria cinematográfica brasileira.

³⁹ NDS. N.56X04, N.56X33, N.56X48, N.56X49, N.56X50, N.56X51, N.57X09, N.58X05, N.58X26, N.58X32, N.58X42, N.58X46, N.59X21, N.59X24, N.60X33, N.60X35, N.60X36, N.60X37, N.60X41, N.60X42 e N.60X43. E continuaram pelo ano seguinte: NDS. N.61X04, N.61X12, N.61X21, N.61X22, N.61X34, N.61X36, N.61X38, N.61X44, N.61X47 e N.61X50.

e do progresso. Uma vez mais, o inimigo mostrado em cinejornais estava à espreita para minar a felicidade de toda uma nação, mas, ao contrário do que fora mostrado anos antes no CJB, tratava-se de proteger o avanço proporcionado por um democrático – mas excludente – desenvolvimento capitalista. Nem que para isso fosse necessária uma postura autoritária frequentemente demonstrada nos aperfeiçoamentos de órgãos especializados como o DOPS, ou em demonstrações públicas da Polícia Militar sobre como debandar manifestações públicas⁴⁰.

No contexto democrático mostrado pelo NDS e o ATA, o “povo” foi um simples espectador nos episódios que envolveram crises políticas⁴¹. Nestes registros, representantes da elite econômica eram os protagonistas na *mise-en-scène* palaciana dos eventos decisivos da vida nacional. Num mesmo movimento, a presença dos setores médios foi mostrada pela atuação de suas entidades e representantes classistas⁴²; enquanto o povo, na chave da “classe trabalhadora”, foi raramente retratado nas ações de seus sindicatos, sendo estes criticados por atos de greve nas poucas aparições nos cinejornais do GSR⁴³. Nessa narrativa semanal até mesmo a Igreja contribuiu, no exercício de seu ofício cristão, para sedimentar a estratificação social. Na medida em que era notícia o povo desfavorecido receptor de ações contra a carestia⁴⁴, corroborando imagetivamente o olhar

⁴⁰ NDS. N.58X05, exposição de material comunista apreendido; N.58X16 e N.58X18: autoridades brasileiras em treinamento junto ao FBI; N.58X42, conferência do diretor do DOPS sobre a apreensão de material “vermelho”; N.58X19 (e também em 1961: N.61X52), solenidades em que a Polícia Militar demonstra táticas para dispersar “aglomerações populares e comícios”; e logo após o governo Kubitschek, no NDS. N.61X21, o treinamento das Polícias Militares junto ao Exército Norte-Americano.

⁴¹ NDS. N.55X49; ATA. N.56X02.

⁴² ATA. N.56X01, N.56X20, N.56X26 e N.57X32; NDS. N.56X19, N.56X23, N.56X51, N.57X38, N.57X53, N.58X27, N.58X36, N.58X42, N.59X19, N.58X43, N.59X12, N.59X29, N.59X38 e N.59X47.

⁴³ NDS. N.57X29, N.58X24, N.58X48, N.59X23 e N.59X51.

⁴⁴ NDS. N.56X14, N.56X28, N.56X39 e N.57X04.

filantrópico da alta sociedade. Decerto, essas representações colaboraram para galvanizar a imagem da parcela pobre como elemento passivo e perdido diante da modernização, além de sequioso por iniciativas de assistencialismo que compensariam a insuficiência do Estado em suas obrigações. Algo evidente no tom condolente das notícias sobre a carestia, o sofrimento em regiões menos desenvolvidas⁴⁵, ou tragédias como a seca no Nordeste, enchentes ou incêndio em favelas⁴⁶. Algo que compôs o elogio elitista à pobreza da nação, mostrada como nascedouro de gente talhada para enfrentar infortúnios e obstáculos, como no exemplo do deslocamento candango para a construção de Brasília⁴⁷.

Para que seu governo fosse reconhecido por conquistas econômicas e o respeito à democracia – claudicante em seu histórico de retrocesso e tragédia⁴⁸ –, Kubitschek necessitou publicizar sua agenda, no que contou com os cinejornais da maior cadeia de atividades cinematográficas à época: o GSR. As imagens e sons oficiosos do NDS e do ATA mostraram Kubitschek liderando uma nação conciliatória e solidária entre suas classes sociais. Porém, eles carregaram os silêncios que compuseram uma memória monumentalizada do período, bem como a mitologia política do conhecido presidente. Nesses silêncios, é exemplar a quase ausência de notícias sobre

⁴⁵ NDS. N.56X48, a falta de abastecimento em favela do Rio de Janeiro; N.57X18, a carência de estradas para o Nordeste; N.57X06, N.57X07, N.57X08, N.58X21, N.59X03 e N.59X08: a seca no Nordeste; N.58X18, com a ajuda norte-americana para o povo nordestino.

⁴⁶ NDS. N.56X34, N.57X04, N.57X36, N.59X02, N.59X04, N.59X43, N.60X16, N.60X17 e N.60X19.

⁴⁷ Dentre poucas notícias sobre os candangos, o NDS. N.60X1 menciona, na inauguração de Brasília, um desfile de “operários anônimos que vieram de todo o Brasil para construir Brasília”. Em NDS. N.60X37, o foco foi a “iniciativa” da administração da nova capital em sortear um automóvel em reconhecimento a todos os candangos.

⁴⁸ Por exemplo, a ditadura do Estado Novo; o suicídio do presidente Getúlio Vargas a 24 de agosto de 1954; e a tentativa de impugnação da eleição de Kubitschek e seu vice Joao Goulart, em eventos ocorridos em novembro de 1955.

sindicatos e associações trabalhistas, fossem urbanas ou rurais⁴⁹, num governo cuja força política também repousou na aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla do vice-presidente João Goulart. Assim como sintomático foi o ofuscamento das camadas populares na construção cinematográfica da nação, cuja pobreza, nada aprazível à representação estética de um país moderno, foi retratada como efeito colateral do processo de modernização. Processo este em que a elite econômica e os setores mais conservadores desfilaram como peças-chave da governabilidade. Nas notícias sobre as iniciativas federais, o elogio recaiu sobre os empresários: promotores do bem-estar do povo, tanto na melhoria de regiões atrasadas, como na construção de indústrias para o progresso brasileiro⁵⁰. Nesse sentido, os rituais do poder nesses cinejornais continuaram exibindo o povo como mero observador nas tomadas de decisões.

Canal 100

Fundada em 1959, a Produções Carlos Niemeyer Filmes Ltda. teve por objetivo a produção de cinejornais, e o título *Canal 100* aludia à televisão brasileira, à época com pouquíssimos canais e muito longe de sintonizar três dígitos nos televisores domésticos – ainda incipientes no Brasil. Com produção contínua até 1986, esse cinejornal legou um grande mosaico com imagens em movimento que, hoje, são testemunhos de transformações socioculturais e políticas, além de propagandas oficiosas da ditadura civil-militar brasileira, notadamente em seu ápice antidemocrático e do êxito econômico⁵¹.

⁴⁹ Exceção feita às comemorações do Primeiro de Maio, nos moldes das conhecidas cerimônias mostradas pelo CJB: NDS. N.56X20, N.57X20, N.58X19 e N.59X19.

⁵⁰ NDS. N.57X07, N.59X08, N.59X18, N.60X40 e N.60X42.

⁵¹ Período situado entre 1968, ano marcado pelo acirramento contra as liberdades individuais com a decretação do Ato Institucional N.º 5, e o fim do mandato do

Exibidos semanalmente no eixo Rio-São Paulo, e com certo atraso em outras regiões brasileiras, as edições do *Canal 100* apresentavam uma revista semanal que quase sempre encerrava com partidas de futebol, sua principal característica. Vale dizer que o futebol mostrado no *Canal 100* talvez seja o dado mais imediato na memória coletiva sobre um cinejornal brasileiro, lembrado principalmente pelo acompanhamento da música *Na cadência do samba* de Luís Bandeira, e seu célebre seu refrão “que bonito é...”. Contudo, suas edições também se notabilizaram pela amplitude dos temas noticiados nos anos 1960 e 1980: padrões comportamentais da juventude⁵²; sucessos da indústria musical e do entretenimento⁵³; melhoramentos nas capitais brasileiras⁵⁴; beldades como a garota de Ipanema Helô Pinheiro e a estrela Brigitte Bardot⁵⁵; visitas diplomáticas do xá iraniano Reza Pahlavi⁵⁶ e da rainha Elizabeth II⁵⁷, dentre várias; a fé católica arregimentada contra a “ameaça comunista”⁵⁸; e outros esportes como as corridas de F-1 de Emerson Fittipaldi⁵⁹ e os eventos de jiu-jitsu da reconhecida família Grace⁶⁰.

presidente Emílio Garrastazú Médici, que governou de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

⁵² Canal 100. N.67X39.

⁵³ Canal 100. N.69X41 e N.70X35.

⁵⁴ Canal 100. N.68X5 e N.70X01.

⁵⁵ Canal 100 Atualidades. N. 65X01 e Canal 100 Revista. N.64X03.

⁵⁶ Canal 100 Jornal. N. 65X20.

⁵⁷ Canal 100 Jornal. N. 68X47.

⁵⁸ Ocorrida em várias capitais brasileiras, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi a demonstração pública mais acabada do conservadorismo católico, que apoiou a deposição de João Goulart em favor do golpe civil-militar. Em abril de 1964 foi às ruas do Rio de Janeiro, para celebrar o golpe civil-militar: na fala do narrador “*a fé sempre existiu, com Deus e pela liberdade o povo foi às ruas para saudar a nova era que se afirmava no país*”. Canal 100 Jornal. N.65X01.

⁵⁹ Canal 100. N.73X09.

⁶⁰ Canal 100 Jornal. N. 74X23 e N.75X29.

Mesmo com a expansão da telecomunicação a partir de 1965⁶¹, os presidentes militares também se valeram da evidência proporcionada pelo *Canal 100* nas salas de cinema do país. Aliás, o tom elogioso na divulgação da agenda do governo federal (que “colaborava” com patrocínio do banco Caixa Econômica Federal) esteve presente logo no início da ditadura: na cobertura do golpe civil-militar em 31 de março de 1964, rememorado em retrospectiva exibida em janeiro de 1965⁶². Assim como o CJB e os cinejornais do GSR, o *Canal 100* também apresentou um ritualismo característico. Mas neste caso, o culto ao poder repousou na exaltação ao “berço esplêndido” de um país bem governado pelos militares. Na sequência de abertura mais conhecida deste cinejornal, a nação foi representada numa montagem que harmonizava atividades esportivas, militares, desfiles cívicos e a beleza brasileira, representada nas praias e nas mulheres do Rio de Janeiro, “cidade maravilhosa” não raro elogiada em eventos estritamente políticos⁶³. Porém, o ufanismo mais exposto nesse cinejornal lançou mão de uma recorrente identidade brasileira: o futebol.

As coberturas deste esporte colocaram de forma inédita, sobretudo em jogos da Copa do Mundo, o governo federal no epicentro desta importante manifestação do imaginário coletivo. As imagens e sons registrados pelo *Canal 100* legaram um padrão inovador à representação do futebol, elevando-o à categoria de poderoso autoelogio à brasilidade, abertamente utilizado em respaldo do Regime Militar.

⁶¹ Para o sociólogo Renato Ortiz, entre 1964 e 1980 ocorreu, no Brasil, uma forte expansão de bens culturais, em que a televisão brasileira atingiu, em 1975, o posto de nono mercado do mundo. Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006, pp.83-84.

⁶² Canal 100 Jornal. N.65X01. É esclarecedora a fala do narrador, que exalta o ato militar que tirou o país “*da beira de um abismo*” e banuiu a “*corrupção e a subversão*”, que “*levou às ruas tanques e armas, mas não derramou sangue de ninguém*”, e reuniu “*todas as camadas em torno da mesma ideia*”. Cf. ARCHANGELO, Rodrigo, “O papel dos cinejornais: os documentos da Atlântida Cinematográfica e do Canal 100”, *op. cit.*

⁶³ Canal 100 Jornal. N.67X37.

Numa narrativa audiovisual monumental, dramatizou-se o espetáculo em todas as instâncias: os acertos e os erros dos jogadores em ângulos e tomadas inéditas; a ida do torcedor até o estádio, ligando o evento da partida ao cotidiano dos cidadãos; rostos, gestos e comportamentos de uma torcida em primeiro plano, denotando sensações de entusiasmo e identificação emocional com os ídolos, equipes e a Seleção Brasileira. Foi neste chave que o culto ao poder no *Canal 100* concedeu protagonismo à *massa*, embora a despiendo de conotações político-ideológicas. A própria torcida mostrada nas arquibancadas e noutros lugares do estádio foi a mais acabada representação da sociedade brasileira e do sentimento nacional: subordinados e superiores, pobres e ricos, pretos e brancos, mulheres e homens participando do mesmo evento.

O *Canal 100* oferecia imagens de uma “união brasileira”, que se sobrepunha às enormes diferenças sociais e econômicas, alimentando um nacionalismo necessário à estratégia de uma ditadura em curso. Nas atuações da Seleção Brasileira, por exemplo, as cinematográficas vitórias reforçaram a experiência de igualdade e justiça social, num cenário de regras simples e de plena liberdade de opinião, onde a autoridade personificada no juiz era contestada e até xingada pelo cidadão brasileiro pobre e legítimo representante da massa. Com o reforço do futebol por esse cinejornal, fortalecia-se a pseudodemocracia do Regime Militar em inúmeras salas de cinema, uma vez que era mostrada a alternância entre vitoriosos e perdedores, de opostos com chances iguais, numa situação fictícia em quase toda a existência do *Canal 100*.

Dos estádios aos circuitos exibidores em várias cidades brasileiras, o espetáculo das massas proporcionado pelo futebol foi a maior contribuição do *Canal 100* ao governo brasileiro, pois franqueou o seu discurso de crescimento e progresso. Logo, o Brasil *acontecia* dentro e fora do campo, conectando uma prática popular ao poder do Estado, apanágio de uma elite que o tomara num golpe civil-militar. Em inúmeras edições desse cinejornal, o futebol foi o assunto semanal que encerrou edições plenas de representações da vida social,

política e econômica. Nas arquibancadas, a tensão e a expectativa nos rostos populares era o necessário retrato do povo torcendo por um Brasil cinematográfico. Nesta ótica, avançar no gramado significava avançar nos rumos do país, um discurso que se viu reforçado na Copa de 1970, em pleno ápice do “milagre econômico brasileiro”. Na partida final deste evento, o *Canal 100* estabeleceu, pelos dispositivos cinematográficos, a continuidade entre o Regime Militar e o que o Brasil tinha de melhor a mostrar aos próprios brasileiros⁶⁴. Naquele contexto, nenhum cinejornal representou tão bem o poder se apropriando de uma manifestação legítima da cultura brasileira.

Contornos da nação: a cultura do poder nos cinejornais

Todos os cinejornais mencionados trazem à tona uma agenda política, o que não é novidade nesse tipo de cinema⁶⁵. Porém, eles também estendem a *política* para outros campos da atividade coletiva⁶⁶, se valendo de signos, valores e níveis de comportamento que subsidiaram uma cultura do poder noticiada com imagens em movimento. Assim, curta e longa duração de um autoritarismo estão imbricados aos contornos da nação brasileira delineados pelo ritualismo e movimentações sociais registrados no noticiário cinematográfico.

⁶⁴ Como na sequência em que o presidente Médici, ao recepcionar os campeões da Copa de 1970 na capital da República, ergue a Taça Jules Rimet num gesto ensaiado para as câmeras, valendo-se de um gesto consagrado por capitães da Seleção Brasileira em três conquistas mundiais. Para o Regime Militar, era preciso mostrar ao povo o sucesso de um país bem governado. Canal 100. N.70X28.

⁶⁵ Que também repercutiu um ritualismo político na chave de uma “investidura” partidária, como aponta SOUZA, José Inácio de Melo, “Eleições e Cinema Brasileiro: do fósforo eleitoral aos santinhos eletrônicos”, In: *Revista da USP* n° 22. São Paulo: USP, jun-ago, 1994, pp. 155-65.

⁶⁶ RÉMOND, René. 2003. “Do Político”, In: RÉMOND, René, ed. 2003. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FVG, pp. 441-450, 447.

No rápido retrato de duas ditaduras e um interregno democrático, os apontamentos demonstram o potencial dessas séries para compreender comportamentos e atitudes do universo político e sociocultural brasileiro. Em três momentos abordados veem-se discursos que encorparam, com *nuances*, contornos de uma nação em pleno lema “ordem e progresso”: no CJB, um Brasil personificado no ditador e nas forças de segurança em tempos de guerra, ambos reverenciados em imagens com os primeiros ensaios da massa ordenada; no NDS e no ATA a clara omissão, e por vezes segregação, da massa pobre na composição estética da nação em pleno desenvolvimento capitalista; e, no *Canal 100*, o país exaltado pela massa cujo protagonismo só foi mostrado nos limites apolíticos das arquibancadas do espetáculo de futebol. Enfim, trata-se da encenação semanal do ritual do poder protagonizado pela elite política e econômica brasileira, numa práxis que monumentalizou sua dimensão decisória, o elogio ao que lhe conveio e sua demonstração de força perante o todo social.

Dentre tantos aspectos a serem observados e compreendidos na nação desenhada nesses cinejornais, talvez um dos mais necessários seja uma possível *estética da ordem*. Por ora, uma ideia algo abrangente, mas que denota como essa forma de cinema aprimorou, em sua tradição, a incorporação da vida cotidiana ao representar uma nação conservadora, contraparte da modernidade e do desenvolvimento exibidos nas telas. Neste caminho, esses jornais cinematográficos mostraram uma passiva população brasileira, simples observadora de atos políticos e econômicos, alijada na topografia visual e sonora das decisões políticas, e massificada nas comemorações e desfiles de efemérides. Lançaram mão da pobreza como argumento a ser lembrado, pela voz do narrador, em eventos beneficentes; ou como objeto para as câmeras nas tragédias, infortúnios e ações assistencialistas. Optaram por traduzir a modernidade em instalações fabris, melhoramentos em aeroportos e rodovias, em desfiles de moda, exposições e feiras das novidades de consumo; e a personificaram em gestos e

sorrisos ansiosos por bens duráveis e culturais fora do alcance de grande parte da população, inclusive da própria classe média. Nas ditaduras, alimentaram elogiosas representações cinematográficas das forças armadas, alardeando ações e treinamentos também em tempos democráticos para deter o inimigo interno e externo – que quase sempre existiu apenas no texto de locução das notícias. E em longos planos-sequencia, encenaram os rumos do país capitaneado pela elite política e econômica, enquanto o povo, nas panorâmicas das arquibancadas e nos close-ups de rostos aflitos e exultantes, torcia pelos lances do Brasil em campo.

Em suma, uma estética que não pôde ser detalhada nos limites desta apresentação, mas que é intrínseca à cultura do poder nesses cinejornais – irrestrita às duas ditaduras, pois também deu forma às representações com pouca participação democrática nos anos do governo Kubitschek. Ou seja, uma estética que moldava imagem e som para referendar as atitudes dos palácios e quartéis, donde emanava, de fato, o poder em cena. Para melhor compreendê-la serão necessários seguidos visionamentos das imagens cinematográficas, atentas leituras de documentos correlatos e uma indagação interessada em traduzir a alteridade e recompor a trama dos significados, despindo-os da memória posteriormente estabelecida⁶⁷. Coincidência histórica ou não, os jornais cinematográficos brasileiros acabaram quando o país renascia democraticamente⁶⁸. Neste contexto de recuo da postura antidemocrática no cenário político brasileiro, o elogio ao poder não mais se mostraria em cinejornais, mas as imagens em movimento dessa cultura do poder seguiriam traçando os contornos da sua nação brasileira, especialmente por ondas eletromagnéticas.

⁶⁷ FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, pp. 35-37, 93.

⁶⁸ O Conselho Nacional e Cinema (CONCINE), em Resolução nº117 de 25 de janeiro de 1985, proibiu o teor publicitário nos jornais cinematográficos, e fixou o limite de três minutos de duração. Tais medidas, na prática, minaram toda e qualquer iniciativa dos realizadores de cinejornais.

(Página deixada propositadamente em branco).

**UN'OPERAZIONE DI "MARKETING":
LA PROPAGANDA ALL'ESTERO
DEL CORPORATIVISMO FASCISTA**

Matteo Pasetti

In quanto voce pubblica del settore privato, la pubblicità è la propaganda di un sistema di mercato, proprio come la propaganda è la pubblicità di un sistema centralizzato.

(Robert L. Heilbroner, *Twenty-first Century Capitalism*, 1992)

Il parallelismo tracciato da Robert Heilbroner - noto "economista dissenziente"¹, autore di alcuni libri di grande importanza, a partire dal suo primo lavoro, *The Wordly Philosophers*, datato 1953 - offre uno spunto per affrontare il tema di questo saggio, ovvero la propaganda all'estero del corporativismo fascista. Tra l'attività propagandistica e quella pubblicitaria, in effetti, esistono almeno un paio di evidenti analogie, che vorrei brevemente richiamare perché poi forniranno alcune chiavi di lettura del caso specifico.

La prima riguarda il loro funzionamento: la pubblicità commerciale e la propaganda politica utilizzano gli stessi strumenti e le stesse

¹ ALACEVICH M., *Heilbroner, economista della storia*, in HEILBRONER R. L., *Il capitalismo del XXI secolo*, Milano: Bruno Mondadori, 2006, p. IX.

tecniche comunicative, con modalità che nel corso del XX secolo sono diventate via via più consapevoli e complesse. Ciò, fra l'altro, ha portato a una crescente professionalizzazione delle figure addette alla comunicazione pubblica, sia commerciale sia politica, con un frequente passaggio dall'uno all'altro dei due campi. La seconda analogia concerne invece le finalità: la pubblicità commerciale e la propaganda politica hanno lo scopo ultimo di vendere un prodotto (o più propriamente, nel caso della propaganda, di fare proselitismo, creare nuovi adepti, rafforzare il consenso), ma prima ancora mirano entrambe ad attirare attenzione attorno a un "marchio", a suscitare curiosità, aspettative, desideri. Dunque la propaganda consiste, senza dubbi, in un insieme di tecniche e azioni volte a influire sull'opinione pubblica, al fine di orientare le masse verso determinati comportamenti collettivi (come si può apprendere fin dalla prima teorizzazione della pratica in epoca moderna, proposta da Edward Bernays nel 1928²); ma nondimeno funziona e va considerata come uno strumento di affermazione identitaria.

Da questo punto di vista, il fascismo italiano rappresenta un caso paradigmatico. "Si trattò - si legge nella voce sulla propaganda scritta da Gianpasquale Santomassimo per il *Dizionario del fascismo* Einaudi - di un'esperienza del tutto inedita nella storia italiana e, in fondo, nell'intera storia occidentale: un prodotto politico 'venduto' e imposto in regime di monopolio con le tecniche di un prodotto commerciale"³. Se la professionalizzazione della comunicazione politica ebbe i suoi pionieri nei consulenti elettorali americani degli anni Trenta⁴, si può comunque considerare all'avanguardia nel

² BERNAYS E., *Propaganda*, New York: Liveright, 1928 (trad. it. *Propaganda. Della manipolazione dell'opinione pubblica in democrazia*, Bologna: Lupetti, 2009).

³ SANTOMASSIMO G., *Propaganda*, in *Dizionario del fascismo*, a cura di De Grazia V. e Luzzatto S., Torino: Einaudi, 2002-2003, vol. II, p. 434.

⁴ CACCIOTTO M., *Marketing politico. Come vincere le elezioni e governare*, Bologna: il Mulino, 2011, p. 20.

marketing politico anche l'Italia fascista. Il regime di Mussolini aveva infatti una concezione molto nitida delle tecniche pubblicitarie, delle loro potenzialità, dell'importanza sia nelle dinamiche politiche interne, sia - e forse ancor di più - nell'arena internazionale. E come si vedrà, un fattore decisivo della capacità propagandistica del fascismo, soprattutto all'estero, fu l'investimento di energie (intellettuali e organizzative) nella promozione di un tema chiave: il corporativismo.

Strategia e obiettivi della propaganda fascista all'estero

Dopo che una prima stagione storiografica, aperta negli anni Settanta del secolo scorso, ha ampiamente descritto il funzionamento della "fabbrica del consenso" allestita dal regime di Mussolini per manipolare l'opinione pubblica italiana⁵, in tempi più recenti una nuova serie di studi storici sulla propaganda fascista ha rivolto lo sguardo soprattutto all'estero, all'attività di promozione svolta fuori dai confini nazionali⁶. Queste indagini hanno messo in luce che gli apparati del regime riservarono una crescente attenzione all'esportazione di una determinata immagine dell'Italia e del fascismo, con la definizione di una strategia via via più sistematica. Se fin dagli anni Venti, infatti, venne sollevato il problema di come

⁵ L'espressione "fabbrica del consenso" richiama il titolo di un lavoro pionieristico sul tema della propaganda fascista, ancora utile per un inquadramento generale: CANNISTRARO P.V., *La fabbrica del consenso. Fascismo e mass media*, Roma-Bari: Laterza, 1975.

⁶ Cfr. in particolare GARZARELLI B., «Parleremo al mondo intero». *La propaganda del fascismo all'estero*, Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2004; SANTORO S., *L'Italia e l'Europa orientale. Diplomazia culturale e propaganda 1918-1943*, Milano: Angeli, 2005; IVANI M., *Esportare il fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)*, Bologna: Clueb, 2008; CAVAROCCHI F., *Avanguardie dello spirito. Il fascismo e la propaganda culturale all'estero*, Roma: Carocci, 2010.

promuovere nel mondo la cultura e la scienza italiane, fu soprattutto a partire dagli anni Trenta che l'impegno propagandistico all'estero si fece più intenso (una svolta "internazionalista" sancita da Mussolini nel famoso discorso del 27 ottobre 1930, in cui dichiarò che "il fascismo in quanto idea, dottrina, realizzazione, è universale", e quindi si poteva "prevedere una Europa fascista, una Europa che ispiri le sue istituzioni alle dottrine e alla pratica del fascismo"⁷). Con l'intento di centralizzare l'azione, nel 1934 fu creata anche un'apposita struttura di coordinamento, la Direzione generale per la propaganda all'estero, alla quale venne affidato il compito di coadiuvare funzionari e militanti presenti nei paesi stranieri, di diffondere materiale fascista, di organizzare iniziative di vario genere.

Secondo gli stessi precetti del regime, il progetto di esportazione del fascismo richiedeva innanzitutto un'operazione che – riprendendo il parallelismo tra propaganda e pubblicità – si potrebbe definire di "marketing", ovvero di programmazione delle politiche più opportune per collocare un prodotto in un mercato, tra le quali l'individuazione dei potenziali consumatori, degli adeguati canali di diffusione, di slogan e immagini funzionali. Appariva necessario "anzitutto farsi conoscere", seguendo alcune precise modalità, come intimava per esempio "Critica fascista" nel giugno 1930:

Anzitutto farsi conoscere. E non farsi conoscere attraverso le interessate deformazioni straniere, o attraverso le non sempre serene polemiche occasionali, ma farsi conoscere in tutta la grandiosa opera di capolavoro della politica moderna, non permettendo che ci si confonda con i numerosi spunti reazionari che fioriscono nell'Europa d'oggi. [...] Non bisogna dimenticare

⁷ MUSSOLINI B., *Opera omnia*, a cura di Susmel D. e Susmel E., Firenze: La Fenice, 1951-80, vol.XXIV, p.283.

che la politica estera di un paese non si fa soltanto nelle cancellerie delle ambasciate, nelle visite ufficiali o nei pranzi di prammatica, ma si fa penetrando in tutti i centri di vita economica, intellettuale, artistica del paese, si fa nei giornali e nei salotti, nei teatri e nelle accademie, nelle aziende industriali e commerciali e nei cenacoli artistici. [...] Non è necessario sostituire i nostri rappresentanti diplomatici con dei propagandisti politici, ma è urgente però la necessità di affidare i massimi centri nervosi della nostra azione all'estero ad uomini che abbiano la capacità e l'autorità di testimoniare, non solo con la presenza ma con le opere, che cosa è realmente il Fascismo⁸.

In questo passo, la rivista diretta dall'allora ministro delle corporazioni Giuseppe Bottai individuava tre capisaldi fondamentali della strategia propagandistica che si stava delineando per condurre quella che veniva ormai presentata come la "missione civilizzatrice" del regime italiano nel mondo. In primo luogo, era sottolineata l'esigenza di diffondere il nome - si potrebbe quasi dire il marchio - del fascismo, tramite un'autorappresentazione volta a enfatizzare l'originalità del movimento fondato da Mussolini. Il fascismo andava distinto dalle tendenze reazionarie che attraversavano l'Europa del dopoguerra e andava proposto viceversa come forza politica moderna, in grado di risolvere i problemi della società di massa novecentesca non restaurando un passato irrecuperabile, ma avanzando idee nuove. In secondo luogo, il punto di forza di questa autorappresentazione del fascismo come regime modernizzatore doveva consistere non tanto nell'assemblaggio e nella divulgazione di una dottrina politica organica, quanto invece nel richiamo a una precisa esperienza empirica, già attuata con successo in Italia. Il fascismo poteva

⁸ *Fascismo articolo d'esportazione*, in "Critica fascista", 15 giugno 1930, pp. 221-222.

diventare un modello “universale”, ma basato sul concreto esempio del precursore italiano. In terzo luogo, era necessario potenziare l'apparato propagandistico diversificandolo, cioè costruendo una rete composta non solo da ambasciatori, consoli, o militanti fascisti, ma anche da artisti, intellettuali e uomini d'affari. L'immagine dell'Italia fascista doveva essere promossa in tutti gli ambienti, sfruttando nomi più o meno illustri in grado di impersonare il prestigio del paese e quindi, per un falso sillogismo, del regime.

La propaganda fuori dai confini nazionali costituì dunque un capitolo complesso della politica estera del fascismo italiano, sia perché intrecciò temi più apertamente politici ad altri attinenti la sfera culturale, sia perché si servì di tecniche e strategie sofisticate, sia perché fu affidata a un'ampia schiera di apparati, enti e singoli individui. A metà degli anni Trenta, nel momento in cui per centralizzare l'attività entrò in funzione la Direzione generale per la propaganda all'estero, erano stabilmente coinvolti una pluralità di soggetti, con sensibilità e prospettive non sempre coincidenti, tra funzionari del corpo diplomatico, militanti dei Fasci italiani all'estero, esponenti dei Comitati d'azione per l'universalità di Roma (Caur), membri delle associazioni culturali attive in paesi stranieri (come la Società “Dante Alighieri” o gli istituti di cultura presenti nelle varie capitali europee), docenti e giornalisti al servizio del regime per opportunismo e/o per convinzione ideologica.

Il lancio di un *Leitmotiv*: il corporativismo

In questo quadro molto articolato, un elemento unificante fu fornito dalla parola chiave del corporativismo. Fin dagli anni Venti, il dibattito di stampo soprattutto politico-giuridico apertosi in Italia sulle teorie corporative, da un lato, e dall'altro i primi tentativi del governo fascista di mettere in pratica una politica sindacale in

qualche misura ispirata a tali teorie, avevano suscitato una certa attenzione anche all'estero. In diversi paesi, e in vari ambienti, non necessariamente inscrivibili nell'area della destra, il "progetto" corporativo del fascismo italiano era diventato oggetto di studio, spesso anche di ammirazione, in particolare dopo la riforma sindacale del 1926: il riconoscimento legale dei sindacati, il monopolio fascista sugli stessi sindacati, la contrattazione collettiva, l'istituzione della Magistratura del lavoro, la proibizione di scioperi e serrate - cioè tutte le novità introdotte dalla legge firmata dal ministro della giustizia Alfredo Rocco il 3 aprile 1926 - vennero diffusamente giudicati come i pilastri di una nuova organizzazione dei rapporti di lavoro, capace di instaurare un'effettiva pace sociale⁹.

È questo un punto importante, che va sottolineato: non era solo il discorso corporativo messo in circolazione da ideologi e studiosi, tramite una produzione letteraria sempre più copiosa, a essere recepito all'estero, e in certi casi a diventare fonte di ispirazione per un rinnovamento del pensiero politico; ma erano anche o soprattutto determinati interventi legislativi, specifici provvedimenti politici del governo di Mussolini a essere presi in considerazione, perché interpretati come un primo passo verso l'edificazione di un nuovo ordinamento. In breve, l'attrazione per il corporativismo fascista fu dettata in parte da convergenze ideologiche, ma in parte ancor più rilevante dall'esperienza empirica del regime italiano, nonché dalla rappresentazione di tale esperienza diffusa nella sfera pubblica italiana e internazionale. Tutto ciò corrispondeva esattamente al tipo di approccio che sarebbe stato invocato - si pensi all'articolo citato da "Critica fascista" - per la propaganda all'estero.

⁹ Sulla capacità della riforma sindacale del 1926 di consolidare il rapporto tra regime fascista e vari segmenti della società italiana, cfr. PASETTI M., *Neither Bluff nor Revolution: The Corporations and the Consolidation of the Fascist Regime (1925-1926)*, in ALBANESE G., PERGHER R. (eds.), *In the Society of Fascists: Acclamation, Acquiescence and Agency in Mussolini's Italy*, New York: Palgrave MacMillan, 2012.

Il motivo per cui già a metà degli anni Venti la politica corporativa avviata in Italia suscitava curiosità anche all'estero e produceva prime schiere di ammiratori era essenzialmente uno: l'efficacia che stava mostrando nella lotta contro la conflittualità nel mondo del lavoro. A patto di sorvolare sulla natura liberticida della legge Rocco, il nuovo ordinamento sindacale sembrava far compiere un significativo passo avanti nel superamento della più grave questione sociale esplosa nel dopoguerra (ma che agli occhi di alcuni osservatori risaliva addirittura alla Rivoluzione francese): tramite l'indirizzo corporativo, infatti, il fascismo italiano pareva inaugurare un'armonica organizzazione del sistema produttivo, basata sulla collaborazione di classe e quindi sulla soppressione del conflitto tra lavoratori e imprenditori. Era in tale ottica che uno dei primi apologeti francesi di Mussolini, Georges Valois, interpretava l'esperienza italiana come "soluzione del problema europeo":

[Il fascismo] - scriveva Valois nel 1926, in un testo programmatico subito tradotto anche in Italia - ha imposto al capitalismo una disciplina nazionale e sociale. Ed è riuscito. Per sviluppare la sua opera, ha posto dei dittatori economici a capo di ogni provincia, per presiedere all'organizzazione razionale della produzione. [...] Sembra, così, trovata la soluzione del problema europeo. È la creazione dello Stato unitario fascista, al di sopra dei partiti e delle classi, e capace, appoggiandosi sui combattenti, gli operai e i contadini, di disciplinare queste prodigiose forze economiche lanciate nel mondo moderno; forze che, indisciplinate, metterebbero tutta l'Europa in pericolo, e che, disciplinate, ci daranno il benessere, oggi insospettato¹⁰.

¹⁰ VALOIS G., *Il fascismo francese*, Roma: Giuseppe Marino, 1926, pp. 24-25.

Non solo in alcuni ambienti politici dell'estrema destra francese, ma anche nel campo degli studi giuridici si riconosceva al fascismo italiano uno sforzo innovatore. La legislazione del 1926 aveva inaugurato - scriveva, facendo eco a Valois, Edmond Fucile nella sua tesi di dottorato - "un'esperienza suprema di collaborazione tra le classi":

Il fascismo ha avuto il merito storico di ristabilire legalmente l'equilibrio tra le classi, di piazzarsi tra loro con una funzione di arbitro e potere moderatore, di provvedere a impedire che una schiacci l'altra e che dalla loro lotta derivi l'indebolimento dello Stato e la miseria dei cittadini¹¹.

Prima ancora che si potesse parlare di un consapevole impegno propagandistico da parte del regime fascista e della diffusione di una dottrina corporativa con i crismi dell'ufficialità, la politica sindacale avviata in Italia tra il 1925 e il 1926 fornì un esempio concreto di "realizzazione della pace sociale", come sosteneva fra gli altri l'olandese Herman de Vries de Heekelingen (fondatore a Losanna nel 1927 del Centro internazionale di studi sul fascismo), in un volume intitolato significativamente *Il fascismo e i suoi risultati*, nel quale aggiungeva che la direzione intrapresa dal governo di Mussolini piaceva perfino ad alcuni avversari, o ex-avversari¹². Naturalmente,

¹¹ FUCILE E., *Le Mouvement Syndical et la réalisation de l'État Corporatif en Italie*, Paris: Librairie des Sciences Politiques et Sociales, 1929, p.11 (traduzione mia). L'autore era un oscuro studente di diritto e scienze economiche all'Università di Parigi, ma anche per questo le sue parole sono sintomatiche di un certo clima accademico.

¹² Cfr. VRIES DE HEEKELINGEN H., *Il fascismo e i suoi risultati*, Milano: Alpes, 1927, p. 95 (ed. or. *Le fascisme et ses résultats*, Bruxelles: Social éditions, 1927). L'autore faceva riferimento in particolare al gruppo di sindacalisti (guidato da Ludovico D'Aragona e Rinaldo Rigola) che all'inizio del 1927 avevano dato vita all'Associazione nazionale di studi sui problemi del lavoro, assumendo una posizione di "fiancheggiamento" del regime fascista. Per un approfondimento su questo caso, rinvio a PASETTI M., *Uma resposta ambígua: o sindicalismo reformista perante o fascismo nos anos da construção do regime*, in CORDEIRO C. (coordenação), *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*, Coimbra-Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 285-296.

gli apparati del regime avrebbero presto approfittato della fortunata ricezione della politica sindacale, trasformando il progetto del corporativismo nel *Leitmotiv* della propaganda all'estero¹³.

A sua volta, per quanto destinata a rimanere in massima parte inevasa, la Carta del lavoro emanata nell'aprile 1927 attirò ulteriormente i riflettori sull'esperimento italiano: con questo documento programmatico, sorta di dichiarazione d'intenti su quello che il corporativismo avrebbe dovuto realizzare, il fascismo sembrava prefissare direttive di sviluppo dell'ordinamento corporativo universalmente valide. Come si declamava sulla stampa fascista più attenta alle reazioni dell'opinione pubblica straniera, l'importanza "epocale" della Carta risiedeva nel suo "valore intrinseco", in una congiuntura storica - il "presente momento della lotta sociale in Europa" - in cui apparivano in difficoltà sia le democrazie parlamentari, sia la rivoluzione collettivista sovietica, sia i regimi autoritari di stampo poliziesco¹⁴. In "Informazioni corporative", una rivista inaugurata nel 1928 e particolarmente sollecita nel riportare politiche e dibattiti sui problemi sindacali da tutti i paesi del mondo, era persistente la convinzione che il corporativismo rappresentasse ormai la principale fonte di legittimazione del fascismo italiano nello scenario internazionale:

La concezione corporativa dello Stato, il diritto corporativo, le realizzazioni che si vanno con rapidità concretando in dipendenza della legislazione e della pratica corporativa [si noti bene: le "realizzazioni", la "legislazione", la "pratica"], destano all'estero

¹³ *Leitmotiv*, è forse il caso di precisarlo, significa motivo ricorrente, ma non motivo unico: per diffondere la propria immagine all'estero il fascismo continuò a servirsi anche di strumenti (come il turismo) e miti (come quello della civiltà latina) che poco o nulla avevano a che fare con il corporativismo. Su questi due esempi, cfr. PRETELLI M., *Il fascismo e l'immagine dell'Italia all'estero*, in "Contemporanea", 2008, 2.

¹⁴ SIGNORETTI A., *La "Carta del lavoro" giudicata all'estero*, in "Gerarchia", maggio 1927, pp. 399-401.

curiosità ed interesse. Da taluni si studia e si discute, da altri si loda. [...] Il contatto che il corporatismo italiano ha preso colla vita estera, attraverso l'Organizzazione Internazionale del Lavoro, la Conferenza annuale e l'Ufficio Permanente del Lavoro, o attraverso la corrispondenza con amministrazioni pubbliche e con studiosi stranieri, o colla stampa, ne mostra la forza espansiva. Non vogliamo dire che l'universo lo voglia già prendere ad esempio; ma, senza dubbio, lo si guarda come un tentativo di creazione che si impone e che attrae¹⁵.

Ma non solo sulla stampa, anche all'interno del ministero delle Corporazioni (istituito con un decreto legge del luglio 1926 e guidato fino al 1932 da Bottai) cresceva l'interesse per la prospettiva di sfruttare l'esperienza italiana al fine di imporre all'estero una precisa immagine del regime fascista. In una relazione presentata a metà del 1928, per esempio, Luigi Adolfo Miglioranza, membro della Commissione permanente di studi corporativi, sottolineava la necessità di coordinare il dibattito sul corporativismo, o in un certo senso di imporre un marchio fascista su tale dibattito:

Due intense annate di realizzazioni corporative [si noti bene: "realizzazioni"] hanno ormai dimostrato la necessità, non di fare della propaganda del corporativismo nel senso tradizionale, e cioè di raccogliere simpatie e adesioni e seguaci negli altri paesi - ciò che al Fascismo non interessa, al Paese neppure - bensì di regolare, e diremmo addirittura, disciplinare le vaste e intense e crescenti di numero e di intensità correnti di adesione, di

¹⁵ *Nota della quindicina*, in "Informazioni corporative", 10 luglio 1928, p. 1.

simpatia, o magari di semplice, ma marcata, attenzione che negli altri paesi si sono manifestate verso il nostro esperimento¹⁶.

Dal 1927-28 in poi, il corporativismo divenne insomma il Leitmotiv dell'attività propagandistica all'estero, perché dava la possibilità di mettere in risalto la presunta componente "sociale" e "moderna" della dittatura. Risalgono infatti a quel periodo una serie di iniziative dedicate espressamente a tale scopo, affidate a un'apposita Commissione per la propaganda corporativa all'estero, posta alle dipendenze del ministero delle Corporazioni¹⁷. Le prime di queste iniziative furono la traduzione della Carta del lavoro in quattro lingue europee; la pubblicazione di manuali destinati al pubblico straniero; la redazione di un notiziario in francese, il "Feuille d'informations corporatives", che sarà stampato fino al 1943; l'organizzazione di cicli di conferenze (ad esempio nel 1928 il ministro Bottai presentò la Carta del lavoro a Budapest in aprile, mentre Carlo Costamagna tenne una serie di lezioni di diritto corporativo all'Università di Losanna in ottobre); l'invio dei testi più significativi a rappresentanze diplomatiche, istituti scientifici, biblioteche, studiosi di tutto il mondo. Data la natura del tema, i principali destinatari di una simile campagna propagandistica non potevano essere che ristrette élite intellettuali, o tutt'al più esponenti di movimenti politici o sindacali. Come se l'intera operazione derivasse da una consapevole strategia di marketing, il regime mirava a intercettare innanzitutto schiere di *opinion makers*, che avrebbero funzionato come diffusori all'estero dell'esperienza corporativa italiana e avrebbero forse contribuito anche a porre il marchio fascista sull'idea stessa del corporativismo.

¹⁶ *Questioni e problemi del giorno*, in "Informazioni corporative", 25 luglio 1928, p. 142.

¹⁷ Ne dà conto, fra gli altri, NAPOLITANO G., *La propaganda corporativa nella rivoluzione fascista*, Napoli: Pescarolo, 1932.

Ciò non toglie che in qualche occasione venissero lanciate iniziative per un pubblico più ampio e generico. Rientra in questa tipologia la scelta, sempre per volere del ministro Bottai, di riservare al tema del corporativismo una sala del padiglione italiano all'Esposizione internazionale di Barcellona del 1929. Affidato al Commissario generale Raimondo Targetti, l'allestimento della Mostra corporativa fu realizzato con una serie di pannelli sull'attività delle corporazioni, alcuni quadri descrittivi degli interventi nel campo dell'assistenza sociale e della cooperazione, un plastico di presentazione del progetto di bonifica integrale¹⁸. Affiancando a questa installazione altre sul turismo, sui trasporti, sui mezzi di comunicazione, l'intenzione era trasmettere - non solo a un novero di addetti ai lavori, ma in linea di principio a una platea "universale" - l'idea della modernità raggiunta dall'Italia grazie alle politiche economiche e corporative del fascismo.

Universalità e originalità del corporativismo fascista

Se la ricezione all'estero del corporativismo fascista fu dettata, perlomeno in una prima fase, da un interesse spontaneo per un'esperienza che appariva per vari aspetti originale, il lancio di una campagna propagandistica imperniata proprio su tale tema contribuì a trasformare l'esempio italiano in modello "universale", legittimando il regime sulla scena politica internazionale. Il principale promotore di questa operazione di "marketing" fu appunto il ministro delle corporazioni Bottai, che alla fine degli anni Venti, con l'obiettivo di alimentare il dibattito su scala europea, progettò fra l'altro di

¹⁸ Si veda il catalogo curato dal Commissario generale del governo: TARGETTI R., *La Partecipazione Italiana all'Esposizione Internazionale di Barcellona 1929*, Milano: Studio Editoriale Turistico, 1930.

istituire a Ginevra un Centro di cultura corporativa (poi rimasto sulla carta per mancanza di fondi) e si adoperò per aprire presso il suo ministero un ufficio rapporti con l'estero e sedi di corrispondenti nelle maggiori città straniere¹⁹.

Negli anni successivi, l'esplosione della crisi economica funzionò da cassa di risonanza per la propaganda corporativa fascista: ora l'apparente crollo del sistema capitalistico mondiale sembrava travolgere nondimeno le istituzioni liberal-democratiche e allargava l'interesse generale per la ricerca di soluzioni alternative. Da tutta Europa e dagli Stati Uniti provenivano apprezzamenti sempre più frequenti per la politica economica e sociale del regime di Mussolini, che, come sosteneva la vulgata propagandistica, appariva in grado di affrontare al meglio la crisi, preservando l'Italia dalle più drammatiche derive di altri paesi.

A distanza di alcuni decenni, e non senza una certa fatica, gli studi storici avrebbero dimostrato l'infondatezza della presunta eccezionalità italiana nel tracollo economico degli anni Trenta: diversi indicatori (variazione del prodotto interno lordo, reddito reale, instabilità dei prezzi ecc.) rivelano che anche l'Italia subì pesantemente la crisi, in misura non dissimile dalla media dei paesi occidentali (solo i casi limite della Germania e degli Stati Uniti si differenziarono in maniera significativa). Semmai, una parziale tenuta della produzione e dell'occupazione - perlomeno nel settore agricolo, meno esposto agli effetti della Grande depressione - derivò dall'arretratezza dell'economia italiana e, paradossalmente, dalla precedente fase di ristagno del 1926-27²⁰. Se la Grande depressione apparve insomma colpire in forme più lievi l'Italia, fu da un lato

¹⁹ Cfr. GARZARELLI, *«Parleremo al mondo intero»*, cit., p. 18.

²⁰ Cfr. CIOCCA P., *Ricchi per sempre? Una storia economica d'Italia (1796-2005)*, Torino: Bollati Boringhieri, 2007, pp.193-5. Per un complessivo inquadramento del caso italiano nelle crisi del capitalismo, cfr. inoltre FRASCANI P., *Le crisi economiche in Italia. Dall'Ottocento a oggi*, Roma-Bari: Laterza, 2012.

perché un livello inferiore di sviluppo economico rendeva meno drastica la caduta, da un altro per l'abilità propagandistica del regime nel divulgare una visione edulcorata della realtà, e da un altro ancora per l'effettiva capacità di tenere sotto controllo il malessere sociale tramite meccanismi coercitivi, garantiti anche dall'ordinamento sindacale corporativo.

Fatto sta che negli anni Trenta, dentro e fuori i confini nazionali, era diffusa l'idea che la situazione italiana fosse meno drammatica, soprattutto dal punto di vista della tenuta sociale. Le pagine di "Informazioni corporative" erano piene di commenti positivi riportati dalla stampa di tutto il mondo; come, per esempio, il seguente di Ernest Lémonon, un economista francese che ben conosceva l'Italia per esservi stato più volte inviato come funzionario ministeriale, convinto ammiratore del sistema corporativo fascista:

Se la situazione economica attuale dell'Italia è un poco depressa (l'Italia non è del resto il solo paese in periodo di depressione) le sue condizioni sociali sono estremamente favorevoli. L'idea dell'unione delle classi per la grandezza della Nazione, diffusa con tenacia in tutti gli ambienti, ha creato uno stato d'animo essenzialmente salutare per lo sviluppo della produzione. Operai e padroni collaborano. Questo è un metodo²¹.

Apprezzamenti di tenore analogo si susseguivano e venivano a loro volta riutilizzati dalla propaganda fascista, portati a dimostrazione del prestigio che il regime corporativo italiano stava acquisendo in tutto il mondo. Promettendo di eliminare l'instabilità e i conflitti della democrazia rappresentativa, il corporativismo fascista si era

²¹ *Rassegna della stampa*, in "Informazioni corporative", 25 aprile 1931, p.634, che traduceva con il titolo *Stato corporativo del fascismo* un articolo di Ernest Lémonon pubblicato in "Revue Bleue", 19 marzo 1931.

ormai ritagliato uno spazio tra le idee “politicamente determinanti”, poiché “sembrava rispondere sia alle sfide dei conflitti di classe sia al desiderio di partecipazione individuale ai processi decisionali riguardanti l’economia”²².

In un discorso all’assemblea della Società delle nazioni del settembre 1931, Bottai poteva così celebrare il corporativismo come principio “universale”, unico criterio ispiratore di una “rinascita economica del mondo”. In una visione proto-globalizzata del sistema economico mondiale come “*complesso di entità economiche saldamente collegate*, nel quale il movimento delle merci, dei capitali e degli uomini potenzi al massimo ed equilibri la capacità di produzione e di consumo”, Bottai riteneva indispensabile un riassetto delle singole economie nazionali secondo un modello generale, che la stessa Società delle nazioni avrebbe dovuto propagandare e diffondere “negli ambienti agrari, industriali e commerciali di tutti i paesi”. A tal fine, era auspicabile l’incontro e la cooperazione, nelle sedi di Ginevra, tra i rappresentanti dei vari organismi istituzionali di impronta corporativa, che “dopo la guerra, in un gran numero dei paesi europei ed extraeuropei”, erano stati creati per coadiuvare i governi nelle questioni di ordine economico. Tra quelli menzionati a mo’ d’esempio dal ministro italiano, comparivano il Conseil consultatif économique in Francia e il Reichswirtschaftsrat in Germania; ma, naturalmente, il prototipo al quale attenersi era indicato nel Consiglio delle corporazioni fascista, che “esercita[va] da due anni funzioni importanti, specie per quel che concerne[va] le relazioni fra datori di lavoro e prestatori di opera [...] nel senso

²² MÜLLER J.-W., *L’enigma democrazia. Le idee politiche nell’Europa del Novecento*, Torino: Einaudi, 2012, p. 141 (ed. or. *Contesting Democracy: Political Ideas in Twentieth-Century Europe*, New Haven: Yale University, 2011).

di un'armonica coordinazione di tutte le forze economiche del paese"²³.

“Universalità” del corporativismo, dunque, in un periodo in cui andavano rafforzandosi le iniziative di internazionalizzazione del movimento fascista (che portarono, nel luglio 1933, alla nascita dei Caur, i Comitati d'azione per l'universalità di Roma)²⁴. Al contempo, tuttavia, lo stesso Bottai non perdeva occasione, in tutti i suoi interventi destinati a un pubblico internazionale, per ribadire che il sistema corporativo italiano non andava confuso con altri - seppur per certi aspetti analoghi - ordinamenti sindacali, o organi consultivi, o esperienze di mediazione istituzionale degli interessi socio-economici. L'unico effettivo esperimento corporativo era quello attuato dal fascismo italiano. Lo dichiarò già nel 1928, Bottai, nel discorso tenuto all'XI conferenza del Bureau international du travail²⁵; e lo avrebbe ripetuto per tutto il decennio successivo e ancora nel 1940, quando, procedendo a una comparazione tra l'ordinamento italiano e quello che più di ogni altro gli assomigliava, ovvero l'Estado Novo portoghese, si premurò di riassegnare allo stato corporativo fascista una patente di autenticità, una primogenitura:

Vi sono, fra i due ordinamenti, forti analogie, ma anche considerevoli differenze, dovute a varie cause, generalmente di natura politica, storica o ambientale. [...] Il corporativismo

²³ Il discorso di Bottai venne riportato anche in “Informazioni corporative”, 25 settembre 1931, con il titolo *Il Consiglio delle Corporazioni dinanzi alla Società delle Nazioni* (da qui sono tratte le citazioni).

²⁴ Sul tema, oltre al pionieristico lavoro di LEDEEN M.A., *L'internazionale fascista*, Roma-Bari: Laterza, 1973 (ed. or. *Universal Fascism*, New York: Howard Fertig, 1972), cfr. CUZZI M., *L'Internazionale delle camicie nere. I Caur, Comitati d'azione per l'universalità di Roma 1933-1939*, Milano: Mursia, 2005; ID., *Antieuropa. Il fascismo universale di Mussolini*, Milano: M&B Publishing, 2006.

²⁵ Pronunciato a Ginevra l'11 giugno 1928, il discorso è riportato con il titolo *La nuova grande democrazia italiana* in BOTTAI G., *Scritti*, a cura di Bartolozzi R. e Del Giudice R., Bologna: Cappelli, 1965, pp. 118-120.

italiano è l'espressione centrale del Fascismo; e, in quanto tale, è un sistema a sé stante, che presenta caratteri d'originalità e superiorità nei confronti degli altri sistemi politico-economici [...]. Potrà discutersi fino a qual punto il corporativismo portoghese, nei suoi postulati e nella sua attuazione, si riallacci alla dottrina cristiano-sociale, e fino a quale tenga conto della dottrina e dell'esperienza del corporativismo fascista. Non può però mettersi in dubbio, che a tale dottrina ed esperienza il legislatore portoghese abbia guardato e guardi, nel mentre procede alla costruzione dell'edificio corporativo²⁶.

Ma proprio in questa ambigua distinzione tra l'universalità della soluzione corporativa e l'originalità del modello italiano consisteva l'essenza dell'operazione di "marketing" promossa dal ministro delle corporazioni e condotta dalla propaganda del regime: la rivendicazione di un brevetto per il corporativismo moderno, l'imposizione di un "marchio" su una dottrina che – com'è noto – tra le due guerre mondiali conobbe una pluralità di interpreti e di versioni, non tutte riducibili a quella dittatoriale fascista²⁷.

Amplificata dalla crisi economica, la propaganda corporativa all'estero non risentì molto nemmeno dell'esautoramento del suo principale promotore, Bottai, che nel luglio 1932 venne deposto da ministro delle corporazioni e trasferito alla presidenza dell'Istituto nazionale fascista della previdenza sociale. Tramite i canali ormai predisposti, ai quali si aggiunse nel 1934 la Direzione generale per la propaganda all'estero, la campagna fascista oltre confine continuò a insistere sulla definitiva deriva del capitalismo liberale

²⁶ BOTTAI G., *Il corporativismo in Italia e nel Portogallo*, in *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo*, Roma: Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 547-558.

²⁷ Per un'introduzione ai diversi corporativismi, cfr. WIARDA H., *Corporatism and Comparative Politics. The Other Great "Ism"*, New York: M.E. Sharpe, 1997.

e degli ordinamenti parlamentari, proponendo la via corporativa e autoritaria come l'unica percorribile.

Dopo la rimozione di Bottai, semmai, si ritagliò un ruolo di maggior rilevanza Mussolini, che dal discorso del 14 novembre 1933 davanti al Consiglio nazionale delle corporazioni elevò il corporativismo a ideologia dell'epoca²⁸. Non a caso, nel 1935 la Direzione per la propaganda all'estero curò l'edizione di un opuscolo, *Quattro discorsi sullo Stato corporativo*, che raccoglieva appunto i discorsi corporativi pronunciati da Mussolini tra il novembre 1933 e il novembre 1934 (con in appendice la Carta del lavoro, i principali testi legislativi, alcuni cenni sull'ordinamento sindacale-corporativo). Tradotto in francese, inglese, portoghese, spagnolo, tedesco, ungherese, serbo-croato, l'opuscolo conobbe una grande diffusione in tutta Europa e fu riedito con il titolo *Lo Stato corporativo* nel 1936 e di nuovo nel 1938 (con l'aggiunta di due nuovi discorsi di Mussolini e un commento alla Carta del lavoro). L'immagine dell'Italia che si intendeva diffondere era quella di un paese "all'avanguardia di tutti i paesi del mondo"²⁹:

Riconosciuto che la crisi è del sistema, e quanto è accaduto e accade lo riconferma, bisogna coraggiosamente andare verso la creazione di un nuovo sistema, il nostro: l'economia disciplinata, potenziata, armonizzata, in vista soprattutto di una utilità collettiva, dai produttori stessi, imprenditori, tecnici, operai, attraverso le Corporazioni create dallo Stato, il quale rappresenta il tutto e cioè anche l'altra faccia del fenomeno: il mondo del consumo³⁰.

²⁸ Cfr. MUSSOLINI, *Opera omnia*, cit., vol.XXVI, pp. 86-96.

²⁹ MUSSOLINI B., *Quattro discorsi per lo stato corporativo*, Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1935, p. 29.

³⁰ *Ibidem*, p. 34.

Mentre nella seconda metà degli anni Venti la circolazione transnazionale di progetti corporativi, a partire dall'esperienza in fieri italiana, fu legata soprattutto all'idea della pacificazione sociale, all'obiettivo di sopprimere la conflittualità nei luoghi di lavoro, alla visione della cooperazione tra tutte le componenti del sistema produttivo, nella prima metà degli anni Trenta il corporativismo rappresentava ormai, perlomeno nei dettami della propaganda fascista, un modello "universale" di organizzazione economica e politica della società di massa, esportabile ovunque come strumento per ripristinare il buon funzionamento dell'economia mondiale (fermo restando che la logica di fondo rimaneva la piena valorizzazione del proprio stato nazionale). Di fronte alla duplice crisi del capitalismo e delle democrazie liberali, il corporativismo veniva così promosso a vera e unica alternativa al comunismo sovietico, che proprio negli stessi anni stava conoscendo un sorprendente successo in termini di produttività industriale, con il lancio dei primi due piani quinquennali. Lo stereotipo di un mondo capitalistico in declino irreversibile e di un mondo socialista in ascesa inarrestabile, diffuso su scala globale dagli apparati propagandistici sovietici, trovò così un alter ego nel mito della "terza via" corporativa³¹.

Nuovi miti per la propaganda fascista

Solo nella seconda metà degli anni Trenta il tema del corporativismo nella propaganda fascista all'estero subì un parziale ridimensionamento. I mutamenti dello scenario politico europeo (il successo del nazismo in Germania; l'embargo contro l'Italia in

³¹ Sulla contemporanea fortuna "globale" del mito del corporativismo e di quello del comunismo, cfr. rispettivamente SANTOMASSIMO G., *La terza via fascista. Il mito del corporativismo*, Roma: Carocci, 2006, pp.181-206; PONS S., *La rivoluzione globale. Storia del comunismo internazionale*, Torino: Einaudi, 2012, pp. 88-98.

seguito alla conquista coloniale dell’Etiopia; lo scoppio della guerra civile in Spagna e il coinvolgimento delle potenze straniere) e alcuni riassetto degli equilibri interni (tra cui l’ulteriore accentramento della propaganda nelle stanze dei ministeri degli Esteri e della Cultura popolare) portarono a una dicotomia più netta tra fascismo e antifascismo sul piano internazionale, a un’irrigimentazione del dibattito sul corporativismo (fino ad allora connotato da una relativa apertura), nonché a un oscuramento dell’idea del fascismo universale³². Il *Leitmotiv* del corporativismo scivolò così in secondo piano, ora sopravanzato da altri temi propagandistici, legati soprattutto alla politica imperialista condotta da Mussolini.

A partire dal 1935, infatti, il tema dell’impero divenne il motivo dominante di una propaganda che insisteva in particolare su due nuclei retorici: 1) il culto dell’antica Roma, il mito dell’“impero romano” e della “romanità”, sulla base del quale si delineava un imperialismo innervato da una visione storico-culturale intrinsecamente razzista, con la pretesa di riportare in auge la “civiltà latina” e di ribadire il “primato” sulle altre civiltà del mondo; 2) l’idea dell’espansionismo demografico, il mito di un “impero del popolo” o “impero del lavoro”, in base al quale l’imperialismo italiano era giustificato dalla necessità di dotare il paese di un grande spazio coloniale, immaginato come una “frontiera”, una sorta di Far West da conquistare per risolvere il problema della sovrappopolazione, ovvero per promuovere una migrazione di lavoratori, e soprattutto di manodopera, al fine di alleviare l’eccessivo peso demografico sul mercato del lavoro italiano³³.

Anche in questa fase, comunque, il discorso corporativo continuò a costituire un serbatoio di idee, miti e slogan a disposizione della propaganda di regime, sia in patria che oltre confine. Per esempio, ai

³² Cfr. CAVAROCCHI, *Avanguardie dello spirito*, cit., pp. 84-86.

³³ Sulla propaganda colonialista del fascismo, cfr. LABANCA N., *Oltremare. Storia dell’espansione coloniale italiana*, Bologna: il Mulino, 2002, pp. 237-253.

due miti centrali della retorica imperialista fascista - l'“impero romano” e l'“impero del lavoro” - se ne aggiunse un altro che prospettava un modello di impero, o più precisamente di governo dell'impero, definito dagli stessi promotori “colonialismo corporativo”³⁴. Il progetto consisteva nell'esportare nelle colonie il sistema corporativo, creando una comunità di lavoro fondata sulla cooperazione tra tutti i soggetti produttivi, nell'interesse collettivo della madrepatria, ma anche per la valorizzazione economica degli stessi territori coloniali.

Nonostante il discorso del “colonialismo corporativo” avesse minor forza icastica, minor possibilità di influenzare l'immaginario popolare, rispetto ai miti della romanità e della colonizzazione demografica, questa rappresentazione appariva funzionale alla legittimazione dell'imperialismo fascista agli occhi dell'opinione pubblica internazionale. Mentre sia la retorica della romanità sia quella dell'espansione demografica, per quanto rideclinate in chiave fascista, erano elementi già presenti nella propaganda di età liberale, il discorso del “colonialismo corporativo” rinnovava la “missione civilizzatrice” del colonialismo italiano, per così dire fascistizzandola. La teorizzazione e tanto più la realizzazione di una politica corporativa nei possedimenti d'oltremare avrebbero dimostrato infatti l'esistenza di un modello coloniale propriamente fascista, diverso da tutti gli altri (del passato e del presente), contribuendo così a rafforzare l'autorappresentazione del fascismo come forza politica inedita, innovativa, originale, che era da sempre l'obiettivo principale della propaganda di regime.

Se la parola d'ordine del corporativismo, da un lato, venne introdotta anche nelle colonie, dall'altro nella seconda metà degli

³⁴ Cfr. per esempio D'AGOSTINO ORSINI DI CAMEROTA P., *Colonialismo corporativo*, in “Rassegna economica dell'Africa Italiana”, luglio 1938 e maggio 1939. Sulla legislazione corporativa nell'Africa orientale italiana, si veda PODESTÀ G.L., *Il mito dell'impero. Economia, politica e lavoro nelle colonie italiane dell'Africa orientale 1898-1941*, Torino: Giappichelli, 2004, pp. 265-287.

anni Trenta conservò importanza come veicolo del fascismo italiano soprattutto in Europa orientale, e in particolare in Bulgaria, Ungheria, Romania, Lituania. Nello stato baltico, per esempio, il corporativismo rimase il tema più sfruttato, specialmente allo scopo di contrastare la propaganda sovietica. A tal fine, secondo le indicazioni date dal regime italiano, gli opuscoli concernenti la legislazione del lavoro fascista dovevano rivolgersi in lingua lituana direttamente alla classe operaia e ai ceti popolari³⁵. Ma com'è stato notato in sede storiografica, nei paesi dell'Europa orientale la propaganda corporativa serviva anche per influenzare i diversi gruppi di destra e arginare la penetrazione ideologica del nazismo tedesco, che sul finire del decennio stava conquistando una netta supremazia³⁶. Ancora durante la Seconda guerra mondiale il fascismo italiano continuò a utilizzare il suo vecchio *Leitmotiv*, saldamente intrecciato al mito della costruzione di una "nuova Europa"³⁷. Tuttavia, se il corporativismo poteva ancora esercitare una certa presa in ambienti accademici, la sua forza di persuasione delle masse risultò molto più limitata. Da questo punto di vista, la capacità di "marketing" degli apparati fascisti, vale a dire la capacità di individuare i giusti interlocutori e proporre gli slogan più appropriati, si era appannata.

Nel complesso, per quanto sia difficile valutare la ricezione e gli effetti di strategie comunicative, nell'arco di un'esperienza quindicennale (metà anni Venti - fine anni Trenta) la propaganda del corporativismo fascista all'estero conseguì almeno un duplice risultato. In primo luogo, venne diffusa un'autorappresentazione della politica corporativa fascista, che ne metteva in risalto i presunti

³⁵ Cfr. SANTORO, *L'Italia e l'Europa orientale*, cit., p. 306.

³⁶ Cfr. BOREJSZA J.W., *Il fascismo e l'Europa orientale. Dalla propaganda all'aggressione*, Roma-Bari: Laterza, 1981, pp.189-238 (ed. or. *Rzym a wspólnota faszystowska: o penetracji faszystwu włosiego w Europie Srodkowej, Poludniowej i Wshodniej*, Warszawa: Ksiazka i Wiedza, 1981).

³⁷ Cfr. SANTORO, *L'Italia e l'Europa orientale*, cit., p. 383.

successi e alimentò il mito della “terza via”. In secondo luogo, il regime italiano riuscì ad attribuirsi la potestà del corporativismo, a imporre una sorta di marchio fascista a una dottrina che aveva invece una pluralità di interpreti e ispirò vari progetti istituzionali, ordinamenti sindacali, interventi legislativi in tutta Europa.

In questo senso, divulgando all'estero la propria esperienza corporativa (dottrinale e politica), il regime fascista italiano mise in atto un'operazione propagandistica che aveva innanzitutto modalità e finalità pubblicitarie: l'obiettivo consisteva non solo nel “vendere il prodotto”, ma anche nel “far conoscere il marchio”; fuor di metafora, si voleva non solo fare nuovi proseliti, creare consenso, allargare il numero degli adepti, ma anche stabilire il monopolio su un “prodotto” (il corporativismo) che in realtà aveva radici ideologiche in diverse tradizioni politiche e nazionali. Ricorrendo a vari strumenti e tecniche comunicative, venne organizzata un'operazione di “marketing” che ebbe un indubbio successo, tanto da screditare definitivamente il concetto stesso di corporativismo, che nel dopoguerra di fatto rimase a lungo assente dal linguaggio politico e vi rientrò solo con un'accezione negativa.

**IL FASCISMO ITALIANO E LA PROPAGANDA
CULTURALE ALL'ESTERO: LA " DANTE
ALIGHIERI" E GLI ISTITUTI DI CULTURA**

Francesca Caravocchi

La messa a punto di un'articolata attività di diplomazia culturale nel ventennio prevede l'uso di vari strumenti istituzionali, in parte ereditati dal periodo liberale e in parte appositamente predisposti dal nuovo regime, come i fasci italiani all'estero.

La società nazionale "Dante Alighieri", fondata nel 1889 con l'intento di promuovere la diffusione della lingua e della cultura italiana, annoverava nei primi anni '20 – oltre ad una fitta rete di comitati nella penisola - un centinaio di sezioni estere. Essa rappresentava uno dei più affidabili agenti della propaganda culturale oltre confine, potendo contare su una solida tradizione e su una ramificazione territoriale in grado di fornire un sostegno alla parallela moltiplicazione dei fasci. Dalla metà degli anni '20 si assistette al tentativo di ampliare la rete organizzativa in modo da includere nuove aree geografiche. Al 38° congresso, tenutosi a Vicenza nel 1933, il segretario generale Luigi Maino comunicò che i comitati locali erano diventati 428, di cui 268 in Italia e 160 all'estero; i soci perpetui erano 15.746, i soci annuali ammontavano in Italia a 26.857 e 15.078 all'estero; si contavano poi parecchie decine di migliaia di affiliati fra gli studenti medi e universitari

e 288.100 iscritti alle scuole elementari.¹ Nel 1935 i soci esteri erano quasi 17.500, distribuiti in 177 comitati, dei quali 100 in Europa, 48 nel Nord e nel Sud America, 16 in Africa, 11 in Asia, 2 in Australia; nel 1939 essi erano diventati circa 200 per un totale di 27.000 aderenti.²

Il notevole sforzo espansivo nascondeva in realtà forti differenze: maggiore dinamismo dimostravano infatti le sezioni in tradizionali zone di insediamento, come la Svizzera, la Francia, l'Olanda, l'Egitto, la Tunisia, i paesi balcanici. Se in America del Sud esistevano circoli di una certa consistenza in Brasile e Argentina, la "Dante" cercò nei primi anni '30 di rafforzare le sue posizioni anche negli Stati Uniti, arrivando a contare una trentina di sezioni. Alcuni comitati esistevano però solo sulla carta; ai circoli particolarmente attivi e dotati di un'autonoma capacità di iniziativa si affiancavano altri piuttosto deboli, che l'amministrazione centrale dell'ente cercò di rivitalizzare attraverso l'invio di dirigenti e conferenzieri. Tuttavia non di rado il ricambio avviato nelle sezioni periferiche in vista di una più decisa fascistizzazione produsse risultati controproducenti, portando alla ribalta personaggi poco consoni alla tradizione della società e non graditi allo stesso notabilato interno alle comunità di emigrazione.

Malgrado le resistenze dei suoi vertici, la "Dante" non era infatti riuscita a lungo a sottrarsi alle richieste di una più diretta assimilazione alla politica culturale del regime. Nel 1931 fu approvato il nuovo statuto, in cui si affermava la necessità di modellarne l'attività "secondo lo spirito nuovo impresso dalla Guerra e dalla

¹ *La relazione del Segretario Generale*, "Pagine della Dante", settembre-ottobre 1933, p. 160.

² Archivio centrale dello Stato, Ministero della cultura popolare, Gabinetto (ACS, MCP, GAB), b. 91, f. "1935", Felicioni a Mussolini, 10/1/1935, p. 1; *Il vivo compiacimento del Duce per l'opera della "Dante"*, "Pagine della Dante", gennaio-febbraio 1935, p. 1; *Il Presidente generale della "Dante" ricevuto dal Re Imperatore e dal Duce*, "Pagine della Dante", gennaio-aprile 1940, p. 16.

Rivoluzione fascista”:³ la società era posta sotto la vigilanza del capo del governo, che ne nominava il presidente e, su proposta di questi, un direttorio di otto membri e una consulta di trenta; il direttorio a sua volta aveva la facoltà di nominare i dirigenti dei comitati locali.⁴ Il nuovo statuto impresso al sodalizio una netta trasformazione in senso autoritario, quando si pensi che il precedente assetto si fondava sull’elettività delle cariche centrali e periferiche e affidava un rilevante ruolo decisionale all’adunanza annuale, divenuta ormai un “raduno” con prevalenti funzioni di propaganda.

Nel 1932, con la morte dell’anziano presidente Paolo Boselli, tale ruolo fu affidato dal duce al senatore Giovanni Celesia; nel marzo 1933, in seguito alla sua defezione per “ragioni personali” e alle conseguenti dimissioni dell’intero direttorio, Mussolini assegnò a Felice Felicioni l’incarico di commissario straordinario della società: questi, giovane deputato e fascista antemarcia, fu evidentemente ritenuto l’uomo giusto per procedere ad una completa fascistizzazione della “Dante”.⁵ Il congresso del settembre 1933 nominò Felicioni nuovo presidente, carica che egli manterrà fino al settembre ’43 e – su sua proposta – un direttorio formato da personaggi pienamente allineati al regime: Enrico Scodnik (vicepresidente), Luigi Maino, Sergio Panunzio, Alessandro Dudan, Piero Parini e Giulio Quirino Giglioli.

Va sottolineato come le riluttanze della “Dante” non potessero ascrivere a un presunto afascismo della sua dirigenza, ma piuttosto al

³ Documenti sul nuovo statuto sono conservati in ACS, Presidenza del consiglio dei ministri (PCM) 1940-43, b. 3.3.5.1060, ff. 1A, 1B, 1C.

⁴ Sul processo di fascistizzazione della Dante cfr. PISA, Beatrice, *Nazione e politica nella Società “Dante Alighieri”*, Roma: Bonacci, 1995, pp. 397-441 e CAPARELLI, Filippo, *La “Dante Alighieri” (1920-1970)*, Roma: Bonacci, 1985, pp. 90-91, 103-107 e *passim*.

⁵ Informazioni biografiche su Felicioni (1898-1982), deputato dalla XVII^a alla XXX^a Legisl., in *ivi*, p. 300 e in SAVINO, Edoardo, *La nazione operante. Profili e figure di ricostruttori*, Milano: Esercizio stampa periodica, 1928, p. 197.

tentativo di salvaguardarne l'identità di associazione non governativa e formalmente indipendente, votata per statuto unicamente alla diffusione della prestigiosa tradizione culturale italiana. D'altra parte fin dalla prima guerra mondiale la società aveva assunto una posizione interventista, optando per una più decisa politicizzazione: il sostrato nazionalista comune ai suoi dirigenti ne garantiva allo stesso tempo la prossimità alle idee-guida del regime, verso il quale la "Dante" esercitò nei fatti fin dagli anni '20 un'azione di fiancheggiamento. L'ente conferì un più ampio sviluppo al suo tradizionale programma, i cui punti di forza erano rappresentati dalle scuole, dai corsi di lingua per adulti, dalla diffusione di biblioteche italiane e dalle conferenze di carattere patriottico e artistico-letterario. A partire dagli anni '26-'27 fu prestata una crescente attenzione alla penetrazione negli ambienti stranieri, compito che si aggiunse agli originari obiettivi di tutela dell'italianità degli emigranti.⁶ Nel 1931 Paolo Boselli sottolineava in una lettera inviata al duce il lavoro svolto nel decennio appena trascorso con l'obiettivo di "cementare e ravvivare lo spirito nazionale nei fratelli lontani": egli ricordava la partecipazione alla raccolte di fondi che avevano permesso l'apertura di Case d'Italia a Parigi, Barcellona, Lugano, Algeri, Rio de Janeiro e in altri centri. Le prime case oltre oceano erano del resto sorte grazie all'autonoma iniziativa del sodalizio romano, capace di sollecitare la generosità degli elementi più abbienti delle collettività italiane: alle "Domus italiche" fondate nel 1921 a Jersey City, Casilda in Argentina e Jaù in Brasile, si erano affiancate nuove realizzazioni in varie località del Mediterraneo e dell'America Latina, che costituivano ormai un patrimonio stimato in 25 milioni di lire.⁷

⁶ PISA, B., *Nazione e politica nella Società "Dante Alighieri"*, cit., pp. 426-427.

⁷ ACS, PCM 1931-33, f. 3.3.10.1271, Boselli a Mussolini, 3/5/1931; cfr. l'opuscolo *La "Dante" e le case per gli italiani all'estero*, Roma: Società Nazionale Dante Alighieri, 1931, conservato in *ivi*.

Con l'avvento di Felicioni si rafforzò una tendenza all'accentramento e alla uniformazione della proposta culturale delle sezioni estere; l'organizzazione di giri di conferenze e di tournée musicali si accompagnò ad una più diretta ideologizzazione dei messaggi.⁸ Nel '34 egli comunicava che l'anno precedente erano stati creati 15 nuovi comitati esteri e che si era provveduto a rinnovare i consigli direttivi di una cinquantina di circoli, "in modo da immettere nell'organizzazione elementi perfettamente intonati alle necessità e agli ideali del Fascismo".⁹ Il commissario assicurava di aver intensificato i rapporti fra centro e periferia e di aver compiuto personalmente un'ispezione in Europa, visitando fra l'altro le sezioni di Parigi, Nizza, Berna, Losanna, Montreux, Vienna, mentre il segretario generale Maino aveva svolto una missione in Gran Bretagna per costituire nuovi comitati a Oxford, Glasgow, Cardiff, Edimburgo.

I contatti con l'estero – proseguiva Felicioni - non si limitavano soltanto ad essere stabiliti dai dirigenti centrali, ma furono chiamati a collaborare diversi camerati. Così si recò nel Belgio lo scrittore Orsini di Camerota per ispezionare quei Comitati e per costituirne degli altri, l'On. Guglielmotti nel Marocco (e si è così ricostituito il Comitato di Tangeri e preparato il terreno per la costituzione di altri nuovi Comitati), il giornalista dr. Dario Sabatello negli Stati Uniti anche per studiare le possibilità di nuove affermazioni della "Dante", il pubblicista Domenico Bartoli a Barcellona e nel Portogallo, ove si spera di costituire i Comitati

⁸ I piani annuali della "Dante" per gli anni '34-'36 sono in ACS, MCP, GAB, b. 91, f. "Dante"; cfr. inoltre per gli stessi anni le "Pagine della Dante". Sulla fase Felicioni cfr. id., *Vecchi e nuovi compiti della "Dante"*, "Gerarchia", 1933, 9, pp. 759-764.

⁹ ACS, MCP, GAB, b. 91, f. "1934", "Relazione del presidente della società naz. «Dante Alighieri» on. Felice Felicioni a S.E. il Capo del governo a termine dell'art. 3 dello statuto sociale", p. 1.

di Oporto e Lisbona, il dott. Cesare Grasseti in Inghilterra. Inoltre il Console Camillo Canali, ispettore del Commissariato del Turismo (e che in tale sua qualità si recava in India e nell'Estremo Oriente), è stato incaricato di costituire dei Comitati della "Dante" ovunque ne ravvisasse l'opportunità.¹⁰

Nel '35 la società, previi accordi col Ministero per la stampa e la propaganda, inviò oltre oceano Luigi Maino per prendere immediate misure in vista del potenziamento dei comitati e dei corsi di lingua, obiettivo perseguito negli anni successivi non senza parziali successi anche grazie ad un aumento degli stanziamenti.

Sotto la guida di Felicioni si assistette ad una interazione sempre più stretta fra la società, la Direzione generale degli italiani all'estero (DIE) del ministero degli Esteri e la Direzione generale per i servizi della propaganda (DGSP) del nascente ministero della Cultura popolare. A partire dal '34 l'ufficio centrale della società sottopose alla DGSP il calendario annuale delle manifestazioni programmate oltre confine; questa prassi, ispirata ad una più decisa volontà di controllo, facilitò lo scambio e la reciproca segnalazione di artisti e conferenzieri.

Furono assicurate collaborazioni di personalità prestigiose del regime: nel '33-'34 Gentile interveniva a Ginevra su Giordano Bruno, Marinetti a Parigi e Nizza sulla "sensibilità delle macchine", sempre a Nizza Nicola Pende sulla "stirpe mediterranea", Pirandello in Danimarca, Norvegia, Finlandia sui problemi del teatro moderno; in Sud America si tenevano le lezioni itineranti di Gino Arias sull'ordinamento giuridico ed economico fascista e di Massimo Bontempelli sulla "funzione della civiltà romana". Nel '34 si segnalavano le conferenze di Alessandro Dudan ed Ercole Rivalta su temi artistico-letterari in varie sezioni spagnole e francesi, di Visconti di Modrone in Svizzera, Olanda, a Vienna e Budapest sul

¹⁰ *Ivi*, pp. 6-7.

centenario belliniano, di Paolo Arcari e Ciarlantini sulla letteratura contemporanea, di Giacomo Devoto su “problemi della lingua italiana d’oggi”; nel ’35 tenevano lezioni itineranti fra gli altri Mario Puccini, Ermanno Amicucci, Silvio D’Amico, Bruno Migliorini; nel ’36 erano affidate a Roberto Michels conferenze sul “concetto di patria italiana attraverso i secoli” (Tolosa), a Mario Puccini sulla guerra in Etiopia, mentre Charles Maurras relazionava a Parigi su “Virgilio” ed Henri Massis a Ginevra su “Rome, rempart de l’Occident”.¹¹ Il profilo culturale della Dante si caratterizzò quindi nella seconda metà degli anni ’30 per il coinvolgimento di accademici fascisti e di noti “amici dell’Italia” e per una proposta composita che conferiva uno spazio prioritario alla conferenza dotto, ai concerti, alle celebrazioni di grandi artisti del passato, dedicando tuttavia ampia attenzione alle teorie corporative, alle provvidenze sociali, alla politica coloniale e alle aspirazioni internazionali del regime. Un notevole sforzo propagandistico fu profuso in occasione del conflitto italo-etiopeico, durante il quale vennero distribuiti 110.000 opuscoli, 72.000 dei quali editi dalla “Dante”:

Sono stati [...] scritti, con buona e persuasiva documentazione di fatti inoppugnabili, articoli su riviste e quotidiani italiani e stranieri, particolarmente nella America del Nord e del Sud; sono state organizzate conferenze, spesso illustrate da adatte proiezioni, hanno avuto luogo imponenti raduni e molteplici radio trasmissioni; si sono promosse raccolte di metalli preziosi e di denaro.¹²

Di un certo interesse l’attività editoriale della società: il comitato centrale affermava di aver inviato nel ’34 30.000 volumi e 21.000

¹¹ ACS, MCP, GAB, b. 91, ff. “1934”, “1935”, “1936”, vari elenchi.

¹² ACS, MCP, GAB, b. 91, f. “1936”, relazione del presidente della società naz. «Dante Alighieri», p. 9.

opuscoli, fra i quali una riproduzione in 15.000 esemplari dello “storico” discorso sul patto a quattro tenuto dal duce nel giugno '33.¹³ Le manifestazioni musicali rivestirono un ruolo molto significativo nei calendari delle sezioni estere; furono programmate esibizioni e lezioni-concerto itineranti di noti esecutori e compositori, quali Alfredo Casella, Adriano Lualdi, Tito Aprea, Cesare Valabrega; fu potenziata anche l'attività in campo espositivo che, grazie alla collaborazione del Sindacato nazionale professionisti ed artisti, dette luogo ad una serie di mostre specie in Svizzera, Germania, Francia e Tunisia. A partire dal '35-'36 fu prestata maggiore attenzione al teatro e al cinema, con la messa in scena di opere di autori contemporanei (da Giacosa a Pirandello, da Niccodemi a Sem Benelli), e la programmazione di serate dedicate a film d'evasione o alla presentazione di documentari LUCE.

La Dante si vide riconfermare anche la gestione del Museo dei patrioti italiani dello Spielberg da essa fondato nel 1926, dopo che il ministero degli Esteri aveva proceduto nel 1931 a rinnovare l'intesa col governo cecoslovacco che affidava all'Italia la cura dell'importante luogo memoriale.¹⁴ Il sodalizio si impegnò nell'organizzazione di crociere annuali riservate ai soci del regno, che avevano l'obiettivo di rinsaldare i legami con gli ambienti

¹³ ACS, MCP, GAB, b. 91, f. “1934”, “Relazione del presidente...”, cit., p. 2; *Il patto Mussolini nello storico discorso del duce al Senato (7 giugno 1933)*, Roma: Arte della Stampa, 1933; fra gli opuscoli propagandistici MAINO, Luigi (a cura di), *La Dante Alighieri, la sua organizzazione e la sua opera*, Roma: Canella, 1934; Società nazionale Dante Alighieri, *La civiltà italiana in Etiopia*, Roma: Tipografia editrice Italia, 1936. Fra il 1938 ed il 1940 fu edita la collana “Civiltà italiana nel mondo”, composta da agili volumetti divulgativi che intendevano illustrare le tracce perenni lasciate dal “genio” italiano all'estero: fra i 18 volumi della collezione ORANO, Paolo, *Avanguardie d'Italia nel mondo*, Roma: Società Nazionale Dante Alighieri, 1938; IMPERATORI, Ugo E., *Nell'America Latina*, Roma: Società Nazionale Dante Alighieri, 1940; BISCOTTINI, Umberto, *Introduzione alla Corsica*, Roma: Società nazionale Dante Alighieri, 1940; PUCCINI, Mario, *Nel Brasile*, Roma: Società nazionale Dante Alighieri, 1940; VILLARI, Luigi, *Negli Stati Uniti*, Roma: Società nazionale Dante Alighieri, 1939.

¹⁴ Cfr. la documentazione in Archivio storico Ministero Affari esteri (ASMAE), Ufficio trattati, b. 218, f. “Convenzione fra l'Italia e la Cecoslovacchia”.

stranieri e di istituire gemellaggi con le sezioni estere; nel 1932 il viaggio “alle sei capitali dell’Oriente europeo” a cura del comitato milanese era presentato come benemerita evoluzione della “nostra solita crociera mediterranea”:

“E’ il sistematico sviluppo del nostro programma che ci sospinge di anno in anno con inesauribile sete d’italianità a visitare nuovi centri di vita, a vedere dove e come si diffonda e si possa diffondere la nostra azione culturale, dove e come l’opera della “Dante” si vada ravvivando tra i nostri fratelli lontani e tra gli stranieri che vengono cordialmente a noi per dissetarsi alla fonte della nostra cultura, della nostra forza creatrice antica e nuova, sintetizzata in un nome splendente di perenne giovinezza: ROMA”.¹⁵

La Dante arrivò a gestire una rete piuttosto ampia di scuole, fra le quali si segnalavano la scuola d’arte “Leonardo da Vinci” al Cairo, che nel ’33-34 contava 16 classi e circa 350 frequentanti, e la compartecipazione alla gestione dell’istituto medio italo-brasiliano di San Paolo. Nel 1933 secondo i dati ufficiali erano attivi 129 fra scuole e corsi, di cui 83 in Europa, 20 in Africa, 2 in Asia e 25 nelle Americhe, per un totale di 14.000 allievi; nel 1938-’39 l’insieme delle scuole e dei corsi liberi raggiunse la consistente quota di 530, con circa 40.000 alunni.¹⁶

La società non fu direttamente sovvenzionata da fondi statali, ma ricevette un supporto indiretto grazie a varie misure: nel 1924 le fu ceduta la prestigiosa sede di palazzo Firenze, mentre veniva

¹⁵ Archivio storico Società Dante Alighieri (ASSDA), b. 1931/32, f. 1932/A, opuscolo *Viaggio alle 6 capitali dell’Oriente Europeo. Vienna Budapest Bucarest Sofia Istanbul Atene, Dal 18 maggio al 7 giugno 1932. Viaggio alle 4 capitali dell’Oriente Europeo. Vienna Budapest Bucarest Sofia. Dal 18 maggio al 1° giugno 1932*, p. 4.

¹⁶ MAINO, G. (a cura di), *La Dante Alighieri, la sua organizzazione e la sua opera*, cit.; *Il Presidente generale della “Dante” ricevuto dal Re Imperatore e dal Duce*, cit.

riconfermata la possibilità di svolgere la consueta opera di tesseramento nelle scuole del Regno; un invito ufficiale a sostenere l'associazione venne diramato ai propri sottoposti dai ministri Rossoni e Bottai, che nel 1938 esortava i provveditori a condurre una "concreta opera di propaganda" per il sodalizio romano;¹⁷ esso ricevette inoltre contributi da privati e aziende, come il Linificio e canapificio nazionale, che offrì in dono nel '36 200 bibliotechine di "cultura storica" destinate ai circoli esteri.¹⁸

In alcuni casi le sezioni assunsero la fisionomia di veri e propri centri polifunzionali: nella seconda metà degli anni '30 si distinse ad esempio l'"Istituto di cultura" di Tunisi retto da Paolo Mix. Oltre all'organizzazione di corsi di lingua, il centro proponeva un piano annuale di conferenze, concerti, mostre d'arte, proiezioni, un corso di "alta cultura musicale", un periodico dal titolo "Pagine mediterranee"; con l'obiettivo di intercettare fasce di pubblico differenziate erano stati creati un ufficio turistico, un club degli "amis de la Dante" ed era stato approntato un programma di emissioni musicali ospitato da Radio Tunisi.¹⁹ E' ipotizzabile che negli anni '30 il governo avesse affidato alla società più estesi compiti di rappresentanza culturale in vari avamposti del Mediterraneo, come la Tunisia, la Corsica, Malta, nei quali non era consigliabile procedere ad una penetrazione diretta onde evitare contromisure diplomatiche da parte francese e britannica.

L'ultimo progetto di rilievo della "Dante" attenne all'istituzione della "giornata degli italiani nel mondo", approvata dal duce nel '39. Inaugurata il 19 maggio 1940, l'iniziativa prevedeva celebrazioni

¹⁷ ASSDA, b. 1938/41, f. 1938/A documenti, lettera di Felicioni, novembre 1938; *ivi*, f. 1939/A documenti, ministro dell'Agricoltura Rossoni a Ispettori compartimentali e provinciali e ad uffici provinciali, 20/4/1939.

¹⁸ ACS, MCP, GAB, b. 91, f. "1936", Felicioni a DGSP, 16/12/1936.

¹⁹ ASMAE, Archivio scuole (AS), 1925-45, b. 23, f. "Tunisi, attività culturali", relazione di Paolo Mix a DIE, 22/6/1937.

in tutti i capoluoghi italiani e nelle sezioni estere, queste ultime concordate con la DIE e con le autorità diplomatiche.²⁰ Svoltasi fino al 1942, la giornata si trasformò nella penisola in un'ennesima occasione di propaganda bellica; all'estero essa si tenne giocoforza solo nei paesi alleati o neutrali, ove assunse sovente un tono minore.

Accanto alla fascistizzazione della "Dante", le strategie di diplomazia culturale del regime avevano individuato fin dal '26 una nuova priorità nella promozione di una rete di istituti ufficiali. La realizzazione di questo progetto non fu immediata né lineare: era infatti necessario un lavoro preventivo che includeva la risoluzione di problemi organizzativi e finanziari, l'elaborazione di una credibile proposta culturale, l'apertura di canali di carattere diplomatico.

Negli anni '20 la fondazione dei primi enti culturali a Praga (1922), all'Avana e a Buenos Aires (1929) si dovette per lo più all'interessamento di rappresentanti consolari, di esponenti della "Dante" o di singoli docenti: essi condividevano con l'iniziativa più importante inaugurata in questa fase, ovvero la Casa italiana della Columbia University, una fisionomia bilaterale, poiché il loro funzionamento era assicurato dalla compartecipazione di circoli e strutture universitarie locali.²¹ Fu con l'inizio del nuovo decennio

²⁰ BOTTAI, Giuseppe, *L'Italia dall'emigrazione all'Impero*, Roma: Società nazionale Dante Alighieri, 1940; *La giornata degli italiani nel mondo*, "Notizie dall'Italia", 30/1/1940, p. 1; *La prima giornata degli Italiani nel mondo*, "Notizie dall'Italia", I, 8, 15/4/1940, p. 2.

²¹ Per una ricostruzione più analitica e per indicazioni bibliografiche mi permetto di rimandare a CAVAROCCHI, Francesca, *Avanguardie dello spirito. Il fascismo e la propaganda culturale all'estero*, Roma: Carocci, 2010, pp. 176-7 e *passim*. Fra le monografie su singoli contesti geografici SANTORO, Stefano, *L'Italia e l'Europa orientale. Diplomazia culturale e propaganda 1918-1943*, Milano: Angeli, 2005; IVANI, Mario, *Esportare il fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)*, Bologna: Clueb, 2008, pp. 157-296. Fra le realizzazioni negli anni '20 si segnalavano la costituzione di sale italiane nelle università di Coimbra (in appoggio al corso di letteratura tenuto da Guido Vitaletti) e Madrid (in collaborazione con Luigi Russo, incaricato del medesimo insegnamento), ad opera della società "Italica", poi confluita nell'Istituto nazionale fascista di cultura (*Origine e sviluppo de "L'Italica"*, "L'Italica", luglio 1928, pp. 20-24).

che i progetti di penetrazione culturale assunsero una maggiore organicità: nel '31 venne fondata a Colonia la Petrarca Haus, mentre nel '32 furono inaugurati gli istituti di Malta e di Atene. Nel '33 si provvide all'apertura di un centro a Bucarest, nel '34 si segnalò invece la nascita degli istituti di Barcellona, Bruxelles e Varsavia.²² In seguito ai rispettivi accordi culturali, furono inaugurati nel '35 l'istituto di Vienna e quello di Budapest; fra '36 e '37 venne portata a termine l'organizzazione di nuovi centri a Sofia, Tallinn, Lisbona, Losanna; nel '39 fu infine riaperto l'istituto di Barcellona e fondato quello di Madrid, l'anno successivo iniziarono le attività le sedi di Belgrado, Zagabria e Lubiana; enti consimili erano stati creati anche in America Latina (Montevideo, Città del Guatemala, Santiago, La Paz e Lima) e a Montreal, questi ultimi - a differenza dei centri europei - dotati di una struttura più leggera e fondata sulla collaborazione con personalità ed istituti culturali locali.²³

Negli stessi anni furono compiuti ampi sondaggi con l'obiettivo di fondare organismi consimili anche in altre sedi; se in alcuni casi le ragioni dell'insuccesso erano soprattutto legate alle condizioni politiche internazionali, i preparativi per l'apertura di centri a Toronto e Istanbul dovettero giungere ad uno stadio piuttosto avanzato, ma essi fallirono a causa di problemi di bilancio; rigidità e ristrettezze finanziarie condizionarono del resto l'intero settore della propaganda all'estero, i cui responsabili romani tentarono non a caso di affidare compiti informali a una molteplicità di operatori attivi a vario titolo oltre confine, quali giornalisti, docenti, addetti consolari.

Le potenzialità operative e la forza attrattiva degli istituti furono la risultante di diversi fattori: agli autonomi apporti dei delegati italiani si sommavano infatti notevoli variabili locali, legate alla differente

²² Camera dei deputati (CD), *Atti parlamentari (AP)*, Legisl. XXIX, sess. 1934-35, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 441-A, p. 36.

²³ *Ivi*, sess. 1934-37, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 1553-A, p. 8; relazioni sulle attività dei singoli istituti in ASMAE, AS, 1925-45, b. 25.

capacità di presa del modello fascista sui circoli politici e intellettuali dei paesi interessati. Fu la gestione Ciano agli Esteri a conferire particolare importanza al ruolo degli istituti di cultura, promuovendone la diffusione e affidando ad essi un ruolo prioritario di rappresentanza del regime fascista; si tentò di relegare la “Dante” ad una presenza più discreta e defilata, sia perché la sua azione era ritenuta meno efficace e non sempre informata ad un atteggiamento militante, sia perché le esigenze di accentramento ispirate da una crescente vocazione totalitaria non potevano che appuntarsi su enti statali.

Gli Istituti di Cultura Italiana all'estero – si leggeva in una circolare del '37 firmata da Ciano – si sono ormai dovunque affermati come agili ed efficaci strumenti della nostra propaganda linguistica e culturale. Essi rispondono, e risponderanno sempre più, a quel concetto di diffusione dell'idea romana e latina, che ha acquistato, nel tempo fascista e nel clima dell'Impero, un senso di rinnovata e più vasta universalità.²⁴

Posti sotto la vigilanza delle rappresentanze diplomatiche, essi dovevano articolare le loro attività su un doppio binario: da una parte programmare corsi annuali di lingua e cultura, dall'altra proporre un'agenda di manifestazioni artistiche e conferenze, “limitata naturalmente a nomi e a persone che diano affidamento di non obbedire ai richiami di un facile diletterismo”. Il ministero forniva chiare indicazioni sul taglio tematico da privilegiare:

E' superfluo dire che, per quanto riguarda le conferenze, oltre i temi letterari ed artistici intesi ad illustrare il nostro patrimonio di

²⁴ “Raccolta delle circolari e delle istruzioni ministeriali” (RCIM), 1937, circolare DIE 12/1/1937, n. 1, *Istituti di Cultura – Cattedre e Lettorati Universitari – Istituto Interuniversitario Italiano*.

cultura, di scienza e di bellezza, dovranno essere tenuti presenti gli argomenti ed i temi dell'Italia vivente, le realizzazioni del Fascismo, le provvidenze legislative del Regime: tutto ciò che rappresenta, in una parola, la grande costruzione sociale e universale dovuta al genio di Mussolini.²⁵

Negli anni successivi furono emanate diverse istruzioni integrative; nel 1939 ad esempio la DIE insisteva sull'opportunità di applicarsi alla diffusione "più del pensiero scientifico italiano che di quello artistico letterario, specie dell'arte e della letteratura antica, già note in ogni ambiente intellettuale straniero" e di privilegiare le discipline più attinenti alle tradizioni dei singoli paesi.²⁶ Si raccomandò fra l'altro l'apertura continuativa durante l'intero anno accademico, nonché la necessità di uniformare il livello dei corsi di lingua, dato che essi prevedevano il conseguimento di un diploma ufficiale; i docenti erano tenuti a inviare relazioni periodiche corredate dalle osservazioni dei direttori, a cui erano attribuite ampie responsabilità gestionali.²⁷ L'azione degli istituti doveva inoltre coordinarsi con quella dei lettori di italiano presso le università locali; a questi ultimi, che risultavano spesso il solo mezzo disponibile per la "penetrazione presso il mondo dell'alta cultura straniera", era affidato il compito di favorire la creazione nei singoli atenei di regolari cattedre d'italiano e di "preparare l'estensione di questo insegnamento nelle Scuole medie straniere". La fedeltà alle prescrizioni ministeriali non sarebbe stata sufficiente, se non si fosse accompagnata ad un sincero e

²⁵ *Ibidem.*

²⁶ ASMAE, AS, 1925-45, b. 22, circolare DIE 15/6/1939, *Istituti di Cultura – Disposizioni per i programmi.*

²⁷ RCIM, 1939, circolare DIE 19/1/1939, n. 4, *Norme regolamentari per il funzionamento degli Istituti di Cultura.*

generoso attivismo dei docenti, animato da un chiaro senso della propria missione:

Cercheranno dunque gli insegnanti, tanto quelli dell'Istituto di Cultura come i lettori e i docenti, di mantenere intensi e cordiali contatti cogli studiosi locali, di prestarsi per ogni delucidazione o spiegazione, di tenere ove possibile, e sempre con grande senso di misura e rigoroso rispetto delle suscettibilità altrui, conferenze e conversazioni nell'ambiente straniero, di far pubblicare comunicati, notizie, fotografie, articoli, in quei giornali che sono suscettibili di simpatizzare con noi o per lo meno di comprendere l'Italia fascista.²⁸

Per quanto riguardava l'istituzione di nuove cattedre e lettori è difficile fornire una stima attendibile, data la dispersione della documentazione: nel 1928 risultavano finanziati dagli Esteri 18 incarichi in università straniere, per la maggior parte in Europa (oltre a Strasburgo, Coimbra e Breslavia, i paesi interessati erano l'Ungheria, la Cecoslovacchia, la Romania e la Polonia); nel '32 la rete si era estesa annoverando nuovi contratti in atenei tedeschi, francesi (Digione), spagnoli (Barcellona e Siviglia) nonché in altri paesi nord-europei (Olanda, Svezia e Norvegia). Nel 1937/38 le assegnazioni raggiunsero un totale di 119, delle quali 97 in Europa e ben 36 fra Germania e Austria; si tratta di un risultato di un certo interesse, specie se si pone attenzione alla funzione di propagandisti e organizzatori culturali di cui il regime tentò di investire i docenti comandati all'estero.²⁹

²⁸ RCIM, 1937, circolare DIE 12/1/1937, n. 1, *cit.*

²⁹ CD, *AP*, Legisl. XXVIII, sess. 1929, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 12-A, p. 39; *ivi*, sess. 1929-30, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 437-A, pp. 20-21; *ivi*, sess. 1929-32, *Documenti, disegni di legge e relazioni*, n. 1201-A, pp. 7-8;

Fu la Direzione generale degli italiani all'estero retta da Piero Parini a coordinare l'attività degli istituti, dei fasci e delle scuole all'estero. La DIE svolse specie nella seconda metà degli anni '30 un febbrile lavoro organizzativo, che passava per lo smistamento di musicisti, docenti e conferenzieri selezionati perché ritenuti particolarmente rappresentativi o dotati di specifiche competenze linguistiche oppure perché "segnalati" da importanti esponenti degli apparati politico-amministrativi.³⁰ La presidenza e la direzione degli istituti furono affidate dal ministero a personalità di rilievo nella vita intellettuale del regime, in buona parte provenienti dagli ambienti accademici. Il centro di Buenos Aires fu retto dall'ispanista e poligrafo militante Ettore De Zuani, poi passato a Sofia; si segnalavano a Budapest Rodolfo Mosca, a Tallinn Indro Montanelli, direttore dal '37 e lettore a Tartu, sostituito in seguito da Roberto Weiss; in Romania l'italianista Giuseppe Petronio; a Vienna il senatore Salata e dal '38 lo storico Franco Valsecchi, affiancati dal lettore e germanista Sergio Lupi. L'istituto di Madrid fu presieduto dal filologo e linguista Salvatore Battaglia e diretto da Rino Longhitano, quello di Lisbona rispettivamente da Federzoni e Aldo Bizzarri. Balbino Giuliano fu presidente degli istituti di Budapest e Losanna, il primo diretto da Paolo Calabrò, docente di lingua e letteratura italiana alla locale Scuola normale superiore, e il secondo da Arnaldo Bascone. Gli importanti slavisti Ettore Lo Gatto e Giovanni Maver furono invece comandati a Praga e a Belgrado.

I piani delle conferenze annuali alternavano ad argomenti di carattere storico, artistico e letterario approfondimenti sui "legami spirituali" tra l'Italia e i paesi ospitanti; un posto centrale era riservato all'illustrazione dei principi ideologici fascisti, alla politica del regime

ASMAE, AS, 1925-45, b. 24, elenco s.d. ma 1938; *ivi*, b. 22, f. "Rapporti annuali docenti scuole medie e lettori", vari elenchi.

³⁰ Ampia documentazione in *ivi*, bb. 22-24.

in campo economico, agrario, sociale e sanitario, alla riforma dei codici, alla declinazione del mito della latinità. Nonostante la netta prevalenza delle discipline umanistiche fu accordato un certo spazio alla ricerca architettonica, alle scienze mediche e biologiche, alla fisica e all'ingegneria, grazie all'invio da Roma di specialisti quali Agostino Gemelli, Francesco Severi, Eugenio Morelli. A partire dall'anno accademico 1936/37 fu promosso lo svolgimento di lezioni e conferenze concernenti l'ordinamento corporativo; corsi regolari furono tenuti a Budapest da Rodolfo Mosca, a Losanna da Vittorio Pons, a Bucarest e Atene. L'istituto di cultura di Lisbona provvide alla riapertura di una sala italiana specificamente dedicata agli studi corporativi presso l'Istituto di scienze economiche della locale università.³¹ Fu programmato un calendario annuale di conferenze pubbliche affidate a giuristi ed esponenti del regime quali De Marsico (Losanna), Pavolini (Lisbona), Maraviglia (Bruxelles), Ercole (Cracovia, Varsavia, Praga), Alberto Biggini, Bruno Biagi.

Di una certa rilevanza la programmazione musicale: si tennero nella seconda metà degli anni '30 numerose tournée internazionali di noti interpreti, da Attilio Ranzato al Quartetto Poltronieri, da Magistretti a Lilia d'Albore, dal Trio italiano di Casella ad Arturo Benedetti Michelangeli.³² Intorno al '36 fu formata un'ennesima commissione interministeriale presso la Direzione del teatro del Minculpop, a cui partecipavano rappresentanti del Sindacato nazionale musicisti, della DIE e della "Dante", con l'obiettivo di

³¹ *Ivi*, b. 22, rapporto "Istituti italiani di cultura all'estero (anni accademici 1936-37 e 1937-38)".

³² I programmi degli istituti per gli anni '37-'39 sono pubblicati nella rubrica "Attività degli istituti di cultura italiana e dei centri di studi italiani all'estero" della rivista "Romana". Sulla produzione musicale nel ventennio e sulla sua ricezione all'estero NICOLODI, Fiamma, *Musica e musicisti nel ventennio fascista*, Fiesole: Discanto, 1984; ZANETTI, Roberto, *La musica italiana nel Novecento*, Busto Arsizio: Bramante, 1985, vol. 2, pp. 499-680; SACHS, Harvey, *Music in Fascist Italy*, London: Weidenfeld and Nicolson, 1987; ILLIANO, Roberto (ed.), *Italian Music during the Fascist Period*, Turnhout: Brepols, 2004.

approntare il calendario annuale delle esibizioni musicali sulla base di un elenco di artisti ritenuti idonei a rappresentare la produzione italiana.³³ Grazie al più stretto coordinamento esercitato dagli organismi centrali, i medesimi solisti o ensemble musicali entrarono stabilmente anche nella programmazione annuale della “Dante”. Nel 1941 per disposizione dello stesso Mussolini gli istituti di cultura ed i circoli della “Dante” erano invitati a partecipare alle commemorazioni per il quarantennio della morte di Verdi: anche in questo caso fu predisposto un programma generale che condusse ad esempio alla designazione di Pizzetti per un giro di conferenze nella penisola iberica, di Fausto Torrefranca in Svizzera, di Adriano Lualdi per i centri di Sofia e Bucarest.³⁴

Gli istituti ebbero uno sviluppo ed un’articolazione organizzativa diseguale, dovute non solo a difficoltà logistiche e finanziarie ma soprattutto alle difformi possibilità di interlocuzione con gli ambienti intellettuali locali. L’alleanza con la Germania e l’avvicinarsi del conflitto segnarono per alcune sedi un declino irreversibile: nel ‘39/’40 i responsabili dei centri di Bruxelles e Losanna sottolineavano nei rapporti inviati a Roma le crescenti difficoltà nell’attuazione dei piani annuali, dato il clima di diffidenza che circondava le iniziative italiane.³⁵ Alla fine degli anni ’30 le sedi maggiormente attive risultavano quelle di Budapest, Bucarest, Madrid e Barcellona: ad una maggiore dotazione di docenti in organico corrispondeva una più ampia articolazione di corsi di lingua e cultura italiana, nonché

³³ ASMAE, AS, 1925-45, b. 22, MCP a Sindacato nazionale musicisti, s.d. ma 1939. L’Ispettorato del teatro sovvenzionò nel 1935 64 manifestazioni concertistiche all’estero (CD, AP, Legisl. XXIX, sess. 1934-36, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 993-A, p. 19), nel 1936 153 rappresentazioni liriche e 206 concerti (CD, AP, Legisl. XXIX, sess. 1934-37, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 1564-A, p. 20), nel 1937 187 rappresentazioni liriche e 209 concerti (CD, AP, Legisl. XXIX, sess. 1934-1938, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 2121-A, p. 18).

³⁴ ASMAE, AS, 1925-45, b. 22, De Cicco a Pizzetti, 31/10/1940; De Cicco a MCP, 5/11/1940.

³⁵ Le relazioni sono in *ivi*, b. 25.

un più fitto calendario di eventi speciali quali conferenze e concerti. I centri principali provvidero a creare sezioni in altri capoluoghi: la sede di Budapest controllava nel '40 4 sezioni e 17 delegazioni locali, quella di Madrid 6 sezioni (compreso l'istituto di Barcellona), nonché corsi liberi di lingua e cultura in varie cittadine; in Romania alla sede di Bucarest rispondevano 5 sezioni e 7 delegazioni provinciali oltre ad una serie di rappresentanti in località minori.³⁶

I corsi regolari di lingua e cultura rappresentarono probabilmente l'elemento di maggior richiamo: nel '39/'40 essi registravano un totale di oltre 20.000 iscritti, di cui circa 2800 in Spagna, quasi 5800 in Romania, circa 2700 nella sede centrale dell'istituto ungherese di Budapest (a cui si aggiungevano circa 2500 studenti nelle altre sezioni ungheresi), un migliaio a Zagabria.³⁷ Gli istituti principali disponevano di significative dotazioni bibliotecarie, a cui affiancavano un'attività di documentazione sull'attualità politica e sulle novità editoriali provenienti dalla penisola; essi individuarono un ulteriore ambito di intervento nell'intensificazione delle traduzioni di opere italiane attraverso accordi con case editrici locali. Altro importante obiettivo era il rafforzamento delle relazioni con gli ambienti accademici e con le associazioni studentesche straniere, attraverso la promozione di associazioni culturali bipartite, l'organizzazione di viaggi di istruzione e l'assistenza prestata a studiosi o appassionati di cose italiane. I docenti comandati in queste strutture erano infine chiamati ad offrire un adeguato supporto logistico e promozionale alle mostre d'arte e del libro italiano che si tennero nella seconda metà degli anni '30 nei principali centri europei, organizzate col supporto della Biennale veneziana e della Federazione nazionale degli editori.

³⁶ I dati sono tratti da *ivi*, relazioni dei singoli istituti per l'anno 1939/40. Disponevano di sezioni locali anche i centri di Sofia, Lisbona, Praga e Atene.

³⁷ *Ibidem*.

La creazione di veri e propri istituti si rivelò più facile in paesi caratterizzati da una significativa sedimentazione dei rapporti politico-diplomatici col regime fascista o nei quali i tentativi di penetrazione culturale risultarono più decisi: le aree maggiormente interessate furono l'Europa orientale e balcanica, la penisola iberica, l'America del Sud. In paesi come la Francia, l'Inghilterra, gli Stati Uniti, in cui la fondazione di enti ufficiali poneva problemi molto più complessi di carattere diplomatico e finanziario, si preferì delegare la presenza culturale italiana ad una griglia informale di iniziative, affidate alle case italiane e alla "Dante", ai lettori, ad una serie di associazioni bilaterali e agli addetti consolari.

La compartecipazione alle strategie di penetrazione all'estero della "Dante" e di altri enti non mancò di suscitare all'interno dell'establishment fascista antagonismi e atteggiamenti concorrenziali. Piero Parini si impegnò energicamente perché alla DIE fosse riconosciuta una centralità in questo settore, forte del suo ruolo di coordinamento della rete scolastica e dei fasci; intorno alla metà degli anni '30 egli riteneva ormai superati i compiti della "Dante", persuaso che, anche in paesi come gli Stati Uniti, non fosse più tempo di "mascherare con altri nomi quella che è un'azione fascista in senso pieno".³⁸ Si trattava di posizioni che non ebbero corso, anche perché Felicioni trovò invece pieno sostegno nel ministro Alfieri e sembrò lavorare concordemente anche col suo successore Pavolini, dato che fu il Minculpop ad avocare a sé un ruolo di supervisione dell'ente nella seconda metà degli anni '30.³⁹

³⁸ ACS, MCP, GAB, b. 91, f. "1934", Parini a Felicioni, 19/5/1937; cfr. *ivi*, Parini a Ciano, 28/2/1935; *ivi*, "Sottofascicolo generale", Parini ad Alfieri, 13/2/1937; Parini a Ciano, 13/4/1934.

³⁹ Un ampio carteggio tra Felicioni ed il ministero è conservato in ACS, MCP, GAB, b. 91. Cfr. anche le relazioni di presentazione dei bilanci di previsione del ministero (CD, AP, Legisl. XXIX, sess. 1934-36, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 993-A; *ivi*, sess. 1934-37, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 1564-A; *ivi*, sess. 1934-38, *Documenti, Disegni di legge e relazioni*, n. 2121-A).

Una circolare degli Esteri del 19 gennaio 1938 si incaricava di precisare gli ambiti di competenza della società, disponendo che nelle località ove esistevano istituti italiani di cultura i comitati della “Dante” dovessero sciogliersi, confluendo nei nuovi organismi; tuttavia “nelle località ove non esistano Istituti di Cultura né sezioni degli stessi, e dove il Ministero non ritenga opportuna la loro creazione, deve essere invece studiata la possibilità di vita di un Comitato della “Dante”, aiutata la sua formazione, efficacemente sorretta la sua opera [...]” I corsi organizzati dai fasci all'estero potevano gradualmente essere affidati alla Dante; i comitati dovevano a loro volta diventare più agili e dinamici, aprendo i loro consigli direttivi ai rappresentanti dei GUF e puntando a sollecitare l'attenzione dei giovani e delle élites locali; bisognava inoltre programmare con maggior cura il calendario, evitando “rigorosamente tutte le esibizioni di provincialismo pseudo intellettuale e verboso”.⁴⁰

Tali norme e raccomandazioni obbedirono in definitiva ad un progetto di potenziamento e integrazione delle attività degli istituti, dei lettori, della “Dante”, delle scuole all'estero, in un quadro in cui la complessa interazione con differenti contesti nazionali rendeva consigliabile fare uso di una molteplicità di strumenti. I vertici ministeriali ritennero opportuno perseguire questo orientamento sia perché problemi di ordine diplomatico e ristrettezze di bilancio rendevano difficile estendere la rete degli istituti ufficiali, sia perché il regime tentò nella seconda metà degli anni '30 di combinare strategie volte ad una più diretta penetrazione ideologica con forme di diplomazia culturale “morbida” e informale: enti come la “Dante” e le associazioni culturali bilaterali si prestavano a intercettare un pubblico differenziato, composto da intellettuali filofascisti, notabilato locale e circuiti dell'emigrazione; a questa esigenza rispondeva una

⁴⁰ RCIM 1938, circolare DIE 19/1/1938, n. 4, *Società Nazionale “Dante Alighieri”*.

pluralità di proposte, dalle conferenze agli eventi mondani fino alle iniziative “benefiche” e aggregative rivolte agli emigrati. Tale spettro di iniziative intendeva veicolare un’immagine rassicurante dell’italianità, che combinava i tradizionali motivi patriottici e la valorizzazione di un inesauribile patrimonio intellettuale con la rappresentazione di un paese nuovo, vivificato dall’esperienza mussoliniana. Queste strategie entrarono prevedibilmente in crisi con l’entrata in guerra, dopo aver raggiunto la massima espansione nella fase 1935-38; esse testimoniano non solo l’aggressivo dinamismo della politica fascista ma anche le forti aspettative che il regime riponeva intorno all’espansione del modello autoritario e della cultura italiana come faro della civiltà “latina”.

**LA STAMPA LUSITANA DI REGIME
E IL CONCORDATO TRA ITALIA FASCISTA
E VATICANO**

Daniele Serapiglia

La stipulazione del Concordato tra Vaticano e governo fascista, l'11 febbraio 1929, venne definita la più grande vittoria diplomatica del duce. Come ha scritto Renzo De Felice: "Con i patti del Laterano, Mussolini conseguì un successo – forse il più vero e il più importante di tutta la sua carriera politica – che da un giorno all'altro ne aumentò il prestigio in tutto il mondo. Un successo che ne rafforzò la posizione e all'estero e all'interno"¹. In questo saggio verrà analizzato tale evento nella sua dimensione internazionale. Si cercherà, infatti, di studiare l'impatto che quest'ultimo ebbe sulla giovane dittatura portoghese, ma soprattutto come venne illustrato dalla stampa lusitana alla propria opinione pubblica. Fare ciò ci permetterà di comprendere quale visibilità avesse il fascismo italiano sui mezzi d'informazione di un regime, che, con il tempo, verrà considerato ideologicamente affine a quello mussoliniano. Cercheremo, inoltre, di comprendere come lo stesso governo lusitano vedesse nei patti lateranensi un modello per la risoluzione dell'annoso conflitto tra Stato e Chiesa

¹ DE FELICE, Renzo. *Mussolini il fascista. L'organizzazione dello Stato fascista 1925-1929*, Torino: Einaudi, 1995 (I ed. 1968), p. 382.

cattolica che, dal 1910, dilaniava la repubblica portoghese e che, dopo l'instaurazione della dittatura, doveva essere risolto, se non altro, per il sostegno dei cattolici alle varie compagini governative. In questo senso, tenteremo di capire se, attraverso i propri media, l'esecutivo lusitano tentasse di preparare la popolazione a un accordo con la Chiesa. Per finalizzare tale operazione, verranno presi in esame gli articoli riguardanti il Concordato italiano, pubblicati su 4 dei maggiori quotidiani dell'epoca: *A Voz*, *Novidades*, *O Século* e *Diário de Notícias*. Tale scelta è dovuta al fatto che tali periodici ebbero, parafrasando Pierluigi Allotti, per la loro diffusione, "una maggiore responsabilità nei confronti dell'opinione pubblica" rispetto a giornali con una tiratura più limitata². Prima di passare all'analisi degli scritti diffusi dai giornali citati, dobbiamo chiarire perché questa vicenda fu tanto importante per il Portogallo e in quale contesto politico istituzionale giunse la sua eco.

Quello del 1929 non fu il primo accordo stipulato dal Vaticano con un altro Stato. Come ha ben sottolineato Rita Almeida de Carvalho nel suo *A Concordata da Salazar*, Pio XI aveva celebrato concordati in tutt'Europa a partire dal 1922³. La vicenda italiana, però, appariva la più significativa, poiché rappresentava un vero e proprio atto di conciliazione tra la Chiesa e una nazione, che in passato era stata guidata da governi orgogliosamente liberali e in quel momento era diretta da una dittatura di tipo nuovo, alla testa della quale vi era un leader, che non aveva mai celato un profondo anticlericalismo. In Portogallo, infatti, sussisteva una condizione simile a quella che si era venuta a creare dopo il 1870

² ALLOTTI, Pierluigi. *Giornalisti di regime. La Stampa italiana tra fascismo e antifascismo (1922-1948)*, Roma: Carocci, 2012, p. 19.

³ Nel 1922 era stato celebrato il Concordato con la Lettonia, nel 1925 con la Polonia e nello stesso 1929 con la Romania. Per quanto riguarda le regioni cattoliche della Repubblica di Weimar, la Baviera aveva sottoscritto un documento analogo nel 1924 mentre la Prussia sempre nel 1929. CARVALHO, Rita Almeida de. *A Concordata de Salazar*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2013, p. 17.

nel paese di Mussolini. Nella piccola nazione iberica, nel 1911, era stato imposto un regime di separazione tra Stato e Chiesa, che mal si conciliava con le aspettative dei cattolici lusitani. Dopo la proclamazione della Repubblica, il 5 ottobre 1910, conseguentemente al dibattito costituzionale, il nuovo Parlamento liberale, su impulso della massoneria⁴, aveva provveduto ad approvare una legge non dissimile da quella francese del 1905. Attraverso quest'ultima, quella cattolica aveva smesso di essere considerata la religione ufficiale del paese, mentre la gerarchia ecclesiastica lusitana, nell'intento dei legislatori, doveva essere svincolata dal controllo della Santa Sede. Lo Stato, poi, aveva provveduto a confiscare i beni della Chiesa; aveva posto sotto la propria vigilanza le associazioni cattoliche; aveva stabilito, altresì, che le cerimonie potessero svolgersi solo dopo l'approvazione scritta delle autorità amministrative; infine, aveva cercato di obbligare i preti a diventare sacerdoti alle sue dipendenze. Tale operazione, però, ebbe scarso successo, visto che solo il 20% di essi aderì a una sorta di clero istituzionale⁵. Nel 1911 quelli che giurarono fedeltà alla Repubblica furono 300 su 6.800. Era stato, inoltre, proibito ai bambini di svolgere pratiche religiose durante le lezioni scolastiche ed era stato istituito il divorzio.

Benché i repubblicani parlassero dei loro provvedimenti come volti a un processo di separazione tra Stato e Chiesa, in Portogallo ci fu una vera e propria integrazione di quest'ultima nel primo. Come ha ben sottolineato Eurico Seabra, nel piccolo Stato iberico, in realtà, vi era: "Una Chiesa sospetta, in uno Stato vigilante"⁶. Come spiegava

⁴ La paternità della legge di separazione fu di Afonso Costa, capo indiscusso del partito Repubblicano e convinto massone. RAMOS BRANDÃO, Pedro, CHAVES FIDALGO, António. *A maçonaria e a implantação da República em Portugal*, Alfragide: Casa das Letras, 2010, p. 135.

⁵ Cfr. ALBONICO, Aldo. *Breve storia del Portogallo contemporaneo 1890-1976*, Napoli: Morano, 1977, pp. 56-57.

⁶ RAMOS, Rui (coord.), *A Segunda Fundação* in MATTOSO, José, *História de Portugal*, Lisboa: Estampa, 2004, vol. VI, p. 356.

monsignor Giulio Tonti, Nunzio apostolico a Lisbona nel 1911, la Chiesa, infatti, da una separazione vera aveva solo da guadagnare, perché si sarebbe potuta organizzare come meglio credeva. Tale provvedimento, invece, portò a una serie di scontri violenti tra repubblicani e cattolici, che si protrassero per circa 15 anni⁷. Appare opportuno sottolineare come, con l'avvento della dittatura nel maggio del 1926, questo aspro confronto non si fosse del tutto sopito. Tra le file dei promotori del regime, infatti, vi erano diversi repubblicani, che tra il 1910 e il 1911 avevano sostenuto la legge di separazione. Solo alla fine del 1928, i cattolici cominciarono un'inarrestabile ascesa al potere, che subì un'intensa accelerazione nel 1929, subito dopo la stipulazione del Concordato italiano.

I cattolici lusitani giunsero a quell'appuntamento forti di un notevole peso riacquisito tra l'opinione pubblica a partire dal 1917. Se la Prima guerra mondiale aveva riavvicinato i soldati alla religione, grazie al riconoscimento della funzione in guerra dei cappellani militari, l'apparizione della Madonna a Fatima, nella primavera di quell'anno, aveva coinvolto una larga fetta dei cittadini portoghesi, creando nuove e intense passioni religiose. Tutto ciò fu abilmente strumentalizzato dall'episcopato locale, che, in poco tempo, fece di Fatima uno dei luoghi più importanti d'Europa per il "turismo" mariano. Il 2 agosto 1917, gli stessi vescovi avevano, inoltre, sostenuto la creazione di un partito politico, il Centro Católico Português⁸. In termini programmatici, quest'ultimo sembrava l'unico partito, in ambito conservatore, capace di dare una risposta popolare alla crisi economica che attanagliava in quel momento il piccolo Stato iberico.

⁷ Cfr. SERAPIGLIA, Daniele. *La via portoghese al corporativismo*, Roma: Carocci, 2011, pp. 63-67.

⁸ NETO, Vítor. *A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa* in ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (Coordenação de). *História da Primeira República portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2010, pp. 142-143.

Contro le politiche liberali dello Stato minimo, i cattolici proponevano delle ricette alternative anche a quelle dei socialisti, i quali, comunque, in Portogallo non sembravano così forti come altrove. Ai fini di questo lavoro è importante sottolineare come le loro idee si fondassero sulle linee più progressiste del pensiero sociale della Chiesa, che prevedeva, attraverso il corporativismo, il coinvolgimento delle masse nella gestione dello Stato⁹. L'inserimento di esponenti cattolici negli esecutivi, comunque, ebbe bisogno di tempo e non fu consequenziale all'instaurazione della dittatura. Sebbene "il regime autoritario, instaurato nel 1926, fin dall'inizio ebbe un orientamento ideologico cattolico"¹⁰, il Portogallo continuò a essere una nazione laica e aconfessionale, "che approfittava del fenomeno religioso come mezzo per stabilizzare la società"¹¹. Tale formula era tanto ambigua quanto sottile, ma costituì il terreno su cui si cementò il legame tra governo dittatoriale e Chiesa lusitana. In questo senso, riusciamo a comprendere maggiormente l'importanza che rivestì il Concordato italiano in Portogallo. È interessante notare come tale avvenimento giunse in un periodo in cui si stava consumando, in seno alla classe dirigente lusitana, un conflitto, che avrebbe sancito la nascita dell'Estado Novo, determinandone la struttura ideologica.

Nell'aprile del 1928, dopo la sua elezione alla presidenza della Repubblica, Óscar Carmona aveva chiamato a succedergli alla guida dell'esecutivo il colonnello Vicente de Freitas, imponendogli come ministro delle Finanze uno dei più importanti esponenti del Centro Católico Português, António Oliveira Salazar. La sua nomina, il 27 aprile dello stesso anno, aveva portato l'esecutivo lusitano a

⁹ Cfr. SERAPIGLIA, Daniele. *La via portoghese al corporativismo*, pp. 46-58.

¹⁰ CRUZ, Manuel Braga da. *O estado novo e a Igreja Católica*, Lisboa: Bizâncio, 1999 (II ed.), p. 11.

¹¹ Id., *o. c.*, 16.

scegliere una condotta ben precisa in campo economico, decisamente differente da quella impostata da Sinel de Cordes nei due anni precedenti. Quest'ultimo, infatti, aveva investito ingenti somme di denaro pubblico per finanziare le imprese portoghesi, facendo aumentare in maniera preoccupante l'inflazione, tanto da pensare, nell'autunno del 1927, di chiedere un ingente prestito a Londra. Come ha ben sottolineato Fernando Rosas, l'intenzione di Sinel era quella di ridare slancio alle forze produttive del paese, ma la concessione dei finanziamenti fu operata in maniera dubbia, vista la vicinanza dello stesso ministro ad alcuni ambienti economici e industriali¹². Secondo Cunha Leal, Sinel era la personificazione di "un sistema di commistione tra plutocrati e militari"¹³. Salazar, dal canto suo, proponeva di ridefinire il finanziamento pubblico alle imprese, imponendo una politica di forte austerità ai cittadini, che avrebbe permesso al paese di riequilibrare il proprio bilancio, senza dipendere dall'estero¹⁴. Tale tesi ebbe la meglio dopo un'intensa campagna stampa contro il prestito, dovuta alle dure condizioni di restituzione, che sarebbero state imposte dalla Società delle Nazioni, a cui era Sinel de Cordes aveva chiesto l'avallo per la finalizzazione della citata operazione, nel novembre del 1927¹⁵. Salazar, così, diventava ministro delle Finanze, con la duplice funzione di rimettere in ordine i conti dello Stato e di agganciare definitivamente il carro dei cattolici alla dittatura. Tale "matrimonio" era considerato necessario se si volevano porre delle basi durature al regime autoritario. Se, infatti, chi guidava il governo aveva in mano il controllo delle forze armate, la Chiesa, come abbiamo visto, stava riuscendo a riaffermarsi tra le masse e poteva costituire il mezzo

¹² ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder. A arte de saber durar*, Lisboa: Tinta da China, 2012, p. 89.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Id.*, o. c., p. 90.

¹⁵ *Ibidem*.

per dotare la dittatura di una forte base popolare. Questa unione poteva, inoltre, mettere la parola fine allo scontro tra mondo cattolico e repubblicani, sancendo anche la definitiva scomparsa di ogni nube monarchica nel cielo della piccola nazione iberica. Svuotati della loro componente cattolica, infatti, i movimenti che volevano il ritorno a Lisbona del re non avrebbe più costituito un pericolo per la Repubblica. Una tale unione avrebbe sancito, poi, la creazione di una forza, che sarebbe diventata in breve tempo un baluardo contro una possibile avanzata socialista. Dal suo punto di vista, la Chiesa lusitana avrebbe avuto la certezza di non subire più le persecuzioni a cui era stata sottoposta tra il 1910 e il 1926. Il clero portoghese, inoltre, pensava che avrebbe potuto riottenere parte di ciò che gli era stato confiscato e parte delle prerogative che aveva perso con la legge di separazione. Tale processo, comunque, non si concretizzò istantaneamente, con l'arrivo di Salazar al governo, ma ebbe bisogno di qualche mese in più. Nel novembre del 1928, il vescovo di Viseu scriveva: “La Chiesa ancora non ha visto riconosciuti i propri diritti, la restaurazione della propria libertà e non ha visto sciolta dal gioco dell’oppressione la sua coscienza”¹⁶. Effettivamente, in quel momento convivevano nell’esecutivo due anime molto forti. Da una parte vi era Vicente de Freitas, sostenuto dai repubblicani conservatori di scuola liberale, ma soprattutto dallo Stato maggiore dell’esercito; dall’altra Salazar, supportato dai cattolici, dai giovani militari graduati, ammiratori del fascismo Italiano, e dal generale Domingos de Oliveira comandante della legione di Lisbona. Quest’ultimo era il solo tra gli alti graduati a nutrire incondizionata fiducia nel professore di Coimbra. Mentre questi ultimi pensavano alla creazione di uno Stato nuovo, frutto di una vera rivoluzione nazionalista, i primi proponevano la “rivitalizzazione” della Repubblica in senso

¹⁶ MADUREIRA, Arnaldo. *Salazar e a Igreja, 1928-1932*, Lisboa: Horizonte, 2008, p. 80.

presidenzialista¹⁷. L'altro punto di contrasto tra i due gruppi citati era rappresentato dalla vicinanza della corrente di Vicente de Freitas alla massoneria, che aveva da sempre annoverato tra le sue file i più importanti dirigenti repubblicani. Come ha sottolineato Oliveira Marques: “il movimento del 28 maggio 1926, non ebbe ripercussioni significative sulla massoneria. Alcuni dei suoi capi, a cominciare dallo stesso Carmona erano “liberi operai”. Fino al 1929, la massoneria ebbe piena libertà d'azione”¹⁸. Anche in questo caso il 1929 segnò l'anno di cesura con i “vizi” della I Repubblica. Non ci sembra, dunque, un caso che la crisi del governo de Freitas si consumò proprio sul terreno religioso, pochi mesi dopo la stipulazione dei patti lateranensi, nel luglio del 1929. La caduta dell'esecutivo fu, infatti, sancita dalle dimissioni dello stesso Salazar, per solidarietà con il suo collega di area cattolica, Mário de Figueiredo, ministro della Giustizia e del Culto. Quest'ultimo aveva abbandonato il suo incarico, perché si era visto ricusare dalla maggioranza del Consiglio dei ministri un suo documento che avallava l'azione dell'arcivescovo di Evora, il quale era entrato in contrasto con il governatore della sua città, perché gli era stato proibito di far suonare le campane alla fine del giorno¹⁹. Questa era, ovviamente, una motivazione pretestuosa che mette in luce, però, quanto intensa fosse ancora il contrasto tra cattolici e repubblicani nello stesso governo e non solo. Tale conflitto si risolse con l'affermazione definitiva dei primi e soprattutto di Salazar, la cui presenza era ritenuta da Carmona indispensabile per la tenuta degli esecutivi. Dopo la crisi, infatti, il Presidente della Repubblica, aveva accettato le dimissioni di de Freitas e aveva chiamato il generale Ivens Ferraz per la costruzione

¹⁷ Cfr. ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder. A arte de saber durar*, pp. 94-103.

¹⁸ MARQUES. António Henrique. *A maçonaria portuguesa e o Estado novo*, Lisboa: Dom Quixote, 1983 (I ed. 1975), p. 58.

¹⁹ MADUREIRA, Arnaldo. *Salazar e a Igreja, 1928-1932*, pp. 94-95.

di un esecutivo che ruotasse attorno alla figura del ministro delle Finanze²⁰. Vista la contiguità temporale tra questa vicenda e la firma del Concordato italiano, non possiamo non pensare ad una relazione tra i due avvenimenti, e non possiamo non credere che la fine dell'esperienza governativa di de Freitas cominciò proprio nei primi mesi del 1929, all'indomani dell'accordo raggiunto tra governo mussoliniano e Vaticano. Grazie alla loro eco mondiale i patti lateranensi avevano ridato slancio ai movimenti cattolici in Italia come in Portogallo e potevano costituire, anche in terra lusitana, la piattaforma adatta per il definitivo avvicinamento tra lo Stato e la Chiesa. Appariva, perciò, inutile mantenere aperto un conflitto in chiave religiosa all'interno del governo. La pacificazione, però, non poteva essere sancita a freddo tra i due enti contraenti, ma doveva essere suggellata dall'abbraccio consapevole della popolazione. Una popolazione che era stata testimone di un violento conflitto tra Stato e Chiesa almeno per un ventennio e che, dunque, doveva essere preparata a questa riconciliazione. In tal senso, assumevano un ruolo fondamentale i mezzi d'informazione, i quali parlando della soluzione della questione romana, implicitamente preparavano i propri lettori alla definitiva soluzione del conflitto religioso locale. Nei giorni precedenti alla sigla dei patti lateranensi, avvenuta l'11 febbraio del 1929, i quotidiani lusitani avevano cominciato una martellante campagna d'informazione relativa alla questione. All'ampio spazio destinato all'avvenimento dai periodici cattolici, *A Voz* e *Novidades*, si unirono le numerose pagine concesse dai giornali di maggior circolazione nel paese: *O Século* e *o Diário de Notícias*. Per quanto riguarda i quotidiani legati al movimento cattolico, come prevedibile, la sigla del Concordato venne messa in grande risalto. *A Voz*, però, lasciava intuire una maggiore simpatia per il regime fascista, rispetto

²⁰ MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*, Alfragide: Dom Quixote, 2010 (3.^a ed.), pp. 86-87.

a *Novidades*. Come ha ben sottolineato Valentim Alexandre, benché il direttore del giornale Fernando de Sousa vedesse nell'azione di Mussolini qualcosa di pericoloso, ne riconosceva la capacità di aver organizzato l'Italia come un paese cattolico e di avergli dato la pace religiosa attraverso il Concordato. Egli definiva l'azione del duce "geniale"²¹. De Sousa lasciò sempre ampio spazio nei suoi giornali alle vicende legate al fascismo. Prima ancora dell'ascesa al governo di Mussolini, *A Época*, il quotidiano che il vulcanico giornalista diresse fino alla sua chiusura nel gennaio del 1927, ospitava i corsivi di Rolão Preto, che descrivevano con ammirazione i programmi e le gesta del fascismo italiano, fin dalle origini²². La mattina successiva alla firma dei patti, *A Voz* celebrava il capo del governo italiano scrivendo: "Crispi disse che lo statista che fosse riuscito a risolvere la questione romana avrebbe inciso il suo nome nella storia [...] D'altro canto Mussolini che pensa soprattutto alla ricostruzione morale dell'Italia, non poteva non tralasciare questo punto essenziale: ridare alla Chiesa il suo posto nella società"²³. Qualche giorno dopo si leggeva sullo stesso giornale: "In primo luogo si deve notare che la soluzione non poteva che venire da un governo rivoluzionario come quello fascista che ha saputo liberarsi dalla pressione massonica"²⁴. Sottolineare questo passaggio è importante, perché De Sousa, in questo modo, lanciava una stoccata contro la componente massonica del governo lusitano. *A Voz*, ancora il 17 febbraio, parlava dell'impegno dei governi tra cui quello mussoliniano contro la "minaccia massonica"²⁵. Pochi giorni dopo, il quotidiano riportava

²¹ ALEXANDRE, Valentim. *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa: Dom Quixote, 2006, p. 149.

²² Cfr. PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal*, Lisboa: Estampa, 1994, pp. 48-51.

²³ *A Voz*, 12 febbraio 1929.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *A Voz*, 17 febbraio 1929.

le parole di Trindade Coelho, ministro plenipotenziario portoghese in Italia, il quale affermava:

Il nostro rinascimento – tanto legato al rinascimento italiano – è stato sia eroico che religioso. Sono state soprattutto le popolazioni celtiche del nord e quelle romane del Portogallo a dare un maggior contributo alle spedizioni marittime. Questo spirito di coesione e di idealismo che non bisogna confondere con lo spirito di avventura; è la prima virtù dello spirito religioso. Il nord del Portogallo è stato sempre fervidamente cattolico.

Come portoghese, come cattolico, come nazionalista, la mia commozione di fronte alla soluzione della questione romana è profonda. È uno dei maggiori avvenimenti storici a livello mondiale e, nei termini in cui lo conosco, è degno di un grande Papa, come di un grande Capo. Rendo grazie a Dio per avermi permesso di assistere e vivere, in prima persona, a questa vicenda legata allo spirito e al cuore²⁶.

Tali affermazioni erano importanti, non soltanto perché celebravano il papa e il duce, ma soprattutto perché mettevano in relazione le vicende storiche d'Italia e Portogallo. Parlando del legame del rinascimento italiano con quello lusitano, molto probabilmente, Henrique Trindade de Coelho voleva richiamare l'attenzione su come anche nel piccolo Stato iberico ci fosse bisogno di scrivere una nuova pagina rispetto al rapporto tra Stato e Chiesa²⁷. In realtà,

²⁶ *A Voz*, 20 febbraio 1929.

²⁷ La figura di Trindade de Coelho è molto importante, se pensiamo che nel luglio del 1929 era stato chiamato dal presidente del consiglio Ivan Ferraz a ricoprire il ruolo di ministro degli Esteri. In questo senso si può intravedere la chiara volontà dell'esecutivo lusitano di avvicinarsi al fascismo. Il ministro plenipotenziario in Italia era, infatti, un ammiratore del fascismo, tanto da consegnare a Mussolini le insegne dell'ordine della torre e della spada ricevute dal presidente della Repubblica Carmona. La sua avventura a capo della diplomazia lusitana durò poco, però, sembra a causa di contrasti proprio con Salazar, tanto che nello stesso anno venne nominato

come ha sottolineato Almeida de Carvalho, Trindade de Coelho non era assolutamente convinto della bontà del Concordato, almeno per quanto riguardava il Vaticano. Secondo il diplomatico lusitano, i patti lateranensi erano un accordo al ribasso che vedeva il papa sconfitto. Quest'ultimo, infatti, accettava la perdita definitiva dei territori dello Stato pontificio e del patrimonio confiscato alla Chiesa, come il tesoro di San Nicola di Bari, mentre accoglieva un indennizzo, in termini monetari, inferiore a quello proposto al Papa nel 1870. Secondo Coelho, con il Concordato, il trionfo di Mussolini fu di dimensioni assolute. Questo era il trionfo di un trattato che nulla aveva concesso rispetto a un accordo che obbediva più ai principi dell'imperialismo fascista che a quelli della Chiesa cattolica²⁸. Scriveva Trindade al cattolico Mário de Figueiredo, all'epoca ministro della giustizia, "Le dico che – come cattolico – per me, il giorno della pubblicazione degli accordi, fu un giorno triste"²⁹. Proprio quest'ultimo, intervistato da *Novidades*, sottolineava, invece, l'importanza a livello internazionale del trattato, mettendo in risalto l'eco che la notizia aveva avuto a livello mondiale. Parlando, poi, del suo paese egli affermava: "nel nostro caso il Concordato è importante per il fatto stesso che sia stato siglato [...] Non parlo da ministro, ma le posso dire che il Portogallo è stato felice per la soluzione trovata alla questione romana"³⁰. Tali affermazioni risultano caute, benché lascino trapelare il desiderio che un nuovo accordo simile fosse stipulato anche a Lisbona. Nei giorni successivi, il giornale legato all'episcopato tornò a parlare dell'avvenimento grazie una lunga intervista concessa da Giuseppe

rappresentante lusitano in Vaticano. Quest'ultimo ruolo è, comunque, da considerarsi fondamentale, se pensiamo che in quel periodo si posero le basi del Concordato tra il Portogallo e la Santa sede del 1940. MADUREIRA, Arnaldo. *Salazar e a Igreja 1928-1932*, Lisboa: Horizonte, 2008, pp. 117-119.

²⁸ CARVALHO, Rita Almeida De Carvalho. *A concordata de Salazar*, pp. 65-68.

²⁹ Id., *o. c.*, p. 60.

³⁰ *Novidades*, 14 febbraio 1929.

Bastianini, ministro plenipotenziario del regno d'Italia a Lisbona. Quest'ultimo in un entusiastico elogio al duce esclamava:

Non sarebbe stato possibile realizzare un storico evento tanto grandioso [...] senza la preparazione spirituale che, fin dall'inizio, è stata perorata dall'azione del governo Mussolini. E' stato necessario abbattere molte preoccupazioni e distruggere molte leggende per raggiungere l'obiettivo che oggi riempie di gioia il mondo cattolico. Solo il formidabile prestigio e la grande autorità di quest'uomo hanno potuto eliminare i delicatissimi ostacoli che impedivano l'avvicinamento del Vaticano e di uno stato cattolico, che per completare la sua formazione ha annesso il territorio pontificio. La mano di dio, inoltre, è intervenuta benignamente, dando alla Chiesa un capo politicamente e incontestabilmente all'avanguardia e mettendo a capo del governo italiano un uomo dall'incontestabile prestigio.

Come cattolico, come italiano e come fascista, oggi, che la mia patria è riconosciuta dal capo della Chiesa, sento di più il brio delle mie convinzioni religiose e politiche e rendo grazia a Dio per aver concesso all'Italia, nella persona di Benito Mussolini, un uomo che interpreta realmente i sentimenti del popolo italiano e nella persona di Vittorio Emanuele un sovrano, fedele rappresentante delle orgogliose tradizioni d'Italia, la quale si afferma, una volta ancora, come nazione prospera sulle pagine della storia del mondo³¹.

Sempre lo stesso giorno, *Novidades* riportava il commento che Henry Bordeaux aveva rilasciato all' *Echo de Paris*: "Mussolini ha capito, senza dubbio, ciò che la forza cattolica può fare per l'espansione dell'Italia. Proverà a Dio e alla Francia che il suo gesto

³¹ *Novidades*, 16 febbraio 1929.

dovrebbe essere imitato”³². In questo caso, come nel 1926, quando la condanna di Action française ebbe in Portogallo ripercussioni notevoli³³, *Novidades* usava la Francia per riferirsi alla situazione portoghese. Di fatto, sembra che si sarebbe voluto scrivere: “che il Portogallo segua l’esempio dell’Italia”. Ma allora, perché non essere più chiari? Come abbiamo accennato all’inizio, i cattolici si stavano lentamente inserendo nella macchina statale, che ancora era dominata dalla stessa nomenclatura che aveva sostenuto il regime di separazione imposto con l’instaurazione della Repubblica, ma che soprattutto controllava l’esercito. L’episcopato lusitano non poteva, perciò, esporsi direttamente, chiedendo un nuovo Concordato per il proprio paese. Per i vertici ecclesiastici lusitani era importante, invece, determinare una situazione di equilibrio tra le varie anime che guidavano in quel momento il Portogallo. Non bisognava troppo assecondare le posizioni dei cattolici intransigenti, che da anni chiedevano la cancellazione della legge di separazione, ma nemmeno esaltare troppo le inclinazioni fasciste. In questo senso, il cardinal patriarca di Lisbona, Manuel Gonçalves Cerejeira, in un’intervista pubblicata sia da *Novidades* che da *Diário de Notícias*, disse: “Per lo stesso fatto che sia stato siglato il Concordato, non si può dire che Mussolini abbia legato lo stendardo fascista all’albero maestro della nave di San Pietro. La Chiesa è molto vecchia, per potersi illudere del trionfo passeggero dei diversi regimi politici”³⁴. Il capo della Chiesa lusitana aveva poi aggiunto che il Concordato non aveva fatto agganciare la Chiesa “al carro del fascismo” per il semplice fatto che il processo concordatario era in atto da anni e prima dell’Italia

³² Ibidem.

³³ Cfr. SERAPIGLIA, Daniele. 1926 *La condanna del Vaticano dell’Action française in Portogallo. Il caso “Nemo” (Fernando de Sousa)* in TORGAL, Luís Reis, PAULO, Heloisa (Coordenação de). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 343-354.

³⁴ *Novidades*, 27 febbraio 1929; *Diário de Notícias*, 27 febbraio 1929.

aveva coinvolto: Polonia, Romania, Cecoslovacchia e Baviera³⁵. La domanda che ci si pone è se il Concordato avesse ricevuto il plauso unanime della stampa lusitana di maggior divulgazione. La risposta è affermativa, anche se sussistevano alcune sfumate differenze. Più o meno sulla stessa linea si ponevano *Voz*, *Novidades* e *Diário de Notícias*. Se appare normale riscontrare nei primi due quotidiani una somiglianza di vedute, si potrebbe avere qualche dubbio per quanto riguarda il terzo. *Diário de Notícias*, però, già nel '29 era uno degli organi di stampa più vicini all'esecutivo. A partire dal 1932, come ha ben sottolineato Fernando Rosas, il *Diário* diventerà "l'organo ufficioso del regime", "il riflesso fedele delle sfumature, dell'inclinazioni e delle particolarità della politica del governo nei vari ambiti"³⁶. Differente è il discorso che riguarda l'altro grande quotidiano dell'epoca, *O Século*, che invece cercava di essere più obiettivo sull'argomento. In due articoli di fondo, infatti, Brito Camacho sottolineava come il Concordato fosse la normale conseguenza della legge delle Guarentigie, formulata all'indomani della presa di Roma nel 1870 e come per giungere ad esso sia il Quirinale che il Vaticano avessero fatto all'interlocutore delle concessioni importanti. Soprattutto, egli sottolineava come a differenza di Pio IX, accogliendo la proposta di Concordato, Pio XI avesse di fatto rinunciato all'autorità sull'antico Stato pontificio³⁷. Un'opinione del tutto simile a quella espressa in privato da Trindade de Coelho. Tale posizione, ovviamente, fu criticata apertamente da *Novidades*, che il giorno seguente attaccò il corsivista dell'autorevole giornale repubblicano, ribadendo come l'accordo in questione avesse sancito la vittoria del pontefice³⁸. Comunque, in questo caso, si tratta di sfumature che non ledono la

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ ROSAS, Fernando. *O salazarismo e a aliança luso-britânica*, Lisboa: Fragmentos, 1988, p. 137.

³⁷ *O Século*, 19 e 27 febbraio 1929.

³⁸ *Novidades*, 28 febbraio 1929.

sostanziale simpatia che la stampa di regime dimostrò nei confronti del Concordato italiano. In questo senso, *O Século* scriveva, il 14 febbraio, che i patti avevano ridato al Papa “il potere temporale”³⁹. La buona accoglienza della stampa lusitana nei confronti degli accordi del Laterano, venne sottolineata anche dal cardinal Gasparri, il quale affermava di apprezzare anche le congratulazioni del Presidente della Repubblica e del governo portoghese per la soluzione della questione romana. Il segretario di Stato pontificio, inoltre, sollecitava il nunzio di Lisbona a presentare a Carmona e ai suoi concittadini “il vivo ringraziamento del Sommo Pontefice” e “i voti di prosperità cristiana, impartendo con tutto il cuore la benedizione apostolica”. Questo nuovo legame tra autorità portoghesi e Chiesa cattolica venne sancito da una serie di eventi che videro fianco a fianco alte cariche dello Stato e rappresentanti del Vaticano. Dopo la stipulazione dei patti, per esempio, venne celebrato un “Te Deum” solenne nella cattedrale di Lisbona, al quale parteciparono: il presidente della Repubblica, Il presidente del Consiglio, il ministro degli Esteri, quello delle Finanze e il capo del dicastero della Giustizia⁴⁰. La nomenclatura lusitana aderì con “passione”, inoltre, anche ad alcune delle più importanti ricorrenze riguardanti la comunità cattolica. Ad esempio, *O Século* ricordava come il presidente Carmona avesse inviato alla Santa sede un biglietto di congratulazioni per la stipulazione dei patti, ma anche come quest’ultimo avesse partecipato al banchetto voluto dal nunzio apostolico, mons. Giovanni Beda, per celebrare l’anniversario dell’incoronazione del papa⁴¹.

Possiamo dunque affermare che, dopo la stipulazione del Concordato italiano, in Portogallo, il processo di riavvicinamento tra il movimento del 28 maggio del 1926 e la Chiesa cattolica

³⁹ *O Século*, 14 febbraio 1929.

⁴⁰ ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona (1580-1940), scatola n. 438, fl. 164.

⁴¹ *O Século*, 15 febbraio 1929.

subì un'intensa accelerazione. La nomina di Salazar a presidente del Consiglio nel 1932, la nuova Costituzione varata nel 1933 e il Concordato firmato nel 1940, daranno, poi, vita a quell'unione tra Stato e Chiesa, che, almeno in un primo momento, fu fonte di stabilità per l'Estado Novo. Tutto ciò, però, non si tradusse nella trasformazione dello Stato lusitano in uno Stato confessionale. Come ha sottolineato Luís Reis Torgal, lo stesso Salazar non era interessato alla creazione di uno "Stato cattolico", "ma solo alla difesa dei diritti e delle libertà della Chiesa, nel conteso di una politica concordataria"⁴². È bene ribadire, però, come questa libertà portasse i cattolici stessi a non avere un atteggiamento ostile verso l'Estado Novo e il suo leader.

In questa maniera, come ha scritto lo stesso Torgal, la dottrina cattolica divenne uno degli elementi fondamentali di "un totalitarismo alla portoghese"⁴³, che Mircea Eliade definiva "una forma cristiana di totalitarismo", basato sull'amore, l'umiltà e il sacrificio, sulla rinuncia e sulla creazione, "costruito non sulle astrazioni, ma sulla viva realtà del popolo e sulla sua tradizione"⁴⁴.

In tal senso acquistano valore le parole di Braga da Cruz, che ha parlato di una "inversione fascistizzante della democrazia cristiana", consequenziale all'affermazione della linea salazarista nel governo⁴⁵. Parlare di fascismo "democristiano" è importante, perché contrasta con la visione più diffusa dell'Estado Novo, ovvero quella di un regime legato ad "un integralismo cattolico di matrice tradizionalista e antiliberalista", volto a fermare la modernizzazione accelerata e

⁴² TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo*, vol. I, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 435.

⁴³ Cfr. TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, vol. I, pp. 249-288.

⁴⁴ ELIADE, Mircea in Id., *o. c.*, p. 255.

⁴⁵ CRUZ, Manuel Braga da. *As origens da Democracia Cristã e o salazarismo*, Lisboa: Presença, 1980, p. 18.

imposta dalla I Repubblica⁴⁶. La corrente democristiana dei cattolici faceva, infatti, riferimento alle idee di Romolo Murri, “l’eretico” che aveva teorizzato la modernizzazione dello Stato e, in campo sociale, il coinvolgimento delle masse nella direzione di quest’ultimo attraverso politiche corporative. Fin dai primi anni del secolo, l’onda del modernismo murrino aveva lambito le coste lusitane, tanto da influenzare la rivista del Centro Académico da Democracia Cristã di Coimbra *Estudos Sociaes*. Scrive Braga da Cruz:

Fin dai primi numeri *Estudos Sociaes* manifestò grande attenzione alle vicissitudini del movimento democristiano europeo e ai più importanti avvenimenti sociali e politici internazionali dell’epoca, ostentando un nitido sentimento di apertura ed una volontà innovatrice. Evidenti furono le simpatie apertamente esibite nei confronti del murrismo italiano e del sillonismo francese, le due espressioni di avanguardia del movimento democristiano, che Pio X, più tardi, condannò⁴⁷.

Sottolineare ciò è importante, visto che Salazar si formò politicamente proprio nel Centro Académico e certamente subì un certo ascendente modernista⁴⁸. In questo senso, è possibile affermare che se la dittatura mussoliniana nacque dall’incontro tra socialismo e nazionalismo, quella salazarista nacque dalla commistione tra quest’ultimo e il modernismo cattolico. Ai fini di questo studio ricordare questo elemento è fondamentale perché tale matrimonio di idee si affermò definitivamente proprio all’indomani della sigla del Concordato italiano.

⁴⁶ PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu*, Lisboa: Estampa, 1992, p. 123.

⁴⁷ CRUZ, *As origens da Democracia Cristã e o salazarismo*, p. 161.

⁴⁸ SERAPIGLIA, Daniele. *La via portoghese al corporativismo*, p.58.

Rispetto al rapporto tra Italia e Portogallo, c'è da notare come il 1929 sancì anche un deciso avvicinamento tra i due Stati, sottolineato dall'arrivo, l'11 settembre dello stesso anno, di 1300 ragazzi dell'Opera nazionale balilla a bordo del cacciatorpediniere Cesare Battisti. Il viaggio, partito da Genova, aveva toccato anche i porti di Napoli, Cagliari, Barcellona e Gibilterra. Tra i membri della delegazione di giovani camice nere c'erano anche Vittorio e Bruno Mussolini⁴⁹. Tale presenza venne celebrata dai quotidiani lusitani, tra cui *O Século*. Proprio quest'ultimo, il 12 settembre, raccontava come agli ordini del generale Umberto Chiappe, le formazioni dei balilla fossero state passate in rassegna dal ministro Italiano a Lisbona, Battistini. Dopo tale incontro, poi, "era stato organizzato un corteo che, in un sentito omaggio al Portogallo, aveva depresso una corona di alloro [...] ai piedi del monumento dedicato a Luís de Camões"⁵⁰. In quella stessa occasione, il generale Esteves, giunto per portare i saluti del governo lusitano, affermò: "che il popolo italiano, per le sue doti di intelligenza e capacità di lavoro, continuava ad essere ciò che era stato nel passato, ovvero il promotore della resurrezione della razza latina, alla quale i portoghesi erano orgogliosi di appartenere e per il prestigio della quale molto avevano fatto"⁵¹. Come ha ben sottolineato Jorge Pais de Sousa, è ragionevole pensare che l'offerta di un libro d'onore per l'Istituto italiano di Coimbra firmata da Mussolini a Roma il 18 settembre 1929 fosse anche una conseguenza di quel viaggio⁵². È giusto rimarcare ancora, comunque, come il nuovo interesse internazionale nei confronti del fascismo fosse anche

⁴⁹ Cfr. SOUSA, Jorge Pais de. *Uma biblioteca fascista em Portugal. Publicações do Período Fascista Existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 19-20.

⁵⁰ *O Seculo*, 12 Setembro 1929.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² SOUSA, Jorge Pais de. *Uma biblioteca fascista em Portugal. Publicações do Período Fascista Existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra*, p. 23.

la conseguenza della stipulazione del Concordato. Come ha ben messo in risalto Mario Ivani:

Nel 1929 la Grande crisi e la firma dei patti lateranensi, che avevano prodotto un effetto largamente positivo nell'opinione pubblica cattolica a livello internazionale, consentirono a Mussolini di tornare sui propri passi e rivendicare apertamente le ambizioni internazionali del fascismo. Il 27 ottobre 1930 egli aveva dichiarato: «Il fascismo in quanto idea, dottrina, realizzazione è universale: italiano nei suoi particolari istituti, esso è universale nello spirito»⁵³.

In Portogallo, tale spirito universale fu propagandato soprattutto attraverso gli istituti culturali, più che tramite la stampa. Dal 1932, l'esecutivo di Roma sostenne un congruo numero di missioni tese a esportare il fascismo nel mondo. Questo lavoro fu agevolato nel piccolo Stato iberico da istituzioni come: la Dante Alighieri, l'Istituto italiano di cultura di Lisbona; ma anche come l'Istituto di studi italiani della facoltà di Lettere di Coimbra. Quest'ultimo, già nel 1925, aveva aperto al pubblico la Sala italiana, fondata su iniziativa del prof. Guido Vitaletti e diventata, in breve tempo, la sede di una vera e propria biblioteca fascista in Portogallo⁵⁴. La Stampa locale, invece, non venne mai sfruttata dal fascismo italiano per fini propagandistici. In questo senso, appaiono illuminanti le parole che Renato Bova Scoppa, ministro plenipotenziario italiano a Lisbona, proferì a Galeazzo Ciano, a pochi mesi dell'entrata del suo paese in guerra a

⁵³ IVANI, Mario. *Esportare il fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)*, Bologna: Clueb, 2008, p. 52.

⁵⁴ SOUSA, *Uma biblioteca fascista em Portugal. Publicações do Período Fascista Existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra*, pp. 16-17.

fianco della Germania, nel dicembre del 1940. Vedendo il clima ostile che la stampa lusitana stava montando rispetto all'azione italiana, Scoppa asseriva che l'Italia non era trattata bene dai quotidiani lusitani, perché non investiva denaro nell'informazione all'estero, così come facevano le forze alleate⁵⁵.

Se non possiamo suffragare tale affermazione, possiamo, però, facilmente asserire che la Stampa portoghese funse piuttosto da megafono della visione del proprio governo nei confronti della dittatura italiana, che da amplificatore delle idee fasciste; così come dimostrano gli articoli pubblicati all'indomani dell'11 febbraio 1929, quando la cronaca delle vicende legate ai patti lateranensi costituì il mezzo per preparare l'opinione pubblica alla abbraccio finale tra il regime dittatoriale e la Chiesa, piuttosto che un modo per esaltare Mussolini e la sua dottrina.

⁵⁵ SALVADORINI, Vittorio. *Italia e Portogallo dalla guerra d'Etiopia al 1943*, Palermo-San Paolo del Brasile: Mazzone, 2000, pp. 69-70.

(Página deixada propositadamente em branco).

LA DONNA NELLA PROPAGANDA FASCISTA (1919-1943)

Elena Bignami

Il totalitarismo non tende ad avere dei sudditi passivi non partecipanti, ma dei soldati fanatici e “convinti”. Si tratta infatti del tentativo di mobilitare l’intera popolazione, trasformando secondo un modello preciso l’insieme dei ruoli e le forme di partecipazione. In questo consisteva in definitiva il tentativo di “costruire” l’uomo fascista. Di qui la necessità di risocializzare gli adulti, e soprattutto socializzare i giovani secondo il nuovo modello¹.

Così scrive Gino Germani nel suo testo del 1975 prima di affrontare insieme alla socializzazione dei giovani, quella delle donne, solo da pochi anni entrate a far parte dell’indagine storiografica italiana con i primi studi sulla partecipazione femminile nei movimenti politici italiani tra Otto e Novecento.² Una storia, quest’ultima, che

¹ GERMANI, Gino. *Autoritarismo, fascismo e classi sociali*, Bologna, Il Mulino, 1975, p. 255.

² Si tratta del lavoro di PIERONI BORTOLOTTI, Franca, *Alle origini del movimento femminile in Italia: 1848-1892* (Torino, Einaudi, 1963) – al quale dopo undici anni seguirà *Socialismo e questione femminile in Italia: 1892-1922* (Milano, Mazzotta, 1974) – che indaga il rapporto tra donne e movimento operaio e di quello di GAIOTTI DE BIASE, Paola. *Le origini del movimento cattolico femminile* (Brescia, Morcelliana, 1963), che invece analizza natura e storia del movimento cattolico femminile.

nasce con l'obiettivo di recuperare la memoria di soggetti attivi nei processi storici fino ad allora trascurati, con un fine integrativo volto a mettere in discussione le ricostruzioni storiografiche dominanti e così contribuire a un riorientamento complessivo capace di rendere tali ricostruzioni più vicine alla realtà storica. Lo sviluppo di questo campo storiografico ha risentito poi delle riflessioni di Natalie Zemon Davis³ e di Joan W. Scott⁴, che introducendo la categoria di gender nell'analisi hanno dato vita a un vivace dibattito⁵ che ha svolto una funzione detonante per la storia delle donne, stimolando la riflessione e la produzione intorno a vecchie e nuove tematiche che l'attraversavano.

I primi studi intorno alla storia delle donne in epoca fascista sono riconducibili alla metà degli anni Settanta, e dopo un primo inizio un po' stentato⁶ e alcune riflessioni brillanti – penso alla raccolta di Pietro Meldini, *Sposa e madre esemplare*⁷, che riflette intorno alla “politica della donna e della famiglia durante il fascismo”⁸, e al saggio di Alexander De Grand⁹ sul ruolo attivo e passivo delle donne durante il regime, alla penetrante analisi della

³ DAVIS, Natalie Zemon. “Women’s history” in Transition: the European Case, in: *Feminist Studies*, a. V/1976, n. 3-4, pp. 83-103, tr. it., “La storia delle donne in transizione: il caso europeo”, in: *Nuova DWF*, a. II/1977, n. 3, pp. 7-33.

⁴ SCOTT, Joan W. Gender. “A Useful Category of Historical Analysis”, in: *American Historical Review*, a. XCI/ 1986, n. 5, pp. 1053-1075, tr. it. “Il “genere”: un’utile categoria di analisi storica”, in: *Rivista di storia contemporanea*, a. XVI/1987, n. 4, pp. 560-586.

⁵ Si veda al proposito. SCOTT Joan W. “Usi e abusi del “genere””, in: Ead., *Genere, politica, storia*, Ida Fazio (a cura di), Roma, Viella, 2013, pp. 105-127.

⁶ Al proposito si rinvia alla bella ricostruzione critica di FRADDOSIO, Maria. “Le donne e il fascismo. Ricerche e problemi di interpretazione”, in: *Storia contemporanea*, a. XVII/1986, n. 1, pp. 95-135.

⁷ MELDINI, Pietro, *Sposa e madre esemplare. Ideologia e politica della donna e della famiglia durante il fascismo*, Rimini-Firenze, Guaraldi, 1975.

⁸ FRADDOSIO, M. *Le donne e il fascismo*, cit., p. 105.

⁹ DE GRAND, Alexander. “Women under the Italia Fascism”, in: *The Historical Journal*, a. XIX/1976, n. 4, pp. 947-968.

Bortolotti¹⁰ e al più ampio studio di A. James Gregor¹¹ che tocca il tema dell'antifemminismo fascista –, negli anni Ottanta questa tematica da una parte ha trovato spazio all'interno della più ampia ricerca storiografica sul fascismo, che proprio allora andava maturando la riflessione in senso propriamente scientifico¹², e dall'altra è stata oggetto di crescente interesse e approfondimento sempre maggiore nell'ambito della vera e propria “storia delle donne”. Il rapporto donne-fascismo viene allora sviscerato da più punti di vista (il lavoro¹³, lo sport¹⁴, l'organizzazione politica e i ruoli riservati alle donne dal fascismo¹⁵), e ben presto – raccogliendo con una

¹⁰ PIERONI BORTOLOTTI, Franca. *Femminismo e partiti politici in Italia, 1919-1926*, Roma, Editori Riuniti, 1978.

¹¹ GREGOR, Anthony James. *Italian Fascism and Developmental Dictatorship*, Princeton University Press, Princeton, 1979.

¹² Si vedano al proposito i lavori di Renzo De Felice, Enzo Santarelli, Alexander De Grand.

¹³ Si veda in particolare FIUME, Giovanna. “La donna e la famiglia”, in: *Il fascismo, politica e vita sociale*, Roma, Teti, 1980, pp. 162-174; SARACENO, Chiara. “Percorsi di vita femminile nella classe operaia. Tra famiglia e lavoro durante il fascismo”, *Memoria*, a. I/1981, n. 2, pp. 64-75 e della stessa autrice, “La famiglia operaia sotto il fascismo”, in: *La classe operaia durante il fascismo*, «Annali della Fondazione G. Feltrinelli», vol. XX/1979-1980, pp. 189-230; DE GRAZIA, Victoria. *Consensus e cultura di massa nell'Italia fascista: l'organizzazione del dopolavoro*, Roma-Bari, Laterza, 1981; PASSERINI, Luisa, *Torino operaia e fascismo*, Bari, Laterza, 1984.

¹⁴ Si veda in particolare FRASCA, Rossella Isidori ... e *il Duce le volle sportive*, Padova, Patron, 1983 e *Atleti in camicia nera. Lo sport al tempo di Mussolini*, Roma, Volpe, 1983 e il più recente lavoro di FERRARA, Patrizia. “La “donna nuova” del fascismo e lo sport”, in: *Sport e fascismo*, CANELLA, Maria, GIUNTINI, Sergio, Milano, Franco Angeli, 2009, pp. 209-233.

¹⁵ DE GIORGIO, Michela, DI CORI, Paola. “Politica e sentimenti. Le organizzazioni femminili cattoliche dall'età giolittiana al fascismo”, in *Rivista di storia contemporanea*, a. IX/1980, n. 3, pp. 337-371; INNOCENTI, Claudia, “Ideologia fascista e condizione femminile. La scuola di economia domestica a Bergamo”, in *Studi e ricerche di storia contemporanea*, a. XV/1984, n. 22, pp. 5-25; SABA, Marina Addis, “Littorali al femminile”, in: GRIMALDI, Ugoberto Alfassio, Ead., *Cultura a passo romano. Storia e strategie dei Littorali della cultura e dell'arte*, Milano, Feltrinelli, 1983, pp. 144-164; OSTENC, Michel *La conception de la femme fasciste dans l'Italie mussolinienne*, in «Risorgimento», a. IV/1983, n. 3, pp. 155-174; SARACINELLI, Marisa, TOTTI, Nilde. *L'Italia del Duce. L'informazione, la scuola, il costume*, Rimini, Panozzo, 1983, in part. pp. 117-146; SCARAMUZZA, Emma. «Professioni intellettuali e fascismo. L'ambivalenza dell'Alleanza muliebri culturale italiana», in: *Italia contemporanea*, a. XXXV/1983, n. 151-152, pp. 111-113.

decina d'anni di ritardo il suggerimento di Germani – emerge con tutta evidenza la necessità di abbandonare uno stereotipo assai diffuso in molti di questi studi, che diffonde l'immagine della donna fragile e passiva, quando non vittima del regime, per indagare invece l'effettiva portata e natura della partecipazione femminile al movimento fascista nei diversi periodi del suo sviluppo.

Gli anni Novanta si aprono con quello che a tutt'oggi può essere considerato l'unico tentativo di sintesi e interpretazione della storia delle donne in età fascista, *Le donne nel regime fascista* di Victoria de Grazia, pubblicato in edizione originale nel 1992 e in traduzione italiana nel 1993¹⁶. Un volume spartiacque, che riesce a far emergere in modo convincente l'effettiva complessità e contraddittorietà dell'ingerenza del movimento fascista nella vita delle donne italiane del tempo, che pur agendo in senso fortemente patriarcale produsse effetti che determinarono sulle loro vite anche opportunità nuove e ruoli più moderni, ma che al contempo interpreta erroneamente questi come effetti collaterali e involontari della politica del regime e non riesce a dare sufficiente risalto al “microcosmo composito, innovativo e al contempo conservatore”¹⁷ della militanza fascista femminile. Gli studi successivi sono tornati alla settorialità. Si analizzano aspetti specifici della storia delle donne durante il fascismo e della politica adottata dal fascismo verso le donne, spesso attraverso lo studio di inedite fonti d'archivio che hanno dato vita a personaggi e storie che con il supporto della bibliografia ormai consolidata sono riuscite a complicare e avvicinare ulteriormente la storiografia alla comprensione del tempo. Allo stato attuale, però, la ricchezza

¹⁶ DE GRAZIA, Victoria. *How Fascism Ruled Women. Italy 1922-1945*, Berkeley, California University Press, 1992, trad. it. di Stefano Musso, *Le donne nel regime fascista*, Venezia, Marsilio, 1993.

¹⁷ FRADDOSIO, M. *Le donne e il fascismo*, cit., p. 131. Al proposito si veda anche la bella recensione della Fraddosio al volume di Grazia, in: *Storia Contemporanea*, a. XXVI/1995, n. 2, pp. 335-344.

della ricerca storica appare straordinaria rispetto alla reale capacità di intrecciare e riflettere sui risultati raggiunti. Mi pare infatti che ancora oggi il dilemma denunciato dalla Fraddosio nel lontano 1986¹⁸ circa l'incomunicabilità tra due universi paralleli della storiografia – da una parte l'indagine intorno al ruolo della donna così com'era concepito dal regime e dall'altro l'analisi della politica interna alle organizzazioni femminili del partito fascista¹⁹ – manchi di una riflessione, manca cioè la ricerca del complesso rapporto tra natura, forme e tempi della militanza fascista femminile e natura, forme e tempi della politica fascista sulle donne, una lacuna che impedisce ancora oggi di passare da una storia del fascismo a una storia della società italiana sotto il fascismo. Mi pare che da questo punto di vista possa essere interessante riflettere, sulla scorta della bibliografia esistente, sul tema della propaganda fascista così com'è stata rivolta alle donne.

Come già rileva Renzo De Felice in uno dei primi studi storiografici sul fascismo, Mussolini “non fu mai sensibile ad istanze di tipo femminile neppure quando era socialista, neppure nell'immediato dopoguerra”²⁰, ma l'impressione è che abbia saputo osservare queste istanze con attenzione e usarle per costruire il consenso attorno alla propria ideologia.

Il codice civile Pisanelli (1865), il primo codice dell'Italia Unità, per quanto attiene la famiglia riconosce il potere incontrastato del marito e del padre. La moglie è esclusa, senza previo consenso del marito²¹, dalla maggior parte degli atti giuridici e commerciali,

¹⁸ FRADDOSIO, M. *Le donne e il fascismo*, cit., p. 95.

¹⁹ *Ivi*, p. 95.

²⁰ DE FELICE, Renzo. *Mussolini il duce. Vol. II: Lo Stato totalitario, 1936-1940*, Torino, 1981, p. 80.

²¹ Prima dell'estensione del codice al Regno d'Italia i diritti delle donne, incluso quello di voto, variavano a seconda del luogo di residenza. Le cittadine del lombardo-veneto, ad esempio, prima del codice Pisanelli per cinquant'anni non erano

deve obbedire al marito e vivere ovunque egli stabilisca la propria residenza. L'adulterio, pur condannato in assoluto, viene giudicato e punito a seconda di quale sia il coniuge fedifrago. Solo nel 1902, con notevole ritardo e arretratezza rispetto agli altri paesi europei, si ebbe la prima legge di tutela del lavoro delle donne (Legge 242, 19 giugno 1902). Con essa si vietava alle donne e ai minori il lavoro in miniera, si limitava a 12 ore per le donne e 11 per i fanciulli l'orario lavorativo giornaliero e veniva concesso un congedo mensile, senza tutela, per il parto. Molto più blanda di quella proposta dalla Kuliscioff e Turati, la Legge Carcano (dal nome del ministro che presentò il disegno di legge) fu accolta con diffidenza²² e mostrò tutta la sua debolezza in fase applicativa. Dopo lo sconvolgimento della guerra, che assorbì la vita degli uomini e delle donne su più fronti, nel 1919 si arriva in Italia al suffragio universale maschile, a risarcimento – come mostrano le attenzioni dei legislatori nei confronti dei militari che avevano servito la patria²³ – dell'impegno prestato sui campi di battaglia, mentre le donne vedevano sfumare ancora una volta il diritto di voto dietro la concessione, da parte

state soggette all'autorizzazione maritale, e insieme alle toscane – seppur con limiti di censo – avevano goduto del diritto di voto amministrativo.

²² Si veda la polemica Mozzoni-Kuliscioff, in: CASALINI, Maria. "Femminismo e socialismo in Anna Kuliscioff. 1890-1907 », in : *Italia contemporanea*, a. XXXIII/1981, n.143, p. 40.

²³ Il suffragio universale maschile fu introdotto con la legge n. 665 del 30 giugno 1912 (testo unico 666, stessa data), grazie alla quale l'elettorato attivo fu esteso a tutti i cittadini maschi di età superiore ai 30 anni o ai 21 ma in questo caso, come già previsto dalla legislazione precedente, con limitazioni di censo, di istruzione o di compimento del servizio militare. Fu respinta la concessione del voto alle donne (209 contrari, 48 favorevoli, 6 astenuti). Nel 1919 con la legge 1401 del 15 agosto 1919 (testo unico 1495, 2 settembre 1919) fu abbassato il limite di età a 21 anni senz'altre distinzioni, fermo restando l'esclusione per le donne e la successiva disposizione eccezionale (Legge 1985 del 26 dicembre 1919) che concedeva a tutti i cittadini militari che erano stati mobilitati il diritto elettorale seppur minorenni. Come emerge chiaramente, queste disposizioni si inscrivono in una logica culturale, tipica dell'Italia liberale, secondo cui il diritto di voto è esercizio di una capacità e non di un diritto; ed è proprio su questa concezione che fanno leva le resistenze all'estensione del diritto di voto alle donne, forti di una diffusa e radicata concezione positivista ancora difficile da oppugnare.

del Re Vittorio Emanuele III, del parziale riconoscimento pubblico della loro capacità giuridica. Dal 1919, grazie alla legge 1176²⁴, alle donne fu concessa la possibilità “di esercitare tutte le professioni” e “di coprire tutti gli impieghi pubblici” – anche se con una lunga lista di esclusioni (art. 7)²⁵ –, oltre che la dispensa dal giogo dell’autorizzazione maritale²⁶. Fu così che la prima laureata in legge italiana, Lidia Poët, dopo 38 anni dal diploma di laurea, ottenuto con il massimo dei voti nel 1881 all’Università di Torino discutendo una tesi sulle origini del femminismo che affrontava tra l’altro le problematiche legate all’allora attualissimo tema del diritto di voto alle donne, poteva vestire la toga, e con lei le romane Teresa Labriola²⁷, figlia del filosofo Antonio, e Romelia Troise, ex telegrafista e poi sindacalista.

Questi riconoscimenti, la cui importanza e modernità per le donne è indiscutibile, mostrano tuttavia un atteggiamento controverso e fondamentalmente incurante dello stato liberale nei confronti

²⁴ Legge 1176 del 7 luglio 1919, *Disposizioni sulla capacità giuridica della donna*, artt. 7 e 8.

²⁵ Art. 7: “Le donne sono ammesse, a pari titolo degli uomini, ad esercitare tutte le professioni ed a coprire tutti gli impieghi pubblici, esclusi soltanto, se non vi siano ammesse espressamente dalle leggi, quelli che implicano poteri pubblici giurisdizionali o l’esercizio di diritti e di potestà politiche, o che attengono alla difesa militare dello Stato secondo la specificazione che sarà fatta con apposito regolamento”.

²⁶ L’autorizzazione maritale era stata regolata dal Capo IX del Codice Civile del Regno d’Italia (Codice Pisanelli), intitolato *I diritti e doveri che nascono dal matrimonio*, secondo il quale “La moglie non può donare, alienare beni immobili, sottoporli ad ipoteca, contrarre mutui, cedere o riscuotere capitali, costituirsi sicurtà, né transigere o stare in giudizio relativamente a tali atti, senza l’autorizzazione del marito. Il marito può con atto pubblico concedere l’autorizzazione in genere per tutti o per alcuni dei detti atti, salvo a lui il diritto di revocarla”. La Legge 1176 abolisce il regime di autorizzazione maritale all’art. 8, secondo il quale: “Gli atti compiuti dalla donna maritata prima del giorno dell’entrata in vigore della presente legge non possono impugnarsi per difetto di autorizzazione maritale o giudiziale, se la relativa azione non sia stata proposta prima di detto giorno”.

²⁷ Su Teresa Labriola si veda TARICONE, Fiorenza. *Teresa Labriola. Biografia politica di un’intellettuale tra Ottocento e Novecento*, Milano, Franco Angeli, 1994 e FOLLACCHIO, Sara “L’ingegno aveva acuto e la mente aperta”. Teresa Labriola. Appunti per una biografia, in: *Storia e problemi contemporanei*, vol. IX/1996, n. 17, pp. 65-89.

delle istanze femminili dell'epoca²⁸, peraltro già pesantemente osteggiate dalla secolare concezione della diversità "naturale" tra uomo e donna, in senso subalterno per quest'ultima. E questo produsse nel giovane movimento femminista italiano un sentimento conflittuale nei confronti delle istituzioni e dell'ideologia liberali che il fascismo non mancò di cogliere e utilizzare sin dall'inizio per organizzare la propria "politica sessuale", volta al potenziamento del proprio consenso, che passò principalmente attraverso due fasi fondamentali: la distruzione delle organizzazioni antagoniste – il femminismo –, attraverso la loro conquista, e il rafforzamento dell'identificazione tra fascismo e patria, nazionalizzando i cittadini attraverso una profonda ingerenza, a livello psicologico e fisico, nella loro vita privata.

Il 23 marzo, durante l'adunata di piazza San Sepolcro a Milano, Mussolini enuncia il programma, nonché atto di fondazione, dei Fasci di Combattimento, che a proposito delle riforme politiche da apportare all'Italia, tra le altre cose afferma:

*chiediamo il suffragio universale, per uomini e donne; lo scrutinio di lista a base regionale; la rappresentanza proporzionale. Dalle nuove elezioni uscirà un'assemblea nazionale alla quale noi chiediamo, che decida sulla forma di governo dello Stato italiano.*²⁹

²⁸ Al proposito si veda GUERRA, Elda. *L'Associazionismo internazionale delle donne tra diritti, democrazia, politiche di pace 1888-1939*, Tesi di dottorato in Storia d'Europa: società, politica, istituzioni (XIX e XX sec.), XXIV° ciclo, tutor Leonardo Rapone, Università degli studi della Tuscia di Viterbo, 2012.

²⁹ «Il Popolo d'Italia», 24 marzo 1919, in *L'identità fascista. Progetto politico e dottrina del fascismo*, Marco Piraino – Stefano Fiorito, www.lulu.com, 2008, pp. 41-42.

Ciò mostra dunque che il fascismo accoglie sin dall'inizio le principali istanze del femminismo, in linea con la maggior parte della classe politica italiana³⁰, ma lo fa attraverso un enunciato così perentorio e privo di qualsiasi indugio, come se il principio fosse intrinseco alla natura del movimento più che una decisione dei suoi vertici, e questo risuona alle orecchie delle femministe come una realtà già in atto in caso di consenso e non più una istanza che trova spazio solo nelle lunghe e inconcludenti discussioni della politica maschile, com'era stato fino ad allora.

In piazza San Sepolcro le uniche donne presenti erano nove³¹, tutte del fascio di combattimento di Milano e tutte suffragiste. Come ricorda la Detragiache³², alcune erano persino impegnate nella battaglia per il riconoscimento del divorzio e del diritto di ricerca della paternità naturale; Regina Terruzzi³³ ad esempio. Due erano ex socialiste – la Terruzzi e la maestra Giselda Brebbia³⁴ –,

³⁰ Bortolotti ricorda che nel 1919 solo i nazionalisti “e una minoranza di liberali si erano dichiarati contrari alla riforma” (PIERONI BORTOLOTTI, F. . *Femminismo e partiti politici in Italia 1919-1926*, cit., p. 139).

³¹ ACS, SPDCO, 242/R e 527684. Per un approfondimento sulle sansepolcriste e in generale sulla partecipazione femminile al movimento fascista, si veda DETRAGIACHE, Denise *Il fascismo femminile da San Sepolcro all'affare Matteotti (1919-1925)*, in: *Italia contemporanea*, vol. XIV/1983, n. 2, pp. 211-251; DITTRICH-JOHANSEN, Helga. *Le militi dell'idea: storia delle organizzazioni femminili del Partito nazionale fascista*, Firenze, L.S. Olschki, 2002; i lavori di BARTOLONI, Stefania (soprattutto *Il fascismo e le donne nella «Rassegna femminile italiana» 1925-1930*, Roma, Biblink, 2012; Margherita Sarfatti, *una intellettuale tra nazione e fascismo*, in: MORI, Maria Teresa; PESCAROLO, Alessandra; SCATTIGNO, Anna; SOLDANI, Simonetta (a cura di), *Di generazione in generazione. Le italiane dall'Unità ad oggi*, a Roma, Viella, [in corso di stampa]); infine di WILLSON, Perry *Fasciste della prima e della seconda ora*, in *Di Generazione in Generazione*, cit.

³² DETRAGIACHE, D. *Il fascismo femminile da San Sepolcro all'affare Matteotti*, cit., p. 214.

³³ Sulla Terruzzi si veda DETRAGIACHE, Denise. “Du socialisme au fascisme naissant: formation et itinéraire de Regina Terruzzi”, in: THÄLMANN, Rita (ed.), *Femmes et fascismes*, Paris, Thièrce, 1986, pp. 41-66 e FALCHI, Federica *L'itinerario politico di Regina Terruzzi. Dal mazzinianesimo al fascismo*, Milano, Franco Angeli, 2008.

³⁴ Sulle Brebbia si veda TARICONE, Fiorenza *Teoria e prassi dell'associazionismo italiano nel XIX e XX secolo*, Cassino, Università di Cassino, 2003, p. 196, e TAMBORINI,

una – Luisa Rosaria Dentici, assistente sanitaria che di lì a poco avrebbe partecipato anche alla devastazione della sede dell'«Avanti!» – veniva dal sindacalismo rivoluzionario, le altre sei – Maria Bianchi vedova Nascimbeni, Fernanda Guelfi Pejrani, Paolina Piolti De' Bianchi, Cornelia Mastrangelo Stefanini, Ines Norsa Tedeschi e Gina Tozzi – erano animate da un nazionalismo di tendenza liberale e democratica di stampo irredentista, e in questo senso convinte interventiste. Nello stesso periodo alcune donne fasciste “parallelamente al proprio impegno nelle associazioni irredentiste, cominciano a formare piccoli gruppi femminili che si dichiaravano apertamente fascisti”³⁵. Il 12 marzo 1920 a Monza Elisa Savoia, amica della Elisa Majer Rizzoli, costituisce il primo Fascio femminile d'Italia, “un'iniziativa tutta femminile, largamente ignorata dalla dirigenza del movimento fascista”³⁶. All'inizio le donne fasciste raggruppate in fasci esclusivamente femminili sono poche, ma destinate ad aumentare rapidamente e considerevolmente, soprattutto in rapporto alle iscritte ad altri partiti politici: nel 1920 quando le donne costituivano circa il 15% degli aderenti ai sindacati, sia cattolici che socialisti, solo qualche decina di migliaia apparteneva a organizzazioni femministe, nello stesso anno il Psi contava poche migliaia di donne tra i suoi iscritti, circa il 2%, e alla fine del 1921 solo poche centinaia (circa l'1% degli iscritti) avevano aderito al nuovo Partito comunista³⁷.

Un momento decisivo per il reclutamento femminile fu indubbiamente la campagna di propaganda in vista delle elezioni

e Marco. “Giselda Brebbia. Un percorso tra emancipazionismo e interventismo”, in: *Rivista della Società storica Varesina*, a. XXVIII/2011, n. 1, p. 85.

³⁵ DETRAGIACHE, D. *Il fascismo femminile da San Sepolcro all'affare Matteotti*, cit. p. 220.

³⁶ DE GRAZIA, V. *Le donne nel regime fascista*, cit., p. 55

³⁷ WILLSON, Perry. *Italiane. Biografia del Novecento*, Roma-Bari, Laterza, 2011, p. 140 [ed. or. *Women in Twentieth-Century Italy*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2010].

politiche del 1921. Su «Il Fascio» del 14 maggio esce il primo appello del movimento fascista alle donne d'Italia:

DONNA D'ITALIA!

Il bolscevismo vuole comunizzare il tuo amore e la tua dignità. I negatori della Patria vogliono uccidere la tua stirpe ed il tuo sangue. Coloro che disprezzano il cielo che li vide nascere non hanno il diritto al bacio della madre e della sposa

DIFENDITI!

Iscriviti ai Fasci di combattimento. Fa votare il tuo uomo per i candidati fascisti³⁸.

Il risultato fu entusiasmante: le urne concedono 35 deputati ai fascisti del blocco nazionale e i fasci femminili si moltiplicano rivelando però un'eterogeneità rilevante circa gli obiettivi, soprattutto per quanto concerne la battaglia per il diritto di voto (da una parte le "femministe fasciste" dell'Emilia-Romagna, della Lombardia e del Piemonte, dall'altra le fasciste conservatrici e le nazionaliste, predominanti a Roma), che sarà spazzata via dal primo statuto del PNF³⁹ che formulerà le prime norme ufficiali sull'organizzazione del movimento femminile⁴⁰. Dal dicembre del 1921 i gruppi femminili diventano semplici sezioni interne del fascio, sottoposte alla dipendenza e al controllo del suo direttorio e relegate a un mero "ruolo di "gruppo di competenza", specializzato nella propaganda, nell'assistenza e nella beneficenza, "ed altre mansioni con l'esclusione di ogni qualsiasi azione politica che è devoluta soltanto ai fasci". Con il riconoscimento e l'"istituzionalizzazione" del partito, insomma, i gruppi femminili

³⁸ *Il Fascio*, 14 maggio 1921.

³⁹ Si veda il «Popolo d'Italia», 23 e 27 dicembre 1921.

⁴⁰ *Schema di Statuto per il funzionamento dei Gruppi femminili*, stilato nel 1921 e pubblicato su «Il Popolo d'Italia» del 14 gennaio 1922.

fascisti perdono “tanto l’autonomia organica e l’indipendenza funzionale quanto ogni azione politica nell’ambito del partito”⁴¹.

Ma in che cosa è consistito questo “femminismo latino”⁴²? “In fondo – scrive Victoria de Grazia – [...] [esso non fu altro] che il tentativo di riconciliare due tradizioni politiche decisamente antagonistiche: [...] l’eredità emancipazionista del movimento delle donne dell’Italia di inizio secolo [...] [e] la politica di massa del fascismo”⁴³. Da una parte, dunque, le femministe borghesi – *in primis* quelle del Consiglio nazionale delle donne italiane – che aderirono al fascismo nella speranza che ciò avrebbe permesso loro di continuare a impegnarsi, magari con maggior profitto anche personale, nelle iniziative caritative. Per questo si distaccarono dal movimento internazionale delle donne al quale erano state legate e col quale avevano condiviso interessi e obiettivi politici, condannandolo ora apertamente come un movimento inconcludente e incapace “di comprendere la vera natura della donna”⁴⁴. Dall’altra parte, invece, la dittatura che accolse le istanze del femminismo di inizio secolo – parità dei diritti, riconoscimento della cittadinanza e riforma sociale – come necessità imprescindibile, vista la realtà storica, per allargare la base del consenso intorno a sé. Il rapporto tra “femminismo latino” e fascismo fu però un “equivoco senza fine”, giocato tutto sulle “implicazioni della differenza sessuale sulla capacità delle donne di essere cittadine dello Stato fascista”⁴⁵. Mentre cioè il “femminismo latino” considerava tale differenza come complementarità e collaborazione tra i sessi, i fascisti la intendevano

⁴¹ DETRAGIACHE, D. *Il fascismo femminile da San Sepolcro all’affare Matteotti*, cit., p. 234.

⁴² Come alcune femministe convertite al fascismo si definirono. Tra queste Teresa Labriola.

⁴³ DE GRAZIA, V. *Le donne nel regime fascista*, cit., p. 314.

⁴⁴ *Ivi*, cit., p. 315.

⁴⁵ *Ibidem*.

come gerarchia sessuale e subordinazione femminile⁴⁶. Dal 1923 si assiste alla drammatica realizzazione di questo equivoco. Il 22 novembre 1925 Mussolini procedette con la nuova legge elettorale all'ammissione delle donne al voto amministrativo, ma non fu mai sperimentata⁴⁷ e pochi mesi più tardi tale diritto fu privato a tutti gli italiani. Mentre Margherita Sarfatti dalle colonne di «Gerarchia» inneggia alla concessione del voto amministrativo alle donne come dimostrazione della grandezza del fascismo e alcune arrivano persino a sperare che lo stato corporativo possa garantire loro una rappresentatività, nella realtà il fallimento politico che ne deriva è evidente e molte donne lo intuiscono immediatamente⁴⁸. Non resta loro che ritirarsi dall'impegno politico o farsi assorbire nelle organizzazioni di partito ma a patto di dimenticare le vecchie battaglie intraprese in nome dell'emancipazione femminile, in virtù della supremazia della nazione. Alla luce di ciò non sembra dunque una coincidenza che gli anni 1924, 1927 e 1928 si sia registrato "il più alto numero di suicidi femminili dell'Italia contemporanea"⁴⁹.

Tra 1925 e 1926 si compie, insomma, il giro di vite sulle "femministe fasciste", e mentre si procedeva all'adozione di un nuovo calendario che faceva iniziare l'anno I dell'era fascista con la marcia su Roma, il lancio della campagna demografica del 1927 insieme alla propaganda sul ruolo materno della donna segnava la nuova tappa nella definizione del rapporto con le donne. Debellato il "pericolo" femminista, Mussolini poteva dare avvio al cuore della sua "politica sessuale", che si componeva di quattro nodi

⁴⁶ *Ivi*, cit., pp. 315-316.

⁴⁷ La legge del 22 novembre 1925, n. 2125 viene infatti abrogata dalla legge del 1 luglio 1926, n. 1194 *Modificazione alla legge elettorale politica ed al II titolo della legge comunale e provinciale*, in particolare, per quanto riguarda l'ammissione delle donne all'elettorato amministrativo si veda l'articolo 25, 2° comma.

⁴⁸ FRADDOSIO, M. *Le donne e il fascismo*, cit., p. 126 e DE GRAND, A. *Women under the Italia Fascism*, cit., pp. 952-955.

⁴⁹ DE GRAZIA, V. *Le donne nel regime fascista*, cit., pp. 314-317, 319.

principali: la politica riproduttiva, la politica della famiglia, la politica del lavoro e l'organizzazione politica. È Victoria de Grazia ad analizzare e argomentare in modo molto convincente questi nodi, in particolare nel saggio intitolato *Il patriarcato fascista: come Mussolini governò le donne italiane (1922-1940)*⁵⁰. Mi rifarò a questo lavoro, cercando di aggiornare l'analisi con la bibliografia più recente e facendo il punto sull'uso della propaganda da un lato e la sua ricezione dall'altro.

La politica riproduttiva è stata – scrive Santarelli – “uno dei momenti più torbidi di una devastante crisi oscurantista e irrazionalista”⁵¹. Già accennata nel 1926 con il Regio decreto che introduceva una tassa progressiva sul reddito dei celibi, questa politica emerge con tutta evidenza nel discorso all'Ascensione pronunciato alla Camera dei deputati il 26 maggio 1927. In quest'occasione Mussolini dichiarò come primo obiettivo dello Stato “la difesa della razza” e per garantirla riteneva indispensabile, tra le altre cose, intervenire sul numero della popolazione italiana:

che cosa sono 40 milioni d'Italiani di fronte a 90 milioni di Tedeschi e a 200 milioni di Slavi?

Volgiamoci a Occidente: che cosa sono 40 milioni di Italiani di fronte a 40 milioni di Francesi, più i 90 milioni di abitanti delle Colonie, o di fronte ai 46 milioni di Inglese, più i 450 milioni che stanno nelle Colonie? Signori, l'Italia, per contare qualche cosa, deve affacciarsi sulla soglia della seconda metà di questo secolo con una popolazione non inferiore ai 60 milioni di abitanti⁵².

⁵⁰ DE GRAZIA, Victoria. «Il patriarcato fascista: come Mussolini governò le donne italiane (1922-1940)», in *Storia delle donne in Occidente. Il Novecento*, THEBAUD, Françoise (a cura di), Roma-Bari, Laterza, 1992, pp. 141-175.

⁵¹ SANTARELLI, Enzo. *Il fascismo e le ideologie antifemministe*, in «Problemi del Socialismo», numero monografico intitolato *La questione femminile in Italia dal '900 ad oggi*, a. XVII/1976, p. 8.

⁵² Il discorso è consultabile on line alla pagina http://www.lorien.it/X_INNI/Pg_Canzoni-D/Disc_BM/Discurso_BM_1927-05-26.html#11 (ultimo accesso 24.12.2014).

Il tasso di natalità in Italia era in calo sin dalla fine dell'Ottocento, inizialmente diffuso solo tra i ceti medi delle città del Nord, poi, dall'inizio del '900 si estese alla classe operaia delle regioni settentrionali. Il declino non era però ancora drammatico e il calo del tasso di mortalità faceva sì che la popolazione di fatto non fosse in diminuzione. Nonostante ciò Mussolini presentava la situazione italiana come un'emergenza alla quale era indispensabile far fronte immediatamente se si voleva avere uno Stato competitivo a livello europeo, obiettivo che richiedeva – nella visione fascista – la disponibilità di masse di persone da impegnare come manodopera a basso prezzo e come garanzia di Impero, ma soprattutto, anche se più implicitamente, richiedeva la “normalizzazione” dei ruoli di genere, sconvolti dal coinvolgimento dell'Italia nella prima guerra mondiale⁵³.

Nella rincorsa al ripopolamento della penisola, oltre ad alcuni provvedimenti “minori”⁵⁴, il regime procedette alla costituzione dell'Onmi (Organizzazione maternità e infanzia)⁵⁵, un ente

⁵³ DE GRAZIA, V. *Il patriarcato fascista*, cit., p. 155.

⁵⁴ Esenzioni fiscali ai padri di famiglie numerose, congedi e previdenze statali in caso di maternità, prestiti per nascite e matrimoni, assegni familiari, ecc..

⁵⁵ Legge n. 2277 del 10 dicembre 1925, *Protezione e assistenza della maternità e dell'infanzia*. Gli studi dedicati all'Onmi, che hanno cominciato a proliferare a partire dagli anni '90 nell'ambito degli studi sul fascismo e che erano concordi nel considerare l'Onmi un'espressione della politica totalitaria del regime, una struttura funzionale alle scelte del regime nella politica demografica, delle donne e della famiglia, negli ultimi anni, grazie allo spoglio di nuove fonti di archivio, hanno imposto una nuova prospettiva storiografica, non più centrata sul fascismo quanto più attenta alla ricostruzione delle funzioni dell'ente sul territorio e nella società nell'ottica di uno sviluppo del welfare in Italia nel corso del Novecento. Sull'Onmi si veda ONGER, Sergio. “Il latte e la retorica: l'Opera nazionale maternità e infanzia a Brescia (1927-1939)”, in: *Storia in Lombardia*, a. VIII/1989, n. 1-2, pp. 437-477; BRESCI, Annalisa. “L'Opera Nazionale maternità e infanzia nel ventennio fascista”, in: *Italia contemporanea*, vol. XLV/1993, n. 192, pp. 421-442; VEZZOSI, Elisabetta. “Madri e lavoratrici: l'Onmi nel periodo fascista”, in: SOLDANI, Simonetta; PALAZZI, Maura (a cura di), *Lavoratrici e cittadine nell'Italia contemporânea*, Bologna, Eurocopy, 2000, pp. 193-224; BETTINI, Maurizio. “All'origine dell'Onmi: riforma sociale o “battaglia demografica”?”, in: *Le carte e la storia*, a. XII/2006, n. 2, pp. 160-193; il più complessivo MINESSO, Michela (a cura di), *Stato e infanzia nell'Italia contemporanea. Origine,*

assistenziale fondato con il sostegno di cattolici, nazionalisti e liberali, allo scopo dichiarato di proteggere e tutelare madri e bambini in difficoltà, fornendo assistenza medica, mense, latte in polvere, vestitini e corsi di puericultura, ma allo scopo meno esplicito quanto vitale per il regime, di controllare i giovani sin dalla nascita e mettere in una condizione di subordinazione le donne.

Parallelamente lo stato fascista adottò per la sua politica riproduttiva una serie misure di carattere repressivo⁵⁶, tra le quali campeggia la considerazione, e relativa messa a norma, dell'aborto come crimine contro lo stato. Il Codice Rocco al titolo X⁵⁷ del libro secondo, *Dei delitti contro la integrità e la sanità della stirpe*, agli articoli 545-551 regola l'illegalità dell'aborto indipendentemente da chi lo procura e dai casi per i quali è applicato: donna non

sviluppo e fine dell'Onmi 1925-1975, Bologna, Il Mulino, 2007 e poi un riemergere di studi dedicati a casi locali, come quelli di Domenica La Banca che indagano il caso assai interessante e ancora poco conosciuto della Federazione napoletana dell'Onmi, "Assistenza o beneficenza? La Federazione napoletana dell'Onmi (1926-1939)", in: *Contemporanea*, a. XI/2008, n. 1, pp. 47-72 e "Tra bisogni e rassegnazione. La Federazione napoletana dell'Onmi durante la seconda guerra 1939-1943", in: *Italia contemporanea*, vol. LXIII/2010, n. 260, pp. 404-424; ARCONTE, Carla *Dal fascismo all'affermazione dello stato sociale. L'opera Nazionale Maternità e Infanzia a Terni (1927-1975)*, Narni, Crace, 2013.

⁵⁶ Come il divieto di utilizzo di qualsiasi sistema contraccettivo e la censura sull'educazione sessuale introdotta dall'art. 552 del Codice Rocco (1930), che però in Italia non produsse sempre gli effetti sperati (testi come quello dei socialisti Luigi Berta e Secondo Giorni – *L'arte di non fare figli* del 1911 – in seguito alla censura videro aumentare notevolmente le vendite) e fu applicata in maniera anche contraddittoria (non era previsto ad esempio il divieto di produrre profilattici – la fabbrica bolognese Hatù, fondata nel 1922, seguì la sua produzione –, ma l'importante era che il messaggio pubblicitario non vertesse sulla funzione anticoncezionale del preservativo quanto sulla sua utilità per la protezione di malattie veneree). Insieme a queste misure fu adottata una speciale imposta sui celibi e l'avanzamento di carriera ai soli padri di famiglie numerose, nonché una campagna persecutoria nei confronti degli omosessuali che solo in tempi piuttosto recenti, e grazie soprattutto ai lavori di Lorenzo Benadusi (*Il nemico dell'uomo nuovo. L'omosessualità nell'esperimento totalitarista fascista*, Milano, Feltrinelli, 2005), ha trovato l'opportuna collocazione storiografica.

⁵⁷ Il Codice Rocco è consultabile on-line alla pagina <http://www.altalex.com/index.php?idnot=36772> (ultimo accesso 24.12.2014). Il Titolo X è stato abrogato dall'articolo 22 della legge n. 194, 22 maggio 1978 *Norme per la tutela sociale della maternità e sull'interruzione volontaria della gravidanza*.

consenziente, consenziente, procurato dalla donna, istigato, con morte della donna, per causa di onore, considerato un attenuante.

Nel suo oscillare tra riforme e repressioni, tra concreti tentativi di modernizzazione del paese e richieste di sacrifici personali alle donne perché nella realtà questi tentativi non riuscivano nei loro intenti, tutto questo stigmatizzando peraltro il richiamo alla “tradizione”, come se si potesse cancellare con un colpo di spugna l'evoluzione dei costumi⁵⁸ e i comportamenti demografici con qualche provvedimento legislativo, la politica riproduttiva del regime si risolse per i suoi fini in un completo fallimento. Gli incentivi finanziari erano troppo modesti e comunque i loro possibili risultati furono neutralizzata dall'entrata in guerra dell'Italia. L'Onmi, considerata dai suoi dirigenti la massima espressione della “progettazione del sociale” e nei fatti la prima espressione di riforma nazionale della maternità e parte essenziale di una politica “illuminata” nei confronti della maternità⁵⁹, fu in realtà incapace di rispondere alle sue funzioni a livello nazionale. I fondi non bastavano e le donazioni private e il volontariato, sui quali si reggeva la sopravvivenza di questi istituti, creavano un grande squilibrio tra struttura e struttura a seconda della disponibilità e generosità delle zone nelle quali queste erano collocate. In queste condizioni il ricorso all'aborto non accennò a diminuire. Mentre il tasso di natalità continuava a calare – nel 1910-1912 era del 32,4‰, nel 1921-1926 del 29‰, nel 1930-1932

⁵⁸ Si vedano al proposito PASSERINI, Luisa. *Torino operaia e fascismo. Una storia orale*, Roma-Bari, Laterza, 1983.

⁵⁹ Il primo intervento legislativo del fascismo in merito all'assistenza degli illegittimi si ebbe con il Regio decreto legge 2900 del 16 dicembre 1923, che abolì la ruota degli esposti, causa di molte morti neonatali, e avviò una serie di misure volte al miglioramento delle condizioni igienico-sanitarie dei brefotrofi, già trasformati in cliniche per la maternità soprattutto nei paesi del nord. Una nuova regolamentazione in materia si ebbe con il Regio decreto legge 798 dell'8 maggio 1927, con il quale il fascismo procedette allo stanziamento di sussidi per le “ragazze madri” che accettavano di allattare i figli, e incoraggiò al riconoscimento dei propri figli, garantendo il rispetto della riservatezza. Al proposito si veda BRESCI, A. *L'Opera Nazionale maternità e infanzia nel ventennio fascista*, cit.

del 25,2‰ e nel 1935-1937 del 23,2‰ –, l'aborto divenne negli anni Trenta del Novecento la forma di pianificazione familiare più diffusa tra le donne della classe operaia urbana, e la clandestinità con cui veniva esercitato non fece che aumentare e aggravare i rischi per la loro salute. La mortalità infantile, invece, diminuì notevolmente – dal 128% del 1922 al 102% del 1940 –, ma seguendo un andamento che era già in atto nel ventennio precedente mentre rispetto all'Europa mantenne un tasso molto alto (del 25% rispetto a Francia e Germania)⁶⁰.

Ciò su cui invece l'Onmi non tradì invece le aspettative dei suoi ideatori, fu la sua potenzialità di strumento di propaganda. “Con il suo esercito di “visitatrici” a domicilio e i suoi poteri di controllo sulle altre organizzazioni – scrive Perry Willson – [l'Onmi] si trovava in una posizione ottimale per diffondere il messaggio fascista sulla maternità e sull'imperativo di “migliorare la razza”⁶¹. Grazie all'Onmi il regime riuscì cioè a trasformare anche la grande depressione in un'occasione per rafforzare il consenso. La crisi economica rivelò infatti l'insufficienza dell'intervento privato e fece emergere la necessità di quello pubblico. Obiettivo principale di quell'intervento non era tanto prevenire in modo razionale i rischi sociali, quanto ottenere una qualche forma di consenso capace di avvicinare al fascismo anche la classe operaia. Alla fine degli anni Trenta, d'altra parte, le donne che intendevano usufruire dei servizi dell'Omni erano obbligate ad avere la tessera del partito.

Secondo nodo di questa fase della “politica sessuale” del fascismo si gioca tutto sulla riorganizzazione delle famiglie italiane all'insegna della ruralizzazione e della politica dei bassi salari per il rilancio economico e coloniale del paese. Ma l'irreversibile inurbamento della popolazione in corso e la necessità delle famiglie di far ricorso per

⁶⁰ DE GRAZIA, V. *Il patriarcato fascista*, cit., p. 157.

⁶¹ WILLSON, P. *Italiane*, cit., p. 122.

la propria sussistenza ormai a due stipendi (la percentuale di donne sposate che lavoravano salì dal 12% del 1931 al 20,7% del 1936⁶²), collideva con le stringenti e ormai anacronistiche richieste del regime. Le donne erano ormai uscite dal focolare domestico, entro il quale il fascismo con queste iniziative tentava di ricollocarle, e avevano capito la loro importanza all'interno della famiglia e – anche per tramite di questa – all'interno della società. Una consapevolezza che la “politica sessuale” del fascismo accentuò, suo malgrado. Il coinvolgimento delle donne della medio-alta borghesia italiana nelle pratiche assistenziali dello stato patrocinato dal regime sotto forma di volontariato non solo fece acquisire loro coscienza della propria importanza per la vita pubblica dello stato ma, mentre mettevano in pratica la funzione propagandistica che chiedeva loro di trasmettere i valori-esigenze del regime – attraverso corsi sulla vita casalinga e sull'allevamento dei figli – alle donne più povere, con il loro esempio di organizzazione familiare finirono per influire sulla vita stessa di queste ultime, e in direzione contraria a quella auspicata dal regime. Le donne italiane meno abbienti, infatti, partecipando a queste iniziative si resero conto che il modello migliore al quale ispirarsi era proprio quello offerto dall'esempio di vita delle donne borghesi, che si allontanava sempre più da quello della donna madre e moglie proposto dal fascismo. Questi modelli mostravano infatti che la situazione socio-economica contingente poteva essere affrontata dalle famiglie italiane solo a costo di una diminuzione del numero dei figli e un'ottimizzazione dello sfruttamento dei servizi erogati dallo stato per le famiglie. Un atteggiamento, insomma, lontanissimo dall'impegno chiesto dal regime (“familismo fascista”, vale a dire un'idea della domesticità che enfatizzava la vita in comune, l'autorità paterna e un'inesauribile dedizione femminile

⁶² DE GRAZIA, V. *Il patriarcato fascista*, cit., p. 161.

nell'interesse del partito e dello stato⁶³), ma che nasceva proprio come conseguenza del conflitto tra l'impegno richiesto e la situazione italiana ("familismo oppositivo", cioè una mancanza di disponibilità, se non di una resistenza, agli appelli della patria).

La "politica del lavoro" – terzo nodo della "politica sessuale" fascista – partiva dal presupposto che gli uomini dovessero occuparsi "della produzione e del sostentamento della famiglia" e le donne "della riproduzione e del governo della casa"⁶⁴, e per questo, dopo l'apertura alla maggior parte degli impieghi statali sancita dalla legge del 1919, era in quest'ottica che il fascismo si attivò giuridicamente per interrompere questo corso, sviluppando una legislazione che impedisse la concorrenza femminile sul mercato del lavoro e tutelasse il ruolo primario della donna – la maternità –⁶⁵, allontanandola da pericolose e frivole aspirazioni emancipazioniste. I provvedimenti messi in campo furono sia di carattere indiretto che diretto, e comunque presentati come una "eccezione alla regola" resa necessaria alla grave crisi economica in corso⁶⁶. Tra le prime si segnalano la riduzione dei salari maschili, l'obbligo imposto ai sindacati di agevolare negoziazioni che limitassero l'assunzione femminile e l'agevolazione dei lavoratori specializzati⁶⁷. Quelle dirette invece abbracciano un arco cronologico che va dal 1923 al 1938 e riguardarono tutti i settori lavorativi, con effetti drammatici. Dal 1923 le donne non poterono più esercitare l'ufficio di preside nelle scuole medie statali; divieto esteso dal 1925 anche alle scuole medie

⁶³ Si veda al proposito anche SALVATI, Mariuccia *L'inutile salotto. L'abitazione piccolo borghese nell'Italia fascista*, Torino, Bollati Boringhieri, 1993, pp. 14 e ss.

⁶⁴ DE GRAZIA, V. *Il patriarcato fascista*, cit., p. 163.

⁶⁵ "lo stesso lavoro che causa nella donna la perdita degli attributi generativi, porta nell'uomo a una fortissima virilità fisica e morale" (Mussolini, *Macchina e donna*, in: *Il Popolo d'Italia*, 31 agosto 1934).

⁶⁶ SOLDANI, Simonetta. "Lo Stato e il lavoro delle donne", in: *Passato e presente*, a. IX/1990, n. 24, pp. 23-71.

⁶⁷ DE GRAZIA, V. *Il patriarcato fascista*, cit., p. 163.

private. Nel 1925 fu precluso loro l'insegnamento di alcune materie considerate "prestigiose" nei licei e negli istituti magistrali, così come dal 1934 alle scuole tecniche. Questa serie di provvedimenti non allontanò le insegnanti dalle scuole, ma le relegò ai livelli inferiori. Nel 1933, in ragione dei "doveri materni", viene varata la legge che regola l'assunzione delle donne nell'impiego pubblico⁶⁸, e mentre nel 1934 vengono varate una serie di leggi volte all'incremento delle nascite⁶⁹, nel 1938 una nuova pianificazione dell'assunzione del personale femminile nei settori pubblici e privati (Decreto legge 1514/1938) fissa un limite del 10% all'impiego di personale femminile per i lavori manuali sia nel pubblico che nel privato.

I risultati di questa politica registrano una lieve diminuzione dell'impiego femminile, più accentuata tra 1921 e 1931, ma destinata a una netta e rapida inversione di rotta⁷⁰. Fermo restando la difficoltà di interpretare i dati circa l'occupazione femminile durante al fascismo⁷¹, il cui declino era iniziato già prima dell'avvento del

⁶⁸ SALVATI, Mariuccia. *Il regime e gli impiegati*, Roma-Bari, Laterza, 1992, pp. 203 e ss.

⁶⁹ Oltre a quella che fissa assegni familiari ai lavoratori, vanno ricordate la legge 1347/1934, *Tutela della lavoratrice madre e della sua maternità*, che istituisce un congedo di maternità obbligatorio della durata di due mesi, coperto da sussidio e l'obbligo per le aziende con più di 50 dipendenti di disporre di camere per l'allattamento. Inoltre la legge 653/1934 *Tutela del lavoro delle donne e dei fanciulli*, che riforma una precedente legge del 1907, rispetto alla quale non mutano le norme protettive ma vengono meglio precisate, si pongono cioè dei limiti per l'ammissione al lavoro di donne e fanciulli (per fanciulli s'intende minori di 15 anni), si rendono più severe le norme che proibivano a tutte le donne i lavori notturni e i lavori "moralmente" pericolosi, alle ragazze di età inferiore ai 15-20 anni e ai maschi sotto i 15 i lavori nocivi o pericolosi; viene inoltre vietato ogni tipo di lavoro ai minori di 12 anni.

⁷⁰ SEVERINI, Patrizia Sabbatucci; TRENTO, Angelo. "Alcuni cenni sul mercato del lavoro femminile durante il fascismo", in: *Quaderni storici*, A. X/1975, n. 29-30, pp. 550-578.

⁷¹ Al proposito si rinvia ai seguenti studi: VITALI, Ornello. *La popolazione attiva in agricoltura attraverso i censimenti (1881-1961)*, Roma, Failli, 1968; BARBAGLI, Marzio. *Disoccupazione intellettuale e sistema scolastico in Italia*, Bologna, Il Mulino, 1974; DE GRAND, A. *Women under the Italia Fascism*, cit.; NOEGHER, Emiliana. "Italian Women and Fascism. A Re-evaluation", in: *Italia Quarterly*, a. XXIII/1982, n. 90, pp. 69-80; WILSON, Perry. *The Clockwork Factory. Women and Work in Fascist*

fascismo e sarebbe proseguito fino agli anni Settanta, ciò che emerge invece con netta evidenza è da una parte l'intenzione del regime non tanto di escludere le donne dal mondo del lavoro quanto di impedire loro di far carriera e rallentarne la partecipazione nei lavori d'ufficio, specie nel settore pubblico, e dall'altra la reazione femminile a questa politica repressiva consistente nella proliferazione del lavoro femminile irregolare.

Mentre il regime rendeva più acute le divisioni sociali e sessuali insite nella società italiana, il Pnf pensava, promuoveva e gestiva l'“organizzazione politica” delle donne – ultimo punto dell'analisi – con un chiaro e assoluto intento: guadagnarsi il consenso per dare alle sue riforme politiche e sessuali il carattere di riforme totalitarie. “Agenti essenziali”⁷² ingaggiate a questo scopo furono le donne dei Fasci Femminili. Dal 1922 al 1935 è attiva la “Federazione italiana laureate e diplomate degli istituti superiori” (Fildis)⁷³, impegnata nella promozione dell'uguaglianza dei diritti e dell'accesso femminile al lavoro intellettuale, sciolta dal Ministero delle Corporazioni e rimpiazzata con l'“Associazione nazionale fascista artiste e laureate” (Anfdal, nata nel 1929 con il nome di “Confederazione italiana donne occupate nelle professioni e negli affari”, poi “Associazione donne professioniste e artiste”)⁷⁴, che aveva tra le sue socie anche

Italy, Oxford, Oxford University Press, 1993; SALVATICI, Silvia, *Contadine nell'Italia fascista. Presenze, ruoli, immagini*, Torino, Rosenberg & Sellier, 1999; SARTI, Raffaella, «La domesticité en Italie durant la période du fascisme (1922-1943)», in: *Sextant*, 2001, n. 15-16, pp. 165-202; WILSON, Perry, *Peasant Woman and Politics in Fascist Italy. The Massaie Rurali*, London, Routledge, 2002.

⁷² WILSON, P. *Italiane*, cit., p. 122.

⁷³ Si veda FOLLACCHIO, Sara Gislina *Emancipate o emancipazioniste? L'associazionismo femminile in Italia nel ventennio fascista*, Tesi di dottorato in Storia e politica della società moderna e contemporanea, XIX° ciclo, tutor Maria Rosa Di Simone, Teramo, 2006.

⁷⁴ Per una storia dell'Anfdal si veda LOPEZ, Maria Cristina. *La donna artista e le istituzioni (1920-1940)*, in: MARCHETTI, Ada Gigli; TORCELLAN, Nanda (a cura di), *Donna lombarda: 1860-1945*, Milano, Franco Angeli, 1992, pp. 385-394 e SPINAZZÈ, Sabrina (a cura di), *L'arte delle donne nell'Italia del Novecento*, IAMURRI, Laura; Roma, Meltemi, 2001.

le poche donne che erano rimaste nella “Federazione italiana Pro Suffragio” presieduta da Ada Sacchi Simonetta, che “mimetizzandosi” in questa federazione cercarono di seguire, tra enormi difficoltà e molti compromessi, la loro attività politica⁷⁵. Ne fu presidente Maria Castellani⁷⁶ “il “tarlo” che polverizzava il movimento femminile italiano”⁷⁷. Fu sotto la sua vicepresidenza che il “Consiglio nazionale delle donne italiane” (Cndi) fu sostituito dall’Anfdal per le mansioni intellettuali e dal Fascio femminile per quelle assistenziali. Nel 1933, all’interno del sindacato fascista dei lavoratori agricoli e sotto la guida della sansepolcrista Terruzzi, fu creata una sezione specifica per le contadine, che però dopo pochissimi mesi fu assorbita nel partito, come sezione “Massaie rurali” dei Fasci femminili⁷⁸. Nel 1937 vide la luce una analoga sezione per le operaie, la “Sezione operaie e lavoranti a domicilio” (Sold) alla quale Perry Willson ha dedicato un recente lavoro.⁷⁹ C’erano poi le giovani, organizzate tra “Figlie della Lupa”, “Piccole Italiane” e “Giovani Italiane”, sulla base dell’età, proprio come i compagni maschi. Quanto ai “Gruppi universitari femminili” (Guf), gli studi sono sempre più concordi nell’evidenziarne la marginalità rispetto a quelli maschili⁸⁰.

⁷⁵ BUTTAFUOCO, Annarita. “Apolidi. Suffragismo femminile e istituzioni politiche dall’unità al fascismo”, in: *Le donne e la Costituzione*, Roma, Camera dei deputati, 1989, p. 39.

⁷⁶ Sulla Castellani si veda FRADDOSIO, Maria. “La donna e la guerra. Aspetti della militanza femminile nel fascismo: dalla mobilitazione civile alle origini del Saf nella Repubblica Sociale Italiana”, in: *Storia contemporanea*, a. XX/1989, n. 6, pp. 1105-1182.

⁷⁷ CAMATTI, Paolo. “Ada Sacchi e il movimento emancipazionista”, in: BERTOLOTTI, Costanza (a cura di), *La repubblica la scienza l’uguaglianza. Una famiglia del Risorgimento tra mazzinianesimo ed emancipazionismo*, Milano, Franco Angeli, 2012, p. 103.

⁷⁸ Al proposito si veda WILLSON, Perry *Peasant Woman and Politics in Fascist Italia*, cit.

⁷⁹ WILSON, Perry. “Italian Fascism and the Mass Mobilisation of Working-Class Women 1937-1943”, in: *Contemporary European History*, vol. 22/2013, n. 1, pp. 65-86.

⁸⁰ Si veda, ad esempio, DURANTI, Simone. *Lo spirito gregario. I gruppi universitari fascisti tra politica e propaganda (1930-1940)*, Roma, Donzelli, 2008, pp. 140 e ss.

Insomma, a partire dagli anni trenta il Pnf, con il suo obiettivo di “mettere in divisa fascista l'intera nazione”⁸¹, soppresse le associazioni e i giornali femminili e procedette alla costituzione di un sistema in grado di “isolare l'azione pubblica della donna e [...] restringerla in attività organizzative, ma preordinate, assistenziali, ma esecutive, anche culturali, ma conformiste e del tutto marginali”⁸². Il dato numerico è sconcertante (alla vigilia della seconda guerra mondiale le iscritte a una organizzazione fascista erano 3.280.000)⁸³ e frutto di una mobilitazione femminile costruita dal Pnf a partire dal 1930 che seguì diverse fasi a seconda della necessità propagandistica contingente entro cui occorreva incanalare questa mobilitazione. Il primo vero appello fu lanciato all'inizio della depressione, quando le volontarie fasciste furono chiamate ad “andare verso il popolo” prestando la propria opera in attività assistenziali ai poveri, a dimostrazione del “buon cuore” del regime. Un lavoro straordinario che le volontarie affrontarono impegnandosi assiduamente nella gestione di mense o nella distribuzione di beni cibo al domicilio dei poveri, ma anche nell'organizzazione di corsi (di cucito, economia domestica) e centri di informazioni per contadine e domestiche, e molto altro, facendo spesso ricorso alle sole entrate finanziarie che derivavano da lotterie, pesche di beneficenza e donazioni da loro organizzate. Il secondo appello risale ai tempi della guerra d'Etiopia (1935), quando i Fasci femminili furono chiamati a uno sforzo propagandistico ulteriore: dovevano mobilitare le donne nella campagna autarchica avviata in seguito alle “inique sanzioni” imposte dalla Società delle Nazioni e spronarle al sostegno della guerra imperialistica. La “giornata della fede”, oggetto dello studio

⁸¹ WILLSON, P. *Italiane, cit.*, p. 161.

⁸² VACCARI, Ilva *La donna nel Ventennio fascista (1919-1943)*, Milano, Vangelista, 1978, p. 116.

⁸³ DE GRAZIA, V. *Il patriarcato fascista, cit.*, p. 167.

di Petra Terhoeven pubblicato nel 2003⁸⁴, rappresenta il caso più eclatante di questa pagina di consenso al regime, che portò decine di migliaia di donne italiane a donare la propria fede nuziale allo Stato – sull'esempio della regina Elena, di Rachele ed Edda Mussolini –, oltre che, “nel quadro della mobilitazione psicologica della società, una illustrazione simbolica delle richieste che la nazione in guerra avrebbe posto alle donne, complementari a ciò che chiedeva alla parte maschile della popolazione”⁸⁵. E di lì a poco le donne se ne sarebbero accorte; le pretese del regime – dalla fede, ai figli, alle stoviglie – sarebbero diventate troppe e insopportabili, al punto da minare definitivamente, e forse per primo, il consenso femminile. Il terzo e ultimo appello doveva preparare e predisporre le donne alla guerra, per questo il Partito nazionale fascista affidò ai Fasci Femminili il compito di divulgare e coordinare delle “iniziative di resistenza alle sanzioni, da esplicitare attraverso conversazioni e incontri con le donne di ogni ceto e categoria”, cioè sfruttando “le reti di contatti e di aiuto reciproco del mondo femminile”⁸⁶. In questa fase le volontarie videro moltiplicarsi e intensificarsi i loro compiti. Fu persino istituita la nuova figura, la prima stipendiata, della “ispettrice nazionale” che, scelta fra le volontarie con più anzianità e considerate più affidabili, doveva garantire la traduzione della politica centrale a livello locale. Inizialmente prive di qualsiasi importanza politica, nel 1940 queste fiduciarie furono ammesse all'interno delle direzioni provinciali del Partito e dei comitati “corporativi” provinciali. Inoltre, sempre in questo periodo, i Fasci femminili ottennero il proprio

⁸⁴ TERHOEVEN, Petra *Oro alla patria: donne, guerra e propaganda nella giornata della Fede fascista*, Bologna, Il Mulino, 2006 [ed. or. *Liebespfand fürs Vaterland. Krieg, Geschlecht und faschistische Nation in der italienischen Gold- und Eheringsammlung 1935/36*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 2003].

⁸⁵ *Ivi*, p. 235.

⁸⁶ WANROOIJ, Bruno. “Mobilitazione, modernizzazione, tradizione”, in: SABBATUCCI, Giovanni; VIDOTTO, Vittorio (a cura di). *Storia d'Italia. 4: Guerra e Fascismo*, Laterza, Roma-Bari, 1997, p. 404.

comitato centrale. Ma si trattò in realtà di conquiste dall'alto valore simbolico più che reale; le vicende della guerra vanificarono qualsiasi processo di inclusione delle fiduciarie e i Fasci femminili, pur dotati di comitati, rimasero sostanzialmente subordinati alla gerarchia del partito, mentre "l'unico ambito in cui le donne fasciste ebbero mai la possibilità di esercitare un potere reale fu su altre donne, più povere, beneficiarie dell'assistenza erogata dal partito"⁸⁷.

La "politica sessuale" del fascismo, insomma, se da una parte accese nelle donne l'idea che il fascismo potesse offrire loro uno spazio e un ruolo pubblico equiparabile a quello che avevano gli uomini, grazie all'importanza che il partito attribuì alla partecipazione femminile nella vita sociale e politica del paese, dall'altra, relegando questa partecipazione a funzioni specifiche (educazione e assistenza *in primis*), secondo il principio che queste fossero le funzioni "naturalmente" femminili che dalla famiglia dovevano estendersi alla società per il bene della nazione, insisteva su una distinzione di genere di carattere gerarchico che assegnava un ruolo subalterno delle donne tradendo le stesse aspettative delle donne che si erano avvicinate. Le conflittualità che abbiamo visto emergere nella realizzazione di ogni aspetto della "politica sessuale" del fascismo imposero alla fine degli anni trenta. Un'indagine del 1937 condotta presso alcune scuole professionali e istituti magistrali di Roma mostra il fallimento della battaglia demografica (il 27% delle intervistate definiva repellente il lavoro domestico e solo circa il 10% mostrava interesse per questa mansione) e l'aspirazione a stili di vita molto diversi da quelli proposti dal regime e dalla chiesa. Dal 1939, poi, il tesseramento per lo zucchero e per il caffè e dal '41 quello del pane eliminarono qualsiasi illusione tra coloro che speravano in un'economia di regime volta al benessere dei cittadini, mentre il progressivo avvicinamento alla Germania cancellava qualsiasi

⁸⁷ WILSON, P. *Italiane, cit.*, pp. 158-159.

ambiguità che fino ad allora aveva garantito il sostegno di parte dell'opinione collettiva. Così la resistenza delle donne a conformarsi alle norme imposte dal regime, insieme alla diffusione del modello di una “donna nuova”, sono la manifestazione più evidente del fallimento del controllo dei processi sociali esercitato dal fascismo.⁸⁸

Questo però non significa che le donne non siano state attraversate rovinosamente dalla politica del regime. Oltre al sacrificio fisico e psicologico imposto dalla sua “politica sessuale”, come abbiamo visto particolarmente incisiva tra le fasce sociali meno abbienti, il fascismo determinò l'oblio di qualsiasi battaglia femminista, quella per il diritto di voto *in primis*, attraverso un aggravamento dell'esclusione delle donne dalla sfera politica sulla base del principio secondo cui i compiti “materni” sarebbero inconciliabili con le “vere” capacità. Conseguenze principali di tale oblio furono un ulteriore allontanamento delle donne dalla sfera politica come campo di autodeterminazione e l'aggravamento della difficoltà congenita al movimento femminista di trasmettere la propria eredità intellettuale da una generazione all'altra. Tutto questo risulta particolarmente evidente se si osserva l'iter che portò in Italia al riconoscimento del diritto di voto alle donne. Il suffragio femminile – sancito dal decreto “De Gasperi-Togliatti”,⁸⁹ dal nome dei due ministri che con più nettezza si erano espressi a favore del voto alle donne nel periodo precedente – colse di sorpresa le donne, mostrandosi “sul

⁸⁸ WANROOIJ, B., *Mobilizzazione, modernizzazione, tradizione*, cit., pp. 430-435.

⁸⁹ Il Decreto Legislativo luogotenenziale n. 23 del 2 febbraio 1945, *Estensione alle donne del diritto di voto*, concesse il diritto di voto alle donne che avessero compiuto 21 anni al 31 dicembre 1944, mentre il diritto di eleggibilità arrivò solo con il Decreto Legislativo luogotenenziale n. 74 del 10 marzo 1946, *Norme per l'elezione dei deputati all'Assemblea costituente*. Le donne, dunque, partecipano per la prima volta all'esercizio del diritto di voto e di eleggibilità nelle elezioni amministrative della primavera 1946, quindi alle politiche del 2 giugno 1946.

momento – scrive Anna Rossi-Doria – una sorta di ovvio corollario della nuova democrazia”⁹⁰.

L’iniziativa del voto alle donne fu presa sin dall’estate del 1944 da due dei tre partiti di massa – Dc e Pci – in seguito alle pressioni del Cln (Comitato liberazione nazionale), all’imminenza delle prime convocazioni amministrative del dopoguerra e solo in parte e con molti limiti alla campagna pro voto condotta dalle associazioni femminili⁹¹. Nell’autunno di quell’anno nacquero quasi contemporaneamente Udi (Unione donne italiane) e Cif (Centro italiano femminile), “veri e propri organi del collateralismo – scrive ancora Anna Rossi-Doria –, rispettivamente del Pci e dell’Azione cattolica, nell’ambito di un’elaborazione strategica avviata in entrambi i casi fin dal 1943, in vista della sfida decisiva rappresentata dal futuro elettorato femminile”⁹². Subito dopo la guerra questi due organismi, profondamente differenti tra loro, coordinano la grande mobilitazione femminile di assistenza alla popolazione proprio mentre il Consiglio dei ministri, dopo un brevissimo dibattito, decide di approvare il decreto che ammetteva le donne al suffragio. La rapidità con cui venne presa questa decisione, lo scarso rilievo che ebbe sulla stampa nazionale e lo stupore con cui fu accolta dal nuovo elettorato mostrano la sostanziale estraneità delle donne del dopoguerra alla vita politica attiva, mentre continuavano a proporre una partecipazione politica “nella forma della gestione diretta dei settori di loro specifico interesse”⁹³. È vero che varie associazioni femminili (Udi, Alleanza femminile pro suffragio e Fildis) chiesero il

⁹⁰ ROSSI-DORIA, Anna *Le donne sulla scena politica italiana agli inizi della Repubblica*, in: Ead., *Dare forma al silenzio. Scritti di storia politica delle donne*, Roma, Viella, 2007, [1° ed. pubblicata con il titolo *Le donne sulla scena politica*, in *Storia dell’Italia repubblicana. Vol. I. La costruzione della democrazia*, Einaudi, Torino, 1994, pp. 779-846], p. 167.

⁹¹ *Ivi*, p. 168.

⁹² *Ivi*, p. 147.

⁹³ *Ivi*, p. 166.

diritto di voto, costituendo il 25 ottobre 1944 il “Comitato pro- voto”, ma la sua azione non fu decisiva – il Comitato ebbe vita brevissima (appena tre mesi) e agì quando i partiti avevano deciso per il suffragio femminile – quanto semmai per il senso che riuscirono a dare a questa battaglia e al nuovo diritto. Per la prima volta, cioè, erano le donne dei partiti a gestire in modo diretto una battaglia politica per i diritti delle donne e lo fecero – questo è forse il dato più rilevante – rappresentando il voto non più come un “dovere collettivo” bensì come un “diritto individuale di ognuna di loro”⁹⁴. Un valore altissimo, che tuttavia fu simbolico più che reale e che aveva come controparte un moltitudine di donne entusiasta ma stupita, piuttosto che consapevole, di fronte al nuovo diritto di cittadine.

⁹⁴ *Ivi*, p. 180.

(Página deixada propositadamente em branco).

**IL WELT-DIENST DI ERFURT:
PRIME NOTE SU UN CENTRO TRANSNAZIONALE
DELL'ANTISEMITISMO DEGLI ANNI '30**

Valeria Galimi

L'ANTISEMITISMO IN PROSPETTIVA TRANSNAZIONALE

A fronte di una produzione storiografica sulla natura e sui caratteri dell'antisemitismo nei singoli paesi europei che ogni anno diventa più abbondante, sorprende che manchi a tutt'oggi un quadro del tema che tenga conto della sua dimensione europea fra la fine dell'Ottocento e la metà del Novecento. Ancora oggi per una storia dell'antisemitismo europeo dobbiamo far ricorso all'opera di Léon Poliakov, che se pur ha costituito un riferimento importante per molto tempo, si presenta più come un'analisi di quadri nazionali giustapposti, risultando peraltro in molte sue parti datata¹. Per lungo tempo la storiografia si è dedicata a indagare i caratteri autoctoni dell'antisemitismo in un singolo paese, sovente al fine di accertare la tradizione antisemita di lungo periodo che portò all'affermarsi dalla fine degli anni '30 del XX secolo dell'antisemitismo di Stato,

¹ POLIAKOV, Léon. *Storia dell'antisemitismo*, Firenze, La Nuova Italia, 1976-1991; per la storiografia pubblicata annualmente sul tema si rinvia a due repertori: a cura di BENZ, Wolfgang. *Jahrbuch fur Antisemitismusforschung*, e a cura di GRENVILLE, John SA e GROSS, Raphael. *Leo Baeck Institute Year Book*.

come si rileva nel caso della Francia - al centro di una vera e propria “rivoluzione storiografica” sul finire degli anni '70, grazie al volume di due storici americani, Robert O. Paxton e Michael Marrus, *Vichy et les Juifs*². In tempi più recenti, una storiografia crescente, spesso prodotta da giovani studiosi, si è concentrata a rintracciare le matrici di lungo periodo del pregiudizio antiebraico anche per l'Italia, confutando l'idea che l'antisemitismo nella penisola sia apparso improvvisamente nel 1938, al momento delle legislazione persecutoria del fascismo³. Per la Germania nazista del resto si continua a indagare e a proporre nuove letture delle origini dell'antisemitismo tedesco⁴.

Eppure, per quanto riguarda le “culture” dell'antisemitismo è assai difficile non cogliere gli aspetti comuni fra le culture europee, che un approccio comparato aiuterebbe senz'altro a mettere in luce. Se ormai è condivisa la necessità di indagare le matrici di lungo periodo dell'apparato culturale e ideologico che condussero all'affermazione dell'antisemitismo di Stato e, successivamente, alla Shoah⁵, occorrerebbe, al contempo, esaminare le modalità di diffusione, lo studio delle riproposizioni di temi e motivi antiebraici nel contesto europeo.

² Cfr. MARRUS, Micheal R. ; PAXTON, Robert O. *Vichy et les Juifs*, Paris, Calmann-Lévy, 1981. Sullo sviluppo della storiografia sulle responsabilità del regime di Vichy nelle persecuzioni contro gli ebrei e sulla “rivoluzione paxtoniana” mi permetto di rinviare a GALIMI, Valeria. «Vichy: un passato che non passa? La storiografia sulla persecuzione antiebraica in Francia», in: MANTELLI, Brunello (a cura di), “Storia e storiografia della persecuzione antiebraica in Italia e in Europa (1945-2000)”, *Qualestoria*, n. 2, dicembre 2004, pp. 49-64.

³ Per una rassegna storiografica sugli ultimi venticinque anni cfr. GALIMI, Valeria. “Politica della razza, antisemitismo e Shoah” in: *Studi storici*, n. 1, gennaio-marzo 2014, pp. 169-181.

⁴ Per rinviare a un solo esempio si veda il discusso volume di ALY, Götz *Perché i tedeschi, perché gli ebrei? Uguaglianza, invidia e orgoglio razziale (1880-1933)*, Torino, Einaudi, 2013.

⁵ La bibliografia in merito è assai vasta; si veda, da ultimo, il recente lavoro di GERMINARIO, Francesco *Costruire la razza nemica. La formazione dell'immaginario antisemita tra la fine dell'Ottocento e gli inizi del Novecento*, Torino, Utet, 2009.

Per questo motivo la categoria di “transfert culturale”⁶ e quella di prospettiva “transnazionale”⁷ – verso cui si registra un interesse crescente da parte degli studiosi, e che viene applicata a contesti assai diversi fra loro – si mostra assai utile anche per l’analisi dell’antisemitismo contemporaneo, in particolare riguardo al periodo fra le due guerre, allorquando si va a costruire una “Europa fascista”. L’antisemitismo fra le due guerre, in altre parole, è già di per sé una categoria transnazionale, che presenta caratteri specifici a ciascun contesto, ma al contempo dinamiche e strutture simili e costanti già dalla fine del XIX secolo. Con il passaggio all’azione, infatti, dopo l’affermazione dell’antisemitismo di Stato da parte della Germania nazista, altri paesi europei seguono l’esempio dell’esclusione giuridica degli ebrei, introducendo norme discriminatorie nei confronti della minoranza ebraica, promuovendo una campagna di stampa a carattere antisemita e revocando di fatto le acquisizioni fatte dai gruppi ebraici nel corso del lungo processo di “emancipazione”.

Se gli studiosi si sono concentrati per molto tempo ad indagare gli aspetti ideologici e culturali dell’antisemitismo del periodo fra le due guerre e in particolare degli anni Trenta, segnando sovente

⁶ La categoria di “transfert culturale” è stata utilizzata per indicare le relazioni di scambio di informazioni, di modelli e di temi fra un contesto culturale e un altro, sottendendo al contempo, non solo l’idea di passaggio, ma anche di perdita e di trasformazione, da un contesto culturale all’altro; insieme alla nozione di *histoire croisée* e di *storia transnazionale* sono state al centro delle riflessioni metodologiche più recenti. Rinvio a due testi fondamentali: ESPAGNE, Michel ; WERNER, Michael (dir.), *Transferts. Les relations interculturelles dans l’espace franco-allemand*, Paris, Editions Recherche sur les Civilisations, 1988 e WERNER, Michael ; ZIMMERMANN, Bénédicte (dir.), *De la comparaison à l’histoire croisée*, Paris, Editions du Seuil, 2004.

⁷ La letteratura sulla prospettiva transnazionale applicata agli studi storici è assai vasta. Rinvio solo, a titolo di esempio, al forum pubblicato su H-net, Humanities & Social Sciences Online, *Reflections on Transnational History*, con interventi, fra gli altri di Konrad Jarausch e Charles Maier (gennaio 2006); a KOCKA, Jürgen, BUDDE, Gunilla, CONRAD, Sebastian, JANZ, Oliver (a cura di), *Transnationale Geschichte. Themen, Tendenzen und Theorien*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2006 e a *The American Historical Review Conversation, On Transitional History*, (con C. A. Bayly, Sven Beckert, Matthew Connelly, Isabel Hofmeyr, Wendy Kozol, Patricia Seed), *The American Historical Review*, vol. 111, n. 5 (December 2006), pp. 1441-1464.

una linea di continuità con la fine dell'Ottocento, che vede al centro la mobilitazione antiebraica intorno all'Affaire Dreyfus, in Francia e in tutta Europa, è soprattutto sul piano delle "pratiche antiebraiche" – anche proprio per il contesto politico modificato dopo l'ascesa al potere di Hitler in Germania – che è possibile cogliere le maggiori e più significative discontinuità. Di qui la scelta di focalizzare l'attenzione sullo studio delle "pratiche antiebraiche", con l'intento di spostare la prospettiva di analisi dal terreno della dimensione ideologica al piano della disamina delle azioni, dei fatti concreti dell'antisemitismo, che si intensificano nel corso del decennio e che sono stati in gran parte trascurati dalla storiografia⁸.

In questo quadro, la prospettiva di indagare le continuità e le discontinuità sul dell'antisemitismo in Europa (occidentale, ma anche in relazione con alcuni paesi dell'Est, come la Romania e l'Ungheria) negli anni '30 sul piano politico e sociale, porta giocoforza a prendere in esame le influenze da parte della Germania nazista, e di conseguenza le circolazioni dell'antisemitismo fra i vari paesi europei nel corso del decennio, in gran parte trascurate dalla storiografia.

Un campo di indagine da cui è stato essere più agevole avviare l'analisi dei transfert e della circolazione di temi e motivi in Europa fra le due guerre è costituito dall'iconografia, nonostante le difficoltà specifiche inerenti la lettura delle fonti suddette. Segnatamente, in un primo momento si è trattato di tentare di ricostruire la circolazione delle immagini a carattere antiebraico all'interno della stampa dell'epoca, al fine di comprendere se si possa parlare, al riguardo, di una "internazionale antisemita delle immagini"⁹, ovvero se si

⁸ Per il caso francese mi permetto di rinviare a GALIMI, Valeria. *L'antisemitismo in azione. Pratiche antiebraiche nella Francia degli anni Trenta*, Milano, Unicopli, 2006.

⁹ Una prima versione di questa indagine è in GALIMI, Valeria. *Une internationale antisémite des images? Je suis partout et le cas de caricatures*, in : MATARD-BONUCCI, Marie-Anne (dir.), *Antisémythes. L'image des juifs entre culture et politique (1848-1939)*, Nouveau Monde éditions, Paris 2005, pp. 427-437. Il riferimento è al tentativo

assiste alla costruzione di un processo di internazionalizzazione dell'antisemitismo attraverso le immagini¹⁰.

Nelle pagine che seguono si intendono presentare i primi elementi di una ricerca in corso sul Welt-Dienst di Erfurt e la sua attività di promozione della propaganda antiebraica in Europa. Per essere un vero e proprio centro transnazionale di "expertise" sul tema dell'antisemitismo, con legami e ramificazioni in molti paesi europei (e non solo), costituisce un punto di osservazione privilegiato della circolazione e della diffusione dei temi e dei motivi antiebraici in Europa, consentendoci di continuare a riflettere sulla "Internazionale antiebraica"¹¹.

Il Welt-Dienst di Erfurt: un centro transnazionale di "expertise" antiebraica

Il centro di Erfurt fu un'agenzia di stampa attiva dal 1933 allo scopo di servire come base per diffondere a livello internazionale materiale propagandistico antiebraico. Il governo nazista si dimostrò dapprima indifferente all'attività del centro, a causa dell'indipendenza d'azione rivendicata dai suoi fondatori; dal 1937 esso fu sovvenzionato dall'*Aussenpolitischesamt*, l'ufficio delle relazioni estere della NSDAP, controllato da Alfred Rosenberg, sotto la guida di Julius Streicher.

di costruzione di un'internazionale fascista negli anni Trenta (cfr LONGO, Gisella (a cura di), *I tentativi per la costituzione di un'Internazionale fascista: gli incontri di Amsterdam e di Montreux attraverso i verbali delle riunioni*, «Storia contemporanea», XXVII, giugno 1996, n. 3, pp. 475-567).

¹⁰ MATARD-BONUCCI, Marie-Anne. *La caricature témoin et vecteur d'internationalisation de l'antisémitisme: la figure du "Juif-monde"*, in Marie-Anne Matard-Bonucci (dir.), *Antisémythes. L'image des juifs entre culture et politique (1848-1939)* cit., pp. 439-458.

¹¹ Le fonti per questo studio sono assai frammentarie e ancora in fase di individuazione e raccolta: per ora si sono reperite corrispondenze di privati, documenti di riviste legate al Centro, fonti di polizia, elenchi e materiali allegati agli atti del processo di Berna.

Dopo lo scoppio del conflitto mondiale, il Welt-Dienst verrà assorbito dall'istituto della NSDAP per la ricerca sulla questione ebraica di Francoforte. Per tutto il periodo della sua esistenza, quindi, il centro ricevette finanziamenti pubblici¹².

Inspiratore del Welt-Dienst fu Georg de Pottere, già console ungherese nella Russia zarista, autore di libelli antisemiti e agitatore politico in Svizzera, in Austria e in Francia. Nel 1933 da Parigi egli si trasferì a Erfurt, dove avviò una collaborazione con la casa editrice di proprietà di un noto esponente antisemita, il colonnello Ulrich Fleischhauer; questa collaborazione si interruppe nel 1936, quando sopraggiunsero forti dissensi fra loro. Ulrich Fleischhauer (1876-1960), fu seguace di Theodor Fritsch e dopo la guerra si avvicinò alle posizioni della *Deutschnationale Volkspartei* e alla *Völkische Bewegung*. Creò una casa editrice antisemita chiamata U. Bodung-Verlag a Erfurt, e avviò la con De Pottere nella creazione del Welt-Dienst, collaborazione che cessò nel 1936 perché sopraggiunsero forti dissidi fra i fondatori. Fleischhauer svolse un ruolo di primo piano nella difesa in occasione del processo che si tenne a Berna sulla veridicità dei Protocolli dei Savi di Sion, un'attività che coinvolse anche il Welt-Dienst, e su cui non ci soffermeremo in questa sede¹³.

Il centro di Erfurt era in relazione con molti movimenti e gruppi antisemiti in Europa. In un elenco datato gennaio 1937 erano poco

¹² Prime notizie in BRECHTKEN, M. "Madagascar für die Juden?". *Antisemitische Idee und Politische Praxis 1885-1945*, München, Oldenburg Verlag, 1997 e SCHÖRLE, Eckart. "Internationale der Antisemiten. Ulrich Fleischhauer und der Welt-Dienst" in: *WerkstattGeschichte*, vol. 51 (2009), pp. 57-72.

¹³ Cfr. FLEISCHHAUER, Ulrich. *Die echten Protokolle der Weisen von Zion; Sachverständigengutachten erstattet im Auftrage des Richteramtes V in Bern von Ulrich Fleischhauer*, Erfurt, U. Bodung-Verlag, 1935. Egli ricevette sostegni finanziari pubblici per tutti gli anni '30, ma cominciò a essere mal visto negli ambienti nazisti: il Welt-Dienst passò sotto il controllo dell'*Amt Rosenberg*, gli uffici vennero trasferiti a Francoforte e la direzione passò a August Schirmer, un funzionario vicino a Rosenberg. SCHÖRLE, Eckart "Internationale der Antisemiten. Ulrich Fleischhauer und der Welt-Dienst", cit.

più di 200 gli stretti sottoscrittori del centro¹⁴. Fra questi si ritrovano i nomi dei principali “professionisti” dell’antisemitismo francese e di altri paesi europei.

Il centro infatti elargì sovvenzioni e stabili relazioni costanti con numerosi pubblicisti francesi, fra cui Henry Coston, Lucien Pemjean, Legrand, Clémenti, Boisjoslin, Darquier de Pellepoix – il futuro commissario “aux Questions Juives”, Marcel Bucard; Fleischhauer era in rapporto anche con Georges Montandon, grazie all’intermediazione dello scrittore Céline. Ma anche ebbe legamicon rappresentati della *Imperial Fascist League* in Gran Bretagna o della Falange Spagnola, Boris Tödtli (Russia e Svizzera) e alcuni simpatizzanti di movimenti filonazisti statunitensi.

Il Centro era solito inviare loro documentazione e pubblicare alcuni loro articoli sulla rivista “Welt-dienst”, edita in più lingue¹⁵. Nella presentazione della pubblicazione si asseriva che «il “Servizio mondiale” lotta per la buona intesa fra i popoli e il mantenimento della pace tra le nazioni civilizzate [...]. Nel corso di questa lotta, incontriamo, a ogni passo e in tutti i paesi, lo stesso nemico: l’Ebreo e i suoi alleati: Altra Finanza, Massoneria internazionale, Bolscevismo internazionale, Mardocaisme (sic) (Marxismo), ecc» e si aggiungeva che «gli specialisti della questione ebraica, uniti al “Servizio mondiale” sanno fin troppo bene che queste forze sotterranee, non solo si oppongono allo sviluppo culturale dei popoli, ma lavorano sistematicamente alla distruzione degli Stati e alla regressione del genere umano». Proponendosi come un vero e proprio centro di *expertise* sul tema, grazie anche a un vasto archivio, per il Welt-Dienst suoi interlocutori privilegiati erano quindi gli “specialisti

¹⁴ Cfr. in particolare Wiener Library, Archives, *Letter dated 28 Jan 1937 from the Jewish Central Information Office, containing a list of propagandists of international antisemitism.*

¹⁵ GALIMI, Valeria. *L’antisemitismo in azione. Pratiche antiebraiche nella Francia degli anni Trenta* cit., pp. 67 e ss.

della questione ebraica” a cui si intendeva distribuire informazioni e materiali.

Lo scopo era quello di trovare una soluzione condivisa e *internazionale* della questione ebraica: «Nel corso della lotta che portiamo avanti nell'unico interesse dei nostri popoli rispettivi, cerchiamo di trovare, su una base internazionale, una soluzione alla questione ebraica, che sia insieme legale e umana». Richiamando il carattere cospirazionista dell'ebraismo mondiale, si precisava che occorreva una rete, un servizio d'informazione “su base sovranazionale”, per arrivare allo scopo prefissato:

Il lavoro pratico di tutti gli amici del “Servizio mondiale” consiste a depistare costantemente e minuziosamente il nemico mondiale in tutti i paesi del mondo, per paralizzare, disvelandoli, i suoi intrighi occulti e la sua opera distruttrice. *Illuminare i popoli: ecco il nostro metodo di lotta. Fare luce dove regnano le tenebre, affinché le tenebre siano vinte!* Una rete internazionale di cospiratori e di malfattori può essere scoperto solo da un servizio d'informazione stabilito su base sopranazionale. E solo i patrioti, animati dal puro amore verso il proprio paese, possono essere gli elementi attivi e di valore per la costituzione di una simile “contro-rete” sovranazionale, al servizio dei nostri ideali nazionali più sacri¹⁶.

La pubblicazione “Service Mondial/Welt-Dienst” si proponeva di uscire ogni 15 giorni in sette lingue, al fine di tradurre e diffondere notizie, articoli e note informative, nonché di promuovere pubblicazioni sul tema presso la casa editrice U. Bodung. «Non bisogna più che si lavori isolatamente in ciascun paese: è necessario

¹⁶ “Service mondiale”, presentazione, ciclostilato, 1937, annessa al bollettino di abbonamento (Bibliothèque Nationale de France).

che si tragga più possibile profitto dall'esperienza acquisita e dai risultati ottenuti realmente in tutti i paesi», si chiosava in una lettera agli abbonati. La pubblicazione era composta da cinque-sei pagine, dove venivano riportate brevi notizie, senza firma, quasi dei lanci di agenzia, tratte da giornali di vari paesi, notizie inviate da lettori e corrispondenti, consigli di lettura di giornali o volumi sul tema¹⁷.

Reti e corrispondenze

Uno degli obiettivi della ricerca è quello di ricostruire le reti intessute dal Welt-Dienst in tutta Europa e i canali di diffusione dell'attività di propaganda; si tratta di un'analisi non facile a causa del difficile reperimento del materiale archivistico relativo all'attività del centro¹⁸. Un primo elemento da sottolineare riguarda la rete di collaborazioni di Fleischhauer e di De Pottere, che era di antica data e si era certamente costituita prima della Grande guerra. Egli stesso insieme a De Pottere era stato infatti un attivo antisemita già prima della fondazione del centro; quest'ultimo in una lettera a Ion Motza aveva definito il centro di Erfurt «la continuazione del Movimento Pan-Ariano di Vienna e Parigi» della fine del XIX secolo.

Dai pochi elementi di seguito richiamati si rileva il carattere volutamente transnazionale dell'attività antiebraica promossa dal

¹⁷ Ad esempio, nel numero IV/3 del 1 febbraio 1937 si presentava la pubblicazione di H. de Vries de Heekelingen, *Israël, son passé, son avenir* (Paris, Librairie Académique Perrin, 1937).

¹⁸ Finora il corpus documentario più interessante è stato reperito alla Wiener Library, che però è focalizzato sul processo che si tenne in Svizzera nel 1935 per attestare la veridicità dei Protocolli dei Savi di Sion. Cfr. HAGEMASTER, Michael. *The «Protocols of the Elders of Zion» in Court. The Bern trials, 1933–1937*, WEBMAN, Esther (a cura di), *The Global Impact of «The Protocols of the Elders of Zion»*. London/New York, Routledge, 2011, pp. 241-253; Catherine Nicault, *Le procès des «Protocoles des Sages de Sion». Une tentative de riposte juive à l'antisémitisme dans les années 1930*, in «Vingtième Siècle. Revue d'histoire», n. 53, gen-marzo 1997, pp. 68-84.

Welt-Dienst e ci invita a riflettere più da vicino su questa categoria applicata all'antisemitismo. Di particolare rilievo sono a tal riguardo i carteggi e le corrispondenze. È noto che Fleischhauer e De Pottere conoscessero bene sia Ian Motza che il monsignor Benigni, deceduto nel 1934. Il giovane Motza aveva accompagnato il professor Georg Cuza, leader antiebraico e poi membro del governo rumeno in alcuni incontri internazionali.

Un secondo elemento che è possibile rilevare allo stadio attuale delle ricerche mettere in luce riguarda il primo cerchio di collaboratori del Welt-Dienst, rintracciabile nei promotori delle varie edizioni e traduzioni nazionali dei Protocolli dei Savi di Sion. Il collaboratore di Cuza, Ian Motza, infatti, stretto collaboratore di Codreanu, fondatore del movimento "Guardia di ferro" (*Garda de Fier*) era stato il curatore dell'edizione rumena dei Protocolli, edita nel 1923¹⁹. Allo stesso modo, la conoscenza con monsignor Benigni era avvenuta in un incontro a Budapest che aveva riunito gli attivisti antisemiti in Europa. In questo caso era stata l'esperienza del monsignore a essere utile per il centro. Va ricordato, infatti, che Benigni era stato per lungo tempo promotore di una rete di informazione della Santa Sede, il *Solidatum Pianum*, che dal 1909 intendeva segnalare la presenza di posizioni attribuibili al modernismo all'interno della

¹⁹ Ion I. Moța (o Motza) (1902-1937) fu membro del gruppo fascista rumeno *Guardie di ferro* e morì durante la Guerra civile spagnola. Studiò legge all'Università di Parigi e Grenoble, e fondò durante i suoi anni universitari passati a Cluj l'*Acțiunea Românească*, un gruppo nazionalista che si ispirava all'Action française di Charles Maurras. Avvicinatosi a Codreanu, divenne un attivo militante antisemita, pianificando l'assassinio di alcuni politici ebrei, per il quale venne arrestato. Prese parte negli anni '20 agli incontri internazionali e negli anni '30, rappresentando il movimento delle Guardie di ferro al congresso dell'Internazionale fascista a Montreux. Dal 1934 al 1936 fu corrispondente del Welt-Dienst. Molte notizie su Mota in SANDU, Traian *Un fascisme roumain. Histoire de la Garde de fer*, Paris, Perrin, 2014; cfr. sul rapporto con il Welt-Dienst *ivi*, pp. 100-104. Cfr. anche VOLOVICI, Leon. *Nationalist Ideology and Antisemitism: The Case of Romanian Intellectuals in the 1930s*, di Oxford, Pergamon Press, 1991.

Chiesa cattolica²⁰. Anche in questo caso monsignor Benigni, che aveva già avuto alcuni incontri con De Pottere a Parigi per fondare l'internazionale antisemita, insieme a esponenti francesi, era stato curatore dell'edizione italiana dei Protocolli dei Savi di Sion.

Dei molti passaggi significativi della corrispondenza fra Ian Motza e il Welt-Dienst, basti qui riprodurre una lettera del 26 giugno 1934, in cui Fleischhauer esponeva la politica del centro e illustrava quali caratteri dovesse assumere la loro collaborazione.

“Mi piacerebbe, inoltre, che lei insistesse presso i giornali del vostro movimento affinché riproducano, di quando in quando, l'uno o l'altro dei nostri articoli, a seconda dell'interesse che possono avere per i lettori. Già a due o tre riprese abbiamo parlato della “Guardia di ferro”. Non è cosa priva di importanza perché il Servizio mondiale è presente in 33 paesi. L'importanza e la forza di questi articoli consiste nel fatto che sono tutti redatti secondo una stessa tendenza precisa. Finché questa tendenza non diventerà l'opinione pubblica del mondo ariano laico, nessuno dei nostri paesi potrà liberarsi seriamente dalla morsa del nemico comune, che è l'“Internazionale sotterranea”²¹.

Fleischhauer asseriva che probabilmente i giornali a carattere antiebraico sarebbero stati accusati di ricevere finanziamenti da Erfurt – come comunemente riportavano ad esempio le note di polizia e del Ministero dell'Interno francese riguardo i gruppi antiebraici locali²².

²⁰ Cfr. PICHETTO, M.T. *Alle radici dell'odio. Preziosi e Benigni antisemiti*, Milano, FrancoAngeli, 1983 e POULAT, Émile. *Catholicisme, démocratie et socialisme. Le mouvement catholique de Mgr Benigni de la naissance du socialisme à la victoire du fascisme*, Paris, Casterman, 1977.

²¹ Lettera del Welt-Dienst a Ian Motza, 26 giugno 1934, in: MOTZA, I. *Corrispondenza col Welt-dienst 1934-1936*, Parma, Edizioni all'Insegna del Veltro, 1996, pp. 62-63.

²² GALIMI, Valeria. *L'antisemitismo in azione. Pratiche antiebraiche nella Francia degli anni Trenta* cit., p. 70 e p. 82.

Nondimeno, era essenziale stringere collaborazioni e irrobustire la rete degli attivisti affinché si potesse costruire una piattaforma comune di lotta contro l'ebraismo, sebbene ciascun paese potesse e dovesse agire in difesa di "interessi specifici".

“Non bisogna mai dimenticare che il motto del nostro movimento pan-ariano dice “L'unione fa la forza”. Non c'è alcun dubbio che, senza avvicinarsi reciprocamente su una piattaforma comune, non arriveremo mai a nulla. Oltre a ciò, la nostra legge ci dice: che ogni paese conservi la propria totale indipendenza quanto agli interessi specifici e anche quanto alla forma personale e specifica della lotta da combattere”²³.

I congressi: presenze e assenze

Una delle attività più di rilievo del centro, finalizzata a rinsaldare i legami e le collaborazioni fra i vari paesi era l'organizzazione di incontri internazionali; come era stato comunicato a Motza per l'incontro del 26 agosto 1934 a Erfurt furono previsti venti delegati.

Un'esperienza a parte fu costituita dal congresso tenutosi a Montreux, in Svizzera nel dicembre 1934 e una seconda volta nell'aprile 1935, organizzato dai Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma (CAUR), una rete fondata nel 1933 da Mussolini sul modello del Comintern, e diretta da Eugenio Coselschi, al fine di creare un fascismo internazionale o universale. I paesi aderenti - più trenta paesi - tuttavia, presentavano posizioni difformi su alcune questioni centrali come il razzismo, l'antisemitismo o il corporativismo. Alla

²³ Lettera del Welt-Dienst a Ion Motza, febbraio 1935, in I. Motza, *Corrispondenza col Welt-dienst 1934-1936* cit., pp. 62-63.

prima riunione furono assenti rappresentanti della Germania nazista (ma anche rappresentanti diretti del Partito fascista italiano non erano presenti). Il Welt-Dienst non venne invitato²⁴.

In occasione della sua esclusione a Montreux, Fleischhauer non aveva mancato di sottolineare a Motza (che pure era intervenuto al congresso per sostenere la scelta di inserire l'antisemitismo come punto programmatico: «Ho fatto del mio meglio per servire la causa antisemita», aveva commentato) quanto la questione ebraica fosse centrale per il fascismo.

“Noi di Erfurt troviamo che i diversi fascismi non sembrano aver capito a fondo la questione ebraica. Ogni movimento di rigenerazione nazionale è condannato a morte, se trascura la questione ebraica. Lei sa meglio di me che gli Ebrei fanno tutto il possibile per penetrare nei diversi nuovi movimenti nazionali di rigenerazione, fingendo una differenza tra “Ebrei buoni” e “Ebrei cattivi”²⁵.

E continuava asserendo che se non fosse esistito un problema ebraico, non ci sarebbe stato quasi bisogno di un movimento fascista, «un movimento di rigenerazione nazionale». Si tratta di un punto sul quale effettivamente le varie delegazioni a Montreux si scontrarono e che non trovò soluzione.

Il prossimo congresso dei Fascisti si guarderà bene dall'invitarmi a partecipare ai suoi lavori. Costoro sanno molto bene che il movimento di Erfurt, che non è se non la

²⁴ Cfr. LONGO, Gisella (a cura di), *I tentativi per la costituzione di un'Internazionale fascista: gli incontri di Amsterdam e di Montreux attraverso i verbali delle riunioni*, cit., e CUZZI, Marco. *L'internazionale delle camicie nere. I Caur 1933-1939*, Milano, Mursia, 2005.

²⁵ Lettera del Welt-Dienst a Ion Motza, febbraio 1935, in I. Motza, *Corrispondenza col Welt-dienst 1934-1936* cit., pp. 72 e ss.

continuazione del movimento pan-ariano di Vienna e Parigi, fa una distinzione assai netta fra fascismo bianco e fascismo nero. D'altronde ciò che vale anche per i diversi "nazionalsocialismi". Finché i Mussolini, i Mosley, i Mussert, non capiranno o non vorranno capire il nostro punto di vista, non ci sarà molto da fare con questi fascisti. [...] Comprendo benissimo che a Montreux si sia evitato di costruire una dottrina filosofica basata unicamente sul razzismo. [...] Ma in fin dei conti noi dobbiamo assolutamente esigere che un movimento di rigenerazione nazionale, quale che ne sia il nome, non esiti a abordare il problema ebraico, senza il quale non avremmo probabilmente nessun bisogno di un movimento frontista o di rigenerazione²⁶.

Fra i molteplici incontri promossi dal centro va inoltre ricordato nel settembre 1938 si tenne un congresso internazionale del Welt-Dienst a Erfurt. Va notato che il raggio d'azione del centro non si limitava al continente europeo: parteciparono delegati da tutto il mondo, da Inghilterra, Russia, Bulgaria, Belgio, Polonia Spagna, Danimarca, Argentina, Francia, Sudafrica, Canada, Stati Uniti, Italia e Portogallo.

Tenutosi in concomitanza con i giorni che precedettero la conferenza e il patto di Monaco, in apertura del congresso Ulrich Fleischhauer illustrava l'attività antiebraica dispiegata fino a quel momento: «dal 1919 al 1933, abbiamo proseguito in silenzio l'opera intrapresa da Theodor Fritsch al fine di opporsi - *per la prima volta al mondo* - all'internazionale degli ebrei quella dei giudeologi (*judéologues*)». Dal 1 settembre 1933, la città di Erfurt, dopo l'inaugurazione del centro, era diventata «la Mecca dell'antigiudaismo», e dal dicembre il Welt-Dienst era diventato pubblico; «per cinque anni abbiamo continuato nella nostra lotta, informando e avvertendo del pericolo gli altri popoli», precisava ancora Fleischhauer. «I piani di

²⁶ *Ibidem.*

egemonia mondiale degli ebrei sono sempre più riconosciuti», ma essi ora spingono a ogni costo «*alla nuova guerra mondiale!!!*», perciò ancora più indispensabile sarebbe stata la lotta; poiché «l'ora esige da tutti quelli che vedono chiaro uno sforzo completo e totale»²⁷.

Al convegno prese parte anche colui che venne presentato come «lo specialista dei Protocolli dei Savi di Sion», ovvero Herman de Vries de Heekelingen che era intervenuto spiegando agli astanti *Pourquoi je vais à Erfurt*. Da più parti era stato accusato di avere legami con una centrale del potere nazista; ma precisava ancora l'autore antisemita che il Welt-Dienst non solo non disponeva di milioni di finanziamenti, ma non era propriamente un centro nazionalsocialista. In realtà, «il colonnello F. è riuscito a raggruppare intorno a sé, in occasione di congressi annuali, persone di tutte le lingue e di tutti i credi che desiderano studiare, in tutta libertà, i mezzi per rimediare al pericolo ebraico»²⁸. Infatti – egli continuava nel suo intervento - «per la prima volta nella storia del mondo, i non ebrei cercano di organizzarsi al di sopra delle frontiere, facendo astrazione da ciò che potrebbero dividerli in altri campi. Se Erfurt continua a rispettare la credenza e le opinioni politiche dei partecipanti, i suoi congressi possono diventare uno strumento utile nella lotta contro l'influenza corruttrice della *juiverie*». E concludeva: «Mi si rimprovererà ancora di andare a Erfurt? Ci vado come storico desideroso di conoscere tutte le opinioni e non per discutere di questioni religiose con quelli le cui convinzioni sono opposte alle mie. Perché mi priverei di un posto di osservazione così prezioso?»²⁹.

Fra i molti interventi, quello di Marcel Bucard, fondatore del movimento *Le Francisme*, insisteva in modo particolare sulla guerra

²⁷ Intervento di Ulrich Fleischhauer agli amici del Service mondial, pubblicato in «Welt-Dienst», n. V/17, u., 18, 1 e 15 settembre 1938, p. 2 (Bibliothèque Nationale de France).

²⁸ *Ivi*, pp. 3-4.

²⁹ *Ivi*, p. 4.

– che sembrava imminente – che era voluta e preparata dagli ebrei; per questo bisognava agire contro «la stampa giudeizzata e rendere antisemiti gli aderenti dei partiti giudeizzata (*enjuivés*)»; infatti: «rendere i francesi antisemiti vuol dire sventare il pericolo della guerra»³⁰. Bucard – che da posizioni filofasciste si era spostato progressivamente a sostenere la Germania nazista -, accusava in particolare Charles Maurras di avere un'azione nefasta, e facendo emergere dissidi e contrasti che erano presenti fra i gruppi fascisti e antisemiti d'Oltralpe³¹.

“Molte formazioni sostengono un certo antiebraismo. L'Action française, gruppo monarchico e reazionario, anti-fascista per principio, attacca gli ebrei, ma la sua germanofobia, tanto irragionevole che nefasta, serve in definitiva la propaganda bellicista di Israele. E in più manca di connessioni con le masse popolari »³².

Fra gli italiani, furono Giovanni Preziosi e Eugenio Coselschi, fondatore dei Comitati d'azione per l'universalità di Roma (CAUR), a prendere la parola. Il numero del bollettino relativo al congresso riportò i “Dieci punti fondamentali del problema Ebraico”, già pubblicati da Preziosi su «La vita italiana» il 15 agosto 1937. Intervenne anche Coselschi per precisare che «la lotta contro gli ebrei in Italia non reca per data d'inizio il 1938. Essa conta antiche battaglie che polarizzarono l'attenzione del mondo intero su questa levata di scudi che cominciò nel nostro paese, or sono almeno venticinque anni e che ebbe come mezzo di espressione, la battagliera rivista periodica “Vita italiana”». Si trattava, pertanto, di una posizione

³⁰ *Ivi*, p. 7.

³¹ GALIMI, Valeria. *L'antisemitismo in azione. Pratiche antiebraiche nella Francia degli anni Trenta cit.*, p. 105 e ss.

³² *Ivi*, p. 7.

affatto diversa da quella assunta durante il congresso di Montreux, quando volle lasciare fuori dalle discussioni i temi del razzismo e dell'antisemitismo; egli continuava mostrando quanto ora fossero centrali per il fascismo italiano: «Ma nell'anno XVI dell'Era Fascista la lotta contro gli ebrei, esaminata da un punto di vista italiano e fascista non può restringersi ad una azione di carattere locale, contingente, particolare»³³. Evocando l'inconciliabilità fra l'idea dell'Universalità di Roma e l'Internazionale ebraica Coselschi sembrava ora aderire pienamente all' "Internazionale antisemita", per combattere le «forze dell'intrigo e dell'oscurantismo internazionale» incarnate dall'ebraismo, o meglio dal giudeobolscevismo.

Ora se il concetto romano è quello di civiltà, dell'unità, dell'Ordine, del diritto (e anche della giusta pace fra i popoli) questo concetto non può essere che all'avanguardia della lotta contro l'ebraismo, che come razza, entità, forza organizzata, è stato e sempre sarà, per il disordine, il sovvertimento, il dissolvimento e la barbarie bolscevica³⁴.

Queste prime note sul Welt-Dienst mostrano l'interesse di una ricostruzione più approfondita della sua attività dispiegata negli anni Trenta in Europa (e non solo), nella prospettiva della costruzione di reti di collaborazioni e circolazione di *expertise* e di materiali in prospettiva transnazionale. Emerge un forte legame con reti preesistenti all'avvento del fascismo e del nazismo in Europa, che fanno riferimento a *milieux* antiebraici di fine Ottocento del cattolicesimo intransigente e a ambienti che erano stati promotori e diffusori dei *Protocolli dei Savi di Sion* a partire dagli anni Trenta, nonché a rapporti non privi di dinamismo e tensioni con il fascismo e il nazismo al potere.

³³ *Ivi*, p. 2-3.

³⁴ *Ibidem*.

(Página deixada propositadamente em branco).

**PROPAGANDA ARTÍSTICA NO ESTADO NOVO:
ARTE PORTUGUESA NA CAMPANHA NACIONAL
DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

Nuno Rosmaninho

Quando Oliveira Salazar subiu ao poder, os dilemas identitários da arte já ocupavam os intelectuais e artistas há cem anos. No entanto, as novas circunstâncias políticas e o próprio desenvolvimento dos discursos nacionais conferiram características particulares ao Estado Novo.

A deriva nacional da arte conheceu seis fases. A *primeira*, entre os anos dez e quarenta do século XIX, é marcada pela incerteza sobre as possibilidades portuguesas de alcançar uma especificidade colectiva. Na *segunda*, entre 1841 e 1890, assiste-se ao arranque esperançoso de um novo padrão cultural assente nas manifestações populares e eruditas e ao reconhecimento de tópicos de enorme importância futura, como o estilo manuelino, a escola portuguesa de pintura e a pintura de costumes. A *terceira*, de 1891 a 1920, encontra o tema da casa portuguesa, faz triunfar a ruralidade como valor de referência, recobre todos os assuntos com um poderoso e reconstituente manto caracterológico e exalta-se com a descoberta dos painéis de Nuno Gonçalves. Na *quarta*, entre 1921 e 1940, vive-se uma época de extremos: o nacionalismo artístico exaspera-se no combate à ameaça internacionalista trazida pelas vanguardas.

É uma luta que parece resolver-se a contento da identidade nacional, embora as fórmulas do equilíbrio apontem para uma supremacia do indivíduo que em breve produzirá efeitos drásticos. A *quinta* fase, entre 1941 e 1970, com certezas extremas acerca da intemporalidade do *espírito português*, alimenta a vigorosa historiografia de Reynaldo dos Santos mas vai deixando cada vez mais indiferentes os jovens artistas. E são estes que na sexta fase, depois do Estado Novo, manifestarão um alheamento por vezes ostensivo perante uma questão conotada com o salazarismo.¹

O *Roteiro da Arte Portuguesa*, publicado no âmbito da Campanha Nacional de Educação de Adultos em meados dos anos cinquenta, reflecte um pensamento sereno e dogmático sobre o assunto. Começa por ser um manual escolar, caracterizando as Idades da Pedra, do Bronze e do Ferro e integrando o caso português em cada uma delas. Nem nestes remotos tempos nem nas artes das épocas romana, visigótica e moçárabe se encontra qualquer veleidade identitária portuguesa. Esse enfoque surge a seguir. O *Roteiro* sugere que a influência francesa durante a Reconquista tornou «possível o aparecimento dum estilo românico peninsular, que se inspira no românico borgonhês».² Daqui para diante, cada estilo é exposto a partir de quatro ou cinco aspectos: influências estrangeiras, atributos que exprimem a especificidade portuguesa, principais características

¹ Esta cronologia e o enquadramento geral do problema estão desenvolvidos no ensaio *A Deriva Nacional da Arte* e numa antologia dos séculos XIX a XXI, em preparação. Entre os estudos que dedicámos ao assunto, ver sobretudo «As múltiplas facetas da arte nacional», in PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís (coord.), *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português (1900-1950)*. Coimbra: Ariadne Editora e CEIS20, 2005, pp. 373-400 (2.^a edição: Coimbra, CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, pp. 311-334) e «Historiografia artística no Estado Novo. A oposição discreta», in CORDEIRO, Carlos (coord.), *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*. Coimbra e Ponta Delgada: CEIS20 e Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, 2011, pp. 167-175.

² *Roteiro da Arte Portuguesa*, s. l., Campanha Nacional de Educação de Adultos, s. d., p. 75. Adoptamos este título, que se encontra na capa do volume. Na página de rosto, indica-se *Roteiro de Arte Portuguesa*.

dos imóveis, edifícios fundamentais e, por fim, a escultura e a pintura. A particularidade portuguesa desenha-se nos dois primeiros tópicos, numa espécie de balanço entre o que vem de fora e o que é de dentro.

Defesa dos monumentos

O volume está concebido para amar a pátria através dos monumentos. Desde o Romantismo que esta concepção sustenta a principal linha de defesa do património, como se conclui da leitura dos artigos publicados por Alexandre Herculano na revista *Panorama* em 1838 e 1839.³ O século XIX recriou a noção de património ao acrescentar à valia estética dos imóveis históricos um significado colectivo poderoso e mobilizador. Laicizados pelo liberalismo, os Mosteiros da Batalha e dos Jerónimos chegaram ao Estado Novo como lugares da pátria. Essa vinculação identitária estendeu-se a todas as artes. No *Roteiro*, as Tapeçarias de Pastrana não descrevem apenas os «feitos do Norte de África» – são o seu melhor testemunho. Os painéis de Nuno Gonçalves não figuram apenas os «homens que preparam a epopeia dos Descobrimentos» – são o seu retrato mais fiel. Não é portanto a novidade que caracteriza estas ideias, mas a durabilidade e o mimetismo em relação aos velhos discursos de Latino Coelho, Inácio de Vilhena Barbosa e Sousa Viterbo, que deram formulações lapidares ao culto patriótico dos monumentos.⁴

³ HERCULANO, Alexandre. «Os monumentos» e «Mais um brado a favor dos monumentos», publicados sem assinatura na revista *O Panorama*, Lisboa, volumes I, II e III, 1838 e 1839, e refundidos em 1872 e 1873 para integrar o volume II dos *Opúsculos* com o título de «Monumentos pátrios».

⁴ *Roteiro da Arte Portuguesa*, p. 32; COELHO, J. M. Latino. *Arte e Natureza*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, s.d., pp. 71-74; BARBOSA, Inácio de Vilhena. *Monumentos de Portugal. Históricos, artísticos e arqueológicos*. Lisboa: Castro & Irmão Editores, 1886, p. C, e prefácio a Possidónio da Silva, *Resumo Elementar de Arqueologia*

Apesar da invocação patriótica, a doutrina exposta no *Roteiro* contém uma defesa dos museus e do património que é salutar e parece comum. O incremento das visitas de estudo, procurado pela Campanha Nacional de Educação de Adultos, continua a ser uma tarefa actual. Para cumprir esse objectivo, destaca a «importância histórica, social e cultural da Arte», dá indicações precisas sobre o modo de visitar museus e monumentos, apresenta-os por distritos e concelhos e proporciona um significativo «documentário fotográfico». Estes intuitos parecem simplesmente naturais. O que é diferente e merece a nossa atenção é o desejo de expor o sentido da arte portuguesa ou, melhor dizendo, o sentido português da arte.

O sistema nacional

A arte é reiteradamente associada à nação. Na primeira parte, este propósito tem uma formulação geral. Na segunda, concretiza-se numa análise histórica através da qual se observa o desenvolvimento artístico e o afloramento das especificidades colectivas.

O *Roteiro da Arte Portuguesa* pertence a uma época em que a identidade artística nacional constituía um sistema forte, estabilizado, parecendo quase inexpugnável. As culturas nacionais desenvolvidas desde o Romantismo sedimentaram a convicção de que a arte se particulariza de acordo com o meio, a psicologia dos povos e as tradições populares. No final do século XIX, era comum pensar que toda a arte tem uma pátria, isto é, apresenta particularidades relacionadas com as pessoas, a cultura e a paisagem. A crença adquiriu força, tornou-se um axioma e elevou a

Cristã, Lisboa, Lallemand Frères Imprensa, 1887, p. 7; VITERBO, Sousa *Cem Artigos de Jornal*. Lisboa: Tipografia Universal, 1912, p. 8.

nação a principal fundamento da arte. É um facto certo e seguro do *Roteiro*, que assim ignora os violentos conflitos nascidos com a difusão da linguagem apátrida das vanguardas. A arte reflecte as características de cada povo. Constitui «o seu melhor retrato, físico e mental», «o seu melhor índice e guia». – Eis uma das principais conclusões.⁵

O leitor é convidado a aceitar o seguinte axioma: «Cada povo tem a sua arte característica, bem definida, de acordo com as suas tendências e as suas características psicológicas. É por isso que podemos falar numa arte egípcia, numa arte grega, numa arte romana.»⁶ A diversidade dos povos apresenta-se como uma evidência. Já os motivos dessa diferença são mais difíceis de estabelecer.

Diferenciação caracterológica

Durante séculos, era corrente a presunção de que a natureza dos povos variava por causa do clima. O tópico estendeu-se à arte, onde, com a designação de *meio*, se tornou um lugar-comum no século XIX e, reestruturado sob o epíteto de regionalismo, desempenhou um papel decisivo nos debates arquitectónicos do século XX.

O Romantismo atribuiu aos povos uma diferenciação decorrente do *génio*. Esta palavra, apropriadamente vaga, foi sendo substituída pela caracterologia étnica, em crescendo a partir dos anos de 1870. A caracterologia étnica sempre existiu, e permanece hoje como uma atracção fatal dos discursos nacionais. No entanto, os antropólogos de finais de Oitocentos deram-lhe sofisticação científica. Associaram os povos a certos traços psicológicos e desencadearam narrativas identitárias baseadas nos cruzamentos étnicos. De Teófilo Braga a

⁵ *Roteiro da Arte Portuguesa*, p. 35.

⁶ *Idem*, p. 30.

Jorge Dias, a cultura portuguesa passou a fazer-se com estas metáforas unificadoras que atravessam os tempos, as ideologias e as áreas disciplinares.

Os atributos caracterológicos têm a vantagem ontológica de remeterem para a intemporalidade. São uma condição necessária a que o artista não se pode eximir. Estabelecem um padrão reconhecível dentro das variações históricas. Até final do século XIX, a história da arte em Portugal é um fenómeno acidentado, inorgânico, dependente de bruscas transformações históricas. Na transição para o século XX, porém, a caracterologia étnica sustentou uma explanação própria e poderosa. A história da arte não se fazia de acasos, como a mítica viagem de Van Eyck a Portugal no princípio do século XV. A arte exprimia uma personalidade colectiva, que se tornou o santo graal da historiografia nacionalista. Na sucessão de estilos, devia procurar-se a manifestação da autonomia espiritual da nação, a sua diferença e, aqui e ali, a sua superioridade. A diferença e a superioridade seguem a par. No *Roteiro da Arte Portuguesa*, o esplendor do azulejo seiscentista parece maior porque manifesta «um sentido decorativo e uma largueza de emprego, que em mais parte alguma se encontra».⁷

A história da arte como renovação indefinida do espírito nacional

O primado da caracterologia reduziu as possibilidades de transformação. A história da arte converteu-se na história de um espírito nacional renovando-se indefinidamente. A caracterologia deu sentido às mudanças, explicou as particularidades nacionais de cada estilo, esclareceu as permanências e a longa duração.

⁷ *Idem*, p. 110.

O leitor do *Roteiro* sabe, porque isso é intuitivo, que «cada época imprime à sua arte características perfeitamente definidas». Mas também é levado a concluir que a arte concede «preciosas lições acerca do estado de espírito do povo que a criou» numa determinada circunstância histórica.⁸ Sendo assim, deve pedir-se à história da arte que faça a biografia da nação, delineando a sua personalidade e explicando-a em cada época e em cada estilo.

A possibilidade de exibir as mudanças históricas sem prejudicar a visão unificada do «espírito nacional» foi um dos objectivos maiores de Reynaldo dos Santos (1880-1970), médico que encetou em 1921 uma frutuosa carreira como estudioso da arte portuguesa. Numa primeira fase, o seu trabalho recebeu o patrocínio de José de Figueiredo (1871-1937) que em 1910 publicara *O Pintor Nuno Gonçalves* e dera origem a uma renovação da perspectiva identitária.

O *Roteiro* segue a norma criada por estes dois autores, que elevaram o românico a matriz do gosto português. A procura de um estilo nacional decorreu em torno do manuelino desde a sua «descoberta» em 1842 até ao declínio do gosto revivalista no início de Novecentos. Coube a José de Figueiredo lançar em 1901 a possibilidade de o gosto português ter nascido com o românico e permanecido secularmente ligado a ele, constituindo-se como uma maneira própria que influenciou os estilos subsequentes. Este entendimento, retomado e desenvolvido por Reynaldo dos Santos, converteu-se num traço estruturante da historiografia nacionalista. Mais do que um estilo, o românico evidenciava uma «essência» portuguesa, uma «constante de sentimento», uma personalidade que define o espírito da arte em Portugal.⁹

⁸ *Idem*, p. 31.

⁹ FIGUEIREDO, José de *Portugal na Exposição de Paris*. Lisboa: Empresa da História de Portugal Editora, 1901, p. 9; PINA, Luís de «As origens do românico em Portugal: sua evolução e significado nacional. (Conferência pelo Dr. Reynaldo dos Santos, na Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, na noite de 29 de Janeiro de

O românico durou mais do que seria previsível, permaneceu como um modo autóctone de edificar e pesou nas estruturas góticas subsequentes. Se as *linhas mestras*, a *solidez* e a *traça geral* de muitos edifícios góticos são «inspirados no românico», então pode concluir-se que só este «criou raízes profundamente nacionais».¹⁰ Existe uma relação directa entre as pequenas igrejas do Norte e o povo que nele habita e que, lê-se no *Roteiro*, ainda há sessenta anos sabia aparelhar o granito para as suas casas.

Embora o românico e o gótico ocorram como uma dicotomia estilística e caracterológica, a sua aglutinação naquilo que a historiografia no Estado Novo chamou *românico-gótico* não traduz uma indecisão, um anacronismo ou um atraso português. Cinco décadas depois do livro de José de Figueiredo sobre a presença portuguesa na Exposição Universal de Paris e duas após a conferência em que Reynaldo dos Santos afirmou que Portugal «sempre falou românico», a tese oficializada pelo Estado Novo era que a durabilidade do românico «representa uma resistência do nosso temperamento à introdução do estilo gótico».¹¹ O românico seria simples, rude e continha, acrescentamos nós, a *ruralidade* que era, desde o século XIX, um dos traços mais reconhecidos da identidade portuguesa.

Em suma, o *Roteiro* afirma que o «sentido nacional» existe no românico mas não no gótico, excepto em relação à escultura, sobretudo a tumular, onde o *lirismo* marcaria os movimentos calmos, as atitudes graves e o realismo sóbrio. Neste ponto, cita Reynaldo

1927)», *Ilustração Moderna*, Porto, ano II, n.º 11, Março de 1927, p. 262; Reynaldo dos Santos, «A arte medieval. Arquitectura, iluminura, artes menores», in: SAMPAIO, Albino Forjaz de (dir.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Vol. I. Paris e Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, s. d., pp. 72-77; SANTOS, Reynaldo dos. *A Arquitectura em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929, p. 12; SANTOS, Reynaldo dos. *Conferências de Arte. 2.ª série*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943, pp. 21 e 26-27; SANTOS, Reynaldo dos. «Carácter da arte portuguesa através dos tempos», *Colóquio. Revista de artes e letras*. Lisboa: n.º 14, Julho de 1961, pp. 15-21 e 64.)

¹⁰ *Roteiro da Arte Portuguesa*, p. 85.

¹¹ *Idem*, p. 86.

dos Santos e eleva-o a autoridade. A personalidade artística portuguesa, definida no românico e tomando uma feição excepcional no manuelino e barroco, recusou o neoclassicismo e, ao chegar ao século XIX, confrontou-se com o revivalismo, que o *Roteiro* considera imitativo, fantasioso e falso.

Uma ideia de Portugal

O *Roteiro da Arte Portuguesa* consagra a interpretação caracterológica da identidade nacional e, nessa medida, aproveita a arte para veicular um conceito de Portugal. A lição desenvolvida por José de Figueiredo e Reynaldo dos Santos desagua numa gravidade absoluta, alheia ao tempo ou trazendo dele apenas o que parece definitivo.

«A arte da época dos Descobrimentos», patente no estilo manuelino e na *escola portuguesa de pintura*, não representa apenas um período histórico. Ela exprimiria o acordo perfeito de uma entidade colectiva madura, dotada de personalidade própria. O essencialismo artístico aplicado aos Descobrimentos contém a virtualidade inultrapassável de enaltecer a unidade da nação, a ausência de alternativas individuais, a diferença portuguesa perante Espanha e o resto da Europa e até a relutância em relação ao estrangeiro, manifestada na escassa implantação do renascimento italiano.

Indivíduo e liberdade

O gosto artístico talvez seja uma das ausências mais inesperadas. O *Roteiro* espera desenvolver a *sensibilidade* dos leitores, mas não explicita uma opção dentro das correntes artísticas contemporâneas. Fica tão atrás no tempo que nem menciona o consagradíssimo naturalismo. Vale a pena pensar nos motivos desta singularidade.

Não há espaço para o reconhecimento da individualidade do gosto porque todo o esforço está votado a provar a existência de uma personalidade artística portuguesa. O século XIX criou a identidade artística nacional, mas demorou a perceber que ela punha em causa um dos pilares do seu sistema estético: a originalidade individual. Pode um artista contradizer a nação em nome da sua liberdade? Esta pergunta dificilmente teria uma resposta positiva no século XIX. Em 1876, João Loesevitz, director da *Revista Crítica de Belas-Artes* (e de quem desconhecemos quaisquer outros elementos biográficos), publicou um curto artigo intitulado «Arte e Estado». A sua tese apresenta uma clareza meridiana. No contexto do liberalismo, o Estado deve difundir a arte sem ousar definir uma estética. A acção do Estado não pode ofender a liberdade do artista.¹² A potencial oposição entre *nação* e *indivíduo* não era evidente. A liberdade individual constituía um valor fundamental desde que não afectasse os outros pilares do juízo estético: o belo ideal e o respeito pela natureza.

Este sistema foi posto em causa pelas vanguardas através daquilo que parecia uma originalidade desenfreada e pervertida. No pico do nacionalismo artístico, nos anos de 1930 e 1940, a liberdade individual ergueu-se como um excesso que deveria ser condicionado. Os limites decorreriam precisamente daquilo que a opinião dominante considerava serem os valores nacionais.

No *Roteiro da Arte Portuguesa* não há espaço para a dúvida nem para o debate. O leitor é levado a reconhecer que os «sentimentos mais altos e mais verdadeiros» dos artistas traduzem «os anseios e as certezas dos homens do seu tempo».¹³ O *Roteiro* não diz se o artista deve submeter-se ao «seu tempo» porque toma por adquirida

¹² LOESEVITZ, João. «Arte e Estado», *Revista Crítica das Belas-Artes*. Lisboa: n.º 2, 1 de Dezembro de 1876, pp. 33-36.

¹³ *Roteiro da Arte Portuguesa*, p. 33.

a obediência entusiástica aos valores da intemporalidade nacional. O artista transporta uma responsabilidade que transcende a estrita individualidade. Consciente da sua nacionalidade, deve contribuir para modelar o «carácter» e conservar as «virtudes» do povo a que pertence.¹⁴ Não é de liberdade que se trata, mas de responsabilidade. E no Estado Novo a responsabilidade está acima da liberdade individual. Nos anos cinquenta, no que a este assunto diz respeito, vive-se uma «serenidade hiperbólica». A crença no sistema nacional das artes oficializou-se. É isso que se observa no manual para a educação de adultos. Em contrapartida, a realidade mostra as novas correntes artísticas a abandonar aceleradamente esse padrão identitário. O *Roteiro* é a peça historiográfica de uma época que teve os seus expoentes em José de Figueiredo e Reynaldo dos Santos. A sua firmeza estética e nacional é, porém, uma ilusão quase anacrónica.

A última conferência de Reynaldo dos Santos

O *Roteiro* defende um sentido artístico português, mas esse sentido está cada vez mais em causa entre os artistas e os próprios historiadores de arte. Depois dos violentos conflitos identitários travados nos anos trinta, a historiografia artística emergiu como um lugar sereno, de certezas milenares. É uma serenidade ilusória que não é partilhada pelas novas gerações. Nos anos trinta e quarenta, as opiniões assumem facilmente um modo intransigente porque está em causa a prática artística imediata. Os artistas não se podem furtar a um debate que os implica, quer sigam a norma nacional quer optem pelo modernismo. Quando os patriotas julgaram estar vencendo o combate, estavam a perdê-lo entre os artistas mais jo-

¹⁴ *Idem*, p. 36.

vens. A serenidade era historiográfica, dizia respeito ao passado (por vezes longínquo) e não à prática artística coeva cujos estereótipos identitários se revelavam pouco mobilizadores.

O *Roteiro* proporciona segurança ontológica através da apresentação de uma *sensibilidade* portuguesa intemporal, mas não reflecte as inquietações artísticas e foge a elas, interrompendo a análise no século XIX. A exposição histórica, serena, inteligível e isenta de dúvidas, está em grande medida desajustada da realidade. A última conferência de Reynaldo dos Santos, comentada por Marcello Caetano, ilustra o que pretendemos dizer.

O episódio marca o fim de uma época de grandes convicções. Em 1960 o nacionalismo cultural já ia perdendo relevância. Mas Reynaldo dos Santos, que emergira vinte anos antes como grande referência historiográfica, continuava a ser visto como um humanista loquaz, rápido no raciocínio e vivo nas réplicas. O apreço pela sua obra resultou em grande medida do carácter estruturante do ideário nacional, das vastas e compreensivas sínteses históricas orientadas pela caracterologia étnica e, por certo, dos recursos literários. Marcello Caetano fixou com nitidez a sua última conferência sobre história da arte, «aí por 1961», na Fundação Calouste Gulbenkian. «Foi extraordinária! Posso afirmar, mesmo, ter sido das mais notáveis e brilhantes conferências que escutei, pela eloquência da palavra e pela riqueza das concepções. Mas na sala havia duas dúzias de pessoas... Reynaldo compreendeu que tinha passado a sua época. E não tornou a falar em público.»¹⁵

¹⁵ CAETANO, Marcello. *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa, Editorial Verbo, 1977, p. 141.

Conclusão

O *Roteiro da Arte Portuguesa* apresenta um sistema estético e identitário desenvolvido por José de Figueiredo e Reynaldo dos Santos. Parte do princípio de que há uma sensibilidade portuguesa intemporal. Os valores artísticos exprimem um espírito nacional. Os monumentos não são apenas vestígios do passado, testemunhos de feitos grandiosos, mas também signos da renovação do espírito e do gosto da colectividade. As consequências destas concepções estendem-se ao plano da acção política.

Até ao final do século XIX, a história da arte não precisava de um móbil extra-artístico. Apesar da perenidade dos critérios de valorização estética, ela surgia como um percurso acidentado, inorgânico e sujeito a bruscas transformações devido ao jogo de influências entre artistas e países. Nesta conformidade, o Estado liberal sentia-se obrigado a apoiar a arte sem se imiscuir na estética.

Em Reynaldo dos Santos, no *Roteiro da Arte Portuguesa* e portanto na historiografia oficiosa do Estado Novo, a história da arte tem um sentido nacional, integra uma narrativa grandiosa e atemporal. A matriz românica, austera, naturalista ou lírica do gosto português estabelecia um vínculo que obrigava todos os artistas, todos os portugueses e o próprio Estado que, munido dessa convicção, podia e devia determinar a estética. A propaganda supõe certezas. A propaganda artística supõe certezas artísticas: uma estética, uma legitimidade e um sentido histórico. O *Roteiro* oferece-as.

(Página deixada propositadamente em branco).

**A AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS/ULTRAMAR
E A PROPAGANDA NO ESTADO NOVO
(1932-1974)**

José Luís Lima Garcia

A criação a 30 de Setembro de 1924 da Agência Geral das Colónias justificava-se pelo desenvolvimento dos meios de comunicação nos primeiros anos do século XX, prenunciando já o que seria a sociedade de informação umas décadas depois. Armando Cortesão foi o primeiro responsável desta instituição, procurando, em pleno regime republicano, compensar o tempo perdido relativamente ao trabalho de divulgação feito antes por outras potências colonizadoras. Já em plena Ditadura Militar o ministro das Colónias, Armindo Monteiro, era de opinião que Portugal ainda não tinha um verdadeiro Império, mas que era detentor de um conjunto de parcelas espalhadas pelo Mundo. Para este governante a condição fundamental que permitiria o estatuto de dominação imperial seria a espiritualidade¹. Foi nesse desiderato ideológico que a 4 de Abril de 1932 tomava posse como Agente-Geral, Júlio Garcez de Lencastre. Segundo este, a nova filosofia política passaria por um aperfeiçoamento da “máquina ad-

¹ MONTEIRO, Armindo. “A ideia do Império” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Março de 1932, n.º 81, pp. 3-9.

ministrativa” e pela criação de “órgãos capazes de compreender a ideia da unidade do império colonial e de cumpri-la integralmente”².

Com esta divisa da «solidariedade» entre as diversas parcelas do «Mundo Português», a Agência das Colônias representava bem os ideais do regime acerca de Portugal como único território que necessitava de ser melhor organizado e administrado, não só para que se pudesse fazer a reconstituição financeira, política e económica, mas também para que a política accionada pelo ministro das Finanças, Oliveira Salazar, pudesse vir a adoptar com “carinho” e “interesse” essas parcelas tropicais, como entidades produtoras e consumidoras deste mercado único. Assim, a reorganização da Agência, na nova conjuntura ideológica, baseava-se no Decreto n.º 21.011, de 14 de Março de 1932, que procurava centralizar mais a instituição e ao mesmo tempo aumentar a competência comunicacional nas áreas da propaganda e da procuradoria. Segundo Lencastre, “conhecer” e “informar” seria a divisa principal da instituição que dirigia, centrando-se a informação na recolha e divulgação de dados estatísticos e de outras notícias que interessassem aos Governos Central e Coloniais.

Para colmatar essas insuficiências procedeu-se a uma remodelação do organigrama da instituição, passando os seus departamentos a ficarem com as seguintes funções: na 1.ª Divisão, “Procuradoria”, que tinha a seu cargo os serviços de representação jurídica e comercial dos governos e entidades coloniais. Era também uma das secções a que recorriam as corporações administrativas, as empresas e os funcionários. Para dar cumprimento ao n.º 2, do artigo 14.º da Lei que regulava a Agência, Garcez de Lencastre solicitara às entidades no terreno que enviassem as relações de materiais e artigos que habitualmente costumavam adquirir na Metrópole, com a indicação das

² Vide “Informações e Notícias: Agente Geral das Colônias”, *Bol.* n.º 82, Abril de 1932, pp. 123-124.

origens e quantidades dos produtos, para que atempadamente e com critério se pudessem fazer as compras e depois se providenciasse o transporte para a possessão que utilizara este serviço. Considerava ainda Lencastre que a actividade de economato das outras divisões desta instituição deveria ser realizada pela própria Agência, para desta forma se pouparem custos, energias e dissabores aos seus responsáveis. Relativamente à 2.^a Divisão, “Informação”, o Agente-Geral apresentava um conjunto de ideias que agora se retomavam para dar a conhecer o que Portugal estava a fazer no âmbito do fomento e transformação do seu Império. Este serviço era essencial para “abastecer” de notícias os jornais diários, a partir de informações colhidas nos Governos das possessões, nos boletins oficiais e nos periódicos. Mas o inverso também era importante, isto é dar a conhecer para o território nacional o que se estava a passar nas outras metrópoles europeias, em termos de ciência e cultura coloniais. Neste sentido, a recolha dos recortes possibilitava a informação e facilitava a tarefa dos governantes no acesso a todas as notícias que saíssem nos periódicos, sobre as possessões lusas ou sobre as de outros colonizadores. Ainda, a utilização de fotografias, filmes e documentários cinematográficos para a divulgação da ideia de Império, devendo para o facto constituir-se uma cinemateca que recolhesse o material audiovisual.

Quanto à 3.^a Divisão, “Propaganda”, Lencastre pensava que, sendo a instituição um organismo para a publicitação e difusão de eventos sobre as coisas e as causas coloniais, se deveria logo começar pela publicidade de si própria, antes de se fazer a vulgarização de outras entidades. Logo, seria pertinente mudar a imagem do prédio onde se localizava. Propunha então que se colocassem *placards* de vidro no exterior, sinalizados com letras bem visíveis, para que aí se inserissem as notícias mais relevantes sobre o Império. Outra proposta tinha a ver com a possibilidade de os municípios, com grandes festas e feiras, poderem ceder espaço para aí a Agência Geral das

Colónias ter oportunidade de apresentar mostruários e expositores com produtos, cartazes e gráficos, que salientassem a importância das diversas possessões lusíadas espalhadas pelo Mundo³. Também, nas principais cidades do país se poderiam aproveitar os recursos humanos de uma elite local de funcionários, para de uma forma simples e pouco dispendiosa se fazer a divulgação imperial e com esta acção contribuir para o desenvolvimento da cultura tropical pelas diversas regiões da Metrópole. Mas, o grande evento de que o novo Agente-Geral se viria a responsabilizar era a execução, seis meses depois da tomada de posse, da Exposição Industrial de Lisboa, que tivera lugar em Outubro de 1932, em pavilhões construídos no Parque Eduardo VII⁴. Garcez de Lencastre pretendia igualmente aproveitar e recuperar a disponibilidade da associação “Pró-Colónias” para a realização de eventos no norte do país. Finalmente, ainda nesta Divisão, o Agente-Geral propunha que se continuasse com as acções de divulgação do património ultramarino nos liceus, nas escolas técnicas, no magistério primário, e nas universidades com o apoio e a colaboração de entidades, como a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Superior Colonial. O aproveitamento de governantes, jornalistas, professores e publicistas seria uma mais-valia para a promoção do Império, sobretudo em alturas propícias para essa vulgarização que eram as “Semanas das Colónias”, organizadas todos os anos em parceria com as instituições científico-pedagógicas atrás referenciadas e outras entidades que mostrassem vontade e disponibilidade para realizar tais eventos, como as associações comerciais de Lisboa e do Porto.

No respeitante à 4.^a Divisão, “Boletim, Publicações e Biblioteca”, esta encarregava-se do prosseguimento da edição do periódico, como

³ Vide “A Câmara Municipal de Lisboa e a Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 83, Maio de 1932, pp. 163-164.

⁴ LENCASTRE, Júlio Garcez de. “A Participação Colonial na Feira Industrial Portuguesa”, *Bol.* n.ºs 86/87, Agosto/Setembro de 1932, pp. 3-7.

órgão difusor da problemática ultramarina, facto que aliás vinha acontecendo, desde a fundação até ao momento em que Lencastre tomara posse como Agente-Geral. Assim, o *Boletim* tornou-se um valioso repositório da ciência colonial, transformando-se num instrumento privilegiado de consulta de estudantes e curiosos desta temática. A par deste periódico, funcionava ainda uma biblioteca que vinha aumentando o número de leitores que passara de 228 em 1927, para 926 em 1931⁵. Esta Divisão ainda publicava várias coleções de livros, destacando-se os das “Legislação Colonial” e os dos “Relatórios, Estudos e Documentos Coloniais”. Passado um ano, o Agente Lencastre concluía que ainda não houvera tempo para concretizar, o que inicialmente havia apontado, como intervenções que exigiriam uma mais longa duração para se poderem cumprir. Dominado por essa ideia do “essencial”, publicara um relatório desse período no *Boletim* n.º 100, de Outubro de 1933. Nele fazia o ponto da situação das actividades consumadas pela Agência, nomeadamente em três grandes acontecimentos publicitários: Exposição Industrial de Lisboa, Conferência no Casino do Estoril e Semana Portuguesa de Vigo. Quanto à primeira destas realizações, a mostra de Lisboa foi inaugurada no dia 3 de Outubro de 1932, pelo Presidente da República, Óscar Carmona. O evento, na opinião de Garcez de Lencastre, demonstrava que Portugal adoptara uma política económica unitária e dispunha de potencialidades, que iam além das que existiam na Metrópole. As possessões já detinham condições para transformar algumas matérias-primas locais em produtos industriais até ali importados da Europa⁶. Ainda, na perspectiva deste funcionário se abandonara a política de feitoria, tendo-se iniciado a ocupação exaustiva do *hinterland*, como ficara provado pela reali-

⁵ LENCASTRE, Júlio Garcez de. “A Acção da Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 85, Julho de 1932, pp. 3-12, especialmente p. 12.

⁶ *Vide* “Grande Exposição Industrial Portuguesa”, *Bol.* n.º 89, Novembro de 1932, pp. 131-138.

zação das feiras de Luanda e de Lourenço Marques, as conferências comerciais e as viagens de membros do Governo, como a visita feita, entre Abril e Outubro de 1932, pelo ministro Armindo Monteiro aos territórios de São Tomé e Príncipe e Angola.

Entretanto, a 2 de Março de 1933 efectuara-se mais uma sessão de divulgação colonial, no salão da Sociedade de Propaganda da Costa do Sol, do Casino do Estoril, presidida pelo ministro das Colónias, com a presença de muitas personalidades como o brigadeiro João de Almeida, o tenente Henrique Galvão e o jornalista Júlio Cayolla. António Eça de Queirós, redactor do *Jornal do Comércio e das Colónias*, fizera uma conferência sobre a importância geográfica das possessões africanas⁷. Quanto à colaboração que a Agência das Colónias dera à “Semana Portuguesa” realizada em Vigo, entre os dias 26 de Março e 2 de Abril de 1933, e visitada por 12.000 pessoas, de salientar que num stand próprio foram apresentadas as principais matérias-primas comercializadas e consumidas na Europa (açúcar, algodão, cacau, café, cera, chá, oleaginosas, e tabaco). Na altura da inauguração usara da palavra o Agente-Geral que salientara a importância desta representação na cidade galega, realçando o esforço entre populações indígenas e colonos, no afã de cumprir com a missão civilizadora que o seu país desempenhava há tantos séculos⁸. Ao mesmo tempo em que decorria a referida “Semana”, procedeu a Agência à distribuição gratuita do Boletim e de várias monografias editadas por esta instituição. Também aos vários cinemas da cidade espanhola foram entregues cópias de filmes para serem projectados durante a vigência do evento. Finalmente, no Grémio Mercantil, Henrique Galvão proferiu uma conferência que se referia

⁷ Vide “A Agência Geral das Colónias e a propaganda colonial”, *Bol.* n.º 94, Abril de 1933, pp. 117-124.

⁸ Vide “A Agência Geral das Colónias e a sua cooperação na Semana Portuguesa de Vigo”, *Bol.* n.º 94, Abril de 1933, pp. 131-135, especialmente p. 131.

ao papel da “Galiza no povoamento das colónias portuguesas”⁹. Em relação a outras manifestações, dever-se-á mencionar a aposta que esta instituição fizera na propaganda cinematográfica. Para se ver o desenvolvimento que este meio de divulgação tomara, bastaria recordar que até 1932 apenas existia na Agência Geral das Colónias um filme, e que passados alguns meses possuía já quarenta, dos quais apenas sete tinham sido comprados e os outros participados por entidades como o Governo-Geral de Moçambique, o comissariado da Exposição de Paris e os serviços fotográficos do Exército. Efectuaram-se simultaneamente várias sessões promocionais em Lisboa (*Voz do Operário, Casino do Estoril e Cinema Condes*)¹⁰.

A Agência continuou, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, a organizar anualmente a “Semana das Colónias”, efectuando em diversas cidades, do Minho ao Algarve, sessões de divulgação sobre os territórios de Além-Mar. De acordo com o ministro Monteiro, a propaganda deverá ter “...as mesmas características que a penetração comercial – tem de ser metódica, insistente, persuasiva, e os resultados, se nem sempre são imediatos, fatalmente serão reconhecidos”¹¹. Era com persistência que o regime apostava na promoção das suas colónias e, após o certame de Lisboa, preparava, a uma distância de meses, uma grande Exposição Colonial no Porto, a realizar entre Julho e Agosto de 1934, com o apoio da associação cívica “Pró-Colónias”¹². A organização começara com a antecedência de muitos meses relativamente à data prevista da inauguração, Junho de 1934, pelo que logo em 28 de Agosto de 1933 se fizera publicar o Decreto n.º 22.987 que instituía a criação deste evento de tão

⁹ Vide “Nota da Agência Geral das Colónias sobre a Semana Portuguesa de Vigo”, *Ibidem*, Bol. 94, pp. 141-142, especialmente p. 142.

¹⁰ LENCASTRE, Júlio Garcez de. “Um Ano de Actividade da...”, *Bol.* n.º 100, Outubro de 1933, p. 124.

¹¹ Armino Monteiro, citado por Garcez de Lencastre, *Ibidem*, p. 125.

¹² Vide Decreto-Lei n.º 22.987 de 28 de Agosto de 1933.

elevado interesse patriótico¹³. De acordo com Lourenço Cayolla foi a permanência durante várias semanas desta Exposição junto do público do norte do país, que veio tornar menos vaga a ideia que essa audiência tinha da nossa realidade colonial, a ponto de este articulista afirmar que os metropolitanos se aperceberam que os nativos das colónias também eram “...não só pelas leis mas pelos factos de todos os dias, considerados como legítimos cidadãos de nacionalidade portuguesa...”¹⁴.

Entretanto Garcez de Lencastre foi nomeado governador de Luanda, tendo para o substituir sido indigitado, em Agosto de 1934, Júlio Cayolla. Para além dos cruzeiros escolares, a grande tarefa do novo Agente-Geral foi a de organizar em 1935 as comemorações do 40.º aniversário da prisão de Gungunhana e a exposição sobre a «Ocupação Colonial» em 1937, evento que se integrava já nas comemorações centenárias de 1940. Relativamente às celebrações do dia de «Mouzinho», a 28 de Dezembro de 1935, estas foram feitas com a participação da Câmara Municipal de Lisboa e da Sociedade de Geografia. Para o dia em que se cumpriam os quarenta anos da batalha que permitiu o fim da resistência dos indígenas do sul de Moçambique, foi inaugurada na Agência das Colónias uma mostra de “recordações” deste militar ¹⁵. Quanto a outros eventos, de realçar a organização da Exposição da Ocupação e do Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, actividades desenvolvidas em 1937. Sobre a obra bibliográfica, a Agência divulgara 450 obras, desde a fundação em 1924, representando estas cerca de um milhão de exemplares, embora o período mais fértil de publicação se tenha

¹³ Vide Artigo 2.º do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933.

¹⁴ CAYOLLA, Lourenço. “Crónica Colonial”, *Bol.n.º* 112, Outubro de 1934, pp. 211-218, especialmente p. 216.

¹⁵ Vide “Celebração do 40.º aniversário de Chaimite – A Exposição de “recordações” de Mousinho – Artigos sobre a Exposição”, *Bol. n.º* 128, Fevereiro de 1936, pp. 180-197, especialmente p. 190.

centrado entre 1933 e 1937, com 750.000 exemplares de 358 edições. Entre as colecções criadas destacava-se a «Pelo Império», largamente difundida entre as gerações mais novas, para que o exemplo de vida consagrada a este vasto território, pudesse constituir um paradigma a seguir futuramente¹⁶.

A 29 de Abril de 1938, a Agência prestou homenagem ao marquês de Sá da Bandeira, junto do monumento que lhe foi erigido, na praça de D. Luís em Lisboa, por ocasião do 80.º aniversário do decreto que abolia a escravatura. Nesse mesmo dia, na Sociedade de Geografia houve uma sessão solene presidida pelo ministro das Colónias, Vieira Machado. Para este governante, a data tinha um valor simbólico pois lançara as bases para um tratamento mais humanista das populações dos trópicos¹⁷. Esta temática começava portanto a ter na opinião pública algum significado, a ponto de a Associação Académica de Coimbra ter enviado ao ministro da Educação uma petição a solicitar a criação de uma “Sala do Império”, na Faculdade de Letras, assim como a obrigatoriedade da formação colonial nos currículos da maior parte dos cursos do Ensino Superior. A comprovar esta petição seguia um documento em que se explicava a pertinência desta reivindicação, surgida após uma embaixada desportiva da Academia de Coimbra ter visitado terras portuguesas de África. Nessa visita de três meses a São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, os estudantes tinham podido constatar “perante as dificuldades das regiões tropicais que a nossa Raça atinge as suas mais altas expressões”¹⁸ e que em contacto com os diversos intervenientes no terreno, se poderia compreender a importância da

¹⁶ Vide “Exposição Bibliográfica da Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 154, Abril de 1938, pp. 134-142, especialmente p. 138.

¹⁷ Vide “Sá da Bandeira – As celebrações em Lisboa e noutros pontos do país”, *Bol.* n.º 156, Junho de 1938, pp. 131-132.

¹⁸ Vide “Ensino colonial nas Universidades”, *Bol.* n.º 166, Abril de 1939, pp. 53-57, especialmente p. 53.

missão que coubera a Portugal nessas regiões. Embora houvesse poucas disciplinas na formação dos estudantes de Coimbra (“Geografia Colonial” e “História dos Descobrimentos e da Colonização”), esse facto não impedia que nesta Universidade houvesse uma plêiade de professores e cientistas que se interessavam pelos assuntos de África, como era o caso de Beleza dos Santos, Ferraz de Carvalho, Júlio Henriques, Luís Carrisso e Maximino Correia.¹⁹

Uma outra faceta promovida pela Agência foi a abertura de concursos públicos para a construção de monumentos de figuras gradas da História a erigir na Metrópole e nas Colónias, que invocariam acontecimentos e personalidades alusivas à Fundação, Restauração, e Refundação do Estado português. Em Luanda foi aberta uma subscrição para a construção de uma estátua “à memória do Rei Conquistador Afonso Henriques, Fundador da Nacionalidade, e cuja espada tornou possível em terras de África a obra Missionária da gente Portuguesa, a propagação da Fé e o Império”²⁰. Entretanto, em Junho de 1939, o Presidente Carmona realizava uma visita aos territórios de Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana. De entre uma vasta comitiva, acompanhavam-no o ministro da tutela, Vieira Machado, e outros altos funcionários, entre os quais o representante da Agência Geral das Colónias. Aliás, a presença de Júlio Cayolla foi muito importante para a divulgação da viagem entre os principais órgãos de Comunicação. Destacando a importância de um Chefe de Estado na África Oriental portuguesa, o *Notícias*, de Lourenço Marques, do dia 17 de Julho de 1939²¹, publicava um número especial dedicado a esta visita e, entre vários artigos e reportagens, apresentava uma entrevista com Cayolla que desmitificava uma

¹⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 56-57.

²⁰ Vide “Concurso do monumento a D. Afonso Henriques a erigir na cidade de Luanda”, *Bol.* n.º 169, Julho de 1939, pp. 174-178, especialmente p. 175.

²¹ *Vide* *Jornal Notícias*, de Lourenço Marques, de 17 de Julho de 1939.

“calúnia” largamente difundida, de que nesta possessão havia “uma certa frieza pouco patriótica”, mas que não era verdade e que na mesma “palpitava” um patriotismo “construtivo” que se assemelhava ao de outras parcelas do Império²².

O ano de 1940 ficara marcado pelas comemorações do duplo centenário da Fundação e da Restauração, efeméride que tinha um grande significado para o Estado Novo, visto que eram duas datas simbólicas na afirmação da nacionalidade. Nestas celebrações do “ano áureo”, que o Presidente do Conselho queria assinalar como um acto de “devoção”, “exaltação” e de “fé”²³, destacaram-se vários eventos, como a Exposição Colonial do Mundo Português em finais de Junho, seguida da inauguração do monumento a Pedro Álvares Cabral, da abertura, nos Jerónimos, da Exposição de Cartografia e do Cortejo Imperial²⁴. A 5 de Julho de 1941, foi publicada no *Diário do Governo* uma Portaria que nomeava Júlio Cayolla para uma missão oficial ao Brasil que previa uma mostra da obra cultural realizada pela Agência das Colónias, relacionada com a chamada “política do Atlântico”²⁵. Com Cayolla viajara o responsável do Secretariado da Propaganda Nacional António Ferro, incumbido de chefiar uma embaixada para a promoção de contactos que habilitassem os dois Governos a colaborar, nas áreas cultural e económica, e ao mesmo tempo agradecer a presença brasileira nos festejos dos Centenários. A confirmar esta cooperação estivera a assinatura a 5 de Setembro de 1941 de um acordo cultural que contou com a presença do Presidente brasileiro Getúlio Vargas, e com os representantes das delegações,

²² Vide “A viagem e a acção da Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 173, Novembro de 1939, pp. 201-207, especialmente p. 205.

²³ SALAZAR, Oliveira. “800 Anos de Independência” in *Discursos e Notas Políticas – 1938-1943*, Volume III, Coimbra: Coimbra Editora, 1943, pp. 258-259.

²⁴ Vide “Obras Comemorativas dos Centenários Editadas pela Agência Geral das Colónias”, *Boletim* n.º 189, Março de 1941, pp. 3-23.

²⁵ Vide “O director do Secretariado de Propaganda Nacional e o Agente Geral das Colónias em missão ao Brasil”, *Bol.* n.º 196, Outubro de 1941, pp. 118-119.

Lourival Fontes e António Ferro, que rubricaram um documento prevendo grandes realizações entre os dois países, tais como: publicação de uma revista mensal; realização de longas-metragens que se baseassem na história dos dois países; investigação da etnografia e do folclore luso-brasileiro; promoção de eventos e festas populares entre as duas comunidades; criação de um prémio literário anual para distinguir os melhores trabalhos publicados quer no Brasil, quer em Portugal; celebração de efemérides e datas históricas importantes²⁶.

Nos primórdios de 1942, o Agente-Geral, como conselheiro da Emissora Nacional, organizara um ciclo de palestras sobre o “Império Colonial Português”, que focaram cinco aspectos deste sistema de dominação: “O descobrimento do Império”; “A conquista do Império”; “A construção do Império”; “O Império no século XIX”; “O Império actual”²⁷. A partir das ondas radiofónicas, transmitidas pela emissora estadonovista, a Agência passara também a utilizar esta estação para difundir o que de mais importante se estava a fazer nas possessões portuguesas. Sabendo que esta audiência não era a mesma da que era utilizada nas conferências e palestras nos ginásios dos Liceus, nos salões nobres dos Ministérios e Câmaras Municipais, Júlio Cayolla apressava-se a utilizar este novo meio, com um pragmatismo e um realismo que a situação exigia. Assim, numa primeira alocução, o Agente-Geral avisava para a “brevidade” conveniente da mensagem radiofónica, onde de uma forma sintética se poderiam dizer coisas sublimes e pertinentes, como “há sempre, mesmo nestes invisíveis auditórios, a quem professar ou quando menos a quem despertar pela emoção, imagens das coisas belas e grandes que a nossa voca-

²⁶ Vide “Acordo Cultural Luso-Brasileiro”, *Ibidem*, *Bol.* n.º 196, Outubro de 1941, pp. 52-57.

²⁷ CAYOLLA, Júlio. “A Emissora Nacional e o Império”, *Bol.* n.º 202, Abril de 1942, pp. 29-34.

ção colonizadora operou por esse Mundo fora”²⁸. Depois referia dois acontecimentos da realidade política que aspiravam reforçar essa unidade: as duas viagens do Presidente Carmona a África, e a visita do ministro Vieira Machado, à Guiné e Cabo Verde²⁹.

A 20 de Agosto de 1942, pelo ministério das Colónias foi entretanto publicado um Decreto-Lei que tinha a ver com a racionalização dos meios de propaganda. Como até então havia no terreno duas instituições, o Secretariado da Propaganda Nacional e a Agência Geral das Colónias, que exerciam funções que se complementavam no respeitante à actividade imperial, o Governo entendeu criar um lugar de delegado junto do SPN, que coordenaria as informações referentes à realidade tropical entre estas instituições³⁰. Onze dias depois foi nomeado Augusto Cunha delegado da Agência junto deste Secretariado³¹. A personalidade indigitada era um advogado que dirigia a revista *O Mundo Português* e estivera empenhado na organização dos cruzeiros de “Férias às Colónias” e dos “Estudantes das Colónias à Metrópole”. A estratégia de vulgarização pelo intercâmbio de estudantes, velhos colonos, autoridades tradicionais, profissões liberais era uma medida que reforçava os laços de solidariedade imperial que o Estado Novo utilizara, especialmente quando das festividades dos Centenários³².

A 25 de Maio de 1944, Oliveira Salazar inaugurava o II Congresso da União Nacional, onde proferiu um discurso acerca da situação de Portugal e também do que se passava no exterior com a Segunda Guerra, que apelidava de “confusão mundial”. Prevendo que a Europa iria cair irremediavelmente numa “desordem”, era adepto de “um

²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 30.

²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 33.

³⁰ *Vide* Decreto-Lei de 20 de Agosto de 1942.

³¹ *Vide* “Delegado da Agência Geral das Colónias junto do S.P.N.”, *Boletim* n.º 209, Novembro de 1942, p. 49.

³² *Vide* Decreto-Lei n.º 30.374 in *Diário do Governo*, de 10 de Abril de 1940.

Estado forte”³³. Mesmo com as mudanças globais, Salazar continuava a apostar num Governo centralizado, uníssono e sem partidos parlamentares, pelo que a política para com o Império iria continuar inserida no lema tripartido de “unidade”, “solidariedade” e “nacionalismo”, pressupostos que contrariavam as ideias autonomistas aprovadas pela ONU. Daí que instituições do regime, como a Mocidade Portuguesa e a Casa dos Estudantes do Império, passassem a ter um protagonismo maior nesta campanha de sensibilização por estes territórios. A 18 de Dezembro de 1944, realizara-se uma série de palestras em que Soares Franco, comissário desta Mocidade, salientava a importância da juventude e da sua “educação” para a concretização do pressuposto imperial. Para além do exemplo da “gesta” dos soldados de África que, pela obra de “desbravamento” e de “civilização”, constituíram modelo para as gerações mais novas, também a ideia de “lusitanidade” servira para dar forma a um passado “glorioso” e para projectar Portugal no Mundo³⁴.

Com Marcello Caetano na Pasta das Colónias, a partir de Setembro de 1944, a divulgação dos territórios ultramarinos mantivera-se, reforçada com a ideologia autonomista emergida com o final da Segunda Guerra. No sentido de contrariar esta ideia da diplomacia internacional, a Agência-Geral incentivou e diversificou algumas outras formas de vulgarização do Império, através de novas estratégias que pretendiam ser mais aliciantes e, ao mesmo tempo, trouxessem mais gente para a defesa desse desiderato. A partir de Maio de 1945, a Agência, à semelhança de outros organismos oficiais, concorreu à Feira Popular e à Feira das Amostras de Lisboa com um pavilhão artístico decorado por Jorge Segurado, no qual

³³ Vide “Discurso de S. Ex.^a o Presidente do Conselho na Sessão inaugural do II Congresso da União Nacional, em 25 de Maio”, *Bol.* n.º 228, Junho de 1944, pp. 3-13, especialmente p. 11.

³⁴ Vide “Propaganda Colonial”, *Bol.* n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 268-271, especialmente p. 269.

as parcelas ultramarinas se mostravam nos mais diversos aspectos, desde as paisagens, até aos recursos locais. Ainda, com a emissão de um novo programa quinzenal intitulado «O Jornal Radiofónico do Império», que procurava estimular a consciência dessas populações para um maior apego a esses territórios³⁵.

A partir de Janeiro de 1946, começaram as comemorações nacionais do “V Centenário da Descoberta da Guiné”, com uma sessão solene na Sociedade de Geografia, a 16 de Maio. Três dias depois iniciava-se o congresso alusivo a esta celebração, e a 15 de Junho ficara também patente no Palácio da Independência uma exposição que mostrava as potencialidades desta colónia, no contexto do território português³⁶. Em Maio, a propósito da passagem do primeiro centenário do nascimento de Serpa Pinto, o Chefe de Estado inaugurava nas instalações do Secretariado Nacional de Informação uma mostra evocativa da vida e obra deste explorador africano³⁷. Para além de muitos objectos pessoais expostos (carabina, condecorações, retratos), foi ainda lançado o livro de Amadeu Cunha, *Serpa Pinto e o apelo de África*³⁸. O ano não terminaria sem quatro outros eventos proeminentes para a difusão da idiosincrasia imperialista: a visita das autoridades tradicionais da Guiné a Lisboa; a inauguração do monumento a Nuno Tristão, em Bissau; a representação do Império Colonial no “Desfile dos Municípios”, a propósito do VIII Centenário da Conquista de Lisboa; a preparação do pavilhão da Agência na Feira de Amostras de Lisboa³⁹. Um outro facto relevante foi a cola-

³⁵ Vide “Reunião de Africanistas”, *Bol.* n.º 240, Junho de 1945, p. 349.

³⁶ Vide “Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Guiné”, *Bol.* n.º 252, Junho de 1946, pp. 87-98.

³⁷ Vide “O Primeiro Centenário do Nascimento de Serpa Pinto”, *Bol.* n.º 251, Maio de 1946, pp. 116-120.

³⁸ CUNHA, Amadeu. *Serpa Pinto e o Apelo de África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, 62 pp.

³⁹ Vide “O Pavilhão da Agência Geral das Colónias na Feira de Amostras de Lisboa”, *Bol.* n.º 264, Junho de 1947, pp. 84-87.

boração que a Agência encetara com a instituição juvenil do Estado Novo, para a promoção do património ultramarino. Assim, no dia 12 de Maio de 1950 inaugurava-se no Palácio da Independência, em Lisboa, o primeiro Centro de Estudos de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa, que implicava os jovens em concursos, conferências, acampamentos e excursões⁴⁰.

O desenvolvimento das novas tecnologias levava a que a Agência-Geral aderisse aos meios audiovisuais, para que pudesse fazer passar as suas mensagens⁴¹. Por iniciativa do ministério das Colónias foi mandada construir uma viatura para o cinema que em missão de propaganda deveria percorrer Angola, projectando para as populações filmes da realidade metropolitana, seguindo depois para Moçambique, onde faria a mesma vulgarização. Deveremos notar que estas películas tratavam, entre Janeiro e Dezembro de 1950, dos mais variados assuntos relacionados com aspectos culturais, especialmente monumentos, paisagens, procissões e desafios de futebol⁴². No rol de fitas utilizadas, contavam-se, entre outras, as seguintes: *Algarve, terra de sonho*; *A Coroação de N.ª Sr.ª de Fátima*; *O Dia do Lusito*; *Desfiles da Legião*; *Imagens de Lisboa*; *O Vale do Vouga*; *A Viagem do Sr. Marechal Carmona ao Porto*⁴³. No mesmo período, o cinema ambulante realizou em Angola 171 sessões, com a assistência de 201.546 pessoas, sendo que desse número 97% eram indígenas⁴⁴. Ainda, em Agosto de 1950, a Agência efectuara no cinema Tivoli,

⁴⁰ Vide “Centro de Estudos e Formação Imperial”, *Bol.n.º* 300, Junho de 1950, pp. 177-179, especialmente p. 177.

⁴¹ Sobre esta temática, Luís Reis Torgal (Coordenação) in: *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Lisboa: Editorial “Temas e Debates”, 2011, 432 pp.

⁴² MATOS-CRUZ, José de. “Enquadramento Cronológico: 1950” in *Prontuário do Cinema Português – 1896-1989*. Lisboa: Edição da Cinemateca Portuguesa, 1989, pp. 102-104.

⁴³ Vide “Angola: Propaganda Metropolitana em Angola por Meio dum Cinema Ambulante”, *Bol.n.º* 301, Julho de 1950, pp. 102-104, especialmente p. 102.

⁴⁴ Vide “Cinema Ambulante da Agência Geral das Colónias”, *Bol. n.º* 310, Abril de 1951, pp. 152-153, especialmente p. 152.

de Lisboa, a projecção de oito filmes: *Beira; Chá; Lobito, Cidade do Progresso; Lourenço Marques; Luanda, Cidade Feiticeira; O Ensino em Angola; o Karavial em Angola; Sisal*⁴⁵.

O Governo fizera publicar, entretanto, a Lei n.º 2.048, de 11 de Junho de 1951, que introduzia várias alterações à Constituição de 1933, mormente no que se referia ao título VII, sobre “O Ultramar Português”, e o Decreto n.º 38.300, que mudava a designação do ministério das Colónias, para o de Ultramar. Ainda, no mesmo ano, a 11 de Outubro, a Agência-Geral organizou no Mosteiro dos Jerónimos a Exposição de Arte Sacra Missionária, evento da responsabilidade da *Propaganda Fide*. A realização em Lisboa vinha colmatar a ausência no certame da Santa Sé e, ao mesmo tempo, contribuir para que as cerimónias de encerramento do Ano Santo em Portugal tivessem outro brilho⁴⁶. A tarefa da Agência Geral do Ultramar de divulgar o património de Além-Mar prosseguia com a participação, em 1952, na Feira Popular de Palhavã⁴⁷. A presença da instituição em eventos deste tipo não era só em Lisboa, pois em 1953 também estivera no certame do Porto, onde colaborara com a obra assistencial do governador daquela cidade, Domingos Braga da Cruz⁴⁸. No final desse ano, a Agência participou nas celebrações do IV Centenário da morte de S. Francisco Xavier. Para além da Metrópole, as cerimónias tiveram o seu ponto alto em Goa, onde no dia 4 de Dezembro se assinalou a data, com a inauguração no Instituto Vasco da Gama de uma exposição de arte ⁴⁹.

⁴⁵ Vide “Oito filmes sobre a África Portuguesa – Angola e Moçambique em 1950”, *Bol.* n.ºs 302-303, Agosto-Setembro de 1950, pp. 167-168.

⁴⁶ Vide “Exposição de Arte Sacra”, *Bol.* n.º 318, Dezembro de 1951, pp. 19-109.

⁴⁷ Vide “Feira Popular de 1952”, *Bol.* n.º 323, Maio de 1952, pp. 112-114.

⁴⁸ Vide “Feira Popular do Porto”, *Bol.* n.ºs 336-337, Junho-Julho de 1953, pp. 240-242.

⁴⁹ Vide “IV Centenário do Falecimento de S. Francisco Xavier, Apóstolo das Índias – O *Te-Deum* em Lisboa”, *Bol.* n.º 330, Dezembro de 1952, pp. 3-70, especialmente p. 55.

No seguimento das medidas legislativas tomadas pelo regime em 1957 para reestruturar o ministério do Ultramar, certos pressupostos foram adoptados para desenvolver áreas de divulgação turística. Quando da promulgação do Decreto n.º 41.407, de 28 de Novembro, definia-se que cabia à Agência essa nova função de “estimular”, “coordenar” e “orientar” a actividade de *marketing* territorial nas possessões tropicais. Até então, coubera às Casas da Metrópole (de Luanda e de Lourenço Marques) a função de organizar esse intercâmbio material e espiritual. Mas, pouco a pouco, essas competências haviam sido atribuídas a outros serviços, com tarefas parecidas às das já mencionadas “Casas”⁵⁰. Para ultrapassar a concorrência institucional e a dispersão de actividades eram entretanto criados os Centros de Informação e Turismo (Decreto-Lei n.º 42.194, de 27 de Março de 1959), e logo decidido, pelo mesmo diploma, o funcionamento dos de Angola, Moçambique e da Índia, ficando ainda pela dita providência legislativa o ministro da tutela apto para criar, quando entendesse, instituições idênticas nas restantes parcelas, facto que aconteceria a 7 de Dezembro de 1960⁵¹.

A 13 de Abril de 1961, o Presidente do Conselho fizera mais uma remodelação governamental, tendo nomeado para o ministério do Ultramar, Adriano Moreira. Meses depois, em Setembro, numa altura em que a conjuntura internacional não era muito favorável ao modo como Portugal administrava os seus domínios, o novo ministro visitava as principais possessões africanas, facto que merecia do próprio governante uma justificação, de que esta viagem não foi “determinada por qualquer situação de emergência”⁵². Apesar de Moreira

⁵⁰ Vide “Centros de Informação e Turismo das Províncias Ultramarinas”, *Bol.* n.º 406, Abril de 1959, pp. 99-108, especialmente p. 100.

⁵¹ Vide “Reunião dos Directores dos Centros de Informação e Turismo”, *Bol.* n.ºs 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 161-182, especialmente p. 161.

⁵² Vide “Visita Ministerial – Prof. Dr. Adriano Moreira na África Portuguesa”, *Bol.* n.ºs 436-437-438, Outubro-Dezembro de 1961, pp. 33-137, especialmente p. 33.

considerar as visitas ao Ultramar como “actos normais de serviço”, o ano de 1961, por causa dos massacres em Angola e do desvio do navio Santa Maria, não poderia ser considerado um ano vulgar. A prova desse facto é que, entre Abril e Setembro, dois ministros do Ultramar visitaram os territórios de África. Também não era habitual que no espaço de um mês o Chefe do Executivo fizesse duas remodelações. A situação levava mesmo Oliveira Salazar a escolher a temática sobre “O Ultramar Português e a O.N.U.”⁵³, para proferir um discurso na sessão extraordinária da Assembleia Nacional, do dia 30 de Junho. Depois de historiar o contencioso com as Nações Unidas e as votações de 15 de Dezembro de 1960 e de 21 de Abril de 1961, em que se estabelecia a obrigatoriedade de Portugal prestar informações sobre os seus territórios não autónomos, ao abrigo do artigo 73.º da Carta desse Areópago⁵⁴, Salazar concluía que, apesar de as instâncias internacionais advogarem a autodeterminação, haveria a se considerarem outras hipóteses, não menos “dignas”, nem menos “aptas”, para o seu país e para a “influência civilizadora” deste, sobre povos de “raças diferentes”. Pensava, portanto, que “despojar” Portugal dessa soberania sobre os territórios ultramarinos seria um “acto injusto” e até destituído de “inteligência prática”⁵⁵. Mas este discurso não passou de retórica patriótica, de modo que o ano de 1961 terminava com outro revés, com a ocupação pela União Indiana, a 18 de Dezembro, de Goa, Damão e Diu⁵⁶.

Com os tempos atribulados que se seguiram as autoridades do Estado Novo decidiram apostar na reformulação do marketing im-

⁵³ SALAZAR, Oliveira. “O Ultramar Português e a O.N.U.”, *Bol.* n.ºs 432-433, Junho-Julho de 1961, pp. 3-27.

⁵⁴ *Idem, Ibidem*, p. 5.

⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p. 16.

⁵⁶ *Vide* “Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana”, *Bol.* n.ºs 436-437-438, Outubro-Dezembro de 1961, pp. 281- 305, especialmente p. 293.

perial, com a extinção das Casas da Metrópole, ficando todo o legado destas às ordens dos Centros de Informação e Turismo⁵⁷. A 10 Outubro de 1964, realizara-se, entretanto, na Agência Geral do Ultramar a primeira reunião que chamava a atenção para a situação do início da Guerra Colonial e da invasão de Goa ter levado a que estes novos departamentos se afastassem do âmbito para que foram criados, mas no momento em que a pressão externa afrouxara poder-se-ia “...iniciar um trabalho essencialmente de coordenação de esforços”⁵⁸. Assim, o melhor “desempenho” naquela ocasião em que o Império começava a ser afrontado por forças militares do exterior era que a Agência e os Centros formassem “...um todo único, dado que o seu objectivo é comum”⁵⁹. Deveria incidir sobre a imprensa, rádio, televisão, cinema que pudessem ser úteis para fazer passar a mensagem de Portugal, como Estado uno e solidário. Depois, no campo do turismo, a estratégia para a divulgação de cada realidade passaria por uma série de meios de vulgarização que contemplaria a publicidade e o *marketing*, com a utilização de mapas, estatística e outros elementos informativos⁶⁰. Esta complementaridade, entre Metrópole e o Ultramar, não se verificava só ao nível das viagens e da cultura popular, mas o ministro Peixoto Correia pretendia que se concretizasse ainda a outros níveis, com toda uma série de intercâmbios que pudessem aproximar a Europa, das restantes parcelas transoceânicas⁶¹. O ministério do Ultramar elaborara também, no ano de 1964, um vasto programa de cooperação cultural entre um largo número de professores e estudantes.

⁵⁷ Vide “Centros de Informação e Turismo das Províncias Ultramarinas”, *Bol.* n.º 406, Abril de 1959, pp. 99-108.

⁵⁸ Vide “Reunião dos Directores dos Centros de Informação e Turismo”, *Bol.* n.ºs 471/472, de Setembro/Outubro de 1964, pp. 161-182, especialmente p. 164.

⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

⁶⁰ *Idem, Ibidem,* pp. 177-178.

⁶¹ Vide “Plano de Intercâmbio Cultural”, *Bol.* n.ºs 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 311-312, especialmente p. 311.

Banha da Silva deixara de exercer o cargo de Agente-Geral, tendo sido substituído por Francisco da Cunha Leão, em Agosto de 1967. Nesta conjuntura, este novo responsável procurava lutar contra a “rotina” e “estagnação” interpretando à “letra” alguns dos pressupostos importantes da reforma Silva Cunha, sobretudo no que se referia à separação entre as funções de “estudo” e as funções “burocráticas”. Na sequência da alteração da Lei Orgânica do ministério do Ultramar (Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967)⁶², a Agência acabaria por ser um organismo que se destinava a difundir informações relativas ao património tropical, a superintender e impulsionar o turismo, bem como a desempenhar as funções de procuradora de quaisquer outros assuntos. A instituição passava a ter apenas três repartições e um gabinete orientador de publicações, subdivididos em «Serviços Administrativos e de Procuradoria-Geral», «Serviços Técnicos e Editoriais» e «Serviços de Relações Públicas e Turismo». Relativamente às reformas anteriores, os departamentos que agora apresentavam algo de novo eram aqueles que se destinavam à promoção, através da utilização de meios como a imprensa, a rádio e a televisão. No caso da RTP, que só se instalara em Portugal em 1957, apresentava um programa de quinze minutos, primeiro quinzenal, depois semanal, produzido pela Agência Geral do Ultramar intitulado “Portugal além Europa”, com uma equipa dirigida por Manuel Osório⁶³. Destacava-se nesta altura outro meio publicitário, uma exposição itinerante, com o mesmo título do da “caixa mágica” inaugurada em Beja a 5 de Dezembro de 1967, que iria percorrer todo o país⁶⁴. A Agência-Geral tinha ainda um Gabinete de Imprensa que

⁶² Vide “Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967 – Lei Orgânica do Ministério do Ultramar”.

⁶³ Vide “Um Programa Especial sobre o Ultramar na R.T.P.”, *Bol.* n.ºs 511/512, Janeiro/Fevereiro de 1968, p. 196.

⁶⁴ Vide “Exposição “Portugal Além Europa”, *Bol.* n.ºs 509-510, Novembro-Dezembro de 1967, pp. 101-104, especialmente p. 102.

elaborava e enviava diariamente notícias, acompanhadas de fotografias, para a redacção dos principais jornais, para a Emissora Nacional e para a RTP. Editava assim um conjunto de publicações, entre as quais se destacava o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, desde 1925, a revista *O Mundo Português*, em parceria com o SPN, desde 1934, um jornal de parede (com uma tiragem de 1.000 exemplares), para distribuir nos Centros de Informação e Turismo. Publicava, mensalmente, desde 1970, a revista *Permanência*.

Com o intuito de estimular o interesse dos intelectuais pelos assuntos tropicais, instituiu a Agência-Geral o “Concurso de Literatura Colonial” anualmente promovido, desde 1926 até 1951. Em 1954 este certame foi melhorado, com a criação de quatro prémios que viriam a subsistir até 1974, contemplando géneros literários tão diversos, como o conto, a poesia, o romance e o teatro. A propósito desta “cultura única” sobre a diversidade ultramarina lusíada⁶⁵, o n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, divulgava os galardões em competição nesse ano e que se referiam às modalidades de “Poesia”, “Ensaio”, “Novelística”, “História e Reportagem”, a que correspondiam os prémios “Camilo Pessanha”, “Frei João dos Santos”, “Fernão Mendes Pinto”, “João de Barros” e “Pêro Vaz de Caminha”, cada um no valor de 20.000\$00. Para além destes, havia ainda o prémio “D. João II”, no valor de 50.000\$00, que distinguia o melhor estudo, sobre o tema que a propaganda do Estado Novo, já no período final, procurava consagrar, a “Unidade Nacional”⁶⁶.

⁶⁵ REIS, Fernando “Uma só Cultura: Literatura Portuguesa Ultramarina” in *A Voz de S. Tomé*. São Tomé: 26 de Agosto de 1967.

⁶⁶ Vide “Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar”, *Bol.* n.º 535, Janeiro/Junho de 1970, pp. 161-162.

**NACIONALISMO, OPOSIÇÃO
E PROPAGANDA POLÍTICA EM ANGOLA
(1945-1961)**

Fernando Tavares Pimenta

Este texto coloca em perspectiva as formas de propaganda política usadas pelos meios oposicionistas brancos ao Estado Novo em Angola. Num primeiro momento, faremos a análise da campanha eleitoral encetada pela oposição branca angolana aquando das eleições para a Assembleia Nacional em 1945. Daremos especial atenção à acção do Movimento de Unidade Democrática (MUD). Num segundo momento, colocaremos em perspectiva a acção política desenvolvida pelas Comissões de Candidatura de Arlindo Vicente e do General Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958. Por fim, teremos em consideração a forma como um determinado grupo de nacionalistas brancos – a Frente de Unidade Angolana (FUA) – levou a cabo a sua propaganda política a favor da independência de Angola em 1961.

AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 1945

Em 8 de Maio de 1945 a guerra terminou na Europa. A vitória das democracias na 2.^a Guerra Mundial tornou anacrónica a continuidade da ditadura salazarista no novo quadro internacional.

Para sobreviver politicamente, Salazar foi obrigado a fazer reformas, de modo a dar externamente a aparência de que o regime se estava a democratizar. Salazar chegou mesmo a definir o Estado Novo de “Democracia Orgânica”, ao mesmo tempo que prometeu eleições livres como na “livre Inglaterra”¹. Foi neste contexto de uma certa abertura política que o governo português publicou uma nova lei eleitoral (decreto n.º 34.939, de 22 de Setembro de 1945), a qual criou as condições para o aparecimento de uma “oposição condicionada”. Em 2 de Outubro de 1945, a nova lei eleitoral foi estendida às colónias (decreto n.º 34.963)², ao mesmo tempo que elevou o número de deputados da Assembleia Nacional de noventa a cento e vinte, dos quais três eram eleitos por Angola, que constituía um único círculo eleitoral³. Em 8 de Outubro de 1945, os republicanos e democratas portugueses fundaram uma plataforma política unificada com o objectivo de concorrer às eleições para a Assembleia Nacional, que foram marcadas para Novembro de 1945. Ingenuamente, ou talvez não, os republicanos portugueses acreditaram na possibilidade de derrubar o regime através do voto popular. A plataforma política oposicionista recebeu o nome de Movimento de Unidade Democrática (MUD) e rapidamente se estendeu às colónias.

Em Angola, o dia da vitória dos Aliados sobre a Alemanha foi efusivamente comemorado pelos colonos brancos, nomeadamente em Luanda. O comércio encerrou as portas e a população branca da

¹ *A Província de Angola*, n.º 6.097, de 15 de Novembro de 1945, p. 1; *A Província de Angola*, n.º 6.098, de 16 de Novembro de 1945, pp. 1-4. Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*. Porto: Afrontamento, 2010, pp. 79-84.

² MEDINA, João (Dir. de). *História de Portugal. Vol. 13: O Estado Novo (II)*, Amadora: Clube Internacional do livro, 1995. Entre os fundadores do MUD contava-se um jovem angolano, então estudante de engenharia civil na Universidade do Porto, Fernando Falcão, que depois veio a ser um dos líderes do nacionalismo euro-africano em Angola. Veja-se AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Fernando Gonçalves Magalhães Falcão, Processo 841/47, 2600.

³ *A Província de Angola*, n.º 6.054, de 25 de Setembro de 1945, p. 1.

capital angolana, liderada por António Videira, desfilou pelas ruas da cidade, empunhando bandeiras de Portugal e das Nações Unidas e dando vivas à liberdade. A manifestação dos populares prestou homenagem aos Cônsules britânico, norte-americano, brasileiro, holandês, belga e francês. António Videira foi recebido pessoalmente pelos Cônsules da Grã-Bretanha e da França. Os estudantes do Liceu Salvador Correia também percorreram as ruas e deram vivas aos representantes das “Nações Unidas”. Na imprensa, António Videira celebrou o dia da vitória Aliada como o dia da vitória da liberdade:

Liberdade dos países oprimidos; liberdade económica, social e política; liberdade de consciência, de pensamento e de opinião⁴.

Nos meses seguintes, os colonos desenvolveram uma intensa actividade política de denúncia dos problemas da colónia. Aliás, a censura não conseguiu impedir a publicação de pesadas críticas à administração colonial. Por exemplo, os colonos denunciaram abertamente alguns dos principais entraves ao desenvolvimento económico da colónia, tais como a deficiência dos transportes terrestres e a insuficiência daqueles marítimos ou o reduzido orçamento de Angola. Esta última denúncia era especialmente significativa, pois desmontava o mito da “boa” administração financeira de Salazar. De facto, Angola apresentou saldos positivos na sua balança desde 1931, data em que o governo português estabeleceu que a colónia teria de viver com as “suas próprias receitas”. Mas esses saldos positivos eram uma ilusão porque o orçamento da colónia não atendia minimamente às necessidades financeiras dos serviços públicos. Portanto, levavam-se sistematicamente as previsões das receitas aos extremos

⁴ *A Província de Angola*, n.º 6.937, de 10 de Maio de 1945, p. 1.

máximos e reduziam-se as despesas aos extremos mínimos, com a prévia certeza de que as verbas inscritas no orçamento eram insuficientes para o funcionamento normal da administração pública. Comprometia-se assim seriamente o desenvolvimento económico e social de Angola⁵.

No plano propriamente político, os colonos procuraram contribuir para o derrube da ditadura salazarista mediante a constituição duma formação política democrática na colónia. Foi assim que surgiu um movimento local denominado Aliança Democrática de Angola, que se enquadrava no âmbito duma plataforma política maior, a Frente Nacional Anti-Fascista Portuguesa (FNAFP). A Aliança Democrática de Angola foi fundada, provavelmente, em Setembro de 1945 por alguns colonos republicanos e antigos deportados políticos (por exemplo, João de Deus Fidalgo Afonso, Tenente João da Encarnação Abelha, etc.) e era dirigida por uma Comissão Central Provisória, da qual era Vice-Presidente Eugénio Ferreira. Este era um advogado de recente instalação em Angola, mas que depressa criou fortes ligações ao território, inclusive de ordem familiar, pois casou com uma mestiça. Eugénio Ferreira era também o Vice-Presidente da Sociedade Cultural de Angola (SCA)⁶.

A Aliança Democrática de Angola tinha como objectivo agrupar todos os democratas e liberais de Angola, a fim de lutar pelo derrube do Estado Novo, em ligação com a oposição democrática metropolitana⁷. A este respeito, é de assinalar que a Aliança Democrática de Angola surgiu de forma independente do Movimento de Unidade

⁵ *A Província de Angola*, n.º 5.991, de 13 de Julho de 1945, p. 1; *A Província de Angola*, n.º 6.035, de 3 de Setembro de 1945, p. 1.

⁶ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

⁷ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

Democrática (MUD). Portanto, a Aliança Democrática de Angola foi o produto da política local e constituiu um sinal de que alguns sectores dos colonos estavam à procura de uma certa autonomia de acção em relação à oposição democrática portuguesa. O próprio nome da organização – a sua referência específica a Angola - é revelador dos intuítos “autonomistas” dos seus fundadores.

Com efeito, a Aliança Democrática de Angola deu “indicações” claras de que pretendia lutar pela autonomia da colónia em relação à metrópole, mesmo a custo de entrar em “colisão” com a oposição democrática metropolitana. Disso é revelador a (escassa) propaganda política publicada por esse movimento. Assim, a Aliança Democrática de Angola publicou um manifesto intitulado “Alerta Povo de Angola”, no qual fez uma pesada crítica não só à ditadura, mas também à administração colonial portuguesa em geral. Aliás, é muito significativo do ponto de vista político o facto do manifesto ser dirigido ao “Povo de Angola”. Trata-se de mais um sinal de que uma parte dos colonos tinha adquirido a consciência política de formar um colectivo distinto daquele metropolitano. Porém, foi precisamente a publicação desse manifesto que provocou a desagregação do movimento. Os colonos mais moderados e os recém-chegados ao território não aprovaram a publicação do documento e decidiram abandonar a Aliança Democrática de Angola. Entre estes estava Eugénio Ferreira, que aderiu então ao Movimento de Unidade Democrática. Enfraquecida politicamente por múltiplos abandonos, a Aliança Democrática de Angola acabou por dar a sua adesão política ao MUD⁸.

Em Angola, o MUD foi constituído numa reunião de colonos republicanos no Clube Naval de Luanda, em 15 de Outubro de 1945. Nessa reunião, presidida por António Videira, foi decidido formar

⁸ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

uma Comissão Executiva do MUD, liderada por António Simões Raposo, que era um dos dirigentes mais influentes da maçonaria local⁹. Foi também decidido concorrer às eleições legislativas com uma lista composta por António Videira, Cunha Leal e António Durães, o último dos quais era Presidente da Câmara Municipal de Benguela e representava os “interesses” do Centro-Sul de Angola. O MUD recebeu ainda o apoio do máximo expoente da Igreja Católica em Angola, o Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho¹⁰.

O MUD angolano fez uma campanha centrada no tema das liberdades cívicas e dos direitos políticos dos cidadãos. A este respeito, é indispensável ter em consideração que qualquer campanha eleitoral num território colonial apresenta necessariamente especificidades e, sobretudo, limitações em relação ao processo eleitoral na metrópole. Desde logo, porque o controlo exercido pelas autoridades sobre as candidaturas é muito mais apertado na colónia do que na metrópole. Depois, porque o regime colonial procura sob todas as formas dar a ideia de unidade no seio do núcleo colonial branco, impedindo a realização de qualquer iniciativa que transmita à população indígena a existência de divisões no seio da minoria branca. Por isso, as sessões de propaganda política eram sempre realizadas em locais fechados, devidamente recintados, longe dos olhares dos indígenas, sendo permitido o acesso apenas à minoria com direitos de cidadania, ou seja brancos, mestiços e negros assimilados.

Foi portanto neste contexto e com estas “regras” que a oposição levou a cabo a sua propaganda política. Neste sentido, o MUD realizou um conjunto de reuniões políticas nos principais centros urbanos e nalgumas localidades menores do território. Em 21 de

⁹ A Comissão do MUD em Angola era formada pelos advogados Simões Raposo, António Videira e Alvares Carvalho e pelos médicos Lopes da Cruz e Machado Faria. AN/TT, AOS/CO/PC – 3I, Democratas de Angola e as eleições legislativas (1945).

¹⁰ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

Outubro de 1945, houve uma concorrida reunião de democratas de Benguela, que resultou na constituição duma Comissão Eleitoral local da oposição, que reunia o Presidente da Associação Comercial de Benguela e um representante dos nativos¹¹. No Huambo, a oposição formou um “centro” político denominado Centro Republicano Norton de Matos, que dispunha duma comissão de propaganda constituída, entre outros, pelo Presidente da Rádio Clube. Os democratas do Huambo realizaram várias sessões políticas nas principais localidades do distrito¹².

Claramente, a União Nacional também apresentou uma lista às eleições legislativas de Novembro de 1945, mas que foi rapidamente retirada por se ter verificado não recolher o consenso dos colonos. Em sua substituição, a União Nacional patrocinou o aparecimento duma lista independente denominada “Lista de Angola”, a qual era liderada pelo Capitão Henrique Galvão. A “Lista de Angola” foi apresentada pelo então Ministro das Colónias, Marcelo Caetano, no estúdio da Rádio Clube de Angola, em 25 de Outubro de 1945¹³. Durante a campanha eleitoral, Henrique Galvão distinguiu-se pela defesa intransigente dos interesses dos colonos. Como tal, reivindicou:

Reclamamos na ordem política mais larga descentralização de governo e de serviços; maior participação por parte dos colonos na governação da colónia. Revisão por consequência das leis fundamentais – Carta Orgânica e Reforma Administrativa. Reclamamos a perfeita igualdade de direito entre os portugueses nascidos na metrópole e os portugueses nascidos na colónia¹⁴.

¹¹ *A Província de Angola*, n.º 6.077, de 22 de Outubro de 1945, p. 4.

¹² *A Província de Angola*, n.º 6.085, de 1 de Novembro de 1945, p. 1.

¹³ *A Província de Angola*, n.º 6.080, de 25 de Outubro de 1945, p. 1.

¹⁴ GALVÃO, Henrique, *Por Angola (Quatro anos de actividade parlamentar)*. Lisboa: Edição do Autor, 1949, p. 24.

A campanha eleitoral foi contudo afectada pela decisão do MUD de não concorrer às eleições, em sintonia com o que tinha sido decidido pela oposição democrática na metrópole. A decisão foi tomada a 3 de Novembro de 1945, numa reunião em Luanda, que foi radiodifundida pela Rádio Clube de Angola. Nessa reunião, António Simões Raposo leu o manifesto da Comissão Executiva da Oposição, um longo documento de crítica ao Estado Novo. António Videira encerrou a sessão, denunciando o ambiente de “liberdade condicionada” concedido pelo regime para a realização de eleições, que não se coadunava com o espírito da democracia¹⁵. Esta denúncia deu origem a uma resposta pública da parte do Governador-geral de Angola, que refutou a acusação de censura eleitoral e de “moléstia” dos oposicionistas¹⁶.

Muito embora tenha desistido de concorrer às eleições legislativas, a oposição democrática continuou a efectuar sessões de esclarecimento político em vários centros urbanos, que culminaram numa grande reunião em Luanda, em 15 de Novembro de 1945. Nesta reunião participaram oposicionistas provenientes de vários pontos da colónia, nomeadamente de Benguela, do Huambo e do Lubango. O manifesto da Comissão Executiva do MUD foi novamente lido, tendo a sessão terminado com uma “profissão de fé” na República¹⁷.

Findo, porém, o período eleitoral, o MUD angolano desapareceu em termos políticos, não efectuando outras sessões, nem fazendo qualquer tipo de propaganda. Seguramente, o ambiente político não era favorável à oposição, tanto mais que a ditadura não só redobrou a vigilância política sobre a população, como potenciou os mecanismos de repressão, nomeadamente a censura. De resto,

¹⁵ *A Província de Angola*, n.º 6.088, de 5 de Novembro de 1945, p. 4.

¹⁶ *A Província de Angola*, n.º 6.089, de 6 de Novembro de 1945, p. 1.

¹⁷ *A Província de Angola*, n.º 6.098, de 16 de Novembro de 1945, p. 4.

também na metrópole se assistiu ao refluxo da oposição, que culminou na ilegalização do MUD em Março de 1948.

As Eleições Presidenciais de 1958

As eleições presidenciais de 1958 suscitaram um forte debate político em Angola, despertaram consciências adormecidas, permitiram uma organização da oposição e demonstraram o fraco consenso político do regime entre os colonos. A população branca – que tinha crescido muito em relação a 1945 – exprimiu o seu descontentamento em relação à administração portuguesa e as suas renovadas pretensões relativas ao controlo do Estado colonial. A este respeito, foi notório o apoio das elites brancas aos candidatos da oposição - General Humberto Delgado e Dr. Arlindo Vicente.

Neste sentido, em Luanda, foi constituída uma Comissão Executiva da Candidatura de Humberto Delgado, que funcionou sob a presidência do engenheiro António Garcia Castilho, importante empresário da capital angolana. A Comissão integrou outros nomes de relevo na colónia, por exemplo o engenheiro José Vilhena Borrego e o Dr. Miguel Nepomuceno¹⁸. Na Huíla, a candidatura de Humberto Delgado foi apoiada pelo Comandante Venâncio Guimarães Sobrinho, que era o maior empresário do Sul de Angola. Em Benguela foi igualmente constituída uma Comissão de Candidatura de Humberto Delgado (28 de Maio de 1958), sob a liderança do empresário Manuel Brazão Farinha¹⁹. Paralelamente, foi constituída uma Comissão de Candidatura de Arlindo Vicente em Luanda, por iniciativa do advogado Manuel João Palma Carlos, que veio expressamente de Lisboa

¹⁸ *A Província de Angola*, n.º 9.839, de 9 de Maio de 1958, p. 1.

¹⁹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana, Processo 515-Sr/61, 3059 (informação sobre o engenheiro Manuel Brazão Farinha).

para esse fim. Palma Carlos delegou os seus “poderes” no advogado Eugénio Ferreira, que assumiu a presidência da Comissão²⁰. Refira-se que essa Comissão era composta na sua maioria por intelectuais progressistas pertencentes (ou próximos) à Sociedade Cultural de Angola, nomeadamente Julieta Gandra, Calazans Duarte, Francisco Louro, Amadeu Brandão, etc. De facto, Arlindo Vicente era considerado o candidato dos sectores mais à esquerda da oposição portuguesa e representava uma ruptura maior com a ditadura e com o regime colonial. Como tal, muitos dos jovens intelectuais brancos da capital angolana deram também o seu apoio à candidatura de Arlindo Vicente²¹. No Lobito formou-se uma outra Comissão de Candidatura de Arlindo Vicente presidida pelo engenheiro Fernando Falcão, conhecido empresário da região. Faziam parte desta comissão alguns empresários (arquitecto Castro Rodrigues, engenheiro Morgado de Azevedo, etc.) e intelectuais (Luís Portocarrero). Saliente-se que Fernando Falcão foi o único angolano a assumir um cargo de presidência numa comissão de candidatura, pois todos os outros presidentes eram portugueses, ainda que com fortes ligações à colónia desde a década de 1940²².

A campanha eleitoral começou em 11 de Maio de 1958. O primeiro acto da Comissão de Candidatura de Humberto Delgado de Luanda foi assegurar a uniformidade dos boletins de voto de todos os candidatos em Angola, de modo a garantir que o voto fosse realmente secreto. Entre as acções políticas promovidas pelas várias comissões de candidatura, é de destacar a sessão de propaganda da comissão de Humberto Delgado no estádio de patinagem da Ilha de

²⁰ *A Província de Angola*, n.º 9.841, de 12 de Maio de 1958, p. 10.

²¹ *A Província de Angola*, n.º 9.846, de 17 de Maio de 1958, p. 4. Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.

²² AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Fernando Gonçalves Magalhães Falcão, Processo 993, 1021 (1.º Volume).

Luanda em 29 de Maio de 1958. Para além dos dirigentes de Luanda, participaram nessa sessão elementos das comissões distritais da candidatura de Humberto Delgado, nomeadamente Manuel Brazão Farinha. Depois de prestada uma homenagem à memória de António Videira, foi transmitida uma mensagem de Humberto Delgado à população de Angola. O principal orador foi António Garcia Castilho, que denunciou os problemas da colónia, afirmando que eles não poderiam continuar a ser resolvidos “nos salões do Ministério do Ultramar”. E salientou também alguns dos falhanços económicos da administração colonial, em especial os fracassos na construção do Colonato da Cela e do Caminho de Ferro do Congo²³.

Em 31 de Maio de 1958 foi tornada pública pela imprensa a notícia oficial da desistência de Arlindo Vicente a favor de Humberto Delgado. A sua desistência permitiu uma articulação política entre as duas “oposições” nos últimos dias da campanha eleitoral. Em 3 de Junho de 1958, uma sessão de propaganda da oposição (unida) encheu o estádio da Ilha de Luanda. Nessa sessão estiveram presentes dirigentes da antiga comissão de Arlindo Vicente: Eugénio Ferreira, Julieta Gandra, Calazans Duarte. António Garcia Castilho manteve a liderança da Comissão de Candidatura e o seu discurso teve um grande impacto político e mediático. António Garcia Castilho denunciou textualmente que o Estado Novo tinha tirado a liberdade de pensamento aos cidadãos e apelou ao voto no candidato da oposição²⁴. A oposição realizou ainda várias sessões de propaganda noutros pontos da colónia, em especial nos distritos de Benguela e de Moçâmedes²⁵. A Comissão de Candidatura de Américo Tomaz, presidida por Baborro Sequeira, também realizou diversas sessões

²³ *A Província de Angola*, n.º 9.857, de 30 de Maio de 1958, pp. 4 e 8.

²⁴ *A Província de Angola*, n.º 9.861, de 4 de Junho de 1958, p. 4.

²⁵ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angola, Processo 515-Sr/61, 3059. Cf. *A Província de Angola*, n.º 9.861, de 4 de Junho de 1958, p. 4.

de propaganda, que contaram com a participação do Governador-Geral, Horácio de Sá Viana Rebelo, e do Secretário Provincial da União Nacional, Francisco Avelar Maia Loureiro²⁶.

Ao nível da propaganda eleitoral não temos conhecimento da realização de outras iniciativas, nem tão pouco da existência de cartazes ou de manifestos de campanha. Tal como em 1945, o regime colonial tomou as medidas necessárias para evitar a contaminação política da população indígena pela campanha eleitoral da oposição. Daí que fosse permitido à oposição realizar as suas sessões de propaganda fundamentalmente em locais fechados, ou pelo menos recintados, e de difícil acesso aos indígenas.

O acto eleitoral decorreu em 8 de Junho de 1958 e deu a vitória na metrópole e nas colónias ao candidato apoiado por Salazar, Américo Tomaz. A oposição denunciou a existência de fraude eleitoral por parte do regime. Independentemente disso, Humberto Delgado obteve nas duas maiores colónias portuguesas uma percentagem de votos superior à da metrópole: 34,05% em Moçambique e 31,73% em Angola. Em Moçambique, Delgado venceu em vinte um distritos eleitorais, incluindo a cidade da Beira e a maior parte dos distritos setentrionais, obtendo um total de 6.069 votos. Américo Tomaz ganhou em oitenta e oito distritos eleitorais, obtendo 11.756 (65,95%) dos 17.825 votos. Porém, o Cônsul Geral Britânico em Lourenço Marques teve informações seguras, por parte do seu congénere sul africano, de que os resultados na capital moçambicana tinham sido falsificados²⁷. Em Angola, estavam recenseados 56.020 eleitores, pouco mais de 1% dos quatro milhões e meio de angolanos. Era um número muito exíguo, mesmo se atendermos só às dimensões da população considerada civilizada – cerca de 275.000 mil efectivos em

²⁶ *A Província de Angola*, n.º 9.8610, de 3 de Junho de 1958, p. 1.

²⁷ PRO, FO 371/131635, *Internal Political Situation in Portuguese Africa*, 1958.

1960²⁸. Nesta altura, viviam na colónia à volta de 172.000 brancos, 53.000 mestiços e outros tantos assimilados negros que gozavam da cidadania portuguesa. Isto significa que o corpo eleitoral não abrangia sequer um terço da população branca. No total, Humberto Delgado obteve 10.375 votos, contra 22.314 de Américo Tomaz²⁹.

No entanto, o dado mais relevante foi a vitória esmagadora do candidato da oposição no distrito de Benguela, onde recebeu 2.599 votos contra 1.296 para o candidato da ditadura, num total de 3.895 votos. Humberto Delgado venceu também na cidade de Sá da Bandeira (Lubango), onde teve o apoio de Venâncio Guimarães Sobrinho, mas perdeu no cômputo geral do distrito da Huíla (1.049 votos contra os 1.738 de Américo Tomaz). Em Moçâmedes, Humberto Delgado também perdeu por pouco, 665 votos contra 790 para o candidato do regime. No distrito de Luanda, Américo Tomaz bateu por um punhado de votos Humberto Delgado, 3.066 votos contra os 2.998 do candidato da oposição. Saliente-se, porém, que o candidato da oposição ganhou nas zonas urbanas do Município de Luanda. Américo Tomaz obteve as suas principais vitórias nos distritos do interior, sobretudo nos meios rurais, onde a oposição não tinha possibilidade de controlar o escrutínio eleitoral. Por exemplo, Américo Tomaz recebeu 992 votos contra apenas 1 para Humberto Delgado no distrito diamantífero da Lunda, onde era muito forte a influência da DIAMANG. Em todo o caso, a vitória da oposição em Benguela e os bons resultados em Luanda, Sá da Bandeira e Moçâmedes fizeram “estremecer” o poder colonial. Os colonos deram um sinal

²⁸ A maioria da população negra era regulada por legislação específica, nomeadamente pelo Estatuto do Indigenato. Os indígenas eram meros “sujeitos coloniais” e não tinham direitos de cidadania. Somente uma escassa minoria, os chamados assimilados, tinha acesso à cidadania portuguesa e, embora de forma não automática, ao direito de voto. O Estatuto do Indigenato foi abolido em Setembro de 1961.

²⁹ PRO, FO 371/131635, *Internal Political Situation in Portuguese Africa*, 1958.

claro da sua insatisfação política em relação à administração colonial portuguesa³⁰.

A Frente de Unidade Angolana (FUA)

A história da Frente de Unidade Angola (FUA) representa um caso muito diferente dos casos referidos atrás. Isto porque a FUA não foi uma mera comissão eleitoral da oposição, mas sim um movimento nacionalista formado por brancos e mestiços angolanos e que almejou a independência de Angola. Fundada no início de 1961, em Benguela, a FUA apresentou à população angolana o seu Manifesto Político, intitulado *À População de Angola*, em 5 de Abril de 1961. Nesse manifesto, a FUA reclamou:

Reformas de estrutura indispensáveis para que Angola possa rapidamente dispor de si mesma, deliberar sobre os seus próprios problemas, resolvê-los, e tomar o lugar que lhe compete no conjunto das nações³¹.

Assim, a FUA apelou ao exercício duma pressão constante sobre a governação salazarista e condenou o recurso à violência da parte quer do regime colonial, quer dos movimentos nacionalistas, nomeadamente da UPA. Deste modo, a FUA pediu o apoio de toda a população angolana para a causa da emancipação e apresentou-se como movimento cívico, sem filiação partidária, e defensor da

³⁰ AOS/CO/PC – 51^A, Pasta 8, Relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola, 1958; *A Província de Angola*, n.º 9.865, de 10 de Junho de 1958, p. 1; *A Província de Angola*, n.º 9.867, de 13 de Junho de 1958, p. 1. Em Sá da Bandeira, Humberto Delgado teve 587 votos contra 560 de Américo Tomaz.

³¹ Manifesto Político da FUA, *À População de Angola*, incorporado em: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059.

unidade de todos os habitantes do território, sem distinção de raça. Reivindicou também a libertação de todos os presos políticos, a realização de eleições gerais, com inteira liberdade de propaganda e ampla representação de todas as tendências políticas, e a formação de um governo autónomo de Angola. Reclamou ainda o reconhecimento e o respeito da parte do regime colonial pelas liberdades de consciência, de religião, de imprensa, de reunião e de associação.

Na realidade, a conjuntura crítica, provocada pelo início da guerra colonial e concomitante crise da autoridade portuguesa em Angola, proporcionou um breve momento de “respiro político” à FUA. Momento esse que o movimento aproveitou para mobilizar a população – sobretudo a branca – para a sua causa. Para o efeito, a FUA usou os meios de comunicação que tinha à sua disposição no distrito de Benguela, nomeadamente o *Jornal de Benguela* e a Rádio Clube de Benguela, o último dos quais chegou a ser controlado por uma comissão do movimento. Além disso, a FUA realizou um abaixo-assinado – com 1200 subscritores – dirigido ao Ministro do Ultramar, no qual exigiu a autodeterminação de Angola. De passagem por Benguela, em Maio de 1961, Adriano Moreira, na qualidade de Ministro de Ultramar, acedeu a uma reunião com os dirigentes da FUA. A reunião foi precedida por uma “manifestação pública” da FUA, que convocou – através dos microfones da Rádio Clube de Benguela – alguns milhares de manifestantes brancos, negros e mestiços para uma demonstração junto ao Palácio do Governador³². Os dirigentes da FUA expuseram ao Ministro do Ultramar “a conveniência da autodeterminação” de Angola. Por sua vez, Adriano Moreira ouviu atentamente os representantes da FUA, mas achou

³² MAUGIS, Marie-Therese, “Entretien avec des pied-noirs angolais”, *Partisans*, n.º 7, Nov-Dez. 1962, pp. 92-99; AA.VV, “Facts about the Angolan United Front”, *Présence Africaine* (English Ed.), vol, 17, n.º 45, p. 170; DÁSKALOS, Sócrates, *Um testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, Lisboa: Vega, 2000, pp. 87-88.

pouco concreta a exposição, pelo que pediu à referida delegação que elaborasse um “trabalho de pormenor em que se debatessem os objectivos a atingir e os meios que julgava necessários para esse fim”. A FUA aceitou o repto do Ministro do Ultramar e começou a trabalhar na elaboração desse projecto de autodeterminação de Angola³³.

No entanto, a situação política sofreu uma profunda mudança com a chegada do primeiro contingente militar português a Benguela, poucos dias depois da partida de Adriano Moreira, o que fragilizou a posição da FUA³⁴.

A FUA tentou então “jogar uma última cartada” política, procurando o apoio político internacional do Brasil, cujo Presidente, Jânio Quadros, simpatizava com a causa da emancipação de Angola³⁵. Aliás, o Brasil procurava encetar uma estratégia de liderança política no Atlântico Sul³⁶. Deste modo, Jânio Quadros incumbiu o Embaixador do Brasil em Lisboa, Negrão de Lima, da realização duma “visita de cortesia” a Angola, a qual teve lugar entre 25 de Maio e 6 de Junho de 1961³⁷. Negrão de Lima visitou as cidades de Luanda, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Moçâmedes, Lobito e Benguela, com o objectivo de “contactar não só com entidades oficiais, mas também com os mais qualificados representantes das diversas actividades de Angola”³⁸. Neste âmbito, foi realizado um encontro secreto entre os dirigentes da FUA e o Secretário da Embaixada do Brasil, o Dr. Costa e Silva.

³³ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059 (veja-se em especial a folha n.º 70 desse processo).

³⁴ DÁSKALOS, Sócrates, *Ob. Cit.*, 2000, p. 89.

³⁵ *Idem*, p. 85.

³⁶ SCHNEIDER, Ronald M., *“Order and progress”. A political history of Brazil*, San Francisco: Westview Press, 1991, pp. 202-203.

³⁷ ANGOLA, Associação Industrial de, “O Embaixador do Brasil no Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda”, *Boletim da Associação Industrial de Angola*, n.º 48, Maio a Julho de 1961, pp. 29-33.

³⁸ *Idem*, pp. 29-30.

No entanto, o Secretário da Embaixada, embora concordasse com os objectivos da FUA, respondeu aos representantes angolanos que o Brasil só poderia colaborar moralmente nessa acção, visto que o governo brasileiro mantinha relações diplomáticas muito amistosas com Portugal³⁹. O diplomata brasileiro sugeriu ainda que a FUA actuasse em conjunto com o MPLA⁴⁰. A 3 de Junho de 1961, Negrão de Lima deixou Benguela, sem que tivesse dado um sinal explícito de apoio à FUA. A “jogada tinha falhado”.

Neste contexto, a 4 de Junho de 1961, na sequência do desembarque de tropas metropolitanas, a PIDE deu início a uma acção policial de desmantelamento da FUA. A maioria dos dirigentes foi presa e enviada para Luanda, tendo sido posteriormente deportada para a metrópole. Em 1962, porém, alguns desses dirigentes conseguiram fugir para França, onde deram vida a um Comité Político da FUA no Exílio. O Comité, presidido por Sócrates Dáskalos, um professor liceal, desenvolveu uma intensa actividade de propaganda, mediante a publicação de comunicados na imprensa, nomeadamente nos jornais *Le Monde* e *Jeune Afrique*. O Comité da FUA realizou também um número significativo de conferências e de entrevistas em França e na Bélgica, escreveu cartas a vários Chefes de Estado e apresentou um memorando à Organização das Nações Unidas (ONU), onde denunciou a repressão colonial portuguesa em Angola⁴¹. A FUA publicou ainda um *Programa e Estatutos* e um jornal intitulado *Kovaso* que, em umbundu, língua predominante no Planalto Central de Angola, significava “avante”, “para a frente”. Este jornal foi publicado em Paris e, mais tarde, em Argel, para

³⁹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059.

⁴⁰ Sócrates Dáskalos, *Ob. Cit.*, 2000, p. 85.

⁴¹ United Nations General Assembly, *Petition from Socrates Mendonça de Oliveira Daskalos, Chairman Frente de Unidade Angolana Concerning Angola*, A/AC. 109/PET.53 March 7th 1963.

onde o Comité se transferiu em Janeiro de 1963. Além disso, a FUA publicou um manifesto que teve alguma repercussão mediática, a chamada *Carta Aberta aos Brancos de Angola*. Este documento denunciou a exploração dos recursos económicos e da população angolana pelo grande capital português e internacional, representado por empresas como a DIAMANG, a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, a PETRANGOL, a Companhia de Manganês, a Companhia Mineira do Lobito, a CADA, a Companhia Agrícola do Cazengo, a Companhia Geral dos Algodões, etc. Nessa *Carta Aberta*, a FUA procurou demonstrar que a dominação colonial portuguesa servia apenas os interesses dos monopólios estrangeiros e que era prejudicial a todos os habitantes de Angola, inclusive aos brancos. Por isso, a FUA apelou à população branca para que tomasse parte activa na luta pela independência⁴².

Paralelamente, uma rede clandestina assegurava as comunicações entre o Comité da FUA no Exílio e o “núcleo” do movimento que resistia no interior de Angola, em especial nos distritos de Benguela, Huambo, Cuanza Sul e Huíla. As comunicações eram feitas via Lisboa (Casa dos Estudantes do Império) ou via Brasil. Neste país sul americano avultou a figura do engenheiro Mira Dores, que colaborou na publicação do jornal *Portugal Democrático* e participou num programa televisivo contra a política colonial portuguesa. Mira Dores desenvolveu as suas actividades no quadro de um movimento de portugueses, brasileiros e angolanos residentes no Brasil que reclamou a independência de Angola: o Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA). O MABLA apoiou a luta nacionalista do MPLA, mas serviu, durante algum tempo, de plataforma de divulgação da propaganda dos nacionalistas brancos no exílio. Neste sentido, grande parte dos comunicados, panfletos e infor-

⁴² PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola: Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008, pp. 244-259.

mações da FUA eram expedidos para Angola a partir do Brasil. O próprio jornal *Kovaso* chegou a ter uma certa difusão (clandestina) em Angola graças à acção do MABLA e de outros nacionalistas angolanos exilados no Brasil. O Caminho de Ferro de Benguela funcionou como via privilegiada de penetração da propaganda da FUA em Angola, que entrava na colónia – vinda do Brasil – pelo porto do Lobito⁴³.

No entanto, em meados de 1963, o movimento sofreu um rude golpe com a prisão da maioria dos seus membros no Huambo e o desmantelamento pela PIDE da rede de comunicações com o exterior, que funcionava no Porto do Lobito e no Caminho de Ferro de Benguela. Ao mesmo tempo, em Argel, a FUA foi duramente atacada – em termos políticos – quer pela FNLA, quer pelo MPLA, o que provocou forte tensões no seio do Comité no Exílio. Face a isto, os dirigentes decidiram a dissolução do Comité Director no Exílio em Agosto de 1963. Da FUA subsistiram em estado latente apenas alguns grupos dispersos no interior da colónia, que só se voltaram a reunir num movimento organizado já depois do 25 de Abril de 1974⁴⁴.

Não obstante isto, a FUA representou um marco extremamente significativo na história do nacionalismo angolano. A sua produção ao nível da propaganda política foi considerável. Porém, essa propaganda foi produzida fundamentalmente fora da colónia, ou seja no exílio, na medida em que o regime colonial nunca permitiu o livre debate de ideias, nem tão pouco a realização de propaganda nacionalista em Angola. Daí também que a circulação dessa propaganda tivesse sido efectuada de forma clandestina, sendo motivo de prisão para os seus promotores ou meros detentores. No entanto,

⁴³ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA), Processo 435/61.

⁴⁴ PIMENTA, Fernando Tavares, *Ob. Cit.*, 2008, pp. 256-259 e 375-378.

apesar destas limitações, a FUA conseguiu montar uma rede relativamente eficaz de distribuição de propaganda, facto apreciável e que demonstra uma significativa capacidade de organização clandestina por parte desse movimento, muito diferente aliás das comissões eleitorais da oposição formadas em 1945 e em 1958.

**A PROPAGANDA OPOSICIONISTA
CONTRA O ESTADO NOVO
DURANTE OS PERÍODOS ELEITORAIS
(1945-1973)**

Mário Matos e Lemos

Antes de entrar propriamente no tema, gostaria de recordar – e já direi porquê – que este termo propaganda pertence ao latim eclesiástico: um monge espanhol, Francisco de Jesus, publicou em Latim, no ano de 1613, um tratado sobre os métodos de evangelização no qual se encontrava um capítulo intitulado *Sobre a criação de uma congregação da difusão da fé (propaganda fide*, em Latim) e menos de uma década passada, em 1622, uma bula do Papa Gregório XV criou essa congregação.

Todavia, a aplicação prática do conceito, isto é, a difusão de uma ideia com vista a obter um benefício (que era a expansão da fé, na concepção da Igreja) foi, durante séculos, não só religioso mas também político e ligado às esferas do poder, que eram as que tinham os meios avultados necessários para procurar ganhar o apoio dos sectores a que eram dirigidos. Para não recuar muito no tempo, passarei por cima de mestres da propaganda, como Júlio César, Carlos Magno ou Lutero e recordarei a actividade propagandística dos governos saídos da Revolução Francesa que, à falta de rádio, de cinema e de televisão fez proliferar as palavras de ordem revolucionárias, os

escritos nas paredes (nada que os romanos não tivessem já feito, ainda durante a República), nos panfletos e até nas louças. O período napoleónico seguiu-lhe as pisadas erguendo arcos, colunas, compondo hinos, fazendo de David pintor da corte (como já o fora da monarquia) com o encargo de exaltar a figura de Napoleão e a sua política, juntando a tudo isto as proclamações e os boletins da Grande Armée.

Pouco mais de cem anos decorridos (e pondo de lado os exageros britânicos na propaganda durante a primeira guerra mundial) chegamos a Goebbels e ao seu Ministério da Consciencialização Pública e Propaganda, sumo exemplo da propaganda total e durável, com utilização de todos os meios possíveis na época: imprensa, rádio, cinema, cartazes, emissões de selos e de postais, indústria dos brinquedos, palavras de ordem, grandes encenações...

Todas estas referências à propaganda através dos séculos, extremamente incompletas e imprecisas, têm como único objectivo chamar a atenção para a importância que tem, para uma propaganda realmente efectiva, a utilização de todos os meios técnicos de qualquer época, utilização essa, só, repito, plenamente disponível para quem tem dinheiro e poder.

No caso do Estado Novo português, a sua máquina de propaganda dispunha, indiscutivelmente, de meios que, durante todo o tempo que durou, jamais estiveram ao alcance da oposição. A Rádio, a Imprensa, o Cinema e, já no meado do século, a Televisão, foram as grandes armas utilizadas pelo regime, inacessíveis a qualquer tipo de oposição que, ademais, ainda se via a braços com a Censura e com a Polícia Política.

Jornais, cartazes, livros, reuniões, tudo era cuidadosamente vigiado e só no final da guerra, em 1945, quando nova legislação permitiu a concorrência às urnas de candidatos que não apenas os da União Nacional, é que se tornou possível aos oposicionistas terem algum acesso à Imprensa, e quase só à Imprensa, para divulgarem

os seus pontos de vista. Eram, no entanto, períodos curtos, 30 dias, o que quer dizer que, entre eleições legislativas e presidenciais, num arco de 336 meses, em apenas 11 foi permitida alguma liberdade de expressão, mesmo assim, sempre com a presença ameaçadora da Censura. As oposições aproveitaram-nos, porém, reconhecendo que essa liberdade condicionada permitia dar a conhecer posições que, como norma, só muito dificilmente, e recorrendo quase sempre a acções clandestinas, chegavam aos seus destinatários. Aqui, se o tema desta conversa fosse a propaganda das oposições contra o Estado Novo, ter-se-ia que falar extensamente da imprensa clandestina e da presença do Partido Comunista nessa imprensa, com os seus numerosíssimos títulos, seguindo a orientação leninista para a imprensa: cada actividade deveria ter o seu próprio órgão: é assim que em Portugal, para além do *Avante*, surgem títulos como *O Têxtil*, *o Militante*, *o Corticeiro*, etc.

Entrando já no tema – a propaganda durante as eleições – e sabendo-se que essas eleições decorreram entre 1945 e 1973, distingo três períodos:

- 1) O que vai de 1945 a 1957, anos em que a principal preocupação era substituir o regime autoritário por uma democracia parlamentar; neste período, o ultramar (que acabaria por ser central na queda do regime) não só não era posto em causa, como era considerado parte integrante da Nação. Mário Lima Alves – o promotor da reunião de que nascerá o Movimento de Unidade Democrática - chegará a afirmar, nessa mesma reunião, que seria melhor continuar a designar por províncias ultramarinas os territórios a que a lei chamava agora colónias; e dois futuros candidatos à chefia do Estado - o general Norton de Matos e o almirante Quintão Meireles - eram firmes defensores da presença portuguesa no Ultramar.

- 2) O que vai de 1958 a 1965 é marcado pela campanha presidencial do General Humberto Delgado cuja repercussão foi enorme, apesar das limitações, maiores do que o habitual, que o Governo impôs. Valerá a pena recordar que na proclamação com que abriu a sua campanha, o general Delgado ainda falava na necessidade de «actualizar praticamente a integridade tradicional ultramarina».
- 3) O que vai de 1969 a 1973, que abrange as duas eleições marcelistas e que já está marcado por acontecimentos anteriores que não havia sido possível esconder: as greves estudantis de 1962 e 1969, os congressos de Aveiro (ao contrário do de 1957, que quase não teve eco), os movimentos dos católicos, as movimentações dos monárquicos ... Deu-se uma radical alteração na propaganda oposicionista, que dispunha de cada vez mais meios e que, por isso, ia chegando a também cada vez mais amplos extractos da população, atingindo em particular os militares. Ou seja: caminhava-se no sentido de alterar a opinião pública.

Embora toda a oposição procure fazer-se ouvir fora dos períodos eleitorais, é nessas ocasiões que se torna mais intensa e visível, ao mesmo tempo que reflecte o que se fora passando nos anos sem eleições. Um trabalho mais abrangente atingiria dimensões incompatíveis com o tempo, ou o espaço, disponível.

Vejamos, portanto, quais os principais meios a que os oposicionistas – ou a Oposição, para simplificar – recorriam, em período eleitoral para divulgar ideias e princípios. Eram eles, para além das sessões públicas e sem qualquer ordem hierárquica, os manifestos, os panfletos, as vinhetas, os cartazes (particularmente, nas eleições presidenciais, os que reproduziam a efigie dos candidatos), as entrevistas aos jornais, as conferências de imprensa, algumas com grande impacto, como foi o caso das que serviram para apresentar

aos jornalistas as propostas do MUD, bem como as candidaturas dos generais Norton de Matos e Delgado, respectivamente em 1946 e em 1958, e o Programa para a Democratização da República, em 1961. Fora dos períodos eleitorais, predominavam os jantares de homenagem a figuras oposicionistas de reconhecido prestígio, a comemoração de datas como o 1 de Dezembro¹ 5 de Outubro² ou o 31 de Janeiro³, com as suas romagens aos cemitérios, as representações ao Presidente da República, a que se procurava dar a maior divulgação possível. Claro que a evolução dos meios técnicos foi permitindo passar destas formas – a que haveria que juntar a imprensa clandestina, essencialmente do PCP – para outras, mesmo que com escasso impacto; e refiro-me às rádios, a Rádio Voz da Liberdade, que emitia de Argel, e à Rádio Moscovo, em português, que não só eram relativamente ouvidas como forneciam informações – verdadeiras ou falsas, não importa para o caso – a jornais e a outras estações emissoras estrangeiras provavelmente mais escutadas em Portugal do que aquelas. As emissões da Rádio Moscovo preocuparam o governo e, a certa altura, a Emissora Nacional passou a emitir um programa intitulado *A verdade é só uma, Rádio Moscovo não fala verdade*.

A Imprensa e as tentativas da Oposição Republicana para ter um órgão próprio

Desde que a oposição foi autorizada a apresentar candidatos às eleições (para a Assembleia Nacional, entre 1945 e 1973, e para a

¹ Data da restauração da soberania de Portugal em 1640, com a substituição da dinastia filipina pela de Bragança

² Data da implantação da República, em 1910.

³ Data da primeira revolta republicana, ocorrida no Porto em 1891.

Presidência da República, neste caso apenas por três vezes, 1949, 1951 e 1958) que a Oposição apresentou uma reivindicação (fazia parte da lista de exigências apresentadas pelo Dr. Mário Lima Alves em 8 de Outubro de 1945) que se tornou constante até ao 25 de Abril: liberdade de imprensa e autorização para a fundação de novos jornais, independentemente do condicionamento corporativo. Naturalmente que havia entre os oposicionistas a consciência da necessidade de difundir as suas posições por meio da imprensa diária e algumas tentativas foram feitas nesse sentido. Durante os primeiros períodos eleitorais, alguns jornais mostraram-se claramente a favor da oposição, particularmente os três grandes diários do Porto – *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias* -, o *Notícias de Coimbra* e a *Gazeta de Coimbra* (o *Diário de Coimbra* encontrava-se suspenso desde Julho de 1945), a *Democracia do Sul*, em Évora, a *República* e, menos acentuadamente, o *Diário de Lisboa*, na capital, mas parecia necessário e conveniente dispor de um órgão próprio e parece mesmo ter havido, em Outubro de 1945, uma tentativa de oposicionistas republicanos para negociar com a administração do *Diário de Notícias*, de Lisboa, jornal conservador, a compra das instalações por cerca de 27 mil contos⁴.

A posição dos jornais era, com efeito, uma preocupação para o Governo, a tal ponto que, em Dezembro de 1945, os serviços de censura elaboraram um mapa estatístico⁵, por distritos, mostrando como mudara, entre 1 de Outubro e 20 de Dezembro de 1945 (mais de um mês depois da campanha eleitoral), a posição da imprensa relativamente à política estadonovista: se – de acordo com essa estatística -, de um total de 223 jornais examinados em Outubro, e de 233 examinados em Dezembro, as publicações defensoras do Estado Novo subiram, em Lisboa, de 30 para 33, as publicações eventual-

⁴ ANTT – Legião Portuguesa, AG. 7989. Nt 1490.

⁵ ANTT – AOS/CO/PC 8 D docs. 691-694.

mente defensoras do Estado Novo baixaram de 40 para 34, as hostis passaram a ser 8, em vez de 1, e as eventualmente hostis que eram 3, subiram para 5. No Porto, foram examinados respectivamente 66 e 67 jornais e enquanto as publicações defensoras do Estado Novo passaram de 5 para 10, as eventualmente defensoras baixaram de 25 para 13 e as hostis ou eventualmente hostis, que não existiam em Outubro, passaram a ser 6 e 3 respectivamente. No total de 22 cidades alvo deste inquérito, enquanto o número de publicações defensoras ou eventualmente defensoras do Estado Novo baixaram de 253 para 223, as publicações hostis ou eventualmente hostis subiram de 9 para 50. Claro que este mapa está mal elaborado (não indica, por exemplo, se houve novos jornais fundados nesse período e qual a sua orientação) mas os números mostram que a propaganda oposicionista teve algum impacto.

A ideia de que era importante dispor de um órgão da oposição manteve-se viva e no princípio dos anos cinquenta houve tentativas para comprar o vespertino *República*: elementos ligados aos meios republicanos parece terem chegado a constituir um grupo financeiro, de que fariam parte o Dr. Nuno Simões, antigo ministro da República, e o industrial Tomé Feteira, com o objectivo de comprar esse vespertino, então dirigido por um jornalista de convicções republicanas, Carvalhão Duarte, a fim de acentuar a sua orientação oposicionista, dando-lhe mais meios económicos e mantendo mesmo o director, o que evitaria quaisquer formalidades legais que pudessem inviabilizar a operação. Parece ter-se considerado, também, mais ou menos na mesma altura, a formação de um trust de que fariam parte o *Primeiro de Janeiro*, a Associação Industrial de Lisboa e alguns accionistas do *Diário Popular*. Mais tarde, já nos anos sessenta, outros casos surgiram. Em 1966, uma informação da PIDE dava conta de que o *Jornal de Notícias*, do Porto, fora adquirido pela empresa proprietária do *Primeiro de Janeiro*, também do Porto, e que «um lote de 8.000 acções do *Diário Popular*, de Lisboa, teria

passado para as mãos de indivíduos politicamente suspeitos, se a União Nacional se não apressasse a comprá-lo». Correram rumores de que houve mesmo uma nova tentativa de compra do *Diário de Notícias* que a PIDE considerava «um pouco inquietantes». Em Janeiro de 1966, Castro Fernandes, antigo ministro e presidente da Comissão Executiva da União Nacional, escrevera ao próprio Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, a propósito da venda da posição de *O Século* no *Diário de Lisboa* a um grupo de pessoas, que não se sabia bem quais fossem e cujo interesse Castro Fernandes considerava «suspeito»⁶. A posição acabaria por ser tomada pelo Banco Nacional Ultramarino, de que o próprio era administrador. Ainda em 1966, houve o caso da tentativa de passar outro diário, *A Voz*, para «um grupo esquerdista» que a PIDE não identifica.⁷ Em Dezembro de 1971, a PIDE também anunciava que «padres e bispos progressistas tentaram já [por] três vezes apoderarem-se do jornal *Novidades* e só não o conseguiram pela oposição do Padre Moreira das Neves, chefe da redacção, sempre apoiado pelo Cardeal Cerejeira». Outra informação da PIDE, esta datada de 7 de Junho de 1971, afirma que numa reunião da Associação Internacional de Juristas realizada em Madrid e a que compareceram «vários elementos da oposição portuguesa» fora decidida a compra do vespertino *República*.

Tentativa para transformar o MUD em Partido Político

Foi em torno do MUD, e com base nas conclusões dessa reunião que todos os circunstantes subscreveram, que a oposição se reuniu, tentando, sem o dizer abertamente, transformar o movimento num partido político poderoso e reconhecido pelas autoridades constituídas.

⁶ ANTT - AOS/CO/PC 57 – docs. 423-426.

⁷ *Id.*, *ibid.*, docs. 7-9.

Os jornais, aproveitando o ligeiro abrandamento da censura deram ampla divulgação ao que se ia passando e começaram a publicar os nomes de quem ia aderindo às reivindicações apresentadas no Centro Almirante Reis. De entre essas reivindicações – praticamente todas se mantiveram até à queda do regime, em 1974: a revogação das leis regulamentares que condicionavam as garantias individuais contidas no art.º 8.º da Constituição Política de 1933, a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma, o alargamento do recenseamento eleitoral, a liberdade de reunião e de associação, a extinção do campo de concentração do Tarrafal (e, nessa linha, posteriormente, a libertação dos presos políticos) a formação de partidos políticos que pudessem estruturar o pensamento e actividades políticas da opinião pública.

No dia 10 de Outubro do mesmo ano de 1945, o MUD apresentou ao Governo e ao Presidente da República estas reclamações, as quais, naturalmente, não foram atendidas, o que não impediu que por todo o país se organizassem reuniões que atingiram rapidamente uma dimensão que parece ter surpreendido o Governo, a tal ponto que menos de uma semana depois já havia reacções oficiais que preocuparam seriamente os mais directos responsáveis pelo MUD.

Estamos já perante uma das principais formas de propaganda oposicionista em período eleitoral: reuniões (no Porto, por exemplo, a sessão realizada no dia 13 de Outubro, no Teatro Olímpia, foi transmitida para a rua por meio de altifalantes). Claro que não só não foram autorizados novos jornais como, procurando limitar a repercussão, o governo não autorizou os jornais a publicar quaisquer fotografias dessas sessões, o que não impedia que tivessem alguma repercussão: em carta datada de 14 de Outubro, Silvério de Magalhães, primo do Prof. Barbosa de Magalhães, uma das principais figuras do MUD, refere-lhe o entusiasmo com que decorrerá a reunião: «A sala estava repleta e a rua Passos Manuel, desde a esquina

da rua de Santa Catarina, até ao Largo de Santo André, estava à cunha. Ordem, Respeito e Civismo, foi a característica da multidão mas, quando se tratava de entoar *A Portuguesa*, o entusiasmo era profundo e os vivas eram delirantes. As próprias senhoras que assistiam, na sua maioria novas, algumas licenciadas, acompanhavam os homens com a mesma alegria e impetuosidade. Recordei-me com saudade dos tempos da propaganda.» Da propaganda do Partido Republicano, entenda-se.

A difusão das ideias do MUD vingou. O governador civil de Leiria informava o ministro do Interior de que “em todos os concelhos deste distrito se têm organizado grupos do movimento de oposição «mud», com uma rede de ligações a qual, tendo a sua sede nos concelhos, se ramifica até às freguesias» e acrescentava: «a este movimento estão aderindo pessoas até agora fora da política e algumas que, fazendo até este momento parte das nossas fileiras, ou por não sentirem da nossa parte organização ou devido a razões de ordem pessoal ou, ainda, a um irrequietismo a que não são estranhas, começam também a ingressar na oposição, procurando um dinamismo que sentem faltar-nos ou satisfação duma ânsia de justiça que não têm conseguido. Mercê de tudo isto tem-se a organização do mud feito a um ritmo acelerado e completamente à vontade»⁸.

Este período que vai de 8 de Outubro até às eleições, em 18 de Novembro, é dos que vê reunir mais intensos meios de propaganda: em primeiro lugar, as reuniões públicas para apresentação das reivindicações apresentadas no Centro Escolar Republicano Almirante Reis: mais de 60 por todo o país, incluindo sessões em Bissau, em Luanda e em Lourenço Marques (hoje Maputo). Depois, a grande cobertura dada pelos jornais, com entrevistas, artigos e fotografias de numerosas individualidades oposicionistas. Houve ainda problemas com as candidaturas em Portalegre, onde foram apresentadas duas listas de

⁸ ANTT – Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 542, Nt. 419.

oposição à da União Nacional, acabando por uma só ser aprovada mas com os candidatos a resolver apresentar-se na lista da União Nacional. Todavia, o que mais preocupou, nessa altura, o Governo, foi o aparecimento nos jornais de muitas centenas de assinaturas de médicos, escritores, engenheiros, advogados, arquitectos, gente dos mais variados quadrantes, apoiando as teses oposicionistas. A certa altura, os representantes do MUD já falavam em 50.000 assinaturas e isso provocou a abertura de um inquérito⁹ à autenticidade dessas assinaturas e um endurecimento da censura.

O MUD e o Partido Comunista, que manteve sempre a sua independência relativamente aos outros agrupamentos oposicionistas, reagiram com comunicados, com o envio de moções e de representações ao Presidente da República, ora pedindo o adiamento das eleições, com o pedido de audiências ao Chefe do Estado – uma forma de tentar obrigar as autoridades a reconhecer o MUD como partido – com a distribuição de panfletos, esclarecendo as suas posições ou denunciando as atitudes, que considerava irregularidades, dos poderes oficiais. Deve também salientar-se a moção que os oposicionistas de Moçambique aprovaram e comunicaram ao Governador- Geral da então colónia, em 23 de Outubro de 1945, com o pedido de ser remetida ao Governo central. A importância desta moção advém do facto de emanar de oposicionistas que viviam no Ultramar e que vinham apoiar as reivindicações do MUD. Todavia, o documento mais importante foi, sem dúvida, a declaração¹⁰ lida pelo advogado Mário Lima Alves no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, que durante muitos anos constituiu uma referência para os movimentos oposicionistas.

⁹ As conclusões desse inquérito, se as houve, nunca foram publicadas.

¹⁰ ANTT – Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 540, Nt 497.

Dupla Eleição em 1949

Em 1949, deviam realizar-se duas eleições: uma para a Assembleia Nacional, em 13 de Novembro, a que concorreram apenas três círculos, e outra para a Presidência da República, em 13 de Fevereiro. Para a oposição, não eram as eleições legislativas as mais importantes: a entrada de deputados na Assembleia Nacional nunca seria em número suficiente para derrubar o Governo. Em contrapartida, se fosse possível à oposição eleger o Presidente da República a demissão do Governo era uma das competências do Chefe do Estado¹¹. Recorde-se a célebre frase do General Humberto Delgado nas eleições de 1958: interrogado por um jornalista sobre o que, caso fosse eleito para a chefia do Estado, aconteceria ao Presidente do Conselho, a resposta foi: «Obviamente, demito-o». Todavia, estamos em 1949 – ano em que o calendário impõe duas eleições - legislativas e presidenciais - e o ambiente ainda não está tão radicalizado.

Nos intervalos entre eleições, a oposição mantinha-se activa e procurava dar a conhecer as suas iniciativas, ora através dos jornais, se a censura autorizasse, ora por meio de panfletos distribuídos mais ou menos clandestinamente, e digo mais ou menos porque em muitos casos esses panfletos cumpriam as exigências legais de indicação da tipografia onde eram impressos, pelo que eram legais, mas quando começavam a circular as autoridades apreendiam-nos.

Como se disse, por esta altura uma das formas de propagação das ideias oposicionistas era as representações ao Chefe do Estado, como aconteceu, por exemplo, em Janeiro de 1946: o Presidente da República, General Carmona, tinha aberto a sessão legislativa de 1945-1949 com um discurso em que apelava à colaboração entre

¹¹ Uma circular de 1948 salientava a «relevância do argo em disputa» pois, de acordo com a Constituição vigente, compete ao Chefe do Estado «nomear e demitir o Presidente do Conselho e os Ministros» e «dar à Assembleia Nacional poderes constituintes». Cf. ANTT – NAUS – ACLC – MAI – GBT . 013, cx. 003, doc. 1101,

todos os Portugueses, o que foi objecto de contestação da parte do MUD que renovou a queixa de falta de direitos e garantias, «entre os quais avultam as liberdades públicas fundamentais de todo o cidadão que, embora consignadas na Constituição Política, não passam de meras afirmações em conteúdo». Outros cavalos de batalha da Oposição eram a questão do recenseamento e a revisão da lei eleitoral, pontos consensuais entre os diversos sectores oposicionistas – a que só por comodidade, se chama Oposição, como se ela fosse uma.

As próprias candidaturas presidenciais - a do General Norton de Matos (em 1949), a do Almirante Quintão Meyrelles (em 1951) e a do General Humberto Delgado (em 1958) - não foram, inicialmente, consensuais, embora acabassem por ser apoiadas por quase todos, comunistas incluídos.

Norton de Matos anunciou a sua decisão de concorrer à eleição contra o General Carmona numa reunião para que convocou jornalistas portugueses e estrangeiros e em que apresentou o seu «Manifesto à Nação» em que expunha o seu programa. A repercussão deste manifesto foi grande apesar de os jornais não terem sido autorizados a publicar mais do que uma pequena notícia na qual se dizia simplesmente: «O Sr. General Norton de Matos convidou ontem os representantes da Imprensa nacional e estrangeira, aos quais declarou as razões da sua candidatura, apresentada como de revolução contra o actual regime, e expôs o seu programa.» Na expressão do vespertino *República*, tratava-se de uma «pequena e falsa notícia imposta pelas autoridades», falsa, seguramente, por falar em «revolução contra o actual regime». Fosse como fosse, o manifesto, impresso aos milhares, teve uma enorme distribuição e o próprio General desde o início de 1948 que se desdobrava em visitas e contactos por todo o País. Todavia, o caminho não era fácil e Norton de Matos por duas vezes escreveu a Salazar queixando-se das dificuldades que a sua candidatura e os seus apoiantes encon-

travam da parte das autoridades administrativas e policiais, e enviou várias representações ao Presidente da República, tanto antes como depois de a candidatura de Carmona ter sido oficialmente aceite, em 18 de Dezembro de 1948. A eleição foi marcada para 13 de Fevereiro de 1949 e as manifestações públicas de apoio ao candidato Norton de Matos, com a só foram autorizadas entre 3 de Janeiro e 11 de Fevereiro. A campanha foi marcada pelos comícios em diferentes pontos do país, pelas entrevistas aos jornais, pelos artigos que na imprensa publicavam os seus apoiantes mas sempre enfrentando a censura: no dia 9 de Fevereiro o General, face às «ameaças que envolvem o acto eleitoral próximo numa atmosfera irrespirável de coacção», escreve a Salazar exigindo a alteração das condições em que decorria a campanha e ameaçava desistir da candidatura. A resposta do Presidente do Conselho não o satisfaz e na noite do dia seguinte anunciou a desistência, por não terem sido satisfeitas as suas exigências políticas mínimas. A decisão do General teve enorme repercussão – a Censura não podia impedir a sua divulgação – mas não agradou a todos os seus apoiantes, pois muitos entendiam que a candidatura devia ter ido até ao fim, enquanto outros, designadamente os comunistas, pretendiam a desistência pois no que estavam interessados era na agitação provocada pela campanha e não propriamente na eleição de um homem reconhecidamente anticomunista. O resultado foi o aparecimento de duas organizações oposicionistas: a oposição republicano-liberal reunida num Directório Democrato-Social, e os comunistas, que formaram o Movimento Nacional Democrático, que se apresentava como continuador do MUD.

Esta cisão teve a maior importância nas três eleições seguintes: as legislativas de 1949 e 1953 e as presidenciais de 1951, estas convocadas antecipadamente devido ao falecimento do General Carmona.

As Presidenciais de 1951

Entretanto, o relativamente inesperado falecimento do General Carmona¹², em Abril de 1951, obrigou à realização de uma nova eleição presidencial, pelo que os oposicionistas puderam voltar à liça ao fim de aproximadamente ano meio. Surgiram dois candidatos oposicionistas: o Prof. Ruy Luiz Gomes, apoiado pelo Movimento Nacional Democrático, e o Contra-Almirante Manuel Carlos Quintão Meyreles, que tinha o patrocínio do Directório Democrato-Social. O primeiro, apresentou-se com um manifesto, intitulado «Ao Povo», no qual afirmava que a sua candidatura se situava «no conjunto das reivindicações do MND, reivindicações que convergem para três objectivos fundamentais: República e Liberdade, Pão e Trabalho, Independência Nacional e Paz». O segundo era um dissidente do 28 de Maio e tinha o apoio do General Norton de Matos, cuja primeira escolha fora, no entanto, o Prof. Egas Moniz, que recusou, alegando motivos de saúde. Quintão Meyrelles era também o candidato de António Sérgio e dos dissidentes do Estado Novo, particularmente dos monárquicos, mas repudiara expressamente, em comunicado, «quaisquer entendimentos, ligações ou forma de aparentamento com o grupo que propõe a candidatura do Sr. Prof. Ruy Luiz Gomes, ou com quaisquer grupos ou partidos cuja acção se encontre directa ou indirectamente na dependência de uma potência estrangeira». Ruy Luiz Gomes desenvolveu intensa actividade de propaganda da sua candidatura, apresentando-se em comícios, assinando manifestos e protestando, junto do próprio Salazar, contra as dificuldades que as autoridades policiais lhe levantavam e, por fim, contra uma agressão de que fora alvo, tal como vários correligionários, à saída de uma

¹² Quando a União Nacional discutiu o nome do candidato a propor para a Presidência da República, chegou a pensar-se noutro nome, dada a avançada idade de Carmona e o seu delicado estado de saúde.

sessão de propaganda em Rio Tinto. Manifestos, comunicados, cartazes com a efígie do candidato apoiaram a campanha que encontrou grandes dificuldades para conseguir a cedência de salas onde pudesse realizar as suas sessões. O Supremo Tribunal de Justiça viria a considerar inelegível Ruy Luiz Gomes mas considerou elegíveis Quintão Meyrelles e, naturalmente, o candidato da União Nacional, que era o General Francisco Higinio Craveiro Lopes. O agora único candidato oposicionista apresentou o seu manifesto em 4 de Julho enunciando quinze propósitos para a sua governação mas deixando bem claro que não tencionava «derrubar um regime, promover uma convulsão, agitar uma nova ideologia». Escreveu depois uma carta ao candidato da União Nacional, apelando à solidariedade militar para que fosse evitada a fraude eleitoral. A campanha prosseguiu e a Imprensa pôde dar-lhe bastante cobertura, como, aliás, também a dera a Ruy Luiz Gomes, o que provocou as iras da União Nacional que, em reunião da sua comissão executiva, propôs o endurecimento da censura, como forma de evitar futuramente a divulgação de manifestos e panfletos dos candidatos, solicitando-se que fossem tomadas providências legislativas para esse efeito.

As Legislativas de 1953 e de 1957

Sob o ponto de vista de propaganda das candidaturas, nada de relevante se passou nestas duas eleições. Nas legislativas de 1953, o Movimento Nacional Democrático manterá a posição abstencionista que tomara em 1949, indo mesmo mais além: decidiu «considerar como não representando a oposição democrática quaisquer candidaturas, mesmo que formalmente não apareçam incluídas na lista da União Nacional». Esta atitude poderá ter contribuído para o fraco número de candidatos que se apresentaram apenas em três círculos (Castelo Branco, Portalegre e Vila Real). Quatro anos mais

tarde, em 8 de Novembro, o número de círculos que concorreram foi de apenas 4 (na realidade 3, pois além de Lisboa e do Porto, Aveiro apresentava-se com duas listas, uma das quais se proclamava nacionalista e não pretendia propriamente opor-se ao regime mas sim resolver problemas locais». Apesar do escasso número de candidatos e da posição do MND a actividade propagandística foi muito intensa, talvez até pelo facto de haver concorrentes de Lisboa e do Porto e por se ter dado uma ruptura entre republicanos e comunistas. Com efeito, o Movimento Nacional Democrático (MND) não só voltava a preconizar a abstenção, à semelhança do que fizera em 1949, como chega ao ponto de considerar que a apresentação de quaisquer candidaturas era um acto de colaboração com o regime. Os republicanos repudiaram esta interpretação e pela voz de um dos candidatos por Aveiro, Basílio Lopes Pereira, que afirmava escrever em nome individual mas «certo de que exprime nas suas linhas gerais a opinião dos seus ilustres companheiros de lista». Lopes Pereira, que sempre combatera a Ditadura Militar e o Estado Novo e chegara a cumprir uma pena de prisão, acusa o MND de simplesmente servir a causa do alargamento do imperialismo soviético e de ser «apenas mais uma nova alcunha dos chamados comunistas, melhor lhes chamaríamos soviéticos». Também Cunha Leal, antigo chefe de Governo, em declarações à *República*¹³, embora afirme compreender os abstencionistas explica por que motivos prefere a acção: «A Oposição não tem outras oportunidades para revelar a constância da sua fé, a não ser estes curtos períodos eleitorais, e ainda assim de forma restritiva [...]. Não se trata de vencer eleições: trata-se, isso sim, de afirmar princípios e de fazer acto de presença.»

Foi uma campanha intensa que decorreu nos moldes habituais: comícios com os discursos dos candidatos, manifestos com o programa dos vários círculos, entrevistas dadas aos jornais pelos candidatos

¹³ 9 de Outubro de 1953.

e por outras personalidades, comunicados dos diversos partidos – chame-se-lhes assim por comodidade – existentes ou que surgem sem se saber de onde, como um Partido Cristão Democrático e um Movimentos das Mulheres Portuguesas, que se afirmam «em organização» mas que desaparecem tão depressa como apareceram. É o caso, também, de um Movimento Nacional Popular, desconhecido mas de que se afirma líder o monárquico Rolão Preto, e de uma Comissão Executiva Socialista do Distrito de Lisboa para não falar do ainda sobrevivente Partido Republicano Português. Os temas abordados ao longo da campanha são também os usuais: educação, economia, saúde, sindicalismo e problemas rurais. Pela primeira vez, os candidatos oposicionistas – dado que todas as listas de voto estão impressas em papéis iguais – vão a votos, com resultados modestos mas que, no contexto da época, é difícil dizer se são reais.

O ano das eleições de 1957 não foi diferente dos anteriores, no que à campanha se refere: as mesmas reivindicações, com relevo para os pedidos de garantias eleitorais, pedidos esses nunca atendidos, o que acabou por levar à desistência dos candidatos que se apresentavam por cinco círculos (Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Faro), De notar que este ano os comunistas pretendiam ir às urnas, abandonando a posição abstencionista dos anos anteriores, e foi o Directório Democrato-Social que preferiu abster-se de ir às urnas no dia 3 de Novembro, «perante a recusa tácita ou declarada do Governo em promover a realização de eleições livres» - citando os termos de uma exposição entregue ao Presidente da República. A Legião Portuguesa organizou uma estatística dos temas tratados durante a campanha: problemas económicos, 98; garantias eleitorais, 65; exercício de liberdades, 56; abstencionismo e intervencionismo, 53; problemas políticos, 4; Goa, 6; Assembleia Nacional, MUD e Ultramar, 3 cada. No entanto, entre 1953 e 1957 haviam ocorrido alguns acontecimentos importantes que marcariam futuras campanhas: destacam-se, em 1954, o agudizar dos problemas com a União

Indiana que reivindicava a soberania sobre o então Estado Português da Índia e que levaram a graves confrontos no território. Não se terá percebido na altura mas esta «questão de Goa» viria a contribuir para a paulatina mudança de atitude da oposição relativamente às possessões ultramarinas portuguesas. O Governo era então criticado pela sua «má política» em relação ao caso de Goa mas essa crítica, como se lê numa representação dirigida em fins de Julho ao Presidente do Conselho – assinada por destacados oposicionistas -, era feita «à luz da sagrada herança do ultramar». Em 1955, o Partido Comunista toma posição no seu órgão oficial, o *Avante*, a favor da «luta libertadora dos povos de Goa, Damão e Diu» mas no ano seguinte, no seu V Congresso (III ilegal), o Partido Comunista vai mais longe e aprova um documento em que pela primeira vez se afirma o direito à independência dos povos das colónias portuguesas.

A Candidatura do General Delgado em 1958

O ano de 1958 – que seria o último em que as eleições presidenciais se realizaram por sufrágio universal - foi marcado pela candidatura do General Humberto Delgado, com uma mobilização de meios de propaganda e uma repercussão na opinião pública que nenhuma das anteriores campanhas presidenciais havia tido. Não foi tarefa fácil para a oposição, que desde 1957 vinha debatendo se devia ou não apresentar um candidato, primeiro chegar a um consenso, depois encontrar um nome. Os jornais iam procurando dar conta do que se passava mas a censura obstava ao pleno conhecimento dos comunicados. Todavia, iam surgindo nomes de candidatos oposicionistas possíveis: Craveiro Lopes, ainda presidente da República mas que se sabia não seria o candidato da União Nacional, Cunha Leal, Quintão Meyrelles, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, Humberto Delgado, entre outros. Além do Partido Comunista, havia outros movimentos

oposicionistas que estavam activos no processo, como o Directório Democrato-Social, as Comissões Cívicas Eleitorais (dominadas pelos comunistas), ou o Directório do Partido Republicano. Sucediám-se os comunicados, as declarações e os jantares de homenagem. O nome que durante mais tempo esteve indigitado como candidato à Presidência foi o do Eng^o. Cunha Leal, fortemente apoiado pelo Partido Comunista, apesar das hesitações do próprio, a braços com problemas de saúde. O Partido Comunista chegou a anunciá-lo oficialmente como seu candidato num panfleto em que se anunciava ao «Povo de Lisboa» que «a oposição tem um candidato democrático», Cunha Leal, o mesmo panfleto em que se dizia que o candidato independente, Humberto Delgado, «não dá garantias às forças democráticas para que lhe confiem um papel dirigente». Cunha Leal acabaria, efectivamente, por desistir, deixando já muito pouco tempo ao Partido Comunista para encontrar um substituto. A escolha acabaria por recair no Advogado Arlindo Vicente que apresentou o seu Manifesto, no qual seis pontos resumiam «as tarefas fundamentais que se impõem ao Governo», designadamente «a restauração de todas as liberdades democráticas» e «a modificação da actual política ultramarina, pela organização do seu trabalho e pela coordenação dos sectores económicos da metrópole e do das diversas parcelas do território ultramarino em bases igualitárias com vista a reforçar os laços comuns de amizade e cooperação». Por seu turno o General Humberto Delgado, que sobre Quintão Meyrelles tinha a vantagem de estar no activo, dirigiu uma proclamação «A Todos os Portugueses da Metrópole e do Ultramar», na qual garantia a sua intenção de não se «retirar nas vésperas da disputa eleitoral» e apresentava os dez pontos básicos em que se resumia o programa da sua candidatura: entre eles, promulgar nova lei eleitoral e organizar novo recenseamento, «a fim de serem realizadas a curto prazo, eleições gerais», bem como «actualizar praticamente a integridade tradicional ultramarina, cujos fundamentos são a unidade espiritual, política e

económica de aquém e além-mar», e a igualdade de direitos de todos os seus constituintes».

Arlindo Vicente e Humberto Delgado começaram as suas campanhas separadamente mas se a do primeiro arrastou muita gente nos locais por onde passou, designadamente Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, a do segundo tornou-se avassaladora, o que levou o Partido Comunista a decidir unir a candidatura de Vicente à de Delgado, por acordo celebrado a 30 de Maio, com vista a apresentar um único candidato na eleição de 8 de Junho. Os meios de propaganda foram os habituais mas conseguiram muito maior difusão, apesar de a censura estar particularmente atenta, principalmente evitando a publicação de fotografias que mostrassem multidões nos lugares por onde o General passava mas que eram reproduzidas pelos serviços de campanha do General e amplamente distribuídas. A própria repressão das autoridades policiais, com cargas de cavalaria, correrias e tiros, ajudou a publicitar a campanha. Mais grave: o Governo mandou tanques para o Terreiro do Paço, levando a imprensa estrangeira a publicar fotografias com uma simples legenda: «Budapeste? Não, Lisboa». Em Budapeste, recorde-se, dera-se, menos de um ano antes, a violenta repressão soviética a uma tentativa do povo húngaro para se libertar do domínio de Moscovo.

As Legislativas de 1961 e de 1965

A campanha do General Delgado despertou muitas jovens consciências para a política mas os acontecimentos que mediaram entre 1961 e 1965 foram determinantes para o reforço dessa consciência. Logo em Janeiro de 1961, o Capitão Henrique Galvão, antigo homem de confiança do regime mas que se tornou opositor, apareceu à frente de um grupo de portugueses e espanhóis que assaltou o navio mercante «Santa Maria»; em Março desse ano – depois de gra-

ves incidentes em Luanda - começou a guerra em Angola; a poucos dias das eleições foi desviado um avião da TAP e lançados panfletos em Lisboa e noutras cidades, numa operação planeada também por Galvão; finalmente, já em Dezembro, as forças armadas indianas invadiram o Estado Português da Índia, Goa, para simplificar; e no último dia do ano deu-se a tentativa de assalto ao quartel de Beja. Importantes, também, foram os movimentos estudantis e o aparecimento de católicos a oporem-se, como tais, ao regime do Estado Novo, a mudança de posição dos monárquicos que de colaboração com a União Nacional passou a distanciar-se, e, acima de tudo, a apresentação do Programa para a Democratização de República aprovado em Janeiro e divulgado meses mais tarde numa conferência de imprensa com jornalistas portugueses e estrangeiros. Tudo acontecimentos que provocaram enorme comoção no país e que, naturalmente se refletiram, os três primeiros, nas eleições legislativas realizadas a 12 de Novembro desse ano, com candidatos oposicionistas a apresentarem-se em 10 círculos. A repercussão do Programa para a Democratização da República – que antes de ser publicado pelos jornais já circulava em cópias tiradas a *stencil* – foi enorme e a atitude do Governo – mandando interrogar, prender e instaurar processos a praticamente todos os signatários – contribuiu para lhe dar maior divulgação, favorecendo os interesses oposicionistas. O Programa foi, aliás, tanto em 1961 como em 1965¹⁴, a base da campanha dos oposicionistas que continuavam a não ter acesso à Rádio nem à Televisão mas cujas ideias – para além das formas de divulgação habituais – sessões de propaganda pelo País, manifestos, panfletos, comunicados, representações, entrevistas aos jornais, etc. – corriam mais facilmente em publicações legais como os boletins, jornais ou revistas das associações estudantis ou sindicais, muitas

¹⁴ Em 1965, o documento já estava desactualizado, principalmente face à evolução da guerra em três frentes – Guiné, Angola e Moçambique.

vezes distribuídos à saída de liceus e universidades ou mesmo no meio da rua. Com o passar dos anos, estas publicações tornaram-se mais numerosas e mais diversificadas e atingiam um público muito mais vasto, chegando a ser lidas nos próprios teatros de guerra em África e contribuindo decisivamente para uma predisposição dos espíritos que permitiria a aceitação do movimento que em 25 de Abril de 1974 derrubaria o Estado Novo.

As últimas eleições do Estado Novo

Em Setembro de 1968, Salazar, gravemente doente, foi substituído por Marcello Caetano no cargo de Presidente do Conselho. Estava-se a pouco mais de um ano das eleições legislativas e os sinais de abertura dados por Marcello Caetano – como o abrandamento das intervenções da Censura, a autorização para o regresso do Dr. Mário Soares de S. Tomé e do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, do seu exílio, a autorização para a realização, em Aveiro, em Maio de 1969 e em Abril de 1973 dos II e III congressos da oposição democrática - foram de molde a convencer a oposição de que valeria a pena apresentarem-se às urnas, apesar de incidentes como a Velada pela Paz na igreja de S. Domingos, em Lisboa, as manifestações no funeral de António Sérgio e nas comemorações do 31 de Janeiro no Porto ou a revolta estudantil nas três grandes cidades universitárias: Lisboa, Coimbra e Porto. Assim, num total de 22 em 27 círculos possíveis, 182 candidatos entraram em liça para disputarem os 130 lugares de deputados na Assembleia Nacional, mais dez do que em anos imediatamente anteriores. A campanha foi, naturalmente, mais viva do que nunca, até por que a oposição não conseguiu unir-se: ainda se formou uma plataforma de Acção Comum do Movimento Eleitoral Democrático, que ficaria conhecida por Plataforma de S. Pedro de Moel, do nome da localidade onde se efectuaram as reuniões, mas

a frágil unidade acabou por romper-se e a oposição acabou por se apresentar às urnas dividida entre Comissão Democrática Eleitoral e Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, embora esta se tivesse apresentado apenas em quatro círculos: Lisboa, Porto, Braga e Moçambique. Houve também, em Lisboa, uma lista dos monárquicos, reunidos na Comissão Eleitoral Monárquica. Embora continuando as habituais restrições, mesmo sem acesso à Rádio e à Televisão, nunca as candidaturas oposicionistas haviam tido tanta divulgação como nestas eleições de 1969. É que, para além dos habituais comunicados, manifestos, panfletos e cartazes, grande parte da imprensa dedicava suplementos especiais às eleições ou dava-lhes grande atenção no corpo dos jornais e havia ainda as revistas, como a *Seara Nova* ou *O Tempo e o Modo*, a actividade da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, fundada em 1970) e a imprensa clandestina de grupos radicais que haviam começado a aparecer, activíssimos, em meados dos anos 60. Sem esquecer também a imprensa da emigração, principalmente no Brasil, já antiga, e em França, mais recente, ou a actividade da Rádio Portugal Livre, emissora do Partido Comunista, a transmitir do estrangeiro desde 1962 ou a Rádio Voz da Liberdade, que emitia de Argel, em nome da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Valiam o que valiam estes nomes e a sua acção mas a verdade é que ambas as estações iam sendo ouvidas em Portugal e transmitindo as posições oposicionistas.

A maneira como correram as eleições e os seus resultados constituíram uma profunda desilusão e o resultado foi uma enorme radicalização nos meios de acção. Não pode considerar-se propaganda todas as acções violentas que a partir de 1969 tiveram lugar mas que, sem dúvida, mostraram o amplo descontentamento em relação à política do Governo, principalmente em relação à política ultramarina. De salientar as posições tomadas pela denominada ala liberal, chefiada pelo Advogado Francisco Sá Carneiro, que muito contribuíram para desacreditar a política de Marcello Caetano, principalmente

junto das classes médias urbanas. O semanário *Expresso*, fundado em 1973, foi um franco divulgador dessas posições. Nesse ano de 1973, ainda se realizaram eleições legislativas, a 28 de Outubro, as últimas do Estado Novo, mas foram praticamente ignoradas por toda a oposição, que, embora apresentando-se em 11 círculos, apenas pretendeu mostrar o seu descontentamento, para isso usando as tradicionais armas – panfletos, manifestos, comícios, etc. – só que com uma ressonância muito maior do que aquela que alguma vez havia tido, mesmo considerando 1969.

Em 28 de Outubro, já começavam a ser conhecidas as posições de um Movimento dos Oficiais, embrião de que sairia o movimento que, escassos meses passados, derrubaria o Estado Novo, em 25 de Abril de 1974.

Bibliografia e fontes utilizadas

Eleições no Regime Fascista - Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1979; *Eleições Presidenciais: Subsídios para a História das Candidaturas de Norton de Matos* (1949), *Quintão Meireles* (1951) e *Humberto Delgado* (1958) – Lisboa, Edições Delfos, s/d.; BRITO, J. M. Brandão de e ROSAS, Fernando. *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; COSTA, Marcus Noronha da e RUAS, Henrique Barrilaro (orgs.) – *Dossier da Comissão Eleitoral Monárquica de 1969*, Braga, 1973; CRUZ, Manuel Braga da. “A Oposição Eleitoral ao Salazarismo”, in: *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1983; LEMOS, Mário Matos e, e TORGAL, Luís Reis – *Oposição e eleições no Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, 2012; LEMOS, Mário Matos e, e TORGAL, Luís Reis – *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, 2009; MATOS, Norton de – *Os Dois Primeiros Meses da Minha Candidatura à Presidência da República* –

Lisboa, Ed. do Autor, 1949; MATOS, Norton de – *Mais Quatro Meses da Minha Candidatura à Presidência da República* – Porto, Ed. do Autor, 1949; MEDINA, João – *História de Portugal*, vols. 12 e 13, Lisboa, Ediclube, 1993; MOURA, Virgínia (selec., pref. e ed.) – *Eleições de 1969, Documentos eleitorais da Comissão Democrática do Porto*, Porto, 1971; PAULO, Heloísa – *Memória das Oposições (1927-1969)* – Coimbra, Minerva, 2010; PEREIRA, José Pacheco – *As Armas de Papel*, Lisboa, Temas e Debates, 2013; REBELLO, José Pequito – *As Eleições de Portalegre (Documentos)* – Lisboa, ed. do Autor, 1950; SOARES, Mário. *Portugal Amordaçado: Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974. TAVARES, Marília – *Os Congressos Republicanos de Aveiro: Subsídios para a História da Oposição ao Estado Novo*, tese de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994; TENGARRINHA, José. *Os Caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo*. Coimbra, Revista de História das Ideias, vol. 16, 1994.

EL EXILIO POLÍTICO PORTUGUÉS EN ESTADOS UNIDOS: PRENSA Y PROPAGANDA (1930-1945)

*Alberto Pena-Rodríguez*¹

Salazarismo, emigración y propaganda

El Estado Novo ha sido el régimen político que ha tenido más impacto en la emigración portuguesa. Aunque la dictadura fue formalmente fundada en 1933 con la aprobación de la Constitución Política concebida por António de Oliveira Salazar, esta se inicia con el golpe de Estado del 28 de mayo de 1926 y se extiende hasta 1974. Cuarenta y ocho largos años que han afectado a la forma que muchos emigrantes portugueses veían y sentían su país. Años en los que, a las razones económicas se unieron los motivos políticos para abandonar Portugal.² Miles de portugueses emigraron a diferentes

¹ Este trabajo forma parte de los resultados del proyecto de investigación titulado “Portugal, España y los Estados Unidos de América. La representación de las dictaduras ibéricas en el discurso periodístico luso-americano (1936-1945)”, patrocinado por la Harvard University y financiado a través de una Beca de Movilidad Sénior del Ministerio de Educación de España (PRX12/00024), Universidade de Vigo.

² Véase: SANTOS, Vanda (autora), Carneiro, Roberto (coord.) (Observatório da Emigração). *O discurso oficial do Estado Novo nos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à atualidade*. Lisboa: Alto Comisionado para Imigração e Memórias Étnicas, 2004.

países europeos, Brasil, Estados Unidos y Canadá.³ En cifras absolutas, no fue el período en el que más portugueses llegaron a Estados Unidos, principalmente por las restricciones fronterizas en los años treinta (sólo entraron 3.518) y cuarenta (6.765).⁴ Aunque la llegada de inmigrantes lusos fue creciendo (13.928 en la década de 1950), la mayoría de los que abandonaron Portugal en este período lo hicieron en el tramo final de la dictadura, durante la década de 1960 (70.568) y 1970 (104.754).⁵ Muchos eran azorianos que huían de las erupciones del volcán de Os Capelinhos y portugueses con motivaciones esencialmente económicas.⁶ Algunos de ellos, probablemente, huían también de su alistamiento para combatir África, en las guerras coloniales. En el conjunto de inmigrantes portugueses, no se conoce la existencia de un registro discriminado del número de exiliados políticos que se establecieron en Estados Unidos. Se sabe, en cualquier caso, que el territorio norteamericano no fue el lugar predilecto para los que huían de Portugal por motivos puramente políticos. Algunos de los que emigraron por razones económicas asumirían la condición de exiliados políticos cuando comenzaron a colaborar con acciones de oposición a la dictadura en el exterior o por su identificación con la propaganda anti-salazarista. La mayoría prefirieron establecerse en España (en los años previos a la Guerra Civil, entre 1926 y 1936), Francia y Brasil. Aunque hubo

³ Para un conocimiento completo de este fenómeno consúltese el Observatório da Emigração (ISCTE, Lisboa), que dispone de una información detallada por países. En el caso de Estados Unidos de América, véase: <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=230>

⁴ Según los datos del *Handbook of Immigration Statistics 2012*.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Léase a BAGANHA, Maria. *Portuguese Emigration to the United States*. New York: Garland Publishing, Inc., 1990. Ténganse en cuenta también las siguientes referencias: PENA, Alberto, MESQUITA, Mário y VICENTE, Paula (coords.). *Galiza e Açores-A Rota Americana*. Lisboa: Almedina, Fundação Luso-Americana e Consello da Cultura Galega, 2012. Y ROCHA, Gilberta Pavão Nunes: "Azorean Emigration in the context of social change: some note from the press in São Miguel (1920-1950)". In *E-Journal of Portuguese History*, vol. 7, nº 2, winter 2009.

grupos de exiliados en otros muchos países, europeos y americanos. A pesar de la aparente irrelevancia del exilio político portugués en Estados Unidos por la falta de estudios monográficos, lo cierto es que en territorio norteamericano se desarrolló una intensa actividad política y propagandística en contra y a favor de la dictadura en el entorno de la colonia, que derivó en presiones al gobierno de Estados Unidos y la organización de Naciones Unidas en determinados momentos históricos, por parte de uno y otro bando. El período de mayor intensidad propagandística en el que la prensa luso-americana jugó un papel muy importante, fueron los años que van desde el inicio de la Guerra Civil española hasta el final de la Segunda Guerra mundial (1936-1945). Tras este período, el debate político y las campañas de prensa remitieron en el seno de la colonia. Sin embargo, la creciente influencia diplomática de Estados Unidos, hizo que los opositores al Estado Novo redoblasen su acción política a través de instituciones como el *Portuguese-American Committee for Democracy*, fundada en febrero de 1945 por el ex ministro João Camoesas, el ex cónsul de Portugal en Providence, Abílio de Oliveira Águas, y el escritor de ascendencia gallega José Rodrigues Miguéis. El también llamado *Comité Luso-Americano Pró-Democracia* desarrolló diversas acciones de carácter político y propagandístico, entre otras la difusión del memorándum, firmado por João Camoesas el 11 de junio de 1945, dirigido al presidente de la Conferencia de Organización Internacional de las Naciones Unidas.⁷

En este contexto, el estudio del comportamiento político de la inmigración portuguesa en Estados Unidos es un aspecto de la historia contemporánea de Portugal que reúne numerosos elementos de gran interés. En primer lugar, porque puede revelar las relaciones que la

⁷ “Memorandum dirigido ao Presidente da Conferência da Organização Internacional das Nações Unidas” (publicado también en versión inglesa). *Diario de Noticias* (New Bedford), 28 de julio de 1945, s. p.

dictadura portuguesa mantuvo con una de las comunidades lusas más importantes en el exterior, que durante los años treinta rondaba el medio millón de personas repartidas entre las comunidades de Nueva Inglaterra y California. En segundo lugar, porque podría aportar datos sobre cuál ha sido el nivel de implicación política de los sucesivos gobiernos del Estado Novo con sus ciudadanos emigrados a Estados Unidos. Principalmente, porque el entorno político local y el sistema político democrático en el que se integraban los inmigrantes portugueses era incompatible con la creación de un régimen político que conculcaba derechos fundamentales reconocidos por la democracia americana, considerados sagrados para el ejercicio de la vida política, como el derecho de reunión, de libre asociación, de pensamiento político, de libertad de prensa y de expresión.⁸

Los portugueses que llegaron a Estados Unidos en los años treinta y cuarenta y los que ya allí estaban establecidos, hubieron de aprender a relacionarse con el ideario político salazarista y unas estructuras de poder que chocaban frontalmente con el modo de vida de la democracia americana. Muchos tuvieron dificultades para encontrar un encaje espiritual entre en amor a su patria y su identificación con el sistema de libertades americano. Especialmente, porque el Estado Novo se apropió de todos los elementos mitológicos y espirituales que formaban parte del ideario nacional portugués. El Estado Novo trató de convertirse en el catalizador de todos los

⁸ El único trabajo sobre este tema es la tesis de maestrado inédita de Rui Antunes Correia, "Salazar en New Bedford. Leituras Luso-Americanas do Estado Novo". Lisboa: Universidade Aberta, 2004. (Tese orientada pela Prof. Maria Filipa Palma dos Reis). En ella se hace un abordaje serio y riguroso sobre esta cuestión a partir del estudio del *Diário de Notícias* de New Bedford en los años treinta. Este trabajo fue publicado en un formato resumido por el Center for Portuguese Studies and Culture de la University of Massachusetts Dartmouth. Véase: "Salazar in New Bedford: political readings of *Diário de Notícias*, the only Portuguese daily newspaper in the United States". In HOLTON, Kimberly DaCosta, e KLIMT, Andrea (edited by). *Community, Culture and the Making of Identity: Portuguese-Americans along the Eastern Seaboard*. North Dartmouth, Massachusetts: University of Massachusetts Dartmouth-Center for Portuguese Studies and Culture, 2009, pp. 227-244.

signos identitarios, como un modelo político totalizador que asumía la representación máxima de la nación portuguesa, no sólo a nivel político y económico, sino, sobre todo, en una dimensión cultural. Era lo que la propaganda del régimen llamó la “revolução nacional”, uno de cuyos pilares fundamentales era la renovación moral del país a través de la llamada “política do espírito”, para cuya difusión y expansión se creó, como se sabe, el Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) en septiembre de 1933 bajo la dirección del escritor modernista António Ferro.⁹ Su objetivo era el de “iluminar” al mundo sobre el “caso portugués”, según la expresión del propio director.¹⁰ Era un arma esencial de la política salazarista, “(...) *tanto mais que muitos portugueses sofrem o complexo de inferioridade de só acreditarem que fizeram alguma coisa quando os estrangeiros lbo repetem, quando se sentem envaidecidos com os seus elogios (...)*” (cursiva en el original), decía Ferro.¹¹ El SPN jugó un papel primordial en la construcción retórica del Estado Novo. Como ya se ha publicado en otros estudios, su misión fundamental era proteger al gobierno de la dictadura de las campañas de propaganda contrarias a su política y difundir su propia visión de la realidad para captar adeptos para su causa, así como popularizar los principios ideológicos sobre los que asentaba el nuevo Estado portugués. El SPN trató de que la sociedad portuguesa ganase confianza en sí misma confiando en Salazar y su gobierno.¹² Trató también de ganarse la voluntad de los emigrantes portugueses, para que sintiesen orgullo de la patriótica obra del Estado Novo, de lo “nacional”, dentro de ese proceso de

⁹ RAMOS DE Ó, Jorge. *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Estampa, 1999.

¹⁰ FERRO, António. *Dez Anos de Política do espírito (1933-1943). Discurso proferido no X aniversário do SPN*. Lisboa: Edições do SPN, 1943, p. 16.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Véase: PENA RODRÍGUEZ, Alberto: Tudo pela Nação, Nada contra a Nação. Salazar, la creación de Secretariado de Propaganda Nacional y la censura”. In *Hispania. Revista Española de Historia*, 2012, Vol. LXXII, n.º 240, enero-abril, pp. 177-204.

transformación espiritual, como se conoce a través de los estudios realizados por Heloisa Paulo sobre las campañas de propaganda salazarista entre la comunidad de inmigrantes portugueses de Brasil.¹³ Para alcanzar su objetivo nacionalizador (léase salazarista) la dictadura ejerció un control férreo sobre la opinión pública, partiendo de la divisa, inspiradora de la estrategia de propaganda del régimen, que decía: “Não pode haver liberdade contra a verdade, não pode haver liberdade contra o interesse comum”.¹⁴

Inalterable políticamente, anclado en los designios de un liderazgo personalista que se inspiraba en principios políticos basados en un tradicionalismo conservador, cristiano y nacionalista, el Estado Novo estaba articulado en un sistema institucional corporativo que fue creado en un momento histórico en el que los modelos autoritarios se estaban imponiendo en Europa frente a las democracias parlamentarias.¹⁵ Era una época de un populismo exacerbado en el que el adoctrinamiento masivo de los nuevos idearios revolucionarios, basados en liderazgos mesiánicos, se sirvieron de la propaganda, que contaba con nuevas técnicas y medios de gran eficacia para persuadir a las masas. La retórica propagandística del fascismo y el nazismo fue especialmente movilizadora.¹⁶ Porque supo aprovechar todas las técnicas y los recursos de comunicación a su disposición para orquestar campañas permanentes que perseguían la creación de un movimiento político mayoritario, un consenso sin disenso alrededor de un proyecto de unidad nacional. La prensa y los entonces nuevos

¹³ PAULO, Heloisa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/ SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994. De la misma autora: *Aqui também é Portugal*. Coimbra: Quarteto, 2000.

¹⁴ MATOS, Helena. *Salazar. A Construção do Mito (1928-1933)*. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2010.

¹⁵ Para comprender el Estado Novo, léase: TORGAL, Luis Reis. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2ª edição, 2009.

¹⁶ Véase: TORGAL, Luis Reis, y PAULO, Heloisa. *Autoritarismos, totalitarismos e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

medios audiovisuales (la radio y el cine) fueron instrumentos de comunicación que acrecentaron la capacidad de persuasión de los partidos y los regímenes autoritarios.

Se produjo no sólo una transformación política, sino también un cambio social. Un cambio de mentalidad basado en la cultura del poder que otorgaba la propaganda como instrumento de control de las conciencias. Este cambio afectó a los sectores sociales identificados con este tipo de movimientos políticos, que incorporaron al discurso público los valores de la violencia, de la obediencia sin discusión y de la teoría racial como elementos que, entre otros, adornaron su argumentario. La comunicación pública estaba al servicio de los intereses del proyecto nacional, de los presupuestos ideológicos del partido único, de la verdad absoluta que se pregonaba de manera sistemática a través de los altavoces del nuevo régimen. Desde el poder, la censura era utilizada como un medio para proteger al pueblo de las ideologías que iban en contra del interés común del que era detentor el partido único o el movimiento que representaba la voluntad popular. La libertad de expresión, para estos movimientos autoritarios, no era un derecho: era una falacia de los parlamentarismos que debilitaba la fuerza de voluntad de las nuevas estructuras de poder político, que asumían un supuesto derecho y un deber autoimpuesto de transformar la manera de pensar y de ser de la sociedad. De liberarla de un pensamiento débil y armarla de nuevas ideas para afrontar unitariamente el futuro. Un futuro que, en el caso de Portugal, António de Oliveira Salazar quiso construir con un proyecto que bautizó como el Estado Novo.¹⁷ Un régimen que se inspiraba en el corporativismo italiano de Mussolini al que se adhirieron, entre

¹⁷ Entre otras muchas referencias, véase: ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica, social do salazarismo (1928-1938)*. Lisboa: Estampa, 1996.

otros, muchos intelectuales de prestigio que validaron y legitimaron en nuevo *statu quo* nacional.¹⁸

Salazar utilizó, de hecho, su condición de académico para desarrollar, con una especie de pose profesoral, su gestión política con paternalismo. La propaganda lo retrataba como el gran guía, el gran navegador (en alusión al brillante pasado de la era de los descubrimientos) que sabría sacrificar su vida para llevar a Portugal a buen puerto.¹⁹ Los portugueses sólo tenían que confiar. Nada más. Salazar era un líder natural.²⁰ Sus credenciales como catedrático de la Universidad de Coimbra, cristiano educado en la fe católica y su perfil de trabajador incansable, de valores tradicionales y firmes convicciones patrióticas creado por la propaganda lo convirtieron en el “Chefe”.²¹ El futuro de Portugal estaba en sus manos. Así lo creyeron, entre otros, el que sería uno de sus más leales colaboradores, Pedro Teotónio Pereira, que fue subsecretario de Estado (1933-1936) y ministro de Comercio e Industria (1936-1937). Estuvo al servicio de Salazar también como diplomático. Fue embajador de Portugal durante una etapa en la que el dictador era también ministro de Asuntos Exteriores, en países en los que su gobierno tenía intereses estratégicos en el período 1936-1945 y la inmediata posguerra: España (primero como “agente especial”, en 1937, luego embajador entre 1938 y 1945),²² y Brasil (1945-

¹⁸ ADINOLFI, Goffredo. *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso del Portugal salazarista, 1932-1944*. Milano: Franco Angeli, 2007.

¹⁹ Léase: PENA-RODRÍGUEZ, Alberto. “Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la guerra civil española: prensa y propaganda”. In *Journal of Spanish Cultural Studies*. <http://dx.doi.org/10.1080/14636204.2013.841048>

²⁰ Sobre la vida política de António de Oliveira Salazar, léase a DE MENESES, Filipe Ribeiro. *Salazar. Uma biografia política*. Lisboa, Dom Quixote, 4ª edición, 2012.

²¹ MATOS, Helena, *Salazar. A Propaganda, 1934-1938*, Lisboa, Círculo de Leitores-Temas & Debates, 2010.

²² Sobre su etapa en España, véase: BRAGA DA CRUZ, Manuel. “Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as guerras”. In *Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Oporto: Faculdade de Letras, 2004, pp. 429-440.

-1947). Fue precisamente P. T. Pereira, a la sazón colaborador de la revista conservadora *Ordem Nova*, el que recibió el encargo de Salazar de diseñar las estructuras del corporativismo portugués. Un diseño político que explicó teóricamente en un libro titulado sintomáticamente *A batalha do futuro. Organização corporativa*, publicado en Lisboa en 1937.²³ Y fue la conciencia de que Estados Unidos era el que impondría las reglas del nuevo futuro lo que hizo que Salazar le confiase a P. T. Pereira la embajada en Washington entre 1947 y 1950. Un período en el cual las dictaduras ibéricas necesitaban posicionarse estratégicamente en el nuevo panorama internacional para lograr mantenerse en el poder.²⁴

Tras el acuerdo que dio origen al Bloque Ibérico en 1942 para garantizar la supervivencia de los gobiernos autoritarios peninsulares en medio de la guerra mundial, Portugal y España deseaban ser vistos como dos regímenes que, aunque fascistas, no suponían una amenaza para Europa. Pero sólo Estados Unidos podía convalidar su posición como actores políticos en el nuevo orden internacional. Por eso las relaciones diplomáticas con la nueva potencia global fueron confiadas en la posguerra a P. T. Pereira. Tras un período de aislamiento internacional, los regímenes peninsulares lograrían ser admitidos como miembros de la ONU el 14 de diciembre de 1955, tras un largo proceso de admisión. Justo cuatro años más tarde, a mediados de diciembre de 1959, el presidente de Estados Unidos D. Eisenhower, haría una visita de Estado a ambos países para sellar su integración como naciones adheridas al polo capitalista, dentro de la lógica de la guerra fría. La estrategia diplomática de Salazar,

²³ PEREIRA, Pedro Teotónio. *A batalha do futuro. Organização corporativa*. Lisboa: Livraria Clásica, 1937. Hubo una edición española: *La batalla del futuro. Organización corporativa portuguesa*. Barcelona: Bosch, 1942.

²⁴ Véase: JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos. *Franco e Salazar. As relações luso-espanholas durante a guerra fria*. Lisboa: Assirio & Alvim, 1996.

basada en el “arte de saber durar”, según la acertada expresión de Fernando Rosas, le había funcionado.²⁵

La comunidad inmigrante portuguesa en Estados Unidos durante la instauración del Estado Novo era políticamente muy heterogénea. En ella coexistían dos corrientes principales, en torno a un bloque conservador y otro progresista. Tanto el uno como el otro tenían una cierta permeabilidad ideológica. Lo único que los unía era su plena identificación con los valores, símbolos y elementos de carácter nacional. En este universo simbólico, en el que las emociones relacionadas con la representación de la identidad portuguesa y la fuerte propaganda nacionalista del salazarismo se confundían, la comunidad tenía sentimientos encontrados que un sector resolvía manteniendo una actitud ambivalente y ambigua respecto a la dictadura. El polo conservador, más próximo del salazarismo, agrupaba a un conjunto de visiones ideológicas en el que convivían posiciones opuestas al parlamentarismo democrático europeo, anti-republicanos, anti-comunistas, católicos militantes y monárquicos. El polo liberal, en cambio, aglutinaba a un amplio abanico de ideologías, más o menos progresistas, con una fuerte tendencia de izquierdas en el núcleo de New Bedford, donde existía, desde 1911, el Clube Republicano Portuguez, que era una entidad de tendencia progresista creada para instruir a los inmigrantes lusos.²⁶ En esta órbita se situaban los republicanos, los izquierdistas (comunistas, socialistas y anarquistas), anticlericales, etc. que durante la dictadura coincidieron en su frontal oposición a la dictadura. A grandes rasgos, sin embargo, ambos bloques

²⁵ ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2012.

²⁶ En los anuncios publicitarios en Centro Republicano Portuguez se promocionaba como un “centro de instrução e recreio”, con sede en 949 Acushnet Avenue (New Bedford). El lema de la institución decía que era “o lar onde os portuguezes encontram agasalho carinho e simpatia”. Véase: *Diario de Noticias*, 25 de enero de 1936, p. 7.

convergían en la representación de su discurso político similar en las conmemoraciones patrióticas, que el Estado Novo siempre intentaba instrumentalizar para ganar adeptos.²⁷ Ambas corrientes poseían instituciones gremiales desde las que promocionaban sus idearios políticos, en algunos casos con publicaciones periódicas propias, como *Liberdade*, órgano de la Aliança Liberal Portuguesa de New Bedford (Massachusetts), donde se encontraba el epicentro de la colonia de Nueva Inglaterra.

La cercanía atlántica, una mayor interacción política derivada de un agrupamiento urbano, con publicaciones periódicas influyentes como el *Diario de Noticias*, la mayor presencia del cuerpo diplomático portugués (con la embajada de Washington y los consulados generales de Boston y New York), propiciaron una mayor implicación de los miembros de la colonia en los Estados de la costa Este en la vida política de Portugal. California no vivió ajena a las campañas de propaganda del Estado Novo y sus opositores, pero su situación de lejanía y la falta de exiliados políticos relevantes, como ocurrió en los Estados de Massachusetts y New York, la mantuvo siempre en un segundo plano. Entre todas las ciudades en las que se registró algún tipo de actividad propagandística de cualquiera de los actores políticos implicados durante el Estado Novo, fue New Bedford la que cobró mayor protagonismo, particularmente durante el exilio de João Camoesas, que se extendió hasta 1951, como se verá a continuación.

²⁷ Según la apreciación de Rui Antunes Correia "(...) sempre que está em causa a afirmação de Portugal como principio de identidade cultural e nacional de imigrante luso-americano impõe-se a todos os sectores um verdadeiro pacto social, que silencia toda a sorte de oposições, entendidas nesses momentos, como infidelidades patrióticas (...)". *Op. cit.*, p. 92.

La colonia y su campaña contra la dictadura

La colonia portuguesa en Estados Unidos no fue ajena al proceso de cambio de régimen que se desarrolló en Portugal con la fundación del Estado Novo salazarista. No sólo porque los periódicos luso-americanos informaban a los interesados inmigrantes portugueses de todo lo que ocurría en su país, sino porque esto afectó muy especialmente a su comprensión de la realidad portuguesa, a su grado de compromiso político con su país de origen y a su papel como nacionales u oriundos de un Estado que estaba en las antípodas ideológicas del sistema político norteamericano. Afectó, sobre todo, porque algunos periódicos editados por miembros de la colonia se convirtieron en foros de apasionados debates y polémicas sobre el significado político del Estado Novo, sobre la figura de Salazar, sobre el contraste manifiesto con los valores de la sociedad que los acogía, o sobre la falta de libertades en el Portugal salazarista.

Las publicaciones periódicas que los inmigrantes editaban adquirieron, además, un nuevo valor propagandístico, con campañas a favor y en contra del salazarismo organizadas por diversas instituciones y personajes que trabajaban para el régimen o que ejercían un papel como opositores. La libertad de prensa y el decidido afán por alimentar, a veces, polémicas que podrían incrementar la tirada, permitía que en el mismo periódico pudieran publicarse artículos que defendían ideas antagónicas. También hubo publicaciones creadas para el adoctrinamiento político y otras cuyas líneas editoriales adoptaron, en determinados momentos o contextos, un posicionamiento político más o menos próximo al Estado Novo o sus opositores. En general, los periódicos tuvieron una especial relevancia como instrumentos de propaganda durante el proceso de consolidación del Estado Novo, particularmente entre 1935 y 1940. Para conseguir persuadir a un público amplio, los preferidos por salazaristas y anti-salazaristas eran los que tenían una mayor

difusión. Entre ellos, en los años treinta y cuarenta destacaban en Nueva Inglaterra el *Diário de Notícias* y los semanarios *O Colonial*, *O Independente*, *O Popular* y *Novidades*.²⁸ En New York City, el más influyente era *A Luta*, del padre José Cacella. Pero, entre 1937 y 1938, circularon dos semanarios de propaganda anti-fascista, fundados y dirigidos por José Alves Rodrigues,²⁹ que trataron de agitar la colonia en New York y New Jersey contra el gobierno de Portugal entre 1936 y 1938, y que llegaron a inquietar al gobierno portugués. Eran *O Bacamarte* (“órgão de combate pela verdade e pela justiça”) y *A Plebe*.³⁰ En estos años, existió incluso una alianza

²⁸ Desgraciadamente, los contenidos de algunos de ellos sobre este aspecto no han podido ser estudiados por la inexistencia de colecciones en los archivos americanos o portugueses.

²⁹ José Alves Rodrigues inició su campaña contra el Estado Novo publicando varios artículos en *O Colonial* (Farihaven, Mass.). Léase, entre otros: “A corda do enforcado ou o Judas da Ditadura”. *O Colonial*, 7 de junio de 1935. (Arquivo Histórico Diplomático, embajada de Portugal en Washington, caja n.º 37).

³⁰ *O Bacamarte* fue fundado el 1 de septiembre de 1936 en Newark y dejó de publicarse en 1937. Era un tabloide ilustrado, de 8 páginas. En un artículo titulado “Liberdade”, firmado por Trindade Coelho el 22 de diciembre de 1936 se hace una defensa de ella en los siguientes términos: “Liberdade! Mágica palavra que fascina todos os homens, desde o mais selvagem ao mais civilizado! Ideal a que de boa vontade todos sacrificariam os seus haveres, ainda os mais preciosos! Alta e luminosa imagem que a criança ao nascer traz já gravada no coração, e que o ancião, prestes a adormecer no derradeiro sono, ainda afaga a carícia! ¿Donde provem o teu sagrado prestígio? É que, para ser humano, a liberdade é condição indispensável de felicidade. ¿De qué serviria a vida se não pudéssemos goz-la livremente? ¿De que serviria termos órgãos para agir, espirito para pensar, coração para sentir, se todas essas facultades houvessem de ser violentamente abafadas por uma força externa? Jamais será o ideal da Humanidade, em cujo coração a necessidade de Liberdade é innata - jamais será o ideal da Humanidade a sorte de um prisioneiro algemado! Liberdade! Eis a força, o movimento, a vida, eis o caminho para esse fim supremo a que devemos aspirar incessantemente: a justiça entre todos e para todos (...).” (*O Bacamarte*, n.º 5, año 1, 22 de diciembre de 1936, p. 1). *A Plebe*, de formato y contenidos similares a *O Bacamarte*, se editó entre 1936 y 1938, con sede en New York City. Ambos sufrieron las presiones del régimen para impedir su publicación, según se desprende de la documentación diplomática portuguesa. Véase: Arquivo Histórico Diplomático, Embajada de Portugal en Washington, caja n.º 36. Carta confidencial enviada por Mons. Joseph Cacella al embajador de Portugal, João António de Bianchi, 5 de agosto de 1938; AOS/SGPCM-GPM, caja n.º 5, PC-156, 3, n.º 4. Oficio n.º 1273 del subdirector del Secretariado de Propaganda Nacional, António Eça de Queiroz, al Presidente do Conselho de Ministros, 19 de septiembre de 1938.

de los inmigrantes ibéricos en Manhattan contra las dictaduras de Franco y Salazar, plasmada a través de la colaboración en un semanario titulado *La Voz*, que disponía de una sección-edición en portugués dirigida por Gil Stone.³¹ *A Tribuna* era también un periódico muy leído entre la comunidad de Newark (N. Jersey), aunque sólo de publicó entre 1931 y 1934. Allí, el nuevo *Luso-Americano* de Vasco S. Jardim cobraría todo el protagonismo e influencia a partir de su reaparición en 1939, pero ya entonces el debate en torno al Estado Novo había perdido interés entre los inmigrantes.

En California, los semanarios *A União Portuguesa* (hasta 1942) y el *Jornal Português*, de Oakland, fueron los periódicos con mayor influencia política en la colonia.³² En el caso de los periódicos californianos, su discurso editorial, en general, era tolerante y próximo al salazarismo, pero se publicaron también artículos críticos con la dictadura, a pesar de la presiones del consulado en San Francisco.³³

Como relata en su estudio Rui Antunes Correia,³⁴ durante los años treinta era frecuente la convocatoria de actos públicos, por uno u otro bando, en defensa de sus respectivas causas para ganar apoyos en la colonia. Entre los opositores, la figura más destacada fue

³¹ Diferentes números del semanario *La Voz* se encuentran en el Archivo Diplomático de Lisboa. Véase la documentación histórica de la Embajada de Portugal en Washington, caja nº 13.

³² *A União Portuguesa* adoptó un discurso editorial abiertamente contrario a la dictadura en el período en el que José Trindade Salgueiro fue su editor, entre 1940 y 1942. El 8 de junio de 1942 el periódico se declara anti-salazarista a través de la transcripción de un texto de Lúcio dos Santos, profesor de la Universidad de Oporto exiliado en Brasil. Véase: *A União Portuguesa*, nº 2803, 8 de junio de 1942, p. 1.

³³ Archivo Histórico Diplomático, Embajada de Portugal en Washington. Oficio del Cónsul de S. Francisco, G. Armas do Amaral, al encargado de Negocios de la embajada, João de Deus Ramos, 4 de agosto de 1937. En el oficio el cónsul explica que consiguió que el director de *A União Portuguesa* prohibiese los “artículos subversivos” de José Trindade Salgueiro en el periódico.

³⁴ Correia, Rui Antunes. *Op. cit.*

João Camoesas, que había sido ministro de Instrução Pública en la República en dos ocasiones.³⁵ La acción opositora se concentró,

³⁵ João José da Conceição Camoesas nació el 13 de marzo de 1887 en la ciudad fronteriza de Elvas. Allí fue fundador, propietario y director del periódico *A Fronteira*. En 1911, se integró en la logia masónica de Elvas bajo el nombre de Câmara Pestana. En 1919, se licenció en la Facultad de Medicina de Lisboa con la máxima calificación, otorgada por un tribunal presidido por el profesor monárquico Azevedo Neves. Miembro destacado del Partido Republicano Portugués, fue diputado entre 1916 y 1926, vocal del consejo de administración de la Caixa Geral dos Depósitos, Chefe de Repartição de Higiene da Câmara Municipal de Lisboa y médico escolar. Fue elegido diputado por Elvas en 1916 y por Portalegre en 1919, 1921, 1922 y 1925. Fue ministro de Instrução Pública en dos períodos durante la etapa de la primera República (1910-1926). Primero, en el gobierno de António Maria Silva, entre el 9 de enero de 1923 y el 15 de noviembre del mismo año. Durante este mandato, presentó un ambicioso proyecto de inversión en la educación pública, la “Proposta de Lei sobre a Reorganização da Educação Nacional” (conocida popularmente como “reforma Camoesas”), que propugnaba en la organización científica del trabajo basada en la teoría de Frederick Taylor (1856-1915) y en otras experiencias pedagógicas internacionales, sobre todo norteamericanas, pero que no sería aprobado. Uno de los episodios más recordados de su etapa como diputado y miembro del gobierno portugués fue su discurso de réplica pronunciado el 16 de julio de 1925 en el Parlamento, que duró más de nueve horas. Entre el 1 de agosto y el 17 de diciembre de 1925 vuelve a ocupar el mismo puesto bajo el gobierno de Domingos Pereira. En 1919, fue designado médico escolar adjunto y realizó en comisión de servicio un viaje a Estados Unidos en el mes de octubre para analizar los servicios médico-escolares. En 1921, colaboró con la Universidade Popular Portuguesa y, en 1925, se encargó de la sección de Fisiología del Instituto de Orientação Profissional. Colaboró en diversas publicaciones periódicas en Portugal, como *Seara Nova*, *Portugal*, *Boletim da Inspeção Geral da Sanidade Escolar*, en los que se destacó por sus artículos relacionados con la medicina escolar y la organización del trabajo. Publicó el libro *O Trabalho Humano*, que es la primera obra portuguesa basada en la teoría de F. Taylor, que defendía el desarrollo humano a partir de la fisiología del esfuerzo. Fue condecorado con la Gran Cruz de Alfonso XIII de España en el transcurso del Congreso Luso-Español para el Progreso de las Ciencias. Entre sus publicaciones se encuentran las siguientes referencias: *A Medicina Escolar na América do Norte*, *O Taylorismo e a organização científica do trabalho*, *Do Âmbito da Educação Física*, *A Régia dos Tabacos e o Futuro de Portugal* y *Teoria da Renovação Portuguesa*. Con la instauración de la dictadura, fue deportado a Angola y, en 1929, autorizado a exiliarse en Estados Unidos. Según las pesquisas de Rui A. Correia, Camoesas podría pertenecer a la Ordem Maçónica Rosa Cruz de New Bedford (*op.cit.*, p. 143), que se declaró abiertamente opositora del Estado Novo (*op. cit.*, p. 141). La viuda de João Camoesas era Aurora Alves Camoesas. Tenían dos hijos: Alfonso y João Augusto. Alfonso que fue sargento del ejército americano, condecorado varias veces por sus actos de guerra en la guerra de Corea. João Augusto Camoesas residió en Portugal. Cuando fallece el 11 de noviembre de 1951, la familia dona su cuerpo a la Tufts Medical School. Después sería incinerado y enviado a Portugal, donde recibió sepultura en el cementerio de Elvas. Su casa familiar se encontraba en Vila Nova de Estefanía, nº 6 (Elvas). Todos los datos aquí reunidos sobre João Camoesas fueron recogidos de las siguientes fuentes: *Enciclopédia Luso-Brasileira*

fundamentalmente, en Nueva Inglaterra. No existe constancia de un movimiento de oposición política en California. Camoesas fue el líder que organizó y orquestó la oposición política a la dictadura en Estados Unidos a partir de su llegada, el 12 de junio de 1929, al puerto de Providence, en Rhode Island.³⁶ Abílio de O. Águas, que fue destituido de su puesto consular por el gobierno de la dictadura en noviembre de 1929, adoptó un papel más discreto públicamente; no utilizó la prensa como instrumento de propaganda. Fue, sin embargo, un leal colaborador de João Camoesas hasta su fallecimiento en Taunton (Mass.) el 11 de noviembre de 1951.

Poco después de instalarse en Massachusetts, Camoesas creó una red de colaboradores y estableció una relación permanente con la prensa luso-americana de la costa Este. Su prestigio como ex ministro y su condición de médico y académico, le brindaron un inmediato reconocimiento por parte la comunidad inmigrante portuguesa, que se sentía honrada de poder acogerlo como miembro de la colonia. Entre otros aspectos interesantes, Rui A. Correia se refiere a un hecho de gran relevancia simbólica que tuvo una repercusión periodística en la prensa de Nueva Inglaterra: el homenaje organizado en su honor por el Clube Republicano Portuguez de New Bedford con

(tomo letra C, p. 627); Governo de Portugal. Galeria de ministros de Educação (www.portugal.gov.pt); Correia, Rui Antunes, *op. cit.*, p. 109; Infopédia: <http://www.infopedia.pt/joao-camoesas>; *Diario de Noticias* de New Bedford (diversos números). Sobre su actividad como ministro de educación pueden leerse también los siguientes autores: Casulo, José Carlos Oliviera. “A educação superior no projecto Camoesas”. In *Actas do Primeiro Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2009. Véase en línea: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9931/1/c%C3%B3pia%20do%20texto%20publicado%20nas%20actas.pdf>. También: Bandeira, Filomena. “Camoses, João José da Conceição”. In: Nóvoa, António (dir.). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Asa, pp. 237-241. Nóvoa, António. “O projecto da Reforma Camoesas (1923): uma referência histórica no pensamento do Prof. João Evangelista Loureiro”. *Revista da Universidade de Aveiro –série Ciências da Educação*, vol. 7, n.º 1-2, 1986, pp. 113-121.

³⁶ *Diario de Noticias*, 13 de junio de 1929, p. 1. La información cuenta que João Camoesas se instaló provisionalmente en New Bedford, en la casa de José Pacheco Correia.

ocasión de su 44º cumpleaños, el 13 de marzo de 1931.³⁷ Durante el acto fue descubierto un retrato del político portugués que, en diciembre de 1933, sería robado cuando la asamblea del Clube Republicano se negó a colocar una fotografía del general Carmona en la misma sala, a propuesta por un grupo de socios.³⁸

El protagonismo público que adquirió desde el mismo día que llegó a Estados Unidos, fue aprovechado por el político elvense para hacer campaña a favor de la democracia en Portugal. No era la primera vez que João Camoesas estaba en Nueva Inglaterra. El 31 de diciembre de 1919, aprovechando su participación en la Conferencia Internacional de Trabajo en Washington como representante de Portugal, había pronunciado una multitudinaria conferencia en el New Bedford Theatre, promovida por el Gremio Cosmos. Según cuenta una crónica de *A Alvorada* fue la mejor de todas las que hasta entonces allí se habían realizado.³⁹ Camoesas habló con orgullo sobre la historia de Portugal. Se remontó a Viriato para explicar el proceso de evolución histórica del país hasta el advenimiento de la República, que defendió frente a sus críticos. Reconoció que no era católico, pero sí respetuoso con esta y otras creencias religiosas. El discurso de Camoesas “(...) numa linguagem chã, compreensível e eloquente, foi contantemente interrompido por

³⁷ Correia, Rui Antunes. *Op. cit.*, pp. 109-110.

³⁸ El episodio generó un gran malestar en la colonia. Los periódicos informaron sobre el asunto con detalle porque, además, fue denunciado ante la policía. Rui A. Correia recoge una crónica del *Diario de Noticias* cuyo trecho se reproduce: “Este retrato do distinto médico e imigrado político fôra inaugurado pelos republicanos portugueses pouco depois da sua chegada a este paiz, em sessão pública, por ocasião de uma data comemorativa, realisada por aquela agremiação. Atribue-se o furto do retrato ao grupo de socios, despeitados com a a titude da assembleia daquele gremio, a qual, por tres ou quatro vezes, e por forte maioria, se tem oposito ao descerramento, na mesma sala, do retrato do sr. General Carmona, actual Chefe de Estado Portugues. A Assembleia, tomando como desconsideração para si o acto practicado, não só apresentou queixa, como ordenou que pelos fundos da colectividade fosse dádo um prémio de \$100 a quem descobrisse o autor da proeza”. *Diario de Noticias*, n.º 4445, 18 de diciembre de 1933. Citado por Rui A. Correia. *Op. cit.*, pp. 110-111.

³⁹ *A Alvorada*, ano IX, n.º 536, 1 de enero de 1920, p. 1.

bravos, apoiados, muito bem, acompanhados de estrondosas salvas de palmas. Foi um delírio! (...)”.⁴⁰ Aquella aplaudida visita a New Bedford a finales de 1919 habría influído, probablemente, en su decisión de fijar su exilio en Nueva Inglaterra, donde había tenido ocasión de comprobar la pujanza de la comunidad inmigrante portuguesa, que entonces atravesaba por uno de sus mejores momentos económicos. Antes de iniciar su exilio en Estados Unidos, João Camoesas estuvo exiliado en Angola, a donde había llegado tras haber sido detenido en Lisboa el 17 de febrero de 1928 y encarcelado hasta su deportación a África, el 4 de mayo del mismo año.⁴¹ Desde allí, el 28 de octubre de 1928 envía una carta abierta a António de Oliveira Salazar en la que lo acusa de colaborar cínicamente de la dictadura:

“(…) Professor de direito numa sociedade democrática, o sr. é o único sustentáculo dum governo que nega o direito numa sociedade democrática. Mestre de ciencias económicas realiza uma obra que ergue ‘a razão do Estado’ acima das possibilidades nacionais. Católico praticante, em vez de amar o próximo a si próprio, associa-se a uma política de ódio, imposta pela violência e mantida pela crueldade. Moralista consente na sustentação da Policia de Informações, cuja administração é um descalabro e cuja acção é uma ignonímia. Intelectual e homem de sciencia sujeita-se á chefia de Vicente de Freitas que é a personificação da ignorancia e da boçalidade. Emfim, dizendo-se patriota colabora

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ En Angola se estableció en Santomé, donde no encontró oportunidades laborales. Después de varios intentos para buscar recursos de subsistencia en la colonia portuguesa y el Congo Belga, decidió pedir asilo en la Embajada de Estados Unidos el 8 de marzo de 1929. Sus peripecias antes de llegar a territorio de Estados Unidos en mayo de 1929 pueden leerse en un artículo firmado por él mismo en el *Diario de Noticias* el 14 de marzo de 1938 (nº 5727, pp. 1 y 5), titulado “Anotação á margem. Documento elucidativo”. Este documento es citado por Rui A. Correia en su trabajo.

na manutenção de um sistema governativo que em Genebra enchovalhou a dignidade da Pátria e que, sendo um motivo de fundas divergências internas, lhe compromete o futuro e inferiorisa o presente. (...) Os seus amigos não se cansam de apregoar a sua discordância com certos actos do governo e o seu desprezo pela quase totalidade dos seus colegas de gabinete, incluindo o respectivo presidente: contudo, continua a acamaradar com eles. Se há cortes, apressam-se a espalhar que o exército será o primeiro nos sacrifícios: mas o orçamento da guerra ficou quase na mesma. Se há acumulações, esboça propósitos audaciosos e intransigências irredutíveis: no entanto, vai abrindo alçapões na lei. Se há deportações iminentes, lança-se na circulação o boato de que se opõe à sua efectivação: mas, para trazerem cerca de duzentas pessoas, vêm dois barcos propositadamente a África, gastando milhares de contos. E seria infundável a lista dos posiços com que o senhor encobre ou consente que lhe encubram a sua verdadeira personalidade, aquela que a sua acção revela e os factos definem.”⁴²

Quando en 1929 llega finalmente a Estados Unidos, Camoesas se establece con un consultorio médico en la pequeña ciudad de Taunton (Massachusetts), muy cerca de New Bedford, y desde el primer momento participa en decenas de actos organizados por las instituciones de la colonia. Lo que le permitiría conocer su situación social, política y económica en poco tiempo, relacionarse con sus líderes más destacados y convertirse en una figura de referencia.⁴³

⁴² AOS/CO/PC-3A, P 1. Carta de João Camoesas a Oliveira Salazar, 28 de octubre de 1928. Un trecho de esta carta es utilizada por el propio João Camoesas en uno de sus artículos contra la dictadura publicados en el *Diario de Noticias* en 1937. Véase: Correia, Rui Antunes. *Op. cit.*, pp. 143-144.

⁴³ El 9 de abril de 1933 pronunció una conferencia en el Club Republicano Portugués de Pawtukect para conmemorar el 9 de abril, fecha en la que varios miles de

Sus apariciones en noticias de la prensa luso-americana, le otorgaron un prestigio aún mayor y le dieron la autoridad necesaria para servirse de los periódicos de la colonia en contra de la dictadura. Su vitola de ex ministro republicano de Instrução Pública y su implicación directa en las actividades públicas de la comunidad luso-americana le conferirían, además, la legitimidad necesaria y el derecho para intentar persuadir a sus conciudadanos. Sus dotes oratorias, su capacidad discursiva y su experiencia periodística como fundador y director del periódico *A Fronteira* en su Elvas natal, le propiciaron una posición de liderazgo dentro de la colonia.

A partir de 1935, cuando el Estado Novo comenzaba a consolidar sus estructuras y la propaganda salazarista se hacía sentir en Estados Unidos, decidió impulsar una campaña a favor de la democracia en Portugal. La prensa luso-americana fue su principal medio para tratar de hacer oposición al régimen fascista luso. Difundió la mayor parte de sus artículos contra la dictadura a través del *Diario de Noticias* de New Bedford y *O Colonial* de Fairhaven. Pero también publicó algunos textos, con un tono más pedagógico que político, en *O Herald Portugalês*.⁴⁴ João Camoesas inició su campaña de prensa contra Salazar en el semanario *O Colonial*. Allí, publicó una serie de textos en los que relata los ataques del Estado Novo contra los derechos de los trabajadores portugueses,⁴⁵ y sobre su política

soldados portugueses murieron en combate durante la batalla de la Lys, en la Primera Guerra mundial. Véase: *Diario de Noticias*, n.º 1903, 7 de abril de 1933, p. 1.

⁴⁴ En total, se ha catalogado más de un centenar de artículos, la mayoría de los cuales fueron publicados en el *Diario de Noticias* de New Bedford. Como simple muestra de sus artículos en los otros periódicos, léanse en *O Herald Portugalês*: “O ideal pacifista”, n.º 29 (año 16), Natal de 1936, pp. 1 y 2; “Apologia da liberdade”, n.º 25, 25 de diciembre de 1934, pp. 1 y 2. Y en *O Colonial*: “O Monstro Revela-se”: n.º 408, 10 de agosto de 1936, p. 1.

⁴⁵ João Camoesas: “O Monstro revela-se”. *O Colonial*, 10 de mayo de 1935, p. 1 (Arquvio Histórico Diplomático, Embajada de Portugal en Washington, caja n.º 37).

colonial.⁴⁶ Uno de los momentos más combativos en la guerra de propaganda entre Camoegas y los agentes del Estado Novo, ocurrió cuando el nuevo cónsul de Providence, Manuel Caetano Pereira, rebatió de forma sistemática sus argumentos contra la dictadura a través de la publicación casi diaria de artículos en el *Diario de Notícias*, en el contexto de una encendida polémica que duró casi un año, entre 1937 y 1938.⁴⁷ Desde que inició su cruzada contra Salazar, João Camoegas no cejó de combatir el salazarismo publicando decenas de artículos, memorandos y manifiestos en contra del Estado Novo hasta sus últimos días. En el artículo publicado el 3 de septiembre de 1937 en el *Diario de Notícias* bajo el título “Parábola do homem e a bêsta”, resume en forma de “memento” los motivos por los que se proclama anti-salazarista, cuyos argumentos expone en sus sucesivos textos publicados a lo largo de su prolongada campaña contra el Estado Novo:

“Provou-se que as mesmas pessoas que acusam republicanos mortos e vivos de haver promovido confiscações, monopolizado o poder, perseguido crenças, oprimido minorias, levado o país á guerra por méro partidatismo, aplaudem e apoiam Oliveira Salazar, o qual sem dúvida e incontestavelmente:

Confiscou os bens da Maçonaria Portuguesa;

Declarou ilegal a existência de todos os partidos;

Converteu os empregos públicos em benéficos reservados exclusivamente para os seus apaniguados;

Perseguiu e persegue violentamente todas as oposições;

Tornou obrigatória a afiliação da juventude portuguesa num organismo político que o apoia; Organizou e mantém o mais

⁴⁶ João Camoegas: “O Monstro Revela-se”. *O Colonial*, 10 de agosto de 1936 (Arquivo Histórico Diplomático, Embajada de Portugal en Washington, caja n.º 37).

⁴⁷ El relato de Rui Antunes Correia es muy exhaustivo en este aspecto. Véase su tesis de maestrado. *Op. cit.*, pp. 104-168.

completo e absoluto monopólio do poder jamais existente em Portugal;

Levou á Nação cladestinamente á guerra com a Espanha por motivos exclusivos da sua política pessoal”.⁴⁸

El exilio de João Camoesas en Estados Unidos y sus campañas de prensa en contra de Salazar, especialmente intensas en el período de la Guerra Civil de España (1936-1939), removi6 muchas conciencias en la comunidad de inmigrantes lusos e hizo que no pocos de ellos se movilizasen a favor de la democracia en Portugal. Muchos creyeron que, después de la victoria de Estados Unidos en la Segunda Guerra mundial, en la que combatieron hasta 35.000 luso-americanos, según los opositores al régimen, el salazarismo había llegado a su fin. Al finalizar el conflicto, en su calidad de presidente del *Portuguese-American Commitee Pro Democracy*, João Camoesas hizo público en la prensa luso-americana un telegrama enviado a Salazar en el que le pide que entregue “cristianamente” el poder a los demócratas portugueses:

“Os exércitos vitoriosos da Demoracia mundial liquidaram finalmente os poderes opressores da Europa. Todas as oligarquias que deturparam as instituições democráticas do velho continente obstruindo sua evolução foram abrangidas pela derrota hoje anunciada oficialmente. Resta-vos por isso uma única maneira de bem servir Potugal: entregar imediatamente o governo do pais a verdadeiros democratas. Cristamente, sem ódio nem espírito de represalia, satisfaço minha consciencia apontando

⁴⁸ “Anotação á margem: Parábola do homem e a bêsta”. *Diario de Noticias*, n.º 5570, 3 de septiembre de 1937, p. 1.

caminho reintegrar Portugal normalidade política sem sangue nem violência”.⁴⁹

El salazarismo militante aplicó toda su influencia para impedir que la colonia se convirtiese en un núcleo de oposición que, eventualmente, podría ejercer alguna presión sobre el gobierno estadounidense u otras instituciones americanas contra el gobierno luso. Además, era importante para el gobierno portugués evitar que el anti-salazarismo pudiese extenderse por la emigración portuguesa y perturbar la situación nacional. De acuerdo con la expresión de António Ferro, “iluminar” a los emigrantes portugueses se convirtió en un asunto de Estado.

⁴⁹ New Bedford Whaling Museum Research Library. Portuguese Immigration Records, caja nº 2. Recorte de imprenta: “Um telegrama de João Camoesas ao Chefe do Governo Oliveira Salazar”. Artículo publicado en el *Diario de Noticias*, n.º 7907, 9 de mayo de 1945, p. 1.

(Página deixada propositadamente em branco).

**A IDENTIFICAÇÃO DO INIMIGO:
A PROPAGANDA OPOSICIONISTA
E OS ATAQUES AO SALAZARISMO (1930-1945)**

Heloisa Paulo

**A propaganda oposicionista e o discurso no exílio:
a arte do combate em duas frentes**

“Poiché il fascismo italo-americano era tanto en fenómeno locale quanto un prodotto esportato da Mussolini, gli antifascisti si trovarono a dover combattere su due fronti [...]”¹

“Le discours adressé à un auditoire particulier vise à persuader, alors que celui qui s’adresse à l’auditoire universel vise à convaincre.”²

A evolução dos meios de comunicação acelera o processo de difusão da propaganda estatal, aumentando a diversidade de discursos que se vão adaptando aos novos veículos de divulgação. Os Estados aprimoram-se em buscar os mais avançados recursos

¹ DIGGINS, J. *L’America, Mussolini e il fascismo*. Bari: Laterza. 1982, p. 158.

² PERELMAN, Chaim. *L’Empire Rhetorique et Argumentation*. Paris: Verin, 1977, p. 31.

tecnológicos, visando alcançar auditórios cada vez mais amplos. Com os novos meios de difusão, o discurso oficial ganha contornos diferenciados, fruto da necessidade de adaptação à recente evolução tecnológica³. No essencial, porém, o conteúdo permanece estável, apenas moldando-se às necessidades do momento. Com o intuito não só de convencer, mas de envolver todo o auditório numa mesma proposta política, este tipo de discurso apela aos valores mais caros do seu público-alvo. Neste contexto, é dicotômico, “ameaçador”, mas apresenta como sua a única solução disponível para os possíveis impasses vivenciados no momento da sua emissão⁴.

Por outro lado, o discurso da chamada “contrapropaganda”, apesar da similaridade na apresentação de argumentos, quase nunca acompanha o nível de sofisticação no que tange ao uso de modernas tecnologias. Longe do acesso aos avanços da tecnologia, como o cinema ou a televisão, o discurso oposicionista possui pouca margem de manobra frente aos departamentos estatais da propaganda oficial. Esta diferença de recursos torna-se maior quando a oposição não é reconhecida e combate regimes de força que a colocam na clandestinidade e a levam ao exílio. Nestes casos, no que respeita ao território de origem, os recursos para a difusão do discurso oposicionista são escassos e estão limitados a produção

³ Ver, entre outros, CANISTRARO, Philip V. *La fabbrica del consenso*. Roma: Laterza, 1975; CHEVRIER, Guylain «De la propagande à la communication: l'information, enjeu de pouvoir, enjeu pour la démocratie», *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, n.º 86. Paris: 2002, 9-12.

⁴ São diversos os trabalhos acerca da teoria da argumentação e da análise de discurso, ver entre outros: PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS TYTECA, Lucie, *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles; 1970; MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Ponte, 1997. No que respeita ao discurso político e a utilização da análise discursiva e argumentativa por historiadores ver, entre outros, ROBIN, Regine. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977; AMOSSY, Ruth, «Argumentation et Analyse du discours : perspectives théoriques et découpages disciplinaires», *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 1 | 2008, mis en ligne le 06 septembre 2008, Consultado em 01 Outubro de 2013. URL: <http://aad.revues.org/2008>.

e divulgação clandestina de panfletos e periódicos impressos em pequenas gráficas ou reproduzidos através de mimeógrafos⁵. No exílio a situação é diferente, já que a oposição, graças aos apoios da sociedade receptora, consegue utilizar meios de maior alcance, como a televisão e o cinema.

Assim, e dada a longevidade do movimento oposicionista em Portugal, Estado e oposição empregam os mais diferentes meios de comunicação durante a vigência do regime fascista. A argumentação evolui com alterações de temáticas, próprias de cada grupo emissor e das necessidades de adaptação ao veículo de transmissão e ao público destinatário. Neste quadro, e tal como ocorre com a diversificação de veículos, temos que considerar as diferenças significativas entre o discurso oposicionista destinado ao público interno, aqui entendido como aqueles que estão no país; e o externo, considerando que o discurso oposicionista tende a buscar apoios em círculos mais alargados, situados no exterior, ou sobretudo no interior das sociedades de acolhimento.

No entanto, a complexidade das análises dos diversos tipos de discursos levá-nos a fixação de um ponto comum a todos eles: a identificação do inimigo. A caracterização do “inimigo”, ou seja do regime a combater, da sua forma de atuação e da ameaça que representa para a sociedade, constitui o cerne da argumentação do discurso oposicionista. De forma mais específica, a nossa análise incide sobre a propaganda oposicionista exilada no Brasil, entre os anos 30 e 40. O material de propaganda oposicionista a circular neste país é semelhante ao distribuído clandestinamente em Portugal ou veiculado em outros países de acolhimento onde existam núcleos de exilados portugueses. Tal facto, contribui para que possamos encarar o discurso oposicionista em território bra-

⁵ Para o contexto português ver, entre outros, PEREIRA, José Pacheco. *As Armas de Papel*. Lisboa: Círculo dos Leitores e Temas e Debates, 2013.

sileiro como um reflexo do que é produzido em outros centros oposicionistas, inclusive Portugal, mas que também revela novas fórmulas argumentativas, adaptadas ao contexto vivenciado pelos exilados no Brasil.

A personificação do poder como argumento: do Carmonismo ao Salazarismo

“Como chamar ao conluio que se agarrou ao governo em Portugal, há já anos? [...] Tirania; ditadura; mistificação? Não. Não basta. É preciso criar um novo nome. A história chamou a 1.^a ditadura – pimentismo, à segunda – sidonismo. À terceira... tem de se lhe arranjar um nome e logicamente, não pode ser senão carmonismo”⁶

Não sendo característica da visão do poder no período anterior, a personificação do poder ganha espaço no debate político com a ascensão dos regimes autoritários e fascistas. A figura do líder assume dimensões heroicas, passando a encarnar o partido ou grupo político que representa e, por extensão, no caso dos fascismos ou autoritarismos é visto como o elemento capaz de concretizar os objectivos traçados pelo partido para a sociedade⁷. Nestes regimes, a propaganda oficial exalta a imagem carismática dos seus líderes, mas estes são também o alvo da contra-propaganda dos exilados e opositores.

⁶ “De Mitra e Capacete”, in: *Portugal Republicano*, Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 1932, p. 1.

⁷ Ver entre outros BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Le Seuil, 2001; VERNANT, Jean-Pierre. *Entre Mito e Política*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 479 e seguintes.

Os primeiros exilados no Brasil chegam ao Brasil após a primeira grande revolta contra a Ditadura Militar, em 1927. Os textos produzidos, a partir de então, como forma de combate à ditadura centram a sua argumentação numa espécie de “mea culpa” republicana, ou sejam, houve falhas do republicanismo, mas estas foram decorrentes dos maus republicanos, os políticos “profissionais”, responsáveis pelos fracassos da República:

“Os profissionais da política, que não são os verdadeiros políticos, precisavam de uma camisa de força que os contivessem, de um açaímo que lhes prendessem as línguas demasiadamente soltas, de um desinfetante enérgico e cáustico que lhes destruíssem a vermina que os contaminam. O Exército de Portugal cumpriu o seu dever. E depois errou.”⁸

Ao Exército é reconhecido o “controlo” destes “profissionais” da política, que de acordo com a tradição republicana de “servir o povo”, utilizando a política para satisfazer aos seus interesses pessoais. No entanto, o afastamento dos militares dos valores do antigo exército republicano e da sua “missão” de reguladores do conflito social são responsáveis pelo regime ditatorial⁹. Assim como os políticos que desviaram o Estado Republicano do “bom caminho”, os militares agem como traidores da sociedade e da República. Óscar Carmona, que assume a liderança do regime, passa a ser o símbolo do golpismo, da usurpação do poder popular, do militar que trai a sua missão

⁸ “Palavras Necessárias”, in: *O Revivalho, órgão do Comité Revolucionário*, n.º 1, sem data. P. 1.

⁹ Ver, entre outros, FERREIRA, José Medeiros. *O Comportamento político dos militares. Forças Armadas e Regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Estampa, 1992.

como cidadão. O ditador personaliza a ditadura: o Carmonismo é o “inimigo” a abater¹⁰.

Os ataques ao Carmonismo são uma constante na propaganda oposicionista no início dos anos 30. No Brasil, o jornal *Portugal Republicano*, órgão oposicionista que circula no Rio de Janeiro, utiliza a caricatura para listar as características de “Sua Majestade o Carmonismo”. Num dos seus primeiros números, é apresentada a imagem de um militar vestido com uma batina, sentado num trono com uma espada a golpear uma série de livros amontoados ao seu lado. Na legenda, a chamada de atenção sobre a legalidade da ditadura e os seus apoiantes: “sob a batina a farda agaloadá; sob os pés os princípios. E da comédia a farsa; da farsa à tragédia. Até quando?”.

A imagem em questão evoca os principais inimigos da República: a Monarquia, simbolizada no trono no qual está sentada a figura principal; a Igreja, já que a personagem veste uma batina e possui um terço atado no pulso direito; e a Repressão e a Ignorância, já que o poder da espada atravessa os livros, símbolo da instrução e do saber, em cujas lombadas podem ser lidas as palavras “Constituição”, “Liberdade” e “Democracia”¹¹.

O enquadramento da imagem na primeira página completa a metáfora de denúncia veiculada pela caricatura. Ao seu lado, podemos ver uma matéria intitulada “Infâmias Carmonistas”, destinada a chamar a atenção para a existência de um “campo de concentração com profundos e largos fossos cheios de água”, vigiados por

¹⁰ Em contraposição, os militares do Reviralhismo, assim como os exilados, são agora os defensores do republicanismo e da sociedade portuguesa. Sousa Dias, chefe da Revolução de 3 de Fevereiro de 1927, é apresentado como o símbolo deste “militar-cidadão” e que não se deixou levar pelo novo regime. Ver, entre outros, FARINHA, Luís. *O Revirálho*. Lisboa: Estampa, 1998.

¹¹ “De Mitra e Capacete”, in: *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p. 1.

“metralhadoras”, local de “doenças e mortes”, situado em Timor e destinado aos deportados pela ditadura¹².

A utilização do conceito de Carmonismo confere uma outra dimensão aos argumentos da oposição republicana. Ao contrário da República, que, na sua essência, defendia a sociedade como um todo, a Ditadura Militar é apresentada como a personificação do poder pessoal e dos interesses de grupos específicos. O “inimigo” ganha outros rostos, identificados com administradores, militares e todos aqueles que, com o novo regime, utilizam o poder em proveito próprio:

Sou desafecto à Ditadura Militar, porque, em princípio, sou desafecto ao governo pessoal e ao de classe, principalmente ao de caserna, e especialmente ao atual¹³

A apresentação do Carmonismo é sempre acompanhada por uma espécie de “prestação de conta” dos malfeitos republicanos. Trata-se de opor ao velho republicanismo dos “políticos profissionais” uma nova imagem do ideário da República. O emprego de expressões como “saneamento” e “cura” visam a representar um republicanismo “regenerado” e fiel “aliado” do povo português. Assim sendo, o inimigo de Portugal não é o sistema republicano, nem a democracia que defende na sua essência, mas sim alguns republicanos que traíram o seu ideal. O momento presente é configurado como a possibilidade de remissão dos erros cometidos. Os reais republi-

¹² “Infâmias Carmonistas”, in: *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p. 1. Notar que neste mesmo número do periódico aparece uma outra matéria onde são referenciados os campos de concentração do “Lazareto, Ribeira Brava e Tarrafal”, “Barbaridades”, in: *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p. 1.

¹³ “Incapacidade da Ditadura Portuguesa para resolver os problemas da Nação”, in: *Portugal Republicano*, 26 de Novembro de 1932, p. 1.

canos deveriam assumir o poder e fazer prevalecer os valores da democracia em Portugal:

“E que, infelizmente, República e Democracia, não são termos que se confundam [...] Um republicano pode ser o menos democrata de todos os cidadãos, se para ele a República consistir apenas no cenário aparatoso de certas instituições.

[...]

A dívida enorme que contraímos para com os revolucionários de 5 de Outubro só a iremos pagar à medida que formos transformando a República que eles fizeram na Democracia que eles desejariam ter feito”¹⁴

Estas argumentações são constantes na propaganda dos mais diferentes núcleos oposicionistas republicanos, desde Portugal até aos meios exilados em França ou Espanha. A Igreja, a Monarquia e os seus defensores são identificados como “força inimiga”, sendo os argumentos mais marcante durante a vigência da Ditadura Militar e até a implantação do Estado Novo.

No entanto, os exilados precisam sempre adaptar o seu discurso de propaganda ao contexto das sociedades que os acolhem. No que respeita ao Brasil, por exemplo, a religiosidade da própria colónia portuguesa requer uma outra ênfase no discurso anticlerical republicano. É necessário traçar um novo tipo de argumento, onde possam ser distinguidos os bons e os maus católicos. Desta forma, a Igreja que auxilia o regime não seria aquela que defende os pobres, vítimas da política de austeridade do então Ministro da Economia, Salazar. Teríamos assim dois tipos de religiosos: o Padre Cruz, o protetor

¹⁴ MACEDO, N. “República e Democracia”, in: *Portugal Republicano*, Rio de Janeiro: 22 de Outubro de 1932, p. 1.

dos pobres, e Cerejeira, o Cardeal da Ditadura¹⁵. A suavização do discurso anticlerical é a resposta da oposição à propaganda oficial da Ditadura, já que esta apresenta os republicanos como destruidores de Igreja e assassinos de religiosos¹⁶.

O discurso oposicionista amplia as possibilidades de difusão e aceitação das suas publicações ao adaptar-se às condições socio-culturais da sociedade receptora. A veiculação no Brasil da série de entrevista de Afonso Costa ao jornalista brasileiro José Jobim, em Paris, em 1934, no jornal *Portugal Republicano* trabalha com esta opção de “ampliação” do seu auditório. O seu público não é só a elite de exilados e emigrantes cultos, mas também os brasileiros mais cultos e que conhecem a obra do jornalista. A acusação feita pela ditadura contra a má administração republicana dos fundos públicos é respondida com inventários acerca das negociatas realizadas pelo novo regime ditatorial. Ao proplado sucesso da gestão financeira do governo ditatorial são contrapostos dados económicos respeitantes aos empréstimos e a situação económica do país.

Nas entrevistas, o chamado líder da oposição no exílio, Afonso Costa, classifica a gestão de Salazar como um “programa infernal de transformação da alma portuguesa num farrapo”¹⁷, destinado a transformar Portugal num “novo ‘Estado ideal comunista’ governado pelos jesuítas”¹⁸. A referência ao episódio das missões jesuíticas, nas quais os indígenas ficavam sobre o controlo da ordem religiosa, evoca o anticlericalismo republicano e as liberdades defendidas pelos

¹⁵ Ver, entre outros, o Editorial “A Pastoral de Cerejeira”, onde a figura do Cardeal é contraposta pela imagem do Padre Cruz e a “sua longa vida a praticar o bem”, in: *Portugal Republicano*, Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1933, p. 1.

¹⁶ O mesmo se passa com o jornal UNIR, dos exilados portugueses, publicado em Paris, na década de 30, revidando as acusações feitas contra o anticlericalismo dos republicanos. Ver, por exemplo, as denúncias de sacerdotes católicos presos pelo regime. “A justiça da ditadura”, *UNIR*, Paris, 10 de Dezembro de 1938, p. 2.

¹⁷ JOBIM, José. *A verdade sobre Salazar*. Rio de Janeiro: Calvino, 1934, p. 56.

¹⁸ JOBIM, José. *op. cit.*, p. 72.

exilados¹⁹. O entrevistado sugere a ideia da existência de um *complot* formado por sectores da Igreja e defensores do autoritarismos dispostos a derrubar todos Estados democráticos²⁰. Em Portugal, Salazar seria o representante desta conjura:

“Papa Negro da ditadura, provocou primeiro, por mão d’outrem mas sob a sua permanente inspirado, o aumento imoderado das despesas e a chamada política dos financiamentos, isto é, um descalabro geral administrativo, que começaria a obra de abatimento das forças essenciais do povo e da Nação. Em seguida ele consolidaria esses desperdícios e torná-los-ia permanentes pela elevação brutal dos impostos, que, caindo sobre um povo já empobrecido e arrasado pela guerra e suas consequências e pela crise económica geral e suas consequências e pela crise económica geral, mais desceria ainda, em todas as suas classes produtoras e consumidoras, e mais facilmente aceitaria a supressão de todas as liberdades, que ele tornaria igualmente permanente mediante uma nova constituição, em que o cidadão seria nada e o Estado reacionário tudo!”²¹.

Uma nova tónica aparece no discurso oposicionista republicano, até então baseado na construção justificativas do fracasso do regime republicano e na condenação da ditadura militar. Salazar ganha o *status* de “inimigo”. O termo “carmonismo”, que praticamente desaparece do discurso oposicionista português em terras brasileiras

¹⁹ Afonso Costa faz uma menção directa ao episódio dos “Sete Povos da Missão”, uma missão criada pelos jesuítas na fronteira do Paraguai com o Brasil, na qual, apesar da não escravização e da distribuição de terras, o índio estava preso ao serviço da “Missão”. Ver: JOBIM, José. *op. cit.*, p. 73.

²⁰ JOBIM, José. *op. cit.*, p. 73.

²¹ JOBIM, José. *op. cit.*, p. 54.

a partir de Janeiro de 1933, é substituído no restante da década e nos anos seguintes pela expressão “salazarismo”²².

A partir da Guerra Civil de Espanha, o salazarismo passa a ser empregue junto ao termo “fascista”. Neste mesmo período, a Espanha Republicana ganha realce na propaganda oposicionista. A República atacada por Franco e Salazar é apresentada como um “exemplo” de regime democrático e a Guerra Civil uma luta entre o “bem e o mal”²³. Em França, o jornal UNIR, capitaneado por José Domingos dos Santos assume-se como defensor do governo espanhol e dos ideais de democracia, sendo inúmeras as matérias favoráveis aos republicanos, assim como os pedidos de auxílio para o governo espanhol²⁴. Na verdade, os periódicos exilados fazem eco da propaganda republicana espanhola, ela própria elaborada com a ajuda de exilados portugueses em Espanha. No Departamento de Propaganda, sediado em Madrid, e depois em Barcelona, trabalham diversos nomes da oposição, combatentes da ditadura e do salazarismo. É o caso de Novais Teixeira, que permanecerá como Chefe do Serviço de Informação da Subsecretaria de Propaganda até Julho de 1938²⁵. Estes elementos são os responsáveis pela propaganda lançada por avião por cima das tropas compostas pelos “viriatos” de Salazar. Nos panfletos escritos em português, temos o apelo aos “irmãos” que lutam contra Espanha e a evocação da solidariedade e denúncia das “mentiras” forjadas pela propaganda salazarista. Novamente, aparece na argumentação a ideia do

²² Tal fato é constatado na análise do periódico *Portugal Republicano* e outras publicações do género.

²³ PINTO, Arnaldo Simões. “O destino de duas nacionalidades”, in: *Portugal Republicano*, Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1936, p. 3.

²⁴ Ver, entre outros, CLÍMACO, Ana Cristina Pereira. *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*. 4 v. Dissertação de doutoramento em Sociédades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), Paris, 1998.

²⁵ *La Vanguardia*. Barcelona: 16 de Julio de 1938, p. 4.

Exército dos “corruptos”, que, apoiando o regime ditatorial e salazarista, traiu o povo português:

“Vocês sabem, infelizmente, a forma brutal como sempre foram tratados pelos asquerosos oficiais da Ditadura. Vocês sabem que dão mais valor à vida dum cavalo, do que à vida dum homem, e é por isso que os venderam! Disseram-lhes que vinham salvar a Civilização. Mas, é mentira! Vocês vieram lutar contra o povo espanhol, que quer como Vocês a independência do seu país. O povo irmão luta contra generais traidores que venderam o seu país ao fascismo sanguinário. [...] Nós sabemos que Vocês foram enganados, e por isso lhes perdoamos. Mas não dispareis mais contra nós! [...] Passem-se para o nosso lado.”²⁶

No entanto, malgrado todo o combate realizado contra a ditadura e o regime salazarista, os republicanos portugueses não conseguem abrir espaço e ter apoios na colónia de emigrantes económicos no Brasil. A personificação do poder empreendida pela propaganda oficial havia criado a imagem de um Salazar rural e “salvador” da sociedade portuguesa, que passa a ser idolatrado pelos emigrantes tradicionalistas.

A imagem de Salazar: o alvo de combate da oposição.

“Mas, o ‘salvador’ pouco se importa de ter levado o povo português à maior das penúrias. Ele deseja salvar a ‘sua’ Ordem e a ‘Ditadura’. A ‘sua’ ordem, pertencem os bancos jesuítas e os monárquicos endinheirados [...] ainda que o povo estoure de fome

²⁶ Panfleto de propaganda republicano, C.E.H.I., DH8 (2)/19(20), UB, Barcelona.

porque a baionetas e as metralhadoras reduzem a lúgubre silêncio desesperados clamores da Nação inteira”²⁷

“In realtà, invece, il nuovo stile politico si guadagnò il consenso popolare proprio perché le preferenze e i desideri del popolo coincidevano in così gran parte con quelli del regime. Gustave Le Bon aveva messo evidenza che se si vuole comandare con successo si devono condividere i miti del popolo in maniera genuina: sia Hitler che Mussolini furono suoi allievi”²⁸

“Imagine-se que, na maior insensibilidade, o Ministério dos Negócios Estrangeiros não duvidou, atentando contra os mais respeitáveis melindres dos nossos compatriotas em terra alheia, solicitar do governo ditatorial do Brasil a censura à imprensa da colônia portuguesa, por temor à repercussão dos seus jornais independentes na mãe pátria e em patrocínio aos salazaristas que lá sucederam aos talassas franquistas, reacendendo velhas dissensões que haviam desaparecido. O protetorado, a que se viram forçados os nossos concidadãos na nação irmã, revela bem o que os ditadores não farão serventuariamente para alcançar o favor de estranhos na luta aos adversários nacionais”²⁹.

A publicação da entrevista de Salazar a António Ferro é um importante marco no “culto a personalidade” desenvolvido pelo ideário do regime. No caso do Brasil, a existência de uma pro-

²⁷ PIMENTEL, Sarmiento. “A Ditadura Arruinadora”, in: *Boletim do Centro Republicano Dr. Afonso Costa*. Rio de Janeiro: Centro Republicano Dr. Afonso Costa, 1933. p. 15.

²⁸ MOSSE, G. *L' uomo e le masse nelle ideologie nazionaliste*, Roma, Laterza, 1988, p. 188.

²⁹ “Os perigos da Ditadura”, in: MACHADO, Bernardino. *Manifestos Políticos (1927-1940)*, (compilação e notas de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Palas Editores, 1978, p. 468.

paganda voltada para a difusão da imagem do Presidente do Conselho entre os emigrantes aumenta a sua popularidade na colónia portuguesa³⁰. Para fazer frente ao crescente “culto” a Salazar, o discurso oposicionista precisa de uma reconfiguração e uma redefinição do seu público-alvo. Por um lado, há que buscar apoiantes na sociedade brasileira, que vê Salazar como um simples Chefe de Estado, apesar de sofrer os efeitos da propaganda internacional do regime. Por outro lado, combater a imagem “messiânica” de Salazar difundida na colónia pelos meios de comunicação vinculados ao regime de Lisboa. No primeiro caso, a propaganda exilada pode contar com as mudanças no cenário internacional, que afectam a imagem de Salazar diante do público brasileiro. A entrada do Brasil na Segunda Guerra favorece os exilados, já que a figura de Salazar passa também a ser combatida pelos democratas brasileiros. No entanto, a visão de verdadeiro “Messias” cultivada no seio da colónia permanecerá inalterada aos ataques da política interna, dos seus “inimigos” internacionais e dos seus opositores.

Enquanto a figura de Salazar é enaltecida, ganhando destaque nos jornais da colónia, a oposição apresenta-o como um líder fascista por excelência, sobretudo com o aproximar do fim da Segunda Guerra. De facto, presente em caricaturas, panfletos, artigos de jornais ou livros, a argumentação em torno do carácter fascista do regime consegue sobreviver até a derrocada do regime ditatorial em 1974. No exílio francês, o termo só toma força após 1945, quando o fim da ocupação nazista permite a retomada do combate oposicionista.

No Brasil, com a entrada daquele país na Segunda Guerra ao lado dos aliados, os exilados portugueses aproveitam a “abertura” da

³⁰ Sobre o tema ver, entre outros, PAULO, H. *Aqui também é Portugal! A Colónia Portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000

censura de Vargas para denunciar o carácter fascista do regime de Lisboa e do seu líder. Nomes como Jaime de Morais, Lúcio Pinheiro dos Santos ou Novais Teixeira, que escrevem para os periódicos brasileiros, usam o espaço das suas crónicas para denunciar as atrocidades do salazarismo. O Presidente do Conselho é colocado ao nível dos demais líderes do nazi-fascismo. Mais do que a colónia de emigrantes, o alvo deste discurso é o público brasileiro, pois há que convencer e granjear o apoio da sociedade local, já que, no futuro, o país “democratizado” poderá colaborar para a derrota do fascismo na Península Ibérica no após-guerra. Naquele momento, Salazar não é só o inimigo dos seus opositores, mas também um “inimigo comum”, uma ameaça aos Aliados e ao Brasil:

“Salazar usa a mesma linguagem com que a Alemanha procura diminuir a significação da vontade da nação portuguesa de colaborar com os aliados, e com o Brasil, em primeiro lugar, na restauração da Democracia [...] é o Judas da nossa fé portuguesa negando Portugal e a sua universal Humanidade”³¹

As qualificações que acompanham a caracterização do regime possuem pontos comuns com a propaganda antifascista difundida na Europa. Em ambos os casos, os textos de propaganda acusam os regimes em questão da excessiva centralização e personificação do poder; das restrições ao exercício da cidadania; do uso da coerção e da força para o controlo da sociedade; do emprego da propaganda como veículo da “ideologia”, usada aqui como sinónimo de “mascaramento da realidade” em oposição à “verdade política” republicana, comunista ou anarquista; do sentido imperialista do

³¹ SANTOS, Lúcio Pinheiro, “Os Açores Contra uma Política” in: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 1943, p. 3.

regime que, no caso de Salazar, pode ser exemplificado no “apoio” velado à política expansionista das potências do Eixo:

“[...] O homem é por demais conhecido. Foi ele que botou o sal do claro e azul Mediterrâneo no azar tenebroso do fascismo romano: donde a consagração do seu nome, que o marcará para sempre com a recordação de um crime que só pode ter um nome: salazarismo.”³²

Este tipo de discurso acentua a ideia do “perigo salazarista” para os que combatem ao lado dos aliados, procurando demonstrar a necessidade de uma reação condenatória do salazarismo no pós-guerra. Não se trata somente da figura de Salazar, mas de tudo aquilo que ele representa: um regime aliado aos “inimigos” do Brasil.

A “desqualificação” da imagem do Presidente do Conselho como um possível “líder messiânico” é subjacente a argumentação apresentada. É o ponto mais delicado de ser defendido diante da colônia que, mesmo durante o decorrer da Segunda Guerra, ainda apoia o Presidente do Conselho. Os emigrantes preverem seguir as declarações da propaganda salazarista difundida no Brasil, que acentuam o posicionamento de Salazar como agente de uma “neutralidade colaborante”³³.

Não é um combate fácil, já que, para além da propaganda oficial, a áurea criada em torno do Presidente do Conselho é reforçada pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil, que, supostamente representa toda a colônia³⁴. Na verdade, este processo é o culminar de todo o trabalho propagandístico desenvolvido nos anos trinta

³² SANTOS, Lúcio Pinheiro, “O silêncio de Churchill e o Eixo Lisboa-Buenos-Aires” in: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1944, p. 3.

³³ Ver PAULO, Heloisa. *“Aqui também é Portugal”*. Op. Cit.

³⁴ Ver PAULO, Heloisa. *“Aqui também é Portugal”*. Op. Cit.

realizado na tentativa de sublimar a imagem de Salazar. Assim sendo, e reproduzindo as matérias veiculadas pelo Secretariado de Nacional de Propaganda em Portugal, os jornais da colónia tratam de retratar o Presidente do Conselho como um exemplo de líder “predestinado”. Quando a restauração dos painéis de Nuno Gonçalves, “revelam” o rosto do Presidente do Conselho, o periódico *Jornal Português* lança uma matéria sensacionalista onde indaga: “Salazar e os painéis de Nuno Gonçalves. Provar-se-ia a Teoria da Reencarnação?”³⁵. Noutro periódico, a *Pátria Portuguesa*, o seu redator-responsável, António Guimarães, reconhece o “messianismo” como “uma das características mais acentuadas e mais persistentes no temperamento luso”, saudando, portanto, Salazar como “mais um nome a acrescentar à comprida lista dos nossos ‘Messias’”, diferente dos anteriores — “diferente e é melhor”, enfim, “uma das dádivas de Deus”. O texto termina com um pedido: “salve Portugal e terá todo o nosso reconhecimento”³⁶.

A imagem do “Messias Salazar” é contestada pelo discurso oposicionista através de inúmeros recursos, sendo a sátira o mais popular. Ela é “arma” utilizada nas primeiras reações dos opositores contra esta imagem “messiânica”, enfatizando o “clericalismo” do seu protagonista, retomando a crítica da visão republicana:

“A quem queres iludir, ó corvo quizilento?
Jesuíta! Sai d’ai e volta pr’o convento!”³⁷

No entanto, a permanência da imagem messiânica de Salazar na colónia e o forte investimento levado a cabo pela propaganda ofi-

³⁵ *Jornal Português*, 14 de Janeiro de 1933. p. 1.

³⁶ *Pátria Portuguesa*, 15 de Janeiro de 1933. p. 2.

³⁷ “A Única Verdade”, in: *Portugal Republicano*, Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1936, p. 5.

cial não mostram sinais de abalo diante das investidas do discurso satírico da oposição. Durante toda a década de trinta e quarenta, malgrado a condenação do regime e da sua neutralidade, Salazar continua a ser um “líder” para a colónia portuguesa no Brasil. No após-guerra, graças à Guerra Fria e o seu “persistente” combate ao comunismo, o Presidente do Conselho consegue recuperar a sua imagem também no cenário internacional, afastando-se da comparação com os regimes nazi-fascistas³⁸.

À guisa de conclusão, a luta contra o regime empreendida pela propaganda exilada é marcada pela desigualdade frente ao investimento da propaganda oficial do regime. Por um lado, as dissidências internas ao movimento oposicionista enfraquecem a imagem dos opositores. Por outro, são obrigados a confrontar-se com a colónia de emigração, quase sempre favorável ao regime de Lisboa.

Sujeitos as pressões da colónia, da propaganda oficial, dos representantes diplomáticos do regime e da própria sociedade de acolhimento, o trabalho de propaganda dos exilados é limitado e obrigado a contar com as reviravoltas políticas locais e internacional. As tentativas de combater “culto à personalidade” empreendido pelos emigrantes em torno da figura de Salazar são infrutíferas. Na verdade, num determinado segmento da colónia portuguesa do Brasil, o velho Salazar, ainda é figura de relevo e o seu retrato ainda emoldura as paredes de algumas associações.

³⁸ Ver, entre outros, PAULO, H. *Op. Cit.*

**LAS REDES SOCIALES EN LA ORGANIZACIÓN DE
MOVIMIENTOS CIUDADANOS
EN REGÍMENES TOTALITARIOS.
EL CASO DE LA “PRIMAVERA ÁRABE”**

Xosé Baamonde Silva

Introducción

La aparición de Internet ha provocado cambios sustanciales en la forma en la que los ciudadanos canalizan su descontento frente a las decisiones de los gobernantes. Incluso en los regímenes totalitarios, los gobiernos, cada vez más, se ven en la obligación de explicar las decisiones que toman ante sus súbditos.

La participación ciudadana en los asuntos públicos ha ido creciendo hasta el punto de que los poderes tradicionales se han visto forzados a compartir, o por lo menos justificar, las medidas adoptadas que afecten al futuro de la sociedad. Para ello, tradicionalmente, recurrían a los medios de comunicación como catalizadores de sus mensajes, fundamentalmente propagandísticos, hacia la opinión pública. Con la irrupción de las nuevas posibilidades y servicios que ofrecen Internet, la Web 2.0 y, especialmente, las redes sociales, se produce un nuevo escenario.

El futuro de Internet trae consigo un nuevo ciudadano digital, más crítico y con mayores posibilidades de implicarse y comprometerse

con la gestión del bien común. Este trabajo analiza los movimientos ciudadanos espontáneos que tienen en la utilización de Internet y las redes sociales una de sus señas de identidad y que jugaron un papel esencial en la denominada “Primavera árabe”.

Los acontecimientos vividos en los países árabes demuestran que las reglas del juego de la comunicación política están cambiando radicalmente y que estos cambios afectan a la naturaleza de las relaciones entre gobernantes y gobernados. Además, la proyección y consecuencias de estas transformaciones tienen un impacto global e inmediato.

Las redes sociales han sido determinantes para el triunfo de unos movimientos políticos ciudadanos sin líderes y sin estructura ni organización aparentes y, también, el ejemplo más claro de que la comunicación política –en todas sus vertientes– no será como la hemos conocido hasta ahora.

El detonante de la “Primavera árabe”

La denominada “Primavera árabe” agrupa los movimientos populares de protesta realizados en diversos países, iniciados a finales del año 2010. Un joven tunecino, Mohammad Bouazizi, vendedor ambulante, intimidado por la policía, se inmola el 17 de diciembre de 2010 y desencadena una corriente de revuelta que se extiende por todo el país. Aunque que el régimen dirigido por Ben Alí había logrado cierto grado de desarrollo económico, estaba concentrado en pocas manos y la mayoría de la sociedad vivía en la pobreza. Mohammad Bouazizi muere el 4 de enero de 2011. Las manifestaciones se extienden desde las periferias de Túnez hasta su misma capital. Ben Ali recurre al ejército, pero este se rebela y por boca de su jefe se niega a disparar contra la multitud. El régimen se derrumba y el dictador, acosado, huye el 14 de enero de 2011.

La inmolación de los jóvenes se convirtió en un acto de propaganda, de protesta y de comunicación política ante unas condiciones indignas de vida y la saturación de una situación basada en las desigualdades económicas y en la ausencia de libertades. Siguiendo lo acontecido en Túnez, una explosión política similar tuvo lugar en Egipto.

Las protestas en Egipto comenzaron el 25 de enero de 2011 y se prolongaron durante 18 días hasta el derrocamiento del gobierno de Hosni Mubarak, después de casi 30 años al frente del país. La importancia que el régimen otorgó a las redes sociales queda demostrada en el hecho de que, el 27 de enero, cortó las líneas de telefonía móvil e internet para impedir la coordinación de los activistas. La solución del movimiento social fue recurrir a los métodos tradicionales. La oposición en la calle estuvo constituida por una minoría, pero una minoría activa y decisiva, frente a una mayoría bautizada en Egipto como “la mayoría del sofá”¹. Al igual que en Túnez, el papel del ejército fue fundamental. Una vez que el Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas accedió al poder decidió la disolución del Parlamento, la suspensión de la Constitución y prometió levantar el estado de emergencia y la convocatoria de elecciones libres.

La evolución de las protestas populares fue vertiginosa, pues lograron derrocar regímenes consolidados en menos de un mes. Sin creer en el milagro de lo imprevisible, esta claro que la situación ya estaba madura para una conflagración generalizada: bastaba con un hecho que sirviera de detonante. La sociedad estaba preparada pues, como indica la periodista especializada en Oriente Medio, Olga Rodríguez, sólo desde la certeza de que el cambio es factible se puede protestar y luchar, arriesgando incluso la propia vida.

¹ RODRÍGUEZ, Olga. *Yo muero hoy. Las revueltas en el mundo árabe*, Barcelona: Editorial Debate, 2012

El éxito de los movimientos sociales se basa en la toma de conciencia de uno mismo como ciudadano y no como súbdito. Uno de los aspectos que más destacaron quienes participaron en las revueltas es su orgullo por poder formar parte de un proyecto colectivo en el que había cabida para todos. Las revueltas no tienen dueños ni protagonistas, fueron fruto de un trabajo colectivo y anónimo que, en cierto modo, no podría haber avanzado sin la aportación de cada uno de sus participantes.

Antes de avanzar en el análisis de la evolución de la “Primavera árabe” en los dos países más representativos de este momento histórico, consideramos procedente revisar los motivos de la longevidad de los sistemas autoritarios en esa zona². Se trata de explicar por qué han esperado tanto, mientras que en España y Portugal, la ola de democratización había acabado con los regímenes de Franco y de Salazar en los años setenta, con las dictaduras de América Latina en los ochenta, y con los países de Europa Central y Oriental en los noventa. Hay factores internos y factores externos.

En primer lugar, los factores internos reflejan la naturaleza del Estado árabe poscolonial. Una vez atravesado el umbral de la independencia, el problema de la afirmación nacional prevalece sobre todo el resto. Estos equipos militares se presentan como los «salvadores de la nación árabe de las garras del colonialismo» y como los «artífices del desarrollo de las sociedades», pero rápidamente caen en un populismo primario, amordazando cualquier intento de disidencia y acusando de «agentes del imperialismo» a todos aquellos que se les oponen. Otro elemento que contribuye a la perduración de estos gobiernos totalitarios, en los países productores de petróleo, es la renta petrolífera, que actúa como un amortiguador de las protestas. También la cuestión palestina ha ido en contra de

² KHADER, Bichara. “Túnez y el despertar democrático árabe”, en el *Anuario del Instituto Europeo del Mediterráneo*, Barcelona, IEMed, 2011

la democracia, pues el mensaje emanado desde el poder llamaba a cerrar filas contra el enemigo sionista.

En cuanto a los factores externos, hay que referirse a la alianza de estos regímenes con las grandes potencias durante la guerra fría como un elemento determinante para su longevidad. Ello se debe a su riqueza geológica (gas y petróleo), a su localización geográfica (región clave - corredor - encrucijada), a su importancia geopolítica y geoestratégica (conecta el Mediterráneo con los océanos, y bordea África, Europa y Asia), a su interés económico (se trata de un amplio mercado), e incluso a su dimensión geoteológica (la zona está dotada de una especie de «geografía sagrada» para las tres religiones monoteístas). Por tanto, la guerra fría contribuyó a congelar las reivindicaciones democráticas y a la fosilización de los regímenes.

Además, estos gobiernos totalitarios se han presentado como los garantes de la estabilidad, tan necesaria para los flujos regulares de petróleo y el gas. Asimismo, se han presentado cómo las murallas contra el islamismo, contra los yihadistas y como los centinelas contra la inmigración.

Causas de las revueltas árabes

La “Primavera árabe”, protagonizada por amplios y diferentes sectores de la sociedad, ha tenido importantes consecuencias sobre los regímenes y sistemas políticos árabes³. Ocasionó la apertura de procesos de cambio político en el norte de África y Oriente Próximo, que continúan abiertos y que siguen ritmos desiguales. Sin embargo, no se puede afirmar que se haya producido un tsunami democrático en la región.

³ SZMOLKA, Inmaculada. *Factores desencadenantes y procesos de cambio político en el Mundo Árabe*, Barcelona: CIDOB, 2012

El malestar árabe nace de situaciones similares aunque no idénticas. Cada país tiene sus peculiaridades y, por lo tanto, no sería correcto atribuir a todos los levantamientos populares las mismas causas. No obstante, es posible señalar algunos factores comunes: todos ellos estuvieron marcados por la corrupción, la falta de libertad, la represión contra todo tipo de disidencia y las grandes desigualdades sociales y económicas.

Las revueltas son el resultado de una acumulación de frustraciones sin resolver debido a unos regímenes autocráticos que se perpetúan desde la noche de los tiempos (el autoritarismo fue la norma y no la excepción), una democracia de fachada que ha devenido en un sistema pluralista autoritario, una gerontocracia desconectada de la realidad que se aferra al poder, una corrupción endémica que ha consumido las estructuras de gobierno, una asfixiante persecución de toda discrepancia política y una sistemática vulneración de la libertades fundamentales. Este déficit de legitimidad popular de los gobernantes ha sido contrarrestado a menudo con una sobreactuación del aparato coercitivo cuando las demandas de la población se elevaban demasiado.

Esta radiografía quedaría incompleta sin aludir al agudo deterioro económico. En primer lugar, un Estado benefactor incapaz de hacer frente por más tiempo a las crecientes necesidades de la población (vivienda, educación y sanidad) y a la incorporación al mercado laboral de los hijos del 'baby boom' árabe. En segundo lugar, existe una desigual repartición de la riqueza, ya que el fuerte crecimiento registrado en los últimos años tan sólo ha favorecido a un reducido grupo asociado con el poder, principal beneficiario de los procesos de privatización de las empresas públicas. Mientras tanto, las condiciones de vida del grueso de la población experimentaron un agudo retroceso. Un 45% de los ochenta millones de egipcios vivía bajo el umbral de la pobreza, al igual que un 30% de los sirios. Debe tenerse en cuenta que un 65 % de la población árabe tiene

menos de 35 años y que la mitad de ellos (cerca de 100 millones de personas) tiene entre 15 y 29 años. Los índices de desempleo entre los jóvenes son excepcionalmente elevados, hecho que impide que puedan formar una familia o acceder a una vivienda y, a la vez, genera una elevada frustración.

Según Álvarez-Osorio⁴, la población perdió el miedo a sus gobernantes y a sus aparatos represivos y tomó las calles demandando mayores libertades y el fin de las autocracias. Las protestas fueron, ante todo, una muestra de descontento hacia unos gobernantes que se perpetúan en el tiempo y que gestionaron los recursos estatales como si fueran de su propiedad. En definitiva, los manifestantes salieron a la calle para decir “basta ya” de tanta frustración y en demanda de mayores cuotas de libertad y de democracia.

El activismo en los países árabes y el papel de las redes sociales

Las revueltas árabes de 2011 no surgieron por generación espontánea. Detrás de ellas hay una historia de lucha por un cambio real a través del activismo clandestino, de la defensa de los derechos humanos, de los movimientos obreros, de las agrupaciones que llevaban años trabajando por la justicia social. Hoy en día, existen cerca de 125.000 asociaciones vinculadas a la sociedad civil en los veintiún países árabes.

La constancia de la militancia de unos pocos sentó las bases y creó los cauces para canalizar el hartazgo de muchos. Sin unos y

⁴ ÁLVAREZ-OSORIO, Ignacio. “Las revoluciones árabes: hacia un cambio de paradigma”, en MESA, Manuel (coord.), *El mundo a la deriva: crisis y pugnas de poder*, Madrid: CEIPAZ-Fundación Cultura de Paz, 2011.

otros las revueltas no habrían tenido lugar. Podemos considerarlas como un nuevo ejemplo de una estrategia basada en la resistencia pacífica: “grupos en todo el mundo han adoptado la resistencia civil con una multitud de propósitos: resistir al colonialismo; enfrentarse a una invasión u ocupación extranjeras; contestar elecciones arregladas, dictaduras de gobiernos militares; lograr derechos para las minorías o erradicar la discriminación institucional”⁵.

Estos movimientos de protesta en el mundo árabe tienen algunos rasgos característicos: el ser un fenómeno nuevo, su espontaneidad, su desideologización y su heterogeneidad. La socióloga y politóloga Theda Skocpol demostró hace tiempo que no sólo era necesaria la desafección de la ciudadanía del poder para la caída de los regímenes autoritarios, sino que lo verdaderamente relevante era que este pueda mantener los medios de coerción para evitar una revolución⁶.

En el caso de Túnez y Egipto, lo que marcó el éxito de las revoluciones populares fue la decisión del ejército, pilar fundamental en ambos regímenes, de no intervenir contra los manifestantes. Por tanto, lo que ha definido el éxito de las revoluciones populares es sí se ha producido una fractura entre la élites dirigentes y las élites sustentadoras del régimen. Así, los países árabes no se diferencian de anteriores experiencias en las que el principal detonante de los procesos de cambio político fue la división de las élites dentro del sistema político⁷.

También es necesario señalar que la comunidad internacional no ha estado a la altura de las circunstancias. El silencio de la mayoría

⁵ STEPHAN, Maria. *Civilian Jihad. Nonviolent Struggle, Democratization and Governance in the Middle East*, Nueva York: Palgrave MacMillan, 2009.

⁶ SKOCPOL, Theda,. *States and Social Revolutions*. Nueva York: Cambridge University Press, 1979.

⁷ O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe y WHITEHEAD, Laurence, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

de los países occidentales ante la represión de las manifestaciones pacíficas ha sido esclarecedor y ha reforzado la imagen de un Occidente con un doble discurso que, por una parte, echa mano a la retórica de la democracia y los derechos humanos cuando le conviene y, por la otra, se alinea con las dictaduras que oprimen a sus pueblos con el pretexto de que sirven de muro de contención al radicalismo islámico. La sociedad civil árabe ha sido protagonista y artífice de esta primavera democrática.

En este contexto, las redes sociales han tenido un trascendental y novedoso papel en la organización de las concentraciones reivindicativas. La gran diferencia entre estos movimientos y anteriores protestas es la definitiva consolidación de Internet como una herramienta para convocar manifestaciones y para difundir información. Como señala el profesor Manuel Castells, la principal característica de la comunicación inalámbrica no es la movilidad sino la conectividad perpetua⁸. La Red actuó como un lugar de encuentro para los activistas, que no precisaban de estar en el mismo lugar para comunicarse y podían relacionarse permanentemente con gente similar tras pagar un ordenador y una conexión a Internet. Aunque, es preciso reconocer que su eficacia habría sido menor si la cadena Al Jazeera (cadena preferida por los árabes para estar informados), con millones de espectadores, no se hiciera eco de las convocatorias. El trabajo conjunto de las redes sociales y las cadenas por satélite fue capaz de romper el monopolio estatal sobre la información.

Es pertinente citar como precedente el papel jugado por los blogs en las protestas del año 2005, a partir del cual estas bitácoras personales se convirtieron en los sustitutos de los medios de comunicación tradicionales. Así lo explica la destacada ciberactivista

⁸ CASTELLS, Manuel. *Comunicación y Poder*, Madrid: Alianza Editorial, 2010

egipcia, Manal Hassan⁹: los bloggers que ya habían recibido algo de atención, que habían crecido y tenían un nombre en la red, estaban participando en la protesta y la estaban cubriendo y contando lo que sucedía. Con cámaras o teléfonos móviles, ellos ponían en la red todo el material. Además se encargaron de recopilar todas las fotos, vídeos y testimonios, incluso SMS que se habían enviado entre los manifestantes y sus amigos cuando pedían ayuda, cuando contaban qué es lo que sucedía. Es muy importante tener este tipo de medios ciudadanos porque los periódicos no cubren todas las ciudades, todos los lugares en Egipto. Sólo recogen algunas noticias sobre El Cairo, probablemente algunas sobre Alejandría, por lo que es muy importante tener bloggers locales para saber qué es lo que sucede en sus ciudades, qué eventos son importantes o qué problemas hay. Se necesitan bloggers locales para que den su propia perspectiva, lo que sienten y lo que pasa.

La tecnología jugó un papel vital a la hora de comunicar el mensaje de los activistas y fue un elemento fundamental para organizar la estructura interna, pues gracias a ella pudieron contactar con gente que vivía a mucho kilómetros de distancia, mantener reuniones a través de un grupo secreto en una página de Facebook o de Skype para estar en contacto continuo y planear la estrategia. Todos estos avances tecnológicos ayudaron a la consolidación de la Red como herramienta de información, de difusión de ideas y de agitación. Las redes sociales, como Facebook y Twitter, tuvieron un peso esencial al convocar las manifestaciones y reclutar a nuevos activistas.

Tanto o más importante fue el valor de la Red como enlace entre los jóvenes que apoyaban los cambios desde el exterior y los que participaban directamente en las manifestaciones. Internet y las redes

⁹ Entrevista a Manal Hassan en <http://www.periodismociudadano.com/2013/03/06/manal-hassan-y-la-importancia-de-los-blogueros-en-egipto/>, consultada el 26 de agosto de 2013

sociales funcionaron como elementos de apoyo al proceso y como contrapeso a la censura oficial y a los medios afines al régimen, y fueron útiles para superar el aislamiento de la sociedad árabe, para hacer visibles los conflictos y para conseguir apoyos relevantes en el exterior¹⁰.

Los intentos de los gobiernos para lograr un “apagón” en las comunicaciones fueron vanos. Twitter fue uno de los primeros servicios en ser bloqueados en Egipto, situación que provocó la migración de los usuarios a otras redes sociales como Facebook y Tumblr. Facebook fue la siguiente en ser cercada. Con cada red bloqueada aumentaba la indignación entre los usuarios de esas mismas redes en el extranjero que veían desaparecer mensajes y amigos de su pantalla. Tras el aislamiento de las redes sociales cayeron las redes de datos móviles: el servicio de BlackBerry fue el primero en ser eliminado; luego los mensajes de texto (SMS) y correos electrónicos (MMS). La gente recurrió a las líneas telefónicas convencionales como el fax que funcionaba normalmente y que fue utilizado como línea de noticias, hasta que la noche del 27 al 28 de enero de 2011, los cuatro proveedores principales de Egipto acataron las directrices del gobierno y dejaron aislados a sus usuarios cortando completamente las comunicaciones¹¹.

Pese a reconocer la contribución de las redes sociales para permitir a los ciudadanos derrocar regímenes dictatoriales (que ha llevado a algunos a denominar las revueltas en los países árabes como “Twitter Revolution”), hay que indicar que las fórmulas tradicionales de comunicación, desde el fax hasta los grupos de seguidores de

¹⁰ SOENGAS, Xosé, “El Papel de Internet y de las redes sociales en las revueltas árabes: una alternativa a la censura de la prensa oficial”, revista *Comunicar*, n.º 41, pp. 147-155, 2013

¹¹ DURANTE, Esther, “Trascendencia del uso de las redes sociales y el BlackBerry Messenger en la mundialización de disturbios civiles en Oriente Medio, Europa y Norteamérica”, *Quórum Académico*, vol. 9, n.º 1, enero-junio 2012, pp. 86-104.

futbol, pasando por las grandes concentraciones de protesta se realizaran en las plazas, tuvieron una función decisiva en el triunfo de la revolución. En los movimientos revolucionarios también es necesario tomar las calles, construir barricadas (que tienen poca eficacia defensiva pero distinguen a los que están de uno y otro lado) y, sobre todo, unirse para superar el miedo¹².

En todo caso, sí es posible hablar de las redes sociales como un nuevo campo de batalla propagandístico, como lo demuestra el hecho de que el propio ejército egipcio abriera un perfil en Facebook para transmitir sus puntos de vista y, ya en el año 2013, el presidente egipcio, Mohamed Morsi, rechazara el ultimátum militar a través de su cuenta de Twitter¹³.

El profesor Manuel Castells explica que a lo largo de la historia, la comunicación y la información han sido las fuentes fundamentales del poder y del contrapoder, de la dominación y del cambio social. Y ello es debido a que la batalla fundamental se da en las mentes de las personas. Ciertamente es que el poder también se basa, de acuerdo a la vieja tradición de Maquiavelo y Max Weber, en el monopolio legítimo o ilegítimo de la violencia. Quienes controlan los medios de la violencia tienen una capacidad de imponer sus intereses. De hecho, un sistema de poder que se basa sólo en la coacción es un poder débil, porque si una gran parte de las personas son capaces de pensar diferente y de atreverse a traducir en la práctica ese pensar diferente, ese poder coactivo acaba disolviéndose. Torturar los cuerpos es menos efectivo que modelar las mentes¹⁴.

¹² CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignación y Esperanza. Los movimientos sociales en la era de Internet*, Madrid: Alianza Editorial, 2012

¹³ REYES, ALVARO, *Presidente egipcio rechazó ultimátum militar desde twitter*, en <http://www.clasesdeperiodismo.com/2013/07/03/presidente-egipcio-rechazo-ultimatum-militar-desde-twitter/>, consultada el 26 de agosto de 2013

¹⁴ CASTELLS, Manuel. "El poder en la era de las redes sociales", *Nexos en línea*, 1 septiembre de 2012

Evolución de la “Primavera árabe”

La evolución de la denominada “Primavera árabe” ha causado cierto pesimismo por la vitoria de los partidos islamistas en las elecciones celebradas tanto en Túnez como en Egipto. El hecho de que las revueltas no hayan abierto un proceso de secularización como muchos esperaban¹⁵, sino que hayan allanado el camino para la conquista del poder por parte de los islamistas ha llevado a algunos a lanzar la voz de alarma por la supuesta existencia de una agenda oculta por parte de los movimientos islamistas. Este temor es compartido tanto por los países occidentales como por los activistas y defensores de los derechos humanos en el mundo árabe, que sospechan de las verdaderas intenciones de estos partidos una vez en el gobierno.

El amplio respaldo popular que cosecharon en las urnas vino a premiar tanto la labor social desarrollada en las últimas cuatro décadas como el pragmatismo del que habían hecho gala en los últimos años. Los movimientos islamistas han reconocido la pluralidad de las sociedades árabes (en lo ideológico y confesional) y, en consecuencia, parecían dispuestos a renunciar a imponer por la fuerza sus concepciones aceptando, con ello, los principios democráticos (incluida la alternancia en el poder).

En opinión de Ignacio Álvarez-Osorio, los perdedores de los procesos electorales fueron los jóvenes que desencadenaron la revolución y que fueron incapaces de traducir su capacidad de movilización en peso político en el nuevo escenario post-Primavera Árabe. Junto a ellos, las grandes derrotadas en este nuevo escenario pueden ser las mujeres, que han visto reducida su presencia en la

¹⁵ ÁLVAREZ-OSORIO, Ignacio. “Primavera democrática árabe: ¿otoño islamista?”, en MESA, Manuela, *Cambio de ciclo: crisis, resistencias y respuestas globales*, Madrid, CEIPAZ-Fundación Cultura de Paz, 2012.

vida política y que podrían ser las principales afectadas en el caso de que se reformen los códigos de familia o se imponga la sharía.

Como se ha encargado de recordar Amnistía Internacional en sus informes anuales, todavía queda mucho camino por recorrer. Esta organización denuncia que la situación de los derechos humanos no ha mejorado de manera sustancial en el mundo árabe en los últimos años y, a la vez, señala las tareas todavía pendientes.

Además de la aplastante victoria islamista, merece la pena destacarse la atomización política de los Parlamentos, que obliga al establecimiento de gobiernos de coalición entre las fuerzas islamistas y liberales; así como la ilegalización de los partidos oficialistas que habían disfrutado del monopolio político en Túnez y Egipto.

También hay que tener en cuenta el papel del ejército, que ya fue decisivo en el triunfo de las revueltas y que puede decidir tener un mayor protagonismo en el proceso político desarrollado tras la “Primavera árabe”. De hecho, después de un periodo de tensas relaciones¹⁶ con los Hermanos Musulmanes, ganadores de las elecciones en Egipto, el 3 de julio de 2013, la Fuerzas Armadas derrocaron al presidente Mohamed Morsi, primer Jefe de Estado egipcio elegido en elecciones tras la caída del régimen dirigido por Hosni Mubarak.

Es difícil predecir la evolución de los acontecimientos en Egipto, donde la división de la sociedad en dos mitades es claramente patente, pero lo que la población necesita es una mejora de la situación económica, la implantación de un gobierno más transparente, que combata la corrupción, que garantice la estabilidad y, sobre todo, que normalice la situación.

¹⁶ ALGORA, María Dolores, “Los hermanos musulmanes después de la “Revolución del 25 de enero” : de los ideales del pasado a los desafíos políticos del presente”, en *Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos*, n.º 0, pp. 189-222, 2012

Conclusiones

La “Primavera árabe” es un fenómeno poliédrico muy difícil de interpretar en toda su dimensión y complejidad. Hay diversos escenarios políticos, desde los países que comenzaron la marcha hacia la democracia hasta los que persisten en el autoritarismo. Estamos ante un proceso inconcluso, un camino emprendido pero repleto de incógnitas. Ahora bien, la transformación iniciada parece no tener vuelta atrás. Aunque por el momento haya afectado a tan sólo un puñado de países, la democratización progresiva del mundo árabe puede llegar a ser un proceso irreversible que acabe afectando, en mayor o menor medida, a todos los estados del área.

La población árabe perdió el miedo a sus gobernantes y a sus aparatos represivos y tomó las calles demandando mayores libertades y el fin de las autocracias. Las manifestaciones y las protestas fueron, ante todo, la expresión de un gran descontento hacia unos gobernantes que se perpetuaron en el tiempo y gestionaron los recursos estatales como si fueran de su propiedad. La sociedad logró superar el miedo y transformar la ira en acción.

Las redes sociales demostraron que, utilizadas como altavoces del disgusto de la población civil, son difíciles de silenciar y fueron determinantes en unos movimientos políticos sin líderes ni estructura aparentes. Los gobiernos intentaron diversas estrategias para evitar su difusión, desde la “desconexión” de Internet, el envío masivo de falsos sms o la usurpación de identidades en facebook, conscientes de la importancia del papel que estaban a jugar los nuevos medios; pero sus medidas no lograron ni ocultar lo que estaba sucediendo ni neutralizar los efectos de la insurrección.

Pese a estos logros, no debemos exagerar el protagonismo de las redes sociales, que sirven para movilizar y difundir pero no para hacer – o en todo caso, no solas – las revoluciones. No hay que sobrevalorar su papel, pues parece que las nuevas tecnologías suelen

activar a los que ya eran activos o estaban sensibilizados en términos políticos o de participación. Tampoco puede hablarse de autonomía de las redes sociales con respecto a los medios tradicionales, ya que la cadena de televisión Al Jazeera fue un elemento decisivo en el éxito de las movilizaciones.

Las revueltas probaron que es preciso combinar las actuaciones en el espacio virtual con las protestas en el espacio físico, dado que es difícil mantener el entusiasmo de la agitación inicial originada desde el ciberactivismo. Por ello, es básico lograr la toma del espacio público, tal y como quedo de las manifestaciones masivas en las plazas. La suma del brazo virtual y físico de los movimientos sociales es lo que logra romper con el monopolio propagandístico emanado del poder. Se puede concluir que existe un nuevo ecosistema informativo, más abierto a la opinión de los ciudadanos y esto trae consigo importantes transformaciones en la comunicación política, tanto de los regímenes totalitarios como en los democráticos.

Otro elementos esencial para el éxito de las revoluciones populares es si se produce o no una fractura entre las élites dirigentes y las élites sustentadoras del régimen, lo que permite la caída de los dirigentes autoritarios. En especial, el papel del ejército es clave en el futuro de los países árabes.

La amplia movilización de la calle árabe en demanda de dignidad y libertades cuestiona la existencia de una “excepción islámica” según la cual los árabes serían refractarios a la democracia y proclives al despotismo. Las revueltas, que fueron esencialmente movimientos no violentos, expresaron a las claras que los pueblos árabes no son sujetos pasivos ni tampoco están contentos de vivir bajo el autoritarismo, lanzando el mensaje de que los obstáculos para la democratización no son ni permanentes ni insalvables.

Junto a una mejora de la situación económica, lo que demanda la población es el establecimiento de un nuevo contrato social basado

en el respeto de las libertades y la consolidación de la democracia, pero también en la justicia social.

Una vez más ha quedado demostrado que la comunicación es el espacio en el que se construyen las relaciones de poder. Cualquier tipo de poder tiene que pasar por el espacio de la comunicación para llegar a las mentes de las personas, donde se desarrolla la batalla decisiva. Las redes sociales, como nuevos medios de relación, son también nuevos espacios de comunicación política, de propaganda y, en definitiva, frentes de la lucha por el poder.

(Página deixada propositadamente em branco).

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

DIRECÇÃO: MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

«História Contemporânea» é, como todos sabem (sobretudo os historiadores), um conceito lato e ambíguo. É, sempre, no entanto, um «conceito que regressa» e que, por isso, se mantém firme no vocabulário historiográfico. Portanto, continuou-se a adoptá-lo nesta Colecção de carácter geral sobre a história do século XX, e também, por um lado, do século XIX, sempre presente no espírito dos historiadores contemporaneístas, e mesmo, por outro lado, do século XXI, que começa a assomar no horizonte de uma História que se deseja cada vez menos como um passado sem vida e cada vez mais como um processo de interpretação que inclui a reflexão sobre a actualidade. Mas, esta visão não supõe uma concepção «presentista» e ideológica, porque se deseja sobretudo que a História seja uma Ciência, mesmo que se admita – como Le Goff – que ela o é, mas «não é uma ciência como as outras».

A Colecção «História Contemporânea» – que se juntará a outras séries de publicações do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra – integrará, pois, estudos de variadas temáticas, concepções, objectivos e desenvolvimentos, sobre os últimos séculos da História.

Desta forma, pretende-se situar a História num espaço de «intervenção» (no sentido em que a Ciência é *intervenção*), e numa luta que, de algum modo, prolonga a temática do colóquio do décimo aniversário do CEIS20, «Outros Combates pela História», cujo título se inspirou numa obra clássica de Lucien Fèbvre.



HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

